

BOLETIM DA **BIBLIOTECA GERAL** DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

VOL. 55 (2025)

Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Bulletin of the General Library of the University of Coimbra

VOL. 55 (2025)



COIMBRA, 2025

FICHA TÉCNICA

DIRETOR / DIRECTOR

Manuel Portela (BGUC – mportela@fl.uc.pt)

EDITOR

Nuno Medeiros - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL - nmedeiros@letras.ulisboa)

SECRETARIADO DA REDAÇÃO / SECRETARIAT

Jaquelina Neves (BGUC – jneves@bg.uc.pt)

CONSELHO CIENTÍFICO / SCIENTIFIC BOARD

Ana Isabel Buescu (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)
Ana Maria Araújo Leitão Bandeira (Universidade de Coimbra, Portugal)
Ana Paula Gordo (Fundação Calouste Gulbenkian, Portugal)
António Manuel Lopes Andrade (Universidade de Aveiro, Portugal)
Armando Malheiro da Silva (Universidade do Porto, Portugal)
Carla Alexandra Gonçalves (Universidade Aberta, Portugal)
Carlos Fiolhais (Universidade de Coimbra, Portugal)
Cristina Robalo Cordeiro (Universidade de Coimbra, Portugal)
Elizama Almeida (Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro, Brasil)
Fernanda Maria Guedes de Campos (Universidade Nova de Lisboa e U. dos Açores, Portugal)
Fernanda Ribeiro (Universidade do Porto, Portugal)
Fernando Taveira da Fonseca (Universidade de Coimbra, Portugal)
Isabel Ferreira da Mota (Universidade de Coimbra, Portugal)
João Gouveia Monteiro (Universidade de Coimbra, Portugal)
Jon Zabala Vázquez (U. C. de Madrid; Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Espanha)
José Augusto Cardoso Bernardes (Universidade de Coimbra, Portugal)
José Vicente Rodríguez Muñoz (Universidade de Múrcia, Espanha)
Julio Alonso-Arévalo (Universidade de Salamanca, Espanha)
Manuel Cadafaz de Matos (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)
Manuel Portela (Universidade de Coimbra, Portugal)
Manuel Simplicio Geraldo Ferro (Universidade de Coimbra, Portugal)
Maria Beatriz P. de Sá M. Marques (Universidade de Coimbra, Portugal)
Maria Cristina Vieira de Freitas (Universidade de Coimbra, Portugal)
Maria Inês Cordeiro (Biblioteca Nacional, Portugal)
Maria José de Azevedo Santos (Universidade de Coimbra, Portugal)
Maria Manuel Lopes Borges (Universidade de Coimbra, Portugal)
Maria do Rosário Morujão (Universidade de Coimbra, Portugal)
Onésimo Teotónio Almeida (Brown University, Providence, EUA)
Pedro Penteado (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Portugal)
Ricarda Musser (Ibero-Amerikanische Institut, Berlin, Alemanha)
Saul António Gomes (Universidade de Coimbra, Portugal)
Viviana Fernández Marcial (Universidade da Coruña, Espanha)

PROPRIEDADE / OWNER

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA / ADDRESS FOR CORRESPONDENCE

Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea
3000-447 Coimbra
E-mail: boletim@bg.uc.pt
URL: <http://www.uc.pt/bguc/>

EDIÇÃO / PUBLISHER

Imprensa da Universidade de Coimbra
E-mail: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

INFOGRAFIA / INFOGRAPHICS

Imprensa da Universidade de Coimbra

ISSN 2184-7673 (impresso)

ISSN 2184-7681 (em linha)

DEPÓSITO LEGAL 431919/17

DOI DA REVISTA 10.14195/2184-7681

PERIODICIDADE / PERIODICITY Anual / Annual

Os artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores.

© Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra

Sumário / Contents

ESTATUTO EDITORIAL / EDITORIAL STATUS9

NOTA DE APRESENTAÇÃO / PRESENTATION NOTE 13

SECÇÃO TEMÁTICA / THEMATIC SECTION

ARTIGOS / ARTICLES

O horror à estabilidade. Uma introdução ao dossiê
"História do Livro e da Edição: objetos, problemas e rumos"/
The Horror of Stability. Introduction to the special issue
'History of the Book and Publishing: objects, issues and directions'
Nuno Medeiros..... 15

Toujours plus de livres /Ever more books
Jean-Yves Mollier..... 21

Os primeiros livros impressos em São Paulo: materialidade textual e
transferências culturais (1827-1839) / The first books printed in São Paulo:
textual materiality and cultural transfers (1827-1839)
Marisa Midori Deaecto 43

Cartografia dos Poder(es): O Livro como Território de Disputa no Universo
Lusófono / Cartography of Power(s): The Book as a Territory of Dispute in the
Lusophone World
Wagner Rodrigues Araújo (Wagner Merije) 79

A encomenda de livros na Loja da Impressão Régia: um breve exame sobre a
circulação dos impressos /The book order at the Imprensa Regia Bookstore:

A brief study of the circulation of printed materials <i>André Pequeno dos Santos</i>	99
As mulheres e os livros: uma leitura a contrapelo de obras de referência brasileiras / Women and books: a counterintuitive reading of brazilian reference works <i>Samara Mirian Coutinho ; Ana Elisa Ribeiro</i>	125
A atividade livreira na província do Espírito Santo: Bazílio de Carvalho Daemon e sua atuação editorial em uma localidade periférica no Império brasileiro / Bookselling in Espírito Santo: Bazílio de Carvalho Daemon and Editorial Practices in a Peripheral Brazilian Empire Locality <i>Karulliny Silverol Siqueira</i>	151
Livros e leituras, bibliotecários e catálogos nos mosteiros de Santa Cruz, Coimbra e de S. Vicente de Fora, Lisboa (séculos XVIII-XIX) / Books and readings, librarians and catalogues at the monasteries of Santa Cruz, Coimbra and of S. Vicente de Fora, Lisbon (18th-19th centuries) <i>Fernanda Maria Guedes de Campos</i>	183
Fontes documentais para a história da imprensa em Coimbra nos séculos XVI- XVII: as escrituras notariais / Documentary sources for the history of printing in Coimbra in the sixteenth-seventeenth centuries: notarial deeds <i>Ana Maria Leitão Bandeira</i>	207
Histórias reais: uma performance da existência no livro de artista / True Stories: a performance of existence in the artist's book <i>Ticiane Flávia Martins da Cruz</i>	251
A emergência e a valorização dos e-books nas Bibliotecas Públicas no panorama internacional / The emergence and valorisation of e-books in public libraries on the international scene <i>Carlos Guardado da Silva ; Carina Cruz Marques ; Liliana Isabel Esteves Gomes</i>	267

OUTROS ARTIGOS / OTHER ARTICLES

Os mss. 350 e 351 dos Reservados da BGUC: importantes fontes para o estudo
da tradição manuscrita dos sonetos de António da Fonseca Soares na *Fénix*

<i>Renascida</i> (Sylva, 1746, 2. ^a ed.) / Mss. 350 and 351 of the BGUC Reserves: important sources for the study of the manuscript tradition of the sonnets of António da Fonseca Soares in the Reborn Phoenix (Sylva, 1746, 2nd ed.) <i>Carlos Eduardo Mendes de Moraes</i>	299
---	-----

Constantino de Vasconcelos, no Vice-Reino do Peru e os seus trabalhos, na área da Engenharia e da Arquitectura religiosa, no último período da sua vida (entre 1651 e 1668) /Constantino de Vasconcelos, the Viceroyalty of Peru and his works in the field of engineering and religious architecture during the last period of his life (between 1651 and 1668) <i>Manuel Cadafaz de Matos</i>	333
--	-----

90 Anos da Primeira Visita de Maurice Maeterlinck a Portugal: de Eugénio de Castro a António Ferro. /90 Years since Maurice Maeterlinck's First Visit to Portugal: from Eugénio de Castro to António Ferro <i>Pedro Miguel Gon</i>	379
---	-----

Armando Cortesão e a Biblioteca Matemática da Universidade de Coimbra / Armando Cortesão and the Mathematical Library of the University of Coimbra <i>Carlos Tenreiro</i>	411
---	-----

VIDA DA BIBLIOTECA / LIFE OF THE LIBRARY

Atividades culturais 2024/2025 / Cultural activities 2024/2025 <i>Maria Luísa Sousa Machado, José Alberto Mateus</i>	443
---	-----

Estatuto Editorial / Editorial Status

1. Âmbito e objetivo

O *Boletim* assume-se como herdeiro do *Archivo Bibliographico da Bibliotheca da Universidade de Coimbra* que veio pela primeira vez a lume em janeiro de 1901 e que se manteve, sem interrupções, até maio de 1913. De janeiro de 1914 até finais de 1916, viria a público com uma designação ligeiramente diferente: *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. A partir do vol. 4 (jan./jun. 1917) publicou-se com o título *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, e assim se manteve até ao vol. 46/47 (2015/2016), quando assumiu a atual designação de *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*.

O *Boletim* tem como principal objetivo o estudo e a divulgação dos fundos documentais da Biblioteca Geral e de todas as bibliotecas da Universidade de Coimbra. Encontra-se aberto à comunidade científica portuguesa e estrangeira para a publicação de trabalhos no âmbito da Biblioteconomia e da Cultura, dando preferência aos que tenham por objeto acervos existentes na Universidade ou com eles relacionados.

Colaborarão na revista, por convite e/ou sob proposta de submissão, especialistas em ciências da informação e da documentação e outros investigadores de reconhecida idoneidade e mérito, com artigos originais, resenhas, notícias ou outro tipo de trabalhos.

2. Acesso

Com uma periodicidade anual, o *Boletim* é publicado em versão impressa e em versão eletrónica. O formato eletrónico, em acesso

aberto, encontra-se alojado na plataforma *Impactum* da Imprensa da Universidade de Coimbra: <https://impactum-journals.uc.pt> ou <https://impactum-journals.uc.pt/bbguc>

3. Informações para os Autores

Local e data da submissão de artigos

Os trabalhos deverão ser submetidos através da plataforma OJS (Open Journal System), até finais de mês de SETEMBRO de cada ano, no seguinte endereço: <https://impactum-journals.uc.pt/bbguc/about/submissions>

Registe-se e siga as instruções.

Seleção dos artigos

Os trabalhos propostos para publicação devem ser originais e devem seguir as normas de redação adotadas pelo *Boletim*. Uma vez aceites pelo conselho editorial serão submetidos a um sistema de arbitragem científica anónima de pelo menos dois pares externos. Todo o processo seguirá o *Código de Ética* e o *Guia de Boas Práticas para Editores de Revistas da Universidade de Coimbra* (<https://impactum-journals.uc.pt/codeofethics>).

Direitos de autor

Ao aceitarem publicar um artigo no *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, os autores cedem à Biblioteca Geral o direito de o publicar, em formato impresso e/ou digital, em qualquer momento e por tempo indeterminado, e sem quaisquer contrapartidas.

No caso de os autores incluírem nos seus artigos qualquer material que envolva a autorização de terceiros, é da responsabilidade do autor obter a respetiva autorização escrita, assumindo os eventuais encargos que daí possam decorrer.

Línguas de publicação

São admitidos textos em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

Apresentação e extensão dos artigos

Os artigos, apresentados em formato Microsoft Office Word, não devem exceder 50.000 caracteres (espaços incluídos) e devem conter:

- a) o título, na língua do artigo e em inglês;
- b) o/os nome(s) do(s) autores e respetivo(s) endereço(s) de e-mail, a identificação ORCID e indicação da afiliação institucional;
- c) resumo com o máximo de 300 palavras em português e em inglês;
- d) duas a seis palavras-chave, na língua do artigo e em inglês;
- e) bibliografia, no final do artigo;
- f) as notas de rodapé serão breves, introduzindo esclarecimentos ou comentários pontuais considerados indispensáveis. A chamada surge antes do sinal de pontuação;
- g) ilustrações, tabelas e gráficos devem ser gravados em ficheiros individuais, com indicação, no texto do artigo, do local exato onde devem ser inseridas as figuras com as respetivas legendas.

Formatação

- a) Título: tipo de letra Arial Bold, tamanho de letra 14, espaçamento entre linhas 16,36 pts, alinhamento à esquerda;
- b) Subtítulo / Capítulos: Arial Bold, tamanho 9 pt, alinhamento à esquerda;
- c) Resumos e palavras-chave: Arial, tamanho 9 pt;
- d) Texto principal: Arial 10 pt, espaçamento entre linhas 16,36 pt, alinhamento justificado, início de parágrafo 5 mm, numeração de páginas e de notas sequencial; Não serão admitidos sublinhados, nem outros negritos além dos títulos;

- e) Citações: entre aspas portuguesas («»), exceto se excederem as três linhas, caso em que devem ser destacadas do texto por um espaço, tamanho da letra 9 pontos, acompanhadas pela referência à obra citada de forma abreviada; alinhamento justificado, recuo à esquerda 10 mm;
- f) Notas de rodapé: Arial 8 pt, espaçamento entre linhas 10 pt, alinhamento justificado;
- g) Referências bibliográficas: Arial 8 pt, espaçamento entre linhas 10 pt, alinhamento justificado;
- h) Material gráfico e ilustrações: formato TIFF com 300 dpi de resolução.

Referências bibliográficas

A bibliografia deverá constar no final de cada artigo.

As referências e as citações bibliográficas devem ser elaboradas de acordo com uma das seguintes normas:

Norma NP 405

Norma APA (American Psychological Association)

Para mais informações, aceder aos exemplos elaborados pela Imprensa da Universidade de Coimbra:

NP 405: https://www.uc.pt/imprensa_uc/Autores/np405

Norma APA: https://www.uc.pt/imprensa_uc/Autores/apa

Revisão de provas

Serão enviadas aos autores provas tipográficas para correção. Não se aceitarão alterações superiores a 10% do texto original.

Nota de apresentação

Presentation note

Este volume do *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra* nasce de uma convocatória aberta para apresentação de propostas, subordinada ao tema «História do Livro e da Edição: objetos, problemas e rumos», sob a coordenação de Nuno Medeiros. A esta secção temática juntam-se ainda quatro artigos enquadrados pelo objetivo geral da revista: “o estudo e a divulgação dos fundos documentais da Biblioteca Geral e de todas as bibliotecas da Universidade de Coimbra”. Deste modo, espera-se renovar o modelo e o âmbito de circulação da revista, colocando a investigação documental nos acervos bibliográficos da UC em diálogo com abordagens teóricas e históricas no campo dos estudos contemporâneos do livro e da ciência da informação.

Às abordagens no campo da bibliografia descritiva e analítica, que predominam na história do *Boletim*, passarão a juntar-se outras problemáticas e metodologias da ciência da informação e da história do livro e das bibliotecas. A observação técnica das dimensões materiais dos artefactos – papel, tipografia, encadernação, gravura – ou da sua história de produção pode combinar-se com questões teóricas de índole diversa. A organização do conhecimento, o desenvolvimento de sistemas de informação de bibliotecas e a integração de infraestruturas digitais, por exemplo, constituem componentes centrais do horizonte institucional das bibliotecas universitárias.

O acervo e a coleção não podem ser vistos como o alfa e o ómega da sua esfera de atividades. As bibliotecas são hoje realidades aumentadas e dinâmicas, nas quais impresso e digital se potenciam mutuamente. Com a produção de números temáticos organizados por editores convidados, o *Boletim* amplia o seu campo de intervenção académica e melhora a sua qualidade, beneficiando dos contributos de uma massa crítica significativa que produz investigação em língua portuguesa nestes domínios. Espera-se, deste modo, aumentar também a sua circulação e a sua relevância científica para a comunidade alargada de quantos se dedicam aos estudos do livro e das bibliotecas nas suas múltiplas manifestações.

Manuel Portela

Diretor da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

**O horror à estabilidade.
Uma introdução ao dossiê
*História do Livro e da Edição:
objetos, problemas e rumos***

*The horror of stability.
Introduction to the special issue
'History of the Book and Publishing:
objects, issues and directions'*

Nuno Medeiros¹

Tomado como fulcro de uma configuração social mutável formada por uma constelação plural de agentes responsáveis nas suas ações e relações pelas apropriações interpretativas e produtivas de criação, disseminação e receção de que é alvo, o livro instaura um mundo ordenado. A ordenação desse mundo é largamente consumada e viabilizada pela edição como gesto, prescrição e enunciação contingentes e geradoras de espaços tensionais e confluentes de troca, legitimidade e legibilidade. Sendo definido por universos de agentes e vontades criativas e interpositivas, como a edição, o livro

¹ Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Comparatistas e Centro de História; <https://orcid.org/0000-0001-5350-4294>; nmedeiros@letras.ulisboa.pt

é também por esta enunciado, formulado e instituído como objeto duplamente concebido e concebível: uma ideia e um feixe de materialidades susceptíveis de a corporizar. Por outro lado, a edição de livros como processo é representada e representável pelo livro, como aparência totalizante e tangível de um objeto, fator de um mercado e protagonista de uma circulação, interpelando leituras, legitimidades, esquecimentos. No seu polimorfismo, objeto (livro) e processo (edição) apresentam-se como simultaneamente discerníveis e inextricáveis, sujeitos a – e sujeitos de – uma análise histórica em permanente recomposição e cujo atributo essencial desde, pelo menos, o último terço do século passado, se poderia resumir, com licença descritiva ampla, numa espécie de horror à estabilidade.

Se é argumentável, mas não indiscutível, a tese de que o “estudo histórico sério dos livros como objetos físicos e como objetos de comércio começou no século XVII” (Feather, 2011, p. 1), pode afirmar-se com temeridade moderada que a exploração histórica da edição se inicia previamente à emergência da figura contemporânea do editor enquanto entidade central autónoma e assim designável, no primeiro quartel do século XIX. Inspirada por um longo elenco de tradições, sensibilidades, práticas e posicionamentos epistémicos, teóricos, metodológicos e disciplinares, a história do livro e da edição não corresponde a uma realidade informe, nem sequer no atinente às duas expressões que presidem à proposta deste dossiê: livro e edição. Os esforços tendentes à sua compreensão globalizante estão, de variadas formas, fadados à frustrante conclusão da existência, quase ontologia, de um espaço compósito e em permanente oscilação, basculando, derivando, transformando e misturando, tanto as lógicas explicativas quanto as circunscrições concretas da expressão empírica em que livro e edição são ou podem ser abordados. Como em tantos outros universos apreensíveis historiograficamente, estes são o repto e o cunho da história do livro e da edição, seduzindo, complicando e enriquecendo um

projeto que transita – hesitante e proficuamente – entre Tântalo, Clio e Mnemósine.

A história do livro e da edição, como duas áreas de tangência, cruzamento, autonomia e interpenetração, é a história de um percurso que superou, sem eliminar, a história dos textos, ganhando novos planos sedeados no diálogo rugoso e surpreendente entre objetos, figuras e modos de produção, circulação e apropriação a partir da pesquisa de observatórios concretos ou de dinâmicas históricas específicas. Mantendo e até consolidando de maneira crescentemente complexa relações antigas com áreas como a bibliofilia e a erudição colecionista, a bibliografia material ou a análise literária, filológica, codicológica, serial, económica, artística e documental, a expansão e institucionalização da investigação historiográfica em torno do livro e da edição emergiram como território que se soube firmar e autonomizar no seio do amplo conjunto das humanidades e das ciências sociais, ganhando espaços de cruzamento forjados com domínios tão diversos como a geografia, a antropologia, a sociologia, os estudos culturais, a ciência política, as relações internacionais ou o design, mas também em áreas axialmente mais recentes no entendimento do tema na sua multiplicidade de ângulos e casos, como a cibernética, a informática ou os estudos de performance.

Na sua miríade de linhas, tensões, temáticas, parcerias, infidelidades e filiações, a heteróclita agremiação constituída pelo agregado de estudos em torno do livro e da edição não é, portanto, um edifício de linhas direitas. É, pelo contrário, um espaço fundamentalmente paradoxal (Carey, 1984), traço particularmente observável, por exemplo, no surto de investigação sobre livro, leitura e edição dos decénios de 1970 e 1980, ou nos angustiados e angustiantes diagnósticos de crise e crepúsculo (do livro e da leitura), ou ainda na exploração das potencialidades, surpresas, maravilhamentos e ameaças relativas ao lugar do livro, da edição e da leitura num contexto de metamorfose sociocultural e tecnológica acelerada em que despontam ou se alte-

ram realidades: da desmaterialização do digital à interconectividade eletrónica, passando pelos novos, e velhos, horizontes de intermedialidade e hibridismo. Olhar para o livro editado e publicado numa perspetiva histórica é hoje olhar para um cosmos multimodo e granular. Mas o lugar concedido ao interstício, à surpresa, ao estrato, ao matiz e à ambivalência como dimensões interpretativas, não conduz, nem pode evidentemente conduzir, à desvalorização do estudo do livro manuscrito ou impresso nem das propostas de análise de cariz mais formalista ou assente nas práticas e nas lógicas cultas.

É no âmbito deste trajeto que se inscreve o dossiê “História do Livro e da Edição: objetos, problemas e rumos”², que conjuga e articula propostas de temática, temporalidade e natureza variadas, incidindo em observatórios empíricos particulares e de escala diversa e correspondendo a diferentes tópicos de discussão epistémica e teórico-conceptual. Na sua heterogeneidade, os estudos aqui reunidos adentram a história do livro e da edição, mas também da leitura e da cultura escrita *lato sensu*, a partir de um cortejo de aproximações que atravessam dimensões como a “civilização do impresso” (Jean-Yves Mollier), circulações (Marisa Midori Deaecto; Wagner Rodrigues Araújo; André Pequeno dos Santos), agentes e instâncias (Samara Coutinho e Ana Elisa Ribeiro; Karulliny Silverol Siqueira), mediação, prescrição e leitura(s) (Fernanda Maria Guedes de Campos), fontes (Ana Maria Leitão Bandeira) ou objetos novos ou revisitados (Ticiane Flávia Martins da Cruz; Carina Cruz Marques, Carlos Guardado da Silva e Liliana Isabel Esteves Gomes).

Muito longe de abarcar a plêiade da história do livro e da edição na sua profusão, estes dez artigos configuram antes um catálogo amostral, estimulando a reflexão e promovendo a continuação da construção deste itinerário de diversidade e instabilidade, funcionando como montra de uma história progressivamente mais mul-

2 É devido um agradecimento particular a Manuel Portela, Jaquelina Neves e às autoras e autores dos pareceres anónimos de avaliação, que tornaram este dossiê possível.

tiforme. A dezena de artigos que compõe o dossiê não aspira, pois, a outro intuito que não o de contribuir para o aprofundamento e alargamento de debates, sem ignorar os desafios que se colocam ao estudo do livro e dos processos editoriais e da galáxia de práticas que o rodeiam: do códice à declinação digital, da revolução do impresso ao livro experimental, da biblioteca ao manuscrito.

Bibliografia

- Carey, J. W. (1984). The paradox of the book. *Library Trends*, 33(2), 103-113. <https://hdl.handle.net/2142/7361>
- Feather, J. (2011). Introduction: Bibliographical scholarship: History and development. In J. Feather (Ed.), *Book publishing* (Vol. 1, *Concepts and theories: Issues in book history*, pp. 1-16). Routledge.

Toujours plus de livres

Ever more books

Jean-Yves Mollier¹

RESUME

Cet article essaie d'analyser les réactions de l'Occident face à l'irruption d'une civilisation de l'imprimé, qui s'installe entre les années 1830 et 1960. Alors que les réformes de l'instruction universelle alphabétisent progressivement les populations, les élites religieuses, mais également politiques, s'inquiètent des conséquences engendrées par ces « révolutions silencieuses », notamment l'apparition d'une culture de masse. Celle-ci utilise tous les canaux disponibles, du journal au livre, de l'image fixe à l'image bientôt mobile (le cinéma puis la télévision) pour proposer d'autres lectures, d'autres loisirs aux nouveaux consommateurs de ces produits mis à la portée de tous. C'est donc à une histoire de la lecture en Occident qu'invite cet essai de reconstitution de son parcours.

MOTS CLES

Alphabétisation; Culture de masse; Édition; *Entertainment*; Lecture; Romans populaires.

¹ Professeur émérite d'histoire contemporaine à l'université de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines (université Paris-Saclay) ; <https://orcid.org/0000-0003-3853-8247> ; jean-yves.mollier@uvsq.fr

ABSTRACT

This article attempts to analyse Western reactions to the emergence of a print-based civilisation between the 1830s and 1960s. While reforms in universal education gradually increased literacy among the population, religious and political elites became concerned about the consequences of these 'silent revolutions,' particularly the emergence of mass culture. The latter used all available channels, from newspapers to books, from still images to soon-to-be moving images (cinema and then television), to offer new consumers of these products, which were now accessible to all, alternative reading material and leisure activities. This essay, which attempts to reconstruct the history of reading in the West, invites us to explore this history.

KEYWORDS

Literacy; Mass culture; Publishing; Entertainment; Reading; Popular novels.

La « révolution de l'imprimé », pour parler comme l'historienne américaine Elisabeth Eisenstein (1983), ne s'est pas produite au XV^e ni au XVI^e siècle, lorsque la Réforme provoqua l'essor des langues vernaculaires, mais beaucoup plus tard. Ce n'est en effet qu'au XIX^e siècle que l'Europe du Nord et de l'Ouest ont enregistré la formidable explosion de l'instruction universelle qui devait en changer le visage, avant de se répandre sur la totalité du continent au suivant. L'Italie d'avant 1914 demeurait largement sous-alphabétisée, comme le Portugal et l'Espagne et, bien entendu, la Russie, la Pologne, la Roumanie et la majeure partie de l'Europe centrale et orientale. Toutefois, même dans les pays qui ne connaîtront cette « révolution culturelle silencieuse » (Mollier, 2020) qu'après la fin de la Première Guerre mondiale, les industries liées à l'essor de la culture avaient entamé leur marche en avant inexorable dès la seconde moitié du XIX^e siècle. La romancière Carolina Invernizio dont Gramsci comparait la production romanesque à celle d'une poule pondeuse, connut ses succès les plus importants dans les années 1880-1900 (Zaccaria, 1984; Levi, 2013) et, si l'on ne lit plus guère aujourd'hui *La Bastarda*

ou *Amori maledetti* et *Baccio infame*, le philosophe marxiste le plus connu d'Italie n'éprouvait aucune gêne à se référer à son œuvre quand il évoquait les questions d'éducation des masses. L'Espagne avait connu un phénomène similaire avec la popularité qui entourait le romancier Benito Pérez Galdos dont *Tristana*, adaptée par Luis Bunuel au cinéma est dans toutes les mémoires. Carolina Invernizio et Pérez Galdos symbolisent, à la fin du XIX^e siècle, une nationalisation linguistique et culturelle d'un phénomène né pour l'essentiel en France², celui du roman-feuilleton qui fit alors le tour du monde.

Un homme résume à lui seul la capacité de ce genre littéraire né au milieu des années 1830 à submerger toutes les digues construites à la hâte pour lui résister, Alexandre Dumas. La vogue de son patronyme fut telle en Amérique latine où il ne posa pourtant jamais le pied que la jeune nation uruguayenne donna à son hospice des enfants trouvés de Montevideo le nom du père du *Comte de Monte-Cristo* au début des années 1840. Quant aux ouvriers des manufactures de tabac de La Havane, ils ont fait du « Montecristo » le symbole de l'excellence en matière de cigare au point qu'aujourd'hui encore, les amateurs de « havane » considèrent le « Montecristo » comme l'une des marques mythiques qui ont fait la réputation de l'île des Caraïbes avant la révolution castriste de 1959. Les cabinets de lecture du Nouveau Monde donnaient à lire les œuvres de leur idole en même temps qu'à Paris ou à Milan et, dans cette dernière ville de Lombardie, la contrefaçon permettait aux lecteurs férus de littérature française de dévorer *Il Medico di campagna* de Balzac dès 1834, quelques semaines après sa publication à Paris. Le libraire Gaspare Truffi l'avait introduit dans sa célèbre collection « *Romanzi e Curiosita Storiche di tutte li Nazioni* » qui portait si bien son nom et autorisait tout un chacun à se livrer à sa passion pour la fiction.

2 Même si la Grande-Bretagne a connu des phénomènes identiques en cette période (Cachin et al., 2007).

Face à ce flot ininterrompu de journaux, de magazines et de livres qui se déverse sur l'Europe au moment où la révolution industrielle en modifie la physionomie, où la vitesse et le progrès semblent en mesure de gagner tous les esprits, les élites religieuses, sociales et politiques ont réagi en tentant d'entraver ou de freiner le mouvement. Dès 1759, en condamnant l'*Encyclopédie* puis, constamment, dans les années 1830-1840, les papes ont rappelé le danger qui guettait le monde moderne. L'abbé Bethléem reprendra ces anathèmes au début du XX^e siècle en filant la métaphore du « fleuve immense et continu de papier imprimé [qui] se déverse jour et nuit en notre pays [et qui] inonde les populations de nos villes, des faubourgs, des campagnes, des hameaux les plus reculés » (Mollier, 2014a, p. 206). En France, après avoir fait de ce thème un sujet de joutes politiques au Parlement dans les années 1840, il se trouva une majorité pour suivre le représentant légitimiste Henri de Riancey en juillet 1850 et voter un impôt sur les romans qui demeura en vigueur quelques mois (Dumasy, 1999). En Angleterre, la taxe sur le papier retarda jusqu'en 1855 l'achat des journaux par les classes défavorisées et, en Autriche ou en Allemagne, la censure s'abattit sur les lecteurs de cette « mauvaise littérature » (*Schundliteratur* ou *Trivallliteratur* en allemand), ou de ce « mauvais genre ». Eugène Sue paya pour l'ensemble de ses confrères et, au moment où il meurt, réfugié en Savoie, en 1857, son dernier roman, *Les Mystères du Peuple*, est interdit à la vente à Paris et les exemplaires saisis, lacérés et détruits après son décès. Si l'on ajoute qu'à Barcelone, en 1861, l'archevêque de la ville, organisera le dernier autodafé de livres et de revues (Gaudin, 2014, p. 202-212) avant ceux du général Franco de 1939, on aura compris que la révolution de l'imprimé, ou plutôt la révolution culturelle provoquée par la lecture des romans dans les années 1830-1860 avait entraîné une sorte de paranoïa ou de fièvre obsidionale chez ceux qui jusque-là avaient considéré la culture comme leur domaine propre et même leur chasse gardée.

UN CONTINENT DE PAPIER

La « fureur de lire » - la *Lesewut* en allemand – avait précédé l'éclosion de la passion pour le roman-feuilleton et c'est à propos des suicides qu'aurait provoqués la lecture des *Souffrances du jeune Werther* de Goethe que les élites de ce pays s'émurent (Engelsing, 1974). L'Angleterre avait connu un engouement comparable avec la publication de *Pamela* de Richardson et la France n'avait jamais autant pleuré qu'en parcourant *Julie ou La Nouvelle Héloïse* de Jean-Jacques Rousseau. Ces faits sont connus et ont donné lieu à de multiples commentaires que l'on retrouvera aisément dans la *Storia della lettura* dirigée par Guglielmo Cavallo et Roger Chartier chez Laterza il y a trente ans (1995). Toutefois, on l'aura compris, le XVIII^e siècle européen des Lumières ou de l'aube du romantisme n'avait pas connu la révolution de l'instruction universelle. Celle-ci démarre en Europe du Nord, en Prusse, en Angleterre et en France entre 1830 et 1850 et ne touche que progressivement les autres pays. L'apparition de la vapeur dans l'imprimerie du *Times* londonien en 1812 annonce, elle aussi, des changements d'époque. C'est en effet la fin de l'imprimerie née avec Gutenberg où des « singes » et des « ours », pour parler comme Balzac dans *Illusions perdues*, c'est-à-dire des compositeurs et des ouvriers chargés de mettre en branle les lourdes presses à bras, tiraient quelques centaines d'exemplaires d'un livre totalement dépendant de l'agilité manuelle des compositeurs et de la vigueur musculaire des pressiers. Avec l'introduction de la vapeur dans les ateliers autour de 1820-1830, puis de l'électricité et du pétrole vers 1880-1890, l'invention des rotatives vers 1850 et des linotypes trente ans plus tard, le même livre peut être tiré à 50 000 exemplaires en quelques heures, voire davantage et ce à un coût très inférieur à ce qu'il était vingt ou quarante ans plus tôt.

Quelques exemples permettent d'illustrer l'ampleur de ces mutations. *Madame Bovary* de Gustave Flaubert a été publiée directement

dans une série de volumes vendus à prix très bas, un franc de 1857 ou cinq euros d'aujourd'hui pour chacun des deux tomes du roman. Son entrée dans la « Collection Michel Lévy », un ancêtre du livre de poche, permit à l'éditeur d'en vendre 20 000 exemplaires en un an (Leclerc & Mollier, 2024, p. 59-69). Six ans plus tard, Ernest Renan, un penseur qui avait osé présenter le Christ comme « un homme incomparable, si grand que [certains] l'appellent Dieu », voyait sa *Vie de Jésus* s'arracher à 168 000 exemplaires en dix-huit mois (Mollier, 1986, p. 31-33). Trente ans plus tard, les romans de Zola seront tirés à 80 000 ou 100 000 exemplaires après le succès de *L'Assommoir* et de *Nana*, et Pierre Loti vendra près de 500 000 exemplaires de *Pêcheur d'Islande* dans la « Nouvelle Collection illustrée » des éditions Calmann-Lévy à 0 F 95 entre 1907 et 1919 (Mollier, 1988, p. 472-476). Manifestement, on avait changé d'époque et aucune équivalence sérieuse ne peut être proposée entre la « fureur de lire » du XVIII^e siècle qui ne touchait que les élites urbaines et féminines les plus éduquées du continent et le raz-de-marée populaire observé après 1850 ou, davantage encore, 1880. C'est ce tsunami qui conduit les ouvrières et les employées de la Belle Epoque qu'a étudiées Anne-Marie Thiesse il y a plus de quarante ans à découper dans le journal de leur mari les feuillets qu'elles cousent sommairement – au point dit « de surjete - pour en faire des livres, et à s'échanger avec délices ces traces de leur entrée dans la modernité ou encore de leur acculturation au monde industriel qui les entoure (Thiesse, 1984).

On soulignera encore l'importance de ce phénomène en nous référant à *l'Atlante del romanzo europeo* de Franco Moretti paru en 1997. Ce chercheur original et créatif a dessiné une sorte de « géographie » de la littérature européenne, et tenté de cartographier ce mouvement qui affecta tout le monde développé (Moretti, 1997). Sans surprise, Alexandre Dumas et Charles Dickens apparaissent comme les deux romanciers les plus lus, mais c'est le premier qui fut le plus traduit au XIX^e siècle et c'est le succès international du roman français qui trans-

forma la ville de Paris « en une sorte d'Hollywood du XIX^e siècle » pour citer encore Moretti. Un marché littéraire international avait vu le jour, renforçant le pouvoir des centres sur les périphéries, de l'Angleterre sur les parties du monde lisant et parlant anglais, et de la France sur le reste de la planète. Paris imprimait alors ses livres non seulement en français mais en espagnol et en portugais à destination de toute l'Amérique latine et une partie des élites mondiales – la « classe de loisir » comme l'appelait le sociologue Thorstein Veblen (1899) – mettait son point d'honneur à découvrir la littérature mondiale, anglaise, russe ou scandinave, à partir des traductions des œuvres en français. L'omniprésence des traductions en langue française ou à partir du français a frappé tous les observateurs et elle se vérifie aussi bien en regardant les fonds qui composent le *Real Gabinete Português de Leitura* de Rio de Janeiro aujourd'hui, que ceux du *Gremio literario* de Belem, cette capitale amazonienne qui, au temps du rush du caoutchouc, en 1870-1880, construisait une salle d'opéra digne de ses concurrentes italiennes, et s'adonnait à la lecture des romanciers à la mode, prouvant à sa manière que la mondialisation n'a pas débuté à la fin du XX^e siècle (Mollier, 2008). Dès la découverte de l'Amérique, les bateaux à voile reliaient entre eux les deux hémisphères, comme l'a remarquablement montré Serge Gruzinski dans un livre qui a fait date, *Les Quatre parties du monde* (2004), et seuls des économistes pressés peuvent encore ignorer ces évidences.

Pour ne pas alourdir la démonstration et accabler ces moines soldats de l'économie libérale persuadés que, hors de leur discipline, il n'est point de salut, rappelons simplement que la maison Garnier frères de Paris entretenait des succursales de sa société jumelle – *Garnier Hermanos* – tant à Paris pour les livres publiés en espagnol qu'à Mexico et Buenos Aires, et qu'à Rio de Janeiro, dès 1845, elle avait ouvert la *Livraria Garnier Irmaos* qui, jusqu'en 1914, fut la principale maison d'édition du Brésil (Lyons & Mollier, 2012). A partir de 1841, le journal *El Correo de Ultramar*, imprimé en espagnol à Paris pour

le compte d'un éditeur cubain demeurant à La Havane, était diffusé dans toute l'Amérique latine et proposait la lecture des romans d'Alexandre Dumas en français et en traduction castillane juxtaposée à ses lecteurs. Les bateaux à voile puis à vapeur qui chargeaient les ballots de journaux au Havre, à Lorient, Bordeaux ou Marseille, partaient ensuite pour l'île de Cuba, puis ravitaillaient le golfe du Mexique et New Orleans tandis que d'autres steamers faisaient route vers Recife, Bahia, Rio de Janeiro, Montevideo et Buenos Aires, avant de passer dans l'Océan Pacifique et de remonter sur Valparaíso, Lima ou Carthagène (Mollier, 2015). Par rapport à la rapidité des ondes et d'internet au XXI^e siècle, on dira qu'il fallait alors trois à huit semaines pour connaître la mode de Paris en Amérique ou encore les dernières toilettes aperçues aux courses d'Epson ou aux Tuileries, ou pour lire *Le Comte de Monte-Cristo*, *Les Misérables* et, bientôt, *Le Tour du monde en 80 jours* de Jules Verne. Comme l'a montré Donald Sassoon dans *The Culture of the Europeans* (2006), on assista bien alors à une nationalisation et à une internationalisation des héros de la culture populaire qui sont des faits marquants de l'histoire du XIX^e siècle.

La croissance du nombre de titres publiés en Allemagne – 10 000 en 1870, 20 000 en 1890 et 35 000 en 1913 – ou en France – 10 000 en 1855, 20 000 en 1880 32 000 en 1913 (Mollier & Cachin, 2020) – confirme la capacité des industries culturelles à atteindre presque toutes les couches sociales et à imposer un besoin de lire aussi puissant que celui de manger ou de boire. Tel était le rêve utopiste d'un éditeur parisien, Michel Lévy (Mollier, 2007), et cette ambition traduit l'euphorie qui accompagnait la croissance vertigineuse de la consommation de papier en Europe et en Amérique du Nord. Même en Italie, le nombre de titres imprimés a progressé à vive allure, passant d'environ 2 000 en 1820 à 8 000 en 1890, ce qui est de très loin supérieur à l'Espagne qui ne semble pas avoir dépassé le cap des 2 000 titres nouveaux au début du XX^e siècle. Les courbes enregistrées par le tirage des périodiques, quotidiens,

hebdomadaires, nationaux ou régionaux, spécialisés, pour les femmes ou la jeunesse, ou en fonction des goûts et curiosités des abonnés, sont encore plus impressionnantes. Pour ne donner qu'un exemple chiffré de ces phénomènes, on dira que la ville de Paris consommait cent tonnes de papier journal chaque jour à la fin du XIX^e siècle et qu'au plus fort de l'affaire Dreyfus – une de ces guerres de papier qui marqua durablement les esprits – elle en consuma le double. Qu'il s'agisse d'insulter et de martyriser symboliquement le capitaine injustement condamné ou, au contraire, de dénoncer le verdict inique et de réclamer la révision de son procès, on imprimait des milliers de brochures, de journaux et de livres, de cartes postales, de tracts et d'objets les plus divers (Mollier, 2014b, p.183-214). Cette fièvre, loin de demeurer cantonnée à la ville de Paris, sortait de l'hexagone français pour incendier le continent, l'Italie, l'Angleterre, la Prusse ou l'Autriche n'échappant pas à cet embrasement qui fit plusieurs morts en Algérie et des blessés dans de nombreuses villes françaises.

Depuis la publication de *Uncle Tom's Cabin* dans toutes les langues continentales au début des années 1850 (Parfait, 2007), les industries culturelles confirmaient leur capacité à atteindre les points les plus reculés de l'univers et à faire partager certaines émotions aux publics les plus divers. *Le Comte de Monte-Cristo* avait montré la voie, *Les Mystères de Paris* également qui furent à l'origine de dizaines de volumes intitulés *Les Mystères de Londres* ou *Les Mystères de Lisbonne* ou de *Montevideo*, de même que *Les Français peints par eux-mêmes* avaient suscité, à Mexico, avant 1848, la publication de *Los Mexicanos pintos por si mismos*. Harriet Beacher Stowe profita de l'indignation qui accompagnait la survivance de l'esclavage dans certaines régions du monde et son roman inspira drames, tableaux et autres adaptations qui rendirent la figure de l'Oncle Tom familière à tout un chacun. Il en sera bientôt de même de Cosette, l'héroïne des *Misérables*, de David Copperfield, le héros de Dickens (Moretti, 1997; Saint-Clair, 2004), et, bientôt, de Huckleberry Finn ou de Sherlock Holmes et

d'Arsène Lupin, tous personnages qui, non contents de connaître une destinée universelle en feuilletons et en livres, étaient dessinés, reproduits sur tous les supports possibles, affiches, bandeaux, écharpes, châles, verres, cendriers, avant que le cinématographe ne leur offre une nouvelle destinée. Au moment où, en 1912, un éditeur allemand, Reclam, invente les distributeurs automatiques de livres et les installe dans les gares, les hôpitaux, les paquebots transatlantiques où, déjà, des bibliothèques vendant des livres existaient, et dans bien d'autres lieux ouverts au public, l'industrialisation de la culture est une réalité à laquelle rien ne semble en mesure de résister.

Comme on le sait, tout a vraiment démarré à Londres, en 1848, lorsque l'éditeur William Henry Smith a ouvert, à la station ferroviaire d'Euston, son premier kiosque destiné à vendre livres et journaux. Louis Hachette l'a imité cinq ans plus tard, en mars 1853, et il est allé beaucoup plus loin, en négociant avec les compagnies de chemins de fer françaises un véritable monopole sur la distribution des imprimés (Mollier, 1999). Avec plus d'un millier de dépôts dans les gares du pays en 1900, il était en mesure d'inonder les provinces françaises en périodiques et en livres et, dès 1860, il avait imposé son magazine *Le Tour du Monde* comme le type même de l'illustré apte à satisfaire la soif de connaissances qui s'emparait de fractions de plus en plus larges de la population. En revendant ses clichés aux journaux italiens, espagnols, anglais et allemands, il était en mesure d'imposer aux lecteurs de tous ces pays un certain regard sur l'univers et de contribuer de la sorte, si ce n'est à l'uniformisation des visions, du moins à une certaine homogénéisation des représentations humaines (Raven, 2020). Avec l'arrivée du cirque de Buffalo Bill en Europe en 1889, ce sont les Indiens d'Amérique qui traversent l'Océan pour montrer leurs peintures de guerre et leurs exceptionnelles qualités de cavaliers. Les journaux illustrés de la firme Eichler de Dresden en Allemagne abreuvent, après 1906, le continent entier de ces images qui faciliteront l'acclimatation ultérieure de la culture « western ».

Pour le moment, ce sont les journaux offerts aux adolescents qui préparent ces hybridations de la culture mondiale dans laquelle les figures de l'Autre revêtent trop souvent le visage du monstre ou du sauvage qui inocule dans l'imaginaire du lecteur la crainte ou la haine de l'étranger (Mollier, 2010).

DES PEURS DES ELITES AUX HANTISES DES LECTEURS

Ce sont les papes Clément XIII (1758-1769) et Grégoire XVI (1831-1846) qui ont cédé au fantasme du torrent inondant le monde et ils ont fortement contribué à la multiplication des métaphores assimilant la prolifération des imprimés à un fleuve de boue se répandant à vive allure sur la chrétienté. Leur vision apocalyptique, certes traditionnelle de cette Eglise romaine persuadée qu'un complot vise à la détruire depuis que les philosophes et les francs-maçons semblent s'être unis pour l'écraser au milieu du XVIII^e siècle, mérite que l'on s'y arrête. Selon ces deux souverains pontifes, ce ne sont pas seulement les villes mais les campagnes, les villages et les hameaux les plus reculés qui sont touchés par la circulation accélérée des imprimés. Sans doute s'appuient-ils ici sur une lecture trop rapide d'un livre important, rédigé par un jésuite originaire de Suisse, Nicolas de Diesbach, *Le Chrétien catholique inviolablement attaché à sa religion*. Publié à Turin et en français en 1771, cet essai tournait pourtant le dos à une position qui avait dominé le monde catholique et selon laquelle la lecture détournait l'homme de la seule occupation qui vaille : se préparer à une bonne mort. Pour ce prêtre au parcours étonnant, né luthérien et marié avant de perdre sa femme et d'abjurer la foi protestante, l'Eglise devait comprendre que la soif de lecture avait désormais touché la majorité des êtres humains. Plutôt que d'interdire le contact avec les livres, il fallait privilégier les « bonnes lectures » et, pour lutter à armes égales avec le cabinet de lecture, un « assommoir » bien plus dangereux que le

cabaret des villes ou l'auberge des campagnes, il fallait créer partout des bibliothèques circulantes et faire rédiger de « bons livres » par les âmes non contaminées par les Lumières et l'athéisme. Le devoir du chrétien ne consistait donc pas à freiner la circulation des livres mais, au contraire, à la faciliter afin de construire des barrages efficaces contre la dissémination des « mauvais livres » (Richter, 1992).

À l'origine du courant qui produira cette littérature édifiante dont l'éditeur Pierre Jules Hetzel disait qu'il s'agissait d'une « tisane littéraire » absolument indigeste et écœurante, Nicolas de Diesbach partageait les craintes de ses supérieurs quant au danger que les mauvais livres faisaient courir aux croyants, mais il avait conservé de son contact avec les religions réformées la certitude que le principe de la lecture est sain. *Fabiola ou L'Église des catacombes* du cardinal Wiseman, mis en vente en Angleterre en 1854 et bientôt traduit dans toutes les langues, se situera dans la droite ligne de cet effort pour produire de « bons livres », c'est-à-dire des livres « édifiants », mais le pape Grégoire XVI avait préféré retenir du livre de Nicolas de Diesbach l'idée que le monde était menacé par les livres impies. C'était d'ailleurs ce que ses prédécesseurs avaient déclaré depuis qu'en 1759 Clément XIII avait fait inscrire *L'Encyclopédie* à l'*Index librorum prohibitorum* (Bujanda, 2002) et que les œuvres de Voltaire – celles-ci depuis 1751 – Diderot, Rousseau, D'Alembert et d'Holbach étaient interdites aux catholiques sous peine de péché mortel. En France, l'*Index* romain n'était pas « reçu » avant 1852, et il ne s'imposait donc pas aux fidèles car les évêques de ce pays demeuraient gallicans, mais, ailleurs, il avait force de loi. Loin de se faire silencieuse au XIX^e siècle, la congrégation de l'*Index* allait s'en prendre à la littérature et délaissier un peu la théologie qui l'avait davantage occupée jusque-là. En 1863-1864, au moment où Pie IX publie à la fois l'encyclique *Quanta Cura* et le *Syllabus* - le catalogue des erreurs du monde moderne - l'essentiel de la littérature française est entrée à l'*Index* auquel les évêques français ont maintenant accepté de se soumettre. De Balzac à Zola qui va

bientôt subir le même sort, en passant par les deux Dumas, père et fils, Flaubert, George Sand et Stendhal, c'est l'ensemble d'une littérature qui symbolise la vague déferlante du romantisme et du réalisme qui est frappée et condamnée en termes d'autant plus virulents qu'elle est lue partout dans le monde (Savart, 1985; Artiaga, 2007).

L'ouverture des archives de l'*Index* romain, en 1998 a permis aux chercheurs de disposer désormais des pièces des procès et de comprendre pourquoi la peur du livre avait armé le bras des censeurs (Amadiou, 2017; 2019). Plutôt que d'écouter Nicolas de Diesbach et ceux qui, avec l'œuvre des Bons Livres apparue en 1820, s'efforçaient de contribuer à la production et à la circulation des bons livres – « l'orthodoxie » du livre se faisant le garant de « l'orthopraxie » des lecteurs – ceux qui redoutaient ce monde dans lequel la technique et l'économie favorisaient la croissance de l'imprimé maniaient l'anathème en prédisant les flammes de l'enfer à ceux qui liraient les mauvais livres. Le cardinal Wiseman se situait à l'opposé de cette vision et, avec lui, tous les éditeurs catholiques qui essayaient de contribuer à l'édification des croyants tout en les divertissant. De ce fait, de très nombreuses « bibliothèques chrétiennes » furent publiées par les éditeurs catholiques. En France, c'est la maison Mame qui exercera l'influence la plus profonde sur les jeunes lecteurs en leur donnant à lire la prose du chanoine Schmidt et celle de tous ces écrivains aujourd'hui oubliés, parmi lesquels on trouve la grand-mère du général De Gaulle. Leurs œuvres vinrent gonfler le fonds des bibliothèques paroissiales qui naissent à la fin des années 1830 et croissent jusqu'au début du XX^e siècle avant de régresser après 1945. En lançant, en 1933, le concours destiné à récompenser les meilleurs romans antibolcheviques, le pape Pie XI demeurait fidèle à cette stratégie de reconquête des esprits. Toutefois, les résultats proclamés en mars 1936 ne furent pas à la hauteur des espérances et il fallut attendre 1948 et la publication du célèbre *Petit Monde de Don Camillo* de Giovanni Guareschi pour voir un roman digne de ce

nom et maniant l'antibolchevisme avec humour atteindre le grand public (Rollin, 2011).

On se tromperait gravement en imaginant que seule l'Église catholique participa à ces guerres de papier. Les protestants ne furent pas en reste, et luthériens, calvinistes, anglicans, baptistes et autres Églises réformées prirent leur part dans ce combat. La diffusion exceptionnelle de *Pilgrim's Progress*, traduit en plus de deux cents langues africaines et asiatiques (Hoffmeyr, 2004), témoigne de la vigueur de l'œuvre missionnaire à une époque où les impérialismes se disputent également la domination des âmes des peuples colonisés. Au-delà de ces centres de propagande religieuse, les laïcs partagèrent souvent les craintes des évêques et des pasteurs, et la polémique entourant l'avènement du roman-feuilleton pénétra à la Chambre des députés en France au début des années 1840, sous la monarchie par conséquent, avant de rebondir, sous la Deuxième République, en 1850, et d'aboutir à cet amendement Riancey qui imposa un impôt sur les journaux contenant des extraits de romans. Au même moment, la publication des *Œuvres complètes illustrées* de Victor Hugo, George Sand, Eugène Sue et Balzac en fascicules de seize pages vendus 20 centimes – un euro actuel – mettait le feu aux poudres et déclenchait un débat d'une telle violence que Napoléon III décidait de contrôler la totalité du système dit du colportage, la vente des livres et des journaux par des libraires itinérants alimentant largement les campagnes en imprimés de toutes natures. Voulue par un gouvernement dictatorial, la législation enserrant le colportage dura vingt ans, de 1852 à 1870, et contribua fortement à sa régression. La progression concomitante du chemin de fer permit de faire parvenir d'autres périodiques et d'autres volumes aux bourgades les plus reculées et contribua à la centralisation de l'édition française à Paris et, par ce biais, à la nationalisation de la littérature de grande consommation.

Si les républicains n'avaient pas eu de mots assez durs pour flétrir ces lois réactionnaires, ils se méfiaient tout autant de la littérature

populaire et redoutaient également sa prolifération. Le débat à propos du « roman à quatre sous », apparu en 1848, et condamné à disparaître après l'adoption des lois de compression du colportage, éclaire singulièrement la vision du camp laïque, voire républicain, et, pour partie, socialiste. Persuadés eux aussi que la femme, l'ouvrier, le peuple sont de grands enfants et qu'ils doivent être dirigés dans leurs lectures, ces « mentors » animés des meilleures intentions n'étaient pas loin d'éprouver les mêmes angoisses que les cléricaux et de partager leurs visions fantasmagoriques à propos des « mauvais » livres, des « mauvais » genres et des « mauvaises » lectures. Comment comprendrait-on, sans cela, que le roman n'ait obtenu droit de cité dans les bibliothèques communales, et même populaires, qu'à la toute fin du XIX^e siècle, voire plus tard, ou que, pour se voir délivrer un volume de fiction, le lecteur ait dû, jusqu'au milieu du XX^e siècle, emprunter en même temps deux ou trois livres jugés plus « sérieux » ? Que ce soit à Genève ou à Paris, à Berlin ou à Londres, les mêmes règles non écrites régissaient la constitution du catalogue des bibliothèques publiques. Pis : dans les *Circulating Libraries* qui pullulent en Angleterre et sont le mode d'accès privilégié à la lecture des classes moyennes, une censure implicite du même ordre aboutit à éloigner des lecteurs tous les livres susceptibles de heurter la morale victorienne (Moretti, 1997; Saint-Clair, 2004).

Face à l'offensive menée par les écrivains dont « l'imagination mélodramatique », selon l'heureuse formule de Peter Brooks (1984), séduit les deux hémisphères, les tenants du rigorisme et ceux de l'éducation morale des masses se retrouvent pour flétrir le Victor Hugo des *Misérables*, le Dumas du *Comte de Monte-Cristo*, le Dickens des *Aventures de Mister Pickwick* et, bien entendu, le Zola de *L'Assommoir* et de *Germinal*. Face à cette invasion de romans excitant l'imaginaire et les passions – du moins, si on accepte de prêter quelque attention à leurs phobies – il fallait interdire, condamner, menacer pour maintenir l'ordre social. Si le lecteur du XIX^e siècle accordait

en effet du crédit à ceux qui dénonçaient la misère et l'exploitation de l'homme par l'homme, s'il suivait Eugène Sue, ou son héros, le prince Rodolphe, Victor Hugo et Marius entraîné sur les barricades du cloître Saint-Merry, ou encore Émile Zola transformant Etienne Lantier en meneur entraînant ses frères de misère sur le chemin de la révolte, il serait de plus en plus difficile de maintenir les barrières qui séparaient les classes sociales. Persuadés par ailleurs, comme l'abbé Bethléem, auteur, en 1904, d'un guide de lectures intitulé *Romans à lire et romans à proscrire* qui connut onze éditions et un tirage de 140 000 exemplaires avant 1939, que le lecteur non éduqué est atteint de « bovarysme » et qu'il ne peut lire de façon critique un roman ou une nouvelle, les entrepreneurs de morale laïque ou religieuse développaient une argumentation comparable (Stora-Lamarre, 2011). Redoutant eux aussi la marée déferlante qui culmine à la veille de la Première Guerre mondiale quand Arsène Lupin est un gentleman cambrioleur dont les affiches et le cinéma vantent les exploits et que la littérature policière commence à confondre héros et bandits, ces éducateurs refusent d'autoriser le lecteur à se faire son propre guide en matière de divertissement, d'*entertainment*, comme on dirait aujourd'hui.

Alors que la démocratie semble s'imposer comme le modèle de régime politique un peu partout dans le monde et que les monarchies et les empires doivent composer avec la généralisation du suffrage universel, ce qui signifie que chaque électeur dispose d'une voix équivalente et est considéré, *a priori*, comme apte à choisir son candidat, on refuse au lecteur la même liberté. Comme le dira avec force cet abbé Bethléem dont la *Revue des Lectures* est lue dans cent trente-deux pays et influence le jugement des éducateurs tant en France qu'en Italie, en Espagne, au Québec ou en Uruguay, voire au Brésil et aux États-Unis où l'adoption du « Code Hayes » par les compagnies cinématographiques de Hollywood fut le fruit d'un long travail des élus catholiques, c'est au père de famille qu'il revient de surveiller

les lectures de sa femme, de ses enfants et de ses domestiques. Ordonné prêtre en 1894, l'ecclésiastique avait vécu l'apparition des collections de livres à bas prix tirées à 50 000 ou 100 000 exemplaires comme un véritable cauchemar. Il avait tout tenté pour endiguer l'océan des mauvais livres et éclairer ses contemporains, tel un phare dans l'océan ou une vigie attentive aux dangers qui guettaient les navigateurs d'un genre nouveau s'aventurant sur des mers inhospitalières (Mollier, 2014a). Aimant à filer ces métaphores empruntées à l'*Évangile* et aux prophètes de l'*Ancien Testament*, notamment Isaïe, il finit par convaincre ses adversaires de toujours, les républicains radicaux, et même les élus socialistes, qu'il n'était nullement un esprit obscurci par la peur du Malin. À la veille de sa mort survenue en 1940, l'adoption par le gouvernement français du « Code de la famille » instituant une « Commission spéciale consultative du livre » rendait compte du ralliement de la gauche aux visions de la droite catholique (Mollier, 2014a).

La bande dessinée était en train de remporter une victoire décisive en matière de lectures de la jeunesse et les *Comics Books* américains comme les *fumetti* italiens, tous apparus dans l'espace européen au début des années 1930, y étaient pour quelque chose. La littérature sentimentale – les « romans de gare » comme les appelaient avec mépris les censeurs – avait elle aussi trouvé sa place dans l'imaginaire féminin, et le genre policier avait les faveurs du public masculin, ce qui faisait redouter une dégradation de l'esprit civique et un affaissement de la morale. Pour beaucoup d'observateurs, c'était le résultat de l'insuffisance du contrôle des industries culturelles et il appartenait aux États de réagir s'ils ne voulaient pas s'abîmer dans un déclin qui semblait guetter les vieilles nations. La Deuxième Guerre mondiale mit un terme provisoire à ces débats, mais ils réapparurent au lendemain de la libération de l'Europe du joug nazi et des fascismes, preuve de la prégnance de ces visions nées dans la deuxième moitié du XVIII^e siècle, alors même que le fleuve de livres n'était guère qu'un

ruisseau abreuvant les rares lectrices susceptibles de s'adonner à ce plaisir. Quand les grandes marées apportèrent leur flot d'imprimés, cent ans plus tard, l'arsenal idéologique était prêt à être utilisé et il déborda du camp qui en avait forgé l'argumentaire vers les milieux qui lui étaient, en apparence, les plus farouchement hostiles (Crépin et Groensteen, 1999).

CE VICE IMPUNI, LA LECTURE

C'est Valéry Larbaud qui a donné à son recueil d'articles de 1925, *Domaine anglais*, ce titre trompeur et ambigu, *Ce vice impuni, la lecture* (Larbaud, 1925). Loin d'avoir été considérée comme une activité bénéfique et d'être encouragée par les familles comme une voie d'accès privilégiée à la réussite scolaire et universitaire, la lecture fut, on vient de le voir, l'objet de censures multiples, innombrables et durables. Il fallut bien des changements et l'arrivée dans le paysage culturel d'autres objets de crainte, le cinéma, la console vidéo puis les dérivés de l'écran plat, tablettes et autres Smartphones, pour que le livre finisse par rallier tous les suffrages des éducateurs. La « fureur de lire » avait été dénoncée dès la deuxième moitié du XVIII^e siècle, quand elle ne concernait qu'une minorité de lectrices, mais le XIX^e siècle attisa les angoisses en autorisant une telle croissance de l'imprimé que les contemporains ressentirent l'impression d'être submergés par un océan de publications. Pour introduire un peu de distance critique par rapport à ces fantasmes, on rappellera, en conclusion, que le grand éditeur italien Arnaldo Mondadori, qui débuta dans le métier d'imprimeur en 1907, ne disposait que d'une presse à bras, comme celles qu'utilisaient les compagnons de Gutenberg, et qu'il attendit 1910 pour acheter sa première presse automatique (Mondadori, 2007). L'Espagne, le Portugal, comme l'Italie, n'avaient pas encore entamé leur réforme de l'instruction universelle même si, dans la plaine du Pô et dans toute

l'Italie du Nord, comme en Catalogne, les industries culturelles étaient une réalité bien vivante. On l'a dit en ne retenant que deux exemples significatifs : Carolina Invernizio en Italie et Benito Pérez Galdos en Espagne témoignent à leur façon de l'universalité du phénomène de la littérature industrielle. Reproduisant des schémas étrangers mais en les nationalisant pour mieux les faire accepter, ces écrivains illustrent cette forme de mondialisation que connut le XIX^e siècle.

Dès 1830, des esprits aussi éclairés que Charles Nodier redoutaient les conséquences de la multiplication des volumes et, en 1839, Sainte-Beuve publiait son célèbre cri d'alarme (1839) en stigmatisant Balzac et Dumas, les deux artificiers qui menaçaient de transformer les Belles Lettres en littérature industrielle. Quinze ans plus tard, les frères Goncourt s'indignaient devant le spectacle qu'offraient les premières bibliothèques de gare de Louis Hachette car, à leurs yeux, les collections de livres à bas prix offraient de quoi lire « pour vingt sous » - un franc ou un mark de l'époque, ce qui représentait une régression. Un peu plus tard encore, quand Arthème Fayard lança sa collection « Le Livre populaire » où parurent les exploits de Fantômas, à la veille de la Première Guerre mondiale, d'autres imprécateurs fustigèrent la prétention de ces « mercantis » à gaver le lecteur comme on gave une oie. Le 7^e art – le cinéma – le 8^e – la télévision – et le 9^e – la bande dessinée – ont à leur tour été l'objet des anathèmes les plus divers, mais on retiendra ici cette étrange numérotation des arts qui place la bande dessinée, pourtant née avant le cinématographe et la télévision, à la neuvième place plutôt qu'à la septième. C'est sans doute la preuve d'une reconnaissance tardive faite à un « mauvais genre » qui mit près d'un siècle à s'imposer. Jean-Paul Sartre a conté cette histoire avec humour dans son autobiographie, *Les Mots*. Quand son grand-père, professeur agrégé d'allemand, découvrit que son petit-fils lisait les exploits des « Pieds-nickelés » dans *L'Épatant*, un magazine pour enfants, il en conclut que son rejeton était un crétin dont il ne tirerait jamais rien (Sartre, 1964).

On pourrait épiloguer à l'infini sur cette peur de l'imprimé qui enferme en elle une part de la malédiction qui pèse sur l'homme en Occident. Puisque le travail auquel il a été condamné exclut le loisir et la distraction, la lecture ne pouvait être vécue que comme un vice à châtier sévèrement. Il devait revenir à un diacre de l'Église anglicane, Charles Ludwidge Dodgson, plus connu sous le pseudonyme de Lewis Carroll, de conseiller aux enfants de suivre Alice et de passer de l'autre côté du miroir pour subvertir le monde et échapper aux règles étouffantes des éducateurs (Carroll, 1872). Publié en 1872, mais devenu vraiment universel un siècle plus tard, ce récit plein de saveurs et de mystères nous rappelle utilement que le XIX^e siècle fut sans conteste celui qui vit la multiplication des livres et des journaux. Dix ans après Lewis Carroll, c'est un Italien, Carlo Collodi, qui publiait *Le Avventure di Pinocchio. Storia di un burattino*, ce conte qui fait du mensonge un des attributs de l'enfance, autre manière d'inverser les codes et de laisser aux *bambinis* ou aux *ragazzis* le soin de trouver eux-mêmes leur voie au milieu d'un océan de livres, de récits et de contes...

BIBLIOGRAPHIE

- Amadiou, J.-B. (2017). *La littérature française au XIX^e siècle mise à l'Index: Les procédures*. Paris: Les Éditions du Cerf.
- Amadiou, J.-B. (2019). *Le censeur critique littéraire: Les jugements de l'Index du réalisme au naturalisme*. Paris: Hermann.
- Artiaga, L. (2007). *Des torrents de papier: Catholicisme et lectures populaires au XIX^e siècle*. Limoges: PULIM.
- Brooks, P. (1984). *L'immaginazione melodrammatica* (trad. it.). Parma: Pratiche. (Obra original publicada em 1976).
- Bujanda, J. M. de. (2002). *Index librorum prohibitorum. 1600–1966*. Montréal: Médiaspaul; Genève: Droz.
- Cachin, M.-F., Cooper-Richet, D., Mollier, J.-Y., & Parfait, C. (Dirs.). (2007). *Au bonheur du feuillet: Naissance et mutations d'un genre (États-Unis, France, Grande-Bretagne, XVIII^e–XX^e siècles)*. Paris: Créaphis.
- Carroll, L. (1872). *Through the looking-glass, and what Alice found there*. London.

- Cavallo, G., & Chartier, R. (Dirs.). (1995). *Storia della lettura*. Rome-Bari: Laterza.
- Crépin, T., & Groensteen, T. (Dirs.). (1999). *On tue à chaque page! La loi de 1949 sur les publications destinées à la jeunesse*. Paris: Éditions du temps/Musée de la bande dessinée.
- Dumasy, L. (1999). *La querelle du roman-feuilleton: Littérature, presse et politique, un débat précurseur (1836–1848)*. Grenoble: ELLUG.
- Eisenstein, E. L. (1983). *The printing revolution in early modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Engelsing, R. (1974). *Der Bürger als Leser: Lesergeschichte in Deutschland, 1500–1800*. Stuttgart: Metzler.
- Gaudin, F. (2014). *Maurice Lachâtre, éditeur socialiste (1814–1900)*. Limoges: Lambert-Lucas.
- Gruzinski, S. (2004). *Les quatre parties du monde: Histoire d'une mondialisation*. Paris: La Martinière.
- Hoffmeyr, I. (2004). *The portable Bunyan: A translation historic of The Pilgrim's Progress*. Princeton: Princeton University Press.
- Larbaud, V. (1925). *Ce vice impuni, la lecture: Domaine anglais*. Paris: Gallimard.
- Leclerc, Y., & Mollier, J.-Y. (2024). *Gustave Flaubert et Michel Lévy: Un couple explosif* (Rééd.). Paris: Le Livre de Poche.
- Levi, A. (2013). *Si pecca ad ogni pagina: Le due vite di Carolina Invernizio*. Pontedera: Bibliografia et Informazione.
- Lyons, M., & Mollier, J.-Y. (Dirs.). (2012). Pour une histoire transnationale du livre [Dossier]. *Histoire et civilisation du livre*, 8, 1–248.
- Mollier, J.-Y. (1986). *Lettres inédites d'Ernest Renan à ses éditeurs Michel et Calmann Lévy*. Paris: Calmann-Lévy.
- Mollier, J.-Y. (1988). *L'argent et les lettres: Histoire du capitalisme d'édition*. Paris: Fayard.
- Mollier, J.-Y. (1999). *Louis Hachette (1800–1864): Le fondateur d'un empire*. Paris: Fayard.
- Mollier, J.-Y. (2007). George Sand et les prémices de la culture de masse. In *George Sand: Littérature et politique* (pp. 165–174). Nantes: Éditions Pleins Feux.
- Mollier, J.-Y. (2008). Traduction et mondialisation de la fiction: L'exemple d'Alexandre Dumas père en Amérique du Sud. In *Vingt-quatrième assises de la traduction littéraire (Arles 2007)* (pp. 225–238). Arles: Actes Sud.
- Mollier, J.-Y. (2010). Prodotti editoriali di larga circolazione: La via francese. In L. Braidà & M. Infelise (Eds.), *Libri per tutti: Generi editoriali di larga circolazione tra antico regime ed età contemporanea* (pp. 311–325). Trofarello: UTET libreria.
- Mollier, J.-Y. (2014a). *La mise au pas des écrivains: L'impossible mission de l'abbé Bethléem au XXe siècle*. Paris: Fayard.
- Mollier, J.-Y. (2014b). *Le camelot et la rue: Politique et démocratie au tournant des XIXe et XXe siècles*. Paris: Fayard.

- Mollier, J.-Y. (2015). Sources and methods in the history of the book, publishing and reading. In M. Abreu & A. C. S. Da Silva (Eds.), *The cultural revolution of the nineteenth century: Theatre, the book-trade and reading in the transatlantic world* (pp. 27–43). London; New York: I.B. Tauris.
- Mollier, J.-Y. (2020). Une révolution culturelle silencieuse dans la France de la Belle Époque. In L. Braida & B. Ouvry-Vial (Dirs.), *Lire en Europe* (pp. 77–89). Rennes: Presses universitaires de Rennes.
- Mollier, J.-Y., & Cachin, M.-F. (2020). A continent of texts: Europe 1800–1890. In S. Eliot & J. Rose (Eds.), *A companion to the history of the book* (2nd ed., Vol. 2, pp. 485–497). Hoboken, NJ.
- Mondadori, A. (2007). *Album Mondadori 1907–2007*. Milano: Arnaldo Mondadori Editore.
- Moretti, F. (1997). *Atlante del romanzo europeo*. Torino: Einaudi.
- Parfait, C. (2007). *The publishing history of Uncle Tom's Cabin, 1852–2002*. Burlington: Ashgate.
- Raven, J. (Ed.). (2020). *The Oxford illustrated history of the book*. Oxford: Oxford University Press.
- Richter, N. (1992). *La conversion du mauvais lecteur et la naissance de la lecture publique*. Marigné: Éditions de la Queue du chat.
- Rollin, S. (2011). Le concours international de romans antibolcheviques, ou comment faire de la "bonne littérature" médiocre (1933–1936). In C. Hauser, T. Loué, J.-Y. Mollier, & F. Vallotton (Dirs.), *La diplomatie par le livre: Réseaux et circulation internationale de l'imprimé de 1880 à nos jours* (pp. 331–348). Paris: Nouveau Monde Éditions.
- Saint-Clair, W. (2004). *The reading nation in the Romantic period*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sainte-Beuve, A. (1839, 1er septembre). De la littérature industrielle. *Revue des deux Mondes*.
- Sartre, J.-P. (1964). *Les mots*. Paris: Gallimard.
- Sassoon, D. (2006). *The culture of the Europeans from 1800 to the present*. London: Harper Press.
- Savart, C. (1985). *Les catholiques en France: Le témoignage du livre religieux*. Paris: Beauchesne.
- Stora-Lamarre, A. (2011). *La République et son droit (1870–1930)*. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté.
- Thiesse, A.-M. (1984). *Le roman du quotidien: Lecteurs et lectures populaires à la Belle Époque*. Paris: Le chemin vert.
- Veblen, T. (1899). The theory of the leisure class: An economic study of institutions. *The Quarterly Journal of Economics*.
- Zaccaria, G. (1984). *La fabbrica del romanzo (1861–1914)*. Genève–Paris: Slatkine.

Os primeiros livros impressos em São Paulo: materialidade textual e transferências culturais (1827-1839)¹

The first books printed in São Paulo: textual materiality and cultural transfers (1827-1839)

Marisa Midori Deaecto²

RESUMO

Data de 1827 o aparecimento da imprensa em São Paulo. Muito se escreveu sobre a importância da instalação do primeiro atelier tipográfico na cidade, dos jornais publicados nesse momento de crise do Primeiro Reinado e das relações estreitas entre a vida política, as práticas jornalísticas e a então recém-fundada Faculdade de Direito do Largo S. Francisco. O presente projeto se volta para um aspecto ainda pouco explorado dessa história, a saber, as condições de produção dos primeiros livros impressos na cidade. Não se trata apenas de abordar os fatores por assim dizer sociais ou culturais da construção do livro, mas também sua materialidade, considerando os ele-

-
- 1 O presente artigo foi redigido durante o programa de residência em pesquisa da Biblioteca Guita e José Mindlin (BBM-USP). Expresso meus agradecimentos a Fabio Mariano Cruz Pereira, por ter cedido a este escrito, por meio de sua leitura, comentários e sugestões, um cadinho de sua erudição.
 - 2 Professora livre-docente da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo; <https://orcid.org/0000-0002-5770-1508>; marisamidori@usp.br.

mentos locais e exógenos (na falta de termo mais preciso) que conformaram a cultura gráfica paulista, a partir da importação e assimilação de uma série de práticas editoriais e de regras tipográficas que se impuseram desde a instalação das primeiras tipografias.

PALAVRAS-CHAVE

São Paulo (Brasil); tipografia; primeiros livros; Costa Silveira; cultura jurídica

ABSTRACT

The first printing press appeared in São Paulo in 1827. Much has been written about the importance of the establishment of the first typographic workshop in the city, the newspapers published during the crisis of the First Empire, and the close relationship between political life, journalistic practices, and the then newly founded Law School of Largo S. Francisco. This project focuses on a still little-explored aspect of this history, namely, the conditions under which the first books were printed in the city. It is not just a matter of addressing the social or cultural factors of book production, but also its materiality, considering the local and exogenous elements (for lack of a more precise term) that shaped São Paulo's graphic culture, based on the importation and assimilation of a series of editorial practices and typographical rules that were imposed since the establishment of the first printing presses.

KEYWORDS

São Paulo (Brazil); printing press; first books; Costa Silveira; the legal culture

Pois um livro nunca é só um objeto admirável. Como qualquer outra tecnologia, ele é invariavelmente o produto da agência humana em contextos altamente voláteis, que o estudo acadêmico responsável deve procurar recuperar se quisermos melhor entender a criação e a comunicação de significado como as características definidoras das sociedades humanas.

(McKenzie, 2018, p. 15).

*Para Chico Homem de Melo,
enciclopédia viva da cultura gráfica brasileira.*

Em *O Bibliófilo Aprendiz*, Rubens Borba de Moraes aborda a questão dos primeiros impressos no Brasil e nas províncias como uma das mais relevantes para a história do livro, dir-se-ia, para a história da formação cultural do país. É verdade que a temática do «primeiro livro» – sobre as Grandes Descobertas, a América, o Brasil e assim por diante – moveu bibliófilos dedicados a várias frentes do colecionismo, tornando-se muito difícil divisar a fronteira entre a investigação e o puro fetichismo. Talvez seja mais correto afirmar que, nesse caso, a pesquisa caminha de braços dados com a bibliofilia, da mesma forma que a busca incessante por estes primeiros livros tem se mostrado um terreno fértil para novas abordagens acerca das materialidades textuais e das transferências culturais como chaves interpretativas de uma cultura gráfica que se impõe com a implantação das primeiras tipografias em uma dada sociedade³.

Embora a questão «qual o primeiro livro impresso em...?» seja formulada de modo direto e claro, nem sempre a resposta se apresenta com a mesma objetividade. Passados mais de dois séculos desde a instalação da primeira tipografia oficial no país, a Impressão Régia, por ordem do regente D. João, na Corte do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1808, o debate sobre o primeiro livro impresso nesta porção do Império Português é ainda objeto de discussões e pesquisas⁴. Algumas hipóteses importantes ganharam corpo desde

3 Não nos referimos obviamente à descoberta da tipografia e seu impacto na Europa, entre 1450 e 1500, mas a um segundo movimento de difusão das tipografias (e suas consequências), no continente americano. Com exceção da Cidade do México (1530), de Lima (1584) e de Massachussets (1685), as primeiras tipografias foram instaladas na América muito tardiamente: 1723, Havana; 1738, Bogotá; 1748, Santiago del Chile; 1758, Córdoba; 1760, Quito; 1780, Buenos Aires; 1782, Santo Domingo; 1791, Santiago de Cuba; 1792, Guadalajara; 1794, Veracruz; 1807, Montevideo; 1808, Rio de Janeiro; 1810, Caracas; 1811, Salvador; 1817, Recife; 1821, São Luís do Maranhão; 1821, Belém; 1823, La Paz; 1830, Costa Rica; 1840, Honduras; 1880, Nicarágua.

4 São conhecidos, por exemplo, os primeiros volumes impressos nas Missões Jesuíticas em áreas fronteiriças entre o Paraguai, a Argentina e o Brasil. Embora os impressos remanescentes não estampem o nome de uma vila situada nas partes do Império Português, a proximidade dessas reduções deixa sempre o sabor de uma descoberta reveladora de um primeiro livro ali produzido nas primeiras décadas do século XVIII. Cf. Veríssimo, 2022.

meados do século XIX, a saber: o aparecimento de um impresso com o endereço do Recife, durante a dominação holandesa, para onde Maurício de Nassau fizera enviar um tipógrafo, muito provavelmente com o interesse de imprimir papéis administrativos⁵; ou ainda um conjunto mais significativo de impressos gravados na tipografia de Isidoro da Fonseca, no Rio de Janeiro (cf. Barros, 2012); para não citar o opúsculo tirado na prensa da Casa da Moeda, em Ouro Preto, pelo ardiloso Padre Viegas de Meneses (Vasconcellos, 1986). Todas essas pistas certamente ativaram – como ainda ativam – a imaginação e o desejo dos pesquisadores por novos achados. Afinal de contas, nunca é demais sonhar com a descoberta de uma brochurinha esquecida, uma folha avulsa que seja, a testemunhar a existência de um prelo clandestino, funcionando nas horas mortas, à revelia das autoridades coloniais, com o fito de engrossar os papéis manuscritos que no mundo luso-brasileiro resistiram séculos a fio, em plena galáxia de Gutenberg (Megiani & Algranti, 2009).

Igualmente nebulosas são as notícias sobre os primeiros impressos nas províncias, durante o período de lutas pela Independência e depois, quando as tipografias eram instaladas com o auxílio do governo, ou mesmo por obra de particulares. Esses primeiros escritos em letra de forma alicerçaram a administração local, deram voz política aos habitantes, testemunhando um jornalismo em gérmen, ou ainda materializaram as pulsões literárias de seus moradores. Como assevera Moraes,

Fundava-se tipografia para imprimir jornais políticos. De maneira que, na quase totalidade dos Estados, o primeiro produto saído do prelo foi um jornal. Há muito estudo publicado sobre os primeiros jornais de cada província do Brasil, mas muito poucos sobre os pri-

5 Ao que tudo indica, o tipógrafo contratado faleceu durante o percurso da Europa para o Brasil. E o livro em questão trazia um endereço falso. Tratava-se, com efeito, de uma denúncia de corrupção da Companhia das Índias, ou seja, da administração holandesa (Pacheco, 1931).

meiros livros e folhetos. Qual foi o primeiro livro impresso em Pernambuco, no Maranhão, no Pará, em São Paulo? A resposta certa está à espera de quem estude a questão. Em muitos casos, é provável que não se consiga mais encontrar exemplar algum do primeiro livro ou folheto impresso em certas cidades (Moraes, 2018, p. 214).

Os primeiros livros publicados em São Paulo não constituem objeto de nenhum tipo de charada bibliográfica, para usar um termo cunhado por Félix Pacheco. Muito pelo contrário, são bem conhecidos e citados, embora pouco ou quase nada estudados. Isso se deve às condições de produção nas quais esses livros se inserem, a saber, de par com o desenvolvimento da imprensa jornalística, após a fundação da Faculdade de Direito, em 1827, portanto, de projeção de uma elite política e intelectual nos quadros de formação do Estado brasileiro. Apesar desses livros se ajustarem bem a uma paisagem intelectual relativamente estável, chama a atenção o fato dos títulos e autores não constituírem uma homogeneidade no que toca seus perfis intelectuais e profissionais, o que se reflete nas diferentes temáticas desenvolvidas em cada volume. Vejamos:

J. M. A. Brotero. *Questões sobre prêsas marítimas*. Offerecidas ao cidadão Rafael Tobias de Aguiar. S. Paulo, [Typ. de Costa Silveira], 1836, 1 vol.

[Daniel Pedro Müller]. *Ensaio d'um quadro estatístico da Provincia de S. Paulo, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836, e 10 de março de 1837*. S. Paulo, Na Typographia de Costa Silveira, 1838, 1 vol.

[Julius Frank]. *Resumo de historia universal*. Impresso por ordem do governo para uso da aula d'história e geographia, da academia de sciencias jurídicas e sociaes d'esta cidade de São Paulo. S. Paulo, Impresso na Typ. de M. F. Costa Silveira, 1839, 2 vols. Vol. 1: *História Antiga e Idade Média*; vol. 2: *História Moderna*.

Com exceção da obra atribuída a Daniel Pedro Müller⁶, *Ensaio d'um quadro estatístico da Provincia de S. Paulo*, ou seja, um livro feito a serviço da administração pública, tanto *Questões sobre prêsas marítimas* quanto *Resumo de historia universal* foram escritos e se destinaram ao corpo acadêmico formado por lentes e alunos da Faculdade de Direito, embora os perfis dos escritores e suas posições sociais fossem bem distintas. Esses primeiros livros se inserem, pois, em uma comunidade intelectual muito bem definida, apartada, em certa medida, da população planaltina, para retomar a percepção de um viajante que frequentou a cidade na década de 1860 (Zaluar, 1953). Traçando um paralelo entre o aparecimento da tipografia e a história da literatura, podemos afirmar que os dois eventos se complementam. Para Antonio Candido, na década de 1830 há a emergência de escritores que conformam «um grupo real que exerceu sobre os grupos sucessores uma influência direta» (Candido, 2000, p. 147). Embora o autor esteja particularmente interessado em situar os primórdios de uma tradição literária brasileira a partir de sua matriz paulista – Romântica – congregada em torno da *Revista da Sociedade Filomática*, entende-se, por analogia, que essa tradição se apoia em uma cultura gráfica própria, gerada nos primeiros ateliers tipográficos da cidade, em franco diálogo com a comunidade intelectual que produzia e consumia seus insumos.

Partindo dessas premissas, o objetivo do presente artigo é, em um primeiro momento, o de retomar aspectos da produção impressa em São Paulo e seus pontos de contato com o desenvolvimento cultural e material da cidade. Interessa, noutros termos, reconhecer as circunstâncias e as condições de produção e de circulação dos primeiros impressos e, especialmente, dos primeiros livros publicados à luz da emergência de uma imprensa política engajada e de

6 Também o autor, ao contrário de Brotero e Frank, não guardava relações com a Faculdade de Direito. «Daniel Pedro Müller, nascido no mar, filho de alemães, educado em Portugal, com boa formação técnica e humanística (frequentou, como cadete de Artilharia, o Real Colégio dos Nobres), mal chegou a Piratininga, vindo, em 1802, como ajudante de ordem do capitão-general Antonio da Franca e Horta integrou-se no nosso meio» (Sylos, 1978, p. X).

uma comunidade intelectualmente ativa, que orbitava no entorno da Faculdade de Direito. E se estas questões relativamente investigadas noutras pesquisas continuam na ordem do dia⁷, faz-se necessário abordar não apenas os fatores por assim dizer sociais ou culturais da construção do livro, mas também sua materialidade, considerando os elementos locais e exógenos (na falta de termo mais preciso) que conformaram a cultura gráfica paulista, a partir da importação e assimilação de uma série de práticas editoriais e de regras tipográficas que se impuseram desde a instalação dos primeiros ateliers⁸.

Não se trata, todavia, de um texto definitivo sobre as questões levantadas. O propósito inicial consiste em estabelecer as linhas de abordagem que se colocam para tal investigação. Pretende-se igualmente valorizar diálogos profícuos estabelecidos com outras disciplinas e pesquisadores empenhados no desvendamento da cultura gráfica e material que se instalou na capital paulistana dos anos de 1820.

Na primeira parte do presente artigo, a tipografia será explorada em duplo sentido: atelier de trabalho onde atuam profissionais qualificados; e processo de reprodução do texto com tipos móveis, o que pressupõe o domínio da técnica, mas também de protocolos estilísticos. No intuito de valorizar as narrativas da época – e também os possíveis contrastes entre o mundo ideal e as possibilidades reais que se colocam – os documentos relativos à instalação da primeira tipografia em São Paulo serão confrontados com os pressupostos inscritos no *Manual de tipografia brasiliense*, de René Ogier, publicado na mesma época (Ogier,

7 Sobre os aspectos infraestruturais ou materiais que concorreram para o desenvolvimento da economia do livro em São Paulo, cf. Deaecto, 2019.

8 A análise se apoia no conceito de transferências culturais. «Por transferência cultural entende-se uma orientação metodológica da pesquisa em história com vistas a pôr em evidência as imbricações e as mestiçagens entre os espaços nacionais ou, de modo mais geral, entre os espaços culturais, numa tentativa de compreender por quais mecanismos as formas identitárias podem alimentar-se de importações. O livro, sendo por excelência um objeto particularmente mutante, dotado a um só tempo de uma dimensão cultural e de um valor econômico, resultado de uma produção intelectual e de uma fabricação material, merece, especialmente, ser encarado sob esse ângulo» (Espagne, 2012).

2023 [1832]). Por fim, a análise deve se centrar nos três primeiros livros impressos na cidade. Diante do exposto, se esta primeira abordagem contribuir para novas perspectivas de pesquisa acerca da história do impresso em São Paulo, o percurso já terá valido a pena.

Uma tipografia para São Paulo: entre projetos e possibilidades

A primeira notícia de que se dispõe sobre a instalação de uma tipografia em São Paulo data de 4 de fevereiro de 1823 e se apresenta nos termos seguintes:

Se estas condições merecerem a Approvação de S.M.I. V. Ex.^a Se dignará communicar-o á Junta para ultimar o ajuste e dar seo título aos ditos Off.^{os} e ao mesmo tempo os fazer assistir ao encaixotamento dos objectos mencionados de que enviahua Rel.^{am}. Deos Guarde a V. Ex.^a Rio de Janeiro, 4 de Fevereiro de 1823 = Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Martim Francisco Ribeiro d'Andrada = José da Silva Lisboa = José Saturnino da Costa Pereira = Francisco Vieira Goulart

Esta conf^e, como Secretario Joaquim José Teixeira. [Junta Diretoria da Tipografia Nacional ao Ministro da Fazenda sobre as diligências no cumprimento da Portaria de 8 de janeiro de 1823. Arquivo Nacional Seção Ministerial – ILL⁹409] (*apud* Ipanema, 2008, pp. 111-112)⁹.

A citação é longa, e o documento de alto interesse, dada a riqueza de detalhes com que os elementos para a instalação de uma oficina tipográfica foram apresentados.

9 Cybelle de Ipanema reuniu, pela primeira vez e em um único volume, uma documentação dispersa, em parte inédita, sobre as negociações encaminhadas entre o poder provincial e o imperial para a instalação de uma tipografia oficial na cidade de São Paulo. O documento ora transcrito faz parte deste conjunto.

Primeiramente, chama a atenção o fato de haver na Corte profissionais dispostos a se transferir para uma cidade de porte tão pequeno e de tão poucos atrativos quanto São Paulo¹⁰. Talvez houvesse profissionais ociosos na Tipografia Nacional, demonstrando que a oficina cuidava da formação de compositores e impressores aptos a difundir a arte impressória, como nos tempos primevos, quando estes mesmos artífices recém-formados partiam da Mogúncia para a conquista de novos territórios. Aliás, são bem conhecidos alguns aprendizes que inscreveram seus nomes na história literária brasileira, a exemplo de Paula Brito e de Machado de Assis, cujos destinos se cruzaram em uma mesma oficina na Praça da Constituição¹¹. É possível que o mercado de trabalho, começando a despontar no Rio de Janeiro – em que pese o caráter efêmero de muitas tipografias¹² –, não se mostrasse totalmente apto a absorver os artífices ali formados, o que aumentava a concorrência entre eles, como deixa entrever a disputa por salários no processo de recrutamento do compositor e do impressor, conforme documento supra.

A questão dos salários percebidos pelos profissionais gráficos é pouco referenciada nos estudos sobre o tema. Historicamente os compositores levavam vantagem sobre os impressores porque seu

10 Em 1821, a população da cidade do Rio de Janeiro é de 79.321 habitantes e de São Paulo de 13.000 habitantes. Se a capital planaltina conheceu, em 1823, seu primeiro jornal manuscrito, *O Paulista*, nessa mesma época contavam-se no Rio treze livrarias, sete tipografias e uma fundidora de tipos (Hallewell, 2017, pp. 836-837).

11 Machado de Assis trabalhou na oficina de Paula Brito, onde fez imprimir seus primeiros textos. Paula Brito, por seu turno, formou-se no ofício de compositor na Imprensa Nacional. «Como Paula Brito se recordou anos mais tarde, o administrador da Typografia Imperial e Nacional na época era Brás Antonio Castrioto, que lá ingressara como compositor tipográfico ainda nos tempos da Impressão Régia, em 1810» (Godoi, 2017, p. 56).

12 Desde 28 de agosto de 1821, após a regulamentação da liberdade de imprensa, novas tipografias abriram concorrência com a Impressão Régia, a qual, ao que tudo indica, cobrava preços altos porque não dava conta de atender às demandas. Segundo Rubens Borba de Moraes, essas novas oficinas eram «fundadas com mais entusiasmo do que capital; para defender os novos ideais constitucionais e a Independência produziram uma quantidade de gazetas efêmeras, hinos patrióticos, proclamações, discursos, cartas e folhetos políticos. Só a de Silva Serva teria capacidade para lançar obras de maior vulto. Muitas desaparecerão em poucos anos ou serão absorvidas por outras» (Moraes, 1993, p. XXI).

ofício exigia o domínio das letras. Impressores podiam ser analfabetos. Compositores, jamais¹³. No que toca à remuneração de um impressor, segundo o mesmo documento, ela gira em torno de mil-réis por jornada, ou pouco mais, considerando que o candidato requereu o valor correspondente a 400 mil réis por ano. O salário do compositor foi negociado, no início, por 600 mil réis, mas a oferta foi vencida por outro candidato, que aceitou a partida pela soma de 500 mil anuais. Para se ter uma ideia da correspondência desses valores em relação aos livros comercializados, em 1816, um exemplar da *Corographia Brazilica* do Padre Aires de Casal era anunciado a 1\$600, por subscrição, ou 3\$600 após a impressão. É bem verdade que, nesses tempos, a Imprensa Régia gozava de privilégio no Rio de Janeiro e era acusada de praticar preços abusivos, além de não honrar os serviços com a qualidade estimada (Moraes, 1993, p. XX). Tomemos, portanto, outro exemplo: o *Manual de typographia brasiliense*, de Ogier, era anunciado ao preço de 4\$000 réis¹⁴.

Tanto quanto no Antigo Regime europeu, os empregados poderiam ser fixos ou por jornada. O *Manual* de Ogier estabelece ao menos três oficiais ativos em uma tipografia: o compositor, como diz o nome, responsável pela composição de uma página com os tipos móveis; o compaginador, profissão que não consta nos manuais antigos e que, na definição de Ogier, «é o compositor instruído que o diretor encarrega de compaginar e de dirigir uma obra» (Ogier, 2023 [1832], p. 67), ou seja, o equivalente ao *designer* dos dias atuais; e o impressor, cujas funções mereceram a seguinte distinção: «nos países onde a tipografia tem feito os maiores progressos e donde têm saído as obras clássicas, a imprensa é comumente servida por dois impressores; eles repartem as funções entre si, de maneira que elas

13 O aprendiz compositor «deve conhecer bem a sua língua; muitas vezes ele é incumbido da cópia pelos corretores quando eles precisam de alguém» (Ogier, 2023 [1832], p. 66).

14 Segundo anúncio publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, 20 de set. de 1832, p. 2 e referenciado no excelente estudo de Nelson Schapochnik, 2023, p. 224.

se achem em tempo oportuno, sem se confundirem, nem esperar um pelo outro» (Ogier, 2023 [1832], p. 147); havia, ainda, a figura do batedor, que não conhece «nada de tipografia. Nós notamos que este uso vicioso tem mais particularmente tomado nascimento nos países onde se concedia privilégio para a impressão de obras de igreja, então não existiam concorrentes e o impressor achava um meio de economia e aumentava os benefícios» (Ogier, 2023 [1832], pp. 147-148); por fim, o diretor da tipografia, figura responsável pelo gerenciamento e controle de todo o trabalho, que poderia ser o próprio impressor, ou mesmo o compositor.

Presume-se, com base no *Manual* de Ogier, que seu atelier tipográfico não admitia a figura do compositor por jornada, tal era a especificidade e a acuidade com que se realizava esta função. Apenas o impressor era admitido como jornaleiro. Ainda segundo o autor: «Os impressores no Brasil sendo quase todos a jornal, ajusta-se [o salário] amigavelmente com eles conforme seu trabalho» (Ogier, 2023 [1832], p. 174).

A futura tipografia paulistana, uma vez efetivado o projeto em curso, não contaria senão com os labores de dois oficiais contratados, um compositor e um impressor. Mas não é difícil imaginar que esses profissionais tratariam de formar seus aprendizes, como, aliás, sóia acontecer desde os tempos de Gutenberg.

Outro aspecto raramente elucidado em um documento diz respeito ao maquinário empregado nas tipografias brasileiras, nesses primeiros tempos. A configuração das prensas vinha mudando muito rapidamente na Europa, desde que os prelos «pararam de chorar», segundo uma expressão clássica, atribuída ao gemido que faziam os velhos prelos de madeira, substituídos, como foram, pelo prelo de ferro do sistema Stanhope, inventado em 1800. Sabemos que esse modelo foi introduzido em Portugal, pela Junta Econômica e Administrativa da Impressão Régia, com o auxílio do exército britânico, no início do século XIX. Muito provavelmente os comerciantes britânicos tenham facilitado sua entrada na Corte do Rio. Em 1809

os prelos de madeira ainda gemiam na Impressão Régia, tendo-se contruído localmente um modelo semelhante aos que vieram de Lisboa, no ano anterior. Em 1821, a oficina «recebeu nove prelos novos da Inglaterra e, no ano seguinte, mais um, comprado desta vez nos Estados Unidos» (Moraes, 1993, p. XX).

Foi certamente devido a esse aumento expressivo das instalações na Tipografia Nacional que surgiu a possibilidade de envio a São Paulo de um prelo Stanhope, como anuncia o ofício reproduzido anteriormente. Notemos, porém, que não se tratava de simples doação. Pelo contrário. Da mesma maneira que em 1809 a construção de um prelo de madeira no Rio de Janeiro ensejara manifestações ufanistas, de um orgulho justificado diante de séculos de proibição de manufaturas nestas partes do reino, também agora aventava-se a hipótese de reprodução do modelo britânico – diga-se de passagem, não patenteado, por decisão de seu inventor – na já muito conhecida fábrica de Ipanema, onde se praticava, há tempos, a arte da metalurgia. O documento não se mostra apenas otimista diante da possibilidade de se ver fundar em São Paulo uma primeira tipografia, o que significava, na época, um traço de modernidade que lhe batia à porta com notável atraso. Vislumbrava-se, outrossim, que São Paulo pudesse se tornar um produtor importante de prelos de ferro, o que libertaria o país do estado de dependência em relação ao maquinário importado.

Tal observação nos conduz a uma outra, não menos relevante. O que era preciso, além da prensa, de um compositor e de um impressor, para fazer funcionar um atelier tipográfico? Dentre os documentos que testemunham os esforços para a montagem de uma tipografia oficial na cidade, a «Relação dos objetos Typographicos que se aprontáram para hir a S. Paulo» responde, em parte, a essa questão:

169" Libras de Leitura [corpo 11]

56" Ditas de Breviário [corpo 10]

134" Ditas de Suprasilvio [corpo 14]

47" Ditas de Vinhetas

20" Ditas de Emblemas

1" Prelo com seus pertences

Rio de Janeiro em 14 de Agosto de 1829

O Administrador Braz Antonio Castrioto [Ministro da Fazenda ao do Império participando estarem prontos prelo e material, conforme relação anexa] (*apud* Ipanema, 2008, p. 155)¹⁵.

A expressão «prelo e seus pertences», anotada pelo experiente diretor da Tipografia Nacional, pode ser compreendida, a luz do *Manual* de René Ogier, nos termos seguintes:

Sem detalhar a construção dos diferentes objetos que cooperam para a impressão e acabamento dos livros, contudo importa conhecer quais sejam esses objetos. Os de primeiro intuito são os tipos, prelos, tinta, balas, rolos, papel¹⁶ etc. Estes materiais e utensílios pertencem a três classes distintas de oficiais: compositores, impressores e batedores (Ogier, 2023 [1832], p. 35).

No que toca aos materiais exclusivos para a composição, discriminados na primeira parte da lista, Braz Castrioto propõe uma seleção de tipos classificados pela força do corpo¹⁷. Buscando esclarecer o significado de termos como «Leitura», «Breviário», «Suprasilvio»,

15 Braz Antonio Castrioto, vimos acima, ingressou como compositor na Impressão Regia em 1810, tendo passado ao posto de Administrador da Imprensa Nacional, como identificado no documento (ver nota 9).

16 O papel constitui material de primeira ordem no rol das prioridades para a produção de um livro. Desde os tempos de Gutenberg, os prelos são devoradores de papel. No entanto, dada a especificidade desse material, produzido e difundido sob um sistema bastante particular e próprio, seu estudo demanda diferentes abordagens analíticas. Temos nos empenhado, com o auxílio dos pesquisadores atuantes no Embira-Laboratório de Papel (FFLCH/USP) a desvendar os papéis usados nos primeiros impressos paulistas. No presente artigo nos limitaremos a algumas indicações materiais, pois a pesquisa se encontra em fase muito preliminar.

17 «Por força do corpo entende-se a largura da letra, tomando-a no sentido da impressão desde a superfície marcada do encaixe até a superfície oposta» (Ogier, 2023 [1832], p. 37).

recorremos, uma vez mais, ao *Manual*. De acordo com Ogier, concluímos que a lista de Castrioto se apoia em uma nomenclatura antiga, em desuso naquela época¹⁸. Ele mesmo cuida de estabelecer uma tabela de atualização da nomenclatura adotada, cujos termos foram inseridos [] na lista supracitada. Apreende-se do documento que um conjunto muito elementar para a composição de livros, folhetos e jornais era formado por fontes de «Leitura», ou seja, corpo 11, enquanto os títulos poderiam ser usados em corpo 14 («Suprasilvio») e as notas em corpo 10 (Breviário). O dedicado administrador não inclui corpos maiores, como as célebres Parangonas (de 18 ou 22 pontos), tão usadas nos frontispícios de livros europeus, em especial, os franceses. Também não há menção aos quadratins, espaços e entrelinhas, os quais, possivelmente, já se incluísssem entre outros utensílios igualmente não relacionados que acompanham a prensa.

A quantidade de tipos de uma família é um dado importante, pois dela depende o maior ou menor êxito e celeridade do compositor na execução dos trabalhos. Na falta de um bom conjunto de tipos de uma mesma família, o compositor era obrigado a se desfazer de forma para o aproveitamento dos mesmos tipos em uma nova composição. Visando minimizar possíveis problemas de cálculo, Ogier propõe uma «tarifa das quantidades que devem formar uma polícia¹⁹ de 100.000 letras». Segundo o autor:

Importa conhecer de que número de qualidades deve uma imprensa ser fornecida; não porque aconteça que todos os números

18 «Os seus antigos nomes, somente aplicáveis a circunstâncias passageiras ou ao uso particular a que foram destinados na origem, deviam cair em esquecimento, para admitir-se denominações mais genéricas, que designando-os de um modo claro, têm a vantagem de fazer conhecer a sua força do corpo e de reduzir a uma regra simples de aritmética as combinações mais complicadas da comparação» (Ogier, 2023 [1832], p. 42).

19 Por *polícia de caractere* devem-se compreender «as letras ou sinais que compõem um caractere segundo a quantidade relativa ao uso que nele se supõe» (Ogier, 2023 [1832], p. 42). Em francês o termo *police* se refere ao equivalente à fonte tipográfica em português.

se empreguem igualmente, pois quando se compõe latim, os m, n, e, u se gastam muito; o inglês os h, t, w; o italiano, os i, o e português, os o, m, a, ç, ã, õ, z etc., o que não permite fixar-se no justo a quantidade de cada número; mas tomando a língua nacional por base, é esta a analogia mais exata das quantidades em que os números de uma fundição devem ser fornecidos (Ogier, 2023 [1832], p. 42).

Com base nos cálculos apresentados por Ogier, surpreende a quantidade modesta de tipos que o dileto administrador da Imprensa Nacional relaciona na lista de materiais previstos para a tipografia paulista. Pelas características dessa listagem, Castrioto parece entender que o atelier se dedicará exclusivamente à impressão de folhas avulsas ou, no limite, jornais. Ele ainda prevê o uso de vinhetas e emblemas que serviam como ornamentos para as composições. Infelizmente, o documento não relaciona as famílias de fontes que deveriam compor este primeiro conjunto de tipos. Mas o projeto do governo não foi adiante, e os instrumentos reservados por Castrioto jamais enviados a São Paulo, logo, essa questão ficará em suspenso até que novos documentos sejam, porventura, descobertos.

Todavia, a tomar pela notícia estampada no número de estreia do primeiro jornal paulista, *O Farol Paulistano*, as condições de produção continuaram bem limitadas:

Por hora sairá esta folha às quartas-feiras e quando fores dias Santos, às quintas: mas, logo que tenhamos novos, typos, e quem ajuste ao compositor, que é único, e não pode acudir á todo o trabalho, dal-a hemos duas vezes na semana. Subscreve-se na Botica de Lucio Miguel Felix dos Santos de frente da Capella de Sant'Antoninho. Preço mensal da subscrição 480 reis (*O Farol Paulistano*, quarta-feira, 7 fev. 1827, p. 4).

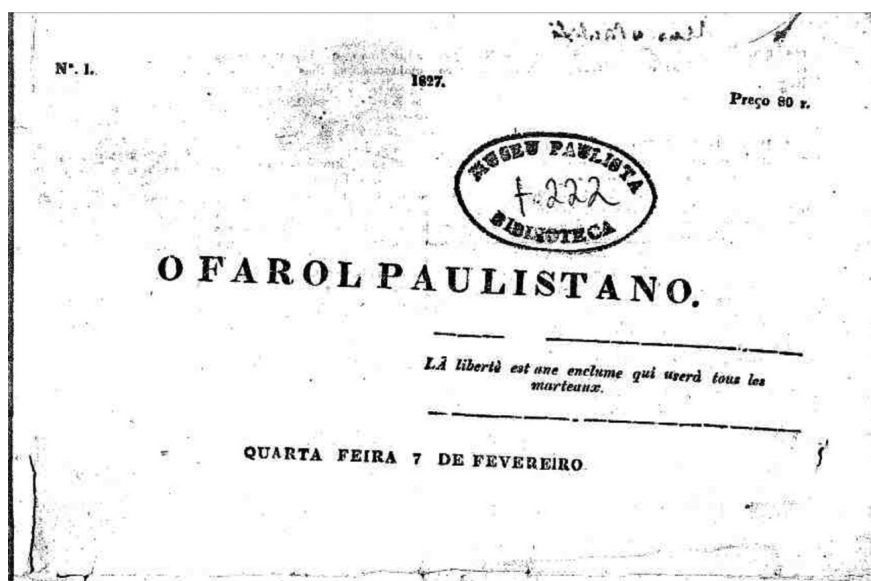


Fig. 1: A composição tipográfica do número inaugural de *O Farol Paulistano* (7 fev. 1827) confirma as dificuldades atestadas pelo redator quanto à escassez de tipos. Isso não se verifica apenas em termos de quantidade, mas também de variedade. Não há o emprego de vinhetas, clichês ou de qualquer ornamento. O tipógrafo fez uso de apenas uma família tipográfica para compor toda a folha. A única variação do corpo da fonte se dá em relação ao título. A epígrafe aparece cercada entre dois fios e em itálico. Outros destaques são feitos com o uso do versalete. A composição estampada na página 1 se reproduz por todo o jornal, uma folha impressa em duas colunas e quatro páginas²⁰.

Fonte: Hemeroteca Digital da FBN.

²⁰ Essas considerações foram tecidas com o auxílio do levantamento das fontes utilizadas nos primeiros jornais impressos em São Paulo, tal como apresentado no Projeto Tipografia Paulistana, dirigido por Priscila Lena de Farias. (<https://labvisual.fau.usp.br/tipografiapaulistana/tipos/mosaico>).

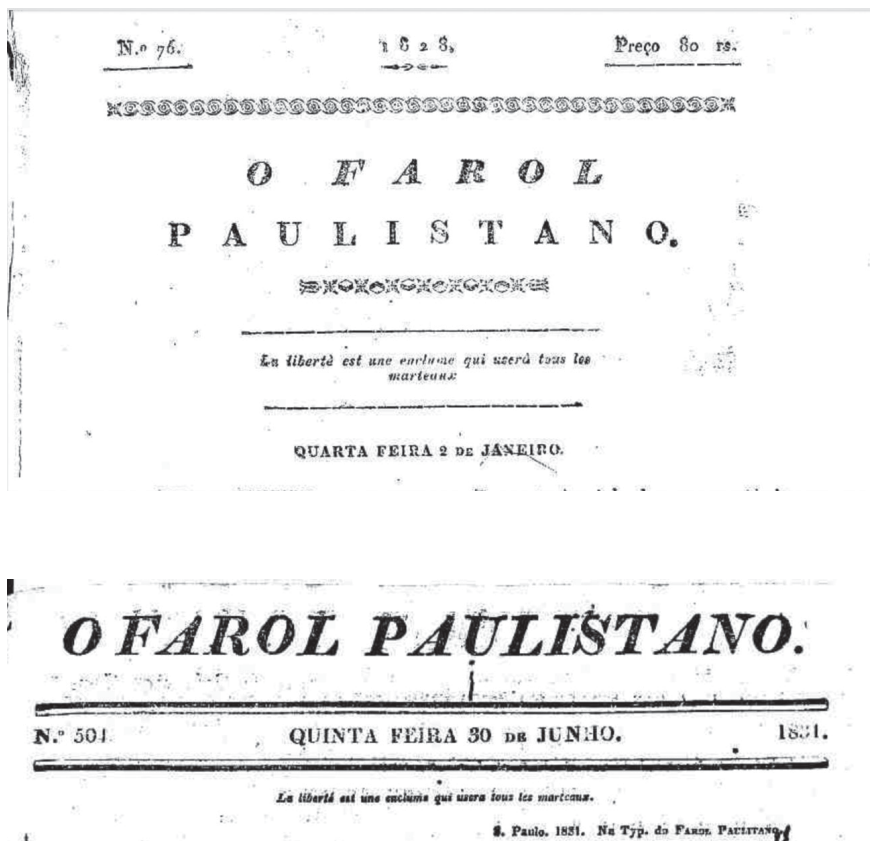


Fig. 2 e 2 a: Variações de títulos do jornal *O Farol Paulistano*, de 1827 e 1831

De 1827 a 1831 observa-se, por parte do compositor, o esforço no sentido de tornar mais elaborada a *mise en page* do jornal, sem que se alterasse a estrutura da composição. Em 1828 há mudanças significativas na composição do cabeçalho, com o emprego de duas vinhetas que cercam bem esta seção do jornal e a composição centralizada de todos os elementos textuais. Nos anos de 1830 e 1831 o cabeçalho do jornal é apresentado com uma composição mais compactada e assertiva: o título encima a folha; o número do diário, a data e o ano são compostos em uma única linha, entre fios duplos, equilibrando a largura a mancha; abaixo, a epígrafe se mantém em itálico; enquanto todas essas informações são centralizadas, no canto

à esquerda o cabeçalho fecha com os dados da imprensa (cidade, ano, nome da tipografia)²¹.

Fonte: Hemeroteca Digital da FBN.

Conclui-se, após a leitura da documentação coligida por Cybelle de Ipanema, entre outras fontes e referências citadas, que entre 1823 e 1830 foram mobilizados ofícios, petições, recursos, cartas, orçamentos, negociações... mas nada saiu do papel. A primeira tipografia foi finalmente instalada em 1827, por um particular, José da Costa Carvalho, futuro Marquês de Monte Alegre (1796-1860). Da oficina saíram os dois primeiros jornais impressos na província, o já citado *O Farol Paulistano*, dirigido pelo próprio Costa Carvalho, de 1827 a 1831, e *O Observador Constitucional*, que de 1829 a 1830 passou a circular sob a orientação de Libero Badaró²². Em 1831, após a eleição de seu fundador ao cargo de membro da Regência Trina Permanente (1831-1834), as atividades jornalísticas à frente d'*O Farol* foram transferidas a outros redatores, que mantiveram vivo o jornal (Oliveira, 2010). Nesse momento, escreve Cybelle de Ipanema, «o governo paulista concretizou seu desejo adquirindo [sua] tipografia [...] arrendando-a a terceiros e partindo, depois, para a publicação de atos emanados dos três poderes em tipografias particulares» (Ipanema, 2008, p. 79).

21 Tais observações são reforçadas pela análise de Bianca Tavares Martins, em sua pesquisa de iniciação científica, sob a orientação de Priscila Lena Farias, ao observar um incremento de famílias tipográficas e ornamentos nos primeiros anos de publicação de *O Farol Paulistano* (Martins, 2018).

22 Libero Badaró ou Badarò (segundo seu *fede battesimo*) lutou contra o absolutismo que pairava sobre o regime de D. Pedro I e foi assassinado, em 21 de novembro de 1830, na frente de sua casa, na então rua de Nova de São José (hoje Libero Badaró), em São Paulo. Hercules de Florence registrou em aquarela seu enterro. A notícia do assassinio se espalhou em outras províncias e agravou os protestos pela abdicação do Imperador. No leito de morte, diz-se ter registrado seus desígnios: «Morre um liberal, mas não morre a liberdade». Frase que se consagrou na história do liberalismo em São Paulo (cf. Secco & Deaecto, 2003).

Os primeiros livros: materialidades e transferências culturais

O primeiro arrendatário da tipografia adquirida pelo poder provincial foi Manoel Francisco da Costa Silveira, que, além de manter a publicação de jornais e papéis administrativos²³, fez imprimir os primeiros livros da Pauliceia. Sobre Costa Silveira as informações são ainda escassas. Um depoimento pessoal, reproduzido por Lafayette de Toledo, em 1898, fornece a seguinte notícia:

Sobre Manuel Francisco da Costa Silveira posso dizer alguma coisa, porque o conheci muito de perto. Era paulista: muito instruído em línguas estrangeiras, especialmente na inglesa, que escrevia e falava perfeitamente; apesar de ter gênio muito concentrado, pouco comunicativo, gozava de particular estima e amizade de homens notáveis do seu tempo, como Costa Carvalho (marquês de Monte Alegre), senador Candido Baptista, Pires da Motta, e outros. Dirigiu por muito tempo uma tipografia, que funcionava na rua de S. Gonçalo [n. 14], e onde foram publicadas, além de um periódico político, diversas obras literárias, entre as quais o *Ensaio d'um quadro estatístico da Provincia de S. Paulo* (1838), atribuído ao general Daniel Pedro Müller. Mais tarde deixou a tipografia para substituir o cônego Ildefonso Xavier Silveira no lugar de oficial-maior da Faculdade de Direito de S. Paulo, cargo que serviu por muitos anos e com muita distinção, porque

23 De 1827 a 1835, data em que figura pela primeira vez nos impressos da cidade o nome de Costa Silveira, foi intensa a atividade de publicação periódica, todas ligadas a alunos e lentes da Faculdade de Direito: *O Farol Paulistano* (1827-1831); *O Observador Constitucional* (1829-1832); *Revista da Sociedade Filomatica* (1830); *O Amigo das Letras* (1830); *O Federalista* (1832); *O Justiceiro* (1834-1835); *O Novo Farol Paulistano* (1831-1837). Faz-se ainda necessário mapear os nomes das tipografias, tal como são anotados em cada edição dos jornais, um a um, pois são muitas as variantes. Vamos assumir os nomes existentes, sem preocupação com o local e a data da primeira referência, situando apenas o período em que foram estampados nos impressos: a) de 1827 a 1835, Typographia do Farol Paulistano, mas, também, Typographia do Novo Farol Paulistano (*Revista da Sociedade Filomatica*, 1830); b) de 1835-1850, Typographia do Governo (da Provincia de São Paulo); c) de 1835 a 1842, Typographia de Costa Silveira (cf. *Linha do Tempo da Tipografia Paulistana*).

além de ter uma letra lindíssima, tinha espírito de ordem, método de trabalho, e assim pode organizar o serviço da secretaria da Faculdade com inteligência e zelo inextinguível. Sou um pouco suspeito para falar neste homem, porque fui muito seu amigo e seu discípulo em estudos preparatórios.

Sucedeu-lhe na tipografia J. F. Sobral, ao princípio estabelecido na rua de S. Gonçalo, perto do Largo da Sé, e depois diretor da Typografia do Governo, em palácio. Há também diversas publicações avulsas desse editor, muito trabalhador, mas sem as habilitações literárias de Costa Silveira [...]²⁴.

E se, como temos apontado, os primeiros jornais impressos estão necessariamente atrelados à vida política do país, a que se deve o interesse pela publicação de livros, considerando que a produção editorial era majoritariamente realizada na Corte, quando não importada da Europa? No mais, sob quais condições foram esses livros impressos, tendo em conta o trabalho realizado em uma pequena tipografia de província, com todas as limitações materiais que temos verificado?

Após a abertura do ano letivo da primeira turma da Faculdade de Direito, em janeiro de 1828, um problema se impôs: ensinar com quais livros? Já era prática corrente a subvenção de compêndios destinados ao ensino científico desde a inauguração da Escola de Cirurgia, em 1808, em Salvador. Lembremos, ademais, que em 1810 foi aberta a Academia Real Militar e, em 1812, o curso de Cirurgia no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, ambos no Rio de Janeiro. Diante desse novo quadro, escreve Rubens Borba de Moraes:

Surgia no Brasil o problema do livro didático. Para resolvê-lo, a Impressão Régia publicou uma série de manuais franceses «para uso

24 Carta de Olegario Herculano de Aquino e Castro, endereçada a Lafayette de Toledo (Toledo, 1898, pp. 305-306).

dos alunos», como consta em suas páginas de rosto. O empenho do governo em resolver o problema é tão patente, que em 1809, antes mesmo de fundar a Academia Militar, já se providenciara a abertura das chapas para as gravuras dos *Elementos de Geometria* e se publicara o *Tratado de Trigonometria*, ambas as obras de Legendre. No caso da fundação da Academia, em 1810, aparecem o *Tratado elementar d'Artimética*, de Lacroix, e o *Tratado elementar de Physica*, de Haüy. Os alunos não ficavam, no portanto, sem livros de texto logo no início do curso. À medida que iam passando de ano para ano, novos livros iam sendo publicados (Moraes, 1993, p. XXIII).

Na Faculdade de Direito não seria diferente, pois era importante a construção de um repertório bibliográfico que distanciasse a jovem instituição brasileira de seu par coimbrão. E isso fazia todo sentido, uma vez que a Faculdade se destinava a criar os pilares jurídicos da jovem nação independente. É claro que os compêndios poderiam ser todos impressos na Corte, na Imprensa Nacional, como já acontecia, ou nas tantas tipografias que a essa altura eram abertas na capital do país. Por outro lado, era preciso justificar os investimentos que fizera o governo provincial em uma tipografia, da mesma maneira que a proximidade de autores, público leitor e «casa publicadora» tornava tudo muito mais prático.

A primeira proposta de publicação de um compêndio subsidiado pelo governo partiu do professor José Maria Avelar Brotero²⁵. O caráter um tanto provisório e, em certo sentido, obsoleto que marca essa fase de conformação das disciplinas e de seus materiais de apoio, fica patente no prefácio de *Princípios do Direito Natural*, diga-se de passagem, escrito em linguagem e apresentando argumentos bas-

25 Exemplares de *Princípios do Direito Natural* e *Questões sobre as presas marítimas* figuram no «Cathálogo das Obras existentes na Bibliotheca de Direito de S. Paulo, em 1857 (extrahido do antigo cathalogo pela sua ordem)», Manuscrito do Arquivo da Faculdade de Direito [MAFD], livro 18, 1857.

tante incomuns, tanto quanto sua «Advertência, vale mais tarde do que nunca», cujo trecho passamos a citar:

Talvez o leitor seja curioso e queira perguntar – qual foi a razão das imensas notas, postas neste compêndio? São quatro. A primeira foi o cumprir com os estatutos [...]; a segunda foi facilitar aos estudantes a explicação do mesmo compêndio; a terceira tirar ao Direito Natural aquele seco, que parece ter à primeira vista; a quarta, o ir acostumando já os estudantes a aplicarem ao Direito Público o Direito Natural; e, outrossim, foi igualmente para poupar trabalho ao mesmo compêndio, quando ele principiava, se o seu estado de saúde o convidava a isso, e escrever as suas postilas [apostilas] do mesmo Direito Público. E não bastava apontar as mesmas notas? – Decerto, se fosse possível obrigar aos estudantes a ter os autores citados.

E por que elas vêm em Francês? Para poupar trabalho, ou, para melhor dizer, por falta de tempo. – O leitor deve saber que estas lições eram prontas à noite, para servir de manhã, e que estas notas eram parte, ou fundamento, da explicação, que diz na aula, e a qual não se escreveu nas postilas. Recebi do Governo ordem para remeter este compêndio o quanto antes, e por isso, muito à pressa, mandei tirar uma cópia da minuta, e como a experiência me tinha mostrado a necessidade de por estas notas no compêndio, as fiz copiar dos mesmos autores, e dos lugares já marcados, isto é, segundo as marcas, que tinha posto nos mesmos livros²⁶.

A Comissão de Instrução Pública não aprovou a subvenção da publicação, sob o argumento de que o texto não apresentava «ligação e harmonia nas matérias, nem uniformidade no estilo, sendo uma verdadeira compilação de diferentes autores, que não seguiram os mesmos princípios, nem se exprimiram no mesmo estilo [...]» (Vam-

26 «Se é verdadeira a sentença, de que o estilo é o homem, aí temos nosso professor» (*apud* Vampré, 1977, pp. 66-67).

pré, 1977, p. 68). O parecer da Comissão, no entanto, não afetou sua longa carreira como docente e escritor. E tampouco a publicação do livro, que saiu sob o título: *Princípios de Direito Natural*. Compilados por José Maria Avellar Brotero. Lente do primeiro anno do Curso Juridico de São Paulo (Rio de Janeiro. Na Tipographia Imperial e Nacional, 1829, 455 p.).

É de autoria do professor Brotero o primeiro livro impresso em São Paulo, *Questões sobre prêsas marítimas* [fig. 3]. A obra não contou com a subvenção do governo, tendo sido impressa com o auxílio de subscritores (no final do volume foram elencadas 165 assinaturas). Como se lê no verso da folha de rosto:

Vende-se em S. Paulo na rua do Commercio na loja do Sr. Francisco Garcia Ferreira. – Preço da 1ª. parte 4\$000, e para os Srs. Subscriptores 3\$200²⁷. Na mesma loja se vende a seguinte obra do mesmo author – Principios de Direito Natural. – Preço 3\$000.

O volume apresenta um caso raro de dedicatória, segundo prática muito corrente nas publicações da Europa do Antigo Regime, mas que caíra em desuso juntamente com o sistema de mecenato. Seguindo a tradição, o nome do dedicatário aparece estampado na folha de rosto e em texto independente, na abertura do livro, cujo desfecho passamos a reproduzir:

Respeitosamente rogo á V. E. haja de aceitar minha oferta, dando licença para mandar imprimir a obra debaixo da protecção do nome de V. E., tendo a dedicação só o fim de mostrar a estima em que tenho a pessoal de V. E.

Sou de V. E.

Ill.mo e Ex.mo Sr. Rafael

27 Uma lista dos subscritores consta no final do volume (6 páginas não numeradas).

Tobias de Aguiar

Attento Venerador

S. Paulo 10 de Maio de 1835

Dr. José Maria Avellar Brotero²⁸

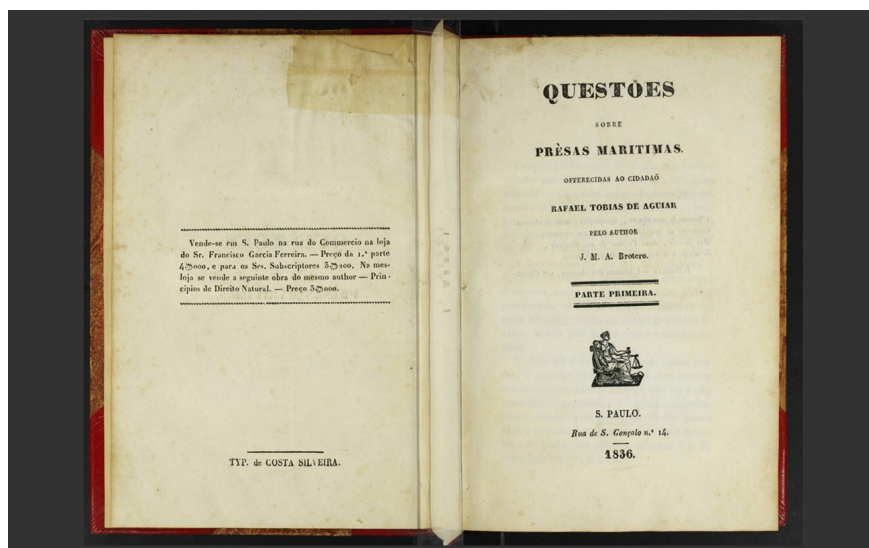


Fig. 3: Verso do olho e folha de rosto de J. M. A. Brotero, *Questões sobre prêsas marítimas*. Offerecidas ao cidadão Rafael Tobias de Aguiar (S. Paulo, [Typ. de Costa Silveira], 1836, 219 p., 1 v.

O exemplar descrito pertenceu a Rubens Borba de Moraes (ex-libris colado na guarda, no verso da pasta da primeira capa) que assinala, a lápis, no verso da falsa guarda: «É o primeiro livro impresso em São Paulo».

Estrutura da edição:

Pré-textuais: olho; folha de rosto; 4 páginas não numeradas: [dedicatória] «Ilmo. Exmo. Sr.» (2 p.); «Aos Leitores» (2 p.).

Pós-textuais (12 p. não numeradas): «Erratas mais notáveis» (2 p.); «Index» (4 p.); «Lista dos Subscritores» (6 p.)

²⁸ Não vamos insistir na análise dessa obra, pois uma pesquisa brilhante sobre a relação dos lentes da Academia com os livros, inclusive, considerando suas coleções pessoais, foi recentemente realizada. Cf. Ayres, 2018.

Formato: 20,4 x 13,1 cm. Impresso em papel filigranado. Exemplar restaurado e refileado.

Fonte: Reprodução digital do acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM/USP).

De natureza diversa é o livro atribuído a Daniel Pedro Müller (o nome do autor não aparece estampado na folha de rosto), impresso em 1838. O *Ensaio d'um quadro estatístico da Provincia de S. Paulo, ordenado pelas leis provinciaes de 11 de abril de 1836, e 10 de março de 1837*, como indica o título, é obra encomendada pelo governo. Na folha de rosto figura, na metade inferior da página, o brasão do Império do Brasil, o mesmo representado na bandeira: uma esfera armilar sobreposta pela cruz da Ordem de Cristo, circundada por 19 estrelas de prata, representando as províncias da jovem nação; à esquerda, um ramo de café; à direita, um ramo de tabaco. A coroa real, cravejada de diamantes sobre o protetor, encima a esfera. Ao pé da página, a imprenta: «S. PAULO. Na Typographia de Costa Silveira. Rua de S. Gonsalo n. 14. 1838» [fig. 4].

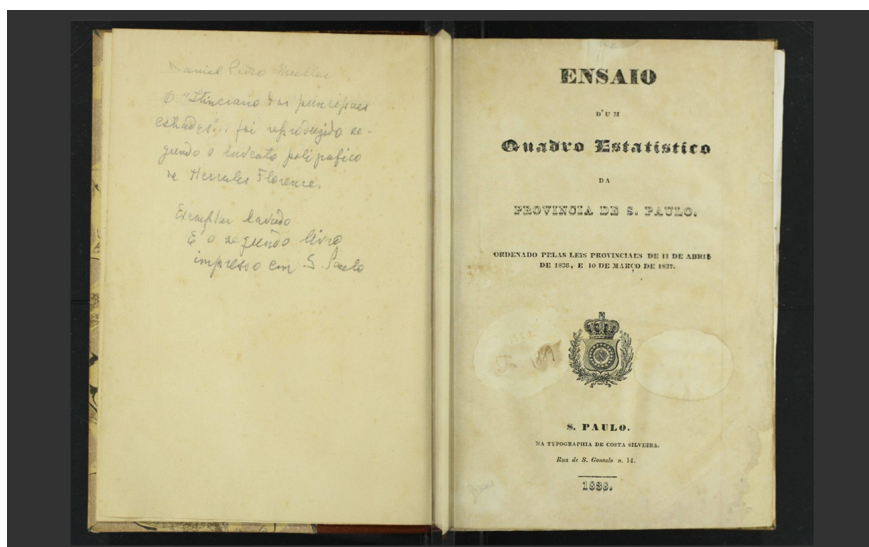


Fig. 4: Verso da falsa guarda e folha de rosto de [Daniel Pedro Müller], *Ensaio d'um quadro estatístico da Provincia de S. Paulo, ordenado pelas leis provinciaes de 11 de abril de 1836, e 10 de março de 1837* (S. Paulo, Na Typographia de Costa Silveira, 1838).

O exemplar pertenceu a Rubens Borba de Moraes (ex-libris colado na folha de guarda, no verso da pasta da primeira capa). O bibliófilo anota, a lápis, no verso da falsa guarda, a seguinte informação: «O itinerário das principaes estradas etc. ... foi reproduzido segundo o invento poligráfico de Hercule de Florence. Exemplar lavado. É o segundo livro impresso em S. Paulo».

Notemos, ainda, que a edição constitui um exemplo eloquente de proeza gráfica realizada no atelier de Costa Silveira, dada a diversidade de fontes e tamanhos de corpo, o emprego do brasão (xilografado?), o uso de fios, vinhetas e a composição de várias tabelas. Há tabelas compostas na mancha do texto e outras apresentadas na forma de encartes. Fato curioso, a ser verificado em novas análises, a edição apresenta papéis diferentes em diversas seções, sobretudo nos encartes. Teriam alguns encartes sido impressos em outro atelier, a exemplo do dito mapa, reproduzido pelo processo de Hercules Florence?

A primeira seção do livro se destina à apresentação propriamente do ensaio estatístico (86 p. numeradas), enquanto a segunda apresenta os quadros estatísticos (22 tabelas enumeradas).

A estrutura do livro se apresenta da seguinte maneira: folha de rosto; «Advertência» (1 p. não numerada); «Introdução» (p. i-iv); «Índice» (1 p. não numerada); «Índice das Tabellas» (1 p. não numerada). Tabelas encartadas e enumeradas de 1 a 22. O documento «Itinerários... » (fig. 4a) foi encartado entre as tabelas 15 e 16.

Formato: 20,5 x 14 cm. Edição restaurada, refilada e lavada.

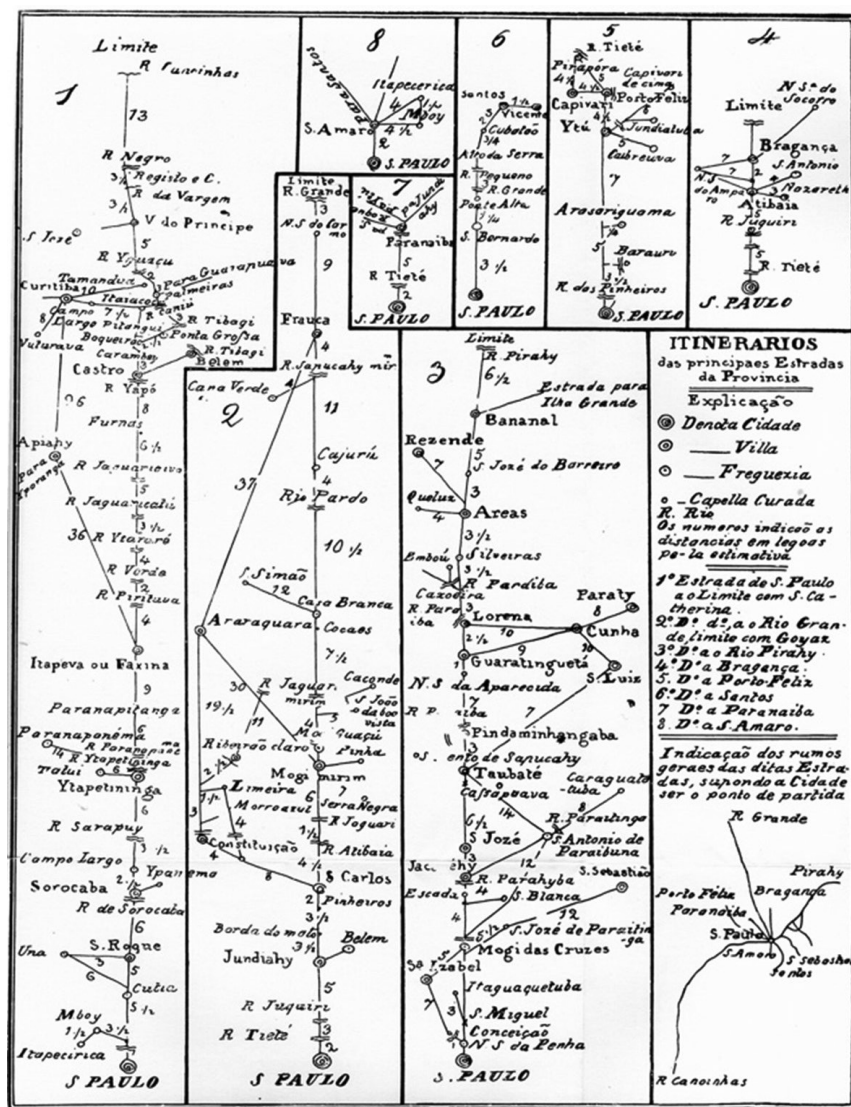


Fig. 4a: Reprodução do encarte «Itinerarios das principais estradas da provincia», folha impressa no atelier de Hercules Florence (São Carlos, 1837) a partir do processo denominado poligrafia.

O itinerário referenciado constituiu, de fato, uma importante invenção de Hercules Florence. Os detalhes do experimento figuram em *Découverte de la polygraphie par Hercules Florence* (Campinas, Pro-

vince de St. Paul, au Brésil, le 1er août 1853), conservado no Acervo Iconográfico da FBN. Segundo Dirceu Franco Ferreira, esta inovação implementada por Florence nas artes gráficas foi anunciada na imprensa para fins comerciais (Ferreira, 2014). É possível que o impressor Costa Silveira, ciente da dificuldade de compor tal peça pelo processo tipográfico, tenha encomendado a reprodução deste encarte junto ao artista francês. De qualquer maneira, chama a atenção o fato do artista anunciar seu invento no pé da folha impressa: «S. Carlos, 1837. Polygraphia de Hercules Florence, inventor desta nova arte».

A capacidade produtiva do atelier de Costa Silveira parece ter adquirido fôlego novo, pois no início de 1839 vemos anunciado o aparecimento de um novo título. Trata-se do terceiro livro publicado em São Paulo: *Resumo de Historia Universal impresso por ordem do governo para uso da aula d'Historia e Geographia da Academia de Sciencias Juridicas e Sociaes d'esta cidade de S. Paulo*. O primeiro volume é mais robusto (292 p. + 2 p. de errata + 2 tabelas encartadas), pois segue o programa de História da Antiguidade até a Idade Média [fig. 5]. No capítulo «Advertência» o autor redige o texto em primeira pessoa, buscando explicar a natureza do compêndio, a razão pela qual empreendeu o trabalho de redação e publicação do mesmo, bem como suas fontes, ou matrizes intelectuais. Em certo sentido, o texto reproduz o relatório que ele endereçara, em 1836, ao diretor da Faculdade de Direito. À época o documento foi publicado no jornal *Novo Farol Paulistano*. Ao final, o autor data o escrito em 12 de janeiro de 1839²⁹.

O segundo volume é mais conciso (162 p + 2 p. de errata) e apresenta, igualmente, uma «Advertência», com texto datado de 7 de agosto de 1839. O autor explica que o plano do livro tem como

29 Ao negar a autenticidade do escrito, os autor justifica a escolha pelo anonimato. Porém, consciente da importância de subsidiar o programa de História de um ponto de vista teórico, ou «filosófico», o primeiro volume abre com o «Discurso Recitado por F. Schiller na Abertura da Aula de História da Universidade de Iena». «Devo ainda pedir, que ninguém se persuada, que tenho a ridícula philaucia de haver escripto uma Historia Universal, isto é, de ter extendido o campo d'esta Sciencia» (Frank, 1839, vol. 1).

modelo a *História Universal* de Poelitz³⁰ – não se trata, efetivamente, de uma versão fiel à obra alemã –, com acréscimos próprios sobre a História Moderna, muito provavelmente com base em outras leituras realizadas em São Paulo. A distância de sete meses entre a redação do prólogo do primeiro e do segundo volume sugere que ele se dedicou à escrita do período moderno neste intervalo. Duas informações nos parecem particularmente relevantes sobre o texto em análise.

Em primeiro lugar, o programa editorial previa três volumes, em lugar dos dois publicados:

Era meu plano resumir a História Moderna desde o descobrimento da América até o decênio atual em um só volume; porém receioso de não se verificar a publicação da obra n'este anno, e desejoso de empregar este Compendio quanto antes no meu ensino, dividi a Terceira Parte em dois volumes, apesar da falta de proporção, que há entre este 2º volume e o 1º e 3º, para a publicação sucessiva dos 3 volumes pudesse acompanhar a marcha do ensino; porem ainda assim não foi possível realizar este meu designio (Frank, 1839, vol. 2).

A segunda observação diz respeito às condições materiais de impressão da obra:

Finalmente noto, que no título introduzio-se um erro, que é a declaração do destino d'este Compendio – *Para o uso da Aula, &c.* porquan-

30 Karl Heinrich Ludwig Pölit (1772-1838) foi professor particular de filosofia em Leipzig, desde 1794, e professor de moralidade e história no Instituto de Cadetes em Dresden, desde 1795. Em 1803, tornou-se professor em Wittenberg e, em 1815, professor na Universidade de Leipzig. É possível que Julius Frank faça referência a *Handbuch der Weltgeschichte* (3 Bände. Leipzig, Hinrichs, 1805). Nosso autor informa que iniciara a tradução do livro incentivado por Costa Carvalho, no tempo em que este dirigia a Faculdade de Direito. Mas o trabalho não avançou, porque não havia a perspectiva de sua publicação. Afinal, «à minha custa não posso mandar imprimi-la; por subscrição é custoso; e depois não tem havido diretor que se interessasse por semelhante obra» (Julius Frank, *O Novo Farol Paulistano*, 31 dez. 1836, p. 2).

to absolutamente ignoro si é este o fim exclusivo para que o Governo mandou imprimir a Obra [esta informação foi corrigida no frontispício do segundo volume] (Frank, 1839, vol. 2).

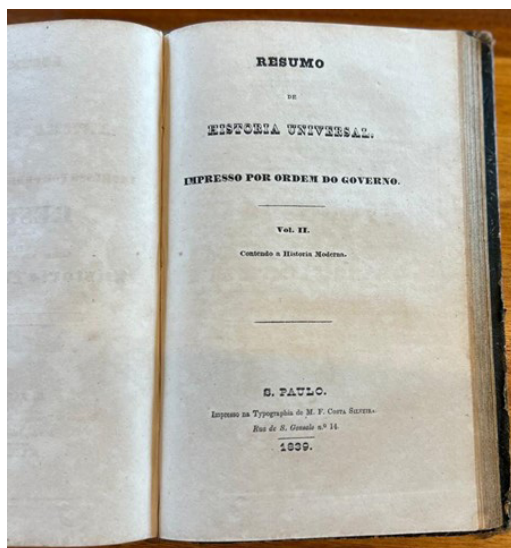


Fig. 5: Folha de rosto do segundo volume de *Resumo de Historia Universal impresso por ordem do governo contendo a História Moderna*, v. II (162 p + 2 p. de errata).

Volumes 1 e 2 encadernados. Formato: 20,1 x 12,3 cm.

O exemplar pertenceu a Rubens Borba de Moraes (ex-libris).

Anotação a lápis no verso da guarda: «Autor: Julio Frank. É o terceiro livro impresso em São Paulo».

Estrutura do volume 1:

Pré-textuais: olho; folha de rosto; «Advertencia» (3 p. sem numeração); «Discurso recitado por F. Schiller. Na abertura da aula de Historia na Universidade de Iena» (p. iv-xxviii)

pp. 1-286

2 encartes

«Índice» (p. 287-292)

«Erratas mais notáveis» (2 p. sem numeração)

Estrutura do volume 2:

Pré-textuais: olho; folha de rosto; «Advertencia» (1 p. sem numeração)
pp. 1-159

«Índice» (p. 161-162); «Erratas mais notáveis» (p. 163-164)

Fonte: Reprodução fotográfica do exemplar analisado pertencente à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM/USP).

Diferente do professor José Maria Avellar Brotero³¹, figura de prestígio em Portugal, primeiro lente nomeado para a Faculdade de Direito de São Paulo, Julius Frank era um imigrante alemão, que acabara de chegar em São Paulo, e se tornara responsável pelas disciplinas de História e Geografia do curso preparatório³². Planejou, contudo, um programa de ensino tão extenso que o mesmo adentrava a grande curricular do curso superior. Como ele mesmo justifica: «não se diga que são somente preparatórios, porque os bacharéis saem daqui como formados em ciências jurídicas e sociais – triste ironia para a maior parte³³ – e ninguém negará que a política e a estatística

31 José Maria de Avellar Brotero (1798-1873) nasceu em Lisboa. Foi responsável pelas disciplinas Direito Natural, Direito Público, Análise da Constituição do Império, Direito das Gentes, Diplomacia e, a partir do segundo ano, Direito Eclesiástico. Em 1833, naturalizou-se brasileiro e foi agraciado com o título de Conselheiro do Império. Aposentou-se em 1871, tendo acumulado as funções de professor e secretário por quarenta e três anos. Faleceu em São Paulo.

32 Sobre a vida de Johann Julius Gottfried Ludwig Frank (1808-1841) muitas são as notícias e escassas as certezas. Afonso Schmidt foi o primeiro a desbravar os arquivos alemães, logo, a iluminar com provas documentais alguns aspectos de sua biografia. Nasceu na cidade de Gotha, na Turíngia. Seus pais foram Carlos Frederico Frank, encadernador de livros, e Carlota Frederica, filha «do mestre encadernador de livros da Corte de Ludovico Herlan». Estudioso, ministrava aulas particulares aos 12 anos de idade e, aos 17 anos, ingressou na Universidade de Göttingen, na Baixa Saxônia. A partir daí, as notícias se apresentam mais incertas, talvez, um tanto romaneadas. Teria contraído dívidas em Göttingen e se transferido para Leipzig, depois para Berlim, até emigrar para um distante e improvável Brasil, em 1821? Teria cometido um crime em sua terra natal, o que o empurrou, em fuga, para o outro lado do Atlântico? O que, afinal, lançara o jovem estudante da prestigiosa Universidade de Göttingen a um destino incerto e solitário além-mar? Estas são algumas questões que ainda permeiam suas biografias. Julius Frank faleceu em São Paulo, em 1841, acometido, muito provavelmente, de uma pneumonia e no auge de sua influência entre os jovens postulantes a uma vaga na Faculdade. Cf. Schmidt, 2008 [1942]; Bandechi, 1978, p. 85.

33 O autor lembra, não sem ironia, como ele mesmo adverte, que o egresso recebia o diploma de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, segundo a constituição do curso, por lei assinada

pertencem à última classe» (Julius Frank, *O Novo Farol Paulistano*, 31 dez. 1836, p. 3). Por isso, defende que o curso de Geografia tenha a duração de um ano. Para a disciplina histórica, o tempo de formação deve ser mais elástico:

Portanto penso que se devia estabelecer um curso de dois anos, um antes de estarem os estudantes no 1º ano jurídico, outro anexo ao 1º ano, visto que este tem somente uma aula; e ainda que os novos estatutos criem mais uma, assim mesmo não seria muito, unir-se-lhe uma de História; mesmo para habituar os estudantes a uma séria aplicação. No 2º ano do Curso Histórico podia-se então fazer uma repetição da Geografia, da qual ficariam dispensados aqueles que se distinguissem no 1º ano na mesma matéria. E para obrigar-se os estudantes a ocuparem-se até o fim dos seus estudos nestas matérias quase inseparáveis do curso de Direito, eu achava bom, que d'ora por diante todos os estatutos ficassem dispensados do exame de História e Geografia até o 5º ano, porque assim eles têm três cursos que podem frequentar, não lhes resta desculpa alguma, e o receio de uma reprovação no 5º ano – porque supõe-se então um exame rigoroso – os obrigará ao estudo da História (Julius Frank, *O Novo Farol Paulistano*, 31 dez. 1836, p. 3).

A exemplo de Brotero, seus modelos são europeus, o que faz desses dois primeiros livros impressos em São Paulo um amálgama composto de excertos traduzidos de autores vários, acrescidos de comentários originais. Noutros termos, a escrita de *Questões sobre prêsas marítimas* e de *Resumo de História Universal* constitui um exemplo eloquente de transferência cultural. As referências de Brotero, conforme observado por Vivian Nani Ayres, são expressamente francesas (não raro, coimbrãs). Julius Frank traz na bagagem as matrizes

pelo Imperador D. Pedro I, em 27 de agosto de 1827.

teutônicas, embora mescladas com uma gama bastante extensa de autores europeus – majoritariamente franceses – que constam em sua bibliografia. Além dos modelos evidenciados pelo autor, certamente por se tratar de compêndios conhecidos nas universidades alemãs e que, imagina-se, trouxera consigo na bagagem, é preciso considerar que Julius Frank desfrutara de uma formação, antes de tudo, europeia. Também as referências do autor, particularmente para o volume complementar, destinado à Época Moderna e, em particular, à História de Portugal e Espanha, testemunham sua erudição e domínio de uma bibliografia bastante ampla e heterodoxa. Cumpre ressaltar que a Universidade de Göttingen era provida de uma excelente biblioteca, que se destacava, justamente, pelo caráter cosmopolita de suas coleções³⁴. Modelo que Frank buscava replicar em São Paulo, como se observa em suas frequentes observações acerca da biblioteca da Faculdade de Direito.

A obra de Julius Frank, redigida despretenciosamente, com fins estritamente pedagógicos, chama a atenção por sua recepção longeva. Foi o livro-texto de gerações de estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. Os poucos conhecimentos históricos que os poetas românticos possuíam possivelmente tinham no seu escrito o primeiro esteio. Passados quase trinta anos desde a sua publicação, o livro testemunhava o efeito fixador da cultura impressa. Era ainda lido e citado como o inaugurador do programa de História do curso preparatório. Porém, a edição estava esgotada, segundo declara o então professor da cadeira de História e Geografia da mesma instituição, em 1867³⁵.

34 «Isto se deve ao fato dos responsáveis pela biblioteca – a princípio Johann Matthias Gesner (1691-1761) e o filólogo Christian Gottlob Heyne (1729-1812) – serem, ao mesmo tempo, as personalidades centrais da vida universitária, dando às autoridades tutelares conselhos seguidos de efeitos sobre o recrutamento de professores, sobre seu raio de ação e mesmo sobre a progressão dos salários» (Espagne, 2012, p. 28).

35 «Em Historia foi o do inaugurador da aula Julius Frank, escripto em Portuguez. Tendo porém se esgotado os exemplares á venda» (Manuscritos do Arquivo da Faculdade de Direito, livro 13, 1844b).

Se colocados lado a lado, os três livros testemunham uma coerência estética que coloca a tipografia de Costa Silveira no mesmo patamar de suas congêneres cariocas ou provinciais (cf. Semeraro & Ayrosa, 1979). É evidente que esses volumes não apresentaram grandes inovações tipográficas, embora a edição de Daniel Pedro Müller mereça uma análise mais cuidadosa, tanto em termos de artes gráficas como do tipo de papel, ou melhor, dos tipos de papel empregados. Não é possível observar nesses livros aquilo que Ubiratan Machado denominou de «arrepio da terra» (Machado, 2018), em seu levantamento exaustivo das capas produzidas no período. Pois não há, de fato, caracteres distintivos que nos permitam reconhecer a tipografia de Costa Silveira como um exemplo artístico peculiar.

Do ponto de vista da história do design, essas constatações são analisadas por Chico Homem de Melo nos termos seguintes:

Até meados do século XIX, o texto reina quase absoluto na cena gráfica dos livros. Ele é complementado ora por brasões que atestam a origem nobre da publicação, ora por vinhetas discretas. O diagrama continua respeitando o alinhamento central. Essa concisão é ditada tanto pela escassez de recursos técnicos como pela herança da tipografia clássica europeia, que aqui aportou junto com os tipógrafos portugueses trazidos da Corte. O resultado se reveste de uma sobriedade que, graças à distância do tempo, ganha ares de imponência (Melo & Ramos, 2011, p. 30).

Por fim, os três primeiros livros impressos em São Paulo testemunham a relevância das instituições paulistas na sua promoção, além de lançar luz sobre uma produção literária em gérmen, que deitou raízes na cidade e se projetou pelo país. Tais aspectos evidenciam a importância de uma infraestrutura tipográfica para a consecução desses projetos, outrossim, para a consolidação de uma cultura gráfica local, malgrado os caracteres exógenos que conformaram seu principal amálgama nesses tempos primevos.

Referências Bibliográficas

- Ayres, V. N. (2018). *Da sala de leitura à tribuna: livros e cultura jurídica em São Paulo no século XIX*. [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo.
- Bandeichi, B. (1978). *A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal*. Sesquicentenário da Instalação dos Cursos Jurídicos.
- Barros, J. D. E. de. (2012). *Impressões de um tempo: a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro (1747-1750)*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal Fluminense.
- Candido, A. (2000). A literatura na evolução de uma comunidade. In *Literatura e Sociedade. Estudos de teoria e história literária* (8a ed.). Queroz Editor.
- Deaecto, M. M. (2019). *O Império dos livros. Instituições e práticas de leituras na São Paulo oitocentista* (2a ed.). Edusp.
- Espagne, M. (2012). Transferências Culturais e História do Livro. *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, 2, 21-34.
- Ferreira, D. F. (2014). Narrando viagens e invenções. Hercule Florence: amigo das artes na periferia do capitalismo. *Anais do Museu Paulista*, 22 (2), 153-196.
- [Frank, J.]. (1839). *Resumo de historia universal. Impresso por ordem do governo para uso da aula d' historia e geographia, da academia de ciencias jurídicas e sociaes d' esta cidade de São Paulo*. Vol. 1: *História Antiga e Idade Média*; vol. 2: *História Moderna*. Typ. de M. F. Costa Silveira.
- Godoi, R. C. de. (2017). *Um editor no Império. Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. Edusp.
- Hallewell, L. (2017). *O Livro no Brasil. Sua História* (3a ed.). Edusp.
- Ipanema, C. de. (2008). *A Tipografia em São Paulo. Contribuição à História de Suas Origens*. Com-Arte.
- Linha do Tempo da Tipografia Paulistana*. (s. d.). https://docs.google.com/spreadsheets/d/1guMBKWeYxveVtlc_1gCwg3uFq4rlotJ5kLMqSol1exk.
- Machado, U. (2018). *A capa do livro brasileiro (1820-1950)*. Sesi/Ateliê Editorial.
- Martins, B. T. (2018). *Letras a vapor: o repertório tipográfico dos impressores paulistanos no século XIX. A Tipografia do Farol Paulistano*. [Apresentação de trabalho]. 26º Siscusp, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- McKenzie, D. F. (2018). *Bibliografia e a sociologia dos textos*. Edusp.
- Megiani, A. P., & Algranti, L. M. (Orgs.). (2009). *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séc. XVI-XIX*. Alameda.
- Melo, C. H. de & Ramos, E. (2011). *Linha do tempo do design gráfico no Brasil*. Cosac Naify.
- Moraes, R. B. de. (1993). Impressão Régia do Rio de Janeiro. Origens e Produção. In A. M. de A. Camargo & R. B. de Moraes, *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. Edusp/Kosmos.

- Moraes, R. B. de. (2018). *O Bibliófilo aprendiz* (5a ed.). Publicações BBM.
- Ogier, R. (2023). *Manual de tipografia brasiliense* (2a ed. atualizada). Com-Arte. [1a ed.: Rio de Janeiro, 1832].
- Oliveira, C. E. F. de. (2010). Informação e política nos primórdios da imprensa paulista: o Farol Paulistano (1827-1831). *Revista História São Paulo*, 29 (2).
- Pacheco, F. (1931). *Duas Charadas bibliographicas*. Typographia do Jornal do Commercio.
- Schapochnik, N. (2023). Ronda fluminense: os fazeres de René Ogier na Corte Imperial. In R. Ogier, *Manual de tipografia brasiliense* (2a ed. atualizada). Com-Arte.
- Schmidt, A. (2008). À Sombra de Júlio Frank (1808-1841). Associação dos Amigos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo [1a ed. 1942].
- Secco, L. & Deaecto, M. M. (2003). A São Paulo de Libero Badaró. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, 151-178.
- Semeraro, C. M. & Ayrosa, C. (Coord.). (1979). *História da tipografia no Brasil*. Masp.
- Sylos, H. de. (1978). Introdução. In D. P. Müller, *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837* (3a ed. fac-similada). Governo do Estado de São Paulo. 1978, p. X.
- Toledo, L. de. (1898). Imprensa Paulista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, III.
- Vampré, S. (1977). *Memórias para a história da Academia de São Paulo* (2a. ed., tomo 1). INL/Conselho Federal de Cultura.
- Vasconcellos, D. P. R. de. (1986). *Uma raridade bibliográfica. O canto encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos impresso pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes, em Vila Rica, 1806* (ed. fac-similar com estudo histórico biobibliográfico de Ligia da Fonseca Fernandes da Cunha). Biblioteca Nacional.
- Veríssimo, F. (2022). *Impressão nas missões jesuítas do Paraguai. Século XVIII*. Edusp.
- Zaluar, A. E. (1953). *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. Martins.

Cartografia dos Poder(es): O Livro como Território de Disputa no Universo Lusófono

Cartography of Power(s): The Book as a Territory of Dispute in the Lusophone World

Wagner Rodrigues Araújo (Wagner Merije)¹

RESUMO

Este artigo investiga a interseção entre livro e poder(es) ao longo da história da edição lusófona, com enfoque em como estruturas econômicas, estratégias editoriais e escolhas simbólicas moldaram não apenas o que lemos, mas como lemos. Propomos uma leitura crítica que articula o paradigma do “livro como negócio” com o livro como agente de resistência cultural. Examinamos casos concretos de controvérsias de edição, censura, mercado editorial e circulação de ideias críticas. Através de uma abordagem interdisciplinar — combinando história editorial, sociologia da literatura e teoria cultural —, buscamos revelar mecanismos sutis de poder incorporados ao objeto-livro e apontar caminhos de resistência no presente.

1 Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ; <https://orcid.org/0000-0002-5501-9206>; wmerije@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Livro e poder; mercado editorial lusófono; história da edição; resistência cultural; política do livro.

ABSTRACT

This article investigates the intersection between the book and power(s) throughout the history of Lusophone publishing, focusing on how economic structures, editorial strategies, and symbolic choices have shaped not only what we read but also how we read. It proposes a critical reading that articulates the paradigm of the “book as business” with the book as an agent of cultural resistance. The study examines concrete cases of editorial controversy, censorship, publishing markets, and the circulation of critical ideas. Through an interdisciplinary approach — combining publishing history, the sociology of literature, and cultural theory — the article seeks to reveal the subtle mechanisms of power embedded in the book as an object and to outline possible paths of resistance in the present.

KEYWORDS

Book and power; Lusophone publishing market; history of publishing; cultural resistance; politics of the book.

INTRODUÇÃO

A relação entre livro e poder é uma constante histórica que atravessa séculos e geografias, revelando como a circulação de ideias está profundamente vinculada a estruturas de dominação, legitimação e resistência. Desde a invenção da imprensa por Gutenberg, passando pelas primeiras tipografias portuguesas no século XVI, até a concentração editorial dos conglomerados contemporâneos, o livro tem sido simultaneamente veículo de emancipação e instrumento de controlo. É precisamente essa tensão que norteia o presente estudo, que se propõe a analisar o livro como espaço de disputas, onde interesses políticos, económicos e simbólicos se entrelaçam.

No mundo lusófono, o percurso editorial revela marcas de censura e tutela, como a atuação da Inquisição na regulação de leituras ou, mais tarde, o papel das ditaduras ibéricas no século XX na contenção da produção literária e académica. Contudo, revela igualmente práticas de resistência: edições clandestinas, circulação de folhetos, criação de editoras independentes que desafiaram hegemonias. Esse duplo movimento — repressão e reinvenção — faz do livro um lugar privilegiado para se pensar a dialética entre poder e liberdade.

Nas últimas décadas, assistimos a uma reconfiguração do mercado editorial global, marcada pela concentração de poder em grandes grupos transnacionais. Como aponta André Schiffrin em *The Business of Books: How International Conglomerates Took Over Publishing and Changed the Way We Read*, a lógica do lucro passou a ditar, em larga medida, a escolha do que é publicado, traduzido e divulgado, afetando a diversidade e a autonomia cultural. Essa realidade não deixou de impactar o espaço editorial em língua portuguesa, onde editoras locais enfrentam a pressão de competir com grupos internacionais e, ao mesmo tempo, preservar identidades culturais próprias.

Este artigo parte da hipótese de que o livro, mais do que objeto cultural, deve ser entendido como um campo de poder, cuja materialidade, circulação e receção se inscrevem em disputas políticas e económicas. Propomos, assim, uma leitura que integra história do livro, estudos culturais e sociologia da literatura, com especial atenção às práticas editoriais lusófonas e aos modos como estas dialogam com a globalização.

Para cumprir esse objetivo, serão abordados: i) o panorama histórico do poder editorial no espaço de língua portuguesa; ii) a economia política do livro e a concentração empresarial; iii) episódios de censura e controvérsia editorial; iv) iniciativas de resistência e alternativas editoriais; e v) os novos poderes digitais que moldam a leitura contemporânea. Ao iluminar essas diferentes dimensões, o artigo procura

mostrar que o livro é, ainda hoje, não apenas um produto cultural, mas também um campo de batalha simbólico em que se joga o futuro das sociedades democráticas e da memória coletiva.

Panorama histórico do poder editorial lusófono

1. Do mecenato à nação impressa (séculos XVI–XIX)

A história do livro em língua portuguesa está marcada por um percurso singular, que combina os grandes marcos da cultura impressa ocidental com especificidades locais. Desde os primeiros impressos saídos das tipografias de Germão Galharde, em Lisboa, no século XVI, até ao florescimento editorial oitocentista, o livro esteve sempre ligado a instâncias de poder político, religioso e económico, conforme atesta Roger Chartier em *A aventura do livro: do leitor ao navegador* (1998). A monarquia, a Igreja e, posteriormente, os regimes autoritários desempenharam papel decisivo no controlo das publicações, na seleção do que podia circular e no silenciamento de vozes dissonantes.

Conforme assinala Márcia Abreu (2000), a leitura no Brasil colonial estava profundamente marcada por hierarquias sociais e pelo controlo metropolitano, reflexo de uma estrutura de poder que via no livro tanto um instrumento de civilização quanto uma potencial ameaça à ordem.

O mecenato régio e aristocrático funcionava, nesse contexto, como um sistema de legitimação simbólica, assegurando prestígio a autores e obras, mas também condicionando os conteúdos ao serviço da construção de identidades nacionais. As primeiras gramáticas e catecismos publicados no espaço português não apenas ensinavam a língua, mas também consolidavam valores religiosos e imperiais, mostrando como a edição se articulava com projetos coloniais e

evangelizadores, revela Joaquim Veríssimo Serrão na obra *História de Portugal: O Estado e o Império* (1990).

A censura da Inquisição deixou marcas profundas: catálogos de livros proibidos (*Index Librorum Prohibitorum*), práticas de autocensura e vigilância sobre tipógrafos e livreiros constituem um capítulo central para compreender a relação entre livro e poder no espaço lusófono. Na visão de Francisco Bethencourt, autor de *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália (séculos XV-XIX)* (1994), as repercussões desta censura atravessaram séculos, criando uma cultura editorial de prudência e alinhamento com o poder político-religioso.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o livro e a imprensa periódica tornaram-se instrumentos centrais nos processos de independência e formação dos estados nacionais lusófonos. No Brasil, por exemplo, a atuação de livreiros-editores como Silva Porto (IPANEMA, 2007) e a circulação de periódicos como *O Correio Braziliense* (MOREL, 2005) foram fundamentais para a construção de uma esfera pública crítica e para a difusão de ideias liberais. Em Portugal, a Regeneração e o crescimento urbano propiciaram a expansão das livrarias e a profissionalização do ofício editorial, com destaque para cidades como o Porto (LOUREIRO, 1994). Esse período também testemunhou a emergência de uma literatura de caráter nacionalista e regionalista, que refletia tensões entre centro e periferia no espaço lusófono (CRISTÓVÃO, 1997). A importância desse período é atestada por estudos bibliográficos fundamentais que mapeiam a produção impressa, como a *Bibliografia da História do Livro em Portugal* organizada por Diogo Ramada Curto (2003).

Com o advento da modernidade editorial, a partir do século XIX, assiste-se a uma progressiva profissionalização do setor, acompanhada pelo surgimento de casas editoriais de maior escala, como a Bertrand em Portugal e a Garnier no Brasil, bem como pelo crescimento de públicos leitores urbanos. O livro passa a ser também mercadoria, atravessada por lógicas de mercado, sem deixar, contudo,

de carregar consigo as tensões políticas e ideológicas que sempre o acompanharam. É nesse contexto que florescem periódicos, romances de folhetim e coleções populares, o que segundo Laurence Hallewell aponta em *O livro no Brasil: sua história* (2005), permitiu a expansão de novos públicos mas também reforçando a ligação entre edição e pedagogia nacionalista.

Desse modo, a história editorial lusófona dos séculos XVII ao XIX não é um intermezzo pacífico, mas um período de reconfiguração dos poderes sobre o livro: da tutela religiosa para o controlo estatal, do mecenato para o mercado, do leitor douto para o público popular. Essas transformações preparam o terreno para as grandes concentrações empresariais e as resistências criativas que marcariam o século XX.

2. Da era dos conglomerados à era digital (séculos XX–XXI)

No século XX, a consolidação de conglomerados editoriais e a sua expansão para além das fronteiras nacionais trouxeram novas dinâmicas ao campo lusófono. A partir da segunda metade do século, a entrada de grupos internacionais em mercados como o português e o brasileiro transformou radicalmente o setor, impondo lógicas de escala, padronização e maximização de lucros.

Como sublinha André Schiffrin, o movimento de concentração editorial levou a que as grandes corporações priorizassem títulos de fácil circulação, relegando obras de maior densidade literária ou política a espaços marginais. O autor e respeitado editor alerta que “quando o lucro se torna a medida exclusiva de sucesso editorial, a diversidade cultural e intelectual entra em risco” (Schiffrin, 2000: 42).

No caso lusófono, tal movimento traduziu-se em pressões sobre editoras independentes e universitárias, que passaram a enfrentar maiores dificuldades de distribuição e de sobrevivência num mercado

cada vez mais competitivo, revelou Gustavo Sorá em *A história do livro e da edição na América Latina* (2010). O Brasil, nas décadas de 1990 e 2000, assistiu a sucessivas aquisições e fusões, culminando com a entrada de grupos como a Santillana (Grupo Prisa) e a Companhia das Letras (posteriormente associada à Penguin Random House). Em Portugal, a Porto Editora consolidou-se como um dos maiores conglomerados, absorvendo casas históricas e impondo um modelo de centralização.

Os efeitos locais dessa globalização editorial incluem a homogeneização de catálogos, a diminuição da diversidade de autores e temas publicados e o enfraquecimento de projetos experimentais. E não param por aí, como denunciou John B. Thompson em *Merchants of Culture: The Publishing Business in the Twenty-First Century* (2012). A lógica do “best-seller” passou a pautar estratégias de mercado, muitas vezes em detrimento de obras de maior risco literário ou político.

Ao mesmo tempo, observam-se resistências criativas, desde pequenas editoras que apostam em nichos específicos — poesia, literatura de minorias, pensamento crítico — até práticas de microedição que desafiam a lógica hegemónica do mercado. Essas formas alternativas mantêm viva a tradição do livro como espaço de invenção e dissidência, lembrando que, no universo editorial lusófono, o poder nunca é absoluto, mas constantemente contestado.

O livro como negócio: concentração, lucro e padronização

A consolidação do mercado editorial como setor estratégico da economia cultural trouxe consigo um paradoxo fundamental: o livro passou a ser simultaneamente produto cultural e mercadoria sujeita às mesmas lógicas de rentabilidade que outros bens de consumo. Como observa John B. Thompson, “o campo editorial contemporâneo é cada vez mais moldado por dinâmicas de mercado que privilegiam

a visibilidade e a escala em detrimento da diversidade e da inovação” (Thompson, 2012: 15).

O processo de concentração editorial, intensificado a partir do século XX, alterou de forma decisiva as condições de produção, circulação e receção dos livros. Grandes grupos empresariais absorveram editoras tradicionais, formando conglomerados com capacidade de controlar várias etapas da cadeia produtiva: da impressão à distribuição, da promoção mediática à venda digital, como bem demonstrou Robert Darnton em *The Case for Books: Past, Present and Future* (2009). No espaço lusófono, este fenómeno foi verificado com especial intensidade em Portugal e no Brasil, onde casas editoriais históricas passaram a integrar grupos multinacionais ou nacionais de grande porte, como a Porto Editora, em Portugal, e a Companhia das Letras, no Brasil.

Para compreender este movimento, André Schiffrin, demonstra como a entrada de conglomerados internacionais transformou radicalmente a lógica editorial: “o objetivo deixou de ser publicar boas obras e passou a ser publicar livros que vendem bem” (Schiffrin, 2000: 12). Essa inversão de prioridades contribuiu para a padronização dos catálogos, privilegiando narrativas de grande circulação, traduzidas de *best-sellers* internacionais, em detrimento da aposta em vozes locais ou inovadoras.

Em Portugal, a progressiva concentração do mercado fez com que poucas casas editoriais dominem uma parte significativa das vendas, especialmente nos setores escolar e académico. A hegemonia da Porto Editora ilustra bem esta tendência, ao controlar editoras menores, redes de distribuição e plataformas digitais, definindo de forma quase monopolista os rumos da leitura escolar, indica Ana Faria em “O mercado editorial português: concentração e desafios” (Faria, 2018: 55-72). Já no Brasil, conglomerados como a Santillana (Grupo Prisa) e, posteriormente, a Penguin Random House, alteraram a paisagem editorial, integrando editoras brasileiras de referência num modelo globalizado.

Os efeitos deste processo sobre a diversidade editorial são amplamente discutidos. A concentração limita o espaço para obras de risco, literatura experimental, autores periféricos ou minoritários, e desloca o eixo de decisão para critérios mercadológicos em detrimento dos literários ou culturais (Chartier, 1994). Como alerta Schiffrin (2000: 42), “quando a rentabilidade se torna a medida exclusiva, o que está em jogo é a própria democracia cultural”.

Ainda assim, convém sublinhar que o livro não se reduz a essa lógica de mercado. Mesmo no interior de conglomerados, há tensões entre editores que procuram defender a bibliodiversidade e executivos que privilegiam o lucro imediato. Além disso, a resistência de editoras independentes e universitárias mantém aberta uma fissura nesse sistema, demonstrando que a concentração editorial nunca é total e que sempre subsistem alternativas, por vezes mais frágeis, mas fundamentais para a vitalidade cultural.

Histórias de controvérsia e censura editorial

Se a concentração editorial contemporânea levanta preocupações sobre a homogeneização cultural, a história do livro em língua portuguesa revela um passado em que o controlo direto da circulação do impresso esteve intrinsecamente associado ao poder político, religioso e militar. A censura, a proibição de obras e a manipulação editorial não são fenómenos marginais, mas estruturantes da tradição editorial lusófona.

Desde o período da Inquisição, os catálogos de livros proibidos — os célebres *Index Librorum Prohibitorum* — estabeleceram um regime de vigilância permanente sobre a produção tipográfica. Tipógrafos, livreiros e leitores eram igualmente vigiados, e obras de autores como Erasmo ou Maquiavel circularam apenas em cópias clandestinas ou traduzidas de forma parcial, de acordo com

Francisco Contente Domingues em *História da Edição em Portugal* (2008). Em Portugal, os tribunais inquisitoriais controlavam não apenas o conteúdo, mas também o suporte material, instaurando processos contra quem imprimisse sem licença ou distribuísse textos não autorizados, demonstrou Fernando Bouza Álvarez na obra *Comunicação, conhecimento e memória na época moderna: livros e leituras no mundo ibérico* (2002).

Com a emergência dos regimes autoritários no século XX, a censura política passou a desempenhar papel análogo. Durante o Estado Novo, em Portugal, escritores como Alves Redol, Manuel da Fonseca e José Saramago enfrentaram cortes, apreensões e proibições (Reis, 2004). No Brasil, sob a ditadura militar (1964–1985), editoras como a Civilização Brasileira foram alvo de perseguições, e livros de autores como Ferreira Gullar e Caio Prado Júnior foram retirados do mercado (Schwarcz, 2002). Em ambos os contextos, a edição clandestina e a circulação mimeografada tornaram-se instrumentos de resistência cultural, permitindo que textos críticos circulassem fora dos circuitos oficiais.

Casos paradigmáticos ilustram essa tensão: a censura a *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* (1991), de José Saramago, retirado da lista de concorrentes ao Prémio Literário Europeu pelo governo português, revelou como o poder político continuava a interferir no campo editorial mesmo em contexto democrático. Esta é uma visão compartilhada por diversos estudiosos, entre eles Carlos Reis (2017: 45-62). No Brasil, obras como *Zero* (1975), de Ignácio de Loyola Brandão, foram inicialmente proibidas e só circularam em edições posteriores, tornando-se marcos da resistência literária à repressão.

Este legado de controvérsias demonstra que o livro é não apenas um objeto cultural, mas também um campo de batalha simbólico, onde se disputam narrativas, memórias e formas de poder. Como lembra Robert Darnton (2014:101), “o controle da leitura é uma forma de controlar a mente”, e no espaço lusófono a censura sempre foi acompanhada por estratégias criativas de resistência — da edição

artesanal e clandestina à posterior abertura de editoras independentes que ousaram publicar vozes silenciadas.

Assim, a história da censura editorial em língua portuguesa não deve ser lida apenas como episódio repressivo, mas como lugar de criação de alternativas. O gesto de imprimir, distribuir ou ler em condições adversas constituiu um ato político em si, inscrevendo no livro uma dimensão de resistência que ecoa até hoje nas práticas editoriais alternativas.

Resistências literárias e práticas editoriais alternativas

Se a censura e a concentração editorial impuseram limites severos à circulação de ideias e à pluralidade de vozes, a história do livro em língua portuguesa também é atravessada por gestos de resistência criativa e práticas editoriais alternativas. Estas não surgem apenas como resposta às interdições políticas ou às pressões de mercado, mas como afirmações de autonomia cultural e de busca por novos espaços de leitura.

Durante o Estado Novo em Portugal e a ditadura militar no Brasil, a clandestinidade editorial assumiu formas diversas: desde edições artesanais impressas em mimeógrafos até a circulação de livros escondidos em capas falsas ou distribuídos em redes informais de militantes e estudantes. Michael Hall relembra estes e outros casos em *Literatura e resistência no Brasil dos anos 1970* (2004: 211-229). Estes circuitos paralelos asseguraram a sobrevivência de textos interditos e alimentaram uma cultura de leitura que fazia da partilha um ato político.

Na segunda metade do século XX, com o enfraquecimento dos regimes autoritários, emergiram editoras independentes que se posicionaram como alternativas ao mercado dominado por grandes grupos. Em Portugal, Seabra (1999) aponta como exemplos a &etc. e a Relógio d'Água. No Brasil, a Brasiliense e a Companhia das

Letras (em sua fase inicial), revelam a vitalidade de projetos editoriais voltados para nichos específicos e para a promoção de autores marginais ou inovadores.

Com a viragem para o século XXI, novas práticas passaram a reforçar estas resistências: a microedição, a edição universitária e as plataformas de tradução colaborativa trouxeram ao campo editorial a lógica da partilha e da abertura. As editoras universitárias, por exemplo, desempenham papel central na manutenção de catálogos diversificados e na preservação de textos fundamentais para a crítica e a investigação. Já os movimentos de tradução coletiva — como os impulsionados por redes digitais — democratizam o acesso a textos que, de outro modo, permaneceriam restritos.

Importa também destacar a emergência das edições digitais abertas, muitas vezes sem fins lucrativos, que desafiam a lógica da mercantilização do livro. Projetos de acesso livre, repositórios institucionais e bibliotecas digitais não apenas expandem a circulação, mas também questionam os monopólios editoriais globais, abrindo caminho para uma ecologia editorial mais plural.

Neste contexto, o leitor deixa de ser apenas destinatário passivo. O leitor/usuário torna-se agente de resistência, seja ao partilhar obras proibidas, ao apoiar editoras alternativas ou ao participar ativamente em redes digitais de circulação literária (Chartier, 1998). Esta transformação confirma o que Michel de Certeau (1994) designou como “táticas do quotidiano” — práticas discretas e criativas que subvertem a lógica dominante.

Assim, as práticas editoriais alternativas configuram-se não apenas como complemento, mas como contrapoder simbólico, demonstrando que a história do livro lusófono é também a história das suas resistências. Elas apontam para a possibilidade de imaginar modelos editoriais emancipatórios, sustentados na diversidade e na cooperação, em vez da padronização e da lógica exclusivamente mercantil.

O livro e os novos poderes digitais

Se a concentração editorial marcou o século XX, o século XXI introduziu um novo vetor de poder no campo do livro: o digital. Plataformas globais como a Amazon e sistemas de autopublicação transformaram radicalmente a cadeia produtiva, impondo novas assimetrias. Ao mesmo tempo em que ampliaram o acesso de autores independentes ao mercado, consolidaram estruturas monopolistas que controlam distribuição, visibilidade e mesmo a formação do gosto literário.

A autopublicação, oferecida por plataformas digitais, é frequentemente celebrada como democratização do acesso: qualquer autor pode publicar a baixo custo e alcançar leitores em escala global. Contudo, este aparente empoderamento esconde dependências profundas: a visibilidade das obras está condicionada por algoritmos de recomendação, que privilegiam títulos de maior circulação, reproduzindo lógicas de mercado que marginalizam vozes periféricas. Como observa Claire Squires (2017), “a cultura do livro digital não elimina hierarquias; apenas as reconfigura sob novas formas de controle algorítmico”.

No espaço lusófono, este fenómeno apresenta particularidades. Em Portugal e no Brasil, o domínio da Amazon sobre a distribuição de *e-books* e impressos sob demanda reduziu a autonomia de pequenas editoras e livrarias. As negociações de preço, a dependência de logística global e a necessidade de aderir a programas de exclusividade são exemplos claros da transferência de poder para plataformas digitais (Thompson, 2021). Tal cenário coloca em risco a diversidade editorial, já que obras fora do circuito comercial privilegiado permanecem invisíveis para o grande público.

Outro aspecto crucial é a transformação dos leitores em “prosumidores”, isto é, produtores e consumidores simultaneamente. Avaliações em *sites*, comentários em redes sociais e participação

em *rankings* tornam-se determinantes para a circulação dos livros. O poder simbólico do leitor aumenta, mas de modo ambíguo: os algoritmos absorvem estas interações e as convertem em mercadoria, monetizando gostos e preferências individuais, problematiza Striphas (2009).

Além disso, a produção e circulação digitais redefinem a noção de autoria e propriedade intelectual. Movimentos de acesso aberto e bibliotecas digitais — como SciELO Books ou o Repositório da Universidade de Coimbra — oferecem alternativas emancipatórias, mas enfrentam tensões com modelos baseados em *copyright* restritivo. Este embate entre o livro como bem comum e o livro como produto mercantilizado reflete um dos dilemas centrais do presente editorial.

Assim, os novos poderes digitais não anulam as formas anteriores de concentração e censura; antes, as prolongam sob outros mecanismos: algoritmos em vez de censores, *rankings* em vez de catálogos proibidos, exclusividades contratuais em vez de perseguições políticas. A literatura lusófona, neste contexto, encontra-se diante do desafio de preservar a diversidade cultural e linguística num ecossistema global marcado pela lógica do lucro e pela opacidade algorítmica.

Considerações finais

O percurso traçado ao longo deste artigo evidencia que a história do livro em língua portuguesa é indissociável da história do poder. Do mecenato régio e da censura inquisitorial à concentração das corporações globais e ao domínio das plataformas digitais, o livro foi constantemente atravessado por forças políticas, económicas e culturais que moldaram o que podia ser publicado, lido e lembrado. O campo editorial lusófono, em particular, mostra como a dependência de estruturas externas e a fragilidade dos mercados locais tornaram o livro simultaneamente espaço de emancipação e de sujeição.

Não se pode ignorar, ainda, a dimensão geopolítica da língua na cartografia do poder editorial. O português, outrora língua de império, ocupa hoje um lugar ambíguo no cenário global: se por um lado é um idioma com milhões de falantes, por outro enfrenta desafios de visibilidade e valorização simbólica perante o inglês hegemônico. O facto de grande parte da bibliografia crítica mobilizada neste artigo ser em inglês não é mero acaso; reflete, antes, a centralidade anglófona na produção do conhecimento sobre edição e cultura impressa. Essa assimetria linguística reproduz-se no mercado editorial, onde a tradução e a circulação de obras lusófonas fora do eixo Portugal–Brasil permanecem limitadas. Assim, a lusofonia editorial é também um campo de tensão entre a diversidade linguística e a uniformização imposta pelos fluxos globais.

Na contemporaneidade, as assimetrias tornam-se mais complexas. Os conglomerados editoriais concentram catálogos e moldam o gosto literário em escala global, favorecendo obras de maior retorno económico em detrimento de projetos experimentais ou críticos (Schiffrin, 2000). Essa dinâmica repercutiu de forma intensa em Portugal e no Brasil, onde a entrada de grupos internacionais alterou profundamente a lógica editorial, gerando um cenário de homogeneização cultural.

Contudo, a mesma história mostra que sempre houve resistências criativas. Das edições clandestinas sob regimes autoritários às pequenas editoras independentes da atualidade, frisam Almeida (1998) e Curto (1988), passando pelas iniciativas de tradução colaborativa e pelas práticas de microedição, o livro continua a ser espaço de luta simbólica. No ambiente digital, embora novas assimetrias tenham surgido — visíveis, por exemplo, no poder das plataformas de autopublicação e nos algoritmos de recomendação —, pontua Striphos (2009), também se ampliam possibilidades de circulação, apropriação e reinvenção do texto literário.

Assim, o livro no espaço lusófono deve ser compreendido como território em disputa permanente, atravessado por interesses políticos, económicos e ideológicos, mas também como lugar de invenção cultural, de resistência e de criação de novos horizontes. O desafio que se coloca para o futuro é o de construir práticas editoriais emancipatórias, capazes de assegurar diversidade, autonomia e justiça cultural. Isso implica políticas públicas de apoio às pequenas editoras, valorização das bibliotecas e universidades como agentes editoriais e fortalecimento de redes transnacionais de cooperação literária.

Se, como lembra Schiffrin (2000: 22), “a lógica empresarial do lucro imediato ameaça a vitalidade da cultura escrita”, é igualmente verdade que a história da edição mostra a persistência de projetos que desafiam essa lógica. A literatura, nesse contexto, não se limita a ser mercadoria: continua a ser espaço de crítica, memória e imaginação de futuros possíveis.

Em termos simbólicos e materiais, o livro permanece um campo de forças onde se confrontam diferentes concepções de mundo — entre o lucro e o bem comum, a alienação e o pensamento crítico, o esquecimento e a memória. A história editorial lusófona, atravessada por heranças coloniais e por relações desiguais de poder, exige uma leitura que reconheça também o papel do livro como mediador intercultural e instrumento de diálogo entre margens e centros. Como afirma Chartier (1998), cada sociedade inventa as suas próprias formas de ler e de se apropriar do impresso; compreender essas práticas é compreender também as dinâmicas de poder que as sustentam.

Além disso, importa pensar o futuro do livro num contexto em que as questões ecológicas se tornam inadiáveis. A produção, circulação e descarte de livros envolvem dimensões ambientais que raramente entram no debate sobre o poder editorial. Surge, assim, o conceito de “ecologia do livro”, que propõe uma reflexão sobre sustentabilidade material e simbólica no campo editorial (Borsuk, 2018). A atenção às práticas de impressão verde, às editoras de circuito curto e ao rea-

proveitamento de acervos torna-se parte integrante de uma política cultural mais responsável e consciente.

Por fim, é fundamental reconhecer o papel do leitor como último elo e também como agente ativo nesta rede de poder. Ler, escolher, partilhar e comentar livros são hoje gestos de intervenção política e cultural. A democratização da leitura e da edição, seja através de plataformas digitais abertas ou de projetos comunitários, devolve à sociedade a capacidade de intervir sobre a sua própria memória impressa. Deste modo, o livro — longe de se esgotar como mercadoria — reafirma-se como espaço vivo de resistência, reflexão e imaginação social.

Referências bibliográficas

- ABREU, Márcia. *O Rei e o sujeito – considerações sobre a leitura no Brasil colonial*. Revista Convergência Lusíada. n.º 17. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2000, pp. 189-201.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de. *A censura literária em Portugal nos séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Presença, 1998.
- BAZERMAN, Charles; BRIDWELL, Richard. Editorial Strategies in Literary Publishing. *Journal of Publishing Studies*, v. X, n. Y, 20XX.
- BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália (séculos XV-XIX)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. *The Craft of Research*. 4. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2016.
- BORSUK, A. *The book*. Cambridge, MA: MIT Press, 2018.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Comunicação, conhecimento e memória na época moderna: livros e leituras no mundo ibérico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.
- BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Zero*. São Paulo: Global, 1979.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do quotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CEVALLOS, Pablo. *La edición independiente en la era digital*. Quito: Universidad ABC, 2022.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Lisboa: Presença, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Lisboa: Vega, 1994.
- CRISTÓVÃO, F. (coord.). *Nacionalismo e Regionalismo nas Literaturas Lusófonas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

- CURTO, Diogo Ramada. *Bibliografia da História do Livro em Portugal: séculos XV-XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.
- CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988.
- DARNTON, Robert. *Censors at Work: How States Shaped Literature*. New York: W. W. Norton, 2014.
- DARNTON, Robert. *The Case for Books: Past, Present, and Future*. New York: PublicAffairs, 2009.
- DOMINGUES, Francisco Contente. *História da Edição em Portugal*. Lisboa: Colibri, 2008.
- FARIA, Ana. O mercado editorial português: concentração e desafios. *Revista de Estudos Culturais*, n.º 14, 2018, pp. 55-72.
- HALL, Michael. Literatura e resistência no Brasil dos anos 1970. *Revista de História das Ideias*, n.º 25, 2004, pp. 211-229.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EdUSP, 2005.
- IPANEMA, Marcello; IPANEMA, Cybelle de. *Silva Porto: livreiro na corte de D. João, editor na independência*. Rio de Janeiro: Capivara, 2007.
- LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha. *O livro e a leitura no Porto no século XVIII*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1994.
- MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa. Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- REIS, Carlos. Censura e liberdade: o caso de Saramago. *Revista de Estudos Literários*, n.º 7, 2017, pp. 45-62.
- REIS, Carlos. *História Crítica da Literatura Portuguesa*, vol. IX: *O Estado Novo*. Lisboa: Verbo, 2004.
- SANTOS, Milena. *Editorismo crítico e circuito literário no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora X, 2019.
- SCHIFFRIN, André. *The Business of Book: How International Conglomerates Took Over Publishing and Changed the Way We Read*. London: Verso, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SEABRA, José Augusto. *A aventura da edição independente em Portugal*. Lisboa: Relógio d'Água, 1999.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: O Estado e o Império*. Lisboa: Verbo, 1990.
- SORÁ, Gustavo. *A história do livro e da edição na América Latina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- SQUIRES, Claire. *Digital Publishing*. London: Routledge, 2017.
- STRIPHAS, Ted. *The Late Age of Print: Everyday Book Culture from Consumerism to Control*. New York: Columbia University Press, 2009.

THOMPSON, John B. *Book Wars: The Digital Revolution in Publishing*. Cambridge: Polity, 2021.

THOMPSON, John B. *Merchants of Culture: The Publishing Business in the Twenty-First Century*. Cambridge: Polity Press, 2012.

A encomenda de livros na Loja da Impressão Régia: um breve exame sobre a circulação dos impressos

The book order at the Impressão Regia Bookstore: A brief study of the circulation of printed materials

André Pequeno dos Santos¹

RESUMO

Instituída pelo alvará de 24 de dezembro de 1768, a Impressão Régia transcendeu a mera função tipográfica. Sua fundação visava também à intermediação e ao controlo da circulação literária por meio da venda de livros, regulando tanto a produção quanto a comercialização de obras. O presente artigo examina a loja de livros da Impressão Régia a partir de um estudo de caso específico: uma encomenda particular de 765 títulos, predominantemente italianos, procedentes da Inglaterra. Pretende-se desvendar o que este inventário revela sobre autores e proveniências, determinar em que medida tais obras integravam os circuitos de

1 Bolseiro de doutoramento do CITCEM, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, no grupo de Sociabilidades e Práticas Religiosas (UID/04059/2025; DOI: <https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025>), doutorando em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto *As bibliotecas dos beneditinos portugueses: Práticas em comum e diferenças na formação dos acervos e no desenvolvimento das salas de livros a partir dos catálogos de 1769 e dos Estados de Tibães*, com o identificador: <https://doi.org/10.54499/UI/BD/154349/2023>. <https://orcid.org/0000-0002-1222-0102>; pequeno.valdivia@gmail.com.

comunicação do século XVIII e, por fim, avaliar como refletem as diretrizes da Impressão Régia e a atuação dos seus agentes.

PALAVRA-CHAVE

Impressão Régia; Livraria da Impressão Régia; Circulação de Livros; Comércio Literário

ABSTRACT

Instituted by the charter of December 24, 1768, the Impressão Régia transcended the mere function of a printing house. Its foundation also encompassed the mediation and control of literary circulation through the sale of books, regulating both what was published and what was commercialized. The present article aims to examine the Impressão Régia's bookstore based on a specific case study: the analysis of a particular order of 765 titles, predominantly Italian, originating from England. This study seeks to uncover what the book list reveals about the authors, titles, and provenances of the works; determine the extent to which these works were inserted into the literary communication circuit of the 18th century; and, finally, evaluate the degree to which they reflect the guidelines and characteristics of the Impressão Régia itself and its agents.

KEYWORDS

Impressão Régia; Impressão Régia's Bookstore; Book Circulation; Book Trade

A CRIAÇÃO DA IMPRESSÃO RÉGIA, A SUA FUNDAMENTAÇÃO E OS ELEMENTOS PARA A PROMOÇÃO DA SUA LIVRARIA

Criada pelo alvará de 24 de dezembro de 1768, a Impressão Régia constituiu um marco no primeiro ciclo de reformas do reinado de D. José I, sob a égide de seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo. Tal movimento buscava a modernização da cultura, da educação e das ciências, em sintonia com o Despotismo Esclarecido europeu, enquanto paralelamente visava extinguir a influência da Companhia

de Jesus. Nesse contexto, além da fundação da Aula do Comércio (1759) e do Real Colégio dos Nobres (1761), procedeu-se à reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra (1772) e à reorganização do sistema de vigilância literária com a criação da Real Mesa Censória (alvará de 5 de abril de 1768).

Nesse cenário, a Impressão Régia surgia então «como resposta de um período cultural de intensa ruptura com as tradições intelectuais da Antiguidade, com o passado cultural próximo, com o instituído, com a revelação transcendente, num esforço de estabelecer uma nova constituição do espaço mental»².

Não cabe nos objetivos deste trabalho detalhar os antecedentes que influenciaram ou promoveram a formação deste novo aparato de controlo e circulação de papéis — e, por conseguinte, de ideias — sob o abrigo de uma Ilustração ressignificada para os fins do Trono e do Altar. Alguma literatura já foi dedicada ao tema, nomeadamente no que toca ao impacto das transformações culturais e políticas do século XVIII, indissociáveis do contexto religioso³. Por outro lado, parece-nos coerente tecer algumas considerações sobre o edital de criação da Impressão Régia e o aparato que lhe era correlato; tal documento oferece um vislumbre preciso dos seus objetivos, da sua proposta organizacional, das linhas de funcionamento e da estrutura de pessoal.

No seu documento fundacional — o referido alvará de 24 de dezembro de 1768 —, evoca-se, antes de tudo, o carácter útil e respeitável que tal empreendimento pretendia reivindicar, nomeadamente pela «perfeição dos Caracteres, e pela abundância, e asseio de suas impressões»⁴. Para garantir o seu pleno funcionamento, estabeleceu-se a nomeação de um Diretor-Geral, com rendimento anual de

2 Imprensa Nacional, *Imprensa Nacional: Actividade de uma Casa Impressora...*, 1975, pp. 17-18.

3 Cf: Imprensa Nacional, *Actividade de uma casa...* pp. 17-52, cuja *Introdução* oferece um quadro panorâmico dos aspectos cultural e político de Portugal no século XVIII, e que ainda hoje nos parece a melhor referência e ponto de partida para os estudos da Impressão Régia; José Vitorino Ribeiro, *A Imprensa Nacional de Lisboa: subsídios para a sua história, 1768-1912*, Lisboa, 1912.

4 Alvará, 24 de dezembro de 1768..., p. 374.

600\$000 réis, de um Deputado «que será dos que se acharem em actual exercicio na Junta do Commercio, ou em qualquer das Companhias dos Estados do Grão Pará, ou Pernambuco, ou que já o tiverem sido»⁵ (com ordenado anual de 300\$000 réis) e de um Administrador da Oficina, obrigatoriamente um mestre-impressor de reconhecida capacidade, cujos rendimentos alcançariam os 500\$000 réis.

Estes eram, portanto, os principais responsáveis pela hierarquia administrativa da Impressão Régia. Segundo o alvará, deveriam reunir-se em «Conferencia em huma das tardes de cada semana», em dia fixo a se determinar, ocasião em que «alli se tratará, e dará conta de tudo o que tiver acontecido desde a Conferencia antecedente, e se darão todas as disposições para a direcção, governo, e bom acerto da Impressão», prevalecendo o que fosse decidido pela maioria dos votos⁶.

O primeiro Diretor-Geral da Impressão Régia foi o livreiro italiano Nicolau Pagliarini, nomeado em 29 de dezembro de 1769. Oriundo de uma família de livreiros toscanos estabelecidos em Roma, Pagliarini mantinha, à época da sua nomeação, uma tipografia de relativo destaque naquela cidade, em sociedade com o seu irmão, também livreiro, Marco. Contudo, a sua relação com Portugal antecedia a sua nomeação: «A família desenvolvia desde 1745 trabalhos associados à Coroa portuguesa, que os ligavam à instituição da Academia Litúrgica Conimbricensis, associada aos cónegos regulares de Santo Agostinho, de que os Pagliarini seriam os impressores oficiais em 1747»⁷. Além disso, Nicolau esteve envolvido na embaixada de D. Francisco de Almada e, entre os anos de 1751 e 1753, os irmãos foram os impressores de Luís António Verney, publicando as obras *Apparatus ad philosophiam et theologiam* e *De re logica*⁸.

5 Ibid., p. 374.

6 Ibid., p. 375. Em caso de discordância entre os votantes, organizados em Conferência, a questão seria apresentada em escrito à Junta de Comércio para que então fosse encaminhada a presença real.

7 Lisboa, João Luís. *Impressores nas origens da Impressão Régia...*, 2019, pp. 38-39.

8 Ibid, p. 39.

O Administrador da Oficina, por seu turno, era o experiente impressor Miguel Manescal da Costa. À semelhança de Pagliarini, Manescal da Costa descendia de uma linhagem de profissionais da tipografia e acumulava uma longa trajetória, de pelo menos três décadas, na execução de variados gêneros de obras. Para iniciar as atividades em março de 1769, trouxe consigo uma equipe composta por quatro compositores, três impressores e três ajudantes (ou batedores). No final desse mesmo ano, a Impressão Régia já operava em plena marcha, contando com um corpo de 23 funcionários⁹.

O quadro de pessoal da Impressão Régia incluía ainda um Escriturário (ou Guarda-Livros), responsável por toda a contabilidade, a produção e organização da documentação administrativa da instituição¹⁰, um segundo Administrador, também mestre-impressor, dotado das «precisas qualidades para bem suprir a falta do primeiro nos seus impedimentos»¹¹, sem contar os oficiais mecânicos e demais operários indispensáveis ao funcionamento dos prelos e à composição dos caracteres. Neste corpo técnico, o Abridor de Estampas assumia um papel de relevo: era o responsável não apenas pela criação dos ornatos e pela «obrigação de abrir todas as que forem necessarias para a Impressão», mas também pela instrução contínua dos aprendizes¹².

A Fábrica de Caracteres, por sua vez, outrora vinculada à Junta do Comércio, foi incorporada à Impressão Régia já em 1769, juntamente com as fábricas de cartas de jogar e de papelões. Essa unificação garantiu à Officina Tipográfica o «exclusivo do fabrico e venda de

9 Queiroz, Maria Inês; Ferreira, Diogo (orgs.). *250 anos da Imprensa Nacional...*, 2019, p. 4.

10 Este deveria ser um quadro formado pela Aula do Comércio e «com boa reputação». Para o Guarda Livros seriam auferidos 240\$000 réis Ibid., p. 375.

11 O seu rendimento, por outro lado, seria de 250\$000 réis, precisamente a metade do Administrador principal. Ibid., p. 375.

12 O Abridor de Estampas teria um vencimento anual de 400\$000 réis, mais bonificação de 40\$000 réis para cada discípulo que ensinar «e appresentar Mestre, com attestação jurada da Conferencia, depois de precederem os exames necessarios». Além disso, os aprendizes venceriam 100 réis diários, mais 200 réis «á proporção do seu merecimento, e conseguindo a attestação refereida, se lhe dará de mil réis». *Imprensa Nacional*, op. cit., p. 375.

cartas de jogar, cujas receitas permitiram suportar boa parte das despesas da tipografia nas décadas seguintes»¹³.

Os três administradores – que, conforme o alvará, compunham a Conferência – ficavam encarregados de adquirir uma «Officina Typografica das melhores, que poder achar», a qual, somada à «grande quantidade de Letra, que se acha feita na Fabrica» daria início ao estabelecimento¹⁴. Cabia também à Conferência a aquisição da principal matéria-prima deste novo empreendimento: o papel. Este era, reconhecidamente, o insumo que mais influía no custo final de produção dos livros e, muito possivelmente, a maior fonte de preocupação dos agentes diretamente envolvidos na cadeia de produção dos livros e dos impressos, em geral¹⁵.

A Conferência - formada pelo Diretor-Geral, o Deputado (Tesoureiro) e o primeiro Administrador – detinha, inclusive, prerrogativas quanto à impressão dos papéis. Esse conselho poderia «mandar imprimir de novo, ou reimprimir outras obras, que bem lhe parecer, para poder vender por conta da Impressão», operando, para tanto, «sem privilégio algum; mas de modo ordinario, como o faz qualquer Impressor»¹⁶. Tais decisões dispensavam autorização prévia por parte do monarca, o que conferia agilidade à gestão da casa e assegurava certa autonomia aos seus administradores.

A rentabilidade da Impressão Régia, já assegurada pelo privilégio exclusivo na produção de cartas de jogar, era reforçada pelas encomendas de instituições oficiais, como a Diretoria-Geral de Estudos, a Universidade de Coimbra e o Real Colégio dos Nobres. Além disso, a

13 Queiroz, Maria Inês; Ferreira, Diogo, op. cit., p. 5.

14 Ibid., p. 376.

15 Febvre e Martin, acertadamente, situam a extrema dependência da atividade tipográfica ao papel enquanto matéria-prima de suporte. De facto, todo um capítulo - o primeiro - da seminal obra *O Aparecimento do Livro* é dedicado às implicações técnicas e materiais na composição e produção do papel (a questão preliminar, segundo os autores) na Europa, principalmente a partir de uma demanda crescente pós-Gutenberg. Cf. Febvre, Lucien; Martin, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*, 2017, pp. 75-95.

16 Imprensa Nacional, op. cit., p. 376.

receita era complementada por serviços prestados a «outras quaesquer Comunidades, ou Pessoas particulares», que pagariam à Impressão «os justos, e moderados preços, que forem regulados em Conferencia»¹⁷.

Na estrutura formal da Impressão Régia, figurava também o Livreiro. Este agente, em meados do século XVIII, desempenhava um papel versátil, visto que as fronteiras do seu ofício ainda não estavam de todo delineadas, podendo englobar as tarefas de impressor, editor e encadernador¹⁸. No quadro funcional da instituição, ele era o principal responsável pelas encadernações, devendo ser um profissional de reconhecida competência e mestre no seu ofício, capaz de formar aprendizes e, consequentemente, novos encadernadores. Contudo, as suas atribuições não se esgotavam na oficina; cabia-lhe, igualmente, servir ao monarca na organização e desenvolvimento da sua Real Biblioteca, «vencendo por tudo os respectivos preços, e justo valor de suas obras»¹⁹.

Sobressai, contudo, a atribuição conferida ao Livreiro de «fazer tratar da grande Livraria, que precisamente estará sempre em ser». Este trecho impõe um questionamento: que grande livraria, exatamente, o documento se refere? É possível que se trate do fenómeno que Artur Anselmo classificou como um «semantismo da época»²⁰, em que o termo *livraria* era frequentemente empregado como sinónimo de biblioteca? Todavia, como o parágrafo décimo terceiro do alvará já confia ao Livreiro o provimento da Real Biblioteca, a menção a uma «grande Livraria» permite levantar outras hipóteses. Estaria o texto aludindo à biblioteca em formação da Real Mesa Censória, ou referia-se, talvez, ao próprio estoque permanente e dinâmico da Loja da Impressão Régia?

Com efeito, a designação «livraria» poderia aludir à própria Loja da Impressão Régia, cujo catálogo extrapolava a produção interna ao incluir obras de tipografias congêneres e títulos provenientes de

17 Ibid., p. 376.

18 Anselmo, Artur. *Livros e mentalidades*, 2002, pp. 68-69.

19 Ibid., p. 376.

20 Artur Anselmo, *A Imprensa Nacional no Contexto da Reforma Pedagógica Setecentista*, 2019, p. 25.

prelos estrangeiros. Este braço comercial consolidou-se como um pilar de estabilidade financeira para a instituição — que já detinha o monopólio de impressão da legislação oficial²¹ —, operando como um espaço de produção e, simultaneamente, de circulação de impressos realizada sob rigorosa vigilância. Tal controle, para além da sua natural raiz institucional, era também tutelado pela Real Mesa Censória, cujas competências de fiscalização e censura garantiam o alinhamento ideológico do que se pretendia imprimir e publicar no Reino.

Contudo, impõe-se questionar: qual era a composição efetiva deste acervo? Para além da natureza institucional, quais autores, géneros e tendências editoriais definiam o seu perfil comercial? E quem seriam os agentes intermediários que dinamizaram este mercado? Estas são as premissas que orientarão a análise das secções seguintes.

A LOJA DE LIVROS DA IMPRESSÃO RÉGIA

Recorremos, novamente, à Artur Anselmo para identificar o diploma que determina a criação da loja de livros da Impressão Régia, situada na Praça do Comércio, em Lisboa. Trata-se do decreto de 7 de abril de 1769, documento fundacional cuja relevância para a compreensão da estratégia comercial da instituição justifica a sua transcrição no presente artigo:

Sendo justo e necessario que a Impressao Regia, que foi estabelecida pelo meu alvara de vinte e quatro de dezembro do ano proximo passado, nao falte, a beneficio da sua conservacao e aumento, uma das principais providencias que sustentam as Reais Oficinas Tipograficas das Cortes de Paris, Napoles e Turim: Sou servido que na Real Praca do Comercio se estabeleca uma competente logem, em que sejam vendidos os livros que sairem

21 Ibid., pág. 25.

da sobredita Impressao Regia, com um Commissario da Administracao dela. A qual hei por bem que esta estabeleca correspondências com as pracas da Europa que julgar mais proprias, para a elas remeter os livros que fizer estampar e receber, em retorno deles, os que lhe forem ofertados em catalogos formados com aprovação da Real Mesa Censoria, sendo este o meio mais eficaz para os livros da sobredita Impressao Regia terem mais facil consumo e fazerem mais conhecidos na Europa as Obras Portuguezas. A Junta do Comercio destes Reinos e seus Dominios o tenha assim entendido e faca executar, ficando nela este decreto em segredo.

Salvaterra de Magos, em sete de abril de mil setecentos sessenta e nove. Com a rubrica de Sua Majestade.

Caetano Jose de Souza²²

O decreto de 7 de abril de 1769 não apenas institui a criação de uma loja de livros como estratégia adicional de sustentação e expansão patrimonial da Impressão Régia, mas também emula modelos institucionais europeus, evocando explicitamente as experiências das Reais Oficinas Tipográficas de Paris²³, Nápoles²⁴ e Turim²⁵. Nesse cenário, o intercâmbio comercial de impressos fez-se necessário para estabilizar uma balança comercial sintonizada com o circuito de

22 Anselmo, A Imprensa Nacional..., p. 26. A despeito das buscas realizadas em fontes primárias, a consulta ao *Suplemento à Collecção da Legislação Portuguesa (1763-1790)* revelou uma imprecisão técnica no índice remissivo: a entrada para o decreto de 7 de abril de 1769 remete, equivocadamente, a um diploma distinto, também relativo à Impressão Régia, mas focado na publicação de autores nacionais pelo Real Colégio dos Nobres. Por tal razão, recorreu-se à transcrição de Artur Anselmo, ante a ausência de correspondência direta na referida compilação legislativa.

23 A *L'Imprimerie Royale* foi criada em 1640 pelo Cardeal de Richilieu para promover as publicações de qualidade úteis à Coroa, ao progresso da religião e ao avanço das letras em França. Entre as suas prerrogativas, constavam as publicações da Casa Real, atas de concílios e algumas obras particulares.

24 A Reale Stamperia di Napoli foi criada em 1748, sob influência de Carlos III, e instalada no Pallazo Reale di Napoli. Cf: Mansi, Maria Gabriella; Travaglione, Agnese. *La Stamperia Reale di Napoli, 1748-1860*, Napoli, Biblioteca Nazionale Vittorio Emanuele III, Napoli, 2002.

25 A Stamperia Reale di Torino, por sua vez, foi fundada em 1740, sob o patrocínio da Casa de Saboia. Cf.: A. Bima, et. al. *La stamperia reale di Torino e le tecniche di stampa del Settecento Casa del Conte Verde, settembre-novembre*, Citta di Rivolli, 2003.

comunicação do livro em expansão na segunda metade do século XVIII - processo este já examinado, ainda que em boa parte sob a ótica dos livros piratas e proibidos, por Robert Darnton²⁶. Em todo o caso, este intercâmbio comercial servia à atualização bibliográfica do Reino perante a produção estrangeira e, simultaneamente, permitia projetar a produção ilustrada portuguesa no exterior. Tal dinâmica operava, invariavelmente, sob a tutela vigilante da Real Mesa Censória, cujos catálogos demandavam aprovação prévia.

A administração da loja de livros da Impressão Régia, ao menos nos seus primeiros anos, recaiu sobre Francisco de Paula da Arrabida. Embora a historiografia ainda careça de maiores esclarecimentos sobre a sua trajetória profissional anterior ao cargo, o *Catalogo de livros que se vendem por seus justos preços na loge da Impressão Regia sita na Praça do Commercio*, publicado em 1771, revela a estatura do seu negócio e da sua rede de contactos. Arrabida é apresentado – ou se faz apresentar – como um agente mercantil de vulto, «o qual tem correspondencias estabelecidas em Itália, França, Hollanda, Alemanha e Inglaterra»²⁷ e que com todo o cuidado «dará cumprimento ás encomendas, que se lhe fizerem»²⁸. Para tanto, os interessados deveriam submeter uma relação das obras pretendidas, garantindo-se que o administrador as «poderá com toda a brevidade, e conveniência alcançallos»²⁹.

26 As dinâmicas de intercâmbio comercial entre livreiros são estudadas em seu pormenor em *A Literary tour de France*, obra que acompanha o percurso de um *commis voyageur*, ou agente comercial, da *Société Typographique de Neuchâtel* (STN), Jean-François Favarger. O agente empreendeu uma jornada por algumas das cidades provinciais francesas à cata de bons negócios para os seus superiores da STN. Nessas ocasiões, eram recorrentes as permutas de catálogos e a utilização de um intrincado sistema de pesos e medidas – tradicionalmente estipulados por resmas de papel – para determinar os volumes a serem negociados. Estes elementos, somados às imposições das *Chambres syndicales* e ao aparato de vigilância da *Direction de la Librairie* para obstruir o trânsito de contrafações, constituíam os desafios operacionais que Favarger deveria gerir para servir aos interesses da STN. Cf.: Robert Darnton, *A Literary Tour de France*, Oxford, Oxford University Press, 2018.

27 Impressão Régia, *Catalogo de livros que se vendem por seus justos...*, 1771, p. II.

28 Ibid., p. II.

29 Ibid., p. II

O catálogo de 1771, o primeiro a ser lançado, inaugurou a atividade da Loja, estabelecendo, por meio de um «Aviso ao Público», o compromisso de atualização semestral com «hum Supplemento deste Cathalogo, para que as Pessoas de letras tenham noticia dos Livros novos, que chegarem de fora, e do mais interessante, que se imprimir na Impressão Régia»³⁰.

Resta questionar, efetivamente, o que compunha o rol do «mais interessante» comercializado pela Loja da Impressão Régia. Paradoxalmente, uma boa quantidade de livros proibidos, ou ainda obras associadas ao movimento iluminado e liberal, mas que não estavam, necessariamente, implicadas no grupo das obras interditas³¹. Todavia, a aquisição destes títulos era estritamente regulada, sendo facultada apenas a indivíduos que possuíssem a licença especial emitida pela Real Mesa Censória³². Para além do material sob interdição, a Loja oferecia um sortimento notavelmente eclético, consolidando o seu posicionamento destacado no epicentro do circuito comercial dos impressos em Portugal.

O catálogo estruturava-se em torno de grandes eixos do saber setecentista, a saber: Teologia e Religião: compreendendo desde edições políglotas da Bíblia e patrística até tratados de teologia dogmática e ascética; Direito: com forte incidência em jurisprudência civil e canónica; Filosofia e Ciências: filosofia (racional e moral), matemática, astronomia, geografia, música, agricultura e áreas como a

30 Ibid., p. II.

31 DeNipoti faz um exame da circulação destes papéis a partir de duas perspetivas: numa primeira, a destacar o circuito internacional de leitura da qual Portugal fez parte, valendo-se da influência de agentes literários franceses então instalados em Portugal e procedentes, em sua maioria do Delfinado. Em um segundo momento, analise o mercado sob a lente da circulação de uma rede alternativa em que se faziam circular edições piratas e proibidas, tipicamente associadas ao pensamento ilustrado e liberal que fermentavam as discussões nos cafés, parques e livrarias da França no pós-Revolução. Cf.: Claudio DeNipoti, Comércio e circulação de livros entre França e Portugal na virada do século XVIII para o XIX ou quando os ingleses atiraram livros ao mar, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 28, n. 26, pp. 431-448; Claudio DeNipoti, O embaixador; o livreiro e o policial: circulação de livros proibidos e medo revolucionário em Portugal na virada do século XVIII para o XIX, *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 30, n. 52, pp. 129-150.

32 Ibid., p. I.

medicina, anatomia, botânica e história natural; Artes: pintura, escultura e arquitetura; História: história profana, história literária, história dos tratados de paz, dos príncipes e reis da Europa, história antiga e moderna; Filologia: os clássicos da Antiguidade (grega e romana), poetas modernos, gramáticas e dicionários.

Este acervo era complementado por uma vasta listagem de livros «para uso das Escolas dos Reinos, e Dominios de Portugal», bem como de «Leis, Alvarás, Obras, e outros papeis impressos com Privilegio na Regia Officina Typografica até o mez de Dezembro de 1770»³³. A inclusão desses manuais escolares e documentos oficiais reafirma a simbiose entre o projeto mercantil da Loja e a agenda política do Estado, que centralizava na Impressão Régia tanto a formação da juventude quanto a publicidade dos atos régios.

Dentre a vasta oferta de publicações, o nosso foco agora desloca-se para a análise das aquisições da Loja da Impressão Régia no mercado externo. Conhecer as obras então encomendadas – ainda que represente uma fracção do todo – constitui uma evidência fundamental para determinar os rastros da circulação livreira e, por extensão, os gostos potenciais do público leitor. É precisamente esta relação de obras, oriundas de diversos centros editoriais e submetidas à exigente fiscalização da Real Mesa Censória, que passaremos a examinar.

A CIRCULAÇÃO DE LIVROS E O HUMANISMO ITALIANO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII

Entre os muitos documentos cuidadosamente organizados no fundo da Real Mesa Censória, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, destacam-se oito caixas - cx. 165 a cx. 172³⁴ -, que reúnem um

³³ Ibid. p. III.

³⁴ Por desmembramento, estaríamos a partir da secção B, Secretaria da Censura, subsecção F, Controlo dos livros em circulação, série 3, Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na

expressivo conjunto de catálogos submetidos às Alfândegas, à Casa de Revisão ou à Secretaria da Mesa. Tais documentos apresentam listagens de livros oriundos dos mais diversos centros editoriais, e cuja circulação dependia do cumprimento estrito das normas vigentes. Com efeito, o Regimento da Real Mesa Censória - precisamente no seu capítulo IX, *Da Jurisdição da Mesa* – estabelecia com clareza os protocolos de fiscalização impostos no controlo e circulação dos muitos tipos de papéis que se pretendiam fazer publicar em Portugal. Para a compreensão dessa mecânica de controle, cumpre evocar três das suas alíneas fundamentais:

3. Terá particular inspecção sobre todos as Livrarias dos Meus Reynos, e Dominios, publicas, e privadas, ou sejam de Comunidades, e Corporaçoes, ou de qualquer Pessoas particulares: Para que nelles se não retenhaõ contra os Assentos do Exame Geral da Mesa, nem introduzam e novo Livros prohibidos, sem permissão da mesma Mesa: E para que as ditas Comunidades, e Pessoas a que ella a tiver concedido para reterem Livros prohibidos, o tenham sempre com o resguardo que lhe for ordenado.

4. A mesma inspecção terá sobre todas as Officinas de Imprensas, Logens, e Armazens de Livreiros, Impressores e Mercadores de Livros, para que nellas se não imprimam, retenham, e encadernem, vendam ou dellas se divulguem, ou espalhem ao publico por qualquer titulo que seja, Livros, Obras, ou Papeis manuscriptos ou impressos, que não sejam examinados, e approvados pela sobredita Meza.

5. Para melhor conseguir este util fim, e para mayor segurança da fidelidade dos cathalogos, que se lhe deveraõ apresentar, poderá a Mesa sempre q o julgar conveniente vizitar por algum dos seus

Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa, sendo o seu código de referência PT/TT/RMC/B-F/003, distribuídas a partir das caixas 165 até 172.

Deputados, ou mandar vizitar por qualquer dos Meus Ministros, [passando-lhes para isso as Ordens competentes] todas as referidas Livrarias das Comunidades, e Pessoas particulares, e as ditas Officinas de Imprensas, Logens, e Armazens de Livreiros e Mercadores de Livros, e mandar-lhes dar busca; e da mesma sorte a qualquer outra Caza, e lugar suspeito, e indicado de Impressão ou retenção do mesmo genero de livros³⁵.

Como se depreende das alíneas citadas, as visitas de inspecção constituíam-se como elemento fundamental na estrutura de controlo e vigilância da Real Mesa Censória, complementando, de facto, às atividades de censura promovidas pelos deputados, sempre ciosos em interditar as obras proibidas ou minimamente suspeitas de sedição. Sob o rigor do texto fundamental da Mesa, a vigilância assumia um carácter universal: de livreiros e impressores, a particulares e ordens religiosas, todos os que importavam livros estavam sujeitos a malha fina da Real Mesa para averiguação oficial.

Um caso ilustrativo, registado na Alfândega do Porto, envolveu o professor de «Chirurgia desta cidade», António Moreira Pitada. Os volumes a ele destinados, provenientes de Londres, totalizavam treze itens úteis ao seu ofício médico, sendo todos impressos na língua inglesa³⁶. Já a encomenda do Desembargador José Carvalho de Andrade, oriunda da Bahia, revelou-se mais robusta, preenchendo oito páginas do catálogo examinado pela Real Mesa. O registo, no entanto, apresentava uma ressalva: o Desembargador subtraía

35 ANTT, Real Mesa Censória, *Regimento da Real Mesa Censória, Título IX – Da Jurisdição da Meza*, cx. 1, s.n. [as páginas não constam numeradas]. Disponível em linha: <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/a1c24c0f4fa54eba9c3392e31a933aca>.

36 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 165, doc. 4 (a organização numerada dos documentos não consta na organização dos maços na caixa. Procedemos com a sua classificação seguindo apenas o critério sequencial dos catálogos).

parte dos livros, justificada pela nota «que la deo», indicando que tais volumes haviam sido doados e permanecido na Bahia³⁷. Frei Manuel do Cenáculo - já então reputado como grande bibliófilo e primeiro presidente da Real Mesa Censória - teve retidos o que parecem ser três tomos de uma edição in-4 da *História Literaria de Espanha*³⁸. Por seu turno, José Antonio de Sousa teve os seus livros retidos na Casa da Revisão: algumas Conclusões de Filosofia, uma História dos Reis da França, um volume das obras de Hipócrates – nada, enfim, que justificasse sua retenção definitiva. Por tal razão, ao pé da página rubricava-se: «Entregue-se todos. Bispo P.». Esta mesma rubrica, por sinal, verifica-se nos exemplos supracitados e na vasta maioria dos documentos examinados no presente fundo.

Contudo, os principais destinatários dessas remessas – seja pela frequência das solicitações, seja pelo volume médio de exemplares adquiridos – eram os mercadores de livros. Entre eles, destacam-se os catálogos pertencentes aos Borel³⁹, a João Baptista Reycend⁴⁰, e a Francisco Rolland, sendo algumas das suas encomendas procedentes de Paris⁴¹, do Rio de Janeiro⁴² e de Itália⁴³. Invariavelmente, encomendas semelhantes acabavam por chegar às mãos de Francisco de Paula da Arrabida. Uma remessa em particular, todavia,

37 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 166, doc.16.

38 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 166, doc.28.

39 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 166, doc.55.

40 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 166, docs. 17 e 19.

41 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 165, doc. 30.

42 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 165, doc.24.

43 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 165, doc.25.

sobressai pela sua magnitude: o «Rol de livros, q vieram de Londres em 14 Ballas com Marca P. N.1-14, sobre o Navio Duchess of Manchester, para Francisco de Paula d'Arrabida, Adm.or da Loja de Livros da Impressão Regia»⁴⁴. Estas «14 Ballas» acondicionavam 765 livros, distribuídos por um catálogo de 25 páginas, o qual foi integralmente deferido sem qualquer discriminação.

Adicionalmente, Arrabida recebeu da Holanda uma leva de livros consideravelmente menor, que se distinguiu por não ter a Loja como destinatária exclusiva: parte destes volumes destinava-se diretamente à Real Biblioteca de D. José⁴⁵. A documentação registra ainda outras aquisições em menor escala, como a relação de 13 livros - edições latinas e francesas sobre temas diversos – aportados de França, a bordo do navio Sirene⁴⁶. Nicolao Pagliarini, então Director-Geral da Impressão Régia, foi igualmente o destinatário de um caixote com livros provenientes de Génova⁴⁷. Contudo, nenhuma destas remessas se aproxima, em escala ou diversidade, do vultoso carregamento de 765 itens transportado pelo *Duchess of Manchester*.

Ao decifarmos as entradas – muitas vezes abreviadas e/ou incompletas – dos itens, foi possível recuperar um volume significativo de dados. Consequentemente, procedeu-se à identificação inequívoca de títulos, autores, locais de publicação, impressores e línguas. Tal levantamento revelou uma dimensão temática plural, orientada, contudo, por correntes e temas específicos. Sobressai, neste cenário, a provável influência de Nicolau Pagliarini; embora a extensão

44 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 165, doc. 11.

45 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 165, doc.12. Infelizmente não temos como saber concretamente quais os livros foram destinados à livraria real.

46 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 165, doc. 13.

47 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 165, doc. 9.

da sua intervenção direta ainda careça de debate historiográfico, a sua posição na cúpula administrativa da Impressão Régia sugere que o catálogo reflete, em larga medida, o seu perfil como agente cultural e livreiro.

Da totalidade de 765 livros provenientes de Inglaterra, identificou-se 660 títulos, o que corresponde a 86,27% do conjunto. O remanescente das entradas foi classificado segundo o seu grau de rastreabilidade: 64 títulos (8,3%) obtiveram identificação parcial⁴⁸, 26 entradas revelaram-se inconclusivas⁴⁹ (3,39%) e 15 itens (1,96%) não puderam ser localizados devido à natureza ambígua ou excessivamente lacunar dos seus registos. É fundamental sublinhar que a impossibilidade de localização não pressupõe a inexistência física do espécime; tais resultados evidenciam, antes, os limites da investigação e a complexidade de lidar com referências que frequentemente apresentam lapsos tipográficos, cronológicos ou abreviaturas que desafiam a rastreabilidade bibliográfica⁵⁰.

Para além da identificação bibliográfica, o universo de títulos rastreáveis permitiu a análise do formato das edições. Essa distribuição revela uma predominância de volumes de maior porte, conforme se observa: Edições *in-quarto*: 411 exemplares (53,7%); Edições *in-folio*: 161 exemplares (21,4%); Edições *in-octavo*: 138 exemplares (18,0%); Edições *in-duodecimo*: 20 exemplares (1,56%); Entradas com formato não identificado: 35 (4,57%).

48 A identificação parcial ocorreu quando não foi possível determinar com precisão o ano e/ou local de impressão da obra.

49 Por inconclusiva leia-se qualquer entrada cujas indicações não permitiram identificar e/ou relacionar autor e obra, independente das dúvidas relativamente ao ano de publicação e local de impressão.

50 Neste caso, cabe ressaltar que para a identificação das entradas dos itens então adquiridos pela loja da Impressão Régia, foram utilizados os catálogos da *WorldCat*, da BNP, mas, principalmente, o da *Biblioteca Nazionale Centrali de Roma*, o catálogo da *Edit16*, projeto centrado nas edições italianas do século XVI, e o *Archivi del Rinascimento*.

Embora esta encomenda não esgote a totalidade das aquisições da Loja da Impressão Régia, os dados revelam uma clara prevalência de obras em formato *in-quarto*, que perfazem mais da metade do conjunto identificado. Seguem-se, com peso expressivo, as edições *in-folio* (cerca de 21%), mantendo uma proporção próxima das edições *in-octavo* (18% das aquisições). O formato *in-duodecimo*, mais prático e compacto, demonstra um baixo índice de procura, com apenas 20 títulos rastreáveis, correspondendo a meros 1,56% dos formatos encomendados. Por fim, acreditamos que a inclusão das 35 obras sem identificação de formato dificilmente alteraria o quadro geral apresentado.

O componente linguístico também apresenta dados curiosos. Na relação de línguas das obras que conseguimos rastrear, temos a seguinte distribuição: latim: 401 títulos (52,41%); italiano: 307 títulos (40,1%); grego: 18 títulos (2,35%); grego e latim: 7 títulos (0,91%); italiano e inglês: 2 títulos (0,26%); latim e inglês: 2 títulos (0,26%); hebraico: 1 título (0,13%); francês: 1 título (0,13%); croata: 1 título (0,13%); sem identificação: 25 títulos (3,26%).

Apesar da ascensão das línguas vernáculas no cenário editorial setecentista, o latim conservava a sua preeminência como língua do saber. A aquisição de 401 obras neste idioma não é, portanto, um dado fortuito; reflete a persistência do latim como veículo de erudição académica e a sua indissociável ligação aos filósofos da Antiguidade e aos vultos do Humanismo, conforme registado no documento analisado. O italiano, por seu turno, impõe-se como a segunda língua mais frequente, com 307 títulos (40,13%), espelhando uma seleção fortemente ancorada no Humanismo dos séculos XV e XVI. O grego surge como o terceiro eixo linguístico, com 18 obras (2,35%), atestando o vigor dos textos clássicos. O remanescente da encomenda distribui-se por edições bilíngues, com destaque para os sete títulos greco-latinos e as raras combi-

nações de italiano e inglês⁵¹, ou latim e inglês. Finalmente, a natureza eclética e internacional desta remessa é selada por entradas singulares em hebraico⁵², francês⁵³ e croata⁵⁴.

A cronologia das edições reforça o caráter erudito e, em certa medida, arqueológico da encomenda. Nesse sentido, a distribuição temporal dos títulos revela o seguinte panorama: Século XV: 18 títulos (2,35%); Século XVI: 237 títulos (30,9%); Século XVII: 153 títulos (20%); Século XVIII: 276 títulos (36,07%); Sem Identificação Precisa: 81 títulos (10,5%).

Ao analisarmos esta distribuição temporal das obras, os contornos de uma encomenda de cariz humanista e erudita ganham nitidez: a soma das publicações impressas nos séculos XV e XVI perfaz um total de 255 volumes (18 e 237 títulos, respetivamente), o que representa, aproximadamente, 33% do volume total. A presença massiva de obras do Século XVIII (36,07%), no entanto, indica um equilíbrio entre a aquisição de clássicos humanistas e o interesse pela produção contemporânea à época da encomenda, ainda que, em muito casos, mesmo para as 153 obras impressas no século XVII, se tratassem de novas edições de autores associados ao movimento humanista em Itália ou ainda a outros autores por eles influenciados.

51 São duas obras de referência do gramático italiano Ferdinando Altieri: *Grammatica Inglese Per Gl'italiani: Che Contiene Un Esatto E Facil Metodo Per Apprendere Questa Lingua; Aggiuntovi Un Vocabulario Italiano Ed Inglese*, uma daquelas edições parcialmente localizadas, podendo se tratar de uma edição de 1754 ou de 1759 (Livorno, Presso Gio. Paolo Fantechi e Compagni, in-8) e o *Dizionario Italiano Ed Inglese* (1726-1727, London, Printed for William and John Innys, in-4).

52 Trata-se de uma edição do *Liber genesis*, sem indicação de autor (1578, Romae, Apud Franciscum Zanetum, in-8).

53 A única obra em francês identificada na remessa de livros adquiridos pela loja da Impressão Régia é, por seu turno, de um autor italiano, o botânico siciliano Paolo Boccano e trata-se da *Recherches et observations naturelles de monsieur Boccone gentilhomme sicilien* (1674, Amsterdam, chez Jean Jansson à Waesberge, in-4).

54 Trata-se do *Kalendar iz missala Rimskoga i spovidanye pravae virrae* do jesuíta Bartol Kašić (1640, Roma, Ex Typographia Sac. Congreg. de Propag. Fide, in-4).

Em todo o caso, a cartografia editorial da encomenda corrobora esta tese: a esmagadora maioria dos títulos adquiridos pela loja da Impressão Régia é de proveniência italiana. De um universo de 71 centros produtores identificados, 48 delas (67,6%) situavam-se nos domínios itálicos. Em termos práticos, dois terços da remessa procediam de uma rede capilarizada da península itálica, superando largamente os demais centros europeus. A dispersão geográfica remanescente distribui-se de forma mais rarefeita: a Alemanha figura com sete cidades (9,85%), seguida pela França com cinco (7,04%) e pelos Países Baixos com quatro (5,63%). Com uma representação residual de 1,40% cada, surgem centros na Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Inglaterra, Lituânia e Suíça.

No extenso rol de cidades itálicas, figuram centros como Arezzo, Rimini, Perugia, Bergamo, Bologna, Bracciani, Bréscia, Catania, Cesena, Torino, Cortona, Faenza, Ferrara, Florença, Forli, Livorno, Lucca, Napoles, Trento, Ticini, Modena, Roma e Veneza. Neste conjunto, Roma e Veneza - está última um pilar histórico na difusão da imprensa moderna⁵⁵, em paralelo com o florescimento editorial nos Países Baixos e na Bélgica dos séculos XVI e XVII⁵⁶ - destacam-se como os principais pólos de fornecimento na remessa da Loja da Impressão Régia, contribuindo com 196 e 133 títulos, respetivamente. Adicionalmente, outros centros editoriais, tanto italianos quanto estrangeiros, merecem destaque pela sua contribuição expressiva na encomenda recebida por Francisco de Paula de Arrabida: Bolonha (29 livros), Passau (27 livros), Paris (17 livros), Basileia (14 livros), Hanau (12 livros) e Palermo (11 livros).

A concentração do acervo em torno de pólos editoriais históricos, com destaque para a hegemonia dos centros italianos, constitui um indício robusto da orientação humanista desta encomenda. Tal

55 Harris, Neil. *The italian renaissance book*, 2011, p. 28.

56 Cf: Petegree, Andrew; Weduwen, Arthur der, *The bookshop of the World*, 2020, pp. 121-148.

vocação deixa de ser uma hipótese estatística para se tornar uma evidência material quando passamos ao exame dos autores e títulos identificados, os quais materializam o perfil intelectual deste expressivo lote de livros.

O exame dos 765 títulos encomendados pela Loja da Impressão Régia confirma a densidade do interesse humanista, revelando uma galeria de autoridades que definiram o cânone europeu. O acervo abrange figuras centrais do pensamento humanista italiano, incluindo os filósofos Giovanni Pico della Mirandola⁵⁷, Lorenzo Valla⁵⁸ e Marsilio Ficino⁵⁹. A dimensão literária e estética é igualmente robusta, representada pelos poetas e intelectuais como Francesco Petrarca⁶⁰, Pietro Bembo⁶¹, Baldassare Castiglione⁶² e Jacopo Sannazaro⁶³. A erudição histórica e a teoria da arte ocupam um lugar de destaque com as obras de Giorgio

57 Trata-se da obra *Examen vanitatis doctrinae gentium, et veritatis Christianae disciplinae, distinctum in libros sex, quorum tres omnem philosophorum sectam vniuersim, reliqui Aristotelem et Aristoteleis armis particulatim impugnant, vbicunque autem Christiana et asseritur et celebratur disciplina* (1520, Mirandulae, impressit Ioannes Maciochius bundenius, in-folio).

58 São duas as obras de Valla: *Laurentii Vallensis patritii Romani Historiarum Ferdinandi regis Aragoniae libri tres* (1520, Romae, in aedibus Marcelli Silber alias Franck, in-4) e *Laurentii Valensis ... Opus elegantiarum linguae latinae* (1471, Romae, J.P. de Lignamine, in-folio).

59 Trata-se do *Opuscula Marsilii Ficini Florentini De sole: & lumine libri duo Apologia eiusdem in librum suum De sole: & lumine Catalogus librorum* (1503, Venetiis, per Bernardinum Venetum de Vitalibus, in-4).

60 *Il Petrarca corretto da m. Lodouico Dolce, et alla sua integrità ridotto* (1551, Vinegia, per Domenico Giglio venetiano, in-4).

61 *Della historia vinitiana di m. Pietro Bembo card. volgarmente scritta. Libri XII* (1552, Vinegia, appresso Gualtero Scotto, in-4), *Le prose di m. Pietro Bembo, nelle quali si ragiona della volgar lingua, scritte al cardinal de' Medici, ... Divise in tre libri. In questa nuova edizione unite insieme con le giunte di Lodovico Castelvetro* (1714, Napoli, per Bernardo-Michele Raillard, e Felice Mosca, in-4).

62 *Opere volgari, e latine del Conte Baldessar Castiglione Novellamente raccolte, ordinate, ricorrette ed illustrate, como nella seguente lettera può vedersi, da gio: Antonio, e Gaetano Volpi, dedicate all' eminentissimo e reverendissimo signor Cardinale Cornelio Bentivoglio d'Aragona* (1733, Padova, Presso Giuseppe Comino con licenza de superiori e col privilegio dell' eccellentissimo Senato Veneto, in-4), *Poesie volgari e latine corrette, illustrate, ad accresciute di varie cose inedite, aggiuntevi alcune rime e lettere di Cesare Gonzaga, suo cugino* (1760, Roma, Per Niccolò e Mar. Pagliarini).

63 *Jacobi, sive Actii Synceri Sannazarii, neapolitani, viri patricii, Poemata ex antiquis editionibus accuratissime descripta* (in-8, sendo uma das edições cujo local e ano exato de impressão estão em dúvida).

Vasari⁶⁴, Poggio Bracciolini⁶⁵ e Angelo Poliziano⁶⁶. E, notavelmente, a encomenda inclui também o legado dos grandes impressores-humanistas, como Paolo⁶⁷ e Aldo⁶⁸ Manuzio, Danielle Barbaro⁶⁹, Filippo Beroaldo, o Velho⁷⁰, e Girolamo Zoppio⁷¹. Adicionalmente, a presença de nomes como Scaliger, Angelo Bandini e os Tasso (Torquato e Bernardo) atesta que a Impressão Régia não buscava apenas livros, mas a consolidação de uma biblioteca de referência que unia a raridade de edições do *Quattrocento* à vitalidade das prensas contemporâneas.

Poderia a natureza marcadamente humanista desta remessa estar associada diretamente à figura de Nicolau Pagliarini? Embora as encomendas para a Loja pudessem resultar de pedidos de particulares ou de uma estratégia de mercado para o estoque da Impressão Régia, a influência de Pagliarini revela-se determinante. A evidência reside no fluxo de obras provenientes de Roma, especificamente dos prelos

64 *Ritratti de' pittori, scultori e architetti insigni* (1760, Roma, Per Niccolo , e Marco Pagliarini, in-4), *Vita di Michelagnolo Bonarroti, pittore, scultore, e architetto Fiorentino* (1760, Roma, Appresso Niccolo e Marco Pagliarini, in-4), *Vite de piu eccellenti pittori, scultori e architetti* (1759-1760, Roma, Per Niccolo e Marco Pagliarini, in-4, 3 vols.), *Ragionamenti del signor cavaliere Giorgio Vasari pittore e architetto aretino sopra le invenzioni da lui dipinte in Firenze nel palazzo di loro altezze serenissime* (in-4, cujo ano e local restam dúvidas), *Le vite de' più eccellenti pittori, scultori e architettori* (in-4, 3 vols, cujo ano e local restam dúvidas).

65 *Istoria di m. Poggio Fiorentino. Tradotta di latino in volgare da Iacopo suo figliuolo. Riueduta, e corretta nuouamente per m. Francesco Serdonati, con l'aiuto d'vn testo latino a penna, che è nella libreria de' Medici. Co' sommarij a ogni libro, e con la tauola fatta dal medesimo* (1598, Firenze, per Filippo Giunti, in-4).

66 *L'elegantissime stanze di messer Angelo Poliziano accresciuta d'una canzone, e di varie notizie* (1751, Verona, presso Giuseppe Berno, in-8).

67 *Pauli Manutii Epistolae, et praefationes quae dicuntur* (1558, Venetiis, in Academia veneta, in-8), *Antiquitatum Romanarum liber de Civitate Romana* (1585, Roma, Apud Bartholomaeum Grasssum, in-4).

68 *Vita di Cosimo de' Medici, primo gran duca di Toscana, descritta da Aldo Mannucci* (1586, Bologna, Stampata da Aldo Manuzio il giovane, folio).

69 *La pratica della perspectiua di Monsignor Daniel Barbaro eletto Patriarca D'Aquileia, opera molto vtile a pittori, a scultori, & ad architetti. Con due tauole, vna de' capitoli principali, l'altra delle cose più notabili contenute nella presente opera* (1568, Veneza, appresso Camillo, & Rutilio Borgominieri Fratel, al segno di S. Giorgio, folio).

70 *Varia Philippi Beroaldi opuscula: Declamatio Philippi Beroaldi de tribus fratribus: ebrioso, scortatore et lusore* (1501, Argentinæ, s.i., in-4).

71 *La poetica sopra Dante di M. Hieronimo Zoppio* (1589, Bologna, per Alessandro Benacci, in-4).

sob a sua égide e de seu irmão, Marco. Foram identificados, pelo menos, 25 títulos saídos da *Stamperia di Pallade appresso Niccolò e Marco Pagliarini* — um volume superior ao de qualquer outro impressor em toda a relação. Este dado sugere que o Diretor-Geral não apenas administrava o fluxo, mas atuava como o principal fornecedor de um cânone bibliográfico que ele próprio ajudava a editar e difundir.

Em última análise, cumpre reconhecer o potencial que repousa nos arquivos da Torre do Tombo - em especial nos catálogos de livros retidos para fiscalização da Real Mesa Censória. Se analisados em conjunto e cotejados com inventários de livrarias, coleções particulares (como os mais de 3.000 itens fruto do cumprimento do edital de 10 de julho de 1769), testamentos e outros registos de posse, o pesquisador teria em mãos elementos para mapear as teias de um circuito de comunicação nas suas várias dimensões. Se esta documentação não nos revela, de imediato, o ato íntimo da leitura, ela permite-nos, ao menos, reconstruir os horizontes de possibilidade e as linhas de força do que circulava e perfazia os elementos simbólicos da posse de livros.

A Impressão Régia, por seu turno, não se limitou ao prelo. Foi agente ativa neste circuito de comunicação ao imprimir e comercializar edições próprias, importar obras estrangeiras e atuar como intermediária para terceiros, a partir da sua loja de livros. Revelou-se, de facto, uma instituição plenamente sintonizada com a dinâmica do seu século - o século dos livros e de um universo de leitura em profunda efervescência.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

ALVARÁ, de 24 de dezembro de 1768, criando a Impressão Régia. Legislação Régia, d. José (1750-1777), Livro 1763-1764, pp. 374-377. Disponível em: <https://legislacao-regia.parlamento.pt/V/1/10/73/p397>

- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Proibição de Livros (1768-1816), Editais de Proibição de Livros (1768-1816), *Regimento da Real Mesa Censória*, cx. 1, s.n. [as páginas não constam numeradas]. Disponível em linha: <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/a1c24c0f4fa54eba9c3392e31a933aca>.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 165, doc. 4.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 165, doc. 9.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 165, doc. 11.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 165, doc. 12.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 165, doc. 13.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 165, doc. 24.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 165, doc. 25.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 166, doc. 16.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 166, doc. 17.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 166, doc. 19.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 166, doc. 28.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 166, doc. 55.

ESTUDOS

- ANSELMO, Artur. A Imprensa Nacional no Contexto da Reforma Pedagógica Setecentista In: FARIA, Miguel Figueira; Vidal, Frédéric (coords.). *Imprensa Nacional: mais de 250 anos de história. O livro, os saberes e o Estado*, Lisboa, Universidade Aberta de Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2019, pp. 17-28.
- ANSELMO, Artur. *Livros e Mentalidades*, Lisboa, Guimarães Editores, 2002.
- DARNTON, Robert. *A literary tour de rance : the world of books on the eve of the French Revolution*, Oxford, Oxford University Press, 2018.

- HARRIS, Neil. The italian renaissance book : catalogues, censues and survival. In: WALSBY, Malcom ; KEMP, Graeme (eds.). *The book triumphant: print in transition in the sixteenth and seventeenth centuries*, Leiden, Boson, Brill, 2011, pp. 26-56.
- IMPRESA NACIONAL, *Imprensa Nacional: actividade de uma casa impressora*, 1768-1800, vol. 1, Lisboa, 1975.
- IMPRESSÃO RÉGIA. *Catalogo de livros que se vendem por seus justos preços na loge da Impressão Regia sita na Praça do Commercio pelo seu administrador Francisco de Paula da Arrabida em janeiro de 1771*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1771.
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. O aparecimento do livro, 2ª ed., São Paulo, EDUSP, 2017.
- LISBOA, João Luís. Impressores nas Origens da Impressão Régia: Miguel Manescal da Costa e Niccolò Pagliarini, In: FARIA, Miguel Figueira de; VIDAL, Frédéric, *Imprensa Nacional: mais de 250 anos de História. O livro, os saberes, o Estado*, Lisboa, Universidade Aberta de Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2019, pp. 29-44.
- PETTEGREE, Andrew; WEDUWEN, Arthur der. *The bookshop of the world: making and trading books in the Dutch Golden Age*, New Haven, London, Yale University Press, 2020.
- QUEIROZ, Maria Inês; JOSÉ, Inês; FERREIRA, Diogo (Orgs.). *250 Anos da Imprensa Nacional, Uma Breve História*, vol. 1 - A Régia Oficina Tipográfica, Lisboa, Imprensa Nacional, 2020.

As mulheres e os livros: uma leitura a contrapelo de obras de referência brasileiras

Women and books: a counterintuitive reading of brazilian reference works

Samara Mirian Coutinho¹

Ana Elisa Ribeiro²

RESUMO

Neste trabalho, partimos da história das mulheres no mundo letrado, considerando as opressões sofridas por elas, para abordar, sob uma perspectiva feminista, certo apagamento de figuras femininas relevantes da narrativa sobre livro, leitura e edição no Brasil. Tomamos duas das mais importantes obras de referência brasileiras – *O livro no Brasil*, de Laurence Hallewell, e *História das livrarias cariocas*, de Ubiratan Machado –, lendo-as a contrapelo a fim de identificar as menções a mulheres do universo do livro, assim como as razões pelas quais eventualmente são citadas em tão importantes obras. Desse cuidadoso rastreio, realizamos uma breve análise quantitativa

1 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG); <https://orcid.org/0000-0002-3956-4087> ; samaramirian88@gmail.com

2 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG); <https://orcid.org/0000-0002-4422-7480> ; anadigital@gmail.com

e levantamos hipóteses sobre a atuação feminina no mundo do livro, nos últimos séculos, e sua emergência na narrativa canônica sobre a história editorial do país.

PALAVRAS-CHAVES

Mulheres na edição; Livro; História do livro; História das mulheres.

ABSTRACT

In this work, we start from the history of women in the literate world, considering the oppression they suffered, to address, from a feminist perspective, a certain erasure of relevant female figures from the narrative about books, reading and publishing in Brazil. We take two of the most important Brazilian reference works – *O livro no Brasil*, by Laurence Hallewell, and *História das livrarias cariocas*, by Ubiratan Machado – and read them against the grain in order to identify mentions of women in the world of books, as well as the reasons why they are occasionally cited in such important works. From this careful screening, we conducted a brief quantitative analysis and raised hypotheses about women's role in the world of books in recent centuries and their emergence in the canonical narrative on the country's publishing history.

KEYWORDS

Women in publishing; Books; History of books; History of women.

Considerações sobre gênero, feminismos e mulheres

O que temos entendido como «perspectiva de gênero», em alguns estudos sobre o papel das mulheres em determinados contextos, não está pacificado. Para Scott (2019), por exemplo, o uso do termo «gênero», advindo das ciências sociais, foi mobilizado com o intuito de distanciar-se do feminismo. Tal distanciamento, ora visto como tentativa de erudição e de neutralidade nos estudos acadêmicos, ora como resistência à ideia de feminismo, acaba por fortalecer o

argumento de que as feministas — e os estudos feministas — são mulheres que não performam a feminilidade e se amparam na radicalidade. Isso vale, então, como justificativa para deslegitimar um movimento historicamente necessário para caminharmos rumo à equidade, nesse sentido. Neste trabalho, admitimos que:

o termo «gênero» não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto a expressão «história das mulheres» revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos legítimos. (Scott, 2019, p. 53)

Adotaremos, portanto, uma perspectiva que assume uma posição feminista, entendendo a importância da valorização do termo e da visibilidade da luta pelos direitos das mulheres, de acordo com o que preconiza Rago (2013):

Nesse sentido, vale dizer, considero os feminismos como linguagens que não se restringem aos movimentos organizados que se autodenominam feministas, mas que se referem a práticas sociais, culturais, políticas e linguísticas, que atuam no sentido de libertar as mulheres de uma cultura misógina e da imposição de um modo de ser ditado pela lógica masculina nos marcos da heterossexualidade compulsória.[...] uma das principais finalidades dos feminismos é libertar as mulheres da figura da Mulher, modelo universal construído pelos discursos científicos e religiosos, desde o século XIX. (Rago, 2013, p. 28)

A atuação prática (organização de convenções, protestos, mobilização para a eleição de mulheres envolvidas nas pautas e os grupos de estudos) é essencial para o avanço da luta, e entendemos, como Rago (2013), que são válidos todos os gestos que contribuem

para a libertação da mulher e sua legitimação como sujeito de direitos. Isso também retoma Simó-Comas (2019) ao abordar a atividade profissional da editora espanhola Esther Tusquets como «práxis feminista». Tusquets não se autodeclarava feminista, mas, ao escolher os títulos a serem publicados, incluindo uma coleção composta apenas por autoras, nos anos 1960, a preços populares, afinal demonstrava gestos feministas.

Cada uma das iniciativas aqui recolhidas não só contribuiu significativamente para a construção do campo cultural, como materializou uma especial sensibilidade para com o ser mulher num mundo ainda definido e limitado pelos homens. «Pretendo criar literatura, não ideologia», escreveu Tusquets nas suas memórias (2012:199), e, no entanto, houve uma carga ideológica inegável em cada uma das suas ações, seja como autora ou como editora. (Simó-Comas, 2019, p. 207, tradução nossa)

A «práxis feminista» também faz lembrar a escritora cearense Rachel de Queiroz ao se declarar, no programa da televisão brasileira Roda Viva, em 1991, como não feminista, embora sua contribuição para o avanço da mulher na literatura seja inegável. Queiroz escreveu o romance realista *O Quinze* (1930) aos 19 anos de idade. O livro já apresentava temática vanguardista na época: as mazelas da seca e da vida no sertão do Brasil. À época, a autoria da obra foi questionada, pois, para a elite intelectual, era pouco provável que um texto daquela qualidade tivesse sido escrito por uma mulher. Veja-se o que declarou o escritor Graciliano Ramos, em um dos ensaios do seu livro *Linhas tortas* (2002):

O Quinze caiu de repente ali por meados de 1930 e fez nos espíritos estragos maiores que o romance de José Américo, por ser livro de mulher e, o que na verdade causava assombro, de mulher nova. Seria

realmente de mulher? Não acreditei. Lido o volume e visto o retrato no jornal, balancei a cabeça: Não há ninguém com esse nome. É pilhéria. Uma garota assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbado. Depois, conheci João Miguel e conheci Rachel de Queirós, mas ficou me durante muito tempo a idéia idiota de que ela era homem, tão forte estava em mim o preconceito que excluía as mulheres da literatura. Se a moça fizesse discursos e sonetos, muito bem. Mas escrever João Miguel e O quinze não me parecia natural. (Ramos, 2002, p. 133)

Além da sua potência literária, Rachel de Queiroz, desde muito cedo, frequentava livrarias e espaços de sociabilidade literária pouco ocupados por mulheres. Foi a primeira a conquistar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL) e a ganhar o Prêmio Camões, em 1993, obtendo assim reconhecimento internacional.

Com esses breves mas contundentes exemplos, consideramos a «história das mulheres», incluindo as que não se autodenominavam feministas, mas cuja «práxis feminista» era patente. Nossa perspectiva feminista aqui está ciente de que o termo «gênero» pode concorrer para o apagamento de algumas lutas, no entanto, quando observamos os gestos das mulheres, podemos entendê-las como inseridas em práticas sociais, culturais, políticas e linguísticas ligadas aos feminismos, como defende Rago (2013). Ademais, outro ponto relevante é não considerar a mulher como sujeito universal. Depois das quatro ondas do feminismo³ (Duarte, 2019) – 1830, 1870, 1920 e 1970 –, chegamos a um momento histórico no qual as pautas não são unificadas, resultado de questionamentos do próprio movimento sobre a homogeneidade das demandas. Carneiro (2019) esclarece:

3 É importante salientar que essas ondas se sobrepõem, afinal os avanços do feminismo não aconteceram de forma homogênea, nem territorialmente, nem para mulheres de classes sociais distintas.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição leva esses sujeitos a assumir, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. (Carneiro, 2019, p. 273)

De maneira semelhante, Camila Galetti e Jéssica Melo Rivetti (2023) tratam dos diferentes grupos feministas e suas pautas: decolonial, cristão, interseccional, lésbico, liberal, materialista, negro, queer, entre outras. Tendo em vista essa discussão, assumimos neste trabalho o risco de um recorte predominantemente branco e elitizado, no qual as histórias das mulheres narradas focalizam as que tinham algum privilégio. Nossa discussão se apropria das considerações de Ribeiro (2020) sobre as figuras abordadas e seus níveis de visibilidade:

[...] inenarradas (sobre quem nada ficou registrado, sem vestígios), as apagadas (sobre quem os vestígios foram, deliberadamente ou não, omitidos ou desprezados), as subnarradas (sobre as quais algo ficou registrado, mas que exige muito esforço de pesquisa) e as seminarradas (sobre as quais algo acessível já se registra e que se pode conhecer com menos investimento). (Ribeiro, 2020, p. 56)

É de se considerar que uma mulher de fora da elite tinha dificuldade (se não impossibilidade) de alcançar espaços de prestígio e, conseqüentemente, «ser narrada». Há uma incidência assimétrica do patriarcado sobre mulheres de diferentes etnias, sexualidades e classes sociais. O acesso à educação e à leitura, por exemplo, dão noção de tal incidência. Duarte (2022) aponta como isso se passa entre mulheres brancas e negras:

Enquanto os homens dominavam o espaço público, as mulheres permaneciam confinadas em suas casas, analfabetas, cuidando unicamente de afazeres relacionados à família e submetidas a uma ordem patriarcal que estabelecia sua inferioridade. Vejam, estou me referindo às mulheres da elite, pois a experiência vivida pelas mulheres negras, escravizadas ou libertas, foi muito diferente. (Duarte, 2022, p. 15)

Dão clara noção disso também os textos de Beatriz Nascimento (2019), que demonstram a subalternização da mulher negra e sua demora no acesso ao letramento. Na sociedade escravocrata, elas trabalhavam nas plantações e nos afazeres de casa dos senhores, sendo submetidas a processos de desumanização e violência sexual. Eram, desde os primórdios da sociedade brasileira, trabalhadoras que já faziam o trabalho extradoméstico, seguindo assim após a abolição da escravatura (mudanças nesse cenário só aconteceram em tempos recentes). No caso das mulheres brancas, o lar era o seu espaço, sob o jugo de uma autoridade masculina com regras de moral e bons costumes. Apesar da submissão, estas tiveram privilégios, tais como o contato com o universo letrado, ponto que abordaremos a seguir.

As mulheres na cultura letrada

O historiador Martin Lyons (2012) narra como aconteceu o processo de emancipação da mulher como leitora no norte global (Europa e Estados Unidos). Partindo do século XIX, ele aponta que elas jamais antes haviam alcançado a possibilidade das práticas de leitura, mas que, nesse período, surgiram mulheres intelectuais, «descendentes das damas com pretensões literárias do século XVII» (Lyons, 2012, p. 306, tradução nossa). Com o crescente número de leitoras, e à medida que se letravam — em institutos ou em domicílio —, passa a haver uma profusão de obras publicadas para mulhe-

res. Tais livros eram, inicialmente, de temas religiosos ou culinária; posteriormente, chegaram os folhetins e as revistas especializadas, com receitas, dicas de comportamento e moda; e, finalmente, os romances. Segundo Lyons, apesar de as mulheres não serem as únicas consumidoras desse gênero, a feminização dele servia para reforçar «as ideias preconcebidas prevalecentes sobre os papéis de gênero e as características da inteligência feminina» (Lyons, 2012, p. 309, tradução nossa). Na sociedade machista e patriarcal europeia do século XIX, «acreditava-se que os romances eram adequados para as mulheres porque elas eram vistas como escravas da imaginação, com pouca capacidade intelectual, tão frívolas quanto emocionais. O romance era a antítese da literatura prática e instrutiva» (Lyons, 2012, p. 309, tradução nossa). Dessa maneira, a mulher leitora era estigmatizada, posta num lugar de inferioridade intelectual, muitas vezes justificada por estudos «científicos» que referendavam tal pensamento⁴.

Estudos posteriores sobre as práticas de leitura do XIX validaram outras posições. O primeiro deles (citado por Lyons, 2012) foi realizado por historiadores que entrevistaram mulheres sobre seus hábitos de leitura, no período anterior a 1914, e encontram resultados como: «Eu estava muito ocupada com minhas tarefas» ou «Mamãe nunca teve um segundo de descanso» (Lyons, 2012, p. 312, tradução nossa). Segundo muitas trabalhadoras, as atividades domésticas comprometiam completamente qualquer forma de lazer. Relatavam elas que, na infância, evitavam ler por medo de punições. As demandas domésticas eram consideradas inegociáveis e ler podia fazer parecer que as mulheres se esquivavam das responsabilidades familiares.

4 Lyons (2012, p. 316) afirma: «O mundo médico corroborou estes preconceitos comuns ao sustentar que o baixo peso do cérebro de uma mulher evidenciava a sua capacidade intelectual inferior, enquanto a forma distinta do cérebro feminino supostamente denotava uma inteligência afectiva e intuitiva que nenhum homem poderia igualar. Da mesma forma, o estudo excessivo enfraquecia as mulheres, e a excitação excessiva causada pelos romances poderia causar histeria e infertilidade. Considerou-se que a leitura era muito prejudicial».

A leitura, então, entrava em choque com o ideal de «boa dona de casa». Outro contraponto aparece nos estudos de Janice Radway, que entrevistou leitoras de romances no centro-oeste dos Estados Unidos. Segundo seus resultados, a ficção romanesca proporcionava uma via de empoderamento às mulheres. As participantes manifestaram forte identificação com uma comunidade ampla e coletiva de leitoras e escritoras, além de revelarem-se críticas — desejavam protagonistas femininas autônomas, inteligentes e ativas, ao contrário de figuras passivas. Para essas mulheres de Smithton, a leitura de romances não representava uma aceitação acrítica de valores patriarcais, mas, sim, a afirmação da autonomia feminina. Mergulhar nessas narrativas era uma forma de assegurar um espaço de privacidade e afastamento temporário de seus papéis contínuos de esposas, mães e donas de casa.

Novamente, não é possível tomar um grupo de mulheres de maneira homogênea. Para certas mulheres, a situação de subalternidade era evidente, com demandas de trabalho doméstico e de famílias com numerosos filhos. A leitura não estava entre suas práticas diárias. Já para o outro grupo, a leitura era parte da “práxis feminista”, reconhecida como ato de rebeldia contra o sistema.

Processo semelhante ocorreu no Brasil quanto aos gêneros literários e ao seu consumo. Lajolo e Zilberman (1996) relacionam o início da leitura no país à construção patriarcal da família e ao crescimento da burguesia:

a valorização da vida doméstica nasceu da desmontagem de outras forças capazes de desafiar o poder maior da burguesia e do tipo de Estado, despersonalizado e distante, por ela estabelecido. Por isso, ainda que não se confunda com uma camada social, com um partido ou com uma ideia, a família constrói e consolida a sociedade burguesa, organizando-a. Para aquém e para além das camadas sociais, partidos ou ideias. (Lajolo & Zilberman, 1996, p. 25)

Para as autoras, foi no regaço da família que o gosto pela leitura conquistou espaço, sendo uma prática privada e condizente com a vida doméstica. Inicialmente, tal como apontado por Lyons (2012), a leitura se fortaleceu nas obras religiosas; depois, «em suas formas mais modernas, a propagação da leitura depende ainda de uma valorização positiva do lazer, já que os livros constituíram uma das primeiras manifestações baratas e acessíveis de entretenimento» (Lajolo & Zilberman, 1996, p. 26). Considerada de maneira ampla, a leitura toma parte na realidade brasileira:

Só por volta de 1840, o Brasil do Rio de Janeiro, sede da monarquia, passa a exibir alguns dos traços necessários para a formação e o fortalecimento de uma sociedade leitora: estavam presentes os mecanismos mínimos para a produção e circulação da literatura, como tipografias, livrarias e bibliotecas; a escolarização era precária, mas manifestava-se o movimento visando à melhoria do sistema [...]. (Lajolo & Zilberman, 1996, p. 27)

Machado (2012) reúne informações úteis para entendermos cronologicamente a presença das mulheres nos espaços de sociabilidade literária e como o público feminino se comportou no ambiente extradoméstico da leitura. O autor menciona a presença de mulheres em estabelecimentos livres já na década de 1830, quando elas já eram consideradas boas compradoras, mas suas presenças eram restritas e exigiam uma atitude discreta: «As mulheres também gostam de ver de perto o seu poeta preferido, embora com a discrição e o recato característicos da época. Além de serem os maiores compradores de literatura, elas têm outro motivo para visitar a [livraria] Mongie: os famosos ‘papéis pintados’ franceses [...]» (Machado, 2012, p. 57). Apesar de figurarem como compradoras de livros, fica claro que esses espaços eram frequentados majoritariamente por homens, para longos debates literários e políticos. A presença delas aí só acontece

anos adiante. Isso leva a crer que as mulheres poderiam até passar pelas lojas, acompanhadas por damas de companhia e familiares, mas não era de bom tom permanecer nesses estabelecimentos. Esses círculos de sociabilidade eram excludentes e reservados aos «homens de letras». Machado (2012) menciona a livraria de Paula Brito — espaço reconhecidamente prestigioso para intelectuais da época:

Assim, em sua livraria, veem-se adversários políticos convivendo amigavelmente, rindo da última piada. Ali funciona uma das mais sadias organizações cariocas, descontraída, alegre, cordial, a Petalógica, uma espécie de clube inglês, sem estatutos, temperado com a malícia e a alegria brasileira. Só entram homens, que ali vão conversar sobre tudo, fazer piadas, rever os amigos. Aos sábados, reúnem-se nos bancos da praça, defronte da loja, para longos debates sobre literatura. (Machado, 2012, p. 80)

No capítulo sobre os anos 1860, Machado (2012) afirma que «discretamente, as mulheres começam a frequentar as livrarias, com suas anquinhas, seus vestidos de crinolina, seus leques. São grandes leitoras, dando preferência à poesia e aos romances. Com frequência, fazem encomendas [...] aguardando o livro em casa». Naquela década, a entrega domiciliar de livros foi prática comum, como se lê no conto «O segredo de Augusta», de Machado de Assis, publicado em 1868: «Logo depois chegaram dois caixeiros: um com alguns vestidos e outro com um romance: eram encomendas feitas na véspera» (Machado, 2012, p. 88). Aí há registro de quando as mulheres começam a frequentar livrarias, mesmo que menos assíduas em rodas de conversa e debates. No capítulo «As livrarias cariocas no início do século XX» é que se relata o aparecimento de um público leitor e consumidor em estabelecimentos maiores, resultado da autonomização do campo livreiro. Nessa cena, há maior participação das mulheres: «São cada vez mais frequentadas pelas mulheres, quase sempre em companhia

de um filho ou de uma amiga. Algumas, mais independentes, entram sozinhas, numa espécie de desafio às convenções sociais. Ótimas freguesas» (Machado, 2012, p. 129).

Tanto em Lajolo e Zilberman (1996), quanto em Machado (2012), a emergência da sociedade burguesa tem relação direta com a necessidade de fornecer educação/escolarização para meninos. É quando as mulheres começam a participar do universo letrado, já que o ensino dos primeiros anos era visto como uma continuidade do papel de mãe e cuidadora.

A popularização das escolas normais ocorreu quando ela se transformou numa opção profissional para as moças de classe média, praticamente a única já que as demais alternativas de trabalho eram reservadas aos homens ou consideradas masculinas. Por outro lado, depois das mudanças dos anos 1870, durante a monarquia, somente às mulheres era permitido lecionar. Eis uma das razões por que o período de vida ocupado pela frequência a essas escolas determinou o aparecimento da figura da normalista. (Lajolo & Zilberman, 1996, p. 223)

Para as autoras, essa mudança acaba por incidir na literatura. Com o aumento do público leitor feminino, o estilo de livros publicados e importados começa a mudar. Lyons (2012) coincide, apontando que, para atender a um público emergente, as obras literárias passaram por transformações formais: surgiram estilos narrativos mais acessíveis, a linguagem rebuscada cedeu espaço a expressões mais cotidianas. Esse processo impactou também os modos de produção e distribuição dos textos. Intensificaram-se os debates sobre possíveis benefícios e malefícios da leitura. As mudanças no sistema educacional favoreceram a formação de leitoras, que, impedidas de socializar publicamente, tinham na leitura um dos poucos espaços legítimos de consumo cultural.

No entanto, certos gêneros literários foram alvo de críticas por, supostamente, desencadearem efeitos prejudiciais. A leitura foi tomada como hábito vicioso por desviar as mulheres das obrigações domésticas. Essa tensão refletiu um dilema educacional: ao mesmo tempo em que se reconhecia o papel fundamental da leitura na consolidação dos valores burgueses, ela também representava uma ameaça, personificada nos livros, na erudição desenvolvida e na noção incipiente de igualdade. Segundo Lyons (2012), se, por um lado, pais e maridos consideravam inapropriado que as mulheres lessem demasiado ou de forma inadequada, por outro, editores e livreiros celebravam o aumento dos lucros proporcionado por esse novo mercado consumidor. Lyons usa a expressão «faca de dois gumes» para explicar que a demanda por uma mão de obra voltada ao cuidado acabou por concorrer para a emancipação das mulheres. O aumento dos romances, a princípio, denota que esse era o maior sonho de consumo dessa população, entretanto, a leitora é imponderável: o letramento as torna aptas a lerem qualquer tipo de livro, e muitas fizeram uso dessa liberdade.

Na obra *Profissão artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras*, de Ana Paula Simioni (2008), afirma-se que, no cenário do século XIX, as mulheres enfrentavam grandes restrições no acesso às carreiras profissionais. As universidades eram, em sua maioria, vedadas à presença feminina até o advento da Primeira República, quando se passou a admitir alunas em cursos superiores. Entre as poucas exceções estava a prática da parteira, atividade intrinsecamente feminina. Sua relevância social contribuiu diretamente para a abertura dos cursos de medicina às mulheres em 1879, antes que outras profissões acadêmicas se tornassem acessíveis. A partir do final do século XIX e início do XX, no ambiente de reformas impulsionadas pelo republicanismo, as primeiras mulheres se formaram em medicina e direito. Essas pioneiras romperam barreiras, embora ainda constituíssem uma minoria nos primeiros anos da República. Segundo Simioni (2008), as artes

(pintura, música e literatura) experimentaram uma adesão feminina mais expressiva no início do século XX. Tal fenômeno deveu-se à percepção cultural de que essas atividades eram compatíveis com o «sexo frágil», consideradas apropriadas ao universo doméstico e conciliáveis com papéis tradicionais de esposa e mãe.

A partir das considerações já feitas, pode-se admitir que as mulheres (majoritariamente brancas e da elite social) foram autorizadas a exercer ofícios que eram uma extensão do ato de cuidar, como professora e médica, ou evoluir amadoramente em profissões passíveis de serem aprendidas e aprimoradas no lar. Isso tem relação direta com nosso estudo sobre as mulheres e o universo dos livros. No caso das escritoras, afirma Constância Lima Duarte:

Até as últimas décadas do século XIX, e mesmo nas primeiras do XX, [...] a publicação de uma obra de autoria feminina costumava ser recebida com desconfiança ou, na melhor das hipóteses, com certa condescendência pelo público leitor masculino. Afinal, era só uma mulher escrevendo, deviam pensar os que pregavam a inferioridade mental, moral e física do gênero feminino. (Duarte, 2022, p. 15)

Houve vozes dissidentes no período, primeira onda do feminismo, no início do século XIX, a exemplo de Nísia Floresta, autora de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832). A obra aborda as discussões estrangeiras sobre o feminismo e as lutas das mulheres por equidade — nesse primeiro momento, a questão fulcral é o direito à educação. Em meados do século XIX, começam as publicações de jornais fundados e gerenciados por mulheres, como o *Jornal das Senhoras*, de Joana Paula Manso de Noronha. Duarte afirma que «O pioneirismo d'O *Jornal das Senhoras* e suas colaboradoras tímidas e anônimas representou, ainda assim, um decisivo passo na longa trajetória das mulheres em direção à superação de seus receios e à conscientização acerca de seus direitos» (Duarte, 2019, p. 31). A se-

gunda onda feminista, por volta de 1870, teve como pauta central o direito ao voto, num movimento de mulheres que Duarte considera «menos literário e mais jornalístico» (2019, p. 31). A autora cita algumas contribuições de mulheres para a fase: *O Sexo Feminino*, de Francisca Senhorinha da Mota Diniz; *Echo das damas*, de Amélia Carolina da Silva Couto; *A família*, de Josefina Álvares de Azevedo (que conseguiu encenar a peça *O voto feminino* no Rio de Janeiro, em 1878); *A mensageira*, de Presciliana Duarte de Almeida, entre outras. As mulheres só conseguiram de fato o direito de votar em 1932, no governo Getúlio Vargas, no entanto, devido ao golpe de Estado, elas só começaram a participar de fato da democracia em 1945.

Retomando o contexto educacional, Beatriz Nascimento (2019, p. 261) afirma que «pesquisas recentes baseadas nos recenseamentos de 1940, 1950 e 1970 registram que a mulher branca conseguiu maior acesso ao curso superior, diminuindo proporcionalmente a desigualdade entre ela e o homem branco». Isso leva a crer que o letramento e o avanço na escolarização foram realidade para parte da população das mulheres, mesmo em um cenário de desigualdade racial.

Outro item relevante é o Estatuto da Mulher Casada, que consta no Código Civil Brasileiro de 1916, artigo 242:

Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):

- I - praticar os atos que este não poderia sem o consentimento da mulher (art. 235);
- II - alienar ou gravar de ônus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens (arts. 263, II, III e VIII, 269, 275 e 310);
- III - alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem;
- IV - aceitar ou repudiar herança ou legado;
- V - aceitar tutela, curatela ou outro munus público;
- VI - litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados nos arts. 248 e 251;

VII - exercer a profissão (art. 233, IV);

VIII - contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal. (Brasil, 1962).

Esse estatuto vigorou até 1962, tolhendo liberdades e ditando normas que incidiam diretamente sobre a autonomia da mulher. Houve as que agiram em prol de sua emancipação e colocaram-se no mercado de trabalho, mas a lei explicita a conjuntura social-política-jurídica em que elas estavam inseridas. O fim do Estatuto da Mulher Casada, juntamente com outros avanços, possibilitou que as mulheres tivessem seus empreendimentos, sem qualquer interferência masculina.

A fim de reunir elementos para pensar o campo letrado, procedemos a um levantamento das mulheres citadas na obra de Machado (2012). Nos títulos, é comum a menção a nomes de proprietários de livrarias antecidos do nome do empreendimento. Para o mapeamento da obra, observamos o índice onomástico e, posteriormente, selecionamos todos os excertos com menções diretas e indiretas às mulheres. Das 1811 menções nominais totais, apenas 213 são de mulheres, incluindo pesquisadoras da área, agentes do campo livreiro e das redes de sociabilidade (escritoras, intelectuais, familiares). Destas, 65 figuram nas primeiras 328 páginas que retratam o cenário livreiro do Rio de Janeiro até a década de 1970. As demais, 148, aparecem nas 159 páginas finais do livro⁵. Encontramos, assim, uma grande disparidade no número de citadas quanto à proporção de páginas. Dentro de nosso enfoque, apesar dos avanços das mulheres em inúmeras áreas, elas estão ausentes das narrativas históricas sobre o campo literário no Brasil. Isso parece indicar que o trabalho das mulheres foi muitas vezes apagado ou desconsiderado para a formação do cânone.

5 A discussão qualitativa das mulheres mencionadas advém do artigo «O ofício do invisível: uma análise da presença de mulheres na obra *História das livrarias cariocas*, de Ubiratan Machado, até a década de 1970» publicado na Revista Eco-pós. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/28245/15487. Acesso em: 06 fev. 2025.

Duarte (2022, p. 15), na obra *Memorial do memoricídio: escritoras brasileiras esquecidas pela história*, reflete sobre ausência e invisibilização: «[...] apesar de presentes no cenário literário desde o século XVIII, a produção das primeiras escritoras foi sistematicamente ignorada pelos historiadores, chegando, em muitos casos, a desaparecer como se nunca tivesse existido». Vale lembrar que muitas das que conseguiram subverter o sistema patriarcal da época, «publicando livros e fundando jornais», sofreram um processo posterior de alijamento: «Foram — em outras palavras — vítimas de memoricídio, conceito que designa o assassinato da memória e de uma cultura» (Duarte, 2022, p. 16). Movimento muito similar foi observado por Ribeiro (2017; 2020; 2023) no campo editorial. No ensaio *Subnarradas: mulheres que editam* (2020), a autora discorre sobre várias questões, como a presença das mulheres nos bastidores da edição sem ocuparem postos de prestígio e decisão; a inserção delas no campo a partir de uma herança familiar construída, inicialmente, por um homem; a descredibilização de seu trabalho em virtude do gênero; a urgência de narrar o «invisível». Assim, provocadas por tais inquietações, consideramos a importância de levantar quem são as mulheres presentes em livros de referência do universo letrado. Para isso, tomamos como ponto de partida duas obras seminais nos estudos do livro e livrarias: *O livro no Brasil*, de Laurence Hallewell, e *História das livrarias cariocas*, de Ubiratan Machado.

Mulheres nas obras brasileiras de referência nos estudos do livro

As obras que abordamos aqui são *O livro no Brasil - sua história*, já clássico volume de Laurence Hallewell, em sua edição de 2005 (a edição original é de 1985), e *História das livrarias cariocas*, de 2012,

escrito por Ubiratan Machado, ambos títulos incontornáveis para pesquisadores brasileiros do tema. A primeira é uma obra sobre a história e a evolução do livro no Brasil, abordando aspectos como a produção, a distribuição e o consumo de livros ao longo do tempo (até o final do século XX). Com capítulos que versam sobre os principais editores do país até então, Hallewell trata das transformações do mercado editorial brasileiro entre os séculos XIX e XX. Já o livro de Machado historia as livrarias no Rio de Janeiro, oferecendo um extenso panorama da atividade livreira no país, do fim do século XVII até os primeiros anos do século XXI. Há relatos de casos corriqueiros e personalidades que frequentavam os estabelecimentos. Dessa leitura, é possível perceber que as livrarias eram importantes «centros de atividades intelectuais e de sociabilidades literárias» (Baptistini, 2017, p. 10).

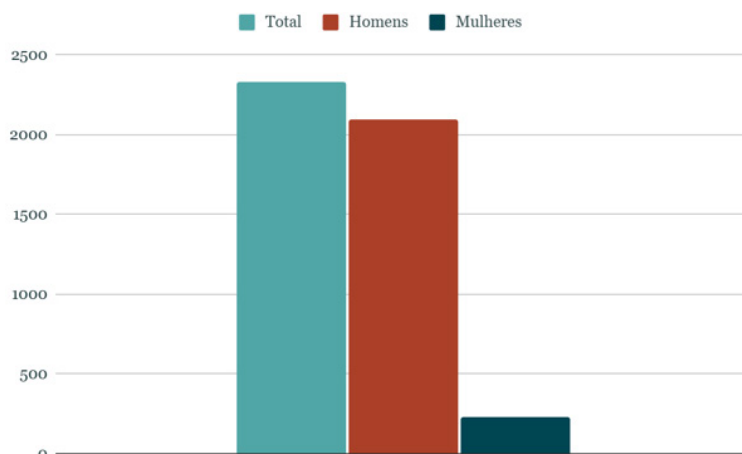
Realizamos a leitura a contrapelo das obras, analisando seus índices onomásticos, atentas às menções às mulheres. Posteriormente, tabulamos os dados e separamos as figuras femininas citadas por suas profissões. Nesse levantamento, encontramos os seguintes resultados:

Tabela 1
Comparação entre Hallewell (2005) e Ubiratan (2012).

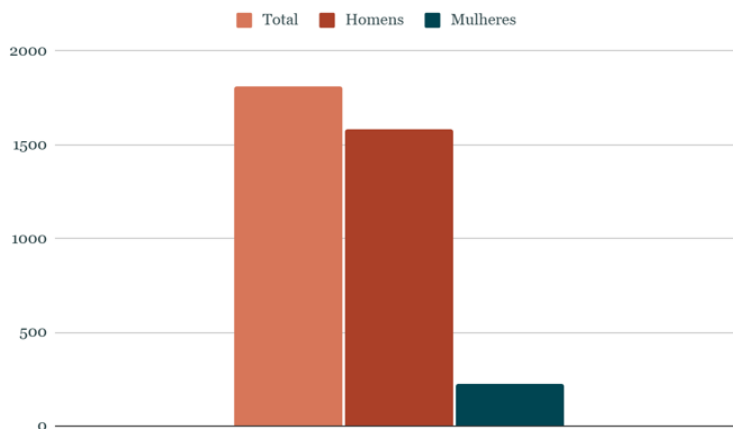
Obra	Número de Páginas	Menções Totais	Homens	Mulheres	Porcentagem
Hallewell (2005)	768	2330	2096	234*	10,04%
Machado (2012)	510	1811	1584	227*	12,53

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os gráficos a seguir permitem melhor visualização das proporcionalidades entre as figuras masculinas e femininas do mundo dos livros e da leitura, segundo as obras analisadas:

Gráfico 1*Homens e mulheres mencionados em Hallewell (2005).*

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Gráfico 2*Homens e mulheres mencionados em Machado (2012).*

Fonte: Elaborado pelas autoras.

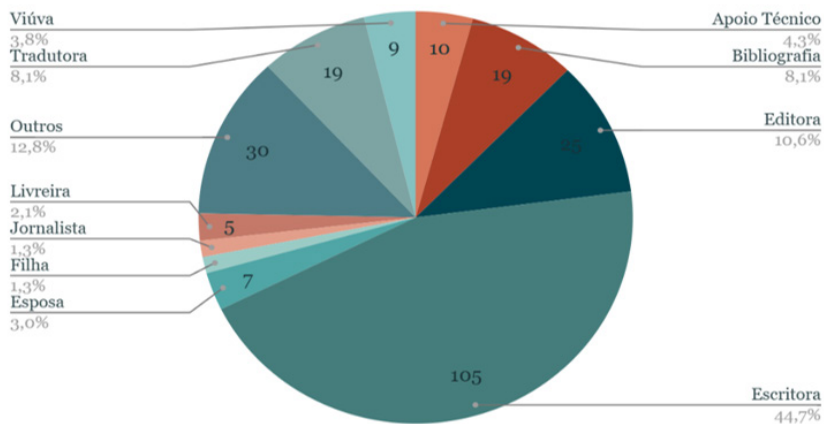
Em ambas as obras, consideradas das mais robustas sobre os círculos letrados no Brasil, encontramos percentuais abaixo de 13%

em referências às mulheres. Isso pode ser compreendido (e mesmo esperado) quando considerado um período histórico em que as mulheres tinham suas atividades impedidas ou cerceadas, inclusive na relação com a alfabetização e a leitura de livros. Os dois títulos, no entanto, avançam sobre o século XX e apresentam períodos posteriores às quatro ondas do feminismo propostas por Duarte (2019).

Outras perguntas precisam ser feitas a fim de que possamos compreender, com base nesses números, quem são as mulheres citadas e como figuram nas obras estudadas. Para isso, rastreamos as profissões a elas atribuídas. Importante relatar que, em vários casos, as mulheres são mencionadas por suas vinculações aos homens, como mães, esposas, viúvas ou filhas.

Gráfico 3

Vinculações, atividades e profissões das mulheres em Hallewell (2005).



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Do total total de 234 mulheres mencionadas em Hallewell (2005), 9 são *viúvas*, classe bastante relatada na obra, mas sem nominação direta. Várias dessas figuras femininas não têm seus nomes explicitados, mesmo quando se trata das donas de tipografias dos séculos

XVIII e XIX. No entanto, a simples menção a elas já indica que, após a morte do marido, algumas davam prosseguimento aos empreendimentos, estabelecendo-se como mulheres de negócios.

As *escritoras* ocupam a maior parcela das menções nos livros desses autores (105, quase 45%). De fato, Simioni (2008) considera a escrita um espaço mais permeável às mulheres, mesmo em tempos passados, já que elas podiam atuar no ambiente doméstico. Há, enfim, nas obras de Hallewell e Machado, frequente menção a autores de ambos os gêneros decorrente da publicação de livros e de sua proeminência na cena editorial de suas épocas.

As 25 *editoras* citadas nas obras analisadas são mulheres que tiveram editora ou atuaram em uma. Destaca-se o baixo número das mencionadas nessa posição, a despeito de os volumes de Hallewell (2005) e Machado (2012) terem como tema central o livro e a edição no Brasil.

Figuram como *tradutoras* 19 mulheres, embora tal distinção não signifique exclusividade nas atuações. Muitas autoras eram também tradutoras. Essa, aliás, foi uma estratégia bastante utilizada por livreiros-editores cujo interesse era melhorar a remuneração de autoras de suas editoras.

Outras 10 mulheres aparecem como *apoio técnico*, abarcadas como auxiliares na indicação de originais ou dando acesso a documentos. O campo *bibliografia* contempla as mulheres citadas como fontes de consulta por meio de suas pesquisas e publicações.

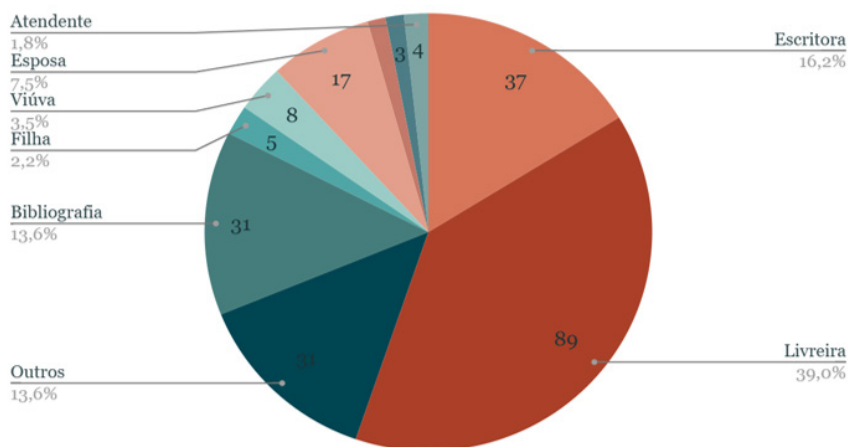
De maneira geral, a função de *livreiro/a* não figura nos registros históricos. Esse profissional aparece escassamente em publicações, à exceção das diretamente ligadas às livrarias, como em Machado (2012). Em Hallewell (2005), são citadas 5 *livreiras*, sendo uma delas Vera Pacheco Jordão, fonte primária para o capítulo sobre a editora José Olympio. Já no caso de *filhas* e *esposas*, aparecem 10, todas mencionadas por vínculos pessoais com homens do mundo letrado. Há também três *jornalistas*, fato relevante visto que o jornal foi, muitas vezes, espaço de emancipação da mulher como escritora e

intelectual. No grupo *outros*, aparecem atuações variadas: prostitutas, rainhas e membros da nobreza, atrizes, políticas etc.

Importante reiterar que as mulheres mencionadas podiam ocupar duas ou mais funções e atividades no universo da edição e do livro: jornalistas que são escritoras, escritoras que tiveram editoras e livrarias, entre outras interseções. Vejamos como isso se apresenta em Machado (2012), obra que trata especificamente do universo livreiro:

Gráfico 4

Vinculações, atividades e profissões das mulheres em Machado (2012).



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Mesmo sendo uma obra publicada mais recentemente, é possível notar que as mulheres se mantêm em menor número de menções como personagens e agentes do mundo do livro. Há, como se esperava, predominância de *livrreiras* (quase 40% do total – baixo – de 89 mulheres). Em segundo lugar aparecem as *escritoras*. Na *bibliografia* surgem 31 menções, confirmando que mais mulheres foram lidas para a produção do livro de Machado. São mencionadas 30 figuras femininas como *filhas*, *esposas* e *viúvas*.

O caráter histórico da obra do autor remonta a um Brasil em que nem sequer existiam livrarias dedicadas apenas ao comércio de livros. Naquele contexto, as mulheres raramente podiam aparecer como intelectuais ou trabalhadoras. Suas existências são conhecidas por meio da narrativa sobre eventos acontecidos ou passagens com filhos e maridos.

Em toda a obra analisada, são mencionadas 4 *atendentes* de livrarias, 2 delas depois dos anos 1970. Na categoria *outros*, há variadas atividades, todas com apenas uma menção: química, arquiteta, atriz, cineasta, cantora, Ministra da Cultura da França, vitrinista, professora, prostituta, artista plástica, designer, política, entre outras⁶.

Aqui, cabe uma ressalva ligada ao viés narrativo dessas obras decorrente das fontes primárias consultadas. No capítulo sobre o editor José Olympio e sua famosa casa editorial, Hallewell (2005) revela que teve como fonte Vera Pacheco Jordão, esposa e trabalhadora nos empreendimentos do marido. É nesse mesmo capítulo que encontramos muito maior incidência de mulheres sobre as atividades do livro. Tanto a conjuntura social do período – momento em que as mulheres começavam a ocupar o espaço público de maneira mais intensa – quanto a consideração de quem é relevante nas redes de sociabilidade relatadas podem interferir nesse resultado. Eneida de Moraes, escritora e jornalista, aparece como fonte primária na obra de Machado (2012), sendo frequentemente mencionada nos capítulos

6 Em outra ocasião, abordaremos qualitativamente mulheres relevantes mencionadas nas duas obras: Clarice Lispector (escritora), Sandra Reimão (ensaísta e autora de obra constante da bibliografia), Eneida de Moraes (escritora), Francisca Julia (escritora), Cybelle de Ipanema (bibliografia), Jerusa Pires Ferreira (bibliografia), Rachel de Queiroz (escritora), Adalgisa Nery (escritora), Júlia Lopes de Almeida (escritora), Ana Maria Machado (escritora, livreira e editora), Olga Savary (escritora), Djanira (artista plástica), Cléo Marcondes Ferreira (filha e esposa), Maria Dolores Braun (amante e viúva) e viúva Azevedo (tipógrafa). As duas obras juntas contemplam um total de 461 mulheres, mas apenas quinze coincidem entre os dois livros. É preciso fazer uma ressalva: são duas obras com recortes diferentes, mas com grandes pontos de convergência. Trabalhamos com a hipótese de que as mulheres, principalmente a partir dos anos 1970, participaram ativamente do universo letrado, mas não conseguiram ocupar tantos postos de prestígio ou das redes intelectuais legitimadas, a ponto de serem consideradas parte da história do livro e da leitura no Brasil, com raras exceções.

sobre a Livraria Francisco Alves. De todo modo, ainda que surjam mulheres como figuras agentivas do mundo do livro e da edição no Brasil de eras passadas, elas ainda são poucas e superficialmente perfiladas.

Considerações finais

Neste artigo, propusemos algumas reflexões afetas à história das mulheres no que toca ao seu processo de letramento e às diversas opressões por elas sofridas, o que inclui a vida literária e editorial. Com base na leitura de uma bibliografia sobre feminismos e edição e na leitura a contrapelo de duas obras brasileiras de referência para os estudos do livro e da edição, buscamos dados que evidenciam como a história do livro e da leitura tem sido narrada, obviamente sem uma perspectiva crítica de cariz feminista. A ausência de figuras femininas denota não apenas lacunas nas dinâmicas do sistema literário e editorial, mas também, e antes, uma atribuição de relevâncias e importância filtrada sob certa perspectiva que podemos dizer patriarcal, a despeito de certa intenção «neutra» ao relatar a história a partir de alguma documentação. É claro que a ausência da mulher em espaços e posições públicas relevantes tem ecos tanto nos vestígios que ela deixa (ou não), quanto na vivacidade com que a narrativa se lembra ou não delas.

Passadas tantas décadas desde a atuação incipiente das mulheres no universo dos livros, o cenário atual mostra avanços importantes, num processo longo e contínuo (desde ao menos a luta pelo direito à educação/escolarização/alfabetização, reivindicação principal da primeira onda do feminismo). As mulheres hoje são maioria nas escolas e em cursos superiores brasileiros, apesar de, em muitos casos, ainda receberem salários mais baixos do que os homens, ainda que nas mesmas funções (Barros & Silva, 2018). Entendemos, aqui, que a história das mulheres do livro precisa de esforços e reforços

quanto à sua revelação e à incorporação de suas personagens à macro-narrativa oficial, tanto para mostrar a potência e as realizações de muitas precursoras (na edição, na tradução, à frente de livrarias e em outras atividades), quanto para que construamos o acervo dos registros memorialísticos que ficarão para o futuro, evitando, assim, novos memoricídios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barros, S., & Silva, L. (2018). Panorama da participação feminina na Educação Superior, no mercado de trabalho e na Sociedade. *Psicologia & Sociedade*, 30, p. 1-11. Recuperado em 14 outubro, 2025, de <https://ninho.inca.gov.br/jspui/handle/123456789/12820>.
- Buarque de Hollanda, H. (2019). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Carneiro, S. (2019). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In H. B. Hollanda (Org.). *Pensamento feminista: formação e conceito*. (pp. 313-321). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Duarte, C. L. (2019) Feminismo: uma história a ser contada. In H. B. Hollanda (Org.). *Pensamento feminista: formação e conceito*. (pp. 25-48). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Duarte, C. L. (Org.). (2022). *Memorial do memoricídio: escritoras brasileiras esquecidas pela história*. (Vol. 1). Belo Horizonte: Editora Luas.
- Galetti, C., & Rivetti, J. (Orgs.). (2023). *Feminismos em movimento*. Belo Horizonte: Editora Luas.
- Hallewell, L. (2005). *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp.
- Lajolo, M., & Zilberman, R. (2019). *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp.
- Lei n. 4.121, de 27 de agosto de 1962 (1962). Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Brasília, DF, Recuperado em 07 janeiro, 2022, de http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/1950-1969/L4121.htm.
- Lyons, M. (2012). *Historia de la lectura y de la escritura en el mundo occidental*. Buenos Aires: Editoras del Calderón.
- Machado, U. (2012). *História das livrarias cariocas*. São Paulo: Edusp.
- Nascimento, B. (2019) A mulher negra no mercado de trabalho e A mulher negra e o amor. In H. B. Hollanda (Org.). *Pensamento feminista: formação e conceito*. (pp. 259-264). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

- Rago, M. (2013). *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. São Paulo: Editora da Unicamp.
- Ramos, G. (2002). *Linhas tortas: obra póstuma*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record.
- Revista ANL. (2012). *Quem já fez história na revista ANL*. Recuperado em 18 abril, 2024, de https://www.anl.org.br/site/novo/revista_edicao50.php.
- Ribeiro, A. E. (2021). *Subnarradas: mulheres que editam*. Rio de Janeiro/Copenhague: Zazie. Recuperado em 29 dezembro, 2021, de <https://zazie.com.br/wp-content/uploads/2021/05/ANA-ELISA-RIBEIRO-7.pdf>.
- Ribeiro, A. E. (2019). Mulheres editoras: por um mapeamento das editoras de livros literários no Brasil. In F. O. Natália, L. D. Constancia, B. M. Juliana, & C. Cristiane (Orgs.). *Mulheres em Letras: diáspora, memória e resistência*. Viçosa, MG: Gráfica UFV.
- Ribeiro, A. E. (2023). *Como nasce uma editora*. Belo Horizonte: Entretantas Edições.
- Scott, J. (2019). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In H. B. Hollanda (Org.). *Pensamento feminista: formação e conceito*. (pp. 49-82). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Simó-Comas, M. (2019). Esther Tusquets: la práctica editorial como praxis feminista. *Lectora*, 25, 197-210. Recuperado em 13 outubro, 2025, de <https://centaur.reading.ac.uk/84481/10/29841-67159-1-SM.pdf>.
- Simioni, A. P. C. (2008). *Profissão Artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras*. São Paulo: Fapesp.

A atividade livreira na província do Espírito Santo: Bazílio de Carvalho Daemon e sua atuação editorial em uma localidade periférica no Império brasileiro

Bookselling in Espírito Santo: Bazílio de Carvalho Daemon and Editorial Practices in a Peripheral Brazilian Empire Locality

Karulliny Silverol Siqueira¹

RESUMO

Este artigo analisa a formação da atividade tipográfica e do mercado livreiro na província do Espírito Santo ao longo do século XIX, a partir da atuação do editor, tipógrafo e livreiro Bazílio de Carvalho Daemon. Em um contexto periférico ao centro editorial do Império brasileiro, examina-se o papel das tipografias como espaços de mediação cultural, responsáveis não apenas pela impressão de periódicos e livros, mas também pela comercialização, encadernação e circulação de impressos. Com base na análise de periódicos provinciais, relatórios

1 Doutora em História Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Professora no Departamento de Arquivologia e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo; <https://orcid.org/0000-0001-6017-5345> ; karulliny@yahoo.com.br

administrativos e listas de venda publicadas no jornal *O Espírito Santense*, o estudo investiga a composição temática, os preços e as estratégias editoriais que estruturaram o mercado livreiro local. Dialogando com a historiografia da história do livro e da cultura escrita, especialmente com os modelos de Robert Darnton, Donald McKenzie e Roger Chartier, o artigo propõe uma leitura adaptada do circuito do livro em contextos provinciais, evidenciando a centralidade de agentes multifuncionais na sustentação da cultura impressa nas províncias do Brasil oitocentista.

PALAVRAS-CHAVE

Imprensa, Brasil; século XIX, Livreiros; tipografias; Espírito Santo.

ABSTRACT

This article examines the formation of typographic activity and the book trade in the province of Espírito Santo during the nineteenth century, focusing on the role of the editor, printer, and bookseller Bazílio de Carvalho Daemon. In a context peripheral to the main editorial centers of the Brazilian Empire, it analyzes printing offices as spaces of cultural mediation, responsible not only for the production of newspapers and books but also for the commercialization, binding, and circulation of printed materials. Drawing on provincial newspapers, administrative reports, and book sale lists published in *O Espírito Santense*, the study investigates the thematic composition, pricing, and editorial strategies that shaped the local book market. Engaging with the historiography of book history and written culture—particularly the models proposed by Robert Darnton, Donald McKenzie, and Roger Chartier—the article offers an adapted reading of the book circuit in provincial contexts, highlighting the centrality of multifunctional agents in sustaining print culture in nineteenth-century Brazil.

KEYWORDS

Press; Brazil; 19th century; Booksellers; Printing houses; Espírito Santo

1 - Introdução: atividade tipográfica e circulação do livro em uma província periférica

O cenário historiográfico referente à história do livro no Brasil oitocentista é, atualmente, permeado por uma variedade de análises

que, baseadas em fontes e aparato metodológico distintos, desenvolveram, ao longo das últimas décadas, um mapeamento primoroso que, complementando o levantamento feito por Laurence Hallewell (2005), revela nuances acerca da circulação livreira, bem como indica as principais características do funcionamento da imprensa no contexto imperial.

No entanto, é necessário ressaltar que as abordagens historiográficas desenvolvidas abordam, quase em sua totalidade, o cenário livreiro referente à Corte, que naquela época estava alocada no Rio de Janeiro, ou ainda grandes centros de atividade editorial, como as províncias de São Paulo e Bahia. Trabalhos imprescindíveis como os que foram direcionados por Tânia Bessone (1999), Isabel Lustosa (2000) e Marialva Barbosa (2010) destacam valiosas perspectivas interpretativas sobre a história dos livros e dos impressos no Brasil, destacando, sobretudo, seu caráter político no cenário imperial.

Ainda mais vasta é a produção historiográfica que demonstra a relação entre a imprensa e a cultura política. O vocabulário político do contexto da independência do Brasil, difundido na imprensa pela elite política coimbrã e pela elite brasiliense, por exemplo, foi pensado de forma extraordinária na obra *Corcundas e Constitucionais*, escrita pela historiadora Lúcia Neves (2003). Outros autores como, por exemplo, Marcello Basile (2009), Marco Morel (2005), enfatizaram o uso dos impressos e suas linguagens desenvolvidas no período regencial, contexto no qual os jornais e livros foram mobilizados como veículos de contestação política por parte das facções políticas que disputavam por meio dos impressos seus projetos de nação brasileira.

Como assinalou José Murilo de Carvalho (1980), a segunda metade do século XIX, nomeadamente a década de 1860, mostrou-se como um momento oportuno para a difusão de obras políticas e panfletos que circularam pelo Brasil, atrelados às identidades partidárias de liberais e conservadores. O fim do século XIX foi explorado de forma basilar nas obras de Alonso (2002) e Maria Tereza Chaves de Mello (2007),

investigações que também apontam que a circulação de obras e novos conceitos auxiliou na reformulação da cultura política republicana, acentuando o discurso contra a monarquia, por meio da imprensa.

A historiografia sobre a imprensa periódica no Brasil tem destacado, nas últimas décadas, a relevância das experiências provinciais para a compreensão do debate político oitocentista, deslocando o foco analítico da Corte para contextos locais marcados por dinâmicas próprias. Estudos como os de Wlamir Silva sobre Minas Gerais evidenciam a imprensa como instrumento de pedagogia liberal-moderada e de disputa pela hegemonia política, enquanto, em Pernambuco, Ariel Feldman analisa o periódico *O Carapuceiro* como espaço de ampliação do debate público durante o período regencial. No Maranhão, Marcelo Cheche Galves insere o jornal *O Conciliador do Maranhão* em um horizonte ibero-americano mais amplo, ressaltando a circulação de ideias políticas para além do eixo da Corte (Silva, 2006; Feldman, 2006; Galves, 2020). Esse quadro tem sido ampliado por pesquisas que abordam a atividade tipográfica em outras províncias do Império, como os estudos sobre a primeira tipografia do Amazonas e sobre a imprensa paranaense, que ressaltam as especificidades materiais, institucionais e culturais da produção impressa fora do centro imperial (Pereira & Medeiros, 2016; Costa & Denipoti, 2016). Em conjunto, essa produção historiográfica demonstra que a imprensa periódica e a tipografia nas províncias constituíram experiências plurais e desiguais, fundamentais para compreender a formação do espaço público imperial para além de uma narrativa centrada no Rio de Janeiro.

Evidentemente, asseguramos que as obras citadas não esgotam a produção brasileira acerca da temática dos livros e dos impressos no Império. Embora os estudos já desenvolvidos abordem em certa medida a produção das tipografias em âmbitos regionais, extrapolando o âmbito da Corte, destacando, por exemplo, o uso dos impressos na dinâmica política das demais localidades do Império brasileiro, indica-se que os estudos sobre a história do livro no Brasil podem

enriquecidos a partir das buscas acerca das províncias que apresentavam uma dinâmica editorial periférica, quando comparadas aos grandes centros de produção de impressos.

Este estudo, nesse sentido, pretende trazer à luz o caso da província do Espírito Santo, uma localidade sem notória importância política em grande parte do século XIX, e que apresentava dificuldades de acesso aos insumos que possibilitassem a criação da imprensa, demonstrando também um mercado livreiro muito incipiente dentro da dinâmica oitocentista.

A partir dessa reflexão, reflete-se sobre a importância de compreender como as províncias periféricas mantinham seu circuito editorial, assim como assinalou Robert Darnton (1986) em suas formulações. Deseja-se sanar algumas indagações sobre quem eram os agentes deste circuito nas províncias marginais do Império brasileiro, buscando compreender estes indivíduos, quais sejam: editores, tipógrafos, livreiros, redatores, entre outros, como mediadores da cultura escrita local. É nesse horizonte que se insere o caso da província do Espírito Santo, cuja primeira experiência tipográfica, tardia e marcada por limitações técnicas, permite refletir sobre as condições materiais e políticas da imprensa em um espaço diferente da Corte. Nesse processo, a atuação de Bazílio de Carvalho Daemon assume papel central como agente de mediação entre o poder provincial, a instalação da tipografia e a circulação dos primeiros impressos, evidenciando a importância de indivíduos que, nas províncias do Império, articularam funções políticas, intelectuais e editoriais. A partir da análise de periódicos, avisos aos leitores e documentação administrativa provincial, o artigo examina os desafios e significados da implantação da tipografia e da imprensa periódica no Espírito Santo na primeira metade do século XIX.

Contudo, é preciso destacar outros aspectos centrais dentro da perspectiva teórica e metodológica da história do livro que, a partir de adaptações, mostram-se também cruciais para o entendimento do mercado livreiro periférico. Visualizamos, por exemplo, a necessidade de voltar nossa atenção para a sociologia dos textos, tal como

formulou McKenzie (2018). As novas proposições do autor nos fazem pensar que um pesquisador de textos, de impressos e de manuscritos deve também se preocupar com a forma, a materialidade, os usos e as condições de transmissão desses textos.

Assim, a estrutura do texto, seu suporte, o papel utilizado, a tipografia na qual fora impresso alterariam o significado, a recepção e a circulação dos escritos estudados. E é assim que podemos então considerar uma história do livro, ou em nosso caso, uma história do impresso no Espírito Santo, como uma forma de compreender as transformações culturais, permanências ou rupturas diante da história da cultura escrita. Uma análise histórica que leve em consideração as demandas locais e os impactos de textos mesmo em culturas minoritárias, como enfatiza Chartier (1998).

O Espírito Santo oitocentista apresenta um panorama singular no que se refere à atividade editorial. Mesmo sem uma imprensa local robusta no século XIX (Siqueira, 2013), a província mantinha a demanda por uma atividade livreira, evidenciada por listas de livros vendidos nas tipografias, que também se mostram em registros de oficinas de encadernação e anúncios. Este artigo propõe analisar tais práticas relacionadas à circulação da cultura impressa a partir de uma perspectiva de circulação cultural e materialidade do livro em regiões periféricas, buscando compreender como livros e jornais funcionavam como elementos centrais, mediados por agentes culturais que se articulavam como produtores, curadores e intermediários, utilizando uma das províncias do Império brasileiro como estudo de caso.

2 - A província do Espírito Santo e sua dinâmica editorial no século XIX

A província do Espírito Santo, que tinha sua parte sul como fronteira com a Corte, no Rio de Janeiro, apresenta uma singularidade

notável no que se refere à atividade editorial oitocentista brasileira. Apesar da implementação da imprensa ter ocorrido no Brasil a partir de 1808, foi apenas em 1849 que ali se instalou, de modo efetivo, uma tipografia capaz de produzir periódicos locais, o que a coloca no Espírito Santo entre as últimas províncias a ingressar no circuito da imprensa nacional. Essa defasagem cronológica torna-se um dado revelador quando se busca compreender as formas de circulação da cultura escrita em regiões consideradas periféricas do Império.

É pertinente indagar, sobretudo, até que ponto o contexto provincial mostrava-se favorável ao florescimento da imprensa e se existiam, de fato, condições e necessidades que justificassem a consolidação de um empreendimento oneroso como uma tipografia. Durante a primeira metade do século XIX, o Espírito Santo apresentava-se como uma província de reduzida expressão demográfica. Na capital, Vitória, por exemplo, as *Memórias* de Inácio Accioli² registram pouco mais de doze mil habitantes, entre pessoas livres e escravizadas.

A ausência de tipografias próprias até meados do século XIX não significou, evidentemente, um isolamento intelectual da localidade, mas, na verdade, impulsionou outras dinâmicas de mediação — como o comércio livreiro mantido por correspondência com o Rio de Janeiro, o papel dos livreiros-encadernadores locais e a presença de instituições civis e eclesiásticas que difundiam impressos.³ Investigar como o Espírito Santo passou a comercializar livros antes e durante o surgimento da imprensa local permite entender não apenas a formação de um público leitor, mas também os modos pelos quais uma província marginal à centralidade editorial do Império construiu suas próprias redes de circulação de saberes e

2 Accioli, Inácio. (1978). *Memória estatística da Província do Espírito Santo: Escrita no ano de 1828 por Ignácio Accioli de Vasconcellos*. Vitória, ES: Arquivo Público Estadual.

3 Cabe lembrar a importância da instalação do Colégio Jesuíta de São Tiago, na capital Vitória, onde se estabeleceu uma das primeiras bibliotecas do Brasil colonial, segundo a obra de Laurence Hallewell (2005).

práticas letradas. Inventários pós-mortem relativos ao século XVIII investigados por Enaile Flauzina (2008), por exemplo, indicam a presença de livros entre os bens arrolados em meio à documentação da elite capixaba.

É necessário destacar ainda as condições ligadas à materialidade da escrita que subscrevem o advento da atividade editorial local. Embora desde 1835 o legislativo da província já havia aprovado a lei que regulamentava a instalação de uma tipografia que se dedicasse a imprimir os atos do governo⁴, foi somente no ano de 1840, por meio de Ayres Albuquerque Tovar, que, financiado também pela Assembleia Provincial, deu início ao empreendimento da primeira oficina tipográfica. No entanto, a tipografia funcionou apenas uma única vez, quando se imprimiu um jornal denominado *O Estafeta*. Memorialistas da imprensa capixaba⁵ atestam que dificuldades relacionadas ao papel e à tinta fizeram com que o primeiro jornal não tivesse sucesso. As páginas impressas naquela ocasião apresentaram manchas de tinta, e o prelo de madeira, que fora mal montado segundo os memorialistas, certamente influenciou o pouco êxito da *Tipografia Capitaniense*:

Infelizmente, apesar de todos os meios empregados pelo proprietário Aires Tovar e pelo diretor da oficina José Marcelino Pereira de Vasconcelos, não foi possível publicar-se mais de um número de um periódico que teve o título de Estafeta, devido a não poderem obter boa impressão, talvez pela má qualidade da tinta que fora feita na própria tipografia, como notamos nos impressos que temos desse tempo, feitos na dita tipografia, como sejam ofícios, poesias, rezas e circulares (Daemon, 2010, p. 358).

4 Refere-se ao artigo 3 da Lei Provincial de 23 de março de 1835, aprovada pela Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo.

5 Refiro-me aqui aos trabalhos escritos por Bazílio Daemon e Amâncio Pereira que buscaram resgatar a memória da imprensa do Espírito Santo.

Percebe-se também pelos percalços da estrutura da oficina, como também por relatórios governamentais, que havia a dificuldade com relação à mão de obra⁶, o que talvez explique a falta de habilidade ao manusear o maquinário, enquanto ainda não havia um tipógrafo de formação. Têm-se, na verdade, apenas memórias deste primeiro periódico, pois até então, nenhum exemplar foi encontrado e não há menção do mesmo em nenhum acervo do Brasil ou fora do país. O maquinário da *Tipografia Capitaniense* infelizmente foi abandonado naquela época, já que o proprietário adoeceu e, posteriormente, veio a falecer.⁷ Foi somente em 1848 que sua viúva vendeu a tipografia a Pedro Antônio de Azeredo, que firmou um novo contrato com a Assembleia Provincial.⁸ Em janeiro de 1849 o editor Pedro de Azeredo publicou o primeiro número do jornal *O Correio da Victória*. Esses elementos evidenciam que os percalços técnicos da tipografia não se limitaram a episódios pontuais, mas constituíram uma dimensão estruturante da experiência inicial da imprensa provincial.

As dificuldades técnicas enfrentadas pelas primeiras experiências tipográficas no Espírito Santo não devem ser compreendidas apenas como entraves circunstanciais à consolidação da imprensa provincial, mas como um dado estrutural da consolidação do uso da produção dos impressos em contextos regionais. À luz da sociologia dos textos, conforme formulada por Donald McKenzie, a materialidade do impresso, que se expressa na qualidade do papel, na regularidade da impressão, na nitidez dos tipos e na estabilidade das oficinas, constitui notoriamente elemento ativo na produção de sentido e na

6 APEES. Relatório com que o Exm. Sr. José Joaquim Machado de Oliveira, Presidente da Província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembléa Legislativa no dia um de abril do corrente anno, 1841.

7 *O Estado do Espírito Santo*, 4 de jun. de 1892. n.2752.

8 O Contrato celebrado entre Pedro de Azeredo e a Assembleia Legislativa foi publicado na edição nº3 do *Correio da Victória*, em 24 de janeiro de 1849, disponível para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Dentre as cláusulas listadas, destacava-se a proibição de críticas ao governo e aos deputados.

legitimação social dos textos. No caso da província estudada, a precariedade dos insumos, a improvisação técnica e a ausência de mão de obra especializada contribuíram para que a imprensa surgisse sob o signo da instabilidade, limitando até mesmo sua capacidade inicial de se afirmar como meio confiável de circulação de informações e ideias. Em diversos relatórios expedidos por administradores locais torna-se perceptível que havia uma demanda pelo funcionamento de uma tipografia na primeira metade do século XIX.

No entanto, os fatores técnicos foram cruciais para a demora da instalação da primeira oficina. Além disso, o relatório do presidente de província Evaristo Ladislau, indica, por exemplo, que, por muitos anos, a oficina do *Correio da Victória* permaneceu como a única em funcionamento na localidade.⁹ Esses dados permitem aferir que o cenário da cultura impressa ainda apresentava dificuldades com relação aos fatores técnicos de uma tipografia, mas, sobretudo, demonstram a precariedade de trabalhadores para as oficinas. Diferentemente do que ocorre nos grandes centros editoriais do Império, como a Corte e a província de São Paulo, onde a materialidade tende a ser naturalizada pelo leitor, na província periférica ela se torna visível e problemática, condicionando não apenas a circulação dos impressos, mas também o próprio estatuto cultural e político da prática de imprimir.

Os documentos apontam que, além das demandas da Assembleia Provincial, algumas diretrizes emanadas da Corte parecem ter incentivado transformações na cultura impressa da época, ao estabelecer normas relativas à impressão e ao arquivamento de documentos oficiais. Esse movimento implicava, também, um aumento considerável na circulação de correspondências, tanto para o recebimento de remessas quanto para o envio de atos governamentais ao Rio de Janeiro. Ao analisar as despesas do ano de 1838, o Presidente da Província,

9 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Relatório do presidente Evaristo Ladislau e Silva de província dirigido à Assembleia Legislativa na sessão ordinária de 23 de maio de 1853. Typographia Capitaniense.

Silva Couto, destacou um dado elucidativo sobre a relação entre o Regulamento promulgado pela Corte e a atividade tipográfica local. Conforme seu relato, os gastos com correspondência registraram crescimento significativo a partir da normativa de janeiro de 1838:

Tendo crescido a correspondência, principalmente depois do Regulamento nº1 de 1 de janeiro de 1838 organizado pelo Governo Central, que estabelece a maneira pela qual os atos, tanto do poder Legislativo Geral, como do Executivo, devem ser numerados, impressos, e distribuídos, é evidente que convém ser elevada a quantia marcada para as despesas do expediente: também não é suficiente a que foi designada para impressão de leis no corrente ano financeiro, o que era de esperar, por ser mui diferente prever o número de atos legislativos, que serão promulgados¹⁰.

Legislações do Império brasileiro ligadas à guarda e ao registro de atos de governo passaram a ampliar a necessidade de impressão e tramitação de documentos para arquivamento¹¹, fazendo com que os gastos da província, que utilizava serviços de tipografias de outras localidades, passassem por um aumento de despesas para este fim. Imprimir fora do Espírito Santo já não era lucrativo. Assim, por meio de uma iniciativa da Assembleia Provincial, a instalação da oficina de impressão foi subsidiada.

Desta forma, cabe aqui a reflexão de que, inicialmente, a imprensa capixaba possuía o objetivo de suprir as demandas do governo local. Em segundo plano estaria a circulação de livros, ideias ou trocas culturais proporcionadas pelo advento de uma tipografia. É somente na década de 1850 que as tipografias tomam fôlego na localidade, sendo em 1856

10 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, presidência de Silva Couto, 1839*, p. 5.

11 *Regulamento n.º 1, de 1 de janeiro de 1838*, Coleção de Leis do Império do Brasil, 1838, vol. 1, pt. II, p. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/regula/1824-1899/regulamento-1-1-janeiro-1838-561943-norma-pe.html>. Acesso em: 4 abr. 2025.

o primeiro livro impresso no Espírito Santo. Este primeiro exemplar da obra *Jardim Poético*, produzido na *Tipografia Capitaniense*, foi escrito por José Marcellino Pereira de Vasconcellos, uma figura de prestígio na vida intelectual da província. Além disso, em 1840, quando da iniciativa de se criar uma tipografia local, Vasconcellos havia sido designado como editor do jornal *O Estafeta*, o periódico que não se desenvolveu.

O contexto de instalação da primeira tipografia na província do Espírito Santo apresenta semelhanças, em certa medida, com processos observados em outras localidades do Império, como Amazonas e o Paraná.¹² Nessas regiões, a emergência da imprensa ocorre sobretudo a partir da década de 1850, em geral associada a iniciativas subsidiadas pelos respectivos governos provinciais. Ainda assim, o caso capixaba revela características singulares. Enquanto Paraná e Amazonas foram elevados à condição de província em meados do século XIX e rapidamente estruturaram seus aparatos tipográficos, o Espírito Santo, já reconhecido como província desde 1821, somente conseguiu reunir recursos para a instalação efetiva de sua primeira tipografia em 1849. Essa defasagem temporal evidencia não apenas diferenças administrativas, mas também assimetrias mais amplas nas condições materiais e políticas de implantação da imprensa no interior do Império.

Os anos iniciais de atividade editorial revelam, todavia, certa dificuldade por parte dos jornalistas e proprietários de jornais em angariar um público leitor fiel para impressos e livros. Para além disso, marcada por uma cultura escrita ainda muito baseada em caráter manuscrito, a província via, inicialmente com certa desconfiança, a prática da impressão. A não adesão imediata do público capixaba

12 Sobre a instalação e trajetória da imprensa nas províncias do Amazonas e do Paraná, ver: Pereira, R. do N., & Medeiros, L. (2016). *Subsídios para uma história do design gráfico no Brasil: A primeira tipografia do Amazonas (1851–1866)*. Anais do 12º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design; Costa, A. D., & Denipoti, C. L. (2016). *História do jornalismo paraense: O inventário de Romário Martins nas comemorações do centenário da Imprensa Periódica do Paraná e os jornais em língua estrangeira (1908)*. *Pauta Geral - Estudos Em Jornalismo*, 3(2), 146–162.

também pode ser problematizada, posto que não deve ser vista como um fator específico da província.¹³ As investigações destacam que no Brasil oitocentista, o impresso não gozava de confiança automática: jornais e panfletos poderiam ser vistos muitas vezes como suportes passíveis de manipulação e falsificação. Roger Chartier (1994) evidencia que a legitimidade do impresso na Europa também dependeu de práticas sociais de validação que estruturaram a autoridade dos textos, passando por mecanismos de censura, controle e hierarquização das publicações. Nos jornais provinciais, como os do Espírito Santo, essa desconfiança se ampliava pela precariedade tipográfica. Assim, a credibilidade do impresso no cenário provincial oitocentista era uma conquista em disputa, não um dado natural. Ao longo dos anos, a participação das tipografias na vida social da província fez com que seus habitantes visualizassem a imprensa como um mecanismo profícuo de debate político e disseminação de ideias.

Por volta de 1860 é que a província vivenciou a “explosão da imprensa política”, momento no qual surgem vários jornais que, destinados à disputa político-partidária, acabam por delinear as linguagens dos grupos políticos locais. Em pesquisa anterior, aferiu-se que as identidades políticas liberal e conservadora só se consolidaram no Espírito Santo após 1860. A imprensa, por sua vez, teve um papel determinante nesse contexto, trazendo novas nuances à cultura política local, na segunda metade do século XIX (Siqueira, 2013).

Foi nesse período que muitas tipografias foram instaladas na província do Espírito Santo, ampliando a presença da imprensa geograficamente, já que nesse contexto, as oficinas extrapolaram os limites da capital, Vitória, sendo também instaladas em várias regiões da província, sobretudo, na parte sul, em uma localidade denominada Cachoeiro de Itapemirim. Esse momento marcou a fase de desenvolvimento das tipografias que, para além de espaços de sociabilidade,

13 A leitura das primeiras edições de *O Correio da Victória* exemplifica a busca pelo público leitor, a baixa adesão de assinantes e de anúncios.

tornavam-se também espaços de mediação cultural, por meio da venda de livros e do desempenho de seus editores.

A década de 1860 representa, para a Província do Espírito Santo, um momento de significativa ampliação das experiências tipográficas e de diversificação da imprensa periódica, como assinala Siqueira (2020). O levantamento dos jornais publicados nesse período evidencia tanto o aumento numérico de periódicos quanto o surgimento de novas oficinas tipográficas, fenômeno que traduz o amadurecimento das práticas de cultura impressa em uma província até então periférica no cenário editorial do Império.

Os primeiros anos da década revelam uma produção ainda incipiente e de difícil rastreamento material. Publicações como *A Liga*, *O Indagador*, *O Pica-Pau* e *O Marimbondo*, todas datadas de 1860, não tiveram suas oficinas tipográficas identificadas, o que sugere a existência de tipografias de pequena escala ou de caráter efêmero, talvez associadas a impressos volantes e a iniciativas de curta duração. Essa ausência de registro pode indicar tanto a precariedade das condições de impressão quanto a circulação de folhas manuscritas ou produzidas em oficinas móveis, fenômeno também observado em outras províncias.

A partir de meados da década, observa-se um processo de consolidação das oficinas e de profissionalização da atividade impressora. O surgimento da *Tipografia Liberal*, responsável pelo *Jornal da Victória* (1864), e, posteriormente, da *Tipografia Imparcial*, que imprime os periódicos *O Escorpião* (1866), *O Filho do Escorpião* (1867) e *O Cidadão* (1868), revela um movimento de estabilização do ofício tipográfico e de ampliação das redes de sociabilidade ligadas à imprensa. Essas oficinas passam a constituir núcleos de produção e difusão de ideias políticas, associadas em muitos casos a grupos partidários locais, refletindo o entrelaçamento entre a técnica tipográfica e o debate público, como sublinha a historiadora Tânia Bessone (2003).

Outro aspecto relevante é o caráter regional da expansão. A criação da *Tipografia d'O Itabira* (1866) e da *Tipografia da Sentinella do Sul*

(1867) sugere a interiorização da prática tipográfica, até então concentrada na capital. Essa descentralização acompanha a progressiva articulação entre imprensa e política local, marcada pela presença de elites provinciais que buscavam afirmar identidades regionais e participar mais ativamente dos debates do Segundo Reinado. A multiplicação dos títulos, como, por exemplo, o *Estrela do Sul*, *O Estandarte*, *A Voz do Povo*, ilustra um ambiente de intensa experimentação, em que a imprensa se converte em instrumento de sociabilidade, de disputa política e de afirmação de prestígio social.

Em síntese, o aumento das tipografias e jornais na década de 1860 no Espírito Santo não deve ser interpretado apenas como um dado quantitativo, mas como um indicador de transformação qualitativa da esfera pública provincial. A imprensa passa a constituir um espaço de legitimação política e de construção de identidades locais, acompanhando o movimento nacional de difusão das letras e de consolidação do liberalismo. A proliferação de títulos, mesmo efêmeros, testemunha a inserção do Espírito Santo no circuito da cultura impressa oitocentista brasileira, ainda que em escala modesta, mas significativa em termos de representatividade histórica e simbólica.

Durante o período em que se constata o aumento do número de tipografias, pode-se também identificar a ação de inúmeros editores que, vindos de fora da província, por seus próprios esforços, abriam esses jornais, com o intuito de criar periódicos que fossem bem recebidos pelo público. Uma destas figuras em Emílio Francisco Guizã. Este editor criou ao menos quatro periódicos no Espírito Santo na década de 1860. Após publicar o *Provinciano*, o redator investiu na produção de outros jornais de cunho político e recreativo como *O Picapau* e *O Periódico dos Pobres*, todos ainda na década de 1860. Posteriormente, Guizã investiu sua carreira de redator no sul do Espírito Santo, estabelecendo na localidade de Benevente o jornal *Estrela do Sul*, em 1867.

Outro editor que merece ser citado é Clímaco Barbosa de Oliveira, irmão de Rui Barbosa, intelectual brasileiro de grande relevância no

século XIX. Este médico, jornalista e editor, nascido na Bahia, escolheu o sul da província do Espírito Santo para residir na década de 1860. Na localidade de Cachoeiro de Itapemirim, Clímaco instalou a *tipografia da Sentinella do Sul*, voltada para a produção do jornal *Sentinella do Sul*, que objetivava dar voz ao partido Liberal da localidade. A participação de Clímaco como editor chama a atenção pela inserção de novos vocábulos na linguagem política provincial, acentuando conceitos liberais mais extremados, muito utilizados pelo grupo dos liberais radicais de 1869, após a queda do gabinete progressista de Zacarias de Goes e Vasconcellos.¹⁴

Dentre os envolvidos na criação dos impressos citados no quadro acima, destaca-se, sobretudo, o editor e jornalista Bazílio de Carvalho Daemon, que atuou na publicação de *O Itabira* e *O Estandarte*, na década de 1860. Já em 1870 implementou o jornal *O Espírito Santense*. Neste estudo, destaca-se o caso deste agente da cultura escrita, a partir de seu trabalho como editor de impressos no Espírito Santo, ocupando posição de destaque no cenário político e intelectual local. A partir da leitura das fontes, é notório que Daemon angariou grande prestígio no cenário editorial provincial, exercendo a função de mediador da cultura escrita naquela localidade.

4 - Redes de circulação do livro e mediação cultural:

O editor Bazílio de Carvalho Daemon e o mercado editorial no Espírito Santo

A compreensão da dinâmica da cultura impressa na província do Espírito Santo, na segunda metade do século XIX, passa necessaria-

14 ¹⁸Sobre a política progressista desenvolvida na década de 1860 no Brasil imperial ver: Barbosa, S. M. (2009). *A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos de 1860*. In J. M. de Carvalho & L. M. B. das Neves (Orgs.), *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade* (pp. 295–324). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

mente pela figura de Bazílio de Carvalho Daemon¹⁵, sendo tratado neste estudo como tipógrafo, livreiro, editor e autor.

Nascido no Rio de Janeiro a 8 de fevereiro de 1834, filho de José Maria de Carvalho e Idalina Idália Cordeiro de Carvalho, Daemon radicou-se no Espírito Santo em meados da década de 1860 e foi uma força motriz da imprensa capixaba, utilizando-a também para seus fins políticos, em defesa do partido conservador, pelo qual combatia (Siqueira, 2013). O jornalista exerceu funções múltiplas, sendo editor de periódicos, proprietário de tipografias alocadas inicialmente na região sul do Espírito Santo e, posteriormente, adentrando no mercado editorial da capital, a cidade de Vitória. Dentro da perspectiva periférica, Daemon exercia a função de livreiro, por meio da venda de obras em sua empresa tipográfica, e manifestava suas relações com agentes intelectuais do livro, residentes no Rio de Janeiro, por exemplo.

O jornalista também merece ser lembrado como cronista, sendo autor de uma das obras mais importantes referentes à história local, com sua principal publicação, denominada *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinópsis e estatística, publicada em sua tipografia, em 1879*. A escrita desta obra nos demonstra ainda outras facetas do editor, já que para compor o livro, o autor recorreu a documentos inéditos sobre a história do Espírito Santo, compilou muitas informações sobre a província e, além disso, transcreveu documentos importantes, ligados, sobretudo, à história colonial do Espírito Santo.¹⁶

Bazílio Daemon também mostrou uma interação importante com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual figurava como sócio. Seu acervo de correspondências trocadas com intelectuais do século XIX, entregue póstumamente ao IHGB, enfatiza o diálogo

15 Julgo pertinente salientar que, embora em alguns estudos seu nome figure como Basilio de Carvalho Daemon, optamos nesta investigação pela grafia utilizada pelo próprio editor em seus jornais e livros, qual seja: Bazílio de Carvalho Daemon.

16 Refiro-me aqui a obra pelo próprio Daemon em sua tipografia, no século XIX: Daemon, B. C. (1879). *Província do Espírito Santo: Sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Tipografia Espírito-santense.

mantido pelo editor em busca de fontes historiográficas e apontamentos que auxiliassem na composição de seus escritos. Durante sua atuação como editor e dono de tipografia, Daemon firmou diversos contratos de impressão na província, sobretudo, relativos à Assembleia Provincial. Sua tipografia atuava no setor de impressões, no mercado livreiro e no setor de encadernações. Além disso, era também em seu estabelecimento que eram vendidos insumos relacionados à materialidade dos escritos, como uma diversidade de papéis, tinta e ornamentos para escrita.

Essa trajetória singular coloca-o como agente de mediação material e intelectual: ele não apenas produziu livros e periódicos, mas comercializou-os, difundiu-os e participou da formação de um público leitor local. A figura de Daemon concentra em si as diversas atividades do circuito do livro, além de demonstrar preocupação genuína com a memória local, compilando e colecionando documentos que fossem importantes para a construção de uma história do Espírito Santo.

Os anúncios de venda de livros e catálogos publicados em seu jornal *O Espírito Santense* na década de 1870 indicam que Daemon oferecia uma gama variada de títulos religiosos, científicos e de literatura de viagens, importados de livreiros do Rio de Janeiro, e localmente mediavam sua circulação. Essa mediação demonstra que a província não vivia isolada, mas participava de uma rede de trocas e transmissão de impressos que reconfigurava centralidade e periferia no Império.

A obra de 1879, ao reunir dados geográficos, históricos e estatísticos sobre o Espírito Santo, cumpre também uma função dupla: de um lado, organiza a memória da província sob a ótica de um intelectual comprometido com a formação identitária local; de outro, insere-se no esforço de institucionalizar a escrita, o saber e a importância da atividade e impressão na tipografia local. O livro de Daemon, portanto, é mais que uma crônica: é um ato editorial e político, resultado de um circuito que se inicia na tipografia provincial e chega ao imaginário regional, resguardando a dinâmica própria da província.

A aplicação do modelo do circuito do livro proposto por Robert Darnton ao contexto provincial do Espírito Santo exige adaptações decorrentes das condições materiais e sociais locais. Nesse cenário, o circuito editorial organiza-se de forma concentrada em torno de poucos agentes, onde se destaca a atuação de Bazílio de Carvalho Daemon, que acumulava as funções de editor, tipógrafo e livreiro, configurando-se como um empreendedor da imprensa provincial. Para além da impressão de periódicos, pesquisas anteriores indicam que Daemon também realizava trabalhos de encadernação, editava obras de sua autoria e intermediava a circulação de livros e outros impressos, funções que, nos grandes centros do Império, encontravam-se mais claramente diferenciadas (Siqueira, 2024). Sua inserção em redes intelectuais mais amplas, evidenciada pelo contato com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, reforça o papel de mediação cultural entre a província e os circuitos metropolitanos de produção do saber. Assim, o circuito provincial do livro no Espírito Santo não reproduz integralmente o modelo delineado por Darnton, mas evidencia seus elementos fundamentais, reorganizados segundo as especificidades de uma província periférica do Império.

Nesse sentido, a análise da imprensa e do livreiro na província do Espírito Santo permite compreender a pluralidade da cultura impressa, identificando as características editoriais em regiões de pequeno porte. A figura de Bazílio Carvalho Daemon pode ser interpretada, portanto, para além da condição de cronista ou memorialista, como na maioria das vezes, é lembrada na historiografia local. Ao ocupar simultaneamente os papéis de editor, compilador e divulgador de saberes, mesmo que em recorte temporal distinto, Daemon aproxima-se, em certa medida, do perfil de *livreiro intelectual* tal como proposto por Jorge Fonseca (2019), que descreve o livreiro como um agente multifacetado que articula funções de distribuidor, importador e mediador cultural, transitando entre comércio editorial e a erudição.

Nesse sentido, Daemon não apenas escreveu e editou, mas também instituiu formas locais de circulação da palavra impressa, em um contexto no qual o mercado livreiro formal inexistia e a tipografia era incipiente. Seu gesto editorial, de reunir, imprimir e difundir textos, aproxima-se das estratégias analisadas por Fonseca, em que o livreiro, mais do que comerciante, é o mediador simbólico de um circuito de saberes e de impressos. O editor periférico, neste sentido, convertia a precariedade material da imprensa provincial em oportunidade de afirmação intelectual e em projeto de construção da memória impressa do Espírito Santo.

Essa mediação livreira e editorial se concretizou de modo exemplar em sua vivência junto à imprensa local, que carecia de solidez, mesmo na segunda metade do Oitocentos. À frente de periódicos como *O Itabira* e *O Espírito-Santense*, o jornalista assumiu funções que iam muito além da escrita: selecionava textos, negociava impressões com o governo, supervisionava a tipografia e promovia a circulação dos exemplares entre leitores, colaboradores e instituições públicas. Destacamos, assim, que na figura de Bazílio Daemon, o ato de editar e imprimir torna-se também um ato de criar: o editor e jornalista criou leitores, memórias e legitimidades, numa província ainda alijada dos grandes centros editoriais do Império.

Ao reconhecer em Daemon a figura de um livreiro-editor, compreende-se que sua ação se inscreve não apenas no plano intelectual, mas também na materialidade do impresso. A precariedade das oficinas tipográficas provinciais, marcadas por tipos gastos, papel de qualidade irregular e circulação limitada, certamente não o impediu de instaurar, à sua maneira, um circuito de comunicação que envolvia autores, tipógrafos e leitores. Dada sua participação ativa e importância no cenário editorial provincial, passemos a um breve exame das listas de livros exibidas pelo jornalista, buscando, assim, possíveis padrões no mercado livreiro periférico. Nos perguntamos, nesse sentido, quais livros eram vendidos na província do Espírito Santo.

5 - Mercado livreiro e circulação de impressos na província do Espírito Santo: os anúncios de livros como fonte para investigação

Nesta seção, destacamos que o conceito de mercado livreiro é empregado em sentido amplo, abrangendo não apenas a existência de livrarias formais que, no em grande parte do século XIX eram ausentes na província do Espírito Santo, mas também as práticas de comercialização, os anúncios, as listas de venda e os circuitos informais de circulação de impressos. Em contextos provinciais marcados pela precariedade tipográfica e pela dependência de centros produtores externos, como o Rio de Janeiro e outras capitais do Império, essas listas, mesmo que escassas, constituem fontes privilegiadas para apreender tanto a oferta de obras quanto as estratégias de mediação entre vendedores, instituições e potenciais leitores. Assim, mais do que indicar diretamente “o que se lia”, tais registros permitem, em certa medida, analisar características importantes que estruturaram o mercado livreiro capixaba, revelando seus limites, hierarquias e formas específicas de inserção no espaço cultural do Império.

Como a análise aqui empreendida busca salientar a atuação de Basílio Daemon no mercado editorial local, para este estudo foram utilizadas as edições de seu jornal *O Espírito Santense*, correspondentes ao ano de 1874, momento no qual Daemon passou a publicar de forma mais assídua os catálogos de obras, indicando que sua tipografia passou a ofertar um arcabouço de livros mais consolidado a partir desse período. A seleção desse marco temporal para análise se deu a partir da verificação de maior incidência de catálogos durante este ano de publicação, perfazendo, assim, um contexto importante para a pesquisa. Além disso, na segunda metade do século, o Espírito Santo conta com importante aumen-

to populacional, além do aumento do número de alfabetizados, como sinalizam as correspondências de presidentes de província.¹⁷ Os anúncios e listas de livros vendidos foram alocados em tabela para análise, caracterizados pelas categorias: título, autor, tema da obra, preço de venda e idioma. Após a categorização, os dados foram interpretados com base nas premissas teóricas e metodológicas aqui já apontadas, privilegiando o mapeamento dos agentes do circuito do livro, da sociologia dos textos e do público leitor.

A análise da oferta livreira na província do Espírito Santo baseia-se no levantamento sistemático de 85 títulos anunciados nos espaços comerciais do periódico *O Espírito Santense* da década de 1870, todos vinculados à atuação da Tipografia de *O Espírito Santense*, então operada por Basílio de Carvalho Daemon. Trata-se, portanto, de um recorte documental circunscrito a uma oferta específica, mediada por um agente particular, o que impõe limites interpretativos claros: os títulos elencados não permitem inferir diretamente práticas efetivas de leitura, mas revelam, pistas importantes sobre repertórios colocados em circulação, além das prováveis apostas comerciais do mercado livreiro local.

A categorização temática apresentada na tabela 1 evidencia uma oferta marcada pela diversidade de gêneros, na qual destacamos o anúncio frequente de obras de ensino, literatura, história e religião, sugerindo que, mesmo em um contexto periférico e de restrições estruturais, a tipografia local atuava como instância de mediação cultural significativa, conectando a província a circuitos mais amplos de produção e circulação do impresso no Império:

17 Os relatórios governamentais acerca dos dados populacionais e de alfabetizados na província podem ser acessados em: www.ape.es.gov.br.

Tabela 1
Categorização dos livros vendidos pela tipografia de *O Espírito Santense* em 1874.

Livros por Categoria Temática	Nº de títulos
Religião e Moral	13
Ensino e Instrução (Geral)	22
História e Historiografia	14
Literatura (Ficção, Poesia, Fábula)	18
Direito e Legislação	6
Ciências e Viagens	7
Miscelânea / Periódicos / Almanques	5
Total de Livros	85

Fonte: Anúncios comerciais publicados no periódico *O Espírito Santense* (1874).

A análise dos catálogos divulgados revela uma oferta livreira que buscava equilibrar a venda de livros de utilidade imediata (manuais escolares, compêndios e catecismos) e obras de distinção cultural e erudição (história universal, geografia, literatura e línguas estrangeiras). Os anúncios divulgados pela tipografia de Bazílio Daemon, operava, assim, com finalidade comercial-pedagógica, voltada ao sustento dos ofícios locais, à prática jurídica, por exemplo, e ao público escolar e atingia também o setor erudito, destinado às elites letradas que se afirmavam como guardiãs da cultura escrita provincial e que, frequentemente ocupavam os cargos públicos e administrativos da província.

A verificação dos títulos evidencia o domínio da língua portuguesa na maioria das obras, sugerindo que o mercado leitor da província do Espírito Santo mantinha uma base de consumo de obras produzidas por autores do Brasil e de Portugal, mas as presenças do francês e do inglês, sobretudo, em gramáticas e dicionários, indicam certa inserção num universo cosmopolita e ampliação cultural. Esses livros de idiomas funcionavam muitas vezes, neste contexto, como símbolos de prestígio cultural, associados à civilidade e à modernidade oitocentista. No

caso provincial, pode-se dizer que o aprendizado de línguas estrangeiras, por exemplo, constituía um marcador de distinção intelectual, restrito a uma elite letrada composta por professores, funcionários públicos e bacharéis formados no Rio de Janeiro ou em Portugal.

Cumpre destacar o levantamento dos livros vendidos na tipografia periódico *O Espírito Santense* nem sempre correspondem ao título original completo das obras, sendo frequentemente apresentados de forma abreviada, genérica ou adaptada, conforme critérios editoriais e comerciais do anunciante. Tal instabilidade bibliográfica não constitui uma limitação do levantamento, mas um dado constitutivo das práticas de circulação do impresso em contextos provinciais, nos quais a mediação do editor-livreiro desempenhava papel central na nomeação e apresentação dos textos ao público. À luz desse quadro, a análise dos preços anunciados para os títulos vendidos permite acrescentar uma dimensão econômica à leitura da tabela.

A partir da análise dos valores das 85 obras anunciadas naquele ano, observa-se que a maior parte se situava em faixas de preço entre 1\$000 e 3\$000 réis, valor recorrente em impressos de circulação mais ampla, como o *Catecismo de História Sagrada*, de Claude Fleury (2\$000), o *Manual Eclesiástico* (2\$000) e o *Almanaque de Lembranças luso-brasileiro*, escrito por Alexandre Castilho (1\$000), sugerindo uma estratégia voltada à difusão de obras de instrução moral, religiosa e utilitária. Em um patamar intermediário, títulos anunciados de maneira mais genérica como, por exemplo, “Viagens de Humboldt” (3\$000) ou os Manuais de ensino e instrução ilustrada, frequentemente situados entre 3\$000 e 5\$000 réis, indicam impressos de maior extensão material ou complexidade técnica.

Já títulos associados ao prestígio cultural e à circulação internacional aparecem nos anúncios com designações amplas e, por vezes, pouco precisas, como é o caso das obras de Shakespeare, que não são especificadas, mas são precificadas por 10\$000, além do *Compendio de História Universal*, que chegava a ser uma das obras de maior valor

de catálogo, vendida por 12\$000, evidenciando tanto o alto custo desses impressos quanto os limites informacionais da oferta livreira provincial, se pensarmos, até mesmo, acerca do acesso e transporte desses livros. A coexistência desses diferentes patamares de preço revela que a tipografia operava em um mercado heterogêneo, no qual conviviam impressos de uso corrente e títulos associados à distinção intelectual e cultural, ainda que sob condições estruturais marcadas pelo por pouco acesso aos insumos materiais e pela instabilidade do circuito livreiro local.

A análise temática dos livros vendidos por Daemon demonstra que as obras de história, geografia e ciências morais ocupavam um papel central dentro do catálogo. A partir dos catálogos de livros vendidos por Daemon, além de sua carreira como editor do jornal *O Espírito Santense* e de suas próprias obras, faz com que possamos refletir sobre seu trabalho editorial ao selecionar o acesso dos habitantes da província às suas escolhas de leitura. Compreendemos neste estudo a figura do editor-livreiro a partir das premissas apontadas por Nuno Medeiros (2006), que destaca as atividades desses agentes do livro relacionados à mediação, regulação e amplamente envolvidos na predisposição para as futuras compreensões de impressos. O editor, nesse sentido, é parte crucial e estruturante da rede de sentidos da cultura escrita de um meio social.

A tipografia de Daemon, nesse contexto, atuava como mediadora central, não apenas imprimindo os livros, mas também comercializando-os e intermediando a circulação cultural local. Esse duplo papel é essencial para compreender como uma província periférica, sem grandes centros editoriais, com maquinário ainda precário, mas que, em certa medida, conseguia integrar-se ao circuito de circulação de livros do Império, garantindo que práticas de leitura e consulta se espalhassem entre diversos grupos sociais.

Do ponto de vista da história do livro, destacamos que as obras vendidas pela tipografia não se revelam apenas objetos de consumo,

mas, sobretudo, como elementos de um sistema complexo que envolvia um circuito de autores, tipógrafos, livreiros e leitores e que, na maioria das vezes, destaca figuras que concentravam várias atividades editoriais em si, como ocorria com Bazílio Daemon. Assim, a análise evidencia que, mesmo em meados de 1870, com um mercado editorial restrito, o Espírito Santo possuía uma rede de circulação cultural própria, mediada por tipografias e livreiros locais, refletindo tanto a demanda por conhecimento quanto a estrutura social da província.

6 - Conclusão

O estudo da atividade livreira na província do Espírito Santo, a partir da trajetória de Bazílio de Carvalho Daemon, editor, redator e livreiro, evidencia que, mesmo em contextos periféricos do Império brasileiro, a cultura impressa assumiu papel estruturante na formação de identidades e na constituição de esferas públicas locais e modificações na cultura política provincial. A província, tradicionalmente vista como marginal no circuito editorial nacional, revela-se, ao contrário, como um espaço de experimentação teórica e ressignificação do impresso. A análise das tipografias, oficinas de encadernação e listas de venda demonstra que, ainda que em pequena escala, existia uma rede articulada de produção, circulação e recepção do livro, cuja complexidade confirma o modelo do “circuito da comunicação” proposto por Robert Darnton. Nessa rede, Daemon aparece como elo essencial, capaz de reunir as funções de editor, livreiro e tipógrafo em um mesmo gesto de mediação cultural em um cenário de acesso ainda restrito à cultura escrita e intelectual.

Sob a perspectiva da história material do livro, compreende-se que a imprensa capixaba oitocentista não se limitava a reproduzir textos, mas produzia sentidos e valores por meio de suas materialidades. No caso do Espírito Santo, a precariedade técnica das oficinas e a escassez

de insumos, sobretudo advindos da primeira metade do Oitocentos, transformaram-se em pontos de identidade: a tipografia provincial, com seus tipos gastos e papel barato e irregular, como a tentativa de publicação de *O Estafeta*, em 1840, funcionava como símbolo de resistência e afirmação intelectual. A prática da encadernação, também ofertada por Daemon, completa esse quadro, ao demonstrar que o livro era pensado não apenas como mercadoria, mas como objeto de memória e colecionismo, sendo uma tentativa de fixar o saber no suporte, no tempo e no espaço da província.

A atividade desenvolvida por Bazílio Daemon confirma essa dimensão simbólica e cultural do ofício editorial. Sua *Typographia do Espírito-Santense* foi mais do que um empreendimento técnico: constituiu um laboratório de cultura escrita em uma província afastada dos grandes impressores. Ali se imprimiam jornais, panfletos e livros; vendiam-se obras vindas da Corte; produziam-se encadernações e comercializavam-se materiais de escrita. A edição e publicação da obra *A Província do Espírito Santo* (1879) feita por Bazílio Daemon inscreve-se nessa lógica: mais que um livro, trata-se de um gesto de fundação editorial, da memória provincial, de uma identidade letrada e de uma inserção simbólica do Espírito Santo na cultura impressa do Império.

Do ponto de vista teórico, o caso do Espírito Santo desafia as leituras centralizadoras da história do livro no Brasil, ainda excessivamente voltadas para a Corte. A perspectiva da “sociologia dos textos”, formulada por Donald McKenzie, mostra-se especialmente produtiva para compreender como a forma material e o contexto local transformam o significado dos impressos. Destacamos neste estudo que os livros e periódicos produzidos ou comercializados por Daemon não apenas transmitiam conteúdos, mas expressavam práticas sociais e políticas, na medida em que o livreiro-editor se torna mediador entre o comércio e o pensamento intelectual local. Assim, o Espírito Santo oitocentista mostra que o livro, mesmo fora

dos grandes eixos, continuava a ser um instrumento de poder, sociabilidade e civilização.

Por fim, é essencial compreender, a partir da trajetória de Daemon, que o reconhecimento é de que o livro e os impressos, enquanto artefatos materiais e culturais, se mostram como um dos impulsionadores da modernidade letrada no Brasil. Em sua oficina, a imprensa e a “livraria” coexistiram como espaços de invenção e de mediação, onde se fundiam economia, política e cultura. A partir do Espírito Santo, a história do livro no Brasil amplia-se, incorporando novas geografias do impresso e novos agentes da cultura escrita, que antes ganharam espaço no mercado editorial. Como lembra Elizabeth Eisenstein, a imprensa não apenas multiplicou textos, já que a prática de imprimir transformou estruturas mentais e institucionais. No caso do Espírito Santo, esse processo se deu em escala micro, mas com igual potência simbólica: a tipografia e o livreiro-editor tornaram-se agentes de civilização e modernidade, fixando na precariedade material dos tipos móveis e dos prelos de madeira a anseio de permanência e circulação das ideias impressas.

Bibliografia e documentação

Referências Bibliográficas

- Accioli, Inácio. (1978). *Memória estatística da Província do Espírito Santo: Escrita no ano de 1828 por Ignácio Accioli de Vasconcellos*. Vitória, ES: Arquivo Público Estadual.
- Alonso, Angela. (2002). *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. Paz e Terra.
- Barbosa, S. M. (2009). *A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos de 1860*. In J. M. de Carvalho & L. M. B. das Neves (Orgs.), *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade* (pp. 295–324). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Barbosa, Marialva. (2010). *História cultural da imprensa: Brasil, 1800–1900*. Mauad X.

- Basile, Marcello. (2009). *O laboratório da nação: a era regencial (1831–1840)*. Civilização Brasileira.
- Bessone, Tânia. (1999). *A história dos impressos e dos impressos da história: Brasil, século XIX*. UFRJ.
- Blake, S. Augusto. (1970). *Diccionario bibliographico brasileiro* (Vols. 1–7). Conselho Federal de Cultura. (Obra original publicada entre 1883 e 1902).
- Carvalho, Enaile. F. (2008). *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790–1821)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo].
- Carvalho, José. M. de. (1980). *A construção da ordem: a elite política imperial*. Editora Campus.
- Chartier, R. (1994). *A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora UnB.
- Chartier, Roger. (1990). *A história cultural: entre práticas e representações* (M. L. Loureiro, Trad.). Difel.
- Chartier, Roger. (1999). *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Unesp.
- Costa, A. D., & Denipoti, C. L. (2016). História do jornalismo paranaense: O inventário de Romário Martins nas comemorações do centenário da Imprensa Periódica do Paraná e os jornais em língua estrangeira (1908). *Pauta Geral - Estudos Em Jornalismo*, 3(2), 146–162.
- Daemon, Bazílio. C. (1879). *Província do Espírito Santo: Sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Tipografia Espírito-santense.
- Daemon, Basílio. C. (2010). *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinópsis e estatística*. Tipografia do Espírito Santense. (Reimpressão: Arquivo Público do Espírito Santo).
- Darnton, Robert. (1986). *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Companhia das Letras.
- Darnton, Robert. (1990). *O negócio dos livros: uma análise econômica e histórica da produção editorial*. Companhia das Letras.
- Eisenstein, Elizabeth. (1998). *A revolução da imprensa nos primórdios da Europa moderna* (H. L. Dantas, Trad.). Ática. (Obra original publicada em 1979.)
- Feldman, A. (2006). *O Império das Carapuças: Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832–1842)* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná.
- Fonseca, Jorge. (2019). *Livreiros, impressores e editores: práticas e agentes do livro em Portugal (séculos XVIII–XIX)*. Universidade do Porto.
- Hallewell, Laurence. (1985). *O livro no Brasil: sua história*. Edusp.
- Lustosa, Isabel. (2000). *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821–1823)*. Companhia das Letras.
- McKenzie, Donald. F. (2004). *Bibliography and the sociology of texts* (2nd ed.). Cambridge University Press.

- Medeiros, Nuno. (2006). Editores e livreiros: Que papéis de mediação para o livro? In D. R. Curto (Org.), *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX* (pp. 343–385). Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mello, Maria Tereza. C. de. (2007). *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. FGV.
- Morel, Marco. (2003). *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na Corte imperial (1820–1840)*. Hucitec.
- Pereira, R. do N., & Medeiros, L. (2016). *Subsídios para uma história do design gráfico no Brasil: A primeira tipografia do Amazonas (1851–1866)*. Anais do 12º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design.
- Pereira, Heráclito Amâncio. (1922). *História da imprensa no Espírito Santo*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.
- Pereira das Neves Bastos, Lúcia. M. (2003). *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820–1823)*. Revan.
- Silva, Wlamir. (2006). A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais. In L. M. B. P. Neves, M. Morel, & T. M. B. da C. Ferreira (Orgs.), *História e imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. FAPERJ; DP&A Editora.
- Siqueira, Karulliny. (2025). *O advento da imprensa na Província do Espírito Santo e os primeiros anos de atividade editorial no século XIX: Uma análise sobre o jornal Correio da Vitória, 1849–1855*. Almanack, 39, 1–32.
- Siqueira, Karulliny. (2024). Imprensa, livros e ideias: O circuito editorial na província do Espírito Santo no século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, (81), 11–280.
- Siqueira, Karulliny. (2020). *O império das repúblicas: Projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870–1908*. Jundiaí, SP: Paco Editorial.
- Siqueira, Karulliny. (2013). *Imprensa e partidos políticos na Província do Espírito Santo, 1860-1880*. Vitória, ES: Cadernos de História, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES).

Fontes Documentais

- Jornal *O Espírito Santense*. (1874). Hemeroteca Digital do Brasil.
- Jornal *O Estado do Espírito Santo* (1892). Hemeroteca Digital do Brasil.
- Jornal *O Correio da Vitória* (1849). Hemeroteca Digital do Brasil.
- Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. (1839). *Relatório do presidente da província do Espírito Santo (presidência de Silva Couto)*. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. (1841). *Relatório com que o Exmo. Sr. José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa no dia 1º de abril de 1841*. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. (1853). *Relatório do presidente da província Evaristo Ladislau e Silva dirigido à Assembleia Legislativa na sessão ordinária de 23 de maio de 1853*. Typographia Capitaniense.

Livros e leituras, bibliotecários e catálogos nos mosteiros de Santa Cruz, Coimbra e de S. Vicente de Fora, Lisboa (séculos XVIII-XIX)

Books and readings, librarians and catalogues at the monasteries of Santa Cruz, Coimbra and of S. Vicente de Fora, Lisbon (18th-19th centuries)

Fernanda Maria Guedes de Campos¹

RESUMO

Abordamos neste artigo duas bibliotecas religiosas, ambas pertencentes à Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, através da análise de alguns dos seus catálogos, dos séculos XVIII e XIX. Para a biblioteca de Santa Cruz de Coimbra damos voz aos testemunhos do seu bibliotecário D. Pedro da Encarnação, plasmados na obra de Rocha Madahil, 1937. Para a biblioteca de S. Vicente de Fora, de Lisboa, estudámos três catálogos manuscritos (BNP. COD. 7400, 7402 e 7405). O objetivo principal deste artigo foca-se, por um lado,

¹ Doutorada em História (NOVA FCSH) e Pós-Graduada em Ciências Documentais (FLUL) ; <https://orcid.org/0000-0001-7509-3078>; fmgcampos@netcabo.pt

na organização dos catálogos e, por outro lado, nos comentários a obras e autores que os respetivos bibliotecários adicionaram aos respetivos registos bibliográficos. Como estudo de caso, apresentamos e comentamos as entradas feitas nos catálogos das duas bibliotecas para Luís de Camões e suas obras.

PALAVRAS-CHAVE

Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Séculos XVIII-XIX; Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Biblioteca; Catálogo de Frei Pedro da Encarnação; Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa. Biblioteca; Catálogos; Luís de Camões. Obras. Santa Cruz de Coimbra; Luís de Camões. Obras. S. Vicente de Fora de Lisboa.

ABSTRACT

In this article we present a study of two religious libraries, both belonging to the Order of Canons Regular of Saint Augustine, by using some of their catalogues, from the eighteenth and nineteenth centuries. For the library of Santa Cruz de Coimbra we used the testimonies of its librarian D. Pedro da Encarnação, embodied in the work of Rocha Madahil, 1937. For the library of S. Vicente de Fora, in Lisbon, we studied three manuscript catalogues (BNP. COD. 7400, 7402 and 7405). The main objective of this article focuses first on the organization of the catalogues and, secondly, on the comments related to works and authors that the respective librarians have added to some bibliographic records. As a case study, we present the records made in both libraries' catalogues for Luís de Camões and his works.

KEYWORDS

Order of Canons Regular of Saint Augustine, 18th-19th centuries; Monastery of Santa Cruz, Coimbra. Library; D. Pedro da Encarnação's catalogue; Monastery of Saint Vincent de Fora, Lisbon. Library; Catalogues; Luís de Camões. Works. Santa Cruz, Coimbra; Luís de Camões. Works. Saint Vincent de Fora, Lisbon.

INTRODUÇÃO

Para quem investiga a História do Livro, da Leitura e das Bibliotecas, em Portugal, é fundamental o encontro com catálogos, róis ou

inventários que informam, de modo mais ou menos circunstanciado, sobre os livros e as potenciais leituras que existiram em antigas bibliotecas quer privadas quer coletivas, com destaque para as distintas livrarias dos extintos conventos e mosteiros, em 1834.

Na escolha do tema prevaleceu o conhecimento da importância dada às bibliotecas pelos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e que encontramos plasmada nos grandes mosteiros de Santa Cruz, em Coimbra e de S. Vicente de Fora, em Lisboa. Ainda que hoje subsistam exemplares que podemos reconhecer pela marca de posse e que integram, sobretudo e respetivamente, as coleções da Biblioteca Pública Municipal do Porto e da Biblioteca Nacional de Portugal, entendemos que seria mais interessante e fundamentado, fazer um estudo sobre catálogos que os bibliotecários de ambos os mosteiros prepararam, no final do século XVIII o de Santa Cruz e já no século XIX, o de S. Vicente.

Neles se encontram não só as referências às obras existentes, como seria natural, mas também a descrição do método utilizado para organizar e descrever as obras a seu cargo. Nas explicações e comentários que vão fazendo a certas edições e/ou autores podemos reconhecer os saberes que possuíam e os problemas que enfrentavam na gestão das respetivas coleções. Neste artigo, procuraremos dar voz aos bibliotecários de ambos os mosteiros e analisar os catálogos que prepararam.

Para um conhecimento mais sustentado recorreremos ao estudo de Joaquim Teixeira de Carvalho sobre a livraria de Santa Cruz (1921) onde o grande protagonista é o bibliotecário D. Pedro da Encarnação². Para a livraria de S. Vicente de Fora utilizámos, em especial, dois catálogos preparados já no século XIX por um anónimo bibliotecário³.

2 O estudo em questão refere-se ao catálogo *Bibliothecae Regii Monasterii S. Crucis Collimbrisensis Catalogus Secundum Auctorum Cognomina Ordine Alfabético dispositus* [...] 2 vol. [finais do século XVIII, inícios do XIX]. BGUC. Ms 1828-1829.

3 *Catalogo dos Livros que se achão nesta primeira Caza da Bibliotheca de S. Vicente*. 1824. BNP. COD 7402. *Catalogo alphabetico desta Segunda Caza*. [1824?]. BNP. COD. 7400.

A terminar, após apresentação dos métodos que ambos seguiram e dos vários comentários que fizeram, no decorrer da escrita dos respectivos catálogos, escolhemos, como exemplo, as referências às obras de Luís de Camões, autor representado nas duas bibliotecas, pela importância inegável que sempre teve na história literária de Portugal e pela oportunidade da celebração dos 500 anos do seu nascimento⁴.

As bibliotecas dos mosteiros de Santa Cruz, Coimbra e de S. Vicente de Fora, Lisboa

Estudar bibliotecas de instituições religiosas regulares do Antigo Regime obriga, naturalmente, a conhecer o contexto em que surgiram e se desenvolveram, por forma a revisitar a importância da presença do livro e a sua utilidade nas comunidades religiosas. Nos mosteiros e conventos de qualquer época, ordem, congregação ou género, a presença dos livros era uma exigência natural da forma de vida consagrada. Com maior ou menor dimensão, variedade temática, organização e riqueza, a livraria ou biblioteca era um espaço estruturante como o eram a igreja, a sacristia, o refeitório, o claustro... ou seja, as partes que constituíam obrigatoriamente a construção de uma instituição regular. Destinava-se ao uso de quem, nesse espaço, habitava, ainda que seja conhecida a abertura de muitas delas, sobretudo no século XVIII, à consulta não só de religiosos da mesma ou de outras ordens, mas também ao público em geral (GIURGEVICH; LEITÃO 2016).

A sua missão primordial consistia em garantir a presença dos textos necessários para que os membros da comunidade obtivessem a necessária formação em matéria religiosa constituindo-se assim, ao

4 Para o efeito utilizámos o *Catálogo dos Livros da Livraria do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora dividido em Sette Classes*. [1769-1770]. BNP. COD. 7405.

longo de séculos, num sustentáculo espiritual expresso pela palavra escrita (PETERSON 2010). Não obstante, mesmo no período anterior ao advento da imprensa em caracteres móveis, já as bibliotecas das casas religiosas da Europa, sobretudo as maiores, possuíam outro tipo de textos que compreendiam, por exemplo, a Jurisprudência, a Medicina ou a História (BELL 1999).

As ordens monásticas tradicionais e também as canónicas de que destacamos, em Portugal, a Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho⁵ a que pertencem os mosteiros de Santa Cruz de Coimbra (1131-1834) e de S. Vicente de Fora em Lisboa (1147-1834) orientaram, desde o início, as suas livrarias para a constituição de um cânone escrito adaptado à importância política, social, religiosa e cultural que se lhes reconhecia, sobretudo nos primeiros séculos de vida da nação portuguesa. A criação de *scriptoria*, ou seja, centros de produção de textos manuscritos, muito contribuiu para o desenvolvimento das suas livrarias com obras copiadas ou produzidas nos mosteiros, sendo que também houve outras adquiridas no exterior⁶. Já no paradigma do objeto impresso, a multiplicação e diversificação de textos que o Humanismo potenciou, deu a estas (e a tantas outras bibliotecas religiosas) novas possibilidades de adquirir e permitir o acesso a livros que davam a conhecer e divulgavam novos saberes. Aliás, em ambos os mosteiros chegaram a imprimir-se livros⁷. Atravessando

5 V. a propósito SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir. - Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. In *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento – Guia Histórico*. 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2016, p. 175-182 e CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de – *A ordem das Ordens religiosas: roteiro identitário de Portugal (séculos XII-XVIII)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2017, p. 110-128.

6 Cf. NASCIMENTO, Aires A. - *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto : Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997. Acessível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/55834>. Decorreu, recentemente no Porto entre fevereiro e abril de 2025, a exposição "Revelação – Manuscritos Sagrados de Santa Cruz de Coimbra". Nela se apresentava um conjunto de códices medievais raros da Biblioteca Pública Municipal do Porto, provenientes da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz. Pode agora ser visitada virtualmente no Museu do Porto.

7 A título de exemplo, referimos para Santa Cruz, o *Epistolarum*, obra de S. Jerónimo (c. 343-420), com impressão cuidada, uma bela xilogravura representando o Santo e em cujo colofão se

momentos ora de florescimento ora de apagamento, Santa Cruz e S. Vicente de Fora, procuraram acompanhar as reformas religiosas, manter vivo o importante estatuto de panteão régio e desenvolver e atualizar as suas coleções bibliográficas. Podemos, assim, encontrar em Santa Cruz e em S. Vicente, as três características principais que o historiador Claude Jolly⁸ enuncia, para caracterizar as antigas bibliotecas religiosas: capacidade de durar, austeridade e peso da tradição.

A longa duração é, na maioria dos casos, verdadeira e demonstrável até na resiliência face a desastres naturais, como incêndios ou o terramoto de 1755, e outros derivados das mãos dos homens, como sucedeu aquando das invasões francesas⁹. Quanto ao mosteiro de S. Vicente de Fora verificou-se num e no outro caso que enunciámos, uma evidente superação das perdas, perceptível nos catálogos elaborados em 1824 (BNP. COD. 7400 e 7402). A permanente atenção ao que de novo se publicava combinou-se, aliás, com o interesse em substituir obras perdidas. A austeridade das bibliotecas religiosas tem um valor relativo, dependendo do tipo de instituição, da ordem a que pertence, do local e da época em que se encontrava. O peso das obras de natureza religiosa é, naturalmente, expressivo. Veja-se, como

lê: Conimbricæ : apud Coenobium Diue Crucis, MDXXXVI. Cf. BNP. RES. 1126 P. Acessível em: https://purl.pt/23036/4/res-1126-p_PDF/res-1126-p_PDF_24-C-R0150/res-1126-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf. [visualizado em 2025.09.10]. Outra obra com xilogravura e as armas do mosteiro é o *Ordinario e ceremonial da Ordem dos Conegos regulares da ordem do be[m] aaventurado nosso Padre sancto Augustinho, & da congregacão de sancta Cruz de Coimbra*. Coymbra : Canonicos regulares do Moesteyro de sancta Cruz, 1563. Cf. BNP. RES. 1179//1 P. Acessível em: <https://purl.pt/23038>. [visualizado em 2025.09.13]

Dos prelos de S. Vicente temos, por exemplo, as *Ordenações e leys do Reyno de Portugal Novamente impressas e acrescentadas... por mandato do... Rey D. João V*. Lisboa: no Mosteiro de S. Vicente de Fóra, Camara Real de Sua Magestade, 1747. 5 vol. Cf. BNP. S.C. 1104-1106 A.

8 Unité et diversité des collections religieuses. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, vol. II – Les bibliothèques sous l’Ancien Régime, 1530-1789, pp. 11-29.

9 O Mosteiro de S. Vicente de Fora chegou a ser ocupado por tropas de Junot pelo que é previsível que, entre os roubos que praticaram, também tenham levado livros. No caso de Santa Cruz, refere Joaquim Teixeira de Carvalho: “Com a invasão dos francezes foi a livraria do mosteiro roubada (1810), orçando-se a perda em muito mais de duzentos mil reis, sem que possa saber-se ao certo quanto, por não haver catálogo dos livros que ultimamente se tinham comprado” (ob. cit., p. 21).

exemplo, a súmula das matérias que se guardavam nas bibliotecas das 61 casas religiosas que apresentaram o rol dos seus livros em cumprimento do Edital de 10 de julho de 1769 e a sua percentagem e relevância: Teologia (55%), História (17%), Belas Letras (11%), Jurisprudência (9%), Filosofia (3%), Medicina (2%) e Matemática (1%)¹⁰.

Finalmente, o peso da tradição que nestas bibliotecas lhes advinha não só da longevidade das instituições a que pertenciam, mas também da estabilidade do escrito religioso. Nas *Constituições para o uso, e Governo dos Conegos Regulares de S. Agostinho, da Congregação de Santa Cruz de Coimbra*, feitas de acordo com a reforma de Frei Gaspar da Encarnação (1685-1752) determina-se no Cap. 14 “Das Livrarias dos Mosteiros”, f. [236 r e v]:

“[...] Nas livrarias haverá Biblia Sacra, Concordancia, Expositores a ella, Santos Padres, Concilios, Textos de hum e outro Direito, Livros de hum e outro Direito, de Moral, e de Historia Ecclesiastica, Constituições dos Bispados, Ordenação do Reyno, Livros de Philosophia, e Theologia especulativa, e dogmática; principalmente no Collegio; e todos os mais livros que parecerem convenientes para o uso, e boa instrução dos Religiozos; de sorte que nunca falte o necessário para se poderem expedir bem as obrigações, que cada hum tiver pelo seo emprego.”¹¹

Não obstante, a preocupação que S. Vicente e Santa Cruz tiveram em manter uma “biblioteca viva” e de perfil “enciclopédico” através das aquisições bibliográficas que faziam, assenta, por um lado, na tradição do cânone religioso que, obviamente, não deixaram de prosseguir, mas revela, por outro lado, uma dimensão mais ampla que se espelha no colecionismo dos diversos saberes e na constante

10 Cf. CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de – *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015, p. 67-95.

11 *Apud* GIURGEVICH, Luana; LEITÃO, Henrique – *Clavis bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*. Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016, p. 500.

atualização das suas coleções. Assim, nestas bibliotecas de duas das maiores e mais antigas instituições religiosas portuguesas, tomamos conhecimento, através dos seus catálogos, que atrás referimos, com obras impressas desde o século XV abrangendo temáticas muito variadas, para não falar de coleções de manuscritos, música, gravuras e mapas. Sobressaem, naturalmente, os textos de natureza religiosa, mas encontram-se também importantes coleções de obras de História, Jurisprudência, Belas Artes incluindo Música, Matemática e Ciências várias¹². As bibliotecas religiosas dos grandes estabelecimentos, como Santa Cruz e S. Vicente de Fora, configuram, na realidade, o ideal da Biblioteca de Alexandria, procurando, dentro do possível, acumular todo o saber disponível.

Bibliotecários e seus catálogos: a ordem dos livros

Gabriel Naudé (1600-1653) foi um bibliotecário francês que trabalhou para o cardeal Richelieu e para o cardeal Mazarino e nesta transcrição do seu livro *Advis pour dresser une bibliotheque*, revela-nos a importância da organização dos saberes e da ordem que os livros deviam ter numa biblioteca, comparando de certo modo, os bibliotecários aos chefes e capitães de um exército:

« [...] de l'ordre & de la disposition que doivent garder les livres dans une Bibliotheque: car il n'y a point de doute que sans icelle toute nostre recherche seroit vaine & nostre labeur sans fruit, puis que les livres ne sont mis et reservez en cet endroit que pour en tirer service aux occasions qui si presentent. [...] Je dis davantage que sans cet ordre & disposition tel amas de livres que se peust estre, fust-il de

12 V. por exemplo, os livros de Medicina, em PERICÃO, Maria da Graça – A biblioteca da botica do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. *Ágora. Estudos Clássicos em debate*, n. 14.1, 2012, p. 27-43. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3210/321027644003.pdf> [visualizado em 2025.09.18]

cinquante mille volumes, ne meritoit pas le nom de Bibliotheque, non plus qu'une assemblee de trente mille hommes le nom d'armee, s'ils n'estoient rangez en divers quartiers sous la conduite de leurs Chefs & Capitaines [...] ». (NAUDÉ 1627, t.I, p. 130)

Nas bibliotecas das antigas instituições religiosas, competia aos bibliotecários assegurar a ordem pela qual se deviam arrumar os livros e, enquanto intermediários entre o livro e o prospetivo leitor, incumbia-lhes também assegurar que o uso privado das obras da biblioteca, embora sujeito à autorização do Superior, não punha em causa a integridade da coleção. O bibliotecário devia ser letrado por forma a saber escolher e adquirir as obras mais adequadas à sua comunidade e era também necessário que tivesse os conhecimentos para elaborar inventários ou catálogos a fim de assegurar a correta intermediação entre o livro e o seu leitor¹³. Relativamente às competências, vem a propósito, recordar o comentário de D. Pedro da Encarnação, bibliotecário de Santa Cruz, no catálogo que organizou por finais do século XVIII, onde exorta à necessidade de o bibliotecário possuir saber prático para além do bibliográfico:

“ [...] e com esta ocasião e motivo aviso aqui ao Prelado e Consilia-
rios, a quem pertencer a nomeação do novo Bibliothecario, q. p.^a esta
Occupação devem escolher Sujeyto, não só Bibliophilo, mas também
bom Bibliographo; q. seja dotado de juiso maduro, desinteressado,
e ainda (p.^a assim o dizer) malicioso, p.^a conhecer os enganos de q.
se valem os Mercadores, com q. he preciso tratar, p.^a fazerem o seu
negocio. Explico-me. Não basta q. o Bibliothecario seja um Santinho,
e Doutor pela Universidade, se lhe faltarem Outras mujtas qualidades,
q. o fação digno deste emprego.”¹⁴

13 Cf. CAILLET, Maurice - Les bibliothecaires. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Pro-
modis: Cercle de la Librairie, 1988, vol. II, p. 373-389.

14 Apud CARVALHO, Joaquim Teixeira de - *A livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*.
Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, p. 29.

A organização dos catálogos das bibliotecas religiosas no século XVIII e inícios do XIX mostram-nos, na maioria dos casos, o conhecimento que os bibliotecários tinham, especialmente porque adquiriam vários manuais bibliográficos. Já não era apenas o *Advis*, de Gabriel Naudé, era, por exemplo a obra do livreiro Guillaume François De Bure (1731-1782) *Bibliographie instructive ou Traité de la connaissance des livres rares et singuliers [...]*, editada em Paris, em 7 volumes, entre os anos de 1763 e 1768, com Suplementos, a qual existia em Santa Cruz¹⁵ e em S. Vicente de Fora, integrando um conjunto de “Tratados” e “Manuais bibliográficos” considerados necessários. Nessas obras, apresentava-se o modelo de catálogo alfabético de autores que devia integrar entradas remissivas sempre que existisse, por exemplo, mais de uma forma de nome para determinado autor, e propõem-se índices de títulos, assuntos ou outros considerados úteis para os utilizadores das bibliotecas poderem encontrar as obras que procuravam.

O modelo de catálogo organizado por assuntos onde as referências bibliográficas se distribuíam de acordo com uma tabela de matérias previamente definida, também foi experimentado em várias bibliotecas religiosas, por iniciativa dos bibliotecários, não esquecendo os catálogos ordenados pela Real Mesa Censória, no Edital de 10 de julho de 1769, que algumas dezenas de bibliotecas religiosas cumpriram. O recurso a um ou vários Índices, em vez de catálogo de assuntos, foi utilizado e nalguns casos, também incluía um índice topográfico¹⁶. Em qualquer dos modelos, o bibliotecário podia apresentar o método que tinha seguido, fazer, por vezes, referência às dificuldades que encontrara e às decisões que tomara, e, principalmente, devia explicar o modo de pesquisar no catálogo.

15 Transcrita em CARVALHO 1921, p. 12.

16 Damos, como exemplo, o *Index librorum qui in Bibliotheca Canoniarum Domus S. Joannis Evangelistae asservantur*. 1763. BNP. COD. 7437. Trata-se de um conjunto de índices de assuntos com referências bibliográficas sucintas e indicação das respetivas cotas feito pelo anónimo bibliotecário do convento de S. João Evangelista (também conhecido pela invocação de S. Bento) de Xabregas, da Ordem dos Cônegos Seculares de S. João Evangelista. Cf. CAMPOS 2015, p. 174-178.

Em Santa Cruz de Coimbra, segundo Teixeira de Carvalho, D. Pedro da Encarnação então com 18 anos, “começou a ocupar-se da livraria do convento em 1748, por amor dos livros tendo a princípio, muitas contrariedades que só foram desaparecendo à medida que ia ganhando autoridade para corrigir abusos velhos e inveterados. [...] São quatro os volumes que [...] escreveu sobre a catalogação dos livros do mosteiro de Santa Cruz – *Bibliotheca*, *Appendix* e *Index* (2 vol.)”. (pp. 5-6). A escolha dos livros mereceu-lhe algumas interessantes considerações:

“E geralme[n]te falando, sou de parecer, q. as Livrarias publicas, e de Comunidades devem ser huns como Depositos, em q. Se guardem diversas ediçoens de Livros, não Só para erudição dos Bibliotecarios, mas também m.tas vezes para a necessária averiguação, e exame de vários pontos, e questões q. controvertem [...]. Não digo q. se Compreem todas as Ediçoens diversas q. se fizerem de qualquer Auctor, sendo puramente reimpressões do q. já houver na Livraria, mas sendo acrescentadas com mais alguma Obra do mesmo Auctor, ou ilustradas por Outros com Notas, addiçoens, ou Correçoens, devem-se procurar, e conservar”. (p. 15)

No modelo que utilizou no catálogo ordenavam-se, alfabeticamente, as referências pelo apelido ou nome mais conhecido do autor, pelo título quando a autoria era desconhecida ou se tratava de obra com vários contributos e de seguida ao nome do autor vinha o título completo, local de edição, nome do editor e data, número de volumes, quando se justificava, e indicação do formato bibliográfico. Por vezes ao nome do autor acrescentou menção da profissão, da ordem religiosa a que pertencia ou outra informação que considerava importante. As notas que acrescenta, para esclarecer ou valorizar a obra, o autor ou a edição, denotam os vastos conhecimentos de D. Pedro da Encarnação. Transcrevemos algumas que considerámos significativas, reportando-nos à obra de Teixeira de Carvalho:

Perante a existência de uma edição contrafeita escreve, mostrando assim o seu saber bibliográfico:

“Na Bibliotheca vay descrito o Livro *Combate espiritual*, traduzida pelo P.e D. Tomas Bequrman. Lisboa, na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1707 – 8º. Achey outro (q. conservo) Em tudo Similhante; porq. athé diz ser da mesma Officina e Anno; similhante digo, porque tem o mesmo q. se acha no outro Vol. e pela mesma Ordem. Mas conhece-se m.to bem pelo papel e Letra, E outras particularidades q. se observão, conferindo-se q. huma das Edições he Contrafeyta.” (p. 19).

O recurso a bibliografias que cita, também lhe serviu de apoio nas suas escolhas aquisitivas que, no caso, até permitiram um preço mais razoável:

“Vocabolario degli Accademici della Crusca – Impressione Napoletana. Secondo l’ultima di Firenze; cn la Giunta di molte Voci raccolte degli Autori Approvati dalla Stessa Accademia. In Napoli 1746-1748. A Spese di Giuseppe Ponzelli; nella Stamperia di Giovanni di Simone. Tom. e vol. 6 – in folio. Mr. DE BURE na sua *Bibliographia instructiva* diz (n. 2304) q. a 4ª Impressão deste Vocabolario em Florença de 1729 e Seguintes he preferida a esta de Napoles por Ser esta ultima muyto menos bella e menos correcta. Porem eu atendendo a q. na Livraria havia já a 3ª edição de Florença; e q. nesta Napolitana vem hum grande Supplemento, q. se não acha na Edição 4ª de Florença, julguey necessário o comprala. Por ella dey 9600 reis e pela dita 4ª Edição de Florença me pedião 19200.” (p. 25).

No terceiro e último exemplo que escolhemos, D. Pedro da Encarnação apresenta a referência bibliográfica antecedida de uma nota biográfica sobre o autor e, em nota, refere e justifica a necessidade de comprar novos exemplares da obra, dando ainda uma informação elogiosa sobre os autores:

“SOLEDADE, (Fr. Fernando da) nascêo no Porto a 17 de Agosto de 1663, tomou o habito de S. Francisco no Convento de S. Antonio da Figueyira em 1682, e Sendo Provincial fallecêo quasi no fim do trienio Em S. Francisco de Lisboa a 29 de Dezembro de 1737.

- *Historia Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco*, na Provincia de Portugal. Tomo Quinto. Refere os seus progressos em tempo de cento e quarenta e seis annos, do de 1569 até o de 1715, aos quaes ajuntou as memorias dos tres Seguintes &. Lisboa Occidental, na Officina de Antonio Pedrozo Galvam, 1721 – folio.

Comprey este 5º Tomo por 800 rs. Faltão os Tomos 3º e 4º q. compoz o mesmo Chronista, e q. eu rejeitei, por estarem muito lacerados, esperando achar outros q. nunca pude conseguir. Devem-se Comprar a todo o Custo os Cinco Tomos de toda a Obra, Se aparecer, porq. Os dois primeyros Tomos q. compoz o Chronista Fr. Manoel da Esperança estão bastante damnificados. Os Authores são doutos, pios e judiciosos”. (p. 27).

O catálogo de S. Vicente elaborado em 1824, em dois volumes, está também organizado alfabeticamente por nome dos autores, apelido ou nome mais conhecido, como em Santa Cruz, e a referência contém, por esta ordem, o título, local e data de edição, formato bibliográfico, número de volumes, em coluna própria, à direita, tal como a cota. Na margem esquerda, vão-se indicando, em maiúsculas grandes, as três primeiras letras do apelido ou nome do autor, ou ainda título se a obra for anónima, para mais rapidamente se encontrarem os nomes que se buscavam. Existem também entradas remissivas. O primeiro catálogo intitula-se *Catalogo dos Livros que se achão nesta primeira Caza da Bibliotheca de S. Vicente* (BNP. COD. 7402) e tem, no final de cada página, o somatório do número de volumes das obras referidas, o qual, no final de cada letra, vai dar origem a um total. O segundo, da mesma mão, tem apenas a indicação *Catalogo da Livraria de S. Vicente de Fora* (BNP. COD. 7400) e não tem essa contagem. A entrada pelo nome do autor faz-se, sobretudo, pelo apelido, como dissemos, não necessariamente o último, ou pelo nome próprio e nem sempre é fácil entender os critérios escolhidos.

Foram considerados como catálogos distintos e não duas partes de um mesmo catálogo devido à falta de informação específica no

segundo volume, mas a verdade é que, pelo exame, se verifica que, para além de terem a mesma estrutura organizativa e da mesma mão que os escreveu, os catálogos indicam obras diferentes. O primeiro tem as obras de História, Filosofia, Belas Letras e Jurisprudência. O segundo tem essencialmente obras de natureza religiosa, incluindo História eclesiástica e vidas de santos e de religiosos. De notar que não há índice de assuntos nem tabela de matérias e o que atrás mencionámos sobre os temas cobertos na primeira casa e na segunda, baseiam-se exclusivamente, na análise dos respetivos conteúdos.

Na folha de guarda do primeiro volume foi registado, muito provavelmente após a extinção em 1834, o título *Catalogo da Livraria do ex-Convento de S. Vicente de Fora* o que propicia o erro de se julgar que foi feito após aquela data. É também no primeiro volume que se encontra, logo no início, a “Explicação do Catalogo”, método utilizado com frequência neste tipo de catálogos e, particularmente, relevante em S. Vicente pois a biblioteca estava também aberta ao público mediante solicitação prévia.¹⁷ Vamos ver, na transcrição abaixo, algumas indicações práticas do bibliotecário que nos revelam princípios organizativos que presidiram à redação dos catálogos:

“Modo de achar os Livros. Todos os Livros estão arranados em Ordem alfabética; se tem Autor o seu nome próprio, ou o Sobrenome mais notável se aponta no Catalogo na Letra correspondente, se he Anónimo o titulo mesmo do Livro he quem o fará conhecer no Alfabeto por exemplo queiro achar António Pereira de Figueiredo procuro = Pereira= por onde ele hé mais conhecido e acho estarem os seus Elementos de Rhetorica Est. 8ª que quer dizer = Estante oitava= hé verd.^e que pode estar em toda a Est.^e que contem 8 Partelleiras

17 Cf. LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*. Tradução, introdução e notas Fernando Clara. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2005, p. 139 onde se lê: “Uma terceira biblioteca [já referira a Real Biblioteca Pública e a do convento de Jesus] no convento de S. Vicente de Fora, não é com efeito pública, mas para a poder frequentar regularmente basta ser apresentado. Inclui uma colecção muito completa, até das mais pequenas obras portuguesas.”

porem como no Catalogo também se acha o formato do Livro se hé em 8º ou 12º escusado hé procurallo nas 4 primeiras casas abaixo e se hé em folio ou quarto igualm.º he escusado procurallo nas 3 ultimas de cima. [...] Se o Livro não tem Nome o mesmo titulo o classifica no Catalogo p.º Exemplo = Dictionnaire= Abbregee= Grammaire= Histoi-re= Pensees= Idee= &c. todos se procurão nestes mesmos títulos. [...]

Advertências. 1ª - No fim de cada Letra há huma pagina que con-tem os L.os de novo mettidos ou outros que escaparão á ordem da Classificação [...] 2ª - Cada hum dos Livros hé notado na própria lingua emq. esta escrito menos os Alemães eos das Lingoas Orientais q. poucos entendem. 3ª - As traducções vão classificadas nos Originais e os commentadores vão abaixo dos Autores Commentados.

Particularidades a notar. Procurei com o maior cuidado arranjar os nomes exactamente pela ordem alfabética e apesar disto muitos ficarão fora [...] Deffeuoso como está tem huma vantagem q. senão encontra nas Bibliographias e vem a ser = Todas as vezes que a obra não hé conhecida pelo seu titulo e que ou por ser exótico o Autor ou por affetado dai deixou em duvida a matéria que se propôs trar no Catalogo se ajunta a dita obra huma explicação p.ª que não haja quem ou por ignorância deixe de a ler ou por ignorância tenha curiosidade de a ler. [...]”¹⁸

Estas explicações que o “Bibliothecario” (assim designado sem menção do nome) deixou expressas no catálogo e que datou de 2 de julho de 1824, permitem-nos encontrar vários aspetos relativos à ordem dos livros e à sua acessibilidade. Salientamos a escolha do nome do autor pela forma como “he mais conhecido” e “notado na propria lingua”, com algumas exceções. Estas opções podem justificar os casos que encontramos de autores com apelidos, mas que entram pelo nome próprio no catálogo. Damos como exemplos *Damião Antonio de Lemos de Faria e Castro*, como forma escolhida e a remissiva

18 BNP. COD. 7402, p. [2-3]. V. transcrição completa em GIURGEVICH; LEITÃO, 2016, p- 84-86.

de *Candido Lusitano* que manda ver *Francisco José Freire*, qualquer dos nomes sem transposição.

Em muitos casos, o bibliotecário acrescentou ao nome do autor alguns dados biográficos. Outro aspeto interessante que verificamos ao compulsar o catálogo é que, debaixo do nome de um determinado autor, se encontram todas as obras que dele existiam na biblioteca e suas edições, bem como os comentários às mesmas e as traduções. As entradas dos nomes dos tradutores e dos comentadores também constam no catálogo, mas sob forma de remissivas. Quanto aos “livros sem nome” [de autor] a entrada faz-se pelo título. De notar ainda a prática de agregação por géneros que também se encontra em outras bibliotecas religiosas, a fim de permitir uma pesquisa mais rápida e consistente. Destacamos, sobretudo, os Dicionários, que estão organizados por línguas.

A comparação com o catálogo de Santa Cruz parece evidente na metodologia escolhida, desde as páginas em branco para acrescentar novas referências até à inclusão de entradas também para os nomes de tradutores e comentadores sob forma de remissivas e à apresentação de todas as obras de determinado autor sob a mesma rubrica quer fosse por ele escrita, traduzida ou comentada. Porém, se atendermos ao minucioso trabalho de D. Pedro da Encarnação, verificamos que as referências bibliográficas, no geral, não são tão completas o que se nota, sobretudo, na transcrição dos títulos. Acresce que as interpolações são muitas (algumas quase ilegíveis) o que prova que o catálogo se foi atualizando (encontrámos, por acaso, uma obra de 1826...) ou então que pode ter existido uma primeira redação que deixara de fora algumas obras. Outra questão a considerar, para além da escrita apressada e das várias inclusões posteriores, tem a ver com o próprio aspeto do catálogo, útil sem dúvida, mas de escrita apressada e com várias correções até nas três letras que encimam cada folha. Serviu também (melhor diríamos, sobretudo...) para anotar mudanças de cota, praticamente em todas as páginas, o que revela a existência de uma nova arrumação posterior à sua elaboração.

Para além das Explicações que dá no início do Catálogo citado, o bibliotecário acrescentou comentários em diversas referências, especialmente, quando indica que o título de determinada obra é pouco explícito ou porque foca uma matéria que convinha esclarecer ou ainda para elogiar o autor. Damos alguns exemplos:

A propósito do “Verdadeiro Methodo de Estudar”, cuja referência está na letra B em Barbadinho, diz: “Esta obra excellente effeito da singular coragem do seu Autor foi feita pelo P.e Luiz António Verney”. (*Id.*, p. 19).

Na entrada referente à obra de José Pereira Baião, “Chronica del rey D. Pedro 1º, rei de Portugal”, esclarece: “Esta chronica he a m.ma q. vem nos Inéditos de F. Lopes”. (*Id.*, p. 23).

Para a obra de Luís Cardoso, “Diccionario geographico ou noticia histórica de todas as cid.es villas e lugares de Portugal e Algarves”, editada em 1751, refere: “Esta bellissima obra ficou incompleta cheg. so a Cavaleiras”. (*Id.*, p. 47).

Na referência à conhecida “Encyclopedie ou Dictionnaire raisonné des Arts et ds Metiers”, para além de especificar o que são os volumes de texto e os de Índice, “planches” e Suplementos, aponta: “Esta he a Enciclopédia antiga [a biblioteca tinha muitas enciclopédias e mais modernas] feita por Diderot e D’Alembert e trata das Matérias pela Ordem Alfabética e eis aqui a sua descripção Bibliographica”. (*Id.*, p. 94).

O comentário assume também uma função de esclarecimento de conteúdo, como na obra “Histoire chronologique du dernier siècle”, publicada em 1715 onde se lê “Contem os fatos mais memoráveis de 1600 a 1700”. (*Id.*, p. 139).

As Miscelâneas podem ter, igualmente, uma nota sobre o que nelas se continha: “Historia de Portugal He huma Collecção que con-tem varias peças relativas a Acclamação do Snr. Rei D. João IV e são destes AA. Anto. Paes Viegas, Fr. Fran.co Brandão, João Pinto Ribr.º. Lisboa, 1641”. (*Id.*, p. 144)

Por vezes o comentário é seco nas observações, como o que fez à obra de João Baptista de Castro, “Mappa de Portugal antigo e moderno”, publicada entre 1762 e 1764, onde se lê “He huma resumida estatística de todo o reino de Portugal”. (*Id.*, p. 154).

Noutros há esclarecimentos sobre a opinião do autor, como o da obra de Pedro de Sousa Pereira, “Maior triunfo da Monarchia Lusitana”, publicada em 1649, onde se lê “Quer dizer q. a visão de Christo ao S.r D. Affo. Henriques foi verdadeira”. (*Id.*, p. 229).

Mas o comentário pode ser, na realidade, uma informação até muito prática, como o do “Atlas universel”, de Robert Vagondy, editado em 1757: “Este L.º fica por cima da Meza g[rand]e p.r ser m.to pesado”. (*Id.*, p. 301).

Camões em Santa Cruz e em S. Vicente: um caso de estudo

Como é sabido, o êxito de *Os Lusíadas*, publicado pela primeira vez em 1572, justificou o aparecimento de novas edições, especialmente com comentários, e também um movimento expressivo de traduções com destaque para a língua castelhana. Assim, continuaram *Os Lusíadas* e igualmente as *Rimas*, individualmente ou juntos sob o título *Obras*, a ser editados, traduzidos e comentados durante os séculos seguintes. Neste ano em que se celebram os 500 anos do nascimento do poeta, escolhemos apresentar, as obras de Luís de Camões que existiam em algumas bibliotecas religiosas. Já o fizemos para a biblioteca do mosteiro dos Jerónimos onde existiu uma apreciável coleção¹⁹ e continuamos, agora, com as Camonianas das bibliotecas de Santa Cruz e de S. Vicente de Fora. Mais uma vez, é

19 V. CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de - Leituras de Camões na antiga biblioteca do Mosteiro dos Jerónimos. *Mátria Digital: Revista do Centro de Estudos Joaquim Veríssimo Serrão*. Santarém, nº 12 (dez. 2024). Disponível em: <https://matriadigital.santarem.pt/images/numero12/4.fernandacampos.pdf> [visualizado em 2025.08.20]

na obra de Teixeira de Carvalho, que nos tem servido de guia, que retirámos as referências à coleção de Santa Cruz, com os competentes comentários de D. Pedro da Encarnação.

- *Lusiadas de Luís de Camoens... Comentadas por Manuel de Faria y Sousa: en Madrid, por Juan Sanchez, 1639 – Tomos 4 – Vol. I em fol.*

“Deve-se encadernar em 2 vol. – Achey este Livro fechado entre os prohibidos, e ahi o Conseruo; posto q. julgo pode estar publico”. (Id., p. 41).²⁰

- *Camoens, Luís de=Lisbonense Poeta= Os Lusiadas com os Argumentos do Licenciado Joam Franco Barreto, e Index de todos os nomes proprios. Lisboa Occidental na Offic. Ferreyriana, 1721. Vol. 2 in-12. “O 2º vol. contem a primeira Parte das Rhimas” (Id., p. 42).*

- *Obras de Luis de Camoens. Nova edição. Paris: a custa de Pedro Gen-dron [na Officina de François Ambrose Didot], 1759. 3 vol. “com estampa”.*

- *Lusiada: poema epico: com os argumentos de João Franco Barreto; ilustrado com varias e breves Notas, e com hum precedente Apparato do q. lhe pertence de Ignacio Garcez Ferreira entre os Arcades Gelmedo. Tomo 1º em Napoles na officina Parriniana, 1731; Tomo 2º em Roma na de Antonio Rossi, 1732. Vol. 2 em 4º.*

“Este de 4º se escreverá em 1º Lugar” (Id., *ibid.*).

- *Os Lusiadas / de Luis de Camoens ; com os Argumentos do Lo. João Franco Barreto; com hum Epitome de sua vida; dedicadas ao illustrissimo senhor Andre Furtado de Mendoça Deão, & Conego dignissimo da S. Sè de Lisboa, Doutor em a Sagrada Theologia, Deputado da Junta*

20 Efetivamente, Manuel de Faria e Sousa (1590-1649) reconhecido comentador das obras de Camões, fora acusado de atribuir composições a Camões que ele não escrevera e até de fazer correções aos versos porque, como afirmava no Prefácio, andavam adulterados. Esta circunstância valeu-lhe algum descrédito ao seu trabalho editorial que se agravou com a “hispanização” de que foi acusado na Inquisição, após a Restauração, pois vivera muito tempo na corte espanhola. Cf. COSTA, Joaquim - *Manuel de Faria e Sousa, cidadão do mundo e das letras ao serviço de Portugal*. Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território, 2012. V. a propósito ALMEIDA, Justino Mendes de - *1985 um centenário camonianiano ou o desagravo de Manuel de Faria e Sousa*. Lisboa: Academia das Ciências, 1985.

dos Tres Estados do Reyno, &c. Impresso em Lisboa: a custa de Antonio Craesbeeck de Mello, 1653.

"A Dedicatoria em verso consta de 16 Outavas. Com os Lusíadas estão juntas as Rimas impressas em Volume diverso, dedicadas a o mesmo André Furtado em Prosa pelo mesmo Antonio Craesbeeck, e impressas na mesma Officina e anno." (*Id., ibid.*).

- *Obras de Luiz de Camoens, Principe dos Poetas Portugueses, Novamente reimpressas e dedicadas a o [...] Marquez de Pombal, Conde de Oeyras, Ministro Secretario de Estado, etc por Miguel Rodrigues, Lisboa na Officina de Miguel Rodrigues, 1772 – Vol. 3 em 12. Com Estampas.*

"Todas as ediçoens que temos deste nosso Celeberrimo Poeta, se devem conservar na Livraria. A Edição de 1772 tem huma Comedia etc.". (*Id., ibid.*).

Foi, sem dúvida, uma escolha criteriosa de diversas edições inclusive as dos comentadores Manuel de Faria e Sousa (1590-1649) e João Franco Barreto (1600-post 1674) os quais, aliás, se envolveram em polémicas. Das seis edições só uma é do século XVII, mostrando uma clara preferência por edições setecentistas. "Os Lusíadas" estão em maioria, com quatro edições enquanto as "Obras" têm duas, sendo uma a de Paris, 1759 e a outra, a edição com estampas dedicada ao Marquês de Pombal, impressa em 1772. De notar a ausência de edições mais antigas e também de edições autónomas das *Rimas*.

Passando, agora, para a Camoniana de S. Vicente, nada se encontrou nos dois catálogos de 1824 que atrás analisámos. Porém, recorrendo a um outro mais antigo que foi preparado para responder ao Edital de 10 de julho de 1769²¹, encontramos duas referências muito sucintas, integradas nas obras classificadas em Belas Letras (que transcrevemos como se apresentam) e às quais juntámos uma descrição mais detalhada.

Camoens, Luis de - Rimas varias Commentadas por Manoel de Faria e Souza. Lisboa, 1685. Fol. (p. [251]).

21 *Catalogo dos livros da Livraria do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora dividido em sete classes. [1769]. BNP. COD. 7405.*

Trata-se das *Rimas varias de Luis de Camoens príncipe de los poetas heroycos y lyricos de España, ofrecidas al muy ilustre Señor D. Iuan da Sylva, Marquez de Gouvea, Presidente del Dezembargo del Paço y Mayordomo mayor de la Casa Real, etc., commentadas por Manuel de Faria y Sousa, Cavallero de la Orden de Christo, tomo I y II, que contienen la primera, segunda y tercera centuria de los sonetos*. Lisboa: en la Imprenta de Theotonio Damaso de Mello Impressor de la Casa Real, con todas las licencias necesarias, año de 1685.

Camoens, Luis – Obras. Lx.^a 1613.4^o (p. [258])

Pela data e pelo formato só poderia ser, por engano do bibliotecário, *Os Lusíadas do grande Luis de Camoens Principe da Poesia Heroica; commentados pelo licenciado Manoel Correa, Examinador synodal do Arcebispado de Lisboa...; dedicados ao Doctor D. Rodrigo d' Acunha, Inquisidor Apostolico do Santo Officio de Lisboa per Domingos Fernandez seu livreiro*. Em Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1613. Se, por outro lado, tomarmos o título como certo, estaria errada a data porque as *Obras de L. de Camoes, principe dos poetas portugueses com os argumentos do Lecenceado João Franco Barreto...* foram publicadas mais tarde, pela primeira vez, em Lisboa, por Antonio Craesbeeck de Mello e datam de 1669.

Temos, pois, uma situação singular. No catálogo de 1769, a Camoniana (se assim se lhe pode chamar...) é exígua e, nos catálogos do século XIX, já não se lhe faz referência, o que pode dever-se a perda nalgum incêndio, roubo ou extravio, por exemplo, durante o período da ocupação francesa ou da presença das tropas britânicas, pois o mosteiro serviu para seu aboletamento. São meramente hipóteses, sendo que o essencial está na pouca representação que a obra de Camões teve em S. Vicente de Fora. Quanto às edições verificamos, em comparação com Santa Cruz, a presença das *Rimas* com comentários de Manuel de Faria e Sousa, na edição de 1685, sendo que as *Obras*, a cuja edição o bibliotecário de S. Vicente atribui a data de 1613, suscita, como referimos, dúvidas de identificação.

Conclusão

Procurámos estabelecer uma narrativa comparada entre as livrarias dos dois grandes mosteiros da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, tão antigos como o reino de Portugal e que participaram ativamente na sua História, devendo-se-lhes um papel importante também na formação e no ensino. A longa duração levou a uma existência com períodos de grande florescimento e outros, sobretudo depois do Concílio de Trento (1545-1563), de vivência mais discreta, tendo em conta o surgimento de novas ordens religiosas e dos respetivos conventos e mosteiros. O gosto pelos livros e pela constante atualização das leituras reflete-se nos respetivos catálogos e verifica-se nos exemplares que hoje ainda subsistem. Quanto aos bibliotecários, fica-nos o retrato de D. Pedro da Encarnação que aqui trouxemos através do indispensável estudo de Teixeira de Carvalho, ora apresentando a sua douda opinião sobre o valor de determinadas obras, o processo e preço da aquisição e a forma de as descrever, ora revelando o seu grande saber de bibliógrafo na escolha das edições, ora, ainda, recorrendo sobre a melhor forma de arrumar os livros.

O “Bibliothecario”, seu confrade de Lisboa, é seco nas poucas apreciações, prático na resolução de questões bibliográficas e de arrumação das obras e, talvez porque a escrita se faz já em 1824, vemos que os catálogos não são cópias limpas e cuidadas, mas sim instrumentos de trabalho indispensáveis para se encontrarem os livros nas duas “Cazas” que compunham a biblioteca. Esse era, aliás, o grande objetivo dos catálogos, que se apresentam muito riscados, com muitas emendas e acrescentos. O “Bibliothecario” deixou-nos uma “explicação” do catálogo e também inseriu comentários em algumas referências bibliográficas de que transcrevemos as mais informativas. Quanto ao anterior catálogo de 1769, que nos permitiu apresentar uma percentagem das obras existentes na biblioteca de acordo com a classificação dos seus assuntos, verificou-se um espe-

cial cuidado na sua apresentação pois destinava-se a cumprir com o disposto no Edital de 10 de julho que obrigava os possuidores de livros a apresentar um rol à Real Mesa Censória, de acordo com um modelo prévio.

Num pequeno “caso de estudo” escolhemos apresentar a Camoniana das duas bibliotecas, tendo em conta a efeméride que este ano passa. Camões esteve presente nas antigas bibliotecas religiosas, mas tal como sucede com os mosteiros crúzios, tanto se encontram coleções apreciáveis e, sobretudo, adquiridas com saber, caso de Santa Cruz e, como se verificam escassos exemplares, caso de S. Vicente. Verificámos, no entanto, nos catálogos de outras bibliotecas religiosas, como referimos antes a propósito da biblioteca dos Jerónimos, uma certa semelhança na escolha das edições onde predominam as dos séculos XVII e XVIII e as que têm comentários de Manuel de Faria e Sousa e/ou de João Franco Barreto, certamente por se lhes reconhecer um valor acrescentado.

FONTES

Catalogo dos livros da Livraria do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora dividido em sete classes. [1769]. BNP. COD. 7405.

Catalogo dos Livros que se achão nesta primeira Caza da Bibliotheca de S. Vicente. 1824. BNP. COD 7402.

Catalogo alphabetico desta Segunda Caza. [1824?]. BNP. COD. 7400.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Isabel. Edições dos séculos XVII e XVIII. In: *Camões nos prelos de Portugal e da Europa (1563-2000): a Biblioteca Camoniana de D. Manuel II, a Biblioteca Camoniana da Fundação da Casa de Bragança*, ed. José Augusto Cardoso Bernardes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2015, pp. 23-33.

ALMEIDA, Justino Mendes de. *1985 um centenário camoniano ou o desagravo de Manuel de Faria e Sousa*, Lisboa: Academia das Ciências, 1985.

- ANASTÁCIO, Vanda. A criação de um poeta nacional: breve panorâmica das edições da lírica camonianiana entre 1595 e 1870, *Floema*, A. VI, n. 7 (jul.-dez. 2010), pp. 61-74.
- BELL, David N. Monastic libraries. In: Lotte HELLINGA, Lotte; J.B. TRAPP, dir. *The Cambridge History of the book in Britain*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, vol. 3, pp. 229-254.
- CAILLET, Maurice. Les bibliothécaires. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988, vol. II, pp. 373-389.
- CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de. Leituras de Camões na antiga biblioteca do Mosteiro dos Jerónimos. Em linha. *Mátria Digital: Revista do Centro de Estudos Joaquim Veríssimo Serrão*. Santarém, n. 12 (dez. 2024). Disponível em: <https://matriadigital.santarem.pt/images/numero12/4.fernandacampos.pdf> [visualizado em 2025.08.20].
- *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015.
- CARVALHO, Joaquim Teixeira de. *A livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: Estudos dos seus Catálogos, Livros de Música e Coro, Incunábulos, Raridades Bibliográficas, Ex-libris e Curiosidades históricas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.
- COSTA, Joaquim. *Manuel de Faria e Sousa, cidadão do mundo e das letras ao serviço de Portugal*. Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território, 2012.
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes. *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: Direção Regional da Cultura do Centro, 2011.
- GIURGEVICH, Luana e LEITÃO, Henrique. *Clavis Bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*. Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016.
- JOLLY, Claude. Unité et diversité des collections religieuses. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988, vol. II, pp. 11-29.
- LINK, Heinrich Friedrich. *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*. Tradução, introdução e notas Fernando Clara. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2005.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha. D. Pedro da Encarnação e a Livraria de Santa Cruz de Coimbra. *Arquivo Coimbrão*. Coimbra, n. 2 (out. 1923), pp. 71-84.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha. Inventário do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra à data da sua extinção em 1834. *O Instituto: jornal científico e litterario*. Coimbra, vol. 101 (1942), p. 445-573.
- PERICÃO, Maria da Graça. A biblioteca da botica do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. *Ágora. Estudos Clássicos em debate*. Em linha. N. 14 (2012), pp. 27-43. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3210/321027644003.pdf> [visualizado em 2025.05.23]
- PETERSON, Herman A. The genesis of monastic libraries. *Libraries and the cultural record*. Vol. 45, n. 3 (2010), pp. 320-332.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir. Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. In *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento – Guia Histórico*. 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2016, pp. 175-182.

Fontes documentais para a história da imprensa em Coimbra nos séculos XVI-XVII: as escrituras notariais

Documentary sources for the history of printing in Coimbra in the sixteenth-seventeenth centuries: notarial deeds

Ana Maria Leitão Bandeira¹

RESUMO

A história da imprensa em Coimbra tem estado, muitas vezes, circunscrita ao recenseamento dos exemplares impressos na cidade e ao reconhecimento dos impressores que lhes deram vida. Mas para mais profundo conhecimento, a pesquisa sobre a sua história deverá ser alargada às fontes documentais manuscritas. Sabe-se de antemão da dificuldade de leitura paleográfica que estas fontes colocam, com as características letras encadeadas e processadas dos séculos XVI e XVII. No entanto, essas fontes não podem ser ignoradas, atendendo à complementaridade de informação com que vêm enriquecer o conhecimento da história da imprensa. O presente trabalho procura trazer a público algumas destas fontes documentais, com destaque particular para as escrituras notariais, redigidas por tabeliães de Coimbra,

¹ <https://orcid.org/0000-0002-2883-8994>; anamariabandeira@sapo.pt

que contêm contratos de obrigação com impressores e livreiros. Mas uma outra tipologia de escrituras deve também ser divulgada, como as escrituras de doação, de arrendamento e, ainda, procurações e testamentos que envolvem impressores e livreiros, seja como personagens principais desses atos contratuais, seja como simples testemunhas dos mesmos, oferecendo-nos o privilégio de conhecer as suas assinaturas e as suas moradas. Apresenta-se, através dessas escrituras notariais, a Irmandade de Nossa Senhora das Neves, localizada no Colégio de Jesus de Coimbra, à qual pertenciam impressores e livreiros de Coimbra. Muitos desses “irmãos” ocuparam cargos de relevo, como juiz e escrivão da dita Irmandade.

PALAVRAS-CHAVE

História do Livro, séc. XVI-XVII . Coimbra, tipografia e comércio

ABSTRACT

The history of the press in Coimbra has often been limited to cataloguing the copies printed in the city and recognising the printers who brought them to life. However, for a deeper understanding, research into its history should be extended to include handwritten documentary sources. It is well known that these sources pose a challenge in terms of palaeographic reading, with their characteristic chained and processed letters from the 16th and 17th centuries. However, these sources cannot be ignored, given the complementary information they provide, which enriches our knowledge of the history of the press. This work seeks to bring some of these documentary sources to the public, with particular emphasis on notarial deeds containing contracts with printers and booksellers. But another type of deed should also be disclosed, such as deeds of donation, lease and power of attorney involving printers and booksellers, either as the main characters in these contractual acts or as simple witnesses to them, offering us the privilege of knowing their signatures. These notarial deeds also mention the Brotherhood of Our Lady of the Snows (Irmandade de Nossa Senhora das Neves), at the College of Jesus in Coimbra, to which printers and booksellers from Coimbra belonged. Many of these “brothers” always held positions, such as judge and clerk of the said Brotherhood.

KEYWORDS

History of Books, 16th-17th centuries. Coimbra, printing and trade

Novos dados sobre livreiros e impressores de Coimbra, em escrituras notariais

A consulta dos livros de diversos tabeliães de Coimbra, para os séculos XVI e XVII, será reveladora de algumas novidades, sobretudo quanto a relações familiares próximas entre alguns dos que ocupavam estes ofícios, quanto a transações de bens e outros negócios que iam cimentando a atividade de impressores e livreiros. Quase todos residiam num provável *bairro de livreiros* que estaria confinado entre a então designada Rua das Fangas (atualmente a Rua Fernandes Tomás), a zona da Rua e do Arco de Almedina e a Rua de Quebra Costas, tornando-se esta zona da cidade uma área nevrálgica de produção e comércio livreiro. Isso mesmo pode ser confirmado ao ler a indicação de residência de muitos destes oficiais que são figuras principais nas escrituras notariais ou que são figuras secundárias, apenas como testemunhas dos atos contratuais. De acordo com o *Guia de Fundos do Arquivo da Universidade de Coimbra*, o volume mais antigo do cartório notarial de Coimbra está datado de 1563 e o volume mais antigo do designado *Cartório notarial de Coimbra – vilas e lugares* é de 12.11.1640, encontrando-se estas unidades mais antigas bastante afetadas pela humidade, pela oxidação do papel e por repasses de tinta².

Estando circunscrito o arco temporal de pesquisa e ainda pela dificuldade de leitura de alguns dos livros (todos os que estão mais oxidados e com repasses de tinta são indecifráveis) torna-se limitada a recolha de informações, uma vez que não poderão ilustrar todo o séc. XVII e muito menos o séc. XVI.

Entre as escrituras que nos levam até às moradas de alguns dos livreiros e impressores e a seus familiares diretos (filhos, mulheres, pais, sogros, etc.) podemos elencar diversas tipologias. Primeira-

2 O estado de conservação pode constatar-se pelo manuseamento direto dos volumes originais. As referências de datas foram colhidas em Paiva, 2015, pp. 452-453.

mente, deve referir-se que a pesquisa se debruçou, essencialmente, sobre livros do fundo notarial de Coimbra, mas também sobre livros de tabeliães privativos da Universidade e do Colégio de Jesus de Coimbra. Este privilégio de terem um notário privativo possibilita que possamos encontrar séries de Livros de Notas nos respetivos fundos documentais das aludidas instituições, cujos acervos se encontram no Arquivo da Universidade de Coimbra.

As escrituras notariais são testemunhos notáveis sobre os negócios em que se envolviam livreiros e impressores, lançando mão de oportunidades para alcançar outros proventos económicos, como nos revelam as procurações para tratar de negócios em Lisboa e no Porto, devido a relações mercantis que já possuíam nessas cidades. Também os encontramos a nomear procuradores, para os defenderem em questões judiciais, das quais nem sempre é possível reconhecer a situação, seja em Braga, seja em Évora, Lisboa, Porto ou mesmo Coimbra. Constatamos a vizinhança de núcleos familiares de impressores e livreiros e a colaboração entre todos os que exerciam uma mesma profissão. Conseguimos, assim, trazer à vida tantos dos que o olvido do tempo apagou e a quem somos devedores, por usufruir do privilégio de acesso a valiosas obras impressas e seus autores. Podemos entrever a forma como se perpetuavam os ofícios, ao revelar a presença de aprendizes de impressor e de livreiro como testemunhas, demonstrando o modelo de transmissão de conhecimentos nas oficinas de impressão e tendas de livreiros.

A importância dos livros notariais, como preciosas fontes documentais, já foi referida para o estudo da impressão e comércio do livro em Lisboa, como fez, por exemplo Jorge Fonseca (2015) que também sentiu a enorme dificuldade de consulta dos livros notariais quinhentistas e seiscentistas de Lisboa, existentes na Torre do Tombo: devido ao seu estado de conservação nem sempre estão acessíveis na sala de leitura. Seguidamente, serão apresentadas as escrituras mais relevantes já identificadas e o elenco começará com os tabeliães de

Coimbra. Posteriormente, será feita indicação de escrituras de livros de notas do Colégio de Jesus de Coimbra, talvez as mais significativas, por se reportarem a contratos com António de Mariz.

Tabelião Tomé Borges³:

20.08.1613 – Contrato de obrigação feita por Nicolau Carvalho impressor da Universidade pela qual recebeu 200 cruzados que o Bispo de Coimbra, D. Afonso Castelo Branco, lhe mandou emprestar, para ajuda da impressão das *Constituições do Bispado*. Nicolau Carvalho declarou já ter recebido este dinheiro das mãos de Francisco da Silva, prebendeiro do Bispo de Coimbra. Obriga-se a restituir este dinheiro ao Bispo de Coimbra, dali a seis meses. Dá como fiança a hipoteca das suas casas que se situam à entrada da Rua de Quebra Costas e que eram foreiras à Igreja do Salvador (fl. 28v).

25.11.1613 – Procuração dada por Diogo Gomes Loureiro, impressor, ao Padre Fernando Herrera, da Companhia de Jesus, na província de Andaluzia e residente em Sevilha, para receber uma dívida do mercador de livros Antonio de Touro (sic), morador em Sevilha. Esta dívida provinha da venda de livros da obra *De legibus* da autoria do Padre Francisco Suarez, lente de Prima de Teologia na Universidade de Coimbra. O livreiro espanhol registara já em carta de venda de 28.06.1612 esta dívida (fl. 28v).

28.01.1614 – Escritura de quitação feita na Rua das Fangas, em casa de Nicolau Carvalho, impressor da Universidade, dada por António Tavares, Josefa Borges e Mateus Tavares. Estes tinham-lhe passado procuração, para receber uma herança do seu familiar Gaspar Tavares que falecera na Índia; herança essa que se encontrava na Misericórdia de Lisboa (fl. 150).

31.01.1615 – Escritura de venda feita entre Sebastião Simões, pasteleiro e Diogo Gomes de Loureiro, impressor da Universidade. Revela

3 Arquivo da Universidade de Coimbra, cota AUC- V-1.ªE-9-3-69.

inúmeros dados biográficos sobre este último. Era procurador de Joana de Mariz, filha de António de Mariz (impressor da Universidade, já defunto) e morava na Ribeira de Cernache dos Alhos. Diga-se que foi este o local onde António de Mariz teve uma prensa portátil, finalizando ali a impressão da obra de seu filho Pedro de Mariz, em 1599⁴. Nesta escritura também é mencionado o Desembargador Francisco Gomes Loureiro, irmão do impressor Diogo e cunhado de Joana de Mariz. Vendem a Sebastião Simões umas casas que estão no primeiro Beco, no fundo da Rua de Quebra Costas⁵ (fl. 99).

Na actual toponímia coimbrã preserva-se a memória deste ofício do livro. Os dois becos que existem ao fundo da Rua de Quebra-Costas estão bem delimitados: o segundo com a designação Beco da Imprensa e o primeiro apenas designado Beco de Cima.

03.02.1615 – Procuração dada a Domingos de Sousa, livreiro morador na Rua das Fangas, por sua mulher Isabel Leite, para vender os bens de sua sogra, moradora em Lisboa. Foram testemunhas nesta procuração Pedro Carvalho e João da Mata, livreiros de Coimbra (fl. 103v).

As duas escrituras, seguidamente analisadas, são de enorme pertinência, por revelarem o contacto entre impressores portugueses e livreiros espanhóis, com a particularidade de serem estes últimos, Jeronimo de Yepes e Miguel de Sande, que então se encontravam em Coimbra e aqui solicitaram que fossem redigidas estas escrituras. Ambos se relacionavam com Diogo Gomes Loureiro, impressor em casa de quem foi redigida a primeira escritura e com o impressor Nicolau Carvalho que fizera uma fiança a favor dos livreiros espanhóis. Yepes e Sande foram já referidos e encontravam-se em Lisboa, também em 1615, ano da escritura que fazem em Coimbra, atestando a facilidade

4 Trata-se da obra *Dialogos de varia historia em que sumariamente se referem muytas cousas antigas...* Apesar da folha de rosto desta obra dizer que foi impressa na oficina de António de Mariz, o colofão refere que acabou de se imprimir na Ribeira de Cernache dos Alhos, nos Moinhos do Acipreste, em 8 de agosto de 1599.

5 *Livro de Notas*, AUC-1.ªE-9-3-72.

de circulação no nosso país e os contactos mercantis com livreiros e impressores (Fonseca, 2015, pp. 54-55).

04.05.1615 – Escritura de contrato, composição e quitação entre Jeronimo de Yepes, mercador de livros e morador em Valladolid, e Miguel de Sande, mercador de livros e morador em Madrid. Ambos tinham feito uma companhia (ou sociedade) havia dois anos, que então anulam, pagando o segundo 9 mil reais de prata castelhanos, estipulando que uma parte seria paga em Coimbra ou no Porto, e outra parte em Segóvia ou em Madrid, até ao Natal. Deu como fiança de pagamento «dez ballas de livros de vinte e duas ballas de livros que eram da companhia...». Estes livros seriam levados a Segóvia, a casa de Jerónimo de Espinosa, mercador de livros, para que os tivesse em depósito até ser feito o pagamento. Jeronimo de Yepes poderia vender todos os livros que eram da companhia e estavam em Coimbra, Lisboa e Sevilha. Refere que tinha dívidas com o impressor de Lisboa, Pedro Craesbeck, que lhes fizera a impressão de livros que eles negociavam. A escritura dá a conhecer outras dívidas destes livreiros espanhóis, de impressões que ainda estavam a ser feitas, sendo mencionadas quatro obras. Estiveram presentes, como testemunhas, os livreiros João da Mata e Damião Rodrigues⁶ (fl. 105v-108v).

Podemos interrogar-nos por que razão estes livreiros mandaram imprimir livros em Lisboa, a Pedro Craesbeck, tal como questionou Jorge Fonseca (2015, p. 54) ao localizar escrituras de livros notariais de Lisboa, com estes mesmos intervenientes, no seu levantamento de *Impressores e livreiros europeus na Lisboa dos séculos XVI e XVII*. Provavelmente, por uma melhor qualidade de papel e impressão ou melhor preço. Não se deve esquecer que a qualidade do papel produzido em Espanha não era a melhor, pelo menos na época de seiscentos em que se fizeram estes contratos de impressão em Lisboa. A seguinte escritura lavrada no mesmo livro do tabelião de

6 Arquivo da Universidade de Coimbra, cota AUC- V-1.ªE-9-3-73.

Coimbra Tomé Borges revela como o contacto entre o impressor da Universidade Nicolau Carvalho e estes dois mercadores espanhóis se fazia para obtenção de papel, mostrando a forte ligação entre o comércio do livro e o comércio do papel.

01.06.1615 – Declaração de fiança feita por Nicolau Carvalho, impressor da Universidade e livreiro. Declarou que fez uma escritura de fiança no tabelião Diogo Lopes de Sequeira, em maio de 1615, a favor de Miguel de Sande, morador em Madrid e Jeronimo de Yepes, morador em Valladolid, mercadores de livros. A fiança dizia respeito a 600 resmas de papel que estes teriam de «tomar fiadas» a mercadores de Lisboa, para as trazerem para Coimbra e entregarem a Nicolau Lopes. Então, com este papel, lhes poderia imprimir um livro que «com os sobreditos estava consertado de lhe empremir» (fl. 165v). Mas não foi possível identificar a obra de que se fala.

07.06.1623 – Escritura de fiança dada pelo impressor Diogo Gomes Loureiro, morador na Rua das Fangas, a Manuel Afonso, livreiro, relativa ao arrendamento de dízimos da igreja de Cernache. Foram testemunhas o livreiro João Rodrigues e o aprendiz de impressor João Cardoso (fl. 15)⁷. Esta escritura seria reformulada no mesmo tabelião, em 04.07.1624, sendo testemunhas Manuel Afonso e Pedro de Queirós, livreiros, e o aprendiz João de Almeida (fl. 164)⁸.

As referências feitas nas escrituras notariais, quando se apresentam testemunhas que são aprendizes, são também um dado a acrescentar, sobre a forma como se fazia a transmissão de conhecimentos, nas oficinas de impressores e tendas de livreiros.

03.08.1623 – Procuração dada pelo impressor Nicolau Carvalho ao mercador Nicolas Meliess (sic) morador em Sevilha, para receber do Padre Fonseca, do Colegio de San Hermenegildo, da Companhia de Jesus de Sevilha, 919 reais de prata ou as escrituras que tem em

7 Arquivo da Universidade de Coimbra, cota AUC- V-1.ªE-9-3-82.

8 Arquivo da Universidade de Coimbra, cota AUC- V-1.ªE-9-3-84.

seu poder, que o Padre Henrique Cardoso tinha feito com Antonio de Toro, Hernando de Mexia e Francisco de Lira (todos livreiros de Sevilha) dos livros que o Padre Henrique de Quadros lhe vendeu e que Nicolau Carvalho lhe enviara de Coimbra (fl. 63v).

02.05.1625 – Procuração dada por Nicolau Carvalho, impressor da Universidade, a António Gomes residente em Madrid, em casa do Doutor Simão Torresão Coelho. Esta escritura, que foi redigida em casa de Nicolau Carvalho, na Rua das Fangas, destinava-se a poder receber todos os livros e dinheiro que lhe eram devidos e se encontravam em posse de Cornelio Martin e Jeronimo de Curbes (sic), moradores na Universidade de Salamanca. Estiveram presentes, como testemunhas, os livreiros João da Costa e António Henriques⁹ (fl. 173).

Tabelião **Francisco Soares Rebelo**¹⁰:

? 03.1672 – Doação feita em casa do impressor da Universidade Tomé Carvalho (que estava deitado numa cama por ser já muito velho) a seu neto Rodrigo de Carvalho. Entre os bens doados consta uma imprensa que se diz «aparelhada de todas as sortes de letras e cratheres (sic)» e que nela se «obra» tudo aquilo que se faz numa imprensa. Foram testemunhas os livreiros João Rodrigues e João Antunes (fl. 19). Esta escritura notarial permite conhecer os laços de parentesco entre os impressores Tomé Carvalho e seu neto Rodrigo de Carvalho que depois também acrescentará o apelido Coutinho e que sucederá, como privilegiado da Universidade, a sua mãe Maria Coutinho, impressora da Universidade, após o falecimento desta (Bandeira, 2024).

24.03.1672 – Procuração dada pelo impressor da Universidade Tomé Carvalho a sua filha Maria Coutinho, viúva de Manuel Carva-

9 Arquivo da Universidade de Coimbra, cota AUC- V-1.ªE-9-3-86.

10 Arquivo da Universidade de Coimbra, cota AUC- V-1.ªE-8-4-149.

lho (que também fora impressor da Universidade) e a dois outros indivíduos, moradores em Coimbra e em Lisboa, para o representar numa causa cível que corria na Mesa da Fazenda da Universidade e lhe fora movida pelo livreiro José Ferreira e pelo impressor Manuel Dias (fl. 28).

12.05.1672 – Declaração da doação que já fora feita pelo impressor Tomé Carvalho ao seu neto Dr. Sebastião de Carvalho Coutinho, de casas que possuía junto à Câmara (fl. 57v).

09.06.1672 – Doação feita pelo impressor Tomé Carvalho a seu neto António Carvalho Flores de certas casas que possuía na Rua das Fangas e que confrontavam com casas do livreiro Manuel Dias. Foram testemunhas desta escritura o impressor Domingos Batista e o livreiro João Antunes (fl. 68).

Tabelião João Pereira¹¹:

09.02.1688 – Compra feita por Manuel Leonardo, livreiro e impressor, de casas situadas na Rua das Fangas, a António Gonçalves Correia. Estas casas confrontam com as de Sebastião Rodrigues, mercador de livros (fl. 42).

09.02.1688 – Contrato de dinheiro dado a juros (200 mil réis) por António Gonçalves Correia a Manuel Leonardo, livreiro e impressor, seguida da outorga de sua mulher, Maria dos Reis, para poder celebrar este contrato (fl. 43v).

Por último, neste mesmo tabelião (fl. 71v) foi lavrada, em 30.03.1688, uma escritura de procuração, pela qual o livreiro Inácio Gomes constituiu como seus procuradores os licenciados Matias Carneiro e Manuel Lopes de Matos e ainda o procurador da Misericórdia, André Barreto, todos moradores no Porto. A estes dava todos os seus poderes para o defenderem numa causa judicial, provavelmente relacionada com a sua atividade de livreiro.

11 Arquivo da Universidade de Coimbra, cota AUC- V-1.^aE-9-6-12.

Tabelião **António Rodrigues** (e seus sucessores)¹²:

13.04.1687 – Contrato de dinheiro dado a juros pela Misericórdia de Coimbra a Domingos Duarte, mercador de livros e irmão da Misericórdia, morador na Rua das Fangas (fl. 88v- 90).

02.06.1687 – Escritura de reclamação duma fiança feita por João Antunes, mercador de livros, morador em Coimbra. A fiança destinava-se a mandar vir de Roma uma Bula em favor do Padre Manuel de Sousa, músico da Sé de Coimbra, para ser religioso do Colégio da Trindade (fl. 113).

31.03.1686 – Procuração dada por Sebastião Rodrigues, mercador de livros e escrivão da Casa dos Vinte e Quatro Misteres de Coimbra, a José Ferreira, impressor da Universidade e «juiz do povo» de Coimbra (fl. 100v -101).

08.04.1686 – Contrato de obrigação entre Domingos Ferreira de Aguiar, mercador e morador em Coimbra e Bento Seco, livreiro, morador em Coimbra. Relata a execução de bens de Domingos Henriques que foi mercador de livros, citando a sua livraria e tudo o que se achou na sua loja. Todos estes bens foram tomados por Bento Seco, morador em casa do impressor José Ferreira, por 88 mil réis, por arrematação em praça pública. O contrato de obrigação foi redigido em casa de Domingos Duarte, mercador de livros e foram testemunhas o mesmo Domingos Duarte e Manuel Simões, impressor.

Tabelião **Francisco Gomes da Silva**¹³:

04.04.1685 – Procuração dada por João Antunes, mercador de livros, a Manuel de Figueiredo, também mercador de livros, para o representar e receber o que lhe estava devendo Manuel Gomes de Mendanha, de Montemor-o-Velho (fl. 112).

12 Arquivo da Universidade de Coimbra, cota AUC-V-1.ªE-9-6-10 e V-1.ªE-9-6-9.

13 Arquivo da Universidade de Coimbra, cota AUC-V-1.ªE-8-4-159.

13.04.1685 Contrato de dinheiro dado a juros (100 mil réis) pelo Colégio da Trindade a Domingos Henriques, mercador de livros (fl. 120v).

Tabelião **João Dias Gomes**¹⁴:

30.06.1687 – Contrato de dinheiro dado a juros (250 mil réis) pela Misericórdia de Coimbra a Manuel Rodrigues de Almeida, mercador de livros e irmão da Misericórdia, ao fundo da Rua das Fangas (fl. 23v).

24.11.1688 – Contrato de dinheiro dado a juros pela Irmandade de Nossa Senhora das Neves, sita no Colégio de Jesus de Coimbra, a Manuel Barreto, mercador de livros, morador em Quebra-Costas. Estiveram presentes José Ferreira, livreiro e juiz da referida Irmandade, e João Antunes, livreiro e escrivão da mesma Irmandade (fl. 34v).

07.01.1689 – Procuração dada pelo livreiro Manuel de Figueiredo a várias pessoas, entre elas está o livreiro João Antunes. Para o representarem num processo judicial (fl. 51).

24.09.1692 – Procuração dada por Manuel de Figueiredo, mercador de livros, a Luís Ferreira da Rocha, também mercador de livros, e a Francisco Marinho de Queirós, solicitador da Relação do Porto, e moradores ambos também no Porto (fl. 41v).

12.12.1692 – Confissão de dívida de João Antunes, livreiro, à Irmandade de Nossa Senhora das Neves por dinheiro que lhe fora emprestado. Foram testemunhas desta escritura notarial: os dois livreiros Inácio Gomes Ferreira e João de Magalhães. Era então juiz da Irmandade José Rodrigues, o bedel da Faculdade de Leis, sendo escrivão da Irmandade o impressor Manuel Barreto. Deu como hipoteca, para garantia deste empréstimo, as suas casas na Rua das Fangas que partem com o Arco de Almedina e com casas de Matias Carvalho, livreiro (fl. 14).

27.02.1693 - Contrato de dinheiro dado a juros por José Ferreira, impressor da Universidade e morador na Rua das Fangas, ao boticário Manuel Carvalho. Foram testemunhas o impressor Manuel Simões, mo-

14 Arquivo da Universidade de Coimbra, cota AUC-V-1.ªE-8-4-161 – 162 - 168.

rador no bairro da Pedreira; António Simões, aprendiz de impressor em casa de José Ferreira e um outro aprendiz de livreiro, Matias Ferreira, natural de Braga e morador em casa do mesmo impressor da Universidade, José Ferreira (fl. 90).

Destaque particular para os impressores António de Mariz e José Ferreira

Estes dois impressores destacam-se entre todos os outros impressores de Coimbra, por serem os mais distintos profissionais que alargaram a sua prática profissional a outras localidades, não deixando de imprimir em Coimbra. Todas as indicações que aqui se apresentam sobre a atividade que exerceram no Porto foram já dadas a conhecer (Leão, 1995). Apenas se trazem, agora, à colação para, com a complementaridade dos dados recolhidos em Coimbra, se poder delinear melhor o perfil destes profissionais. Deve dizer-se que o privilégio concedido pelo Rei D. Manuel, em 1508, elevou socialmente, de certa forma, todos os impressores, uma vez que não são já tratados como oficiais mecânicos, mas sim como cavaleiros da Casa Real que praticavam «a nobre arte de impressão» (Leão, 1995, p. 146). No entanto, sabemos que isto nem sempre aconteceu e que, por muito tempo, foram considerados como oficiais mecânicos.

António de Mariz era já um dos maiores impressores e livreiros de Coimbra quando efetua negócios com dois mercadores do Porto, aos quais compra, em 1571, uma «lyvraria de framdes e dous cofres», pelo elevado preço de 134 mil e 220 réis¹⁵. Ou seja, além de impressor era, nitidamente, um negociante de livros, um verdadeiro livreiro.

Além de contactos de negócios, para aquisição de livros no Porto, os privilégios recebidos para impressão denotam a sua craveira profissio-

15 Segundo Leão, 1995, p. 145, citando documentos do Arquivo Distrital do Porto, Tristão Roiz Vila Real e seu sobrinho Jorge Dinis, mercadores da Rua de São Miguel, no Porto, a quem António de Mariz efetuou a compra, poderiam ter estreito negócio com a Flandres.

nal (Santos, 2023). Estabeleceu uma imprensa em Braga, onde se sabe que trabalhava já em 1563, com a impressão de *Carmina* de Ioannes Despauterius (nome latino do humanista flamengo Jan van Spauter, dito em português João Despauterio e em francês Jean Despautère)¹⁶ e outras obras, apresentando-se como «empresor do senhor Arcebispo Primas» (Santos, 2023, p. 10). Em 1567, imprime o *Flos Sanctorum* do Padre Fr. Diogo do Rosário, O.P., e isto é uma prova de que tinha capacidade para gerir duas oficinas tipográficas, em Braga e em Coimbra, pois é nesta cidade que imprime também, em 1567, um *Compendio e sumario de Confessores* (Almeida, 2007, p. 61). Em 1570 já se intitula impressor e livreiro da Universidade, no colofão da obra por si impressa (Imagem 1). Neste ano, Coimbra via pela primeira vez serem impressos caracteres chineses, tratando-se do primeiro livro impresso no Ocidente com estes caracteres (Dias, 2014): *Cartas que os Padres e os irmãos da Companhia de Jesus que andão no Reyno do Japão [...]*. Esta singularidade, só por si, permite eleger este impressor entre os mais ilustres do seu tempo e colocar Coimbra entre os centros culturais de primeiro acesso à escrita chinesa. Mas a sua vasta obra de mais de 100 títulos, em que se inclui também o uso do alfabeto grego, permite ajuizar da sua grandeza e qualidade de impressão, trabalhando durante 43 anos (1556 a 1599).

Sabe-se, pois, que imprimiu em Braga, em Coimbra, em Leiria – onde em 1757 deu à estampa, apenas, o *Passionarium* de Manuel Cardoso (Almeida, 2007) e, pontualmente, em Cernache dos Alhos, freguesia de Coimbra, dita então “fora de portas”, para acabar de imprimir, com uma prensa portátil (e para fugir à peste que grassava na cidade) a obra de seu filho Pedro de Mariz, *Diálogos de vária história*; mas também teve loja de livros em Lamego (Carvalho, 1868)¹⁷.

16 Obra existente na BNP (RES. 2824 P.) acessível em <https://purl.pt/23205/service/media/pdf>. Certamente, por lapso tipográfico Dias, 2007, p. 60, refere a data de publicação de *Carmina* em 1561 e não 1563, como se pode confirmar pelo acesso online à obra.

17 Joaquim Martins de Carvalho dedicou-lhe as págs. 286-288 da sua obra, mas o imenso trabalho deste grande impressor coimbricense merece um estudo profundo.



Imagem 1 – Página de rosto de *Cartas que os Padres e Irmãos da Companhia de Iesus, que andão nos Reynos de Iapão escreuerão aos da mesma Companhia [...]*. Coimbra: António de Mariz, 1570.

A imagem revela um exemplar que pertence à Biblioteca Nacional de Lisboa (Reservados, 442)¹⁸. Os caracteres chineses são

18 Acessível em https://purl.pt/22936/4/res-442-p_PDF/res-442-p_PDF_24-C-R150/res-442-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R150.pdf. Existe na BNP um outro exemplar incompleto RES 233 P., com a mesma data e local de impressão, mas com disposição de texto diferente na página de rosto e também é diferente o desenho do brasão de D. João Soares (Dias, 2014, pp.77-80).

apresentados nas páginas finais. Os referidos caracteres sínicos, como os que figuram na pág. 163 da obra citada, estão erradamente colocados na horizontal e não na vertical. A sua leitura só pode ser feita, rodando a página do livro na vertical, como foi já identificado por Dias (2014). No colofão da obra, António de Mariz apresenta-se como impressor e livreiro da Universidade. Uma outra fonte documental dada a conhecer em seguida (Imagem 2) certifica-nos que praticava o comércio do livro, fornecendo volumes à Universidade, sempre que estes eram necessários. Trata-se do pagamento de 1000 réis feito em 20 de junho de 1593 e entregues ao Padre Gaspar Fernandes, prior de São Cristóvão, que foi também tesoureiro da Capela da Universidade, por ter comprado a António de Mariz um missal para a referida Capela.

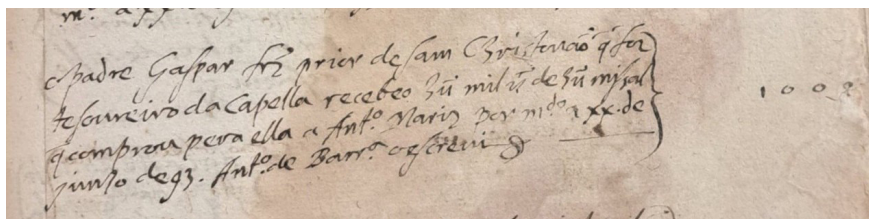


Imagem 2 – 1593.06.20 – Fragmento de texto do livro de *Registo de Receita e Despesa da Universidade* do ano letivo de 1592-1593¹⁹.

No texto redigido por António de Barreira, escrivão da Mesa da Fazenda da Universidade, pode ser lida a alusão da compra de livros a António de Mariz (Imagem 2). Esta série documental de livros de *Registo de Receita e Despesa*... (à qual pertence o registo de pagamento revelado) permite conhecer, entre outros assuntos, os pagamentos a livreiros e quais os livros adquiridos, bem como papel e encadernações.

¹⁹ Universidade de Coimbra (F); Livros de Receita e Despesa (SR), 1592-1593 – cota AUC-IV-1. ^aE-12-3-3.

Outros exemplos podiam ser apresentados, pois são comuns e alguns foram já publicados (Almeida, 1970). Assim se comprova que António de Mariz também se dedicava ao comércio livreiro e não era apenas um impressor. Além da referência já conhecida de ter uma loja de livros em Lamego, também em Coimbra a deveria possuir, provavelmente junto da sua oficina tipográfica. O mesmo se diga quanto ao impressor da Universidade José Ferreira, cuja atividade se prolonga para o séc. XVIII e que também fornecia livros e papel para a Universidade.

Contratos para impressão de livros

As escrituras destinadas à celebração de contratos para impressão de livros permitem-nos adentrar no mundo tipográfico e conhecer as cláusulas contratuais entre autores e impressores, entre os patrocinadores de obras e os impressores e livreiros. Estas fontes primárias não são abundantes, mas podemos dizer que Coimbra tem o privilégio de conseguir reunir alguns destes documentos contratuais que enriquecem a história da imprensa na cidade.

Entre as escrituras de contratos de impressão que se encontram no acervo do Arquivo da Universidade de Coimbra, podemos elencar as que pertencem ao fundo documental da Universidade de Coimbra e as que pertencem ao fundo documental do Colégio de Jesus de Coimbra.

Começando por esta última instituição, deve citar-se, primeiramente, o contrato redigido pelo tabelião privativo do Colégio de Jesus de Coimbra, em 2 de abril de 1591 (Imagem 3).

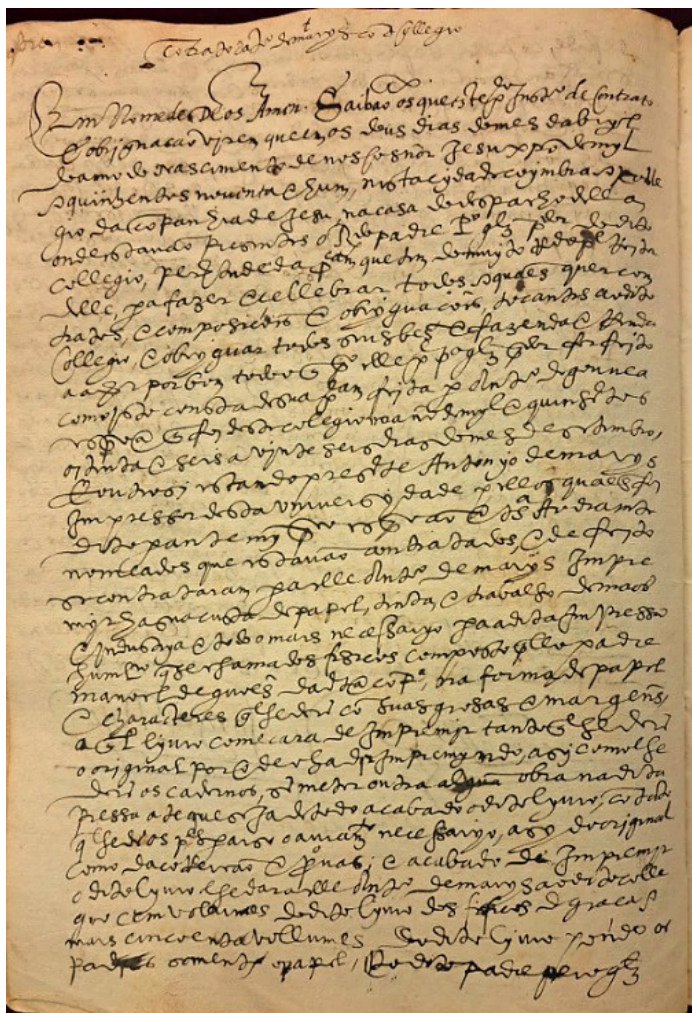


Imagem 3 - 1591, abril, 2, Coimbra – Contrato de obrigação feito entre o Colégio de Jesus de Coimbra e o impressor António de Mariz.

Este contrato para António de Mariz imprimir, à sua custa, o chamado livro «dos Físicos» de que era autor o Padre Manuel de Góis foi redigido na casa do despacho do referido colégio pelo seu escrivão Diogo Coutinho²⁰. Em Apêndice documental (doc.1) deste artigo fica

²⁰ Colégio de Jesus de Coimbra (F); Livros Notariais (SR) vol. 10, fl. 45v.- 46v. - cota AUC-IV-1.

^aD- 25-3-11.

apresentado o texto completo da escritura notarial, em transcrição paleográfica. Apesar da parte principal do contrato dizer respeito ao *Livro dos Físicos*, também se refere à impressão da Gramática de Manuel Álvares e ao seu uso nos diversos colégios da Companhia de Jesus, aos quais António de Mariz deveria entregar certos exemplares.



Imagem 4 - Folha de rosto da obra *Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu, in octo libros. Conimbricæ: Typis et expensis Antonij à Mariz Universitatis typographi, MDLXXXII* – ou seja Coimbra: António de Mariz, 1592²¹ - UCBG 2-8-13.

21 Acessível: <https://rnod.bnportugal.gov.pt/rnod/winlibsrch.aspx?key=9340590721214A52896DF55BF17E0142&cap=&pesq=5&thes1=116415&dtype=lista&tp=16&sort=4>

No exemplar apresentado (Imagem 4) pode ser visto o carimbo de posse da Biblioteca Geral da UC, pertencendo este exemplar, originalmente, ao Colégio de São José de Coimbra²². A obra teve licenças de impressão em 1591, mas só foi concluída em 1592, de acordo com os dados colhidos em *Conimbricenses*²³ e também na descrição bibliográfica da obra, no site da BNP. Foi dada ao prelo à custa do mesmo impressor, como ficou registado no pé de imprensa «Typis et expensis».

Foi o primeiro volume impresso da obra *Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu, In Octo Libros Physicorum Aristotelis Stagiritae*. A obra pode também ser consultada no site dedicado aos autores jesuítas do Colégio de Jesus de Coimbra, designados por Conimbricenses. O documento acima referido (Imagem 3), no qual se descrevem as cláusulas contratuais para a impressão desta obra, é um dos raros exemplares de escritura de obrigação para a impressão de uma obra que hoje podemos conhecer. Logo nas primeiras linhas do texto ficou expresso que se trata dum «instrumento de contrato e obrigação». Logo a seguir à identificação dos intervenientes começa a indicação das cláusulas contratuais, entre as quais: «imprimir à sua custa de papel, tinta e trabalho de mãos e industria». Começaria a imprimir logo que se lhe desse o original: «assi como se lhe derem os cader-nos». Isto pressupõe que o original manuscrito não lhe foi entregue na totalidade, mas iria sendo entregue aos poucos, em cadernos. Não poderia incluir na sua imprensa qualquer outra obra, antes de terminar esta impressão, ficando em dedicação exclusiva à obra. Iria dando ao Colégio de Jesus o que fosse necessário, para a correção e provas. Logo que terminasse o livro, entregaria 100 exemplares à sua custa e mais 50 exemplares, dando-lhe o Colégio o papel.

22 Acessível em outro exemplar no site da BNP e também na Biblioteca Universitária Alessandrina em <https://www.conimbricenses.org/octo-libros-physicorum/>

23 Acessível em: <https://www.conimbricenses.org/octo-libros-physicorum/>

Vamos encontrar, cinco anos depois, uma outra escritura, com os mesmos intervenientes, o que assegura a forma como foi aceite a impressão do primeiro volume da obra, pela sua qualidade e esmero, uma vez que uma obra de comentários exige uma mancha de texto cuidada, com boas margens e espaço para o texto e as glosas e, ainda, as notas marginais.

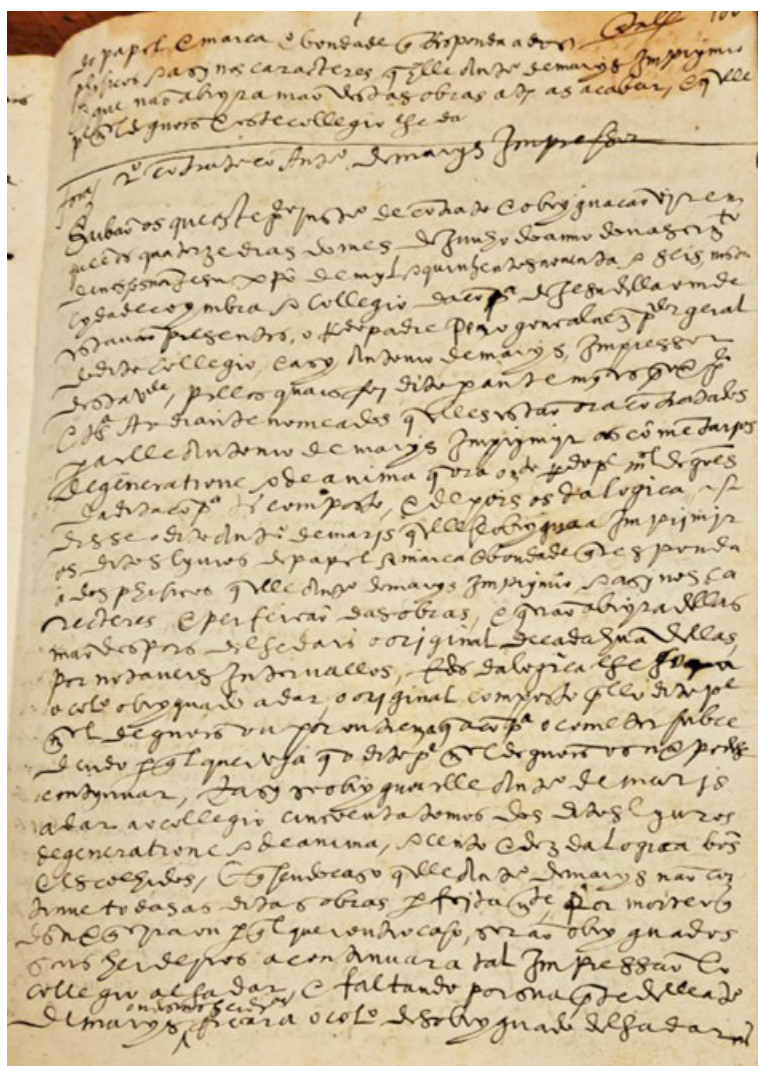


Imagem 5 - 1596.06.14 – Contrato feito entre o Colégio de Jesus de Coimbra, através do seu procurador geral, Padre Pedro Gonçalves, com o impressor António de Mariz.

Esta escritura notarial de contrato de obrigação destinava-se a que António de Mariz desse à estampa os comentários redigidos pelo Padre Manuel de Góis S.J. e está igualmente registada num volume existente no Arquivo da Universidade de Coimbra²⁴.

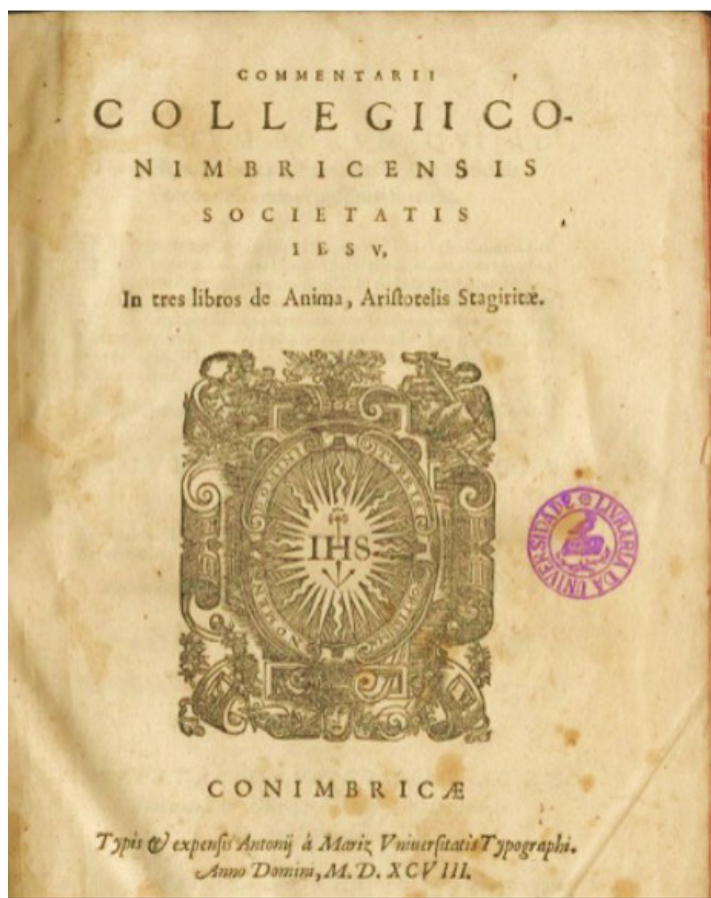


Imagem 6 – Portada da obra *Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu In tres libros de Anima, Aristotelis Stagiritæ*...Coimbra: António de Mariz, 1598 - exemplar da Biblioteca Joanina (cota 2-8-13-9).

Esta obra, geralmente identificada como *Comentário ao De anima* de Aristóteles, encontra-se na Biblioteca Geral da Universidade

²⁴ Colégio de Jesus de Coimbra (F); Livros de Notas (SR), vol. 11, fl. 106-107, cota AUC-IV-1ªE-25-3-12.

Coimbra e na Biblioteca Joanina, num total de cinco exemplares desta sua 1.^a edição²⁵. Como podemos constatar pela leitura do contrato para a impressão (Imagem 5) que foi feito em 14.06.1596, a obra só ficaria concluída em 1598, como consta no pé de imprensa.

Apresentamos apenas um resumo do contrato que ficou lançado em três páginas, recolhendo o que é mais significativo, pois o texto completo é apresentado em Apêndice documental (doc. 2) no final deste artigo. Logo, em primeiro lugar, diz-se que a obra terá os mesmos caracteres e perfeição da anterior obra impressa *Dos Físicos* e que o original manuscrito se lhe dará «por notáveis intervalos», significando que teria o tempo necessário para que a composição corresse de feição. Seria obrigado a entregar 50 tomos dos primeiros livros *De generatione* e *De Anima* e 110 tomos da *Logica*. Da imensa produção de António de Mariz pode ainda destacar-se a obra impressa em 1595, para a qual não foi encontrado contrato: *Arte de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil*, do Padre José de Anchieta. Dá a conhecer a língua tupi e tem origem na necessidade de conhecer a língua local, de a uniformizar e poder comunicar melhor com os povos autóctones no sentido da evangelização. Estima-se que hoje apenas existam 10 exemplares, um dos quais na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin²⁶.

Apresenta-se, brevemente, o último contrato com António de Mariz uma vez que ele já foi publicado (Bandeira, 1995). Figura também num livro de notas do Colégio de Jesus de Coimbra e na imagem 7 apenas se ilustra a parte final, com as assinaturas dos intervenientes, das quais destacamos as de António de Mariz e de Francisco Pinto da Cunha que era «Fidalgo de Sua Magestade Senhor do c.º de Felgueiras» que participava na escritura «de parceria» com António de Mariz. Ou seja, este é um exemplo de escritura notarial de contrato de parceria de edição.

25 A descrição bibliográfica está acessível em <https://almamater.uc.pt/bib-geral/item/45825>

26 Acessível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4674>

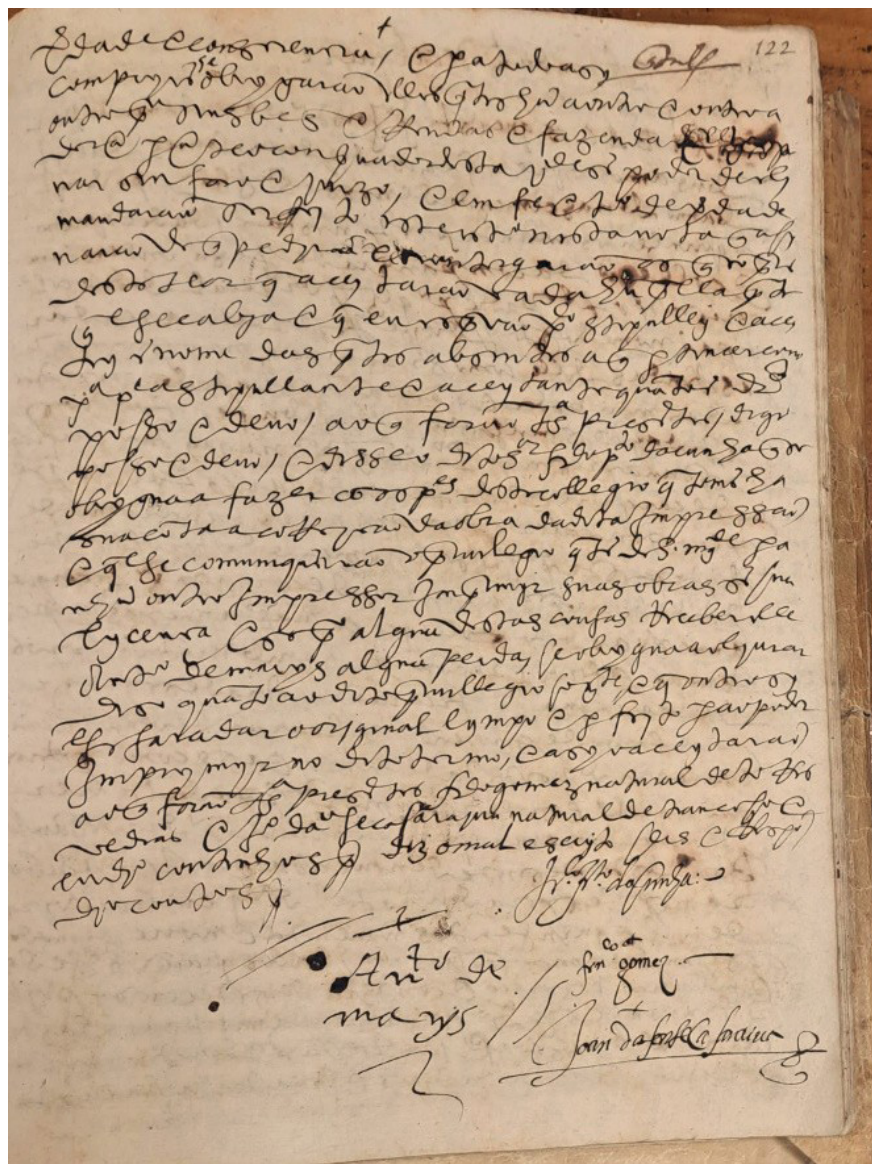


Imagem 7 - 15.03.1597- Contrato de obrigação feito no Colégio de Jesus de Coimbra com António de Mariz para a impressão da obra do P. Sebastião Barradas²⁷.

^aE-25-3-12.

Os dados principais, a recolher entre as cláusulas contratuais, são os seguintes: António de Mariz ficava obrigado a imprimir 1200 exemplares, dos quais entregaria à Companhia de Jesus 60 exemplares, sendo os restantes para si e para Francisco Pinto da Cunha, podendo vendê-los por sua conta e risco. Este último entregaria o papel para o livro, até 600 cruzados e, se fosse necessário mais papel, a responsabilidade do fornecimento pertenceria ao Colégio de Jesus, que também seria responsável pela correção da obra. Seria impresso apenas o primeiro tomo da obra do jesuíta Padre Sebastião Barradas. Sabemos que algumas das cláusulas contratuais não foram cumpridas, situação que foi revelada numa escritura de quitação, redigida já depois do falecimento de António de Mariz, publicada por Lopes de Almeida (1970, pp. 21-24). Essa escritura, datada de 04.03.1603, foi redigida pelo tabelião António de Gouveia, na casa de hospedaria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde se encontrava Francisco Pinto da Cunha (morador em Cabeceiras de Basto). Estiveram presentes o licenciado Pedro de Mariz, filho de António de Mariz e o genro deste, Diogo Gomes de Loureiro, os quais decidiram entrar em acordo com Francisco Pinto da Cunha para o ressarcirem de dívidas que estavam por saldar.

O impressor José Ferreira de que agora se dará a conhecer um contrato de impressão (Imagem 8) começou por ter loja de livreiro na Rua das Fangas, no local onde habitava desde 1663, mas em 1672 alargou ali a sua atividade, com a instalação de uma imprensa, residindo e trabalhando sempre no mesmo local, até ao seu falecimento em 1707 (Carvalho, 1869). Teve o privilégio de impressor da Universidade e foi familiar do Santo Ofício, cujo privilégio de impressor obteve. A qualidade das suas impressões levou a que o Bispo do Porto o convidasse para ali imprimir, em 1690, as *Constituições do Bispado do Porto*, depois da destreza revelada na impressão das *Constituições do Bispado de Coimbra*, em 1684.

de papel impressas «que fazem 400 meias folhas» com a declaração de que se fossem necessárias mais folhas, se lhe pagaria por cada uma 1250 réis. Se, por outro lado, levasse menos de 200 folhas, se abateria a José Ferreira 1250 réis por cada folha a menos. Foi retirada a cláusula que ficara no contrato anterior, acerca das letras usadas. Também se obrigava a imprimir o índice dos capítulos, cujos originais manuscritos lhe seriam dados a tempo de os poder imprimir, dentro dos 16 meses de seu contrato.

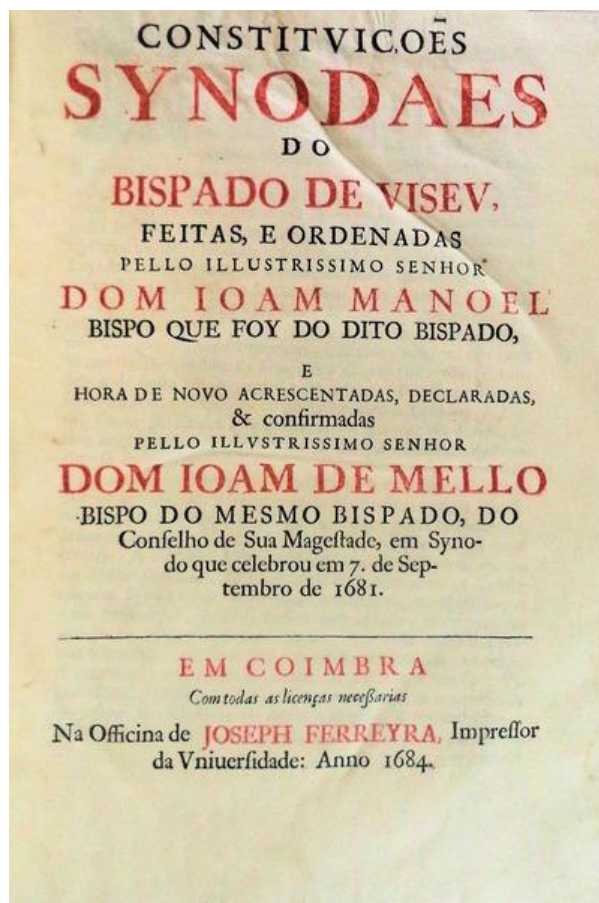


Imagem 9 – Folha de rosto das *Constituições Synodales do Bispado de Viseu...* Coimbra: Na Officina de Joseph Ferreyra, 1684 (imagem colhida em site de Abebooks e Livraria Castro e Silva)²⁹

29 Em AbeBooks anuncia-se a venda desta obra na Livraria Castro e Silva: <https://www.abebbooks.com/CONSTITVI%C3%87%C3%95ES-SYNODAES-BISPADO-VISEV/16745404070/bd>. A consulta da descrição bibliográfica do exemplar (cota MC-1212) existente na Biblioteca João

O impressor José Ferreira que era também impressor da Universidade também foi identificado como mercador, na escritura de contrato (Imagem 8). Mais uma vez se nota como a mesma profissão abrangia a impressão do livro e o seu comércio. Esta edição das *Constituições do Bispado de Viseu* é bastante rara, como se refere na sua descrição, onde foi colhida a imagem apresentada e que aponta para a existência de apenas um exemplar na rede pública de bibliotecas portuguesas, na Biblioteca João Paulo II, da Universidade Católica, com a cota MC-1212. Foi confirmada a existência deste exemplar pela consulta do catálogo online desta biblioteca (nota p. 29).

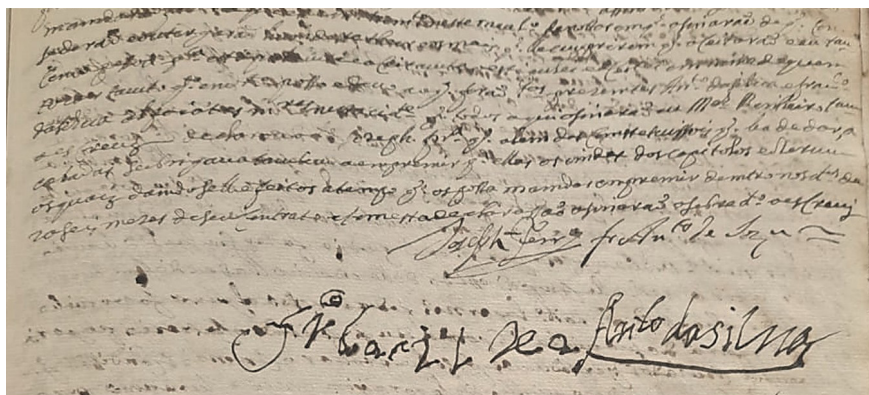


Imagem 10 - 07.10.1683 - Linhas finais da escritura de contrato para impressão das *Constituições do Bispado de Viseu*.

Os repasses de tinta, a acidez e a oxidação do papel, assim como a migração da tinta dificultam a leitura e esta situação permanece ao longo de todas as páginas da escritura notarial. Podem ver-se as assinaturas do impressor José Ferreira e de Fr. António de Jesus, que era o procurador do Bispo de Viseu, D. João de Melo (fl. 35). Na ante-penúltima linha, do final da escritura, refere-se que também seria impresso o índice dos capítulos da obra. Apesar de todo o texto deste

Paulo II, Universidade Católica, Lisboa, está acessível em Detalhes: *Constituições synodales do Bispado de Viseu* › Universidade Católica Portuguesa - catálogo

contrato dizer respeito à impressão das *Constituições do Bispado de Viseu*, podemos ainda colher uma informação complementar, mas breve, nas últimas linhas do texto (fl. 35) sobre a impressão de duas outras obras, em zona de texto de difícil leitura.

A Irmandade de Nossa Senhora das Neves e os impressores e livreiros de Coimbra

A existência desta Irmandade localizada no Colégio de Jesus de Coimbra pode ser conhecida em diversas escrituras notariais lavradas em livros de tabeliães de Coimbra. Podemos avançar com o nome do tabelião João Dias Gomes (1688), como um dos que lavrou uma escritura de contrato de dinheiro dado a juros por aquela Irmandade. Muitas instituições encontravam nesta forma de rentabilização de dinheiro uma boa fonte de proventos para a sua sobrevivência. Em 24 de novembro de 1688 o dito tabelião redigiu uma escritura através da qual a Irmandade de Nossa Senhora das Neves emprestava 20 mil réis em dinheiro a Manuel Barreto, morador na Rua de Quebra Costas. O juiz da Irmandade era então o livreiro José Ferreira, sendo o cargo de escrivão ocupado pelo livreiro João Antunes.³⁰

Na citada escritura apenas se identifica Manuel Barreto como mercador, mas a consulta de outros atos notariais permite confirmar que era um Impressor. Refira-se, a título de exemplo, a escritura de confissão de dívida, lavrada em 12.12.1692 pelo tabelião João Dias Gomes já referida neste texto (p. 218), em que Manuel Barreto foi identificado como impressor

Quanto ao mercador de livros João Antunes, sabe-se que entrou no mercado livreiro também como patrocinador da impressão de obras, como o atesta o pé de imprensa das próprias obras impressas que podemos consultar em diversas bibliotecas e que foram já reunidas

30 Cartório notarial de Coimbra (F); Livros de escrituras (SR), Tabelião João Dias Gomes, 1688-1689, fl. 34v-35v - cota: AUC-V-1ªE-8-4-162.

na obra de Gonçalves (2010, p.162-163). Um exemplo desta situação é já conhecido muitos anos antes de ele aparecer nesta escritura de 1688, do citado tabelião João Dias Gomes. Atente-se na obra do doutor Jerónimo Ribeiro de Carvalho, chantre da Sé de Coimbra, que tem por título *Sermam na profissam de Soror Maria do Salvador* e que foi impressa em 1675 por Maria Coutinho, viúva do impressor Manuel Carvalho. É raro o caso de uma mulher que ocupou o lugar de impressora da Universidade, com contrato feito com a instituição, tendo sido responsável pelas impressões na Universidade durante 25 anos (Bandeira, 2024). Na portada deste *Sermão*, aparece João Antunes na zona do pé de imprensa como a pessoa que custeou a obra: «A custa de Joam Antunes mercador de livros» (1655) na «Imprensa da viúva de Manuel Carvalho Impressora da Universidade».

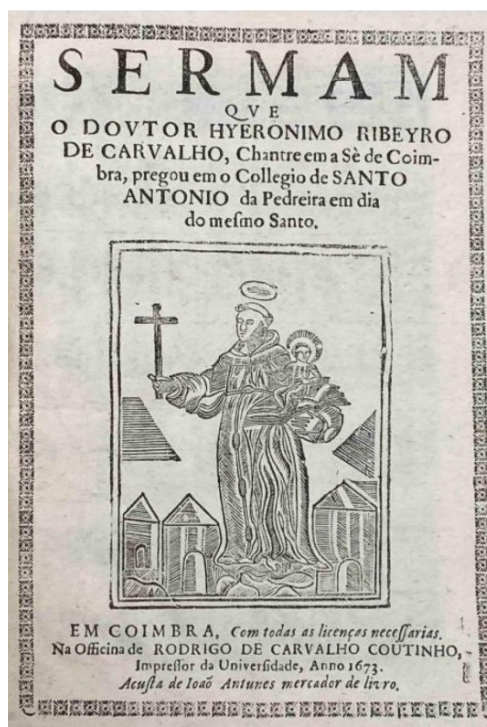


Imagem 11 – Página de rosto de *Sermam que o Dovtor Hyeronimo Ribeyro de Carvalho, chantre em a Sé de Soimbra...* Coimbra: Rodrigo de Carvalho Coutinho, 1673. (exemplar pessoal, mas que também existe na BNP <https://purl.pt/27921/service/media/pdf>)

Neste outro sermão (Imagem 11) do mesmo autor já referido, mas agora pregado no Colégio de Santo António da Pedreira e impresso na Oficina de Rodrigo de Carvalho Coutinho, o nome de João Antunes, mercador de livros, apresenta-se também a custear esta obra, como ficou registado, em letra de forma, no pé de imprensa.

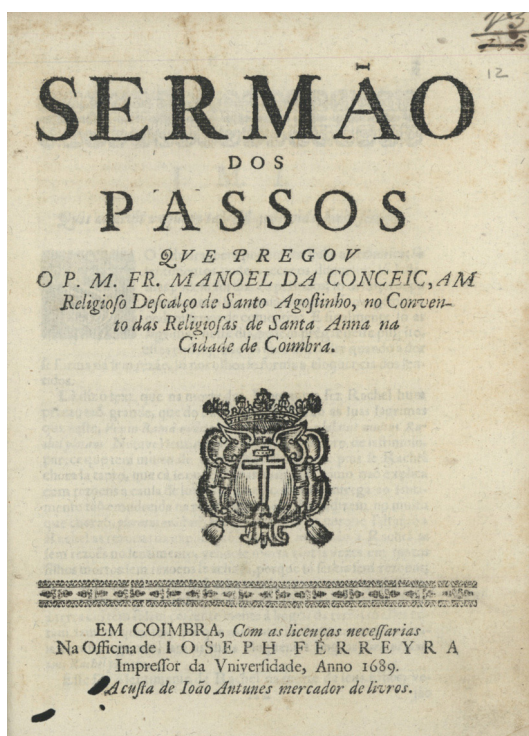


Imagem 12 – Página de rosto de *Sermão dos Passos que pregou [...] o P. M. Padre António de Sá*. Coimbra: José Ferreira, 1689³¹.

Nesta imagem podemos ver como o mercador João Antunes surge a custear a impressão, tal como aconteceu com muitas outras obras.

Mas também João Antunes se torna impressor, ao constatar, certamente, a rentabilidade que poderia obter associando a impressão e o comércio livreiro. A primeira obra por ele impressa até agora referida

31 Exemplar identificado no site da Biblioteca Nacional de Lisboa, acessível em *Sermão dos Passos que pregou ao recolher da prociçam* [sic]

data de 1692 e a sua produção livreira continuará até 1726, de acordo com o elenco de obras e biografia já traçada (Gonçalves, 2010).

Quanto a esta Irmandade, sobre a qual pouco ou quase nada se sabe até agora, deverá ter representado um papel semelhante ao da Irmandade de Santa Catarina do Monte Sinai, existente em Lisboa, na igreja de Santa Catarina. Mas quanto a esta instituição também designada por Confraria de Santa Catarina sabemos que era, efetivamente, uma Corporação de Livreiros, como poderá ser confirmado em algumas obras já publicadas sobre livreiros em Portugal (Guedes, 1993 e 2003). Considerada uma opulenta Confraria, possuiu livros que estiveram guardados num anexo da igreja da Lapa, em Lisboa. Entre esses livros figura um com apontamentos históricos e cronológicos sobre a *Origem da Antiga Confraria dos Livreiros* também designada *Confraria dos Livreiros de Santa Catahrina de Ribamar* cuja origem remontaria ao séc. XV. Pode presumir-se que essa Irmandade de Santa Catarina esteve entregue à administração da Confraria dos Livreiros e passou a incluir o seu nome na sua designação (Guedes, 1993, p. 107).

Esta Irmandade de Nossa Senhora das Neves, em Coimbra, não revela essa ligação intrínseca com livreiros e impressores. Nada de esclarecedor foi identificado na leitura dos *Estatutos da Irmandade de N. S. das Neves sita no Collegio da Comp.^a de Jezus de Coimbra* de 1621. O volume assim intitulado pertence ao acervo da Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães, por oferta que lhe foi feita pelo Conde de Vila Pouca, como se pode ver no rótulo aposto no início do volume³², sem podermos saber, concretamente, a quem se reporta este título nobiliárquico, da família Alcoforado. Fundada no séc. XVII e com aprovação pontifícia por Bula do Papa Gregório XV datada de 9 de julho de 1621, esta Irmandade não era apenas devocional, mas também assistencial: no acompanhamento do enterramento, na pobreza e na doença. Podemos apenas colher, nos seus estatutos, no

32 Referência da SMS - ARQ156: <https://www.csarmento.uminho.pt/site/s/archsms/item/68846>

Tit. 30, «Da ordem no recebimento dos Irmãos», que estes deveriam ser oficiais mecânicos que vivessem corretamente dos seus ofícios, «tratos e fazendas». Aqui se pode entender a inclusão de impressores e livreiros, tal como os vamos encontrar, figurando em escrituras notariais que envolvem a Irmandade de Nossa Senhora das Neves, apresentando-se como seus secretários e juizes. Era uma forma de sentirem uma protecção em caso de doença ou de pobreza. Podiam, também, aceder a empréstimos monetários feitos pela Irmandade, sempre que necessários para a sobrevivência dos seus negócios.

CONCLUSÃO

No presente artigo propunha-se alargar o estudo da história da imprensa em Coimbra nos séculos XVI e XVII, tradicionalmente remetida para um recenseamento dos exemplares impressos e identificação dos seus impressores. Reconhecendo que existe uma limitação no acesso a fontes documentais diversificadas e depois de uma pesquisa em que foram identificadas escrituras notariais de contratos de impressão, fez-se o seu estudo e transcrição paleográfica. Foi feita a análise e divulgação de documentos manuscritos que se revelaram essenciais para um aprofundamento da história da imprensa. Foi conferido um destaque particular às escrituras notariais de Coimbra e do Colégio de Jesus de Coimbra e colocou-se em evidência uma documentação que trouxe à luz informação valiosa. As formalidades dos contratos de impressão revelam a quantidade de exemplares a imprimir, as datas de entrega da impressão, quem fornece o papel e outros materiais, os preços de impressão e quais as responsabilidades que cabem ao impressor. As escrituras dos tabeliães de Coimbra complementam o que se conhecia sobre a atividade e a vida pessoal de impressores e livreiros, permitindo conhecer os laços de parentesco e proximidade entre estes profissionais. Foi possível, através

destes escritos, ter o privilégio de nos acercarmos das pessoas, suas assinaturas, suas moradas, suas famílias e a sua inserção no tecido económico e social da cidade.

Uma abordagem multidisciplinar de todos estes dados biográficos, profissionais, toponímicos e geográficos só pode enriquecer a história do livro, nas suas vertentes de impressão e comércio. A divulgação destas fontes abre, forçosamente, novos caminhos que permitem cimentar a história da imprensa em Coimbra. Que o caminho seja frutuoso, para aqueles que amam os livros e persistem em conhecer os seus primórdios.

Apêndice documental³³

Doc. 1

1591, abril, 2 – Contrato entre o Colégio de Jesus de Coimbra e o impressor António de Mariz.

[fl. 45v] Contrato de Antonio de Marys com o Collegio

Em nome de Deos Amen. Saibaõ os que este publico instrumento de contrato e obrigaçaõ virem que em os dous dias do mes de abryl do anno do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de myl e quinhentos noventa e hum, nesta cidade de Coimbra e Collegio da Companhia de Jesu, na casa do despacho delle onde estavaõ presentes o Reverendo Padre Pero Gonçalves procurador do dito Collegio, por virtude da procuraçam que tem do muyto Reverendo Padre Reitor delle para fazer e cellebrar todos e quaesquer contratos e composi-

33 Na transcrição paleográfica manteve-se a acentuação original de palavras; foram separadas as palavras indevidamente unidas; foram unidas as palavras indevidamente separadas; manteve-se a grafia de v e de u, a grafia de i e y, assim como a grafia de s e de z; desdobraram-se as abreviaturas; mantiveram-se as consoantes duplas; desdobrou-se o símbolo Crismon para a grafia de Christo.

ções e obrygações tocantes ao dito Collegio, e obryguar todos seus bens e fazenda e renda a aver por bom todo o que por elle Padre Pero Gonçalves procurador for feito como isto consta de sua procuraçam feita por Antonio de Gouveia esprivaõ que foi deste Collegio no anno de myl e quinhentos oitenta e seis a vinte seis dias do mês de setembro, e outrosi estando presente Antonio de Marys impressor desta Universidade pellos quaes foi dito perante mim publico esprivaõ e testemunhas ao diante nomeados que estavaõ contrtatados, e de feito se contrataram para elle Antonio de Marys impremyr ha sua custa de papel, tinta, e trabalho de mãos e industria e todo o mais necessaryo para a dita impressaõ hum livro que se chama dos físicos composto pello Padre Manoel de Guoes da dita Companhia, na forma do papel e characteres que lhe deraõ com sua grosas e margens, o qual lyvro começara de impremir tanto que lhe derem o original por onde o há de ir impremyndo, asy como lhe derem os cadernos, sem meter outra alguma obra na dita pressa [sic] ate que seja de todo acabado o dito lyvro, contanto que se lhe deem os padres para seo aviamento necessaryo, asy do original como da correição e provas; e acabado de imprimir o dito lyvro lhe dará ele Antonio de Marys ao dito Collegio cem volumes do dito lyvro dos físicos de graça e mais cincoenta vollumes do dito lyvro pondo os padres somente o papel. E o dito Padre Pero Gonçalves [fl. 46] se obryguou em nome do dito collegio a terem o dito lyvro dos físicos no dito collegio, e no Collegio da dita Companhia da cidade de Evora por espaço de quatro anos, em cada hum anno, e nos collegios de Lixboa e de Bragua, hum anno em cada quatro anos porque asi se lem [sic] ate aguora nestes dous collegios e mais se obrigou o dito Padre procurador a dar ao dito Antonio de Marys licença como defeito por este publico instrumento lha da e ha por dada em nome do dito Collegio para elle impremyr para sy as artes pequenas do Padre Manuel Alvares, não as reformadas se não as outras [*frase sublinhada no manuscrito*], por quantas vezes quiser. E quanto has ditas artes pequenas se as reformarem e concertarem

em cada anno, digo de novo os Padres lhas darão para elle Antonio de Marys as impremyr para si tanto por tanto conforme ao concerto que sobre ellas farão nesse tempo .s.³⁴ de como as ha de impremyr e dos volumes que ha de dar ao Collegio, comtentando aos Padres os caracteres e papel e lhe farão a elle mais equidade que a outrem, e não imprymyra as ditas artes pequenas por reformar, senão depois que já estiver imprymindo o dito livro dos físicos. E asy mais se obrigou o dito Antonio de Marys a impremyr quatrocentos martyrologios do original Romano tralladado em português conforme ao original que os Padres do dito Collegio lhe tem dado, o qual impremira no seu papel e há sua custa , e os Padres do dito Collegio lhe paguaraõ por cada folha inteira três reis, e lhe dará a esta conta para dia de Pascoella que vem cincoenta cruzados e no cabo a demasia, quando fazer a entrega de todos ditos quatrocentos lyvros. E declarou mais o dito Antonio de Marys que se obryguava a dar ao dito Collegio houtros [sic] cincoenta vollumes do dito livro dos físicos impressos e os Padres lhe paguaram somente o papel e custo da impressão que elle Antonio de Marys diser que lhe fizeraõ de custo em sua consciencia. E o dito Padre procurador se obrygou pellos bens e rendas do dito Collegio [fl. 46v] a lhe pagar e compryr todo o sobredito e em caso que lhe não dem a elle Antonio de Marys o aviamento necessayro de originais e provas para os officiaes da impressão proseguyrem na dita impressão que o collegio lhe paguara o custo dos tais officiais, e o dito Antonio de Marys da sua parte para cumprir com todo o conteudo nesta obrygação disse que obriguava todos seus bens e fazenda avida e por aver sob penna de pagar a parte que isto não compryr há que por isso escrever quinhentos cruzados de penna e nome della quoaal levada ou não todavia este estromento se cumpra e guarde cada hum seu como se nelle contem, e por o tocante a elle se obryguaraõ responder perante o conservador desta Universidade sem

34 Abreviatura de *scilicet*, ou seja, na tradução portuguesa, a saber.

poderem declynar seu foro e juizo, e em fe e testemunho de verdade mandaraõ ser feito este estromento nesta nota que asinaraõ de que pediraõ e se outorguaraõ cada hum seu deste teor que aceytaraõ cada hum pella parte que lhe cabia, e que eu esprivaõ publico estipuley e aceitei em nome das partes absentes a que pertencer como pessoa publica estipulante e aceytante quanto em direito posso e devo, ao que foraõ testemunhas presentes diguo posso e devo, e declarou mais o dito Padre procurador que se obriguava a se ler em cada hum dos ditos collegios o dito livro dos físicos asy como atras fica dito, lendo se o curso nelles, como ora se le por que acontecendo que se deixe de ler em algum delles por falta e culpa dos padres, em tal caso lhe paguara este collegio a perda que nisso receber ou tomara a sua conta os vollumes que elle Antonio de Marys houvera de gastar e impress [sic] diguo vender em cada hum dos ditos collegios para o que obryguava elle Padre procurador os bens e rendas do dito Collegio, e que este contrato avera effeyto por esta impressão somente, ao que foraõ testemunhas presentes Pero Pinto Freire morador em a sua quinta de Paramos e Nicolao da Silveyra morador em Esgueira e Manuel da Costa Coutinho o esprevi / dizia o riscado, por, e os mal espiritos, reforma agente do dito collegio e eu Diogo, quatro Diogo Coutinho esprivaõ

[Assinaturas]

Nicolao da Silveira Pero Gonçalves Antonio de Marys

Padre Pero da Fonseca ... Manuel da Costa

Doc.2

1596, junho, 14, Coimbra – Contrato entre o Colégio de Jesus de Coimbra e o impressor António de Mariz.

[fl. 106] 2.º Contrato com Antonio de Marys impressor

Saibaõ os que este publico instrumento de contrato e obryguação virem que em os quatorze dias do mês de junho do anno do naci-

mento de nossso senhor Jesu Christo de myl e quinhentos noventa e seis, nesta cydade Coimbra e Collegio da Companhia de Jesus della onde estavaõ presentes o Reverendo Padre Pero Gonçalvez procurador geral do dito Collegio, e asy Antonio de Marys, impressor desta Universidade, pellos quais foi dito perante mym esprivão publico e testemunhas ao diante nomeadas que eles estão contratados para elle Antonio de Marys imprymir os Comentarios de generatione e de anima que ora o muito Reverendo Padre Manuel de Guoes da dita Companhia tem composto, e depois os da logica. Disse o dito Antonio de Marys que elle se obriga a imprimir os ditos lyvros de papel e marca e bondade que responda à dos físicos que elle Antonio de Marys imprymio e asi nos caracteres, e perfeição das obras, e que não abryra dellas maõ despoes e lhe dar o original de cada hua dellas, por notáveis intervalos. E dos da logica lhe sera o collegio obrygado a dar o original composto pello dito Padre Manuel de Guoes ou por outrem a quem a Companhia o cometer subcedendo [sic] por qualquer via que o dito Padre Manuel de Guoes os não podesse continuar. E asy se obryguou elle Antonio de Marys a dar ao collegio cincoenta tomos dos ditos lyvros de generatione e de anima e cento e dez da logica bons e escolhidos. E que sendo caso que elle Antonio de Marys não continue todas as ditas obras perfeitamente, por morte o que Deus não queira ou por qualquer outro caso, serão obrygados seus herdeiros a continuar a tal impressão e o Colegio a lha dar, e faltando por sua parte delle Antonio de Marys ou de seus herdeiros [*estas três palavras estão entrelinhadas*] ficara o Collegio desobryguado de lha dar [fl. 106v] a seus herdeiros, e a poderá o Colegio dar a imprymir a quem quizer posto que este começada há custa delle ou de seus herdeiros a quem ficaraõ as tais obras com obrygação de dar os ditos livros e volumes de graça ao dito Collegio o que tudo se fara e compryra por ambas as partes com todas as clausullas e obrygações atras narradas. / E que se acontecer que neste Collegio se não acabe de compor o original da logica e que se acabem qualquer outro da

companhia nesta provincia este Collegio sera obryguado a lhe dar a elle Antonio de Marys o dito original perfeito e acabado para sair e se acabar a dita obra em nome deste Colegio as artes conforme há ordem que os superyores nisto tem dado. E que não poderaõ elle Antonio de Marys nem seus herdeiros nem outra pessoa por sua via, fazer a segunda impressaõ destas obras nem alguma dellas sem licença e consentimento deste Collegio, e que tendo o Padre Reitor por sy ou por outrem assim aos livros desta prymeira impressaõ o poderá fazer para que conste [*pingo de tinta sobre a palavra*] que elle Antonio de Marys não fez mais que esta prymeira impressaõ. E que despois de impressos estes livros o Collegio sera obryguado a fazer com que se leam nelle e no de Evora enquanto se ler nelle o curso das artes como agora se lee. E que os pryvilegios que tem o Collegio em favor de não vyrem de fora livros compostos por padres da Companhia se comunicaraõ em favor desta impressaõ para o que não possaõ estes livros nem algum deles vir de fora nem correr nesta provincia sem licença e consentimento delle Antonio de Marys, e que se o Colegio tem o tal privilegio ou privilégios ou ao diante o tiverem, ficara favorecendo e comunycando esta impressaõ com as mesmas penas e clausullas e graças quem elles acharem. E para todo asy compyrem disseraõ elle Padre Pero Gonçalvez que em nome do Colegio por vertude de huma provisam geral de que dou fe, e o dito Antonio de Marys por seus bens e fazenda de seus herdeiros, o promete cumprir cada hum por sua parte como asi se contem e que por todo o tocante a elle responderaõ perante o conservador [fl. 107] desta Universidade, sem poderem declinar seu foro e juízo que renunciaram e elle Antonio de Marys, e forças e embarguos. Em fe e testemunho de verdade mandaram ser feito este estromento nesta nota que assinaram de que pediram (?) e se outorguaraõ a que cumprissem deste teor que aceytaraõ cada hum pella parte que lhe cabia e que eu esprivaõ publico estipulei e aceitei em nome das partes absentes a que pertencer como primeira pessoa estipulante e aceytante quanto em direito posso e devo / a

que foraõ testemunhas presentes Antonio Anriquez e Gaspar Roiz barqueiros e Pero Roiz familiar do dito Colegio e eu Diogo Coutinho que o esprevi / dizem as antrelinhas , ou de seus herdeiros, e no de Evora, e o mal esprito diz, sera, Diogo Coutinho o esprevi.

[Assinaturas] Pero Gonçalves

Antonio Anriquez Pero Roiz [*com sinal de que assinou de cruz*]

Gaspar Roiz [*com sinal de que assinou de cruz*] Antonio de Marys

Doc.3

1683, outubro, 7, Coimbra – Contrato com José Ferreira mercador de livros e o procurador do Bispo de Viseu.

[fl. 34] Contratto que fes Joseph Ferreira mercador de livros morador nesta cidade com o Padre mestre Frei Antonio de Jesu Relegiozo de Nossa Senhora da Grassa como Procurador do bispo de Viseu.

Saibaõ quantos este publico instrumento de comtratto e obrigassão ou como em direito melhor dizer se possa virem que no anno do nassimento de nosso senhor Jesu Cristo de mil seiscentos e outtenta e três anos aos sete dias do mês de outtubro do dito anno nesta cidade [de] Coimbra demtro no Colegio de Nossa Senhora da Grassa em a salla do muito Reverendo Padre Mestre Frei Antonio de Jesus cronista da dita Ordem aonde eu tabeliam vim ali estava presente Joseph Ferreira Almoxarife desta mesma cidade e mercador de livros morador em a mesma cidade ambos pessoas que reconheço e loguo pelo dito Reverendo Padre me foi apresentada huma procuração do Illustrissimo Senhor Bispo da cidade de Vizeu Dom João de Mello do qual o theor he o seguinte. Por esta nossa sedada [sic] somente feita do nosso mandado e firmada por nos damos poder ao Reverendo Padre mestre coronista Frei António de Jesus da Ordem de Santo Augustinho [fl. 34v] nosso procurador bastante com licença de seu muito Reverendo prelado para que possa reformar alterar ou deminuir com as declarassois e

condissois necessárias o contratto que em nosso nome celebrou com Joseph Ferreira empresário e mercador de livros da cidade de Coimbra sobre a epressão [sic] das Constiuissóis deste nosso bispado de Viseu e aditamentos emendas e declarassois que fizemos no sínodo, que celebramos que tudo consta da escritura feita em Coimbra na nota de Francisco Gomes da Silva tabeliam publico aos trinta dias do mês de marsso de mil seiscentos outtenta e três e tudo o que agora de novo for contratado reformado alterado acrescentado, e demenuido em qualquer parte comdisão e sircunstancia deste ditto contrtratao pelo dito nosso procurador por escretura publica ou particular com o dito Joseph Ferreira haveremos por bem firme e valioso, sob obrigassão e theor da procurassão que pera este efeito lhe fizemos dada em Viseu sob nosso sinal somente aos vinte e nove de marso de seis diguo de marsso de mil seiscentos e outtenta e tres // Joaõ Bispo de Viseu // e não se continha mais na dita procurassão que aqui copiei da própria que fica em meu poder a que me reportto por não ser nesesario para mais, e diseraõ ambos assim o Reverendo Padre mestre Frei Antonio de Jesu como Joseph Ferreira e cada hum delles de per si in solidum a mim tabaliaõ perante as testemunhas ao diante nomeadas e no fim desta notta assinadas que elles estavaõ contrtrattados em vertude de huma procuração do Sr. Bispo de Vizeu como procurador do Senhor Bispo que lhe daria trezentas e quinze Constituissóis empresas e cadernadas [sic] em purgaminho postas as custas delle dito Joseph Ferreira em a cidade de Viseu por presso e quamtia certa de quatrocentos e vinte mil reis tendo as ditas Constituissóis duzentas folhas, se abateria ao dito Joseph Ferreira outros mil duzentos e sincoenta reis por cada huma que de menos tivesse; e per quanto de novo acharaõ que hera mais conveniente tirar se a dita clauzula e respeito das letras em que se empremissem as ditas Constituissóis poderem ser maiores ou menores, com que ficava em maior conveniência de huma e outra parte e per outras rezois que sobrevieraõ; diseraõ ambos que de novo estavaõ ajustados como por este publico instrumento ajustaraõ que o comtratto que tinhaõ feito

na nota do dito tabeliam Francisco gomes da silva sobre a dita em-
pressaõ ficasse em seu vigor exsepto [sic] a dita claausula e condissaõ
feita sobre o haver de ter o livro das Constetuissois mais ou menos
das ditas duzentas folhas per que nesta parte o haviaõ por revogado
e alterado e somente de novo se contrataraõ em que o dito Joseph
Ferreira será obrigado demtro no seu tempo do dito comtratto a dar e
emtreagar as ditas Constetuissois ou tivesse duzentas ou mais ou menos
folhas sem que por serem mais lhe haviaõ de dar mais da dita quantia
de quatrocentos e vinte mil reis como também por serem menos lhe
não abateraõ nada da dita quantia. E outrossi disse o dito Reverendo
Padre mestre Frei Antonio de Jesu que as obras do Padre Genete (?) e
as de Manuel de Faria que elle dito Joseph Ferreira lhe prometera [fl.
35] pelo trabalho de correr com as emendas da dita Constetuiissão se
daria perante o que dellas (?) pella (?) haver recebido e que o original
para se empremirem as ditas Constetuissois o entregara ao dito Joseph
Ferreira em o primeiro de Agosto deste anno prezemte dia em que co-
meçou a correr os dezasseis meses a obrigassão delle dito Joseph dar
acabadas e empremidas as ditas Constituissóis [...?] assi o outorgaraõ
e de tudo mandaraõ [...?] instrumento neste meu livro de nottas em
que o assinaraõ deste theor e o mais que lhe em visto do que cumprir
em que aceitaraõ e eu tabeliam como pessoa publica estipulante e
aceitante estipulei e aceitei em visto de quem tocar tanto quanto em
direito posso e devo ao que foraõ testemunhas presentes Antonio da
Silva e Francisco da Silva alfaiates moradores nesta cidade que todos
aqui assinaraõ eu Manuel Pinheiro tabeliam o escrevi. Declarou o dito
Joseph Ferreira que alem das Constetuissois que ha de dar acabadas
se obriguava a empremir para ellas os index de capitulos e resumo os
quais dando se lhe feitos a tempo que os possa mandar empremir de-
mtro nos ditos dezasseis meses de seu contrato e com esta declarassão
assinaraõ o sobredito o escrevi.

[Assinaturas] Joseph Ferreira
Francisco da Silva

Fr. Antonio de Jesu
Antonio da Silva

FONTES MANUSCRITAS:

Arquivo da Universidade de Coimbra:

Universidade de Coimbra (F); Livros de Receita e Despesa (SR), 1592-1593 – cota AUC-IV-1.^aE-12-3-3.

Universidade de Coimbra (F); Livros de notas/escrituras notariais (SR), t. 28, liv. 5

Cartório Notarial de Coimbra (F); Livros de notas (SR); Tabelião João Pereira

Cartório Notarial de Coimbra (F); Livros de notas (SR); Tabelião António Rodrigues

Cartório Notarial de Coimbra (F); Livros de notas (SR); Tabelião Francisco Gomes da Silva

Cartório Notarial de Coimbra (F); Livros de notas (SR); Tabelião João Dias Gomes

Cartório Notarial de Coimbra (F); Livros de notas (SR); Tabelião Tomé Borges

Cartório Notarial de Coimbra (F); Livros de notas (SR); Tabelião Francisco Soares Rebelo

Colégio de Jesus de Coimbra (F); Livros de Notas (SR), vol. 11

Sociedade Martins Sarmiento

Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora das Neves sita no Collegio de Jezus de Coimbra, 1621 (SMS - ARQ156).

BIBLIOGRAFIA

Almeida, Frei António José de (2007) – “A mobilidade do impressor quinhentista português António de Mariz”. In Ferreira Alves, N. M. (coord.) *Artistas e artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa: Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Porto: CEPESE, p. 59-68. Acessível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/artistas-e-artifices-e-sua-mobilidade-no-mundo-de-expressao-portuguesa/a-mobilidade-do-impressor-quinhentista-portugues-antonio-de-mariz>

Almeida, Manuel Lopes de (1970) – *Artes e ofícios em documentos da Universidade*. Coimbra, v. 1.

Anchieta, José de (1595) - *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: António de Mariz.

Bandeira, Ana Maria Leitão (1995) – “Contrato com António de Mariz para Impressão da Obra do P.e Sebastião Barradas - Um caso de parceria de edição em 1597”, *Cadernos BAD*, (3), p. 45-51.

- Bandeira, Ana Maria Leitão (2024) – “Maria Coutinho: uma mulher impressora no séc. XVII, em Coimbra”, *Arquivo Coimbrão, Boletim da Biblioteca Municipal*, XLV-11, p. 7-22.
- Despauterius, Ioannes (1563) - *Carmina* ...Braga: António de Mariz.
- Carvalho, Jerónimo Reibeiro de (1673) - *Sermam que [...] pregou em o Collegio de Santo Antonio da Pedreira [...]*.Coimbra: Rodrigo de Carvalho Coutinho.
- Carvalho, Joaquim Martins de (1868) - *Apontamentos para a Historia Contemporânea*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Acessível em <https://ia802809.us.archive.org/31/items/apontamentospara00mart/apontamentospara00mart.pdf>
- Cartas que os Padres e Irmãos da Companhia de Iesus, que andão nos Reynos de Iapão escreuerão aos da mesma Companhia* ... (1570). Coimbra: António de Mariz.
- Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu, in octo libros.....*, (1592). Coimbra: António de Mariz.
- Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu In tres libros de Anima Aristotelis Stargitatae...* (1598). Coimbra: António de Mariz.
- Constituições Synodaes do Bispado de Viseu...* (1684). Coimbra: Na Officina de Joseph Ferreyra.
- Dias, João José Alves (2014) – “Os primeiros caracteres chineses impressos no Ocidente, 1570”. In *Portugal-China: 500 anos*. Coordenação de Miguel Castelo-Branco e Paulo J. S. Barata. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, pp. 77-83.
- Fonseca, Jorge (2015) – “Impressores e livreiros europeus na Lisboa dos séculos XVI e XVII”. *Ammentu. Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe* n. 7, luglio-dicembre, pp. 49-56. Acessível em <https://www.centrostudisea.it/ammentu>
- Gonçalves, José Jorge David de Freitas (2010) - *A Imprensa em Coimbra no século XVII*. Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História Económica e Social. Lisboa: UNL: FCSH. Acessível em <https://run.unl.pt/handle/10362/10106>
- Guedes, Fernando (2001) – *O livro como tema: história, cultura, indústria*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Guedes, Fernando (2003) – *A Confraria de Santa Catarina do Monte Sinai da corporação dos livreiros*. Lisboa: Associação Portuguesa de Editores e Livreiros.
- Leão, Manuel (1995) – “Livros, livreiros e impressores portuenses do século XVII”. *Humanística e Teologia*, Porto, n.º 16, pp. 145-173.
- Sá, António de (1689) – *Sermão dos Passos [...]*. Coimbra: José Ferreria.
- Santos, Daniela Fernandes (2023) - “Os privilégios de impressão de livros na carreira do tipógrafo António de Mariz” . *Cadernos do Arquivo Municipal*. Câmara Municipal de Lisboa, 2.ª série, n.º 20.

Histórias reais: uma performance da existência no livro de artista

True Stories: a performance of existence in the artist's book

Ticiane Flávia Martins da Cruz¹

RESUMO

O livro *Histórias reais* (2009) de Sophie Calle é uma autobiografia de fragmentos de fotografia e texto. Mas a composição proposta por Sophie utiliza-se ainda do espaço do livro para a expressão e, apesar de apresentada em formato código convencional, é possível perceber nuances específicas da articulação entre texto, imagem e espaço gráfico que atuam em conjunto e fazem do livro um cenário para uma performance da artista que transforma seu corpo em imagem pela fotografia e faz da obra, não um livro de suporte para textos e imagens, mas antes um livro de artista que tem a performance como elemento propulsor. Para essa discussão, o presente trabalho busca entender a metamorfose corporal em imagem proposta pela artista, refletindo sobre os recursos utilizados para expressão em livro do que aqui é entendido como uma “performance da existência”.

PALAVRAS-CHAVE

Fotografia; livro de artista; performance.

1 Doutoranda em Estudos de Linguagens ; Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET-MG . Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil ; <https://orcid.org/0000-0002-6841-7027>; martins.ticiane@gmail.com

ABSTRACT

True Stories (2009) by Sophie Calle is an autobiography that combines fragments of photography and text. Despite being presented in a conventional codex format, Sophie's composition still uses the space of the book for expression. Specific nuances of the articulation between text, image, and graphic space work together to create a scenario for the artist's performance. Sophie transforms her body into an image through photography, making the book not just a collection of texts and images, but rather an artist's book where performance is a key element. This work aims to explore the artist's body transformation into an image and reflect on the resources used to express, through a book, what is referred to here as a "performance of existence".

KEYWORDS

Photography; artist's book; performance

"Em relação à Fotografia, eu era tomado de um desejo 'ontológico': eu queria saber a qualquer preço o que ela era 'em si'", é assim que Roland Barthes (2015, p. 13) inicia suas reflexões em *A câmara clara*: buscando saber se a fotografia de fato existia e o que caracterizava essa existência. Em suas reflexões, o autor assume a fotografia como o encontro de três práticas: a de quem faz a fotografia, ou *Operator*; a de quem vê a fotografia, ou *Spectator*; e a de quem é fotografado, "referente" ou *Spectrum*. Compondo uma autobiografia de fragmentos e imagens fotográficas, tenta, assim, se aprofundar nessa linguagem, partindo de seu interesse enquanto *Spectator*, ou seja, pelo sentimento que as imagens lhe despertavam ao olhar para elas "não como uma questão (um tema), mas como uma ferida" (Barthes, 2015 p.26). Para ele, a reflexão surgia a partir do contato visual e do que movia seu afeto a ponto de despertar seu interesse — motivado por *studium*, como um interesse cultural geral; ou por *punctum*, como um algo que capta de imediato sua atenção, que mobiliza, "fere" e que, por isso, já faz parte dele no instante em que é visto.

Uma curiosidade semelhante diante da imagem fotográfica parece ter movido a artista Sophie Calle (2009) ao escrever o livro *Histórias reais*. A artista conta em entrevista veiculada em um jornal brasileiro² que decidiu escrevê-lo quando foi parar em uma sessão de psicanálise “por acaso”, ao ser indicada por seu pai a uma avaliação médica para verificar seu mau hálito. Chegando no local, percebeu que estava diante de uma psicóloga e, ao ser provocada por ela sobre sua suposta inquestionável obediência ao pai, decidiu ficar. *Histórias reais* parece ser motivado, como consequência, por essa busca da artista por si mesma. No livro, a fotografia é utilizada como instrumento dessa procura e há uma intrínseca relação proposta por Sophie entre imagem, palavra e espaço gráfico.

Com a edição em formato códice convencional, à primeira vista pensa-se que se trata de um fotolivro, fazendo as vezes de um suporte para a fotografia e para o texto, como uma coletânea de histórias em um álbum fotográfico. Mas é possível notar como a disposição desses elementos e a articulação entre eles cria um cenário performático em espaços-tempos específicos definidos pelo jogo proposto pela estrutura. O livro, então, revela-se um “fruto estranho” de que fala Florencia Garramuño (2014, p. 29) em *Práticas da impertinência*, já que há uma “desapropriação da especificidade” quando se tenta perceber a obra buscando semelhança com estruturas tradicionais de leitura.

Em sua reflexão, Garramuño (2014) faz referência à obra de Nuno Ramos intitulada “Fruto estranho”, uma instalação exposta no MAM do Rio de Janeiro em 2010, para pensar sobre propostas artísticas que provocam certa estranheza quanto à sua classificação em uma linguagem ou forma específica, pois, por seu hibridismo e combinações inusitadas, deslocam concepções rígidas e possíveis enquadramentos do que seria a obra em si. *Histórias reais* traz essa pluralidade de linguagens indicada por Garramuño (2014), sendo os elementos

2 Entrevista veiculada no site da Folha de São Paulo concedida em uma palestra realizada em São Paulo pela artista no Teatro do Sesc Pompéia em 2009.

que compõem a publicação percebidos nesta reflexão de forma conjunta e indissociável.

O encontro entre palavra e fotografia em um livro pode acontecer, segundo Cadôr (2021), sob três perspectivas distintas: como fotoliteratura, fotolivro literário ou livro de artista. A obra caracterizada como fotoliteratura é aquela que apresenta fotografias intercaladas com o texto literário; o fotolivro literário é aquele em que textos literários são inseridos em livros fotográficos e o livro de artista é aquele que traz palavra e imagem imbricados nessa “nova arte de fazer livros” a que se refere Carrion (2011), para quem a forma é enfatizada como parte integrante da composição. Para Cadôr (2021), existem ainda algumas diferenças entre o fotolivro e o livro de artista, já que para um livro com fotografias ser considerado um livro de artista deve ser de autoria de um ou uma artista e ser uma obra pensada para o livro, ainda que as imagens possam ou não ter sido feitas por esse ou essa artista.

Como “fruto estranho”, referindo-se ao termo criado por Garra-muño (2014), *Histórias reais* não pode ser enquadrado no campo literário convencional ou apenas ser considerado um livro que comporta imagens e textos. Embora pareça um fotolivro, a obra é pensada aqui como um livro de artista, ou, mais especificamente, como uma performance em livro, o que traz características específicas para a obra.

Como lembra Cadôr (2014), uma performance é um acontecimento único, e muitos artistas passaram a registrar esses acontecimentos em livros de artista. Nesse sentido, o registro em livro estabelece um outro tempo de duração para a performance, “de modo que o que é transitório se torna permanente”, sendo que “a sequência de páginas do livro pode prolongar a duração da performance, como se ela continuasse ou como se ela comesse cada vez que o livro é aberto” (Cadôr, 2014, p. 25). O autor lembra ainda que, além de atuar como registro, o livro de artista pode criar relações diversas com a performance: seja para dar acesso ao acontecimento; como um es-

paço em que se dá a ação direta do artista; configurar-se como um campo que cria um corpo performático pelo ato de leitura; ou gerar ações que se dão no espaço gráfico do livro, por exemplo.

Compreender o livro *Histórias reais* como um livro de artista criado para o estabelecimento de um jogo performático com quem o lê não é percebê-lo, pelo enfoque dado às reflexões apresentadas neste artigo, como um registro para performance, mas sim pensar sobre as relações entre palavra, fotografia e espaço do livro estabelecidas na obra para essa performance contínua, buscando o entendimento de como essas conexões se deram e se completam na leitura e criam um tipo específico de performance em que as associações entre texto, fotografia e espaço gráfico são parte do que se percebe ser um acontecimento em livro proposto pela artista. Para a reflexão, os fragmentos de imagem e texto do livro de Sophie foram pensados tal qual o *punctum* de Barthes (2015) — como algo que se capta de imediato no instante de leitura e que, por afeto, desperta elocubrações diversas —, sendo eles utilizados como rumo para os fragmentos de pensamentos aqui expostos.

O nariz

A imagem de Sophie Calle de perfil (figura 1) em uma das sequências de foto e texto proposta no livro coloca uma questão central para a obra: enquanto Barthes (2015) busca entender a fotografia pela relação de *Spectator* que estabelece com as imagens, a artista entrega seu corpo à fotografia. Se, para Barthes (2015), a fotografia revela certa morbidez e se vincula à arte pelo teatro e não pela pintura ao rememorar corpos em cena que, pela caracterização, pareciam estar vivos e mortos ao mesmo tempo, para Sophie, a fotografia guarda uma pulsão vital. A artista problematiza os limites da fotografia e da existência, friccionando linguagens em um processo de metamorfose

pela fotografia, no qual procura rastros de sua existência na imagem e, como se encenasse uma performance, cria composições pictóricas e literárias valendo-se do espaço do livro para a transformação.



Figura 1 – Fragmento de fotografia e texto: *punctum* 1

Assim, como quem tateia a si mesma pela imagem, a artista aos poucos deixa rastros seus pela obra, uma espécie de “autobiografia dos olhares”, em uma referência direta a Barthes (2015), reconhecendo a fotografia como o aparecimento de si como outro: “uma dissociação astuciosa da consciência de identidade” (p. 19). Buscando, então, essa identidade outra de si, a artista inicia a transformação de seu corpo em um corpo-imagem, mas não um corpo-imagem solto em um espaço-tempo aleatório, e sim um corpo-imagem que habita o espaço-tempo do livro. Se a transformação em imagem se inicia no instante da pose –como lembra

Barthes (2015), em que, pela consciência de se perceber olhado pela lente fotográfica, o corpo se deixa capturar pela câmera e passa a habitar o espaço da fotografia—, a metamorfose, ao se dar no espaço do livro, configura um processo específico que articula palavra, espaço gráfico e imagem.

Com a fotografia, a artista é capaz de acessar o breve silêncio que antecipa a transformação em imagem e impõe ao corpo-referente a consciência do fim. É como se, como pontua Nuno Ramos (2008, p.17), ao perceber-se diante de sua inevitável finitude, o corpo buscasse “abrigo” nas imagens para se libertar das amarras de sua decadência anunciada. É na angústia de se perceber caminhando entre uma linha espaço-temporal fugaz — que, a qualquer momento, pode se romper e revelar uma fresta movediça capaz de fazer sumir a matéria na paisagem —, que o corpo-imagem é gerado. Esse corpo, que tem um prolongamento de vida pela fotografia, se livra da sentença última do tempo, mas não se liberta dele: o corpo-imagem agora passa a estar entrelaçado a um instante eterno de silêncio. O corpo-imagem, então, está condenado a ser um espectro que, como pontua Barthes (2015), é embalsamado pelo gesto de quem faz a foto. Esse corpo-espectro confirma a fragilidade da concretude do corpo-referente, mas, diferente desse, já não se distrai da morte, pois é ela que lhe dá sua sobrevivência. O corpo-espectro sabe que agora beira à “esterilidade”, e “nada é tão chocante num morto quanto sua esterilidade” (Ramos, 2008, p.37). Sem demonstrar nenhum impulso vital, permanece sobre ele agora a cobrança do que poderia ter sido e não foi, passando, assim, a ser então inundado por aquilo que lhe falta, ou ainda, pelo que deixou de viver.

A fotografia coloca Sophie diante da angústia do esfacelamento de si no mundo. Assim, a artista procura vestígios que possam confirmar sua existência e, aos poucos, reconstrói as partes em que reconhece a vida nos espaços cotidianos, incluindo objetos com os quais interagiu em algum momento, como vestido de noiva,

sapato, quadro, gravata, lençol. Calle traz, junto das imagens, textos em fragmentos, formando uma “página dupla da memória”. Entre o breve silêncio da mudança de página e da expectativa do que está por vir, do que será revelado, a memória se reorganiza e traz uma nova cena na sequência. A fotografia é sempre a primeira coisa que a pessoa leitora vê ao virar a página. É também o *punctum* da dupla.

A composição entre texto e imagem em *Histórias reais* remete à própria composição da memória que traz à tona imagens que evocam palavras como lembranças de acontecimentos. Mas, em sua autobiografia, a artista faz um recorte na memória e toma como ponto de partida de sua busca “apenas algumas fotos”, como Barthes (2015, p. 16) pontua, somente aquelas que ela “estava certa de que existiam” para ela. Operando pela combinação de diferentes corpos-espectros, Sophie, pela imagem fotográfica, traça um autorretrato que permite levantar as questões: Qual imagem tenho de mim enquanto corpo no mundo? O que confirma minha existência para mim?

A lâmina de barbear

A artista ao relatar sua experiência de se deixar ser observada nua para ser retratada em desenho (figura 2) — revelando seu desconforto ao perceber que um homem sempre a desenhava a partir de um mesmo ponto de observação e, meticulosamente ao meio-dia, pegava uma lâmina de barbear do bolso para lacerar o desenho —, parece querer juntar os estilhaços da fragmentação de seu corpo no novo espaço-tempo que habita. Ainda que a artista se reconhecesse com outros contornos em imagem, atravessada pela lâmina afiada do tempo, permanecia encarando seu corpo atado ao fim.

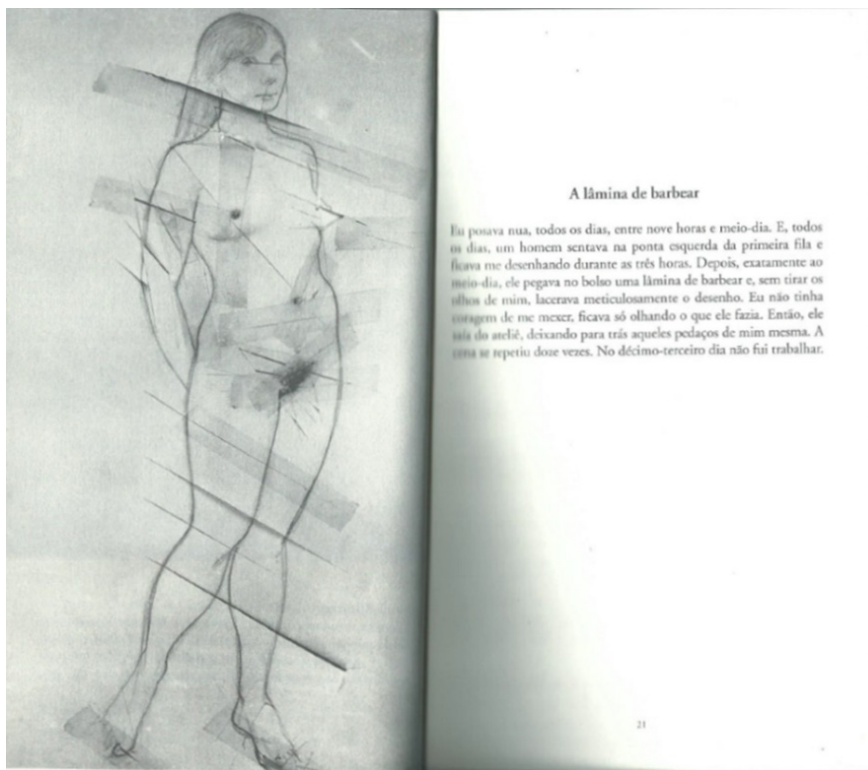


Figura 2 – Fragmento de fotografia e texto: *punctum 2*

Enquanto Barthes (2015, p. 19) afirma que estamos sujeitos pela fotografia “a ter sempre uma cara” — em que o corpo-imagem jamais encontra seu “grau zero”, ou seja, um ponto de livre expressão e livre de amarras históricas —, Sophie Calle provoca a reflexão sobre esse “ponto zero da existência” de um corpo-imagem que tem no texto uma possibilidade de alargamento dos recortes dados pela fotografia à sua existência. Pelo texto, a imagem pode se transformar aos nossos olhos e ganhar um novo sentido, pois o texto é capaz de criar pontos de enevoamento na forma como percebemos uma imagem. A ocorrência simultânea de palavra e imagem “no livro modifica nossa percepção de tempo e espaço: a imagem fixa, eternamente igual a si mesma, modifica e é modificada pelas palavras que a acompanham” (Cadôr, 2021, p. 18).

Combinando em páginas duplas fotografias e fragmentos de histórias, é possível dizer que Sophie faz uso do processo de “justaposição” a que Cadôr (2021) se refere ao esclarecer quais são as possíveis relações intermediais que texto e imagem podem estabelecer. Nesse processo, a combinação entre os elementos verbais e visuais se dá de forma a permitir que eles existam de modo independente, embora se influenciem mutuamente pela disposição lado a lado em uma página dupla, por exemplo. Em *Histórias reais*, as imagens são sempre dispostas na página esquerda, acompanhadas do texto na página direita com destaque para o título, ou ocupam toda a página dupla, deixando um espaço na margem inferior para o texto e o título do fragmento. O olhar na leitura parece ser atraído em um primeiro momento pela imagem. Assim, forma-se uma breve cena na mente de quem lê. Algumas referências pessoais podem ser acessadas durante esse processo e, como consequência, serem subjetivamente acrescentadas à história da artista. Após um instante de silêncio imposto pela página dupla ao ritmo de leitura, a imagem se associa ao título que antecede o texto e pode gerar estranhamento ou não diante do que se espera da história. Os fragmentos verbais, deixados como que para serem percebidos por último, reorganizam a imagem mental que se criou inicialmente. A artista provoca, assim, a hesitação diante da veracidade das histórias, que é despertada pelo próprio jogo imposto entre imagem, texto e o espaço do livro, questionando a construção mental de fatos ocorridos e apontando a reorganização da própria memória com o passar do tempo.

Enquanto estrutura, o livro como autobiografia em fotos e palavras indica ainda que, apesar da linearidade no tempo imposta pelo passar das páginas e ainda que haja datas em alguns acontecimentos, é possível fazer uma leitura aleatória sem que isso afete a compreensão da obra, lembrando a construção da própria memória que não necessariamente resgata fatos de modo linear. O texto, que como fragmento se assemelha ao processo fotográfico, então, traça

com a fotografia em uma autobiografia um caminho fluido para a memória: a escrita ao mesmo tempo em que é confirmada pela imagem, coloca em dúvida se de fato o que é revelado pela fotografia é como suas palavras descrevem. A mudança de página também revela novas imagens e histórias que podem ou não interferir na percepção das outras histórias. A junção “texto-fotografia-espço do livro”, portanto, trabalha nessa lógica entre o real e o ficcional e, quando às vezes as imagens parecem cenas criadas para a narrativa — em fotos como Sophie com focinho de porco, com uma linha vermelha no pescoço, segurando os seios —, é a escrita que confirma a existência do referente e a possibilidade de que, de fato, tenham sido reais. O intervalo do virar de página entre uma história e outra e o ritmo de leitura colocado pela composição deixa ainda espaço para que a pessoa que lê se questione e, por um instante, lembre-se de que histórias nem sempre são tão previsíveis assim, já que a memória também pode trapacear.

O jogo entre palavra, imagem e espaço do livro permite ainda que a artista se desvie do silêncio inerente ao corpo-espectro. Por seu olhar revelado em imagem e palavra no livro, a artista acompanha a passagem do tempo pela totalidade da composição, sendo que seu corpo-espectro em *Histórias reais* não é um corpo inerte, ou seja, ele não se limita ao espaço-tempo definido pela fotografia, pois ele tem na associação entre imagem, texto e livro a possibilidade de se pôr em movimento. Enquanto Barthes (2015) evidencia a “animação” da fotografia pela atração que ela desperta em quem a vê e que a faz existir pelos olhos do *Spectator*, Sophie, com a palavra, confere “voz” à imagem que, por esse encontro, salta para a vida, como se o corpo-imagem ganhasse, pela palavra escrita, uma expressão pela linguagem. E, como bem pontua Ramos (2008, p. 22), a origem da linguagem marca ainda uma ruptura ao substituir aquilo a que nomeia. Em *Histórias reais*, o corpo-espectro atrelado à linguagem verbal faz com que o real da imagem seja substituído pelo que a linguagem

acentua e deixa no esquecimento tudo o que não foi identificado e trazido à tona pela palavra escrita. É possível dissociar palavra e imagem depois da leitura da composição feita entre elas? É possível dissociar corpo-referente e linguagem?

A imagem e o ritmo de leitura da composição deixam ainda na pessoa que lê a possibilidade de imaginar e talvez não dar importância para o que a própria autora afirma sobre si, colocando em evidência que, às vezes, o olho só vê o que quer ver sobre alguém e que a dificuldade em se despir de si para adentrar no universo alheio pode fazer com que suas palavras sejam completamente ignoradas. É o outro então quem afirma a existência do corpo-imagem no mundo? É o outro quem esboça a minha imagem? Pelo jogo entre palavra e imagem criado, Calle escancara ainda uma farsa da autobiografia: o corpo-imagem não existe sozinho. Ou seja, o que a artista percebe em si também se constitui pelo impacto que tem sobre outras pessoas. A imagem na fotografia, portanto, também é convergência.

A xícara



Figura 3 – Fragmento de fotografia e texto: *punctum* 3

A imagem de uma xícara posta sobre a mesa (figura 3) para um encontro entre duas pessoas revela uma conversa íntima, uma aproximação profunda entre as pausas para sorver o café e as falas após esses instantes de silêncio. Um encontro que, pelo olhar do outro, coloca a artista diante de questões íntimas e que, ao serem provocadas, despertam a artista para uma nova relação consigo mesma. Ainda que a associação entre palavra e imagem na obra conduza a autobiografia para o jogo proposto por Calle, há algo de externo que a atravessa, sendo a existência do corpo-imagem no livro é incessantemente dilacerada por enquadramentos alheios. A metamorfose do corpo que se deixa fotografar, ou corpo-referente, para a imagem é revelada, pelo livro, como uma mudança no tempo que, sutilmente, produz seus efeitos na artista e em como ela se reconhece diante dos acontecimentos e do olhar dos outros. O corpo da artista em *Histórias reais*, como um corpo-imagem sempre imbricado a um tempo e espaço específico, passa a (re)existir pela fotografia, segue o ritmo do virar das páginas e tem nas palavras uma companhia indissociável que questiona, confirma, recria ou reverbera sua existência. A articulação entre imagem e palavra em *Histórias reais* parece ter criado uma performance que, para se realizar, precisa do objeto “livro” e, como consequência, faz dele um livro de artista.

O refém

Sophie Calle, no fragmento intitulado *O refém* (figura 4), conta que em um primeiro encontro com um homem lhe pediu que deixasse algum objeto como “refém” para garantir que ele voltaria, já que esse homem estava um ano atrasado a esse primeiro encontro. Em troca, recebeu uma pintura do século XIX que retratava uma jovem parecida com ela e que, segundo ele, era o que ele possuía de mais importante na vida. Eles se casaram no ano seguinte e, a artista, apesar de ter ganhado o marido, jamais teria certeza de que ele permaneceria ao lado dela.

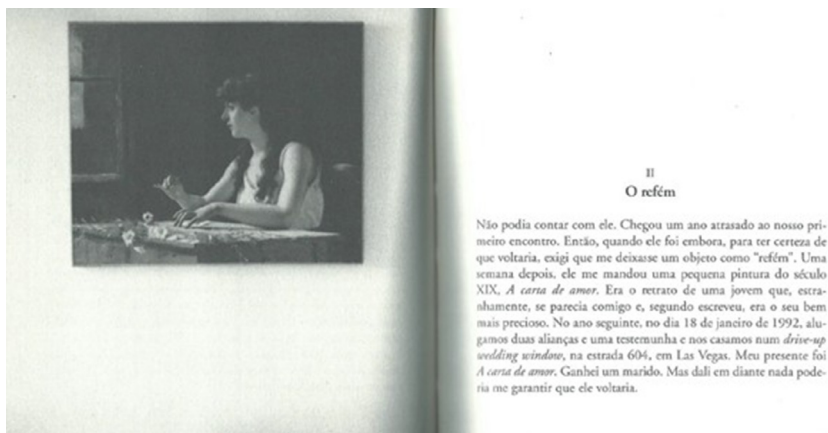


Figura 4 – Fragmento de fotografia e texto: *punctum* 4

Nesse fragmento, Sophie coloca a questão das incertezas da existência e da necessidade que se tem de se agarrar a algo que, por sua materialidade e concreta previsibilidade, cria uma ilusão de controle sobre circunstâncias, pessoas e formas de sentir e perceber a vida e o outro. A artista, então, recorda que não há garantias diante de uma vida em movimento e em constante transformação e, ao criar uma obra que associa a permanência do livro ao caráter efêmero e único da performance, permite pensar sobre a aparente natureza hermética do livro e como essa concepção é frágil diante das inúmeras leituras que podem ser feitas de um livro. E, de forma oposta à pintura que retrata uma jovem contemplativa que, pelo título, parece estar sob os efeitos da leitura de uma carta de amor, Sophie parece querer romper com os enquadramentos que a colocam em um estado de letargia diante da impossibilidade de prever os acontecimentos. Mais do que romper com expectativas sobre si e sobre o outro, a artista, com *Histórias reais*, procura se libertar também de imposições de como ela deve se expressar e, enfim, compor sua autobiografia.

A obra questiona, por fim, os limites entre as linguagens artísticas da fotografia, da performance e da literatura, esgarçando a fronteira entre o real e o ficcional, provocando reflexões sobre vida e morte,

corpo e imagem e sobre a própria constituição da linguagem. Sophie Calle, que teve uma nova versão de seu trabalho lançada no Brasil em agosto de 2025 incorporando mais fragmentos de histórias ao livro, faz de *Histórias reais* um livro de artista que traz a fotografia, a palavra e o espaço gráfico como elementos para uma performance de um corpo metamorfoseado em imagem que tem no livro um espaço contínuo para sua existência.

BIBLIOGRAFIA

- BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Notas sobre a fotografia. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- CADÔR, Amir. *Ainda: o livro como performance*. Belo Horizonte: Museu de Arte da Pampulha, 2014.
- CADÔR, A. *A fotografia e a palavra no livro de artista*. MATLIT: Materialidades da Literatura, Coimbra, Portugal, 2021. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/matlit/article/view/9759>. Acesso em: 10 de agosto de 2025.
- CALLE, Sophie. *Histórias reais*. Trad. Hortencia Santos Lencastre. Rio de Janeiro: Agir, 2009.
- DUME, Paula. Em palestra, artista plástica Sophie Calle fala como o acaso e as emoções influenciam suas criações. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 jul. de 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/livrariadafolha/ult10082u594029.shtml>. Acesso em 10 de junho de 2025.
- GARRAMUÑO, Florencia. *Frutos estranhos: sobre a inespecificidade na estética contemporânea*. Trad. Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- RAMOS, Nuno. *Ó*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

IMAGENS

Histórias reais, 2009.

A emergência e a valorização dos e-books nas bibliotecas públicas no panorama internacional

The emergence and valorisation of e-books in public libraries on the international scene

Carlos Guardado da Silva¹

Carina Cruz Marques²

Liliana Isabel Esteves Gomes³

RESUMO

No cenário contemporâneo de transformação digital da sociedade, que integra as estratégias nacional e europeia para a década 2020-2030, as bibliotecas públicas reposicionam-se face às novas modalidades de leitura mediadas por tecnologias digitais. Esta investigação parte da seguinte questão: Quando se promove, no âmbito das políticas públicas nacional e europeia, a transformação digital da sociedade, qual o lugar dos *e-books* nas

1 Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos; <https://orcid.org/0000-0003-1490-8709>; carlosguardado@edu.ulisboa.pt

2 Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras; <https://orcid.org/0000-0002-9030-8249>; carinascmarques1298@gmail.com

3 Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20), Faculdade de Letras; <https://orcid.org/0000-0003-3786-2942>; liliana.gomes@fl.uc.pt

bibliotecas públicas no panorama internacional? Define-se como objetivo apreender o lugar dos *e-books* nas bibliotecas públicas no contexto internacional. Este é um estudo exploratório de natureza qualitativa, orientado pelo paradigma construtivista, concretizado mediante revisão da literatura narrativa. A trajetória evolutiva das definições dicionarizadas de livro eletrônico revela uma ampliação conceitual significativa, de uma perspectiva tecnicista e restrita, focada na migração do texto para o ambiente digital ou na simulação da experiência física em dispositivos, para uma visão mais ampla que incorpora novas funcionalidades e potencial de interatividade. A presença dos *e-books* em bibliotecas públicas tem sido objeto de investigação internacional, revelando-se grande diversidade de abordagens, desafios e soluções em diferentes contextos culturais, tecnológicos e institucionais. A implementação e a consolidação dos *e-books* nas bibliotecas públicas têm avançado de forma desigual, devido à influência de fatores económicos, tecnológicos, culturais e políticos. Em conclusão, o estudo exploratório realizado evidencia que os *e-books* assumem um papel cada vez mais central nas bibliotecas públicas, refletindo a sua relevância na transformação digital da sociedade contemporânea e antecipa-se que os resultados contribuirão para promover o debate e aprofundar o estudo sobre o papel dos *e-books* para a promoção da leitura e uma sociedade digital inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE

Biblioteca pública, *E-book*, leitura digital, livro eletrônico.

ABSTRACT

In the contemporary scenario of digital transformation of society, which integrates national and European strategies for the decade 2020-2030, public libraries are repositioning themselves in the face of new forms of reading mediated by digital technologies. This research starts from the following question: When promoting the digital transformation of society within the scope of national and European public policies, what is the place of e-books in public libraries on the international scene? The objective is to understand the place of e-books in public libraries in the international context. This is an exploratory study of a qualitative nature, guided by the constructivist paradigm, carried out through a review of the narrative literature. The evolutionary trajectory of dictionary definitions of electronic books reveals a significant conceptual expansion, from a technical and restricted perspective, focused on the migration of text to the digital environment or the

simulation of the physical experience on devices, to a broader view that incorporates new functionalities and potential for interactivity. The presence of e-books in public libraries has been the subject of international research, revealing a wide diversity of approaches, challenges and solutions in different cultural, technological and institutional contexts. The implementation and consolidation of e-books in public libraries has progressed unevenly, due to the influence of economic, technological, cultural and political factors. In conclusion, the exploratory study shows that e-books are playing an increasingly central role in public libraries, reflecting their relevance in the digital transformation of contemporary society. It is anticipated that the results will contribute to promoting debate and furthering the study of the role of e-books in promoting reading and an inclusive digital society.

KEYWORDS

Digital reading E-book, electronic book, public library.

INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento das tecnologias da informação, também os livros se foram transformando, adaptando-se ao contexto eletrônico, influenciando modos de ler e as práticas de leitura com a emergência do *e-book* (*electronic book*). Entenda-se *e-book*, *grosso modo*, como um livro em formato eletrônico ou digital, que pode ser lido em distintos equipamentos tecnológicos, designadamente em computadores, *tablets*, *smartphones*, e leitores de *e-books* específicos como o *Kindle* e o *Kobo*.

Por sua vez, o *Manifesto da IFLA-UNESCO para as Bibliotecas Públicas 2022* (IFLA-UNESCO, 2023) regista, entre as missões-chave das bibliotecas públicas, a criação e o fortalecimento de hábitos de leitura nas crianças, bem como a promoção da literacia literária para todas as pessoas. O papel de “promoção da leitura e literacia” é intrínseco à própria biblioteca pública, como atestam as *Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública* de 2010 (DGLAB, 2013, p. 44). A propósito

das coleções, este documento já previa, dentre as distintas categorias de recursos da biblioteca, “livros encadernados, brochados e eletrónicos”, “livros sonoros e gravações, incluindo formatos descarregáveis” (DGLAB, 2013, p. 59).

Em 1971, ao criar o projeto que daria origem à Biblioteca Digital de Gutenberg, de que a *Declaração de Independência dos Estados Unidos* foi o primeiro livro publicado, Michael S. Hart contribuiu decisivamente para o conceito de livro eletrónico, isto é, um livro acessível eletronicamente para todos, apesar de o termo *e-book* ter sido cunhado, já na década de 90 do século XX, por Edwin D. Reilly.

Considerando-se este contexto, procura-se, através de uma abordagem qualitativa, suportada no paradigma construtivista, desenvolver um estudo exploratório sobre a emergência e a valorização dos *e-books* nas bibliotecas públicas, quando se promove a transformação digital da sociedade, respondendo às seguintes questões: O que é um *e-book*? O que distingue o *e-book* do livro impresso? Qual o lugar dos *e-books* nas bibliotecas públicas? Este estudo tem como objetivo apreender o lugar dos *e-books* nas bibliotecas públicas no panorama internacional, quando no âmbito das políticas públicas nacional e europeia se promove a transição para uma sociedade digital e, em Portugal, através da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), se desenvolve um projeto de promoção de *e-books*, a BiblioLED, que consiste numa biblioteca pública para leitura e empréstimo digital de livros digitais e audiolivros, de acesso e uso gratuitos através das bibliotecas públicas municipais que integram a RNBP.

O conceito de *e-book* foi referido pela primeira vez na RNBP em 2012, no 13.º Encontro da referida Rede, pelo Diretor-Geral do Livro e das Bibliotecas. No discurso que realizou nesse encontro, José Manuel Cortês afirmou que as bibliotecas públicas, “por força do digital vão ter de se adaptar a novos suportes de leitura, entre os quais, o livro eletrónico” (Cortês, 2012, p. 3), reconhecendo que Portugal começava a sentir o crescimento e os primeiros impactos dos

e-books e a necessidade de as bibliotecas começarem a programar a entrada deste formato nos seus serviços de empréstimo, onde “a acessibilidade à informação dispensada pela biblioteca poderá ser, com os novos meios digitais, satisfeita em casa do leitor, levando a uma redução significativa do espaço para leitura e possibilitando a sua afetação para outras iniciativas” (Cortês, 2012, p. 3). Posteriormente, em 2014, a Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) publicou o documento *Livros Eletrónicos: documento de apoio*, que se tornou o primeiro documento oficial sobre o tema para orientar a disponibilização de livros eletrónicos nas bibliotecas públicas portuguesas, englobando indicações sobre a sua integração nas coleções, critérios de aquisição, modelos de licenciamento e uma lista de plataformas de empréstimo digital e de leitura.

Este estudo assenta numa revisão de literatura narrativa, que permite identificar estudos e projetos sobre o uso de *e-books* em bibliotecas públicas no panorama internacional.

1. Metodologia

Este é um estudo de natureza qualitativa, orientado pelo paradigma construtivista, que faz depender o conhecimento, como construção mental social, da interpretação humana. O cientista assume um papel central no processo de investigação, interpretando os fenómenos de modo a construir os seus significados em contexto. Todavia, assume uma posição relativista face à realidade, experiencialmente localizada, ao procurar conhecer o mundo a partir das perceções de quem o vive (Mertens, 2010).

O problema coloca-se no âmbito da transformação digital da sociedade, que integra as estratégias nacional e europeia para a década 2020-2030. Neste mesmo contexto, a DGLAB, através da RNBP, procura implementar a BiblioLED, facilitando o acesso ao livro digital,

gratuitamente, através das bibliotecas públicas integrantes da Rede. Deste modo, emerge a seguinte questão de investigação: Quando se promove, no âmbito das políticas públicas nacional e europeia, a transformação digital da sociedade, qual o lugar dos *e-books* nas bibliotecas públicas no panorama internacional?

De forma a responder a esta questão de investigação, define-se como objetivo apreender o lugar *dos e-books* nas bibliotecas públicas no panorama internacional.

Apesar da existência de alguns estudos, o lugar dos *e-books* nas bibliotecas públicas encontra-se ainda pouco estudado, pelo que se adota um estudo exploratório, que procura conhecer melhor o problema, a partir de uma revisão da literatura narrativa (Hart, 2018), suportada em pesquisa bibliográfica.

Realizou-se uma revisão da literatura narrativa em bases de dados científicas reconhecidas: *Web of Science* (WoS), *Scopus* e *Library and Information Science Source* (LISS). A escolha dessas bases fundamenta-se na sua relevância para pesquisas interdisciplinares e específicas da área da Ciência da Informação, garantindo acesso a estudos de alta qualidade e rigor metodológico. A estratégia de pesquisa adotou técnicas avançadas, incluindo o uso de expressões exatas entre aspas, truncaturas e outros operadores booleanos (AND, OR), além da seleção de documentos em texto integral e em Acesso Aberto. Considerando que essas bases oferecem modalidades distintas de pesquisa — simples, restrita a um único campo, e avançada, que permite consultas em múltiplos campos e o uso de recursos auxiliares — optou-se pela pesquisa avançada, visando maior precisão e abrangência.

A pesquisa foi realizada entre maio e julho de 2025, nos campos Tópico (WoS), Título e Assunto (Scopus e LISS), resultando em um intervalo médio de 15 a 40 resultados por consulta. As expressões utilizadas foram: 1) *E-book* (título) OR “Electronic Book*” (título) AND “Biblioteca Pública*” (título); 2) *E-book* (tópico) OR “Electronic Book*”

(tópico) AND "Biblioteca Pública*" (tópico) — WoS; 3) *E-book* (assunto) OR "Electronic Book*" (assunto) AND "Biblioteca Pública*" (assunto). Este procedimento metodológico assegura a representatividade dos resultados e a consistência na identificação de estudos relevantes sobre a integração de livros eletrónicos no contexto das bibliotecas públicas, fornecendo uma base sólida para análise subsequente.

2. O e-book: dicionarização do conceito

O *e-book* é um livro disponibilizado em formato eletrónico que, por norma, pode ser lido (*e-reading*) em qualquer dispositivo eletrónico (Catanho, 2020). A denominação dada ao *e-book* assume, por vezes, quer o *software* de produção do *e-book*, quer o *hardware* de leitura do *e-book* (Carvalho, 2012).

Um *e-book*, termo abreviado de *electronic book* (livro eletrónico), é o resultado da junção da estrutura clássica do livro com recursos que podem ser fornecidos num ambiente eletrónico, de modo a criar um documento interativo composto e lido também num dispositivo eletrónico (Landoni, 1997, p. 37). Em termos concetuais, procura superar as limitações dos livros em papel, adicionando uma série de recursos úteis disponíveis em ambiente eletrónico. Deste modo, não consiste apenas na transposição do livro para contexto eletrónico, porque, "imitando", inova.

O termo encontra-se ausente dos primeiros dicionários até à década de 90 do século XX, de que é exemplo o *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*, dirigido por Serge Cacaly (1997). Em o *Diccionario del archivero bibliotecario*, García Ejarque (2000) regista o termo 'libro electrónico'.

A evolução das definições de livro eletrónico dicionarizadas, ao longo das últimas décadas, reflete mudanças tecnológicas e conceituais, evidenciando diferentes perspetivas de autores sobre o termo.

Inicialmente, o foco era predominantemente técnico e restrito ao modo de leitura mediado por dispositivos, mas, com o tempo, as definições passaram a englobar aspetos funcionais, formais e sociais, revelando uma ampliação significativa do conceito (Apêndice 1).

Faria e Pericão (1999) caracterizam o livro eletrónico como aquele em que “as palavras ou códigos foram substituídos pelos de uma outra linguagem ou código legível por máquina”, enfatizando o aspeto da conversão textual para um formato digital, sem detalhar funções ou suporte específico. García Ejarque (2000) traz uma definição voltada para o dispositivo, em que o foco recai sobre a portabilidade e a simulação da experiência física do livro. Feather e Sturges (2003) aprimoram o conceito ao descrever o livro eletrónico como o resultado da integração da estrutura clássica do livro com funcionalidades proporcionadas por um ambiente eletrónico, definindo-o como documento interativo e dinâmico, capaz de oferecer experiências ampliadas em comparação ao livro em papel. Propõem, ainda, uma tipologia: *page turners*, *scrolling books*, *portable books*, *multimedia books*, *hypermedia books* e *cyberbooks*, de acordo com o grau de afastamento do modelo tradicional. López Yepes (2004) volta ao dispositivo, apontando o livro eletrónico como um dispositivo portátil especialmente preparado para ler versões eletrónicas de livros, ressaltando a adaptação das máquinas aos formatos digitais. O *Dictionary of Information and Library Management* (2006) define o livro eletrónico como dispositivo portátil e alimentado por bateria, destinado à leitura de textos em tela de alta resolução, reiterando a descrição centrada no *hardware*. Faria e Pericão (2008) indicam que livro eletrónico é um termo vago utilizado por autores para descrever textos ou monografias em formato eletrónico. Mastropierro (2008) amplia o termo, referindo-se ao livro que não foi editado em suporte papel, mas que está armazenado como arquivo, acessível e comercializável nesta forma, reforçando a natureza digital do original de produção. Cunha e Cavalcanti (2008) associam livro eletrónico a categorias como livro digital, interativo,

multimédia, sugerindo uma integração maior com múltiplos meios e funcionalidades, aproximando-o da ideia de hipertexto e hipermedia. Norte (2010) simplifica, resumindo a definição como “a versão digital de um livro impresso em papel”. Reitz (2014) oferece uma perspectiva mais técnica e prática, indicando que o livro eletrónico é uma versão digital de um livro impresso desenhada para leitura em computador pessoal ou leitor de *e-book*, com destaque para a necessidade de formatos compatíveis e sistemas de distribuição eficientes, equiparando os termos *e-book*, livro digital e livro *online*.

O conceito de livro eletrónico evolui, de uma perspectiva tecnicista e restrita, focada na migração do texto para o ambiente digital ou na simulação da experiência física em dispositivos, para uma visão mais ampla que incorpora novas funcionalidades e potencial de interatividade. Autores como Feather e Sturges (2003) e Cunha e Cavalcanti (2008) são cruciais nessa transição ao incluírem discussões sobre hipertextualidade, mediação tecnológica e tipos de acesso, além de diferenciarem os formatos e experiências. Nos anos 2010, prevalece a definição da digitalização do livro impresso e sua adaptação para leitura em diferentes dispositivos, seja computador pessoal, leitor ou mesmo via *Internet*, com Reitz (2014) e outros autores reafirmando o papel dos formatos e sistemas universais de distribuição.

Em síntese, se excetuarmos as definições dicionarizadas por Feather e Sturges (2003) e Reitz (2014), as demais são redutoras. A definição de livro eletrónico abrange, atualmente, múltiplas dimensões: trata-se de um objeto digital oriundo da transposição ou produção de textos para ambientes digitais, podendo assumir formas multimédia, interativas ou hipertextuais, e ser acedido tanto por dispositivos dedicados quanto em infraestruturas abertas.

Hoje-em-dia, o termo eletrónico, que tinha que ver na sua origem com qualquer tecnologia que funcionasse com eletricidade, tende a ser substituído pelo termo digital, ainda que aquela tecnologia possa ser analógica (sinais contínuos) ou digital. A tecno-

logia digital é, por sua vez, um tipo de tecnologia eletrônica, que usa códigos binários para processar a informação. Assim, todo o documento digital é eletrônico, uma vez que precisa de um dispositivo eletrônico para a sua reprodução; porém, nem todos os documentos eletrônicos são digitais, de que é exemplo uma fita de cassete de vídeo, porque a informação nela codificada é analógica. Assim se entende a evolução do conceito de livro eletrônico para 'livro digital'. No entanto, 'eletrônico' também se aplica quando há troca, por carregamento ou descarregamento, de ficheiros, de que são exemplos o 'comércio eletrônico', o 'correio eletrônico' e o 'livro eletrônico'.

3. *E-book versus livro impresso*

Entre o *livro eletrônico* ou digital e o livro tradicional, impresso, quer em termos de aquisição quer em termos de práticas e modalidades de leitura, como fazer a escolha? Ambos os formatos, independentemente das suas funcionalidades, parecem estar condenados à coexistência. Todavia, que aspetos distinguem o *e-book* do livro impresso? A distribuição (maior, à escala universal, por cópia e descarregamento); a(s) funcionalidade(s); a gestão (a partir de uma plataforma de mediação através da *Internet*); a quantidade (produz-se apenas um exemplar, sendo os demais descarregados e comercializados ou acedidos gratuitamente, através de uma plataforma); Tecnologias (caraterísticas técnicas que influenciam funcionalidades e a interoperabilidade); dispositivo de leitura; preço; acessibilidade; garantia de qualidade; padrões e interoperabilidade; preferências do utilizador; *layout* e paginação; e leitura contextual (Carreiro, 2010). De seguida, apresentam-se em síntese algumas dessas caraterísticas que distinguem o livro impresso do *e-book* (Quadro 1).

Quadro 1: E-book vs. livro impresso: principais diferenças

	E-book	Livro impresso
Formato	Arquivo digital (ex. PDF, ePUB, MOBI, FB2, AZW/AZW3)	Objeto físico, em papel
Portabilidade	Maior (Centenas de livros num único dispositivo)	Menor (Cada exemplar ocupa espaço físico)
Experiência sensorial	Ajustes personalizados (de fonte, brilho, modo noturno) permite pesquisa (localizar palavras ou trechos) e <i>links</i> interativos	Sensação tátil, cheiro do papel, leitura sem distrações interativas no ecrã, apesar de a leitura poder ocorrer em simultâneo com a partilha da experiência, por exemplo, em comunidades de leitores, nas redes sociais digitais, como no <i>Bookstagram</i> , no <i>BookTok</i> ou no <i>Booktube</i>
Acessibilidade a conteúdos e outros recursos	Recursos, como leitura em voz alta, dicionários integrados, anotações digitais.	Depende de recursos externos (ex.: lupa, audiolivro separado)
Custo	Sem impressão ou transporte, geralmente mais barato	Envolve impressão, logística e <i>stock</i> , o que aumenta o preço
Distribuição	Via <i>download</i> , imediata	Requer aquisição presencial ou envio físico, mais tempo
Durabilidade	Não sofre desgaste físico, mas depende de dispositivos e energia	Pode durar décadas/séculos, se adequadamente manuseado, conservado e preservado
Impacto ambiental	Contribui para a redução do abate de árvores (menos papel), mas envolve produção de dispositivos e consumo energético	Consome papel e tinta, mas não exige dispositivos eletrónicos

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Segundo a DGLAB (2014, p. 4), dois dos principais requisitos para a definição de livro eletrónico são o seu formato e a sua interatividade. O mesmo documento menciona a questão da proteção dos direitos de autor no ambiente digital, sendo esta complexa devido à facilidade de acesso e partilha na *Internet*. Por isso, destaca-se o mecanismo *Digital Rights Management* (DRM), um “sistema utilizado para evitar a pirataria, que assegura os direitos autorais e estipula a difusão por cópia, mediante as várias circunstâncias e condições” (DGLAB, 2014, p. 6). O referido documento da DGLAB desenvolve o tema dos dispositivos de leitura e os critérios para a sua escolha, desde o *Sony Reader* ao mais recente *Kindle*, com a tecnologia *e-ink*; destaca dois dos principais tipos de dispositivos para a leitura de *e-books*: *e-readers* e *tablets*; salienta, também, os formatos mais

utilizados, como o *EPUB* e o *PDF*, tendo as suas diferenças conforme o dispositivo a ser utilizado; apresenta um quadro com os formatos suportados por cada dispositivo existente e os principais critérios de avaliação para a aquisição de dispositivos de leitura de *e-books* e de *tablets*; menciona, ainda, a tendência *Bring Your Own Device* (BYOD), onde cada utilizador se responsabiliza por utilizar o seu próprio dispositivo para a leitura de *e-books* emprestados pelas bibliotecas.

Existem diversos dispositivos para a leitura de *e-books*, distinguidos pelos formatos que suportam (Quadro 2):

Quadro 2: Dispositivos e formatos suportados

Dispositivo	Origem	Formatos Suportados
<i>Sony Reader</i>	<i>Sony Corporation</i> – Tóquio, 1946	<i>EPUB, PDF, TXT, RTF, DOC, DOCX, BBeB, JPEG, PNG, GIF, BMP, MP3.</i>
<i>Kindle</i>	<i>Amazon</i> - EUA, 2007	<i>AZW, AZW1, AZW3, MOBI, PRC, TXT, PDF</i>
<i>PocketBook</i>	<i>PocketBook Internacional S.A</i> – Suíça, 2008	<i>EPUB, EPUB DRM, PDF DRM, PDF, FB2, FB2.ZIP, TXT, DJVU, HTM, HTML, DOC, DOCX, RTF, CHM, TCR, PRC, MOBI, ACSM, AZW, AZW3, CBZ, CBR, CBT, MP3, TTS.</i>
<i>Nook</i>	<i>Barnes & Noble</i> – EUA, 2009	<i>EPUB, PagePerfect, PDF, PDB, CBZ, TXT, DOC.</i>
<i>Ipad</i>	<i>Apple</i> – EUA, 2010	<i>EPUB, EPUB3, PDF, IBA</i>
<i>Kobo</i>	<i>Indigo Books & Music</i> - Canadá, 2010	<i>EPUB, EPUB3, FLEPUB, PDF, MOBI, TXT, HTML, RTF, JPEG, PNG, GIF, BMP, TIFF, CBZ, CBR MP3.</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Assim, entre o *e-book* e o livro impresso, a opção depende de diversos fatores: a experiência de leitura que o leitor deseja obter; o peso do livro impresso e do *e-reader*; a possibilidade de o *e-reader* poder armazenar vários *e-books* ao mesmo tempo (Sage et al. 2020), entre outros.

O desenvolvimento de *e-readers* tem contribuído decisivamente para o sucesso dos *e-books*, conseguindo simular alguns aspetos do livro impresso, entre outros: *e-ink*, uma tinta para os livros digitais que simula a tinta dos livros impressos; o som de folhear um livro impresso; a textura de uma folha.

Também a disponibilização do acesso à *Internet* nos *e-readers*, e a consequente ligação às redes sociais digitais, que permite a partilha do livro e leituras como no *Bookstagram* ou no *BookTok*, contribuiu para o seu sucesso, a par da leitura de *e-books* no *smartphone* ou no *tablet*; os círculos de leitura digitais, criados no âmbito das redes sociais, ampliaram o universo de partilhas de avaliação e comentários de livros, ajudando a promovê-los, ao mesmo tempo que permite, com uma ligação *Wi-Fi*, o acesso, por exemplo, a um dicionário *online* (Coutinho & Pestana, 2015). Acrescente-se a facilidade de alterar ou acrescentar conteúdo a um *e-book*; a facilidade de aquisição, sem deslocação a loja física, apesar de se poder argumentar no mesmo sentido em relação ao livro impresso.

Dentre os formatos de *e-book* mais utilizados encontra-se o EPUB disponibilizado em livrarias que vendem livros digitais, dada a possibilidade de efetuar descarregamento gratuito, a par de uma versão *premium*. Na verdade, por regra, os *e-books* são mais baratos do que os livros impressos (Coutinho & Pestana, 2015).

Face a estas condicionantes, identificam-se algumas vantagens e desvantagens na prática da leitura através de *e-book*. Do lado das vantagens, afirma-se o respeito pela preservação do ambiente, designadamente da floresta, contribuindo para a redução do abate de árvores necessárias para o fabrico do papel dando, assim, um contributo para o Desenvolvimento Sustentável; naturalmente, uma coleção de *e-books* ocupa menor espaço, pelo menos em termos de espaço físico; maior facilidade no transporte de obras, acesso a obras menos recentes, pela sua disponibilização na *Web*, bem como a leitura no escuro, desde que se tenha eletricidade ou a bateria carregada. A estas vantagens, López Yepes (2004, p. 141) acrescenta outras:

Entre sus ventajas pueden contarse: la de no tener gastos de gestión; gran facilidad de uso, al contar con enlaces para su lectura en forma no secuencial; el poder incluir audio, gráficos y color; se adquieren baján-

dolos sencillamente al ordenador, pudiendo el autor conocer al usuario y comunicar con él, a la vez que el usuario puede modificar, suprimir y completarlo con textos, siempre dejando a salvo los derechos de la propiedad intelectual; son manejables al no precisar el soporte material del papel, lo que les hace ecológicos por su propia naturaleza; y pueden localizarse infinidad en los catálogos que circulan por Internet.

Segundo o documento *Livros Eletrônicos: documento de apoio da DGLAB*, a leitura digital oferece vantagens como o acesso nos 365 dias do ano, ultrapassando os limites físicos de uma biblioteca, ao possibilitar que o leitor aceda remotamente à informação que pretende: “Com o livro eletrônico, o utilizador não se encontra confinado à biblioteca, sendo-lhe dada a possibilidade de ultrapassar os limites físicos da mesma e aceder 24 horas por dia / 7 dias por semana a um serviço” (DGLAB, 2014, p. 4). São, também, destacados desafios como as limitações financeiras, conflito de interesses com editores, instabilidade de formatos, oferta limitada do mercado em língua portuguesa e barreiras técnicas e de licenciamento.

Do lado das desvantagens, sem bateria ou dispositivo, não há leitura; a luz da tela do dispositivo usado pode causar fadiga ocular em leituras prolongadas; menor experiência sensorial (ausência do toque, cheiro e estética do livro físico); notificações podem interromper a concentração na leitura; alguns formatos não funcionam em todos os dispositivos de leitura havendo, por isso, restrições de uso; produção de dispositivos e consumo energético. Também,

algunas desventajas que presentan se pueden reducir a las imperfecciones que se originan al hacer su versión en el propio ordenador o en impresoras, si sus capacidades son limitadas, además de tener que renunciar al libro tradicional, a las obras artísticamente presentadas y al sistema convencional de estanterías y depósitos librarios. (López Yepes, 2004, p. 141)

Aponta-se, ainda, a necessidade de maior investimento no início da produção de livros digitais; o consumo elevado de energia elétrica dos dispositivos escolhidos para a leitura de *e-books*. Independentemente das vantagens e desvantagens, os Estados Unidos da América (EUA) e o Reino Unido, com destaque para a Penguin e a Springer, são os países com maior valor de crescimento em termos de produção e comércio de *e-books*. O Reino Unido assume um lugar de destaque também pelo número elevado de *e-readers*, podendo inferir-se, por consequência, um grande número de leitores de *e-books*. Estes dois aspetos evidenciam um mercado em crescente, sobretudo em língua inglesa (Coutinho & Pestana, 2015).

Thompson (2021) apresenta o conceito *Bookwars*, onde descreve os conflitos entre as editoras tradicionais e os novos intermediários tecnológicos, como a *Amazon*, na forma como os livros são produzidos, distribuídos e consumidos, mas rejeita a ideia do fim do livro físico. O mesmo autor destaca requisitos para definir um *e-book*, no âmbito do conteúdo e da sua forma: "The ebook is commonly understood as a book that is delivered to the reader as a digital file rather than as a physical object, and read on a screen rather than by turning the physical pages of a print-on-paper book" (Thompson, 2021, p. 68).

Hildebrand-Schat *et al.* (2021) desafiam as fronteiras entre o livro impresso e o livro digital e propõem que o livro é apenas um objeto material e um espaço digital interativo, demonstrando a natureza híbrida do livro entre o papel e o ecrã, transformando a edição, a arte e a leitura em práticas interdependentes: "Analogue and digital books exist in parallel, exerting reciprocal influence upon one another" (Hildebrand-Schat *et al.*, 2021, p. x). Estes autores referem que os requisitos para considerar um *e-book* são complexos, passando pela distinção de formatos, conteúdo multimodal, funcionalidade e critérios formais.

No século XXI, vivemos uma verdadeira "Era da Informação", marcada por um enorme volume de escrita e leitura, impulsionada pela

Internet e pelos dispositivos digitais, de modo que “nunca se leu tanto em nenhum outro momento histórico” (Cardoso, 2014, p. 564). A leitura em ambientes digitais coexiste com a leitura em suportes impressos, não a substituindo, mas antes ampliando as suas modalidades. Com efeito, os leitores passaram a interagir com múltiplos suportes — tanto o papel como os ecrãs — sem que haja a necessidade de optar exclusivamente por um modelo em detrimento do outro.

4. Estudos de *e-books* nas Bibliotecas Públicas

A presença dos livros eletrónicos em bibliotecas públicas tem sido objeto de investigação internacional, revelando grande diversidade de abordagens, desafios e soluções em diferentes contextos culturais, tecnológicos e institucionais. A análise dos estudos permite apreender tendências comuns e especificidades regionais quanto à implementação, à adoção, ao uso e às políticas.

Polónia: inclusão e parceria digital

Augustyn *et al.* (2024) analisam a parceria entre as bibliotecas públicas polacas e a *Legimi* (distribuidor comercial de livros digitais), destacando o alcance da oferta de *e-books* e os modelos de financiamento. A introdução dos *e-books* é vista, sobretudo, como estratégia de promoção da inclusão, beneficiando utilizadores com deficiência visual, baixos rendimentos ou dificuldades de deslocação, através do acesso remoto e gratuito. Os resultados mostram o crescimento de empréstimos digitais e de novos utilizadores ativos, ressaltando que a parceria com plataformas representa uma solução pragmática aos desafios da era digital. No entanto, persistem desafios de financiamento, equidade de acesso, gestão e preservação dos conteúdos digitais.

Reino Unido: experiência do utilizador e literacia infantil

Dearnley *et al.* (2004) exploram as reações de utilizadores e bibliotecários face à implementação de um projeto que introduziu coleções de *e-books* nas bibliotecas públicas de Essex, sublinhando vantagens como portabilidade, personalização e privacidade, mas também limitações ergonómicas, autonomia de bateria e experiência sensorial. O estudo reconhece que a implementação dos *e-books* não depende só da tecnologia, mas também da capacidade de as bibliotecas oferecerem apoio e formação a utilizadores e a bibliotecários. Já Maynard e McKnight (2001) destacam potenciais benefícios dos *e-books* para o desenvolvimento da literacia infantil, sobretudo devido à utilização de multimédia e interatividade, com a possibilidade de incluírem sons, animações e *links*, tornando a leitura mais envolvente e promovendo a acessibilidade, em especial com crianças com necessidades especiais. Destaca-se que “there was a positive attitude towards including e-books as part of the children’s library service, and a high proportion of libraries offered access to them, the majority through main libraries” (Maynard & McKnight, 2001, p. 11).

Estados Unidos da América: desafios operacionais e mercado editorial

Moyer e Thiele (2012) desenvolveram um estudo sobre o programa de empréstimo de dispositivos *Kindle* em bibliotecas públicas dos EUA, destacando desafios operacionais e logísticos enfrentados durante a sua implementação. Entre os principais obstáculos identificados, destacam-se: Licenciamento e direitos de autor - restrições impostas por editoras e fornecedores, que limitam o número de leitores simultâneos com acesso ao mesmo *e-book*, além de estabelecerem condições específicas para empréstimo digital; Divisão digital:

barreiras relacionadas com a exclusão tecnológica, especialmente em áreas rurais ou entre utilizadores sem dispositivos próprios ou acesso à *Internet*, comprometendo a equidade no acesso aos serviços; Impacto orçamental - necessidade de realocação de recursos financeiros, uma vez que as bibliotecas são obrigadas a destinar parte do orçamento originalmente previsto para coleções físicas à aquisição de conteúdos digitais.

Espanha: tendência de crescimento e satisfação

Navarro-Molina *et al.* (2015) referem que “la lectura digital está experimentando una tendencia claramente en alza, respaldada tanto por el sector editorial como por los lectores” (p. 2). O estudo revela satisfação dos utilizadores, apesar de algumas dificuldades iniciais de manuseamento das plataformas digitais. Outro estudo, conduzido por Arroyo-Vázquez *et al.* (2023), analisa a utilização de *e-books* no contexto universitário, enfatizando o papel central das monografias no ensino superior e a crescente necessidade de acesso a livros eletrónicos. Essa necessidade é particularmente relevante para estudantes em regime remoto, configurando-se como um tema estratégico para compreender a transição digital nas bibliotecas académicas. A pesquisa evidencia que a adoção de *e-books* complementa os recursos tradicionais e responde também a exigências de flexibilidade e acessibilidade impostas pelas dinâmicas educacionais.

Brasil: estratégias de introdução e perceções

A adoção dos *e-books* em bibliotecas públicas brasileiras apresenta atraso relativamente aos EUA e à Europa, mas encontra avanços a partir das experiências internacionais. Serra e Silva (2017) sugerem o

empréstimo de dispositivos como estratégia inicial, recomendando a priorização de conteúdos digitais em acesso aberto e licenciados para múltiplos dispositivos. Araújo (2016) evidencia que o suporte não altera significativamente os comportamentos de leitura dos jovens, que procuram múltiplos formatos: “o leitor jovem, quando se interessa por uma obra literária, em geral, cogita as outras possibilidades de oferta do mesmo conteúdo em formatos diferentes” (Araújo, 2016, p. 89). Viegas (2012) apresenta uma reflexão sobre o papel dos *e-books* nas bibliotecas públicas, destacando os seus benefícios e desafios. A autora aplicou questionários a bibliotecários de forma a compreender as suas perceções sobre o tema e os participantes reconheceram que necessitam de estar constantemente atualizados de forma a acompanharem as exigências da sociedade digital.

Itália: modelos de aquisição e impacto digital

Formiga (2021) explora práticas de aquisição e empréstimo de *e-books* nas bibliotecas públicas italianas, destacando o crescimento da sua aquisição até 250% nos primeiros meses de 2020, identificando custos únicos e permanentes, políticas de inclusão e equidade, e incentivo ao empréstimo interbibliotecário. Destaca que “il digitale si presenta come un’ulteriore possibilità per mettere maggiormente in rete le biblioteche perché se praticano la condivisione e la cooperazione nei servizi garantiscono anche agli editori la vendita di titoli” (Formiga, 2021, p. 575).

França: barreiras legais, técnicas e comerciais

Dillaerts e Epron (2014) evidenciam atraso na integração dos *e-books* e barreiras para aquisição e empréstimo, destacando preocu-

pações de editores com perda de vendas e restrições legais: “*décalage significatif entre le nombre de titres disponibles pour les bibliothèques et ceux qui sont disponibles pour le grand public*” (Dillaerts & Epron, 2014, p. 80). O Projeto PNB (*Prêt Numérique en Bibliothèque*) é experimental e visa desenvolver um modelo de empréstimo digital adaptado ao contexto das bibliotecas públicas francesas, com o objetivo de criar “*un modèle ouvert de distribution des livres numériques dans le respect du rôle de chaque acteur*” (Dillaerts & Epron, 2014, p. 83). À data do estudo, os autores assumiram que o modelo de empréstimo de *e-books* nas bibliotecas públicas francesas ainda estava em fase experimental, condicionado por barreiras legais, técnicas e comerciais.

Suécia: restrição de oferta e dependência de plataformas

Maceviciute e Wilson (2013) sublinham a dependência das bibliotecas suecas face à plataforma *Elib*, que oferecia uma seleção limitada e escassa de títulos:

We cannot decide what we want to buy, what literature we want to promote and offer to borrowers. It feels awful to be dependent on the vendor. The publishers keep certain books in quarantine and remove the titles willy-nilly. The title choice is very small for adults and virtually non-existent for children and young people. (Maceviciute & Wilson, 2013, p. 4)

O estudo baseou-se num inquérito nacional realizado a todas as bibliotecas públicas da Suécia com uma taxa de resposta de 63,3%. Apesar da elevada literacia digital e do avanço tecnológico do país, persistem barreiras políticas e estruturais bastante significativas na oferta e no acesso a *e-books*.

Dinamarca: transformação do mercado editorial

Worsøe-Schmidt (2019) demonstra que o empréstimo de *e-books* alterou radicalmente a relação entre bibliotecas públicas e o mercado editorial:

the lending of e-books has disrupted the traditional understanding and interaction between the public library system and the commercial book market. In addition, the Danish library system through the partnership has taken on a new function in relation to the commercial market, namely acting as the engine in building a market for Danish e-books. (Worsøe-Schmidt, 2019, p. 95)

República Checa / Chéquia: preferências e barreiras geracionais

Prokop e Stejskal (2020) investigaram as preferências de leitura de *e-books* entre diferentes gerações de utilizadores, com o objetivo de proporem recomendações para uma gestão mais eficiente das bibliotecas públicas na era digital. O estudo baseou-se num inquérito *online* aos frequentadores da Biblioteca Municipal de Praga, em 2019, explorando variáveis como géneros literários preferidos, dispositivos utilizados para leitura, canais de comunicação adotados e a disposição dos utilizadores para pagarem por serviços digitais de leitura. Os resultados fornecem subsídios relevantes para compreender padrões de consumo de conteúdos digitais e orientar estratégias de adaptação das bibliotecas públicas às transformações tecnológicas e às expectativas dos diferentes segmentos etários, concluindo que “e-books have not been accepted by consumers and have become merely an extension of service offer” (p. 1), e sugerindo estratégias segmentadas para diferentes públicos. Stejskal *et al.* (2021), no estudo mediante dois inquéritos realizados em 2019, com a participação de 2.400 respondentes, analisaram os fatores determinantes do comportamento de leitura digital e as barreiras asso-

ciadas. Os resultados indicam que a maioria dos participantes demonstra preferência por livros impressos, enquanto apenas uma parcela minoritária opta por *e-books*. Entre os que preferem livros digitais, observa-se que o acesso ocorre predominantemente por meio de recursos gratuitos disponíveis na *Internet* ou via serviços oferecidos pelas bibliotecas. As principais barreiras identificadas incluem o apego ao formato físico do livro e o desconforto visual decorrente da ausência de dispositivos adequados para leitura digital. Esses resultados evidenciam que, apesar da expansão das tecnologias digitais, persistem limitações culturais e tecnológicas que influenciam a adoção de *e-books*, exigindo estratégias específicas para mitigar tais obstáculos.

Canadá: colaboração entre bibliotecas e editoras

Crawley (2013) destaca desafios técnicos e a importância da colaboração entre o Conselho Canadano de Bibliotecas Urbanas e editoras canadianas, através do consórcio de editoras de língua inglesa eBOUND para o lançamento de plataforma piloto de *e-books*.

Escandinávia: equilíbrio entre setores

Liguzinski *et al.* (2024) analisam o empréstimo de *e-books* como oportunidade de acesso à informação, mas apontam a disputa de interesses económicos entre editoras e bibliotecas, dependente de constante diálogo e adaptação de políticas.

Portugal: mercado embrionário e perspetivas

Carvalho (2012) observou que, apesar de infraestruturas preparadas, as vendas de *e-books* permanecem baixas e os utilizadores são

tradicionalistas, embora se observe esperança nas jovens gerações. Silva e Catanho (2021) indicam que, nos EUA, os *e-books* ganharam destaque no mercado editorial, mas em Portugal o impacto continua reduzido. Os autores analisam qualitativamente a comunidade do *Bookstagram* no mercado do livro, comparando os mercados editoriais dos EUA e Portugal, entre 2012 e 2020, e, consequentemente, o mercado dos *e-books*. Segundo estes autores, nos EUA, “los *e-books* también se posicionaron como un factor significativo en el mercado editorial”, mas, apesar do crescimento, “los libros físicos continuaban ganando terreno en el mercado” (p. 36), destacando que os *e-books*, tal como os livros impressos, se tornaram um forte componente dos lucros do mercado editorial americano. Em contrapartida, em Portugal, segundo os mesmos autores, os *e-books* não assumiram o mesmo destaque no mercado editorial. Ao longo deste estudo fica perceptível que o impacto do *e-book* no mercado nacional é muito mais reduzido e a análise dos dados centra-se, essencialmente, nos livros impressos. Em suma, o desenvolvimento e a integração dos *e-books* no mercado editorial americano assumem valores muito maiores que no mercado português, não só em vendas, mas também na atenção dos utilizadores do *Bookstagram*.

CONCLUSÃO

A evolução do *e-book* ultrapassa a simples digitalização do livro impresso, distinguindo-se deste com características inovadoras, funcionalidades modernas e potencial de interatividade e personalização do momento de leitura de cada utilizador de uma biblioteca pública. Estas características desafiam a definição clássica de leitura e de livro como objeto, para introduzirem novas experiências ao leitor e à sociedade digital, tornando o *e-book* uma ferramenta valiosa para a democratização do conhecimento e a promoção da inclusão social.

De forma a ser possível responder à questão de investigação, foi adotada uma abordagem qualitativa, do tipo exploratório, orientada pelo paradigma construtivista, a partir de uma revisão da literatura narrativa onde foram identificados estudos e projetos sobre o uso de *e-books* nas bibliotecas públicas no panorama internacional.

Como resultados e de modo a atingir o objetivo de apreender o lugar dos *e-books* nas bibliotecas públicas no panorama internacional, foram produzidos alguns pontos considerados essenciais: a dicionarização do conceito de *e-book*; as diferenças entre *e-book* e livro impresso; e os *e-books* nas bibliotecas públicas através da análise de diferentes estudos.

Foram destacados diversos conceitos das últimas décadas de livro eletrónico, refletindo as suas mudanças tecnológicas e concetuais. Pode afirmar-se que o *e-book* não é uma substituição do livro impresso, mas sim um novo recurso de leitura, de forma mais interativa e adaptável, com ferramentas que aumentam a experiência da leitura, a sua acessibilidade e portabilidade. O conceito de *e-book* engloba uma diversidade de formatos (como o *EPUB*, *PDF* ou *MOBI*) e uma diversidade de dispositivos para a sua utilização, como *e-readers* para a leitura de *e-books*, computadores e *tablets*.

Após a análise dos estudos internacionais distinguem-se as características do livro impresso e do *e-book*, tais como o formato, a portabilidade, a experiência, a acessibilidade, o custo, a distribuição e a durabilidade. A diferença entre estes dois formatos não reside apenas no formato, mas também na experiência de leitura e no acesso ao conhecimento, tendo o desenvolvimento de *e-readers* contribuído decisivamente para o sucesso dos *e-books*, conseguindo transformar a leitura de um *e-book* numa experiência muito idêntica à leitura em livro impresso. Complementarmente, foram distinguidas vantagens e desvantagens do livro eletrónico.

O lugar dos *e-books* nas bibliotecas públicas foi analisado através de diversos estudos internacionais sobre o tema. Numa perspetiva reflexiva, considera-se que a implementação e a consolidação dos

livros eletrónicos nas bibliotecas públicas têm avançado de forma desigual, sendo influenciadas por fatores económicos, tecnológicos, culturais e políticos. Países como EUA, Reino Unido e Polónia apresentam modelos mais dinâmicos e inclusivos, enquanto Portugal, França, Suécia e Brasil enfrentam limitações estruturais, legais e de mercado. As estratégias variam entre o empréstimo de dispositivos, investimento em plataformas comerciais, incentivo ao acesso aberto e colaboração entre setores, com destaque para a necessidade de negociação constante entre editoras e bibliotecas.

Os estudos analisados podem ser agrupados em cinco categorias principais. A primeira refere-se aos modelos de acesso e financiamento, que abrangem diferentes estratégias, como parcerias institucionais, utilização de plataformas comerciais e regimes de licenciamento aberto ou restrito. A segunda categoria diz respeito à inclusão e equidade, destacando iniciativas voltadas para a ampliação do acesso a novos públicos, a promoção da acessibilidade para pessoas em situação de vulnerabilidade e o desenvolvimento da literacia digital.

A terceira categoria aborda os desafios operacionais, legais e de mercado, incluindo restrições impostas pelos modelos de licenciamento, a dependência das bibliotecas em relação aos fornecedores, questões de sustentabilidade financeira e limitações técnicas. A quarta categoria concentra-se no comportamento dos utilizadores, analisando aspetos como preferências geracionais, modos de leitura, níveis de satisfação e resistência cultural à adoção de formatos digitais. A quinta categoria trata do impacto no mercado editorial, evidenciando a transformação dos modelos de negócio, a adaptação das editoras às novas dinâmicas digitais e o papel das bibliotecas como agentes promotores da leitura eletrónica.

Esta análise revela a crescente centralidade dos *e-books* nas bibliotecas públicas, sublinhando que a expansão sustentável depende da resolução de desafios institucionais, do investimento em inovação e da promoção da inclusão informacional para todos os públicos.

Os *e-books* apresentam uma tendência de crescimento nos acervos das bibliotecas públicas, como principais agentes da inclusão digital, da literacia digital e da inovação na educação e cultura, sendo que esta investigação evidencia algumas desigualdades na implementação dos *e-books* nas bibliotecas públicas pelos diferentes países. De qualquer modo, a promoção da literacia e da inclusão digitais através de *e-books*, como indiciador da transição digital da sociedade e de inovação parece dever-se mais à emergência de projetos de disponibilização e empréstimo de *e-books* sobretudo através das Bibliotecas Públicas, reforçando a dimensão digital das coleções, do que da promoção de práticas de mediação e formação dos utilizadores para o incremento do seu uso e apropriação. Esta dimensão encontra-se, aliás, ausente dos estudos, talvez por escassez de recursos, designadamente humanos, nas bibliotecas.

O panorama internacional revela diversos ritmos e níveis de integração dos *e-books*, com avanços e desafios distintos: países como, por exemplo, os EUA e o Reino Unido demonstram uma maior integração dos *e-books* nas bibliotecas públicas, com parcerias institucionais, financiamento público e políticas inclusivas. Em contraste, países como, por exemplo, a França e o Brasil, enfrentam diversos obstáculos estruturais, legais, para além da resistência dos utilizadores ao formato digital, onde persistem barreiras significativas como o apego ao formato físico, instabilidade de formatos e plataformas, entre outros.

A experiência com a utilização de plataformas digitais, tem-se tornado algo essencial para a leitura de *e-books* tais como a plataforma *SimplyE*, da Biblioteca Pública de Nova Iorque; o *Adobe Reader*, principalmente nas bibliotecas do Reino Unido; a *eReolen*, nas bibliotecas da Dinamarca; o *Ebound*, nas bibliotecas do Canadá; e a *Enki*, a *ReadersFirts* e a *Douglas County Libraries* nos EUA, demonstrando que o sucesso na integração de *e-books* nas bibliotecas depende de fatores tecnológicos, humanos e institucionais, sendo essencial

a dedicação por parte de todos os intervenientes – bibliotecários, leitores e editores.

No contexto nacional, iniciativas como a BiblioLed revelam o potencial das bibliotecas públicas portuguesas para liderar projetos inovadores, apesar de a comunidade de utilizadores destacar-se como tradicionalista, tendo um menor impacto no mundo dos *e-books* face à realidade americana ou inglesa.

A análise destes estudos contribuiu para a perceção da crescente centralidade dos *e-books* nas bibliotecas públicas, destacando-se que a expansão sustentável depende da resolução de desafios institucionais, do investimento em inovação e da promoção da inclusão digital, e por esta mediação de outros tipos, para todos os públicos.

Em síntese, o presente estudo demonstra que o papel dos *e-books* nas bibliotecas públicas é central na transformação digital da atual sociedade, ainda que tenha alguns desafios para enfrentar. O futuro destes, nas bibliotecas públicas, depende da capacidade de estas se reinventarem, conciliando a tradição com a modernidade, de forma a responderem aos desafios mencionados, assegurando sempre, essencialmente, o acesso inclusivo à informação e ao conhecimento.

BIBLIOGRAFIA

- Araújo, M. D. V. (2016). *Práticas de leitura literária digital entre leitores jovens* [Tese de doutoramento, Universidade Federal de Minas Gerais]. <http://hdl.handle.net/1843/BUOSAPCPUR>
- Arroyo-Vázquez, N., Alvite-Díez, M.-L., Rodríguez-Bravo, B., & de Cos González-Taladriz, L. (2023). E-books in Spanish university libraries: An analysis of online social sciences degrees. *The Journal of Academic Librarianship*, 49, 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2023.102809>
- Augustyn, K., Liguzinski, M., & Siwecka, D. (2024). Digital books in Polish public libraries: Case study of partnership with the commercial distributor Legimi. *Public Library Quarterly*, 43(6), 691-723. <https://doi.org/10.1080/01616846.2024.2317073>
- Cacaly, Serge (1997). *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Nathan.

- Carreiro, E. (2010). Electronic Books: How Digital Devices and Supplementary New Technologies are Changing the Face of the Publishing Industry. *Publishing Research Quarterly*, 26 (4), 219–235. <https://sci-hub.st/10.1007/s12109-010-9178-z>
- Carvalho, P. M. O. de (2012). *A importância e o futuro do e-book no mercado livreiro em Portugal* [Projeto de Mestrado, ISCTE]. <https://repositorio.iscte-iul.pt/HANDLE/10071/4907>
- Catanho, C. (2020). *Bookstagram: uma nova forma de cativar leitores: os casos dos Estados Unidos da América e Portugal* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/44139>
- Cortês, J. M. (2012). *13.º Encontro da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas*. http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/etc/Documents/13EncontroRNBCom_JoseManuelCortes.pdf
- Coutinho, P. & Pestana, O. (2015). E-Books: evolução, características e novas práticas para o mercado editorial. *Páginas a&b*, 3(3), 169-195. <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/672>
- Crawley, D. (2013). Public libraries and e-books: After a tumultuous honeymoon, seeking a stable marriage. *Felicitier*, 59(1), 21–23.
- Cunha, M. B. da, & Cavalcanti, C. R. de O. (2008). *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Briquet de Lemos.
- Dearnley, J., McKnight, C., & Morris, A. (2004). Electronic book usage in public libraries: a study of user and staff reactions to a PDA-based collection. *Journal of Librarianship and Information Science*, 36(4), 175-182. <https://doi.org/10.1177/0961000604050568>
- DGLAB - Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. (2013). *Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública*. (2.ª ed. inteiramente rev.). http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/DiretrizesIFLA_2ed_rev.pdf
- DGLAB - Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. (2014). *Livros eletrónicos: documento de apoio*. http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/Doc23_Livros%20Eletronicos%20Maio2014.pdf
- Dictionary of Information and Library Management* (2006). London: A & C Black.
- Dillaerts, H., & Epron, B. (2014). La place du livre numérique dans les bibliothèques publiques françaises: État des lieux et prospective. *Canadian Journal of Information and Library Science*, 38(2), 80–96. <https://doi.org/10.1353/ils.2014.0009>
- Faria, M. I., & Pericão, M. da G. (1999). *Novo dicionário do livro: da escrita ao multimédia*. Círculo de Leitores.
- Faria, M. I., & Pericão, M. da G. (2008). *Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico*. Almedina.
- Feather, J., & Sturges, P. (2003). (2nd ed.). *International Encyclopedia of Information and Library Science*. Routledge.
- Formiga, F. (2021). Il libro digitale in biblioteca: un continuo work in progress nella distribuzione. *AIB Studi*, 61(3), 569–576. <https://doi.org/10.2426/aibstudi-13336>

- García Ejarque, L. (2000). *Diccionario del archivero bibliotecario: Terminología de la elaboración, tratamiento y utilización de los materiales propios de los centros documentales*. Ed. Trea.
- Hart, C. (2018). *Doing a Literature Review*. (2nd ed.). Sage.
- HildebrandSchat, V., Bazarnik, K., & Schulz, C. (2021). Refresh the book: on the hybrid nature of the book. *Koninklijke Brill NV*. <https://doi.org/10.1163/9789004443556>
- IFLA-UNESCO. (2023). *Manifesto da IFLA-UNESCO para as Bibliotecas Públicas 2022*. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/Manifesto_IFLA_PT_2022.pdf
- Landoni, M. (1997). The visual book system: A study of the use of visual rhetoric in the design of electronic books [PhD thesis, University of Strathclyde]. <https://stax.strath.ac.uk/downloads/j38607189>
- Liguzinski, M., Colbjørnsen, T., & Tallerås, K. (2024). Perceptions of e-lending in Scandinavian libraries: Tension and harmony between institutional logics. *International Journal of Cultural Policy*. <https://doi.org/10.1080/10286632.2024.2402902>
- López Yepes, J. (Ed.). (2004). *Diccionario Enciclopédico de Ciencias de la Documentación* (H-Z). Síntesis.
- Maceviciute, E., & Wilson, T. D. (2013). E-Books in Swedish public libraries: Policy implications. In T. Aalberg, C. Papatheodorou, M. Dobrev, G. Tsakonas, & C. J. Farrugia, (Eds.), *Research and Advanced Technology for Digital Libraries* (pp. 29-34). https://doi.org/10.1007/978-3-642-40501-3_4
- Maynard, S., & McKnight, C. (2001). Electronic books for children in UK public libraries. *The Electronic Library*, 19(6), 405–424. <https://doi.org/10.1108/02640470110412026>
- Mertens, D. M. (2010). *Research and evaluation in education and psychology: Integrating diversity with quantitative, qualitative and mixed methods*. (3 ed.). Sage.
- Mastropiero, M. del C. (2008). *Diccionario de Archivística en Español: Con un anexo multilingüe y cuadro de fuentes de las entradas terminológicas*. Alfagrama.
- Moyer, J. E., & Thiele, J. (2012). E-books and readers in public libraries: Literature review and case study. *New Library World*, 113, 262–269. <https://doi.org/10.1108/03074801211226346>
- Navarro-Molina, C., Alonso-Arroyo, A., Vidal-Infer, A., Valderrama-Zurián, J. C., & AleixandreBenavent, R. (2015). La satisfacción de uso de los dispositivos e-reader en una muestra de estudiantes universitarios españoles. *Revista Española de Documentación Científica*, 38(3). <http://dx.doi.org/10.3989/redc.2015.3.1224>
- Norte, M. B. (2010). *Glossário de termos técnicos em Ciência da Informação: Inglês/Português*. Cultura Acadêmica.
- Prokop, V., & Stejskal, J. (2020). Cross-generation analysis of e-book consumers' preferences – A prerequisite for effective management of public library. *Information*, 11(2), 72. <https://doi.org/10.3390/info11020072>

- Prytherch, Ray (2005). *Harrod's librarians' glossary and reference book: a directory of over 10,200 terms, organizations, projects and acronyms in the areas of information management, library science, publishing and archive management*. (10th ed.). Ashgate.
- Reitz, J. M. (2014). *Online Dictionary for Library and Information Science*. https://odlis.abc-clio.com/odlis_e.html#electronicbook
- Sage, K., Piazzini, M., Downey, J. C. & Masisela, L. (2020). Reading from print, laptop computer, and e-reader: differences and similarities for college students' learning. *Journal of Research on Technology in Education*, 52(4), 441-460. <https://doi.org/10.1080/15391523.2020.1713264>
- Serra, L., & Silva, J. (2017). Empréstimo de dispositivos de leitura em bibliotecas: Análise de experiências. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 22(2), 264-276. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2701>
- Silva, C. G. da, & Catanho, C. (2021). Bookstagram y los mercados editoriales estadounidense y portugués. *Ámbitos: Revista Internacional de Comunicación*, 53, 25-41. <https://doi.org/10.12795/Ambitos.2021.i53.02>
- Stejskal, J., Hajek, P., & Prokop, V. (2021). The role of library user preferences in the willingness to read and pay for e-books: Case of the Czech Republic. *The Electronic Library*, 39(4), 639-660. <https://doi.org/10.1108/EL-01-2021-0001>
- Thompson, J. B. (2021). *Book wars: the digital revolution in publishing*. Polity Press.
- Worsøe-Schmidt, L. (2019). The e-book war in Denmark. *Journal of Librarianship and Information Science*, 51(1), 95-105. <https://doi.org/10.1177/0961000616685641>

Apêndice 1 – Dicionarização do termo “Livro eletrônico”.

Ano	Termo	Conceito	Fonte
1999	Livro eletrônico	Aquele em que as palavras ou códigos foram substituídos pelos de uma outra linguagem ou código legível por máquina.	(Faria e Pericão, 1999, p. 380)
2000	Libro electrónico	Pequeño, pero potente ordenador en forma de libro y pantalla de cristal líquido en forma de página, en la que se puede reproducirse a voluntad las páginas de un impreso para su cómoda lectura en cualquier lugar.	(García Ejarque, 2000, p. 282)
2003	Electronic book	The result of integrating classical book structure, or rather the familiar concept of a book, with features that can be provided within an electronic environment is referred to as an electronic book (or e-book), which is intended as an interactive document that can be composed and read on a computer. From the conceptual side, it is an attempt to overcome the limitations of paper books by adding a series of useful features that are made possible through the nature of an electronic environment. The main features of electronic books are that they are dynamic, reactive and can be made available in different formats and/or editions in a short time. For this reason the translation from paper to electronic environment is not appropriate for every type of publication and for every type of reader: the process of reading and the tasks readers are attempting to complete have a central role in judging the suitability of this translation. In any case the cognitive overhead that results from the special environment chosen (i.e. the computer) represents a valid reason for carefully considering the appropriateness and the method of realizing this conversion. The fact that technology is able to represent documents on the screen is not a sufficient reason for translating every piece of paper into electronic format. It is important to define different kinds of use corresponding to different types of document. These range from ancient manuscripts to modern examples of hyperliterature.	(Feather & Sturges, 2003, pp. 168-171)
2004	Libro electrónico	Dispositivo portátil que está preparado especialmente para poder leer versiones electrónicas de libros, si bien en la actualidad cualquier ordenador de bolsillo permite por medio de software necesario convertirlo en un libro electrónico. Pequeño ordenador en forma de libro y pantalla de cristal líquido en forma de página en las (sic) puede reproducirse, a voluntad, escritos para ser leídos con comodidad en cualquier lugar. En ingl. <i>electronic book</i> o simplemente <i>e-book</i>. Es el libro presentado en formato electrónico. No conta, por tanto, ni con papel, ni con tipo alguno de encuadernación, y su soporte, sin tamaño, ni peso, es totalmente virtual. Su tirada se reduce a una copia electrónica y su distribución se convierte en circulación por la red, con disponibilidad abierta a los usuarios. Los formatos del libro electrónico presentan ya mucha variedad, en la que se destacan como más extendidos el <i>Adobe Acrobat Reader</i>, con distribución gratuita y disponible en plataformas Unix, Windows y Macintosh. De características similares es el <i>Microsoft Reader</i>. Hay también libros electrónicos disponibles en formatos HTML y en Word y como ficheros de imagen tipo <i>TIF (Tag/Tagged Image File Format)</i>, con inconvenientes tales como el de la inseguridad de mantener el original, la falta de manejabilidad, junto con una visualización más defectuosa y dificultades de tamaño en las imágenes, desventajas éstas que quedan a salvo en los formatos que ofrecen las primeras marcas reconocidas.	(López Yepes, 2004, pp. 141-142)

2006	e-book	A battery-powered portable reading device displaying text on a high-resolution screen. Also called electronic book.	(Dictionary of Information and Library Management, 2006, p. 63)
2008	Libro electrónico	Libro que no fue editado en soporte papel o cualquier otro soporte físico, sino que está almacenado como archivo y es accesible y comercializable como tal.	(Mastropiero, 2008, p. 114)
2008	Livro eletrônico	<i>e-book, electronic book, interactive book, multimedia book</i> O que foi convertido ao formato digital, ou originalmente produzido nesse formato, para ser lido em computador ou dispositivo especial destinado a esse fim; livro digital, livro interativo, livro multimídia. <=> hiperdocumento.	(Cunha & Cavalcanti, 2008, p. 233)
2008	Electronic book	Em português livro electrónico, versão digital de um livro, artigo ou outro documento; segundo alguns autores, trata-se de um termo vago, que é usado para descrever um texto ou monografia sob forma electrónica.	(Faria e Pericão, 2008, p. 441)
2010	electronic book	(e-book) livro eletrônico, é a versão digital de um livro impresso em papel.	(Norte, 2010, p. 20)
2014	Electronic book	A digital version of a traditional print book designed to be read on a personal computer or e-book reader. Although the first hypertext novel was published in 1987 (Afternoon, A Story by Michael Joyce), electronic books did not capture public attention until the online publication of Stephen King's novella Riding the Bullet in March 2000. Within 24 hours, the text had been downloaded by 400,000 computer users. Some libraries offer access to electronic books through the online catalog. A universally accepted format and simple delivery system are needed.	(Reitz, 2014)

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Os mss. 350 e 351 dos Reservados da BGUC: importantes fontes para o estudo da tradição manuscrita dos sonetos de António da Fonseca Soares na *Fénix Renascida* (Sylva, 1746, 2.^a ed.)

Mss. 350 and 351 of the BGUC Reserves: important sources for the study of the manuscript tradition of the sonnets of António da Fonseca Soares in the *Reborn Phoenix* (Sylva, 1746, 2nd ed.)

Carlos Eduardo Mendes de Moraes¹

RESUMO

Há diferenças entre a atribuição de autorias da obra de António da Fonseca Soares (1631-1682) e a *Fénix Renascida* (1746). Sylva privilegiou os “melhores sonetos” omitindo a autoria de Fonseca Soares, ora como anônima, ora

1 Docente Sênior do Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, University of São Paulo, São Paulo State University (Unesp, Portuguese: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”). E-mail: mendes.moraes@unesp.br. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5427667370309683>. <https://orcid.org/0000-0001-7277-2788>

como de outro autor. Nos manuscritos 350 e 351 dos Reservados da BGUC demonstram-se fontes importantes que revelam mais sobre os sonetos do poeta publicados na *Fénix*, em versões únicas ou partícipes da sua tradição manuscrita.

PALAVRAS-CHAVE

Filologia. António da Fonseca Soares. *Fénix Renascida*. BGUC Ms. 350. BGUC Ms. 351.

ABSTRACT

There are differences between the attribution of authorship of the work of António da Fonseca Soares (1631-1682) and the Reborn Phoenix (1746). Sylva favored the “best mills” omitting the authorship of Fonseca Soares, sometimes as anonymous, sometimes as another author. In manuscripts 350 and 351 of the BGUC Reserves, important sources on the tradition of the poet’s sonnets published in *Fénix* are demonstrated, in single versions or as participants in his manuscript tradition.

KEYWORDS

Philology. *Fénix Renascida*. Manuscript 350 BGUC. Manuscript 351 BGUC.

A Fénix Renascida, ou Obras Poeticas dos melhores engenhos Portuguezes e a não-referência a António da Fonseca Soares

A Fénix Renascida é uma coletânea de poemas impressos com o subtítulo “os melhores engenhos portuguezes”, dado à luz pelo editor Mathias Pereira da Sylva. Trata-se da reunião de centenas de composições organizadas em cinco volumes, publicada em duas edições: a primeira (1716-1728) e a segunda (1746)², a qual utilizamos para esta

2 Importante observar que houve outras edições póstumas. Quando referimo-nos a duas, são aquelas organizadas diretamente por Mathias Pereira da Sylva, segundo as informações constantes dos paratextos iniciais. A título de informação, encontramos uma edição realizada nos Estados Unidos pela Legare Street Press, com 460 páginas, do ano de 2022 (ISBN

discussão. Em ambas as edições, Sylva faz a recolha de poemas que circularam, em sua grande maioria, na forma manuscrita ao longo do século XVII, os quais procurou sempre indicar, por um lado, as didascálias e as autorias por ele elaboradas ou coligidas e, por outro, apresentar essa recolha em volumes cancelados em cada tomo por um mecenas solenemente homenageado nas páginas iniciais³.

Antonio da Fonseca Soares foi relativamente lembrado por Sylva, pois, apesar de seu nome não figurar entre os “melhores engenhos portugueses”, mais de uma centena de poemas atribuídos à sua obra secular⁴ foram publicados na *Fénix*, segundo arrolou Maria de Lourdes Belcior Pontes (1950)⁵ na *Bibliografia de António da Fonseca Soares*.

Falar de “Anónimos”, nesse sentido, é questão complexa, posto que António Pereira da Sylva, o organizador da *Fénix*, optou por promover “a poesia portuguesa” em detrimento da segurança e da precisão na indicação dos poetas-autores selecionados, principalmente quando tratou os “melhores engenhos” com o olhar voltado mais para os conteúdos dos poemas do que para as suas autorias. Essa percepção se corrobora quando abrimos a *Fénix* no tomo II, dedicado ao “Exce-

978-1018173948; também encontramos a edição A FÉNIX RENASCIDA OU OBRAS POÉTICAS dos melhores Engenhos Portugueses, Edição de Ivo Castro, Enrique Rodrigues-Moura e Anabela Leal de Barros, a qual nos interessa diretamente, em virtude do estudo que se fez em torno da edição. Entretanto, trata-se de edição esgotada, à qual não conseguimos ter acesso direto.

- 3 Quanto a esses mecenas, aparecem na seguinte ordem nas publicações: Volume I: Dom Francisco de Portugal (Marquês de Valença, Conde de Vimioso, etc.); Volume II: Dom José de Portugal, primogênito de D. Francisco de Portugal; Volume III: Dom João de Almeida Portugal (Conde de Assumar, dos Conselhos de Estado e Guerra, etc.); Volume IV: Dom João de Mascarenhas (Conde de Santa Cruz, primogênito do Marquês Morodomo-Mór); Volume V: Dom Francisco Xavier de Menezes (Conde de Ericeira do Conselho de Sua Magestade, etc.).
- 4 Segundo a Autora, existe um contraste entre a obra secular, assinada por António da Fonseca Soares e a religiosa, assinada pelo seu nome religioso Frei António das Chagas. Chagas teve grande parte de sua obra sacra, composta de cartas, textos religiosos, missais, etc., publicada ao longo da segunda metade de sua vida e mesmo *post mortem*.
- 5 Do conjunto de 926 poemas atribuídos a António da Fonseca Soares, grande maioria composto na forma de romances pouco se publicou. Aqueles que foram contemplados pela imprensa, em geral, se devem à atuação do poeta na Academia dos Seletos – poemas como o “Mourão Restaurado” ou “Elvas Socorrida” –, enquanto outros se acham dispersos em coletâneas e miscelâneas, dentre as quais, a *Fénix Renascida*.

Ilentissimo Senhor D. Josoeph de Portugal, Conde de Vimioso, ecc, primogenito do Excellent. Senhor D. Francisco de Portugal, Marquez de Valença”, no qual Sylva adverte o leitor sobre o critério empregado na busca dos poemas escolhidos para alçarem o voo da *Fénix*:

Em duas cousas póde reparar o Leitor: primeira, em darmos a algumas obras Authores Anonymos; segunda em attribuir a outros diferentes algumas, que correm em nome de alguns determinadamente; quanto á primeira, pareceo conveniente darlhes Author Anonymo, porque a todo tempo, que se lhes descobrir o verdadeiro, tomará dellas posse; porque assim lhe deixamos reservado o seu direito, ao qual prejudicaríamos, se as adjudicássemos a algum determinado. Quanto á segunda, respondo, que muitas destas obras andaõ roubadas a seus legitimos senhores, e conhecidas por taes devem restituirselles como suas. Em tudo procedemos com a madureza, que basto para que os Leitores fiquem intyeiramente satisfeitos, se sem escrulo⁶.

“Aos Leitores” (In: SYLVA, 1746).

O escrúpulo referido por Sylva, todavia, não esclarece quantas e quais são as composições “roubadas” ou sem conhecimento dos verdadeiros autores.



Quando se trata do resgate da produção de determinado autor da época, no caso, António da Fonseca Soares, outros caminhos se fazem necessários para o estudo da *Fénix*. Primeiramente, o exame exaustivo da tradição manuscrita atribuída a Fonseca Soares nos leva a buscar as fontes de origens variadas, dentre as quais se pode tratar o tema. Pensa-se, segundo esse critério, em buscar os bibliógrafos

6 “Aos Leitores”. In: SYLVA, Mathias Pereira, *A Fénix Renascida*, ou obras poeticas dos melhores engenhos portuguezes. (...) II Tomo. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1746.

que se dedicaram exclusivamente à obra do poeta, debruçando-se sobre a detecção e indicação das fontes diretas que de alguma maneira referiram a autoria de seus escritos. Entre elas, encontramos copistas que colecionaram composições dessa tradição (via registro de tradição oral ou via coleção de manuscritos), editores que se preocuparam com a sistematização dessa obra e ainda estudos especializados no resgate e na organização de todas essas possibilidades de localização das composições. Ousamos dizer que essas atividades devem ser complementares e certamente incompletas, posto que a cada leitura de manuscritos novas informações acabam por promover mudanças nos resultados de pesquisas já realizadas.

Nesse sentido, entende-se que no estudo do século XVII persiste uma questão crucial. Se, por um lado, há muito material adormecido a ser pesquisado nas bibliotecas e arquivos, por outro lado, há a necessidade de que o método de pesquisa não se restrinja à coleta, mas passe também pelo crivo rigoroso da atividade filológica e assegure minimamente a exatidão da resposta que se pretende dar à busca.

Olhando para a questão no ambiente seiscentista e setecentista retoma-se a presença (como releitura) das concepções horácianas de “Poeta”, “Engenho” e “Livreiro”, correntes naqueles dois séculos, momento em que se detecta uma diferença de interpretação e uso tanto no distanciamento temporal da *Epistula ad Pisones*, quanto em relação aos dias atuais. Observemos o excerto da adaptação da *Arte poética de Horácio* traduzida, naquele momento, por Couto Guerreiro⁷:

Leva a palma o Poeta, que engenhoso

Sabe o útil unir ao deleitoso;

O que faz o Leitor mais entendido,

7 Escolhe-se aqui uma versão coetânea aos poemas discutidos, visando utilizar a tradução feita desde um ponto de vista próximo do vigente à época, qual seja, de um tradutor seiscentista, que se apropriou de conceitos contemporâneos para a releitura da *Poética* de Horácio, em Portugal.

Deixando-o ao mesmo tempo divertido:

Hum Livro, que tem estes predicados;

Dá aos Livreiros Socios seus cruzados;

Leva-se além do mar, faz a notável

Vida de seu Author mais perdurável

(HORÁCIO, Trad. Miguel do Couto Guerreiro, 1772, p. 25-6).

Constata-se que os rigores estético e formal foram mais observados do que os rigores filológico-editoriais. A coletânea *Fénix*, segundo o ponto de vista do editor, visou claramente alcançar as metas do “Livreiro”, apontadas no segundo quarteto do excerto, tendo o editor Mathias Pereria da Sylva deslocado as “palmas dos Poetas” para a monumentalidade requerida no subtítulo da obra. Com essa estratégia, abrigou sob o rótulo dos “melhores engenhos portugueses” as composições daquela tradição de circulação tidas por ele e pelos mecenas como as mais primorosas da língua portuguesa.

E cabe aqui comentar algumas práticas de difusão que foram tão bem resgatadas por estudiosos daquele período, entre os quais Bouza (2016), para o qual existiram alguns processos de difusão que concorreram com a imprensa, as cópias manuscritas cujo fazer chegou a funcionar como uma pedagogia da boa escrita, ou o status de artesanal conferido àquelas cópias pelos colecionadores e bibliófilos e, mesmo em sentido inverso a essa supervalorização, o poder dos libelos como concorrentes ou como válvulas de escape dos rigores dos processos de impressão de obras.

Portanto, a revisão das obras colecionadas na *Fénix Renascida* ou obras poeticas dos melhores engenhos portugueses, na edição de 1746⁸, faz compreender que este monumento da literatura portu-

8 Fazemos a opção pela edição de 1746 tanto pela disponibilidade, quanto pela mencionada inclusão de novas composições em relação à primeira edição (datada do intervalo compreendido entre os anos de 1716 e 1728, anos nos quais seus cinco volumes foram impressos).

guesa passou por criterioso processo de seleção estético formal por parte de seu editor. A estrutura de organização da obra experimentou diversos passos, os quais se repetiram ou se aperfeiçoaram, ou ainda foram substituídos ao longo da primeira edição em cada um de seus tomos e também na reedição do conjunto, fazendo-se apresentar ao final como obra coesa, embora ressentida de algumas fraturas internas, dentre as quais a indicação das autorias parece ter constituído percalço contínuo e incontornável ao longo das décadas de dedicação de Mathias Pereira da Sylva.

Recentemente, Nunes (2024)⁹, em sua tese de doutoramento tratou da indicação dos critérios de seleção dos chamados “melhores engenhos portugueses”, adentrando questões censórias, formais e culturais que emolduraram a *Fénix*. Desse estudo, ressalta-se a importância das indicações feitas na definição de autorias das composições da tradição poética do Portugal quinhentista, seiscentista e um pouco setecentista que se permitiu ser coletada pelo editor¹⁰.

Ao se recompor um índice geral da obra, percebemos que, além da seleção dedicada aos assuntos ou temas propriamente ditos, havia ainda a hierarquização desses temas (alguns recorrentes) a autorias definidas ou registradas e autorias duvidosas (ou, como afirmou o próprio Sylva, propositalmente não indicadas).

9 Nunes, Josias de Oliveira. *Mathias Pereira da Sylva, mecenato e poder: a organização da antologia poética a Fénix Renascida ou Obras poéticas dos melhores engenhos portugueses*, 2ª edição, 1746 / Josias de Oliveira Nunes. -- Assis, 2024, 265 p. : tabs., Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, Orientador: Carlos Eduardo Mendes de Moraes.

10 A reunião de poemas mormente seiscentistas em uma composição dos Setecentos merece, também, alguma observação. Nessa transição entre os dois séculos, uma expressão mais objetiva, tendente à imitação de um modelo neoclássico, nota-se que a poesia do século imediatamente anterior não havia sido suplantada no primeiro quartel dos Setecentos. A *Fénix* data, na sua primeira edição, dos anos iniciais da década de 1720, cabendo, portanto, projetar-se um olhar para este tempo recentemente passado dos anos mil e seiscentos. Mathias Pereira da Sylva, o editor, amparado censória e financeiramente por uma classe nobre que se revelou na indicação do mecenas de cada um dos tomos publicados, certamente representou a voz de uma tendência de admiração à poesia “do século passado”. Curioso, entretanto, é entender que todas as anotações dos punhos dos arquivistas/bibliotecários é de uma escrita do século da produção da obra e que elas são posteriores à publicação da segunda edição, de 1746, ficando, assim patente a empreitada editorial bem sucedida do editor.

Assim, na esteira da questão, é imperioso trazer à discussão as informações mais recentes e mais detalhadas da existência de fontes da tradição manuscrita de Fonseca Soares, no âmbito da tradição da poesia portuguesa seiscentista, com as contribuições de especialistas como António Correia Viana e Maria de Lourdes Belchior Pontes, os quais dedicaram grande tempo dos seus estudos para o poeta obliterado da *Fénix*, no que diz respeito à indicação de autoria.

Pesquisas sobre a tradição de António da Fonseca Soares: António Correia Viana, Maria de Lourdes Belchior Pontes¹¹ e o GPMILA - Manuscritos e Impressos Luso Americanos

Estas reflexões buscam reconhecer algumas composições de António da Fonseca Soares no rol dos poemas de autorias indicadas por Sylva como “Anonymos” e/ou “Outros Autores”. A decisão de Sylva, naquela altura justificada, hoje é questionada quando confrontamos as cópias manuscritas de António Correia Viana, editor que organizou a obra poética de António da Fonseca Soares em uma coletânea de manuscritos datada do período 1777-1783, guardada pela Biblioteca da Ajuda, assim como a pesquisa de Maria de Lourdes Belchior Pontes, dos anos 1950, que culminou na *Bibliografia* acima citada, além dos registros de farta indicação de tradição manuscrita, também organizada por Pontes, como se observa nesta seção.

Na *Bibliografia*, Pontes indica as composições colecionadas na obra de Sylva que, pela tradição manuscrita, são atribuídas ao poeta em questão. Essas composições de Fonseca Soares foram organizadas pela autora em obra dedicada exclusivamente para este fim. A lista arrola os manuscritos atribuídos ao poeta, organizados por formas

11 Pontes, Maria de Lourdes Belchior. *Bibliografia de António Soares da Fonseca Soares* (Frei António das Chagas). Lisboa: Livraria Sá da Costa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1950, 128 p.

poemáticas e identificados pelo primeiro verso de cada poema. Separam-se também as composições por forma poemática e por numeração sequencial em ordem alfabética das iniciais dos primeiros versos, indicadas posteriormente em notas de rodapé específicas para as publicações impressas (nas quais predominam as referências à *Fénix*), complementares às ubicações nos manuscritos constantes do corpo do texto. Juntamente às respectivas cotas de cada biblioteca e com observações sobre cópias, encontram-se as indicações das variantes e possíveis inserções. A *Bibliografia de António da Fonseca Soares* é, nesse sentido, marco inicial para a determinação de uma tradição manuscrita da obra do poeta.

A autora aponta uma coleção de 298 romances portugueses, 110 romances castelhanos, 86 sonetos, 18 glosas, 9 décimas, 2 madrigais, 16 poesias em outras formas variadas, além de apontamentos, sermões, cartas, pareceres e o extenso poema “Filis y Demofonte”, todas atribuídas a António da Fonseca Soares. Dessa extensa tradição, encontramos 73 sonetos que figuraram na *Fénix* sem a referência nominal de Mathias Pereira da Sylva a António da Fonseca Soares. Pela tradição restabelecida, observamos que a circulação daqueles títulos sob a *persona* de Fonseca Soares parece ter sido muito mais ampla do que as restrições apontadas por Sylva nos critérios constantes da justificativa resgatada na sua advertência do Tomo II.

As pesquisas de Viana e Pontes embasam o trabalho de coleta e transcrição que o GPMILA levou a cabo no período de março de 2016 a dezembro de 2019¹². A aquisição das cópias das imagens da obra de Fonseca Soares, nesse projeto do grupo de pesquisa, vieram do inventário da poesia que António Correia Viana organizou e que consta dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda, organizada segundo as cotas 49-III-74, 49-III-75, 49-III-76, 49-III-77, 49-III-78, 49-III-79, 49-III-

12 Proc. FAPESP 2016/17138-3. Auxílio à pesquisa que financiou a aquisição, pesquisa de campo complementar e transcrição dos manuscritos de António Correia Viana relativos à obra de Fonseca Soares.

80 e 49-III-81¹³ daquela instituição. Ao final da transcrição, o GPMILA chegou ao número de 926 poemas atribuídos a António da Fonseca Soares, os quais coincidem quase integralmente com as indicações de Pontes e acrescentam àquele inventário outras composições que, segundo as páginas iniciais dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda, reúnem principalmente poemas que foram indicados na *Fénix* como anónimos (cf. referências manuscritas ao final do trabalho).

Por fim, os principais inventários da obra de Fonseca Soares, a esta altura das pesquisas do GPMILA, atestam a existência desses quase mil poemas atribuídos ao poeta. Deles, uma parcela coincide com as indicações de participação na *Fénix*, sem que, todavia, nenhuma menção a eles tenha sido feita nas duas edições da coletânea. Diante dessas constatações, as buscas do GPMILA foram dirigidas para a indicação de um número exato de poemas de António da Fonseca Soares segundo a tradição e que, no entanto, figuram como anônimas ou de autorias diversas na obra de Sylva.

Neste artigo discute-se exclusivamente a presença dos sonetos, por aparecerem na sua quase totalidade e com referências provavelmente feitas por bibliotecários nos manuscritos 350 e 351 dos Reservados da BGUC¹⁴. Em alguns casos, a referência é única em apenas um ou nos dois manuscritos¹⁵.

Dessa maneira, a justificativa para a revisão dos critérios de Sylva (que passaram por algumas revisões quando da publicação do tomo II da segunda edição da *Fénix*) se encontra estribada em pelo menos duas pesquisas de frentes diferentes, mas que visam, da mesma for-

13 Cf. referências manuscritas, ao final do trabalho.

14 Além das cópias adquiridas com verba do Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, referimos informações de que os referidos manuscritos estão catalogados no Catálogo de manuscritos, publicado no *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra* vol. 3, no ano de 1935, informação à qual se tem acesso pelo link https://openlibrary.org/books/OL50343179M/Cat%C3%A1logo_de_manuscritos#editions-list.

15 Algumas das composições comparadas neste artigo aparecem repetidas com ou sem indicação de punhos (possivelmente de bibliotecários) no ms. 384.

ma, recompor a tradição manuscrita da poesia de Fonseca Soares: António Correia Viana, cuja preocupação era a de complementar o rol de poemas de Fonseca Soares que “não foram contemplados como anônimos na *Fénix Renascida*” (cf. páginas iniciais dos mss. 49-III-74 a 49-III-80, da Biblioteca da Ajuda) e a de Maria de Lourdes Belchior Pontes (cf. *Bibliografia de António da Fonseca Soares*), a qual elaborou primoroso inventário das composições, organizadas por forma / gênero poético, em ordem alfabética do primeiro verso, às quais acrescentou o maior número possível de referências de cópias da tradição manuscrita, igualmente indicadas por instituto, cota e página / fólio, além da presença dessas composições na publicação da *Fénix*, primordialmente indicadas na primeira edição.

A partir dessa *recensio*, o GPMILA pode elaborar um diretório com transcrições conservadoras feitas com base no inventário de Correia Viana, apensando à apresentação de cada arquivo / poema as informações de localização contidas em Pontes, de modo a compor um ponto de partida para a *recensio* com todas as variantes em possível edição da obra de Fonseca Soares. Com base nessas três pesquisas, o processo de transcrição dos mss. 350 e 351 esclareceu pontos fundamentais do reconhecimento de fontes para a identificação dos sonetos atribuídos pela tradição manuscrita a Fonseca Soares, posto que a tradição dos romances é bastante mais extensa e representa objeto para outra pesquisa, que não com estes referidos manuscritos.

Ressalte-se, ainda, que os documentos ms. 350 e 351 não são os únicos constantes do acervo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra a referirem cópias de registros da obra de António da Fonseca Soares. No período compreendido entre os anos de 2000 e 2010, realizamos uma busca *in loco* durante algumas visitas ao acervo do local, desde nossa pesquisa de Pós-Doutorado (Proc. FAPESP 01/05452-0), sob orientação do Prof. Dr. Aníbal Pinto de Castro, no período de 19/09/2001 a 18/04/2002, até a aquisição das cópias digitalizadas dos referidos poemas, no ano de 2021, com auxílio do Programa de

Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, *Campus* da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). O inventário das composições resume-se ao seguinte quadro:

BGUC Mss.	CONTEÚDO
103	2 sonetos, 1 poema em redondilhas
338	22 romances, 1 glosa, 3 décimas
345	Carta de conversão dirigida a D. Francisco de Sousa
350/351	Manuscritos objetos deste artigo
357	143 romances
364	14 romances, 2 sonetos
370	6 romances, 1 poema em décimas
371	5 romances, 1 canção, 1 soneto
380	44 romances (3 deles marcados como dúvida do copista)
381	3 sonetos
384	Exclusivo de Antônio da Fonseca Soares (156 poemas)
385	Cópia do poema "Filis y Demofonte" (10 cantos)
392	Versão única do romance "A huma Dama emforcada..." 27 romances e 1 soneto
394	26 romances, 1 seguidilha
396	3 romances, 20 sonetos, 2 décimas
398	2 romances
400	4 elegias
405	9 romances
516	1 soneto
526	5 sonetos
555	6 sonetos
1091	Cartas ("Flores 1, 2, 7, 8 e 14", contendo décimas, sonetos, tercetos)
1134	19 romances (+ 1 romance incompleto)
1350	1 romance
1553	28 romances, 1 tercetos, 1 décimas (+ 1 dúvida de autoria)
1636	50 sonetos, 2 tercetos, 1 décima e 1 endecha
2829	131 romances, 2 sonetos, 1 tercetos
2998	105 romances

Desse levantamento, os manuscritos 357, 384, 385 e 2998 possuem conteúdos exclusivos da obra de Antônio da Fonseca Soares. Assim, é pertinente afirmar que sua inserção na tradição seiscentista de cir-

culação de poemas era de suma importância, pela respeitabilidade que atingiu enquanto autor religioso, onde foi identificado como Frei António das Chagas e logrou conjunto significativo de composições impressas¹⁶: *Obras espirituais* (1ª. parte, Lisboa, 1684, 1688; 2ª. parte, Lisboa, 1687, 1688 e depois conjunta, Lisboa 1701, 1715, 1735 e 1762); *Obras espirituais póstumas* (Lisboa, 1684, 1715; Coimbra, 1685, 1700, 1728); *Cartas Espirituais* (Lisboa, 1684, 1687, 1701, 1736, 1762, 1939, 2000¹⁷); *Ramalhete espiritual* (Lisboa, 1722, 1764); *Sermões genuínos e práticas espirituais* (Lisboa, 1690, 1707, 1738, 1763); *escola de peitência e flagelo de viciosos costumes* (Lisboa, 1687, 1738, 1763); *Desengano do mundo pelo mais enganado dele* (Coimbra, 1743); *Espelho do espírito* (Lisboa, 1863); *Làgrimas e faíscas do amor divino* (Lisboa, 1663); *O Padre Nosso comentado* (Lisboa, 1688); *Carta escrita a um amigo depois de ser religioso* (Lisboa, 1738); *Fugida para o deserto e desengano do mundo* (Lisboa, 1752, 1756); *Suspiros e saudades de Deus* (Coimbra, 1830); *Desejos piedosos* (Lisboa, 1688, Coimbra, 1725); *Contrição de um pecador arrependido* (Lisboa, 1685); *Quatro elegias em tercetos portugueses* (Coimbra, 1743)¹⁸; *Mourão restaurado* (Lisboa, 1658)¹⁹; *Canto panegírico à vitória de Elvas* (Lisboa, 1659, Elvas, 1906)²⁰. Por outro lado, a difusão dos escritos atribuídos à sua pena, segundo a tradição manuscrita, levam ao inventário acima, que o coloca em condição de letrado de destaque, quer na reprodução dos manuscritos exclusivamente dedicados a seus poemas, que como participante de uma rede de letrados inseridos nas práticas de difusão e recepção da escrita dos séculos XVI e XVII, confirmam a importância de sua obra. Para ilustrar essa afirmação, recorreremos a um dos pontos de

16 Cf. Pontes, 1950.

17 Cf. Morujão, 2000.

18 Estas elegias constam das transcrições feitas da obra secular de António da Fonseca Soares pelo grupo de pesquisa Manuscritos e Impressos Luso Americanos – MILA, da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP.

19 Cf. nota anterior.

20 Idem.

discussão de Fernando Bouza (2016) que diversas modalidades de escrita / recepção segundo a tradição.

Na primeira delas, há de se pensar na reprodução da poesia pelas cópias de uma tradição oral, ou de uma tradição de cópias que levam à constituição de uma prática concorrente à da reprodução tipográfica. Nas palavras de Bouza,

No obstante, los que aquí más nos interesan no son estos estudiantes que copian de noche, sino quienes parecen haberse dedicado profesionalmente a la copia general de manuscritos. Éstos, convertidos en escritores itinerantes o asentados en alguna ciudad, habrían puesto sus servicios a disposición del mejor postor a cambio de un sueldo, estipulado en atención al número de folios que copiasen. (...) Así, viene a describirse una suerte de sistema de copia a peca en el cual distintos copistas, (...) se ocupaban de trasladar por separado los cuadernos de un mismo original, devolviéndolos a medida que habían concluido su trabajo (...)

Nestas condições, observa-se que os poemas manuscritos atribuídos a Fonseca Soares possuem as duas características significativamente marcantes, a de apresentar uma poesia tida como de “domínio” popular, no sentido de reproduzir modelos de elaboração que se consagraram na veiculação dos escritos ao longo dos séculos XVI e XVII e a de pertencer a um rico sistema de cópias, o que se pode observar no inventário dos manuscritos.

Para corroborar este segundo dado, apresentamos algumas características da transcrição do poema “Boca pequena, olhos grandes”, da tradição de manuscritos de Fonseca Soares, cuja difusão é extensa, ao confrontarmos o seu conjunto de cópias coligido no cruzamento das pesquisas de Viana, Pontes e do GPMILA:

A huma Dama, que por q’ o Autor se lhe não inclinava, disse, que lhe havia dar feitissos para q’ elle lhe quizesse bem.

Romance

Boca pequena, olhos grandes,
 mãos brancas, e dentes limpos:
 creyo que athé sobrepósse,
 são Filis, os meus feitissos.
 (...) =Estribilho=
 Baste de Amor a Grassa;
 que hum taõ crescido,
 não he bem que hoje chore
 coizas de brinco.

Importa menos o conteúdo, para que atentemos à tradição registrada por Pontes, acrescida pelo GPMILA dos dados de Correia Viana:

MLBP²¹ 28, 57

ANTT²² 1726 fl. 117; 2237 fl. 327

BNL²³ 3368 fl. 13v.; 3549 p.g. 94; 6104 ro., 25; 6269 fl.. 328v.; 6430 pg.. 318; 8576 fl. 32; 8614 fl. 34v. 9321 fl. 313v.; 9322 fl. 190v.;

BGUC²⁴ 351 fl. 175v; 357 fl. 20v ROM. 14.; 382 fl. 198v.; 384 f. 202v.; 555 pg. 489; 1553 fl. 248v.

BPB²⁵ 5 pg. 232; 373 fl. 163v.

BPMP²⁶ 1186

CEMM / BGUC²⁷ ms. 2998 fl. 149 rom. 98

BA²⁸ 49 III 82 fl. 217; BA 49 III 83 fl. 350.

21 Maria de Lourdes Belchior Pontes, página, número do poema.

22 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fólio ou página.

23 Biblioteca Nacional de Portugal (antiga Biblioteca Nacional de Lisboa), fólio ou página.

24 Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, fólio ou página.

25 Biblioteca Pública de Braga: fólio ou página.

26 Biblioteca Pública Municipal do Porto, fólio ou página.

27 Carlos Eduardo Mendes de Moraes, pesquisa de pós-doutorado na BGUC, fólio ou página.

28 Biblioteca da Ajuda, fólio ou página. No caso da BA, há também uma subdivisão BACV que diz respeito aos manuscritos colacionados por António Correia Viana.

A indicação feita por Pontes e os dados do inventário figuram no arquivo como MLBP, ao passo que cada uma das versões deve aparecer em seguida, segundo o andamento do processo de transcrição. O estágio da pesquisa, hoje, é de transcrição total dos manuscritos da Ajuda (todos os BA e BACV, totalizando 3400 fólios, aproximadamente) e transcrição parcial dos manuscritos de Coimbra (BGUC, até a altura do ms. 351).

Os Manuscritos 350 e 351 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

O documento BGUC ms. 350, nesse sentido, traz importantes informações, ora feitas por dois dos quatro punhos que se pode identificar neles, ora feito por um quinto punho, cujas características são as de registro de um arquivista ou bibliotecário que se encarregou de indicar nos rodapés, nas margens ou nas entrelinhas as composições como poemas publicados no rol dos “melhores engenhos portugueses”, subtítulo da antologia, conforme a imagem seguinte:

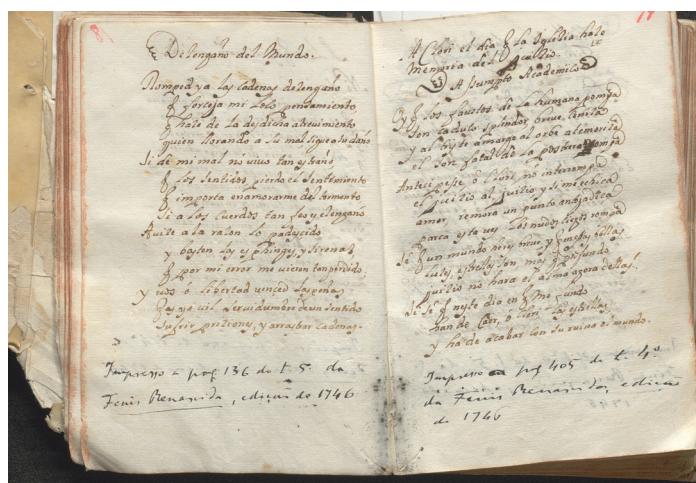


Fig. 1: Foto dos fólios 16v e 17 do ms. 350, dos quais constam nos rodapés indicações das ubicações dos poemas na *Fénix Renascida*. Observe-se o punho diferente, possivelmente de um bibliotecário (adquirida com verba do PPGL da FCL de Assis-UNESP, junto ao acervo da BGUC).

Este manuscrito recebeu transcrição diplomática no GPMILA. Nele, os dados fundamentais são a presença dos sonetos atribuídos a António da Fonseca Soares e colecionados na obra de Sylva, além do fato de que em muitos de seus fólhos, como na ilustração acima, há o registro provavelmente de algum bibliotecário a respeito da localização do poema na *Fénix*. Em contrapartida, o número de composições coincidentes com a publicação da obra de Sylva é menor do que aquele existente no manuscrito 351.

No manuscrito 351, por seu turno, encontram-se quase todos os sonetos atribuídos a Fonseca Soares recolhidos por Pontes. Falta apenas o soneto iniciado pelo verso *Taõ bravo o golpe, ó Conde ilustre destes*, publicado à página 400 do tomo IV da *Fénix* (tomo dedicado ao excellentissimo Senhor Dom Joam Mascarenhas, Conde de Santa Cruz &c. Primogentito do Excellentissimo Senhor Marquez Mordomo Mór), que glosa o tema “Ao Conde da Torre matando hum Touro de huma cutilada, chegando a espada a riscar a terra”, e que Pontes identifica apenas na edição de 1746. *Já a indicação dos sonetos neste manuscrito se dá pela numeração dos fólhos somada à sequência numérica (1 a 72) dos sonetos de Fonseca Soares.*

Os dados a respeito da obra de Pontes provavelmente estão baseados na 1ª. edição da *Fénix*, posto que numeração das páginas indicadas em geral não coincidem com a segunda edição. Ademais, algumas referências apenas aparecem indicadas pelo complemento “ed. 1746”, corroborando esta ideia. É importante anotar também que a indicação das divergências de autoria (ora anónimos, ora outros autores, ambas as ocorrências) é prova de que a pesquisadora coloca em dúvida as indicações de Sylva. Estas indicações são feitas sempre em nota de rodapé, *à parte* do corpo do texto onde se registram os dados do inventário.

A síntese, que se apresenta no quadro abaixo demonstra as composições atribuídas a António da Fonseca Soares constantes do ma-

nuscrito 350 e que, segundo os levantamentos de Pontes²⁹ e as pesquisas do GPMILA³⁰ figuram como “Poemas Anónimos” ou poemas atribuídos a outros autores na *Fénix*.

Cota do manuscrito BGUC		Fénix Renascida (ed. 1746)	Tradição Manuscrita de Fonseca Soares, segundo Pontes (1950) ³¹
Ms. 350	Fl. 21v Senhor ja toda espanha amedrontada	<i>Senhor já toda Espanha ame- drontada</i> <i>II, 27</i>	MLBP p. 99, 78. (FR II, 27, Francisco de Vasconcelos)
Ms. 351	Fl. 122, son. 01 Senhor ja toda Espanha amedrontada		
Ms. 350	Fl. 21 Esse muro em ruínas dezatado	<i>Esse muro em ruínas desatado</i> <i>II, 28</i>	MLBP p. 90, 35. (FR II, 28, Francisco de Vasconcelos)
Ms. 351	Fl. 122v, son. 04 Esse muro em ruínas de- satado		
Ms. 350	Fl. 22 Se Melo inuicto aminha voz dissera	<i>Se, Mello invicto, a minha uoz dissera,</i> <i>II, 29</i>	MLBP p. 99, 78. (FR II, 29, Francisco de Vasconcelos)
Ms. 351	Fl. 122v, son. 03 Se Mello inuicto, a minha uoz dissera		
Ms. 350		<i>Soberano Monarca, hoje re- nasce,</i> <i>II, 30</i>	MLBP p. 95, 56. (FR II, 30, Francisco de Vasconcelos)
Ms. 351	Fl. 122, son. 02 Monarca soberano hoje renace		
Ms. 350		<i>Ignorada razão, fatal mysterio,</i> <i>II, 31</i>	MLBP p. 94, 51. (FR II, 31, Francisco de Vasconcelos)
Ms. 351	Fl. 126, son. 16 Ignorada razão, fatal misterio		
Ms. 350	Fl. 8 Corre al mar con sedienta hydropezi	<i>Corre al mar con sedienta hydropesia,</i> <i>II, 32</i>	MLBP p. 85, 10 (FR II, 32, anónimo)
Ms. 351	Fl. 127, son. 20 Corre al mar con sedienta hydropezia		

29 PONTES, M. de L. B. *Bibliografia de António da Fonseca Soares (Frei Antonio das Chagas)*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1950. 124 p..

30 Grupo de Pesquisa Manuscritos e Impressos Luso Americanos da FCL de Assis.

31 As referências de Pontes (1950), em geral são pautadas na primeira edição de *Fénix*. Na ocorrência da segunda edição, serão marcadas com o ano “[1746]”.

Ms. 350	Fl. 22 Filis, uiua mi amor abor- resçido,	<i>Filis, viva mi amor aborrecido,</i>	MLBP p. 92, 46 (FR II, 88, António Barbosa Bacular)
Ms. 351	Fl. 129v, son. 30 Filis uiua mi amor aborrecido	<i>II, 87</i>	
Ms. 350	Fl. 19 Fabio bem que essa fonte entre as eruinhas	<i>Fabio, bem essa fonte entre as hervinhas</i>	MLBP p. 90, 36. (FR II, 89, António Barbo- sa Bacular)
Ms. 351	Fl. 134v, son. 49 Fabio em q' essa fonte entre as eruinhas	<i>II, 89</i>	
Ms. 350	Fl. 126v, son. 19 Filis, si es fuerça uendoaos, desearos,	<i>Filis, si es fuerça viendo-os, desearos</i> <i>II, 26 (repete-se em IV, 398)</i>	MLBP p. 92, 45. (FR II, 126, Francisco de Vasconcelos) (FR IV, 388 [1746] anó- nimo)
Ms. 350		<i>Como si fuera error nacer luzida,</i>	MLBP p. 84, 07 (FR IV, 248, anónimo)
Ms. 351	Fl. 130v, son. 34 Como sifuera error nacer luzida	<i>II, 247</i>	
Ms. 350	Fl. 25v. De toscas archas, ó flor, natureza	<i>De toscas archas, ó flor, natu- raleza</i>	MLBP p. 86, 17 (FR IV, 249, anónimo ou Simão Cardoso)
Ms. 351	Fl. 133v, son. 46 De toscas archas, flor, na- tureza	<i>II, 248</i>	
Ms. 350		<i>Que avarienta tu occaso solicitas,</i>	MLBP p. 98, 71 (FR II, 250, anónimo)
Ms. 351	Fl. 131, son. 35 Quando e auarienta el occa- so solicitas	<i>II, 249</i>	
Ms. 350		<i>En verde throno magestad florida</i>	MLBP p. 88, 26 (FR II, 251, anónimo ou Simão Cardoso)
Ms. 351	Fl. 137v, son. 61 En uerde trono magestad florida	<i>II, 250</i>	
Ms. 350		<i>No de nacer para acabar medrosa,</i>	MLBP p. 96, 61 (FR II, 152, anónimo ou Simão Cardoso)
Ms. 351	Fl. 137, son. 60 Nò de nacer p ^a . acabar hermosa, medrosa	<i>II, 251</i>	
Ms. 350		<i>Reyna de Abril, tus vanas ma- jestades</i>	MLBP p. 98, 74 FR II, 252 (anónimo)
Ms. 351	Fl. 131, son. 36 Reyna de Abril, tua uanas majestades	<i>II, 252 (repetição no IV, 408)</i>	FR IV, 408 (anónimo ou Simão Cardoso)

Ms. 350		<i>No duras, flor, en tus ostentaciones,</i> <i>II, 253</i>	MLBP p. 96, 63 (FR II, 254, anónimo ou Simão Cardoso)
Ms. 351	Fl. 131, son. 37 No duras flor en tus ostentaciones		
Ms. 350	Fl. 2v Sy todo cresce o mengua hasta la muerte	<i>Si todo cresce o mengua hasta la muerte</i> <i>II, 254</i>	MLBP p. 100, 82 (FR II, 255, anónimo ou Simão Cardoso)
Ms. 351	Fl. 133, son. 44 Si todo crece, ò mengua hasta la muerte		
Ms. 350	Fl. 2 Tucarmin de uiuir como ofendido	<i>Tu carmin de vivir como offendido</i> <i>II, 256</i>	MLBP p. 101, 86 (FR II, 257, anónimo ou Simão Cardoso)
Ms. 351	Fl. 133, son. 43 Tu carmin de uiuir como offendido		
Ms. 350	Fl. 1v Apenas del jardin Reyna olorossa	<i>Apenas del jardin reyna olorosa</i> <i>II, 257</i>	MLBP p. 83, 02 (FR II, 258, anónimo ou Simão Cardoso)
Ms. 351	Fl. 132v, son. 42 Apenas /del jardin reyna olorosa)		
Ms. 350	Fl. 1 Amaneciste ó Reyna de las flores	<i>Amaneciste, ó reyna de las flores,</i> <i>II, 258</i>	MLBP p. 83, 01 (FR II, 259, anónimo ou Simão Cardoso)
Ms. 351	Fl. 132v, son. 41 Amaneciste, ò Reyna de las flores,		
Ms. 350		<i>Esse aljofar fecundo de la Aurora,</i> <i>II, 260</i>	MLBP p. 89, 34 (FR II, 261, anónimo ou Simão Cardoso)
Ms. 351	Fl. 131v, son. 38 Esse aljofar fecundo de Aurora		
Ms. 350	Fl. 24 Instante de jasmin, concepto breue,	<i>Instante de jasmin, concepto breue,</i> <i>III, 202</i>	MLBP p. 94, 53 (FR V, 120, anónimo)
Ms. 351	Fl. 135, son. 51 Iñstante de Jasmin, concepto breue,		

Ms. 350	Fl. 23 Ó Cloris de q' me sirue idolatrarte	<i>Clori de que me sirve el adorarte,</i> <i>III, 370</i>	MLBP p. 84, 05 (FR III, 370, anónimo)
Ms. 351	Fl. 137v, son. 62 Cloris de q' me sirue ido- latrarte		
Ms. 350	Fl. 26v Si la uida del hombre incier- ta, y breue	<i>Si la vida del hombre incierta, y breue,</i> <i>III, 371</i>	MLBP p. 100, 81 (FR III, 373, anónimo)
Ms. 351	Fl. 138v, son. 66 (sonetos morales) Si la uida del hombre incier- ta y breue		
Ms. 350	Fl. 28 Buelan las horas passança los dias	<i>Buelan las horas, passanse los dias,</i> <i>III, 372</i>	MLBP p. 83, 04 (FR III, 372, Jacinto Freire de Andrade)
Ms. 351	Fl. 139v, son. 69 (sonetos morales) Buelan las horas; passanse los dias,		
Ms. 350		Si entre esquadrones verdes imperiosa <i>IV, 344</i>	MLBP p. 99, 79 (FR IV, 320, Diogo Mon- roy de Vasconcelos)
Ms. 351	Fl. 132, son. 39 Si entre esquadrones uerdes imperiosa		
Ms. 350		Si Essas lagrimas son, flor lastimosa, <i>IV, 345</i>	MLBP p. 100, 80 (com variantes) (FR IV, 321, Diogo Mon- roy de Vasconcelos) ACV BA 49-III-75, fl. 7
Ms. 351	Fl. 132, son. 40 Si essas lagrimas son, flor lastimosa,		
Ms. 350	Fl. 30 Nesse Narcizo de los Brutos uano	<i>Nesse Narcizo de los brutos vanos</i> <i>IV, 347</i>	MLBP p. 88, 29 (FR IV, 323 [347], Diogo Monroy e Vasconcelos)
Ms. 351	Fl. 124v, son. 11 Esse Narcizo de los brutos uano		
Ms. 350	???	<i>Auzente, desterrado, y peregrino</i> <i>IV, 348</i>	MLBP p. 83, 03 (FR IV, 324, Diogo Mon- roy de Vasconcelos)
Ms. 351	Auzente desterrado y pe- regrino Fl. 129, son. 39 Auzente, desterrado y peregrino		

Ms. 350	Fl. 18 De undosa plata en biuoras se quiebra	<i>De undosa plata en vivoras se quebra</i> <i>IV, 349</i>	MLBP p. 86, 18 (FR IV, 325, Diogo Mon- roy de Vasconcelos)
Ms. 351	Fl. 136, son. 55 De undosa plata en biuoras se quiebra		
Ms. 350	Fl. 13 Nó des ó Licio aturazon la muerte	<i>Nó des, ó Licio, a tu razon la muerte</i> <i>IV, 350</i>	MLBP p. 96, 62 (FR IV, 326, Diogo Mon- roy de Vasconcelos)
Ms. 351	Fl. 140, son. 71 (sonetos morales) Nò des, ò Licio, a tu razon le muerte		
Ms. 350	Fl. 26 Postremse ya los idolos profanos	<i>Postrense ya los idolos profanos,</i> <i>IV, 355</i>	MLBP p. 97, 70 (FR IV, 331, Diogo Mon- roy de Vasconcelos)
Ms. 351	Fl. 138v, son. 65 (sonetos morales) Postrense yà los idolos profanos		
Ms. 350		<i>Filis, si es fuerça viendo-os, desearos,</i> <i>IV, 398 (repetição de II, 26)</i>	MLBP p. 92, 45 (com repetição em FR) (FR II, 126, Francisco de Vasconcelos) (FR IV, 388 [1746] anó- nimo)
Ms. 351	Fl. 126v, son. 19 Filis, si es fuerça uendoaos, desearos,		
Ms. 350		<i>Taõ bravo golpe, ó Conde illustre, destes</i> <i>IV, 400</i>	MLBP p. 101, 85 (FR IV, 400 [1746] anó- nimo)
Ms. 351			
Ms. 350	Fl. 29 Esta un tiempo de Ceres estructura,	<i>Esta en un tiempo de Ceres estructura,</i> <i>IV, 402</i>	MLBP p. 89, 31 (FR IV, 402 [1746] anó- nimo)
Ms. 351	Fl. 125v, son. 14 Esta un tiempo de Ceres <u>estatura</u> <u>estructura</u>		
Ms. 350	Fl. 14 Oy q' los faustos de la huma- na pompa	<i>Oy q' los faustos de la humana pompa</i> <i>IV, 405</i>	MLBP p. 97, 66 (FR IV, 405, [1746], anó- nimo)
Ms. 351	Fl. 137, son. 59 Oy q' los faustos de la huma- na pompa		

Ms. 350	Fl. 27v Oy q' en uezubios de su llanto uierte	<i>Oy, que en Vesubios de su llanto vierte</i>	MLBP p. 96, 65 (FR IV, 406 [1746], anónimo)
Ms. 351	Fl. 139, son. 68 (sonetos morales) Oy q' en Vesuuio de su llanto uierte	<i>IV, 406</i>	
Ms. 350	Fl. 15v Erigió Aeneas en su antigo stadio	<i>Erigio Athenas en su antigo estado</i>	MLBP p. 88, 27 (FR IV, 406 [1746], anónimo)
Ms. 351	Fl. 141, son. 72 (sonetos morales) Erigió Athenas en su antigo estudio	<i>IV, 407</i>	
Ms. 350			MLBP p. 98, 74 (repetição em FR)
Ms. 351	Fl. 131, son. 36 Reyna de Abril, tua uanas magestades	<i>Reina de Abril, tus vanas majestades</i> <i>IV, 408 (repetição do II, 252)</i>	(FR II, 252, anónimo) (FR IV, 408, [1746] anónimo)
Ms. 350	Fl. 37 Clori el sueño atreuido a tu respeto	<i>Clori, el sueño atreuido a tu respeto</i>	MLBP p. 84, 06 (FR IV, 409 [1746], anónimo)
Ms. 351	Fl. 135v, son. 53 Clori el sueño atreuido a tu respeto	<i>IV, 409</i>	
Ms. 350	Fl. 23v No tiene, ó Fabio, en la sublime esfera	<i>Nó tiene, ó Fabio, en la sublime esfera</i>	MLBP p. 96, 64 (FR V, 103, anónimo)
Ms. 351	Fl. 134, son. 47 No tiene [ò Fabio] en la sublime esfera	<i>V, 104</i>	
Ms. 350	Fl. 24v Fabio, no fue castigo, ni aspereza	<i>Fabio, no fué castigo, ni aspereza</i>	MLBP p. 90, 37 (FR II, 104, anónimo)
Ms. 351	Fl. 134, son. 48 Fabio, no fué castigo, ni aspereza	<i>V, 105</i>	
Ms. 350	Fl. 17v Sol q' en funesto assombro desmaiado	<i>Sol, que en funesto assombro desmayado</i>	MLBP p. 100, 83 (FR V, 105, anónimo)
Ms. 351	Fl. 135, son. 52 Sol, q' en funesto assombro desmayado	<i>V, 106</i>	

Ms. 350	Fl. 19v Deuino furto, em q' a maior fortuna (problemas com a rima "natureza")	<i>Divino furto, em que a mayor destreza</i>	MLBP p. 86, 19 (FR V, 107, anónimo)
Ms. 351	Fl. 129v, son. 31 Diuino furto em q' amayor fineza	<i>V, 107</i>	
Ms. 350		<i>Tan dulce iman, ó Fili, al pensamiento</i>	MLBP p. 100, 84 (FR V, 107, anónimo)
Ms. 351	Fl. 126v, son. 18 Tan dulce iman, ò Filis, al pensamiento	<i>V, 108</i>	
Ms. 350	Fl. 20 Fermozos olhos, se a essas luzes puras (problemas com a rima "desuanecellas")	<i>Formosos olhos, se a estas luzes belas</i>	MLBP p. 90, 38 (FR II, 108, anónimo)
Ms. 351	Fl. 130, son. 32 Formosos olhos se a essas luzes bellas	<i>V, 109</i>	
Ms. 350		<i>Esta razon, que a enloquecer me induxo,</i>	MLBP p. 89, 32 (FR V, 109, anónimo)
Ms. 351	Fl. 126, son. 17 Esta razon q' <u>en el querer</u> me induxo a <u>enloquecer</u> (sonetos amorosos)	<i>V, 110</i>	
Ms. 350	Fl. 20v Porq' inda em tronco Apolo nunca intente	<i>Porque inda em tronco Apollo nũa intête</i>	MLBP p. 97, 67 (FR V, 110, anónimo)
Ms. 351	Fl. 138, son. 63 Porq' inda em tronco Apollo nunca intente	<i>V, 111</i>	
Ms. 350		<i>Flor herida de Iris nó tan pura</i>	MLBP p. 93, 47 (FR V, 111, anónimo)
Ms. 351	Fl. 125v, son. 15 Flor herida del Iris nó tan pura	<i>V, 112</i>	
Ms. 350	Fl. 17 Filis q' an de importar los dezengaños	<i>Filis q' han de importar los dezengaños</i>	MLBP p. 94, 42 (com variante) (FR V, 112, anónimo)
Ms. 351	Fl. 137, son. 57 Filis q' han de importar los dezengaños	<i>V, 113</i>	

Ms. 350	Fl. 18v Edificio del tiempo destruido,	<i>Edificio del tiempo destruido,</i> V, 114	MLBP p. 87, 22 ³² (FR V, 113, anónimo)
Ms. 351	Fl. 134v, son. 50 Edificio del tiempo destruido,		
Ms. 350	Fl. 5 Esta ruina donde el alma ó Licio	<i>Estas ruinas donde el alma, ó Licio,</i>	MLBP p. 89, 33 (FR V, 114, anónimo)
Ms. 351	Fl. 138, son. 64 Esta ruina, donde el alma, ó Licio,	V, 115	
Ms. 350	Fl. 8v Filis nó se q' tiene su hermozura	<i>Filis, no se que tiene tu hermozura,</i>	MLBP p. 91, 41 (FR V, 115, anónimo)
Ms. 351	Fl. 127v, son. 22 Filis, nõ sè q' tiene su hermozura	V, 116	
Ms. 350	Fl. 9v Filis se foy o amor merescim ^{to} ,	<i>Filis, se foy o amor merecimento,</i>	MLBP p. 92, 43 (FR V, 116, anónimo)
Ms. 351	Fl. 128, son. 24 Filis se foy amor merecimiento	V, 117	
Ms. 350	Fl. 7v Como s'en la mar dudosa nave	<i>Como en la mar se vè dudoza nauve</i>	MLBP p. 84, 08, (com variante) (FR V, 118, anónimo)
Ms. 351	Fl. 127, son. 20 Como suele en la mar dudosa naue	V, 118	
Ms. 350	Fl. 9 Libre el cabello, el talle bien prendido	<i>Libre el cabello, el talle bien prendido</i>	MLBP p. 94, 55 (FR V, 120, anónimo)
Ms. 351	Fl. 127v, son. 23 Libre el cabello el talle bien prendido	V, 119	

32 Nota do ms. FR (anónimo). Publicado no Florilégio da Poesia Brasileira, atribuído, por Varnhagen, a Gregório de Matos e Guerra.

Ms. 350	Fl. 10 El ayre ronco, el mar embrauescido,	<i>El aire ronco, el mar embrauecido,</i> <i>V, 120</i>	MLBP p. 87, 23 (FR V, 119, anónimo)
Ms. 351	Fl. 128, son. 25 El ayre ronco, el mar embrauecido		
Ms. 350	Fl. 4 Incultos bosques asperos dessiertos	<i>Incultos bosques, ásperos desiertos,</i> <i>V, 121</i>	MLBP p. 94, 52 (FR V, 120, anónimo)
Ms. 351	Fl. 129, son. 29 Incultos bosques, asperos deziertos		
Ms. 350	Fl. 38 Que importa, ó Laura, pues mi amor ignoras	<i>Que importa, ó Laura, pues mi amor ignoras</i> <i>V, 122</i>	MLBP p. 98, 73 (FR V, 121, anónimo)
Ms. 351	Fl. 135v, son. 54 Que importa, ò Laura, pues mi amor sò ignoras		
Ms. 350	Fl. 37-37v Filis morrer de mal corres- pondido	<i>Filis, morrer de mal correspon- dido</i> <i>V, 123</i>	MLBP p. 91, 40 (FR V, 124, anónimo)
Ms. 351	Fl. 130, son. 33 Filis morrer de mal corres- pondido		
Ms. 350	Fl. 3v Dissen q' my desdicha estre- lla ha sido	<i>Dizen que mi desdicha estrella há sido,</i> <i>V, 124</i>	MLBP p. 97, 24 (FR [, 124, anónimo)
Ms. 351	Fl. 128v, son. 27 Dizen q' mi desdicha estrella ha sido		
Ms. 350	Fl. 37v Detened en los ojos la ternura,	<i>Detened en los ojos la ternura,</i> <i>V, 125</i>	MLBP p. 86, 15 (FR V, 124, anónimo)
Ms. 351	Fl. 136, son. 56 Detened en los ojos la ternura		
Ms. 350	Fl. 3 Disperta el alba en talamo de Rossa	<i>Despierta el Alba en talamo de rosa,</i> <i>V, 126</i>	MLBP p. 85, 14 (FR V, 125, anónimo)
Ms. 351	Fl. 128v, son. 26 Despierta el Alma en thala- mo de rosa		

Ms. 350	Fl. 29v De armas, e letras doutam ^{te} . unida	<i>De armas, e letras doutamente unida</i> V, 127	MLBP p. 85, 12 (FR V, 126, anónimo)
Ms. 351	Fl. 123v, son. 07 De armas, e Letras doutam ^{te} . unida		
Ms. 350	Fl. 15 Foy tal o assombro com q' a praça enchestes	<i>Foy tal o assôbro cõ q' a praça enchestes,</i> V, 128	MLBP p. 93, 49 (FR V, 127 [1746], anó- nimo)
Ms. 351	Fl. 124, son. 08 Foi tal o assombro com q' a praça enchestes		
Ms. 350	Fl. 16v Da mesma fama o mundo não sabia	<i>Da mesma fama o mundo não sabia</i> V, 129	MLBP p. 85, 11 (FR V, 128, anónimo)
Ms. 351	Fl. 125, son. 13 Da mesma fama o mundo não sabia		
Ms. 350	Fl. 14v Filis si Abril q ^{do} se ue triun- fante,	<i>Filis, si Abril quando se vê triun- fante,</i> V, 130	MLBP p. 92, 44 (FR V, 129, anónimo)
Ms. 351	Fl. 125, son. 12 Filis si de Abril q ^{dor} se ue triunfante,		
Ms. 350	Fl. 16 Feros o impulso, horrenda a Catadura	<i>Feroz o impulso, horrenda a catadura,</i> V, 131	MLBP p. 91, 39 (FR V, 130, anónimo)
Ms. 351	Fl. 124, son. 09 Feroz o impulso, horrenda a catadura		
Ms. 350		<i>Galhardo bruto, teu bizarro alento</i>	MLBP p. 93, 50 (FR V, 131, anónimo)
Ms. 351	Fl. 124v, son. 10 Galhardo bruto teo bisarro alento	V, 132	
Ms. 350		<i>Por vossa penna, ó Conde illustre, rara</i>	MLBP p. 97, 69 (FR V, 132, anónimo)
Ms. 351	Fl. 123v, son. 06 Por uossa pena, ó Conde illustre	V, 133	
Ms. 350		<i>Nesta pira funesta, ó peregrino,</i>	MLBP p. 95, 60 (FR V, 133, anónimo)
Ms. 351	Fl. 123, son. 05 Nessa pira funesta, ò pe- regrino	V, 134	

Ms. 350	Fl. 27 En este golpe de la uida incierto	<i>En este golfo de la vida incierto</i> <i>V, 135</i>	MLBP p. 88, 25 (FR V, 134, anónimo)
Ms. 351	Fl. 139, son. 67 (sonetos morales) En este golfo de la uida incierto		
Ms. 350	Fl. 13v Romped ya las cadenas dezengaño	<i>Romped ya las cadenas dezen- gaño</i> <i>V, 136</i>	MLBP p. 99, 75 (FR V, 135, anónimo)
Ms. 351	Fl. 136v, son. 58 Romped ya las cadenas, desengaño		
Ms. 350	Fl. 28v Quebrãose as pedras ao final gemido	<i>Quebramse as pedras ao final gemido</i> <i>V, 137</i>	MLBP p. 98, 72 (FR V, 136, anónimo)
Ms. 351	Fl. 140, son. 70 (sonetos morales) Quebrãose as pedras ao final gemido		

Seguem algumas reflexões.

No quadro, o manuscrito 350 dos Reservados da Biblioteca Geral de Universidade de Coimbra se sobressai dentre as características de outros manuscritos da tradição, por traços que aqui sintetizamos logo a seguir. Nesse sentido, o ms. 350 da BGUC:

1. Reúne a maior quantidade de Sonetos espanhóis e portugueses atribuídos a Fonseca Soares em um mesmo volume;
2. Informa, graças ao trabalho inestimável do arquivista/bibliotecário, as coincidências de poemas com recorrência em outros manuscritos;
3. Reúne, com especial detalhamento, aqueles poemas que foram publicados por Mathias Pereira da Sylva na *Fénix Renascida*;
4. Coleciona um número bastante significativo de poemas de Fonseca Soares que não possuem cópia (com ou sem variantes) em outros documentos da tradição manuscrita.

Quanto ao ms. 351 dos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, entendemos que sua função no propósito

da atribuição dos sonetos a Fonseca Soares é muito maior. Primeiramente, o manuscrito colecionou 72 dos 73 poemas que a pesquisa de Pontes concluiu sobre a atribuição das composições a Fonseca Soares. Apenas o soneto iniciado pelo verso “Taõ bravo golpe, ó Conde illustre, destes” (FR IV, p. 400, indicado na Bibliografia à p.101, soneto 85 como FR IV, p. 400 [ed. 1746]) não fez parte da coleção. Paralelamente, observamos também a consonância entre a *Fénix* e este manuscrito.

Comparativamente, o Ms. 350 fl. 19v apresenta problemas com relação à rima da primeira estrofe:

Deuino furto, em q’ maior **fortuna**,³³
industria fes de appeles peregrina,
se a furtos da arte Copia sois deuina,
q’ foreis sendo furto à **natureza?**

No *Fénix*, t. V, p. 107, o problema não existe:

Divino furto, em que a mayor destreza
Industria foy de Apelles peregrina,
Se a furtos da arte copia sois divina,
Que foreis sendo furto á natureza?

No ms. 351, Fl. 129v, son. 31, ainda que se constitua uma variante, a solução da rima é melhor:

Diuino furto em q’ amayor fineza
industria fes de Apelles peregrina
se a furtos dea arte copia sois diuina
q’ foreis sendo furto à natureza?

33 Observe-se que, pelo esquema rímico, este poema foi transcrito de memória. A versão da *Fénix* é mais adequada à lógica do desenvolvimento dos versos.

Comparando-se os sonetos, este segundo manuscrito parece estar mais em consonância com a produção da *Fénix*, o que pode indicar dois caminhos até opostos, ainda não estudados pelo GPMILA. O primeiro, seria que os poemas foram copiados da obra impressa, dada a exatidão numérica das ocorrências. Como o ms. 351 apresenta certa consonância com a ordem dos poemas, esta alternativa não se descarta. Todavia, o segundo caminho seria a leitura do manuscrito como uma fonte para a pesquisa da *Fénix*. Neste caso, entretanto, as leituras de apresentação dos cinco volumes nada revelam a respeito, assim como não se conseguiu, neste estágio da proposta de edição, definir se a cópia foi lida por Sylva, ou se, como se indicou acima, resulta de uma leitura da *Fénix*, fosse a primeira ou segunda edição.

Considerações finais

Ainda que não seja o escopo desta etapa da pesquisa aqui relatada tratarmos aprofundadamente de uma relação estemática dos manuscritos, importa observar que os critérios de seleção utilizados em um e outro documento diferem. Como Sylva busca atingir os objetivos de uma coletânea, a organização interna da *Fénix* necessita respeitar os temas amplos dados para cada momento da seleção, o que significa cruzar e incluir composições de diversos autores (ou anônimos) sob uma mesma rubrica, enquanto os manuscritos 350 e mais detidamente o 351 organizam a lista de composições segundo uma ordem generalizante que, embora se subordine à numeração ordinal que identifica e antecede cada soneto, na ordem geral agrupa as composições de maneira mais ou menos condizente com uma hierarquização comum aos séculos XVII e XVIII, aquela que coloca os temas político-históricos como prioridades em relação aos temas líricos, agrupamento nos quais encontram-se as subdivisões amorosos e morais, explicitados nas didascálias dos sonetos.

Quanto à *Fénix*, na comparação entre os três documentos, constata-se que no Tomo I Sylva não publicou poemas considerados por ele como anônimos. Esta constatação é corroborada pela citação da página 2 do segundo volume, na qual o editor se preocupa em justificar a indicação dos “anónimos” na forma de uma advertência. Nesse aspecto importa resgatar o fato de que o maior volume da produção de Fonseca Soares se deu na forma de romances, mas que na *Fénix*, excepcionalmente (e provavelmente por se tratar de uma regra de valoração para a escolha “dos melhores engenhos portugueses”), a forma mais nobre – o soneto – se sobressaiu na escolha das composições da tradição fonssequiana nessa antologia de poesias escritas em língua portuguesa. Da mesma maneira, a escrita em língua espanhola, que também representa um traço diferenciador do grau de popularidade nas poesias seiscentista e setecentista, importa para a compreensão das escolhas dos “melhores engenhos”. Assim, a seleção dos engenhos preponderou sobre a seleção dos autores da tradição poética seiscentista/setecentista lusitana, na *Fénix*.

Quando o GPMILA retomou o levantamento bibliográfico cuidadosamente coligido por Maria de Lourdes Belchior Pontes na *Bibliografia de António da Fonseca Soares (Frei António das Chagas)*, de 1950, a presença de poemas de Fonseca Soares colecionados pela *Fénix* pareceu questão importante, mas presente com números modestos na coletânea. A *Bibliografia* faz menção a parte desses poemas, mas coloca dúvidas sobre as atribuições de autoria. A pesquisa avança, entretanto, com a colaboração dos manuscritos organizados por António Correia Viana para a Biblioteca da Ajuda, de Lisboa. Nela, o número de poemas atribuídos a Fonseca Soares pela tradição manuscrita se aumenta em algo perto de uma centena em relação à coleta de Pontes. Muitos dos poemas que passaram a ser considerados de autoria do poeta da Vidigueira aparecem sem alguma cópia ou variante registados como material adquirido e transcrito por Correia Viana nos manuscritos 49-III-74 a 49-III-81 da Ajuda, a partir da aquisição, segundo suas palavras, por meios próprios e particulares.

Por fim, trabalhando nas minúcias da *recensio* financiada pela FAPESP no período de 2017 a 2019³⁴, o GPMILA conseguiu arregimentar, além da reunião de Correia Viana, outra centena de poemas igualmente atribuídos a Fonseca Soares dispersos em volumes manuscritos esparsos compulsados a partir das informações de Pontes e de exaustiva pesquisa em catálogos das principais bibliotecas e institutos de guarda de documentos de Portugal dedicados exclusivamente a Fonseca Soares, muitas vezes retomados em cópias, cópias de cópias e até cópias quase integrais de outros manuscritos, quando confrontados os acervos de instituição para instituição, dentre as quais damos especial relevância para os Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, tanto pelo volume de dados, quanto pela atenção que seus arquivos deram à tradição manuscrita de António da Fonseca Soares, ao lado da Biblioteca Nacional e da Biblioteca da Ajuda.

Em suma. Ainda que toda a discussão acerca da autoria dos poemas de António da Fonseca Soares necessite de avanços, quer no campo da filologia, da literatura e mesmo da historiografia literária portuguesa, o conhecimento das características diferenciadas de qualquer documento dessa tradição, aqui se tratando especialmente dos mss. 350 e 351 dos Reservados da BGUC, é de significação capital para a compreensão da obra, da sua abrangência e principalmente para a formação de uma fortuna crítico-editorial acerca dos escritos deste poeta de tão rica e valiosa pena, injustamente adormecido na memória das letras produzidas em língua portuguesa.

Bibliografia

BOUZA, Fernando. *Corre manuscrito*. Uma historia cultural del Siglo de Oro. S. L.: Marcial Pons, 2016. Disponível em: https://ler.amazon.com.br/?asin=B087YL4PRS&ref_=kwl_kr_iv_rec_1 (acesso em 20/01/2026, 11h08m).

34 Proc. 2016/17138-3 da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (modalidade Auxílio à Pesquisa).

- CHAGAS, Fr. António das. *Cartas Espirituais*. Edição, apresentação e notas de Isabel Morujão. Porto: Campo das Letras, 2000.
- HORÁCIO. *Arte poetica de Horacio*. Traduzida em rima por Miguel do Couto Guerreiro. Lisboa: Officina Regia Typographica, 1772, p. 25-6.
- HORÁCIO. *Epistula ad Pisones*. Ed. Bilingue. Bruno Maciel Darla Monteiro Júlia Avelar Sandra Bianchet (Orgs.) Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013. In: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefndmkaj/https://www.lettras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/eventos/vivavoz/Epistula%20ad%20Pisones.pdf (Acesso em 30/03/2026, às 10h54min.)
- NUNES, Josias de Oliveira. *Mathias Pereira da Sylva, mecenato e poder: a organização da antologia poética a Fénix Renascida ou Obras poéticas dos melhores engenhos portugueses*, 2ª edição, 1746 / Josias de Oliveira Nunes. -- Assis, 2024, 265 p.: tabs., Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, Orientador: Carlos Eduardo Mendes de Moraes.
- PONTES, Maria de Lourdes Belchior. *Bibliografia de António Soares da Fonseca Soares* (Frei António das Chagas). Lisboa: Livraria Sá da Costa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1950, 128 p.
- SYLVA, Mathias Pereira, *A Fénix Renascida*, ou obras poeticas dos melhores engenhos portuguezes. (...) I Tomo. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1746.
- SYLVA, Mathias Pereira, *A Fénix Renascida*, ou obras poeticas dos melhores engenhos portuguezes. (...) II Tomo. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1746.
- SYLVA, Mathias Pereira, *A Fénix Renascida*, ou obras poeticas dos melhores engenhos portuguezes. (...) III Tomo. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1746.
- SYLVA, Mathias Pereira, *A Fénix Renascida*, ou obras poeticas dos melhores engenhos portuguezes. (...) IV Tomo. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1746.
- SYLVA, Mathias Pereira, *A Fénix Renascida*, ou obras poeticas dos melhores engenhos portuguezes. (...) V Tomo. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1746.

Fontes manuscritas

Biblioteca da Ajuda de Portugal

- Ms. 49-III-74: "*Poezias Sacras, e moraes que vagam manuscriptas[,] de Frey Antonio das Chagas [,] Religiozo professo na Religião Serafica E Fundador do Seminario do Varatojo[,] que se no Seculo Antonio da Fonseca Soares[,] 1º Tomo. Adquiridas de Diversos peculios, juntas e destruidas na ordem q' aqui se mostram, e escritas por Antonio Correya Viana. Lisboa 1776*".
- Ms. 49-III-75: *Obras em que se incluem Poesias e depois alguma prosa de António Fonseca Soares que depois se chamou na religião Fr. António das Chagas*, cujas são das que

[?] vagam manuscríptas, deixandose as muitas que com o nome de anonimo andam impressas nos 5 [?] da Fênix Renacida [.] 2º Tomo. Adquiras de diversos peculios, juntas e destrubuidas na ordem q . aqui se mostraõ, e escritas por Antonio Correya Vianna. Lisboa 1776.

Ms. 49-III-80: *Obras Poeticas de Antonio Fonseca Soares, chamado depois na Religião Fr. Antonio das Chagas*, 7º Tomo, adquiridas de proximo depois de já encadernado o 6º tomo, e ordenadas na ordem aqui se acham, e escritas por Antonio Correa Vianna, Lisboa 1782.

Ms. 49-III-81: *Obras Poeticas de Antonio Fonseca Soares, chamado depois na Religião Fr. Antonio das Chagas*, 8º Tomo[.] Em que se comprehendem mais Rom.^{ces} Lyricos, e huâs endechas no fim, novamente adquiridas como se declara na advertência q. se segue [.] E ordenados, e escritos na forma que aqui se encontram Por Antonio Correya Vianna[.] Lisboa, 1783.

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Ms. 350

Ms. 351. Obras de Fonsce [i.é Fonseca]. Título retirado da lombada.

Ms. 392. Miscelânea.

Constantino de Vasconcelos, no Vice-Reino do Peru e os seus trabalhos, na área da Engenharia e da Arquitetura religiosa, no último período da sua vida (entre 1651 e 1668)

Constantino de Vasconcelos, the Viceroyalty of Peru and his works in the field of engineering and religious architecture during the last period of his life (between 1651 and 1668)

Manuel Cadafaz de Matos¹

RESUMO

Este artigo analisa as duas últimas décadas (1651-1668) da vida do português Constantino de Vasconcelos no Vice-Reino do Perú, sobretudo enquanto viveu na Ciudad de los Reyes (atualmente Lima). Ele trabalhou em diversos ofícios, em particular no que concerne à reconstrução daquela cidade que sofreu à época diversos terremotos. Naquele período trabalhou, também,

¹ APH (Lisboa), RAH (Madrid)- <https://orcid.org/0000-0002-3598-7509.cadafazdematosmanuel@gmail.com>

como arquitecto e participou na construção de uma parte importante do Convento de S. Francisco, em particular na sua fachada.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura, Ciudad de los Reyes ; Vera y Zúñiga, Fernando, O.S.A.; Vasconcelos, Constantino de, ca. 1600-1668

ABSTRACT

This article analyses the last two decades of Portuguese Constantino de Vasconcelos' life in Peru, specifically from 1651 to 1668, when he resided in Ciudad de los Reyes (modern-day Lima). As an engineer, he was involved in various activities related to the reconstruction of the city, which had suffered from earthquakes. During that time, he also worked as an architect and participated in the construction of a significant portion of the San Francisco monastery, particularly the façade.

KEYWORDS

Architecture, Ciudad de los reyes ; Vera y Zúñiga, Fernando, O.S.A.; Vasconcelos, Constantino de, ca. 1600-1668

Três vertentes paralelas da vida e da obra de Constantino [Leitão] de Vasconcelos, na última fase da sua vida:

- I - na qualidade de “Engenheiro-mor” no Vice-Reino do Perú;
- II - na qualidade de estudioso das formas de tratamento do minério da prata;
- III- e na qualidade de Arquitecto, associado à Província Franciscana da região.

O metalúrgico e arquitecto Constantino de Vasconcelos, natural da região de Braga, tendo entrado no Perú em 1629, viveu nessa colónia espanhola, mais precisamente na Ciudad de los Reyes, entre 1651 e

1668, ou seja, na última fase da sua vida. Constantino de Vasconcelos nunca terá descurado nos seus afetos, seguramente, o quanto ficara a dever a D. Fernando de Vera y Zúñiga – nascido em 1598 em Mérida e elevado a Bispo de Cuzco na Nova Espanha (atualmente o Peru) – o poder ter desfrutado desse encontro com a civilização peruana seiscentista.

O português não esquecera o bem-estar que lhe causara, quando em Madrid teve a certeza de que podia acompanhar o novo Bispo nomeado para o império no Perú. Antes de o então novo Bispo, D. Fernando de Vera y Zúñiga embarcar, em 1629, ter-lhe-ão sido apresentadas na capital algumas personalidades, incluindo aquelas que mais de perto o iriam acompanhar, ao seu serviço, na colónia castelhana. Foi lá que algum tempo antes havia trabalhado o intelectual, metalurgista e homem de negócios lusíada Enrique Garcês que ele já não deverá ter conhecido na cidade madrilena².

Se não fosse o convite de tal prelado para poder acompanhá-lo na sua missão na colónia espanhola na América do Sul, ele nunca poderia ter elevado, como conseguiu, os seus estudos na área da Engenharia, da Metalurgia e da Arquitetura religiosa.

Sabe-se, porém, que o português já não acompanhara aquele Bispo – na parte final da vida tal prelado (com o falecimento em Cuzco em 9 de novembro de 1638) e até por terem seguido naturalmente rumos diferentes – os esforços que aquele encetara com vista à indagação da sua própria genealogia³.

2 É mais que provável que Constantino [Leitão] de Vasconcelos já não tenha conhecido, de facto – ainda durante a sua permanência em Madrid – um seu outro compatriota, Enrique Garcês, que já antes dessa data se havia notabilizado em terras peruanas quer profissionalmente na área da Metalurgia, quer ainda como literato na tradução de textos poéticos de Petrarca. Afirmamo-lo na medida em que aquele já teria falecido na capital espanhola entre os anos de 1593 e 1596.

3 Ao ramo dos Vera y Zúñiga encontra-se ligada uma criteriosa edição seiscentista produzida em Espanha (alguns anos antes). Veja-se, do autor de um pergaminho iluminado, D Álvaro Ferreira de Vera (16--/1677), a *Origem da nobreza política, blasões de armas, appellidos, Carta de brasão de armas de nobreza e fidalguia passada por Filipe III de Espanha a Francisco Botelho Chacão*, ou seja, uma [Carta de brasão de armas de nobreza e fidalguia passada por Filipe

I - NA QUALIDADE DE 'ENGENHEIRO-MOR' DO VICE-REINO DO PERÚ

O português que viria a beneficiar, em novembro ou dezembro de 1644, por convite do filho do Vice-Rei no Perú, António Sebastião de Mancera, do título de “Engenheiro mor” naquela região do império⁴ – cerca de 15 anos depois de ter chegado ao Perú – veio a destacar-se, naquele território, de uma forma indiscutível, em diversas funções. Ele era, manifestamente, para além do técnico qualificado que havia beneficiado do saber universitário em Espanha, um artista polivalente.

Os conhecimentos do português na área da Engenharia (que havia cultivado nos seus estudos em Espanha) veio a pô-los ao serviço da reconstrução de uma região sul-americana afectada por violentos terremotos

No ano de 1650, apenas cinco anos depois de Constantino de Vasconcelos ter acompanhado por um breve período, como se disse, o filho do Vice-Rei a Valdívia, um terremoto de uma significativa magnitude afetou várias regiões da colónia de Castela com sede em Ciudad de los Reyes. A partir daí o seu nome ficou também associado – a par do de outros agentes estabelecidos naquele território – às ações que tiveram em vista a reestruturação/recuperação da cidade.

Na sequência daquele cataclismo como gravoso problema social, impôs-se aos agentes políticos e administrativos locais uma

III de Espanha a Francisco Botelho Chacon], Madrid, [s.n.], 1618. - [5] fls. em pergaminho manuscritas e iluminadas.

4 “Uma personalidade seiscentista quase desconhecida...”, in *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, vol. 53/54 (2023/2024), pp. 137-189, foi já com esse título de “Engenheiro-mor” daquele Vice-Reino, que ele fora nomeado, em 1645, para acompanhar o filho do Vice-Rei, António Sebastião de Mancera, à região de Valdívia (hoje integrada no Chile).

esclarecida política para a recuperação das principais zonas atingidas⁵. Tal sucedeu quer quanto às principais estruturas urbanas civis quer quanto a igrejas e conventos destruídos. O Perú careceu então de adequadas personalidades qualificadas na área da Engenharia, o que motivou que fossem chamadas para darem os seus contributos.

Entretanto no período de 1656-57 veio a ocorrer um significativo colapso arquitetónico da igreja do Convento de S. Francisco de Lima. O mesmo templo viria, de facto, a conhecer sucessivos trabalhos de reestruturação arquitetónica, não só então como no século seguinte.

Nesse mesmo período seiscentista, a região marítima peruana confrontava-se já com uma outra ameaça. Tratava-se da presença de piratas e corsários em várias partes das costas americanas do Oceano Pacífico.

As muralhas de Lima foram construídas entre 1684 e 1687 pelo Vice-Rei Melchor de Navarra e Rocafull

Impôs-se, assim, que as autoridades políticas naquele Vice-Reino, entre os anos de 1684 e 1687, tenham mandado construir um sistema defensivo de muralhas na Ciudad de los Reyes, tal tendo decorrido de uma iniciativa do Vice-Rei Melchor de Navarra e Rocafull. A cidade, no entanto, não estava livre de perigos. Novos e violentos sismos continuavam, com alguma regularidade, a afligir a população daquela urbe.

5 Já na segunda parte do século XVII (mas já após a morte do bracarense que aqui nos congrega), aconteceria ali um outro grande sismo. Este veio a ocorrer em 1687, numa altura em que essa capital do Vice-Reino de Castela, a Cidade dos Reis (mais tarde, Lima) já prosperava significativamente com o comércio. Mais tarde, já em 1746, um outro forte sismo danificou severamente Lima (tendo provocado também significativos danos em Callao). Esse novo cataclismo obrigou a um enorme esforço de reconstrução das zonas afetadas em massa na região, numa iniciativa supervisionada pessoalmente pelo Vice-Rei de então, D. José Manso de Velasco.



Um aspeto da Ciudad de los Reyes (atualmente Lima, no Perú)

O sismo de 1687⁶ tinha marcado um ponto de inflexão na história do reino peruano tendo coincidido mesmo com uma recessão no comércio pela concorrência económica de outras cidades como Buenos Aires. Acontece, porém, que nesses períodos de graves problemas sociais - como o de as principais cidades destruídas nas suas estruturas urbanas serem olhadas como uma punição do céu – os espíritos procuram encontrar refúgio numa transposição para o *divino*, por via da prática de cultos, mais variados.

Ocorreram então naquele reino sul-americano as mais diversas manifestações de culto popular, indiretamente associadas a tais cataclismos.

6 Já ao longo da segunda metade do século XX, nos anos de 1966, 1970 e 1974, verificaram-se no Perú alguns graves sismos. Destas ocorrências chegariam a advir alguns consideráveis danos para a fachada do Convento da Ordem Franciscana (de que trataremos mais adiante).

De algumas itinerâncias seiscentistas (e setecentistas) peruanas, de base cultural e científica, a uma leitura antropológica de alguns aspectos específicos do culto cristão ao *Senhor dos Terremotos*

Viveu-se nesse período no anti planalto no interior do Peru, em termos de práticas religião popular, um curioso fenómeno. Tratou-se, em Cuzco, do culto à imagem do *Senhor dos Terremotos*.

Os cristãos daquela cidade do reino do Perú – alguns deles ainda dos tempos em que ali esteve ativo o Bispo castelhano D. Fernando de Vera y Zúñiga – caracterizavam-se, também, pelos seus comportamentos rituais, nas suas alegrias⁷ e nas suas tristezas, nas suas músicas e nas suas danças⁸, patenteadas no códice *Trujillo*⁸, (ligeiramente posterior).

Esse códice viria depois a ser mandado compilar, em nove volumes iluminados, pelo bispo de Trujillo, D. Baltasar Jaime Martínez Compañón y Bujanda. Tal reunião de documentos etnográficos e artísticos dos mais variados, resultou de uma sua vasta missão e do seu séquito, entre 1782 e 1785, na área episcopal que lhe estava consignada⁹. De fato nesta valiosa fonte – que se conserva hoje na Biblioteca do Palácio

7 Veja-se o registo sonoro *Bailar Cantando. Fiesta Mestiza en el Peru*, por Hespèrion XXI / Jordi Savall, Barcelona, Aliavox (tendo por base o Códice *Trujillo*)

8 Esta matéria pode ser documentada, entre outras diversas fontes, pelo *Codex Trujillo*, de c. 1780 -1783). Assinale-se ainda que Jordi Savall, no seu álbum *Les Routes de l'Esclavage / Las Rutas de la Esclavitud*, Bellaterra, Aliavox, 2016, procede ainda à edição de uma composição do mesmo códice peruano, mais precisamente a intitulada “Tonada el Congo: A la mar me levan”, C. *Truj.*, nº. 3).⁸ Apenas cerca de um século e meio depois da nomeação de D. Fernando de Vera y Zúñiga para o Bispado de Cuzco, veio a ser nomeado (em 1779), de facto, o prelado também espanhol, D. Baltasar Martínez Compañón, para o Bispado de Trujillo, a norte daquela diocese, quando este último contava 40 anos de idade. Foi este precisamente que, nessa posição episcopal, ordenou que fosse compilado (numa missão de cariz científico e pastoral ocorrida entre 1782 e 1785) este códice *Trujillo* – que hoje ostenta o título *Colección original inédita de mapas relativos al obispado de Perú; retratos en colores y dorados de Arzobispos, Vireyes y otros personajes del Perú; planos de ciudades; cuadros sobre lenguas indígenas*, 1782-1785 (e detém a cota RM 216) – que documenta não só a História Natural da região como muitas das tradições e práticas indígenas quotidianas à época. Desta fonte da Biblioteca do Palácio do Rei foi feita, do vol. I, uma cópia para a Biblioteca Nacional da Colômbia. Existem versões digitalizadas dos nove tomos do códice original em <https://estudiosindianos.up.edu.pe/biblioteca-indiana/trujillo-del-peru-codex-trujillo/>

9 Esse Bispado era então extensivo às regiões departamentais de Amazonas, Cajamarca, La Libertad, Lambayeque, Loreto, Piura e San Martín.

Real em Madrid – encontram-se reunidas diversificadas e interessantes tradições e composições em prática na época nessa região¹⁰.



À esquerda, retrato de D. Baltasar Jaime Martínez Compañón y Bujanda;
à direita, armas associadas a esse prelado do Vice-Reino do Perú



No códice Trujillo, para além de explorações de História Natural e de diversos mapas, apresentam-se, no vol. VII, algumas iluminuras referentes práticas, músicas e danças etnográficas, como a documentada na presente imagem

¹⁰ Cfr. PALMEIRO, Tiziana, no seu trabalho *Tupamaro de Caxamarca: tonadas sobre la muerte del Inca Atahualpa contenidas en el códice Martínez Compañón (1782-85)*.

Efetivamente as aludidas itinerâncias do foro cultural e científico (para além de um foro pastoral), movidas entre 1783 e 1785 por D. Baltazar Martínez Compañón, Bispo de Trujillo, já tinham tido no século anterior, em Constantino de Vasconcelos, curiosos antecedentes. Este foi movido, por um lado, pela necessidade de ganhar comercialmente a vida, esse é um facto indesmentível. Só que ele, movido por uma forte curiosidade científica, continuou sempre a desenvolver o estudo por onde quer que passasse e nas linhas de ação (do Engenheiro, do aprendiz e depois Mestre em Metalurgia ou na Arquitetura), foi sempre aquele que pretendia aprofundar os conhecimentos na área de trabalho onde se movia.

Desde a primeira hora fixado em Cuzco, não deixa de ser curioso assinalar-se que este arquiteto e engenheiro natural da região de Braga – ao passar gradualmente a conhecer melhor a figura de D. Fernando de Vera y Zúñiga – foi-se apercebendo dos seus gostos ecléticos, dos seus níveis sua curiosidade. Incluía-se neles a Música, que esse Bispo natural de Mérida continuava a favorecer (na sua *pequena Corte* em Cuzco) como Arte europeia. Tal Arte era ainda posta em práticas litúrgicas quotidianas na catedral que agora lhe estava confiada.

Essa sua catedral cusquenha já contava com um historial relevante. Ali já se havia distinguido um dos seus antecessores, D. Antonio dela Raya. No período de tal Bispado haviam especialmente sido aí notadas as presenças de compositores como o Pe. Pedro Bermudez¹¹,

11 Nesse período anterior da administração da catedral pelo Bispo D. António de la Raya havia-se distinguido, cerca de uma dezena de anos antes, o músico e compositor Pe. Pedro Bermudez. Este tinha nascido em 1558 em Granada e veio a falecer no México em 1605. Tal músico fora convidado por aquele Bispo a viajar para o Peru, onde esteve ativo como *Mestre de capella* da catedral desde 1597 (e tendo vindo mais tarde a trabalhar em outras catedrais latino-americanas), tendo sido o autor de umas *Vésperas* sob o título *Deus in Adjutorium*, - Cfr. esta obra de Bermudez, na interpretação da Boston Camerata, sob a direção de Joel Cohen; e, ainda, CASTAGNA, Paulo (Universidade de São Paulo, Brasil), "Alma Latina: Música das Américas sob o domínio europeu"- I, in *Revista Portuguesa de História do Livro*, Ano XV, vol. 29-30. Lisboa, CEHLE, 2012, pp. 627-654, em particular p. 640.

Frei Juan Pérez de Bocanegra¹² e ainda Juan de Araújo, durante a parte da sua atividade peruana.

Esses indígenas peruanos da região do anti planalto tinham passado a evocar – em função da sua crença (e na sequência de tão violentos sismos particularmente ali sentidos) – uma representação específica de Cristo, o *Senhor dos Terremotos*.

Aí continuavam a renovar o seu culto à imagem de *Taytacha Temblores*. Assinale-se, aliás, a existência de uma (bem antiga) imagem que ainda hoje se mantém na catedral de Cuzco, a qual fora edificada precisamente no lugar das fundações do antigo templo dedicado ao deus pagão *Apulla Tikse Wiracocha*.

Importa fazer alusão, com efeito, a uma já antiga celebração, nessa mesma cidade de Cuzco, no período da Páscoa, onde se podem reconhecer, num prisma antropológico, níveis de *fusão* da antiga religião andina com o Cristianismo.



12 Este músico viria a estar ativo na catedral de Cuzco presumivelmente até 1679 (o que não invalida que Constantino de Vasconcelos ainda o tenha podido conhecer), vindo a falecer em Chuquisaca (Sucre) em 1712.



Imagem do *Senhor dos Terremotos*, na cidade peruana de Cuzco, durante o período evocativo dos sismos de 1650 e de 1687

II - ACERCA DA CONTINUIDADE DOS ESTUDOS POR CONSTANTINO DE VASCONCELOS SOBRE A PRATA COMO METAL NOBRE ALI EM EXPLORAÇÃO NAS MINAS (JÁ APÓS A SUA FIXAÇÃO NA CIUDAD DE LOS REYES)

Aceitemos pois que, como já se disse, o conhecimento científico de Constantino de Vasconcelos foi, também, o resultado dos seus estudos em terras peruanas. A edificação do seu saber piramidal, na área da Metalurgia naquelas terras do Vice-Reino da Nova Espanha, no último quartel do século XVII, constituiu sem dúvida o desenvolvimento das primeiras incursões nessa esfera do saber que já tinha desenvolvido ainda na Península Ibérica. A continuidade do seu saber *erudito* no domínio da prata como metal nobre ali em exploração nas minas, também decorreu, sem dúvida, após a sua fixação na Ciudad de los Reyes

Questão, verdadeiramente pertinente também a nosso ver, implica uma resposta a uma outra questão, não menos importante que aquela. Como homem culto que era, seria detentor, naquela capital, de uma livraria pessoal (com obras na esfera dos seus interesses técnicos)? Ou, em alternativa, como homem próximo de D. António Sebastião de Mancera, o filho do Vice-Rei o Marquês de Mancera – tinha ele acesso e direito legítimo frequentar com alguma

assiduidade os livros da biblioteca de mão deste aristocrata, no seu Palácio? Na realidade não o sabemos. Ou, em alternativa – e já após o regresso do aludido Marquês, em fim de comissão (terminada em 1648), a Espanha – poderá ter tido acesso, também, à biblioteca do sucessor daquele em tal cargo, o vice-Rei Garcia Sarmiento de Sottomayor, ali em funções até 1655.

De fato hoje parecem não restar dúvidas de que o aprofundamento, por parte de Constantino de Vasconcelos, do seu saber na área da Metalurgia – uma parte dele já foi adquirido após a sua prestação de serviços nas zonas mineiros de Oruro, Huancavelica e Potosí.

O estudioso no Peru do último quartel do século

Há uma pergunta que, quanto à última fase das atividades de Constantino de Vasconcelos no vice-Reino do Peru, importa continuar a ser feita. Depois dos trabalhos que levou a cabo em Oruro e Huancavelica¹³ (exploração mineira onde também havia estado, no século anterior, o seu compatriota Enrique Garcês¹⁴) - antes de ele próprio partir na sua missão de cerca de dois meses para Valdívia em fins de 1645 - até quando se prendeu ele ao estudo da prata, da sua exploração e dos contornos técnicos da *amalgamação*? Estamos

13 Data desse período, mais precisamente de 7 de Outubro de 1643, o relatório de Constantino de Vasconcelos, desenvolvido em 59 pontos e aprovado pelo Vice-Rei em 11 de Maio do ano seguinte – com o estabelecimento de regras rigorosas no tocante a um exercício rigoroso das técnicas de *amalgamação* da prata nas minas peruanas. Cfr. o nosso estudo “Uma personalidade seiscentista...”, na sua parte final.

14 VILLENA, Guillermo Lohmann estabelece que Enrique Garcês deve então ter “proposto o seu nome para ocupar um dos cargos burocráticos em Huancavelica, o que permitiria oferecer-lhe uma regalia de dez mil ducados anuais”. Cfr. o interessante documento “Henrique Garcês, A 27 de Agosto de 1591. Al Presidente del Consejo de Indias”, constante de Archivo General de Indias (AGI), Lima, 131 [mesmo que nesse documento, em vez da datade 27 de Agosto surja a data final de XXX de Agosto], fonte esta com publicação por VILLENA, Guillermo Lohmann, in *Enrique Garcês, Descubridpr del Mercurio en El Peru, Poeta y Arbitrista*, Lisboa, 1969, pp. 48-51.

em crer, hoje, que tal durou até praticamente ao fim da sua vida na Cidade de los Reyes.

Efetivamente – no desenrolar do nosso programa de pesquisas sobre este *metalúrgico*-humanista bracarense, em Madrid na biblioteca de Real Academia de la Historia¹⁵ (a que pertencemos) – pudemos colher a sensação de que ele jamais se conseguiu *libertar* dos seus encantamentos no estudo da prata.

Algumas questões relativas às técnicas de utilização do mercúrio e da prata (incluindo no plano da *amalgamação*), desde o período da Idade Clássica até aos séculos XVI-XVIII continuam, nele, sem encontrar resposta. Sabe-se, porém, que a recuperação de ouro através da utilização do mercúrio nos séculos XVI-XVIII¹⁶, data já, possivelmente, do tempo dos Romanos. Só que a aplicação desse processo à prata no Perú não parece ser anterior ao século XVI.

Entre Teofrasto, Dioscórides e Vitrúvio

Importa continuar, agora, os estudos de aprofundamento das questões técnicas sobre a prata por parte de Constantino de Vasconcelos, já depois de se ter fixado na Ciudad de los Reyes. Isso obriga a que ele seja perspetivado também por via de alguns dos autores da Antiguidade Clássica que terá então conhecido, como Vitrúvio e Plínio o Velho. Foi o caso, ainda, de alguns bem conhecidos metalurgistas da Renascença, como o alemão Georgius Agricola ou Vannocio Biringuccio.

15 Agradecemos todos os esforços de utilidade ao responsável por tão bem apetrechada biblioteca da Real Academia de la Historia (Madrid), D. Juan Miguel Ladero Quesada, o ter posto à nossa disposição tão significativo acervo para a nossa pesquisa.

16 Seguimos, nos vários passos do presente projecto de pesquisa alguns textos históricos apresentados por HOOVER, Herbert Clark e HOOVER, Lou Henry, em "Notas históricas sobre Amalgamação", in AGRICOLA, Georgius, *Re Metallica*, Nova Iorque, Dover Publications, 1950, pp. 297-299.

O azougue era bem conhecido dos Gregos e foi descrito, depois de Aristóteles¹⁷, no séc. III A.C., por Teofrasto¹⁸ e outros. Os Gregos, porém, não fizeram qualquer menção do seu uso na *amalgamação*¹⁹.

O azougue era usado pelos Gregos com fins medicinais. Os Romanos amalgamavam ouro com mercúrio, mas não sabemos se obtiveram vantagens do princípio de recuperação de outros minerais.

Vitrúvio²⁰ (VII, 8), por seu lado, proferiu a seguinte afirmação:

Se o azougue for colocado num vaso e se se colocar uma pedra de cem libras nesse vaso, esta boiará no topo e, independentemente do seu peso, será incapaz de pressionar o líquido ao ponto de o partir ou separar. Se se retirar a pedra e se se colocar uma única pedrinha de ouro, esta não irá boiar, mas descer imediatamente para o fundo. Isto prova que a gravidade de um corpo não depende do seu peso.

17 Aristóteles, na obra *Metereologica*, IV, 8, 11, apresentou várias considerações sobre o azougue e as suas utilizações. Remetemos, a este respeito, para a edição de Aristóteles, *Metereologica*, IV, 8, 1 com várias G. Vuillemin (e o estudo de), apresentava várias considerações sobre o azougue e as suas utilizações, Turnhout, Brepols, 2008, 2 vols., com o estudo de J. Bram e P. De Leemans, e, num contexto mais abrangente, para o estudo de J. Bram / P. De Leemans, "The Aristoteles Latinus project. A survey", in *Revista Portuguesa de História do Livro*, Ano XII, vol. 24, Lisboa, CEHLE, 2009, pp. 105-122 (em particular na p. 111).

18 Theophrasto (Eresbos, Lesbos, c. 372 - Atenas, 287 a.C., primeiramente discípulo de Platão e, depois, de Aristóteles. Foram da autoria deste pensador grego criteriosas obras como *Histórias das Plantas*; e, também, *Caracteres*. Desta última obra de Teophrasto, *Caracteres*, dispomos hoje de uma criteriosa edição/tradução do grego, da responsabilidade de helenista, Prof. Maria de Fátima Sousa e Silva, da área da Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

19 Num sentido mais lato, no domínio científico da Química, o conceito de *amalgamação* (como constituição de uma amálgama) identifica-se com a preparação de uma liga de mercúrio com outro metal ou metais; formação de *amálgama*. Entretanto no sentido mais específico da exploração mineira e do tratamento dos minérios recolhidos – área em que o seiscientista Constantino de Vasconcelos, com todo o seu saber, laborou no Peru – pretende-se significar o processo de extração de metais nobres dos minérios que os contêm, a que já ali se procedia na época com recurso ao uso de mercúrio.

20 Vitrúvio foi um engenheiro militar e arquitecto romano do séc. I a.C. Foi o autor de um conhecido tratado, que teve ampla popularidade na Europa a partir do século XV. Quanto a este autor clássico deve ter-se presente que o próprio Constantino de Vasconcelos, no Perú, declarou ter-se formado (conforme se regista em outro passo deste nosso trabalho) no âmbito da *Arquitectura vitruviana*.

O azougue é usado com muitos propósitos. Sem ele, nem a prata nem o latão poderiam ser adequadamente dourados. Quando o ouro está bordado em vestuário gasto e sem utilidade, o tecido é incinerado em potes de terra; as cinzas são lançadas à água e adiciona-se azougue; assim recolhe todas as partículas de ouro e une-se com elas. De seguida, a água é despejada e o resíduo colocado num pano que, depois de espremido com as mãos, obriga o azougue líquido a passar pelos poros do pano, mas retém o ouro numa massa, dentro de si²¹.

Quanto a Plínio o Velho²², este autor clássico mostra-se explícito quanto a estas práticas (in *História Natural*, XXXIII, 32):

Tudo flutua no azougue excepto o ouro. Este é atraído para o interior e, como tal, é a melhor forma de se purificar. Ao ser repetidamente agitado em potes de terra, afasta as restantes partículas e as impurezas. Estas partículas - rejeitadas, com vista a facultar a obtenção de ouro - comprimem-se e, exsudando como a transpiração, deixam sair esse mesmo ouro, em estado de pureza²³.

De notar, em particular, que ambos os autores afirmam que o ouro é a única substância que não flutua. Por outro lado, eles não fazem qualquer referência à prata poder combinar com mercúrio,

21 Esta passagem da referida obra de Vitruvius, seguiu em particular a versão em língua inglesa. p. 217

22 Plínio o Velho, ou Caius Plinius Secundus (Cômo, 23 – 73), naturalista e escritor latino que faleceu na erupção do Vesúvio. Tratou-se do autor da *História Natural*, uma vasta compilação científica em 37 livros.

23 Stéphane Schmitt, na sua versão directa do latim do texto da *Histoire Naturelle*, de Plínio o Velho (edição da Gallimard, Pleiade, 2013), p. Liv. XXXIII, 'L'argent', n.º 32 apresenta uma versão que, na sua parte final, não é totalmente coincidente com esta: '*Une fois les impuretés ainsi expulsées, afin de séparer le vif-argent de l'or, on verse le tout sur des peaux bien lissées; le vif-argente s'écoule à travers comme le sueur et laisse l'or pur*'.

embora Beckmann²⁴ não só releve esta passagem (atrás transcrita) de Plínio, no que se refere à prata, como também - perpetuando o erro – atribua também a origem da *amalgamação* da prata (a partir de vários minerais) aos castelhanos que se encontravam ativos nas Índias ocidentais.

Os alquimistas medievais e as teorias de Agricola

Os alquimistas da Idade Média eram bem conhecedores de que a prata se amalgamava com mercúrio. No entanto, existe uma dificuldade em qualquer conclusão que tenha sido posta em prática por eles na separação de prata ou ouro de diversos outros minerais.

A linguagem sem nexo em que a maioria das suas elocuções se baseavam, esconde a maioria das suas reações em qualquer momento. A Escola de Geber defendia que todos os metais eram um composto de mercúrio “espiritual” e enxofre e os seus seguidores amalgamavam a prata com mercúrio, separando-os depois por destilação.

Na pretensa separação do ouro e prata, chegava a ser posto em prática um método de recuperação a partir de matérias demasiado compactas (cloretos de prata), com recuso ao azougue.

O renascentista alemão Georgius Agricola²⁵ não faz menção, em nenhum lugar da sua famosa obra, do tratamento de minerais de prata por *amalgamação*.

24 Beckmann, *History of Inventions*, vol. I, p. 14.

25 Georgius Agricola (Glauchau, 24-III-1494-Chemnitz, 1/XI-1555), foi um sábio alemão, e médico. Interessou-se pela Mineralogia e pela Metalurgia, em que foi reconhecidamente um teórico verdadeiramente inovador, tendo publicado o tratado *De Re Metallica* em 1556. Nas colecções de edições quinhentistas do CEHLE, conta-se a edição original de Agricola, de Basileia, de 1556. Cfr. MATOS, Manuel Cadafaz de, “Carta 169 a Marcel Conche, *Le Signe de la Crosse*, in *242 Cartas filosóficas e históricas (2002-2022 de e para Marcel Conche da Sorbonne*, Lisboa, CEHLE, 2023, pp. 587-588.

GEORGII AGRICOLAE DE RE METALLICA LIBRI XII. QVI.

bus Officia, Instrumenta, Machinae, ac omnia denique ad Metallis
tam spectantia, non modo luculentissime describuntur, sed & per
effigies, suis locis insertas, adiunctis Latinis, Germanicisque appella-
tionibus ita ob oculos ponuntur, ut clarius tradi non possint.

E I V S D E M

DE ANIMANTIBUS SVBERRANEIS Liber, ab Autore res
cognitus: cum Indicibus diuersis, quicquid in opere tractatum est,
pulchre demonstrantibus.



BASILEAE M. D. LVI.

Cum Priuilegio Imperatoris in annos v.
& Galliarum Regis ad Sexennium.

Frontispício da edição de Georgius Agricola,
De Re Metallica, de Basieia, de 1556, (colecção do CEHLE)

Subsistem, porém, alguns pontos de contacto entre o tratado de Agricola e o tratado *De la Pirotechnia*, de Vannocio Biringuccio²⁶. Esta obra italiana, precedeu a germânica e fora publicada em 1540, ou seja, uns bons anos antes do aparecimento (em letra de forma) *De Re Metallica* e nela se contém o primeiro relato completo da *amalgamação* da prata²⁷.

26 Biringuccio (Sienna, 1480-Roma, 1539, *De la Pirotechnia*.

27 ²⁴ Existe um interesse acima do habitual por essa descrição de Biringuccio. Chega mesmo a admitir-se que, muito antes desta edição italiana do tratado *De la Pirotechnia*, os castelhanos pudessem ter inventado no México esse processo da *amalgamação*.

Importa ter em presença, com efeito, esta curiosa passagem:

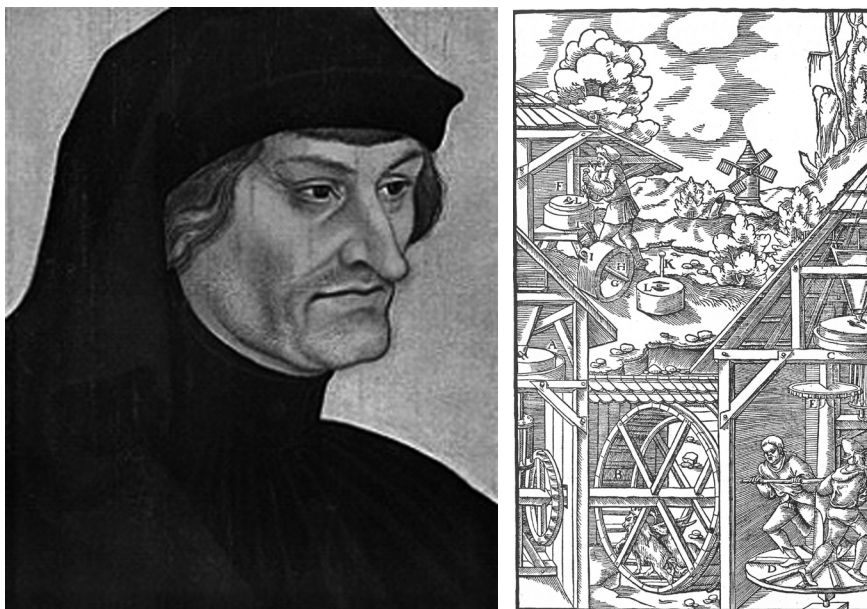
Esse cientista [Biringuccio] foi certamente dotado de muito útil e engenhoso pensamento, que inventou o método breve de extrair metal a partir de trabalhos de recuperação, no âmbito daquelas artes ligadas ao ouro e à prata, de qualquer substância remanescente nos resíduos das fundições, e também da própria substância de alguns minérios. Isso sem recorrer ao trabalho da fusão, mas unicamente por meio e através das virtudes do mercúrio. Para este efeito, em primeiro lugar, era contruída uma grande bacia de pedra ou de madeira e emparedada. A esta aplicava-se uma mó de modo a rodar como a dos moinhos. Na cavidade da bacia, era colocada uma substância com ouro, bem moída em almofariz que, posteriormente, era lavada e seca²⁸.

Então, com a mó referida, esse material era moído enquanto se humedecia com vinagre, ou água, no qual tivesse sido dissolvido sublimado corrosivo (solimato), verdete (verde rame) e sal comum. Sobre estes materiais era colocado mercúrio suficiente para os cobrir.

De seguida, esses materiais eram mexidos durante uma ou duas horas, rodando a mó, fosse por via da força do homem ou de um cavalo, segundo o plano adotado, tendo em consideração que quanto mais o mercúrio e os materiais tivessem sido misturados pela mó, mais se podia confiar que o mercúrio tivesse retirado a substância que os materiais continham²⁹.

28 Cfr. *Mettallurgy of silver and gold*, versão em língua inglesa por Percy / A. Dick, p. 560.

29 Idem, *ibidem*.



Retrato de Rodolfo Agricola, por Lucas Cranach, o Velho, de c. 1532; à direita, uma das gravuras apresentadas na edição de Georgius Agricola, não faltando a presença do próprio moinho a que se faz alusão na presente passagem

Nestas condições, o mercúrio podia ser separado da matéria terrosa, ou com uma peneira, ou através de lavagem. Tal permitia, de facto, a recuperação do verdadeiro mercúrio aurífero. Depois disto, ao retirar o mercúrio através de um frasco (i.e., aquecendo em retorta ou em alambique), ou coando com um saco, ficaria, no fundo, o ouro, a prata ou o cobre ou qualquer metal que tivesse sido colocado na bacia para ser moído pela mó.

Pelo desejo que tinha em conhecer este segredo, ofereci a quem mo ensinou um anel com um diamante no valor de 25 ducados; também me exigiu que lhe desse uma oitava parte de qualquer lucro que fizesse por o usar. Isto quis partilhar com o leitor, não para que me devolvesse os ducados por eu lhe ter ensinado o segredo, mas para que o estime ainda mais e lhe dê valor³⁰.

³⁰ Idem, *ibidem*.



Frontispício da edição de Biringuccio, *De la Pirotechnia* (de 1540)

Biringuccio, a dado passo deste seu tratado, afirma que os minérios (concentrados) lavados podem ser, em última análise, reduzidos, seja com chumbo seja com mercúrio. Por seu lado, e relativamente a estes concentrados de prata, esse autor referiu ainda a tal respeito:

Deve-se encharcar, posteriormente, esse material com vinagre, recorrer-se ainda à sua colocação sobre cobre verde (i.e., verdete); ou encharcar com água em que tenha sido dissolvido vitríolo e cobre verde.

Dos rendimentos auferidos pela Coroa espanhola em resultado da exploração mineira na Nova Espanha: do comércio da prata peruana

ao estabelecimento por Azpilcueta Navarro e por Covarrubias y Leiva de uma (outra) teoria do valor

Sensivelmente no período de 1657, ao tempo do Vice-Reinado na Nova Espanha de Luís Enrique de Guzmán, Constantino de Vasconcelos continuava ainda a acompanhar, com todo o interesse e alguma assiduidade (em função de ter trabalhado, num período tão dilatado, no universo das minas e da amalgamação da prata) em questões relacionadas com esse metal nobre.

Ele não só acompanhava os novos desenvolvimentos na exploração mineira peruana da prata, como os da cunhagem da moeda³¹ e das influências da teorização monetária por credenciados especialistas universitários espanhóis da época.

Foi o caso de Martin de Azpilcueta Navarro³².

Efetivamente esse universitário ibérico – que proveniente de Espanha viera ensinar na Universidade de Coimbra³³ – havia sido um dos primeiros, em 1556, a explicar as bases da teoria quantitativa da Moeda, na sua obra *Comentario Resolutório de Câmbios*³⁴.

31 No que concerne à moeda – embora sem a preocupação de aprofundarmos aqui este tema – registemos apenas o facto de, em 1575, ter sido criada em Potosí a *Casa de la Moneda* (associada a essa exploração mineira aí decorrente).

32 Martín de Azpilcueta Navarro foi um famoso humanista (Navarra, c. 1492 - 1586) e tio do Pe. João de Azpilcueta Navarro, missionário jesuíta famoso por ser excelente linguista e como teve bom contacto com os índios da Capitania da Bahia, no século XVI. Ele entrou no sertão, em 1553, comandado pelo castelhano Francisco Bruza de Espinosa (ou também por vezes referenciado como Espinhosa).

33 Tinham vindo de Espanha para Portugal, à época, outros docentes tais como Afonso do Prado, Francisco de Monzón, Juan de Pedraza, Martinho Salvador Azpilcueta, João Peruchio Mongrovejo, Bartolomeu Filipe, Luís Alarcão, Afonso Rodriguez de Guevara, Francisco Franco, ou Henrique Cuellar.

34 Para além deste tratado Azpilcueta Navarro fez editar, de sua autoria, nesse período quincentista, outras obras muito apreciadas à época, tais como *Relectio cap. Novit de Judiciis* (Coimbra, 1548); *Manual de Confessores e Penitentes* (Coimbra, 1560), ou o *Tractado de las rentas de los beneficios ecclesiasticos : para saber en que se han de gastar y a quien se han de dar, y dexas* (Valladolid, 1566). - Seguimos, neste passo, essencialmente aspectos particulares do seu trabalho *Comentario resolutorio de câmbios*, na sua edição mais recente, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1965.



À esquerda, retrato, em gravura, do humanista e jurisconsulto espanhol, Martin de Azpilcueta Navarro; à direita, frontispício da sua edição, *Consilia et responsa*, obra impressa em Lyon, em 1594
(dos fundos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra)

Ele havia observado os efeitos que as enormes quantidades de metais preciosos vindos da América do Sul tinham sobre os preços dos produtos na Espanha, nestes termos:

Como mostra a experiência, na França, onde há menos dinheiro do que na Espanha, o pão, o vinho, a roupa, o trabalho custam muito menos; e mesmo na Espanha, no tempo em que havia menos dinheiro, as coisas que podiam ser vendidas e o trabalho do homem custavam muito menos do que depois que as Índias foram descobertas e cobriram a Espanha de prata e ouro. A causa disso é que o dinheiro custa mais onde e quando faz falta do que onde e quanto existe em abundância.

Apesar de tudo não dispomos de elementos se Constantino de Vasconcelos, associado aos empreendimentos peruanos na área da

Engenharia e da Arquitetura chegou (ou não) a beneficiar de um enriquecimento pessoal, a adquirir fortuna. Não lhe terá passado despercebido, como homem culto que era, o quanto os valores da prata tinham contribuído para o enriquecimento quer da Coroa de Castela quer de uma parte da Nobreza de sangue.

Tais ensinamentos de Azpilcueta Navarro, a par dos de Diego de Covarrubias y Leyva³⁵, não teriam passado despercebidos, decerto, ao português natural da região de Braga, que não mais voltaria a Portugal. Ele teria acompanhado, por outro lado, que, já no ano de 1546, Covarrubias y Leyva havia sido designado Arcebispo de Santo Domingo pelo imperador Carlos V.



Diego de Covarrubias y Leiva (1512-1577) num retrato da autoria de el Greco, c. 1600 (Museo del Greco, Toledo)

35 Diego de Covarrubias y Leyva – antes de viajar para as Índias ocidentais- estivera uns tempos na qualidade de aluno de Martín de Azpilcueta Navarro, na Universidade de Salamanca.

De facto Diego de Covarrubias y Leiva tinha sido, pouco antes, considerado o primeiro autor a expôr, ainda em 1554, a *teoria subjetiva do valor*. Esta foi precursora da *teoria marginalista*, por ter afirmado que “o valor de uma coisa não depende de sua natureza objetiva, mas da estimativa subjetiva dos homens, mesmo que tal estimativa seja insensata”³⁶.

Aspetos particulares da exploração da prata peruana em obras da ourivesaria histórica produzidas nesse período

Ainda se encontra também por ser feita, uma avaliação global e transversal – com reflexos na própria História de Arte peninsular – das obras que, na esfera da Ourivesaria, civil e religiosa, vieram a ser integradas em coleções estatais e em coleções particulares. Tais trabalhos artísticos encontram-se inequivocamente associados à exploração do ouro e da prata no Perú. Tomemos aqui, pelo menos, em consideração um desses aspetos.

Poderia muito bem ter estado relacionada com a exploração metalúrgica nas minas de Potosí – onde havia sido criada já em 1575, a *Casa de la Moneda* (associada a essa exploração, como já referimos) - a Bacia de prata peruana datada por especialistas de entre c. 1600 e c. 1620, onde surge punccionado o nome de D. Catalina de Legros y Cordoba com representações avícolas e vegetalistas, que hoje se conserva em Madrid no Museu de Artes Decorativas.

36 Teria Constantino de Vasconcelos, nesse período final da sua vida, acompanhado os efeitos provocados na Espanha pelo fluxo de metais preciosos vindos da América.



Bacia de prata *peruana* de D. Catalina de Legros y Cordobade c. 1610-20
(por cortesia do Museu de Artes Decorativas de Madrid)

O bracarense Constantino de Vasconcelos poderia, aliás, ter também tomado conhecimento, naquele Vice-Reino do Perú, de outros significativos testemunhos da acção artística (a partir da prata e do ouro ali recolhidos), de alguns outros agentes ibéricos, que se afeiçoaram e fizeram circular o património cristão, na área da Ourivesaria, aí produzida.

Deste modo há a salientar um outro caso de produção artística em prata que resultou, de igual modo, da extração mineira naquele território. Foi o sucedido com uma lâmpada de prata que na primeira metade do século XVIII (se não mesmo um pouco antes) foi enviada dali para Lisboa.

Nesta outra acção esteve envolvido, como protagonista, o eclesiástico Francisco de Valladolid³⁷, que desempenhou, durante alguns

³⁷ Este Francisco de Valladolid não pode ser confundido com o seu homónimo que, nos últimos anos do século XV, fora um dos navegadores que tinham acompanhado Cristóvão Colombo às Americas. Tal missão, recorde-se, tinha tido a finalidade (entre outras) de serem criados alguns *asentamientos*, em nome do monarca espanhol, tanto na ilha *La Española* como em diversas outras terras a conquistar para a Coroa de Madrid. De facto uma parte significativa dos 1500 expedicionários que tinham seguido então nas 17 naus – as quais haviam partido de Cádiz em Setembro de 1493 – eram homens de armas, contando-se em tal tripulação esse outro Fancisco de Valladolid.

anos, a função de cónego na Ciudad de los Reyes, sensivelmente nesse período.

Assim, atendendo ao testemunho (setecentista) deixado pelo Pe. Caetano de Gouveia de na sua obra *Breve Relação da Santa Casa do Loreto...*, registou-se então o elucidativo caso de

[uma lâmpada de prata] *de quarenta e quatro libras de pezo, ... [que] foi dada por D. Francisco de Valladolid Conego de Lima no Peru, a qual tem noue alampadas pequenas, e destas sempre huma esta [em Lisboa] acesa...*³⁸

Ainda a figura do Pe. Alonso Barba, no tocante aos aspetos da Metalurgia peruana

Entretanto já em 15 de fevereiro de 1637 o Pe. Alonso Barba tinha feito entrega a Lizarazu dos originais de um seu livro originariamente intitulado *Arte de los metales*³⁹, onde era apresentada uma vasta descrição da riqueza argentífera do subsolo sul-americano afeto ao império hispânico. Constituíra uma intenção, por parte de Juan de Lizarazu (associado a esta edição), que os estudos mineralógicos de tal prelado viessem a ser traduzidos e divulgados - como o vieram de facto a ser, mais tarde, em Castela - pelas técnicas da imprensa, de modo a enriquecer a produção científica da época nesta vertente

38 GOUVEIA, Pe. Caetano, *Breve Relação da Santa Casa do Loreto*, Lisboa, oficina de Manuel Fernandes da Costa, 1736, pp. 40 e sgts.

39 Cfr., a propósito, dos contributos doutrinários do Pe. Alonso Barba, no universo da exploração e tratamento da prata, os trabalhos de MAFFEI, Eugenio, FIGUEROA, Ramón Rua, *Apuntes para una Biblioteca Española de libros, folletos y artículos, impresos y manuscritos, relativos al conocimiento y explotación de las riquezas minerales y á las ciencias auxiliares*, Madrid, Imprensa de J.M. Lapuente, 1871, pp. 61-65; CALVO, Miguel Calvo e SEVILLANO, Emilia, «Alvaro Alonso Barba y el *Arte de los Metales*», in *Química e Industria*, 45, 1998, pp. 106-111; STIEFEL, Berta Marco, «Diez años de actividad químico-orgánica en el Instituto Alonso Barba (1939-1949)», in *Revista Arbor* (163), pp. 319-347; ou, mais recentemente, GOMEZ, Júlio Sánchez, «Álvaro Alonso Barba», in *Diccionario de personalidades (online)*, Real Academia de la Historia, Madrid.

específica. No âmbito das pesquisas deste prelado – como veio a suceder também com Constantino de Vasconcelos – as atividades da química da prata, nos seus estudos, não podiam também ser descuradas.- Ver ANEXO I. Segundo Julio Sánchez Gómez, esta

foi a obra mais importante de metalurgia aparecida no século e, ao mesmo tempo, um acabado compêndio do saber técnico em metalurgia⁴⁰ nesse momento e um conjunto de propostas originais do próprio Barba, no que de mais apelativa é a modernidade na sua forma de conceber os processos que descreve.

III - A VERTENTE ARQUITECTURAL NO TÉCNICO E NO ARTISTA DA REGIÃO BRACARENSE ALI ACTIVO

Houve alguma inclinação franciscana em Constantino de Vasconcelos, no seu trabalho para a Ordem Terceira em Lima? Ou tratou-se, apenas, de uma encomenda técnica, pelas capacidades que tinha o português?

Assim sendo poderemos formular, do seguinte modo, a questão:

- há um Franciscanismo nas ações técnicas de Constantino de Vasconcelos na igreja dos Irmãos Terceiros de Lima?
- teria ele alguma proximidade ideológica a tais irmãos?

Não deveremos, a respeito destes questionamentos, pôr totalmente de parte o que escreveu Suarez de Figueiroa, à época, sobre ele (como já referimos), *estoico na vida da natureza filosofal*.

40 Remetemos, aqui, para o nosso já referido estudo anterior, "Uma personalidade seiscentista...", Anexo I, "Da amalgamação da prata...", pelo Pe. Alonso Barba. *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, n.º 53/54 (2023/2024)

O bracarense Constantino de Vasconcelos ao serviço da comunidade franciscana local e do seu programa arquitetural: a edificação da igreja do convento de S. Francisco.

Poucos anos depois, em 1657, ainda durante o Vice-Reinado no Perú de D. Luís Enrique de Guzmán, este representante da Coroa de Castela acabaria por autorizar o bracarense Constantino de Vasconcelos – de que nos temos ocupado – quanto ao exigente encargo de preparar planos para a reedificação da igreja da Ordem Terceira de S. Francisco. Por razões que desconhecemos, tinha havido uma aproximação da hierarquia franciscana na Ciudad de los Reyes para com o já prestigiado engenheiro e arquiteto.

Tratava-se, sem dúvida, de uma viragem na sua atividade, desta feita já no universo arquitetónico-artístico, que se pode perspetivar no domínio da História de Arte. Ele veio a tornar-se, desta feita, no qualificado arquiteto que concebeu o projeto das (novas) instalações seiscentistas – pelo menos a fachada - da aludida igreja do Convento de S. Francisco, na Ciudad de los Reyes. Algumas das maiores autoridades daquele século – em contributos de significativo alcance para a História de Arte peruana nesse período – têm trazido, a tal respeito, irrevogáveis contributos.

Dado que havia sido reconhecida a este técnico e artista português - pelo menos desde a sua permanência na missão de Valdívia em 1645 – a sua formação universitária como arquiteto, tal já permite compreender, em si, o facto de uma dúzia de anos depois, em 1657, ele ter recebido a incumbência de reestruturar em Lima a igreja de S. Francisco (com uma derrocada anterior devido ao referido terremoto). Com este notável empreendimento artístico, se viria ele a ocupar praticamente até o fim dos seus dias.

Efetivamente nesse ano o bracarense veio a ser encarregado - inequivocamente na qualidade de arquiteto - da reconstrução

dessa igreja franciscana⁴¹. Das excelentes qualidades que adornavam este arquiteto deu um testemunho significativo Frei Miguel Suarez de Figueroa, no seu curioso livro *Templo de Nuestro Grande Patriarca San Francisco de la Provincia de los doze Apostolos de el Peru, en la Ciudad de los Reyes arruinado, restaurado y engrandecido de la providencia Divina en panegyrico historial y poetico certamen*, Lima, 1675⁴², em todo o seu espírito (como notou Moura Sobral) arquetónico Barroco⁴³.

A presença do ideário de abnegação franciscano – que chegava mesmo aos próprios desenhos (arquetónicos) de construção – denuncia(va) já então como que um tipo de combate erasmiano, no plano do *enchiridion militis christiani*. As armas, então, não eram muito diferentes: da lança num exército que se erguia contra um inimigo, ou no plano de uma nau que em todo o seu vigor se agigantava contra a porcela dos inimigos da fé, dos indígenas que ali adoravam o Sol. Não era por acaso que Suarez de Figueroa estabelecia, na sua aludida obra (de que detemos um exemplar), que este convento franciscano apresentava as formas de um *navio*, ou seja, um *navio na porcela* contra os inimigos da fé.

41 RODRIGUEZ-CAMILLONI, Humberto Leonardo, “Constantino de Vasconcelos”, in *Encyclopedia of Latin American and Caribbean Art*, Londres, 2000, pp. 682-683; e, mais recentemente, PACHECO, Ana Assis, “Convento Franciscano de Lima. Uma obra seiscentista de um engenheiro e arquitecto português”, in *Itinerarium. Revista Quadrimestral de Cultura*, Ano LV, nº. 194, Lisboa, Maio-Agosto de 2009, pp. 205-217.

42 Este convento – a deduzir-se pelas descrições barrocas de Suarez de Figueroa – tivera inicialmente a ambição de poder albergar pelo menos cerca de 280 religiosos daquela Ordem. Esta instituição monástica (que já no século XX veio a ser objeto de demolições parciais) era dotado de amplas instalações que ocupavam duas frentes de uma ampla praça; enquanto se impunham, no seu fausto, ante o curso do rio Rímac. Nas suas onze partes integrantes contavam-se espaços como estes, a *Via Crucis*, Portaria, Soledad, Milagro, Claustro grande, Claustro segundo, Enfermaria, Noviciado, Horta, Botica e Claustro da Soledad. – Só que para além desse claustro principal e secundário havia, pelo menos, mais dois claustros, isso para além de vários pátios.

43 Agradecemos L. Moura Sobral o ter partilhado connosco um exemplar do seu trabalho sobre Constantino de Vasconcelos, arquitecto de Lima barroca, in *Do sentido das imagens*, 1996.

Suarez de Figueiroa, pronunciando-se como franciscano, sobre os inícios da reconstrução da obra, foi peremptório quando escreveu:

*dirigiu-a [desde o início, em 1657] Constantino de Vasconcelos, lusitano, novo Arquimedes nas Matemáticas, Platão na Filosofia natural e Diógenes estoico na vida da natureza filosofa*⁴⁴.

Era de facto laudatório o perfil biográfico do artista bracarense aqui traçado por Suarez de Figueroa⁴⁵. Só que deve ser ainda conhecido um dado particularmente relevante para definir o período em que verdadeiramente Constantino de Vasconcelos veio a ser o responsável por essa obra de edificação misto de restauração. Efetivamente as obras do dito convento votado a S. Francisco em Lima, não podem ser-lhe imputadas na totalidade, mas também a um seu seguidor, Escobar.

Um contrato envolvendo Constantino Vasconcelos e Manuel de Escobar, lavrado na Ciudad de los Reyes em 14 de junho de 1459 (nove anos antes do desaparecimento do primeiro)

O início de tais obras monásticas, por assim dizer, passou a decorrer, na realidade, depois de Vasconcelos ter sido chamado ao respetivo contrato lavrado para o efeito em 14 de junho de 1659:

44 LOZOYA, Marquês de, "Constantino de Vasconcelos, *ibidem*, p. 2.

45 FIGUEROA, Frei Miguel Suárez de, *Templo de N. Grande Patriarca San Francisco de la Provincia de los doze apóstoles de el Peru en la Ciudad de los Reyes arruinado, restaurado, y engrandecido de la providencia Divina*, editado conjuntamente com *Visita y declaración que hizo el P. Fray Juan de Benevides, ministro legal y honesta persona del Santo Tribunal de la Inquisición y sacristán mayor del Convento Grande de N. P. S. Francisco, en la residencia del Rmo. P. D. Luis Zerbela, padre perpetuo de la Provincia de Santiago, general y de todas las del Peru, del tiempo que fue comisario de ellas*, Lima, 1675, fl. 4 vº. Desta obra fez-se uma nova edição espanhola em 2007.

Manuel de Escobar, como oficial em construções [albañil], se obrigou a trabalhar e trabalhará na obra da dita igreja, desde hoje dia e data da presente escritura em diante, até que se acabe a dita igreja, pelo preço de três pesos de a oito reais cada dia de trabalho, trabalhando pessoalmente em serviços de manufactura e fazendo officio de aparelhador, dirigindo toda a dita obra e seguindo em tudo a planta e disposições de D. Constantino Basconcelos [sic], sem sair dessa ordem quanto à disposição e fábrica da dita igreja, sem pedir mais dinheiro nem outro tipo de concertação em qualquer tempo, enquanto durar a dita obra, isso até acabar de todo a dita igreja, nem poder sair tão pouco para qualquer outra obra, nem dentro nem fora da dita cidade [de Lima], senão apenas para a dita igreja do Senhor San Francisco⁴⁶.

O arquiteto bracarense tinha desenhado pouco antes, com efeito, uma (nova) planta *levantando* a monumental igreja de S. Francisco (sensivelmente tal como hoje se conhece). O Vice-Rei, Luis Enrique de Guzmán, Conde de Alba de Liste⁴⁷, dois anos antes do aludido contrato envolvendo também o português, havia participado oficialmente, em 8 de maio de 1657⁴⁸, naquelas estruturas de base do templo em projeto, na colocação da simbólica primeira pedra.

46 Este contrato original encontra-se exarado in *Archivo General de la Nación*, Lima, Marcelo Antonio de Figueiroa, Escribano Publico, Prot. 631, Lima, 14 Junio de 1659, fls. 2300-2301 vº. O mesmo é transcrito por RODRIGUEZ-CAMILLONI, Humberto Leonardo, in "Quincha architecture: The development of an antiseismic structural system in seventeenth century Lima", in *Proceedings of the First International Congress of Construction History* (Madrid, 20-24 de Janeiro de 2003), pp. 1741-1752, em particular in p. 1743.

47 Este Vice Rei do Perú, D. Luis Enríquez de Guzmán, IX Conde de Alba de Liste - nessas funções desde 24 de Fevereiro de 1655 (até 31 de Dezembro de 1661) – pertenceu à Ordem de Calatrava. Encontram-se documentadas várias ações de Constantino de Vasconcelos em contacto com os mais diretos colaboradores deste Conde na cidade de Lima.

48 RODRIGUES, Maria Dolores Crespo, *Dicionário de personalidades*, Real Academia de la Historia, Madrid.



Vice-Rei do Perú, D. Luis Enríquez de Guzmán (1610-1680)

Parece que, às suas excelentes qualidades como artista, Vasconcelos juntava algumas outras virtudes pessoais. O Pe. Rodriguez Tena regista que ele, nesta obra de uma significativa dimensão, patenteou uma relativa exiguidade de recursos e também de custos. Para tal projeto de reconstrução – tomando como ponto de base as formas arquitetónicas primitivas de 1550-1561 e as estruturas ainda então aí existentes - ele terá beneficiado da confiança das mais altas autoridades civis e eclesiásticas de Lima. Tratava-se então, já se vê, mais do que uma igreja, de um complexo monástico franciscano.

Foi precisamente depois da trágica ocorrência de grandes terremotos que devastaram Lima e outras partes do Perú em 1609⁴⁹ e

49 RODRIGUEZ-CAMILLONI, Humberto Leonardo, "Quincha architecture...", edição ant. cit. (fonte onde é feita também alusão, in p. 1741, às ações então desenvolvidos na recuperação da Catedral de Lima).

1655 que Constantino de Vasconcelos, naquela capital Vice-Reinal, veio a receber instruções para voltar a dar nova vida às instalações monásticas franciscanas do centro histórico daquela cidade. Essas construções faziam parte de um legado franciscano mais vasto (naquela região) que já remontava a meados do século XVI⁵⁰. Deste modo as autoridades castelhanas reconheceriam os benéficos resultados arquiteturais e o amplo esforço de Vasconcelos nesse trabalho. O mesmo não terá sucedido, como já notou em circunstâncias diversas Maria da Graça Mateus, quanto a outros tipos de prestação de trabalhos naquele Vice-Reino⁵¹.

A (nova) obra da igreja de Lima votada a S. Francisco tinha de facto sido iniciada, em grande azáfama, sob a direção do cientista português.

Ainda a respeito da edificação desse templo o Pe. Suárez de Figueroa, escreveu:

Próspera e aceleradamente se levou a obra do Santo Templo dos Doze Apóstolos de Lima, até ao fim do cruzeiro e às primeiras capelas das suas

50 Importa remontar - neste passo do presente trabalho - aos antecedentes dos Franciscanos no Perú em 1549. Sobre esta matéria deu um elucidativo testemunho SANTIAGO, Frei Francisco de, OFM, in *Chronica da Santa Provincia de Nossa Senhora da Soledade*, tomo I, Lisboa, oficina de Miguel Manescal da Costa, 1692, p. 74 (do tomo II da mesma obra deste cronista, só nos resta o manuscrito existente na sede da Província da Ordem Terceira, em Lisboa, mas de que temos no CEHLE uma cópia encadernada integral). Segundo Frei Francisco de Santiago, com efeito, fora naquele ano que alguns franciscanos da Província dos Algarves haviam já edificado, na cidade de Cuzco (e procurando-se de alguma forma antepor uma nova crença aqueles adoradores do Sol), um dos primeiros conventos peruanos daquela Ordem.- Agradecemos esta informação ao historiador franciscano – e nosso confrade na Academia Portuguesa da História – Frei Henrique Pinto Rema. Sobre a referida *Chronica...* como basa documental para a presença histórica dos Franciscanos no Perú veja-se, ainda, ARAÚJO, António de Sousa, “Em torno da *Crónica da Província de Nossa Senhora da Soledade*, de Frei Francisco de Santiago”, in revista *Lusitania Sacra*, vol. 23, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Janeiro-Junho de 2011, pp. 233-241.

51 Cfr. MATEUS, Maria da Graça (nossa Confrade também na Academia Portuguesa da História), na sua dissertação de doutoramento sobre o tema *Portugueses no Perú ao tempo da União Ibérica – mobilidade, cumplicidade e vivências* (de 2005). Esta autora pôs em relevo – investindo diversos processos judiciais e da Inquisição – os cerca de um milhar de portugueses que trabalharam nesse período em vários locais do vice-Reino do Perú, mas tendo alguns deles os seus dias terminados nas prisões inquisitoriais da cidade de Sevilha.

*naves, que serviram de coro, enquanto o corpo da igreja se concluía. O Illustrissimo Senhor D. Pedro de Villagomez, Arçobispo de la Ciudad de los Reyes, procedeu à bênção desta primeira metade do templo a 3 de Outubro de 1664*⁵².

As obras dessa igreja foram sem dúvida morosas. Isso porque apenas em 1664 (quatro anos antes de Vasconcelos falecer), o templo veio a beneficiar da bênção das autoridades eclesiásticas.

Este bracarense traçou, assim, “os planos da sua obra-mestra conhecida, a igreja de S. Francisco...”. Sabe-se hoje que o fez com as competências técnicas que lhe foram, então, reconhecidas, em resultado, como já dissemos, da sua formação universitária ibérica⁵³.

Uma das técnicas particulares então por ele utilizadas denotou que ele se encontrava já inteirado das componentes do modelo tradicional da região, o modelo Quincha⁵⁴.

Mais do que as estruturas arquitetónicas de raiz naquele complexo, havia diversos outros aspectos estéticos a considerar ali, incluindo a decoração em azulejo. Não foi em vão que no estudo relativamente recente (última décadas do século XX) com vista ao projeto de reconstrução de S. Francisco o Grande, Humberto Leonardo Rodriguez-

52 LOZOYA, Marquês de, “Constantino de Vasconcelos...”, p. 3. Veja-se, também, o contributo essencial trazido a esta matéria por Humberto Rodríguez-Camiloni in “Tradición e innovación en la arquitectura del Virreinato del Perú: Constantino de Vasconcelos y la invención de la arquitectura de *quincha* en Lima durante el siglo XVII”, in *XVII Coloquio Internacional de Historia del Arte. Historia e identidad en América. Visiones comparativas*, t. II, México, UNAM-IIE, 1994

53 Essa competência técnica que foi então reconhecida ao técnico português pelas diversas entidades envolvidas na construção deste templo de Lima, parece estar em conformidade com o seu próprio testemunho à época, de que ele tinha “estudado a Arquitetura de Vitruvius e era douto em várias disciplinas, desde a Teologia às Matemáticas”. Este testemunho parece coadunar-se bem com os elogios de Frei Miguel Suarez de Figueiroa

54 Recorremos aqui, uma vez mais, ao abalizado estudo de RODRIGUEZ-CAMELLONI, “Quincha architecture...”, edição ant. cit., p. 1742, sobre essa tradicional técnica de construção. Pode referir-se assim que, no Peru e nas culturas andinas, *quincha* (na língua Quecha) deriva do termo *kencha*, sendo sinónimo de *barbaresque*, “usado tipicamente para identificar ... primitivas paredes simples, ou outras estruturas similares, feitas em cana ou em bambú”.- Cfr. HARTKOPF, V., *Técnicas de construcción autóctones del Perú*, s.d.

-Camelloni, detetou uma “famosa coleção de azulejos”, importados na devida altura precisamente da cidade de Sevilha.

Efectivamente, Antonio San Cristóbal Sebastián veio a pronunciar-se com autoridade (em fins dos anos 80), acerca de “Los azulejos sevillanos de San Francisco”, de Lima. Face a diversos aspetos estéticos matriciais, ele escreveu, num plano estilístico, que

*os azulejos de S. Francisco foram fabricados até 1620. Para além das formosas combinações geométricas, encontramos nas ... pilastras do claustro franciscano os motivos grotescos de folhagem, animais, homens-vegetais, etc. A comparação destes azulejos de Lima com outros de Sevilha, fabricados na mesma época, ajudaria a compreender o estudo estilístico do claustro de S. Francisco, quanto à ornamentação das suas paredes*⁵⁵.

É um facto que neste Convento da Ordem Terceira, em Lima, em particular nas práticas litúrgicas, Constantino de Vasconcelos pôde, por diversas vezes, na última fase da sua vida, acompanhar práticas musicais de origem europeia – mas também influenciadas pelas culturas mestiças – das mais diversas. Não deixa de ser evidente, porém, que foi sobretudo na catedral desta Ciudad de los Reyes, que a música mais se distinguiu - e sobretudo um pouco após a morte de Constantino de Vasconcelos - em particular pelas participações efetivas

55 SEBASTIÁN, Antonio San Cristóbal, “Los azulejos sevillanos de San Francisco”, in *Arquitectura virreinal religiosa de Lima*, Fondo Editorial, Centro de Estudios Patrimonio Cultural, 1988, pp. 436-43. ⁵⁸Veja-se que a partir de c. 1670 (dois anos após a morte daquele arquiteto e engenheiro português), o compositor Juan de Araújo - nascido em Espanha, em Vilafranca del Bierzo, em 1646 e falecido em 1712 - ocupou o cargo de *Mestre de Capela* da catedral de la Ciudad de los Reyes. (tendo seguido algum tempo depois para a de Cuzco, tendo depois dali saído para a cidade de La Plata). Cfr. GAVEL, Arndt von, *Investigaciones musicales de los Archivos Coloniales en Peru*, com introdução de Arturo Salazar Larrain, Lima Asociación Artística y Cultural ‘Jueves’, Lima, 1974 (com 14 facsímiles). Analise-se, ainda, do mesmo editor, a obra *The Musico of Peru Aboriginal and Veceroyal Epoches*, Lima, 1974 ou, também, o registo sonoro *Les Chemins du Baroque. L’Or et l’argent du Haut Perou: L’oeuvre de Juan de Araújo* (K 617, K 617038), La Maîtrise Boréale e Bernard Dewagtere. Quanto a ao compositor Roque Ceruti, Ensemble Elyma, sob a direcção de Gabriel Garrido, 1994: e, ainda, CASTAGNA, Paulo, “Música das Américas, sob o domínio europeu...”, II, in *Revista Portuguesa de História do Livro*, Ano XV, vol. 31-32. Lisboa, CEHLE, 2013.

de compositores como Juan de Araújo⁵⁶, Roque Ceruti⁵⁷ (contrariamente ao músico português, natural de Miranda do Douro, Manuel de Moraes Pedrozo⁵⁸, que nunca chegou a estar, contrariamente ao que por vezes é referido, ativo no Peru).

Da morte em 1668 de Constantino de Vasconcelos, como reputado *arquitecto* em estruturas de índole religiosa na cidade de Lima

O exemplo proveitoso da vida de Constantino de Vasconcelos – em constante indagação cultural e científica no Perú – continua, ainda hoje, como um caso a reter. Encontramos, naturalmente, nessa sua

56 Veja-se que a partir de c. 1670 (dois anos após a morte daquele arquiteto e engenheiro português), o compositor Juan de Araújo - nascido em Espanha, em Vilafranca del Bierzo, em 1646 e falecido em 1712 - ocupou o cargo de *Mestre de Capela* da catedral de la Ciudad de los Reyes. (tendo seguido algum tempo depois para a de Cuzco, tendo depois dali saído para a cidade de La Plata). Cfr. GAVEL, Arndt von, *Investigaciones musicales de los Archivos Coloniales en Peru*, com introdução de Arturo Salazar Larraín, Lima Asociación Artística y Cultural 'Jueves', Lima, 1974 (com 14 facsimiles). Analise-se, ainda, do mesmo editor, a obra *The Musico of Peru Aboriginal and Viceroyal Epochs*, Lima, 1974 ou, também, o registo sonoro *Les Chemins du Baroque. L'Or et l'argent du Haut Peru: L'oeuvre de Juan de Araújo* (K 617, K 617038), La Maitrise Boréale e Bernard Dewagtere. Quanto a ao compositor Roque Ceruti, Ensemble Elyma, sob a direcção de Gabriel Garrido, 1994: e, ainda, CASTAGNA, Paulo, "Alma Latina: "Música das Américas, sob o domínio europeu...", II, in *Revista Portuguesa de História do Livro*, Ano XV, vol. 31-32. Lisboa, CEHLE, 2013.

57 Roque Ceruti tinha nascido em Milão c. 1685 (sendo portanro de uma geração ligeiramente posterior à de Constantino de Vasconcelos). Tendo embarcado para o Peru desenvolveu a sua actividade de músico e compositor em Lima, vindo a falecer c. de 1762.

58 Deve tomar-se em consideração que o compositor português Manuel Pedroso de Vasconcelos, natural de Miranda do Douro, de um período já posterior (pois esteve activo entre 1750 e 1770) nunca viria a estar activo no Peru (mesmo que num período posterior). Tal engano ficou a dever-se ao facto de Gavel, no trabalho ant. cit., ter dedicado 48 páginas do seu estudo para aí incluir um *Te Deum* de Pedroso Lima (que em 1751 havia feito editar a sua obra *Compendio Musico, ou Arte Abreviada em que se Contém regras mais necessárias Da Cantoria, Acompanhamento e Contraponto*, Porto, na oficina do Capitão Manuel Pedroso Coimbra, 1751). Isso não invalida, no entanto, que tal *Te Deum* daquele compositor mirandês não tenha sido interpretado naquela época setecentista em Lima. Essa associação errónea de Gavel acerca de uma possível permanência de Manuel Pedroso Lima no Peru manteve-se até há bem pouco tempo, na medida em que a direcção da Capilla Vireynal de Lima, em 2003, incluiu uma obra de Manuel Pedroso Lima, de "c. 1762", na antologia discográfica *El Gran Barroco. La mejor Musica Barroca de Latino-America*, numa interpretação pelo Coro de Camara Exaudi da la Habana & Capilla Vireynal de Lima, daquele ano.

atividade incessante algum paralelismo nas suas atividades com o portuense Enrique Garcês. Essa era também a opinião do historiador peruano Guillelmos Lohmann Villena⁵⁹, a quem tínhamos sido apresentados em Lisboa, no final da década de setenta, pelo historiador da Expansão portuguesa, Pe. António da Silva Rego⁶⁰.

A morte de Constantino de Vasconcelos ocorreu, presumivelmente devido a doença, em 1668. O seu legado ao Vice-Reino do Peru, foi efetivamente da mais importante valia, tanto no domínio da Engenharia, como das técnicas químicas de *amalgamação* da prata, bem como no da própria História de Arte.

A atividade de Constantino de Vasconcelos, como reputado engenheiro e desenhador técnico (como se viu antes, na fase de Valdívia), como metalurgista da prata e, finalmente, como arquiteto português, apenas foi interrompida pela sua morte, que terá acontecido repentinamente. Suarez de Figueiroa refere-se à “morte rápida”, ao progressivo e lamentável fim deste técnico⁶¹. Nesse sentido foi então encarregado da continuidade das obras aquele que era seu *ajudante*⁶² – e seguramente seu discípulo – o referido peruano Manuel de Escobar⁶³.

59 Nesse contexto relacional a ele voltámos a escrever, em começos de Maio de 1987, ao anunciarmos-lhe (quando da nossa organização nossa missão na América do sul nesse ano) o interesse de, no Perú, visitarmos alguns dos lugares a que Constantino de Vasconcelos havia estado ligado.- Ver ANEXO II

60 Esse privilégio devemos-lo, por razões de amizade, ao Padre António da Silva Rego, amigo de nossa família (e que havia convivido, durante anos, com o meu sogro em Macau). Fora precisamente o Pe. Rego quem havia editado em 1969, na revista *Studia* em Lisboa, o estudo de Lohmann Villena sobre um outro português que se destacou no domínio da prata, no Perú do século XVI, Enrique Garcês.

61 A morte do português, porém, encontra-se documentada, com segurança, como tendo acontecido em 1668. Apesar de Harth-Terré ter assinalado a data da sua morte entre 1665 e 1666, Angulo Iniguez assinala como data de tal desaparecimento – com maior justeza, a nosso ver – no referido ano de 1668

62 RODRIGUEZ-CAMILLONI Humberto Leonardo, refere-se a Manuel de Escobar (na sua tese de 2021) como sendo “pupil” de Constantino de Vasconcelos. Por sua vez o mesmo autor, num seu outro trabalho, *Quincha architectur*, edição ant. cit. (2003), p. 1742, dá ao mesmo Manuel de Escobar o nome de “assistant” de Costantino de Vasconcelos

63 Cfr. a obra volumosa e bem documentada de SANZ, Pe. Benjamim Gento, OFM, *San Francisco de Lima*, Lima, 1945 Cfr., ainda, CANTÓN, F. J. Sánchez, *O convento de S. Francisco de Lima*.

Diversos autores têm relevado – o que hoje já não passa senão de uma mera redundância – a associação do artista bracarense às bases artísticas dessa famosa igreja franciscana de Lima. Uma dessas autoridades foi precisamente Frei Fernando Rodriguez Tena, na sua *Origen de la Santa Provincia de los Doce Apostolos del Peru*. Este, ao historiar a reconstrução de tal templo, escreveu:

*foi o artífice da obra D. Constantino de Vasconcelos, português, e quem a executou Manuel de Escobar*⁶⁴.

Hoje (mesmo que certos autores continuem a patentear algum questionamento a tal respeito) já não restam dúvidas que foi o técnico da região bracarense quem desenhou e arquitetou pelo menos a bela fachada desse templo de Lima, votado a S. Francisco.

Assim é considerado que essa fase de reedificação do templo em que se empenhou o artista português foi iniciada em 1657⁶⁵, tendo-se prolongado, nos trabalhos técnicos coordenados por Manuel de Escobar, até ao ano de 1674 (isto é, até seis anos depois da morte do bracarense). E a gravura dessa época que no-lo transmite em toda a sua força estilística – constante da obra de Suarez de Figueroa – foi sem dúvida executada “em Lima pelo franciscano, Fr. Pedro Nolasco”⁶⁶.

64 LOZOYA, Marquês de, “Constantino de Vasconcelos, Arquitecto del Convento de San Francisco de Lima”, in *Colóquio Artes*, n.º 10, Lisboa, Outubro de 1960, pp. 1-5. De assinalar que a fonte que aqui seguimos, é o próprio manuscrito (que então nos afirmaram ser inédito) na Biblioteca Nacional do Perú, em Lima, da autoria precisamente do seiscentista, Frei Fernando Rodriguez Tena.

65 Veja-se ainda, a este mesmo respeito, OSÓRIO, Alejandra B., *Inventing Lima: Baroque Modernity in Peru's South (the American in the Early Modern Atlantic world)*, New York, Palgrave Macmillan, 2008.

66 LOZOYA, Marquês de Loyozza, *op. cit.*, p. 4.



Gravura referente à edificação da igreja de S. Francisco, em Lima. Nesta gravura chama-se a atenção, em particular, da pequena emenda que foi *aposta*, aparentemente no final, introduzindo o nome de Constantino, como autor do traçado deste sumptuoso templo peruano

Em resultado de todo o envolvimento português nessa construção sacra, a Ordem Franciscana, quando do desaparecimento de Constantino de Vasconcelos, no ano de 1680, veio a conceder-lhe um famoso sepulcro no presbitério, ao lado da epístola⁶⁷.

Anexo I

O mercúrio na História europeia e sul-americana: alguns aspectos para a sua caracterização sumária

O mercúrio é um metal líquido à temperatura ambiente, conhecido desde os tempos da Antiguidade Clássica. Também é conhecido como *hidrargírio*, *hidrargiro*, azougue e prata-viva, entre outras denominações. Este nome acaba por render – mesmo que de uma forma

⁶⁷ Este túmulo manteve-se sempre nesse espaço, até à desditosa reforma neoclássica da igreja em 1804-1805.

indireta - uma homenagem ao deus romano Mercúrio, considerado o mensageiro dos deuses. Tal homenagem, no essencial, ficou a dever-se à forte fluidez do metal (sabendo-se que o símbolo Hg provém do grego latinizado *hydrargyrum* que pretendeu significar prata líquida).

Descoberto ainda na Grécia antiga⁶⁸, registe-se que, na língua helénica, *hydro* (ὕδρω) significa água e *argyros* (ἀργυρος) significa prata. Efetivamente mercúrio era o nome grego da prata, os romanos latinizaram, depois, o seu nome para *hydrargirium*...

Nos seus aspetos estritamente químicos, trata-se de um metal prateado que na temperatura normal é já líquido e inodoro. Não sendo um bom condutor de calor (comparado com outros metais), ele é, contudo, um bom condutor de eletricidade. Estabelece liga metálica facilmente com muitos outros metais como o ouro ou a prata produzindo amálgamas. É insolúvel em água e solúvel em ácido nítrico. Quando a temperatura é aumentada transforma-se em vapores tóxicos e corrosivos mais densos que o ar sendo compatível com o ácido nítrico concentrado, acetileno, amoníaco, cloro e com outros metais). Como os símbolos químicos são dados pela inicial maiúscula (e uma segunda letra em minúsculo para diferenciação) do nome em latim, o seu símbolo químico foi considerado como Hg (para não ser confundido com o símbolo do hidrogénio).

ANEXO II

Uma nossa carta de 1986 ao historiador peruano Lohmann Villena

Doutor Guillermo Lohmann Villena,
Peru

68 Desde a Idade Antiga, mas mais especificamente desde o Renascimento europeu, considera-se que as principais regiões de produção do mercúrio são a China, México, Argentina e Peru.

Lisboa, 1 de Maio de 1986,
Sr. Embaixador,

Escrevo-lhe de Lisboa, invocando a minha amizade com o Pe. Silva Rego (que há mais já de uma década e meia publicou aqui o seu estudo e mo ofereceu).

*O meu sogro, ourives, que foi amigo durante muitos anos em Macau, no sul da China, do Pe. António da Silva Rego – editor aqui em Lisboa, na revista *Studia* que dirigiu, o seu valioso trabalho de pesquisa sobre o português Enrique Garcês nas suas actividades no domínio da prata, no Perú do século XVI – acaba de me entregar a sua morada postal. Vou-lhe assim transmitir o essencial da minha pretendida missão no Perú, em meados deste mês de Agosto em que estamos a entrar, para estudar aí a figura de um metalúrgico português da região de Braga, Constantino de Vasconcelos (que o Pe. Rego me afirma ser praticamente desconhecido aqui no nosso país). Fá-lo-ei porque obtive uma bolsa para me deslocar a S. Salvador da Bahia e a S. Paulo⁶⁹, conto visitar o Peru antes, cidade esta onde vou participar no Colóquio internacional sobre a Inquisição⁷⁰. Assim, se receber alguma carta do seu Colega e académico de S. Salvador da Bahia, Prof. Luís Henrique Dias, é em resultado dos meus contactos por correspondência com este meu Amigo.*

A minha intenção – agora que estou mais livre e que defendi com êxito a minha dissertação de licenciatura na Universidade Nova de Lisboa, sobre Damão, na Índia Portuguesa - é, pelo menos, visitar no Perú

69 Para a cidade de S. Salvador da Bahia, mais concretamente para o historiador Prof. Luís Henrique Dias, o autor da *História da Bahia* precisamente, eu havia já escrito, nesse mesmo sentido, em 28 de Abril desse mesmo ano de 1987, de modo a ele poder interceder, junto deste seu Colega (e académico) peruano, com vista a poder dar-me algum acompanhamento, nessa minha missão em Lima.

70 Nesse Congresso paulista apresentei uma comunicação sobre o tema específico “O Pe. António de Gouveia [1528-c. 1575-76], a prática da Alquimia e os dois processos na Inquisição de Lisboa no século XVI”. Este trabalho encontra-se editado in *Revista Portuguesa de História do Livro*, Ano XXIV, vol. 47-48 (sob o tema específico *25 Années sans Deleuze*), Lisboa, CEHLE, 2021, pp. 537-556.

o antigo Mosteiro da Ordem Terceira de S. Francisco na cidade de Lima. Se possível, gostaria de fazer, ainda, com minha mulher que me acompanha, uma viagem de avião até à cidade de Cuzco.

Disse-me entretanto agora o Pe. Silva Rego que, na sua vida pessoal, terminou aí há uns anos um novo ciclo, ao cessar as funções (de 1974 a 1977) de Delegado Permanente do Perú na Organização das Nações Unidas.

Desculpará, assim, eu vir a maçá-lo com este meu projecto de pesquisa sobre o bracarense e metalúrgico Constantino de Vasconcelos. E se, entretanto, conseguir obter por aí quaisquer elementos sobre a sua vida e obra, muito lhe agradeço antecipadamente. Assim que chegar, ligarei para o telefone que me foi facultado.

Receba o testemunho do meu afecto e gratidão e, ainda, as saudações que envia o Pe. Silva Rego.

Com os melhores cumprimentos e também aqui sempre disponível,

Bibliografia

Fontes manuscritas:

ARCHIVO General de la Nación, Lima, Marcelo Antonio de Figueiroa, Escribano Publico, Prot. 631, Lima, 14 Junio de 1659, fls. 2300-2301 vº.

COLECCIÓN original inédita de mapas relativos al obispado de Perú; retratos en colores y dorados de Arzobispos, Vireyes y otros personajes del Perú; planos de ciudades; cuadros sobre lenguas indígenas, 1782-1785 (catalogado com o registro RM 216).

Fontes impressas:

AGRICOLA, Giorgio Rodolfo, *De Re Metallica libri XII*, Basileia, 1556 (póstumo). Nova edição, com textos traduzidos e anotados por Herbert Clark Hoover e Lou Henry Hoover (dando-se aqui uma particular atenção às “Notas históricas sobre Amalgamação”), Nova Iorque, Dover Publications, 1950.

BIRINGUCCIO, Vanuccio, *De la Pirotechnia*, Veneza, 1540 (póstumo)⁷¹.

FIGUEROA, Frei Miguel Suarez de, *Templo de Nuetro Grande Patriarca San Francisco de la Templo de Nuestro Grande Patriarca San Francisco de la Provincia de los doze Apostolos de el Peru, en la Ciudad de los Reyes arruinado, restaurado y engrandecido de la providencia Divina en panegyrico historial y poetico certâmen*. Lima, 1675.

GOUVEIA, Pe. Caetano. *Breve Relação da Santa Casa do Loreto*. Lisboa occidental : na officina de Manoel Fernandes da Costa, [1736].

SANTIAGO, Frei Francisco de, OFM. *Chronica da Santa Provincia de Nossa Senhora da Soledade*. Tomo I. Lisboa: oficina de Miguel Manescal da Costa, 1692

Estudos:

ARAÚJO, António de Sousa. Em torno da Crónica da Província de Nossa Senhora da Soledade, de Frei Francisco de Santiago. *Lusitania Sacra*, vol. 23 (jan./jun. 2011), pp. 233-241.

ARELLANO, Ignacio ; MATA INDURÁIN, Carlos. *El Obispo Martínez Compañón; Vida y obra de un Navarro ilustrado en América*. Pamplona : Governo de Navarra, 2012.

BALLESTEROS, Jorge Bernales. *Lima, la ciudad y sus monumentos*. Sevilla : Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1972.

CALVO, Miguel e SEVILLANO, Emilia. Alvaro Alonso Barba y el Arte de los Metales. *Química e Industria*, n.º 45 (fev.1998), pp. 106-111.

CASTAGNA, Paulo. Alma Latina: Música das Américas, sob o domínio europeu- I. *Revista Portuguesa de História do Livro*, ano 15, vol. 29-30 (2012).

Idem-Alma Latina: Música das Américas, sob o domínio europeu-II. *Revista Portuguesa de História do Livro*, a. 15, vol. 31-32 (2013).

FIGUEROA, Ramón Rua, *Apuntes para una Biblioteca Española de libros, folletos y artículos, impresos y manuscritos, relativos al conocimiento y explotación de las riquezas minerales y á las ciencias auxiliares*, Madrid, Imprensa de J.M. Lapuente, 1871.

GAVEL, Arndt von. *Investigaciones musicales de los Archivos Coloniales en Peru*. Lima : Asociación Artística y Cultural 'Jueves', 1974. 14 fac-similes.

GOMEZ, Júlio Sánchez. Álvaro Alonso Barba. *Dicionário de personalidades (on line)*, Real Academia de la Historia, Madrid.

⁷¹ Esta edição, em letra de forma, apenas viria a ocorrer na cidade de Veneza, na oficina de Venturino Roffinello, no ano de 1540, por uma encomenda de Curtio Troiano de Nauo & fratres. Foram estes mesmos irmãos (ativos naquela cidade italiana entre, pelo menos, os anos de 1538 e 1550) que contribuíram para a reedição de tal obra, já em 1550, na mesma cidade, na oficina de Giouan Paduano.- Cfr. ADAMS, H. M., *Catalogue...*, vol. I, nºs. 2080 e 2081, p. 171; e vol. II, p. 591).

- HARTH-TERRÉ, E.. *Artífices en el Virreinato del Perú*. Lima : Imp. Torres Aguirre, p. 245.
- MATOS, Manuel Cadafaz de. Algumas novas-velhas fontes para o estudo do Algarve centro-ocidental na época áurea da Expansão (Humanismo e evangelização nos séculos XVI e XVII. In: *Comunicações [Actas do 5º. Congresso do Algarve-Albufeira, 20-23 de Janeiro de 1988]*. Silves: Raca Club. vol. 1, pp. 45-51 (1988).
- Idem-Dúvidas e acertos sobre uma figura do tempo da Monarquia Dual Filipina quase desconhecida em Portugal: Constantino de Vasconcelos (ca 1600-1668). *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, vol. 52 (2022), pp. 125-179.
- Idem-Uma personalidade seiscentista quase desconhecida: os aspectos da sua presença na exploração mineira ao serviço do Vice-Reino do Perú, ou nas funções de arquitecto em Lima e Valdivia". *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, vol. 53/54 (2023/2024), pp. 137-189.
- Idem-A *Tipografia Quinhentista de Expressão Cultural portuguesa no Oriente (India, China e Japão)*. Lisboa: FCSeH da UNL, 1997.
- OSÓRIO, Alejandra B.. *Inventing Lima: Baroque Modernity in Peru's South (the American in the Early Modern Atlantic world)*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- PACHECO, Ana Assis. Convento Franciscano de Lima. Uma obra seiscentista de um engenheiro e arquitecto português. *Itinerarium : Revista Quadrimestral de Cultura*, ano 55, n.º 194 (maio/ag. 2009), pp. 205-217.
- RODRIGUEZ-CAMILLONI, Humberto Leonardo. *Arquitectura religiosa limeña en los siglos XVII y XVIII: Estudio histórico-artístico y proyecto integral de restauración del conjunto monumental de San Francisco el Grande. Tomo I, texto; Tomo II, Láminas; Tomo III, Planos*. Dissertação de doutoramento. Yale University, 1981.
- Idem-Constantino de Vasconcelos. In: *Encyclopedia of Latin American and Caribbean Art*. Londres: 2000, pp. 682-683.
- Idem-Quincha architecture: The development of an antiseismic structural system in seventeenth century Lima". In: *Proceedings of the First International Congress of Construction History*. Madrid, 20-24 jan. 2003, pp. 1741-1752.
- SEBASTIÁN, A. San Cristóbal. *Arquitectura Virreynal Religiosa de Lima*. Lima: Librería Studium, 1988, p. 316;
- Idem-Manuel de Escobar: *Alarife de Lima*, (1640-1695), Lima, Universidad de San Martín de Porres, 2004.
- STIEFEL, Berta Marco. Diez años de actividad químico-orgánica en el Instituto Alonso Barba (1939-1949). *Arbor*, vol. 163, n.º 643/644 (jul./ag. 1999), pp. 319-347.
- UGARTE, R. Vargas. *Ensayo de un diccionario de artífices de la América Meridional*, pp. 361-363. Burgos: Imp. de Aldecoa, 1968.
- VILLENA, Guillermo Lohmann, *Las minas de Huancavelica en los siglos XVI y XVII*, p. 465. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1949.

Idem-Enrique Garcés, descubridor del mercurio en el Perú, poeta y arbitrista, Revista *Studia*, Lisboa: Centro de Estudios Históricos Ultramarinos, 1969.

Idem-*Las defensas militares de Lima y Callao*, p. 120. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano- Americanos, 1964.

Idem-Le financement de la conquête du Pérou . *Les Espinosa, une famille d'hommes d'affaires en Espagne et aux Indes à l'époque de la colonisation*, cap. 7, pp. 203-220. Paris: S.E.V.P.E.N., 1968.

WHITAKER, A. P.. The Elhuyar Mining Mission and the Enlightenment. *Hispanic American Historical Review*, vol. 31, n.º 4 (nov. 1951), p. 575.

90 Anos da Primeira Visita de Maurice Maeterlinck a Portugal: de Eugénio de Castro a António Ferro.

90 Years since Maurice Maeterlinck's First Visit to Portugal: from Eugénio de Castro to António Ferro.

Pedro Miguel Gon¹

RESUMO

Neste artigo marcam-se os 90 anos sobre a primeira passagem de Maurice Maeterlinck por Portugal, em 1935, e determinam-se as relações deste autor com Portugal: num primeiro momento, mediadas por Eugénio de Castro; e, num segundo momento, mediadas por António Ferro. Uma vez que chega a Portugal no âmbito da chamada “Embaixada Cultural de 1935” organizada por António Ferro, Maeterlinck percorreu algumas regiões de Portugal, que aqui se clarificam, na companhia de outras figuras de renome, como Unamuno, Mistral e Mauriac, e esteve em Coimbra no dia 19 de junho, momento em que conhece em pessoa Eugénio de Castro.

PALAVRAS-CHAVE

Maurice Maeterlinck; Eugénio de Castro; António Ferro; Embaixada Cultural de 1935; Coimbra, visitantes.

1 <https://orcid.org/0000-0001-9738-6955>; pedro.miguel.gon@sapo.pt

ABSTRACT

This article marks the 90th anniversary of Maurice Maeterlinck's first visit to Portugal, in 1935, and determines the author's relations with Portugal: initially mediated by Eugénio de Castro; and, in a second moment, mediated by António Ferro. Having arrived in Portugal as part of the so-called "Cultural Embassy of 1935" organized by António Ferro, Maeterlinck travelled through some regions of Portugal, which are clarified here, in the company of other renowned figures, such as Unamuno, Mistral and Mauriac, and spent some time in Coimbra on June 19, when he met Eugénio de Castro in person.

KEYWORDS

Maurice Maeterlinck; Eugénio de Castro; António Ferro; Cultural Embassy of 1935; Coimbra, visitors.



Retrato de Maeterlinck, de Henrique Medina (1944)².

2 Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado, fotografia de Arnaldo Soares(1994) Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E / Arquivo de Documentação Fotográfica.

Se hoje Maurice Maeterlinck é um autor caído no esquecimento, pelo menos por parte do grande público, na viragem do séc. XIX para o XX era um autor bem conhecido. Aonde quer que fosse, a fama das suas obras teatrais precedia-o. Pelo menos desde 1892, quando se tornou famoso com a estreia do drama *Pelléas et Mélisande*, talvez o exemplo máximo do teatro simbolista, um dos seus maiores sucessos de sempre. Êxito ainda mais reforçado quando em 1904 a peça foi musicada por Debussy e a sua reposição constituiu um novo triunfo na Opéra-Comique de Paris. Hoje, afinal, o que perdurou do teatro de Maeterlinck foi a composição de Debussy, que continua a ouvir-se, da mesma forma que das peças de Hofmannsthal perduram as composições de Richard Strauss.

Apesar de Maeterlinck ser um poeta, autor de *Serres Chaudes* (1889) ou de *Douze Chansons* (1896), ficou sobretudo conhecido como dramaturgo, a ponto de ser colocado a par de Ibsen e Strindberg como um dos mais influentes dramaturgos no dealbar do séc. XX. O nosso Fernando Pessoa era leitor de Maeterlinck, conhecia as suas concepções de ‘teatro estático’ ou ‘teatro do espírito’ e chegou a aplicá-las em criações suas. Em Maeterlinck, porém, é difícil discernir o poeta do dramaturgo, pois as suas obras fazem uma fusão dos dois géneros: poesia dramática ou teatro poético?

Se o melodrama *Pelléas et Mélisande* foi um enorme sucesso, não lhe ficou atrás a peça infantil *L'Oiseau Bleu* (1908) ou o ensaio pseudocientífico *La Vie des Abeilles* (1901). São estas três, talvez, as mais célebres obras de Maeterlinck. No outro lado do Atlântico, o sucesso da obra de Maeterlinck revela-se numa versão cinematográfica realizada por Walter Lang, *The Blue Bird* (1940), e protagonizada por Shirley Temple, produzida para concorrer diretamente com *The Wizard of Oz* (1939).

1.

A primeira vez que Maurice Maeterlinck veio a Portugal foi nos anos 30 do séc. XX, mas a sua relação com o país aparenta ser mais

antiga. Na década de 1890, precisamente quando a obra do belga começava a contribuir para a mudança do gosto estético dos europeus, os seus textos estavam a ser publicados em revistas internacionais. Também em Portugal havia uma revista que mostrava interesse em publicar Maeterlinck. De alguma forma, acompanhava-se em Portugal a evolução do gosto estético internacional, e o responsável por esta atenção era Eugénio de Castro.

Na década de 1890, Eugénio de Castro já era uma figura conhecida no meio literário nacional. Havia concluído os seus estudos em 1888, no Curso Superior de Letras de Lisboa, e partira de seguida numa viagem pela Europa, sobretudo Paris. Diz Eugénio de Castro, numa espécie de autobiografia literária, que tinha descoberto as obras de poetas simbolistas como Verlaine, Mallarmé e Gustavo Khan, e foi o espanto que o fez partir para Paris: “puz novas cordas à minha lira ferrugenta, e partindo com ella para Paris, afinei-a ali, nas margens do Sena, pelo diapasão francês”³.

Teria sido esta viagem a Paris o gatilho que desencadeou a rutura na evolução da poesia portuguesa. Mas na nossa linha de reflexão interessa clarificar com precisão: terá sido nesta primeira viagem a Paris que Eugénio de Castro conheceu a obra de Maurice Maeterlinck e o poeta belga em pessoa?

Óscar Lopes acredita que “a conversão de Eugénio de Castro às novas tendências verifica-se durante a sua estadia em Paris em 1888” (Lopes, 1987, p. 91). Outros autores fizeram interpretações semelhantes, mas o próprio poeta declarou, logo na primeira linha de um pequeno texto intitulado de *Viagem a Salamanca*, que essa viagem se iniciou “no dia 29 de Junho de 1889, dia do glorioso apóstolo São Pedro” (Castro, 1969, p. 1).

Aceite-se como seguro que, chegado a Paris, Eugénio de Castro foi diretamente à loja de Léon Vanier. Este seria o arauto dos sim-

3 Autobiografia, jornal *La Nación*, Buenos Aires (1924).

bolistas, “le bibliopole des symbolistes” (Bulletin, 1935, p. 103). Este editor, que já havia publicado Paul Verlaine, acabava de publicar, em 1889, o livro *Serres Chaudes* de Maeterlinck. Portanto, é possível admitir que Eugénio de Castro tenha conseguido apanhar o livro acabadinho de publicar e aperceber-se da relevância do autor. Este Léon Vanier é o mesmo editor que publicaria mais tarde o livro *Só* (1892), de António Nobre.

Se Eugénio de Castro conheceu efetivamente Maeterlinck logo nesse ano de 1889 foi, então, nas vésperas deste se tornar famoso. Só em Agosto de 1890 sai no jornal *Le Figaro* o artigo favorável de Octave Mirbeau a propósito da peça *La Princesse Maleine*, que lhe deu a fama da noite para o dia. Maeterlinck tinha enviado a sua peça a Mallarmé (Andrei, 2007) que, por sua vez, a enviou a Mirbeau, que era então um crítico influente e que mantinha em *Le Figaro* uma rubrica literária. O crítico gostou tanto que afirmou do autor belga, um tanto exageradamente, tratar-se de um “nouveau Shakespeare et que sa pièce est un chef-d’œuvre moderne: «l’œuvre la plus géniale de ce temps»” (Andrei, 2007, s/p). Em breve outros o apelidavam já de “Belgian Shakespeare” (Thomas, 1911, p. 5).

A estadia de Eugénio de Castro em Paris não foi breve, só no fim de setembro regressaria a Coimbra. Portanto, houve muito tempo para conhecer algumas figuras e locais ligados ao simbolismo. Consta que entrou em contacto com editores de revistas, nomeadamente *La Jeune Belgique*. Albert Mockel, afinal o responsável pela apresentação de Eugénio de Castro na Academia Belga, diz no seu discurso que “vous vîntes à Paris; on vous y rencontra au Mercure de France” (Bulletin, 1935, p. 83); melhor dizendo, Mockel diz que “conheceu” literariamente Eugénio de Castro através da revista *Mercure de France* o que não significa, portanto, que tenha estado com ele face a face. Afinal só se viram frente-a-frente em Bruxelas (Adam, 1999), quando Castro se tornou membro estrangeiro da Academia Belga em fevereiro de 1935.

Apesar de Maeterlinck se ter deslocado várias vezes a Paris, a primeira das quais em 1886, só em 1896 Maeterlinck abandona Gent de vez e se estabelece em Paris. Portanto, não é seguro que em 1889 Eugénio de Castro tenha conhecido Maeterlinck na sua primeira viagem a Paris. Não é impossível, mas é pouco provável.

Só ao regressar de Paris, Eugénio de Castro publica as suas obras inovadoras, nomeadamente *Oaristos* (1890) e *Horas* (1891), ambas impressas em Coimbra, obras fundacionais do Simbolismo português. Isso significava que renegava todas as obras poéticas anteriores – por exemplo, *Cristalizações da Morte* (1884) e *Horas Tristes* (1888) –, que passou a considerar obras juvenis. Castro confessa, no próprio prefácio a *Oaristos*, que a rutura com a poesia do passado era profunda ao ponto de cancelar a publicação do livro *Novas Poesias*, que já tinha contrato de impressão com a casa Guillard-Aillaud de Paris, ilustrações de Bordalo Pinheiro e prólogo de João de Deus. A renúncia a tal livro revela uma consciência plena da revolução que ia provocar, mostra o “crescimento crítico da consciência artística do jovem Eugénio de Castro” (Seabra Pereira & Cabral, 2011, p. 265).

No mesmo período que estavam a ser publicadas em França e Bélgica algumas das obras mais significativas do simbolismo, também se publicavam em Portugal obras do mesmo género. Pela primeira vez, Portugal acompanhava sem atraso a tendência internacional da evolução do gosto estético: “ao contrário do que sempre tinha acontecido até aí, as primeiras manifestações do simbolismo na literatura, pelo menos formalmente, foram contemporâneas do que se passava em Paris” (Coelho, 2002, p. 77). O simbolismo conheceu em Portugal um autor inovador e bem considerado entre os primeiros poetas simbolistas europeus. O italiano D’Annunzio declara: “Il y a deux poètes au monde: Eugenio de Castro et moi” (Bulletin, 1935, p. 83). E mais tarde, em 1920, numa entrevista com António Ferro, pergunta: “Que é feito de Eugénio de Castro? Vive ainda? É um grande poeta, um dos

maiores simbolistas que tenho conhecido” (Ferro, 1922, p. 57, apud Marnoto, 2009, p. 351).

No entanto, entre os críticos portugueses houve uma tendência para menosprezar a obra de Eugénio de Castro, reduzindo-a a um luxo formalista. Segundo Urbano Tavares Rodrigues, Castro “obedeceu menos a um comando poético do que a uma lúcida e crítica intenção de operar na poesia portuguesa uma revolução formal” (Prado Coelho, 1969, p. 166). Para Óscar Lopes, “o formalismo ou simpleza do processo literário é hoje evidente” (Lopes, 1987, p. 99). Para Mendes Coelho, o seu trabalho “acabaria por cristalizar-se numa procura exaustiva de vocábulos raros, sonoridades e imagens rebuscadas ou insólitas, transmitindo um simbolismo mais fabricado que sentido” (Coelho, 2002, p. 78).

Hoje reconhece-se que o “legado castriano de sondagem do subliminar e do arquetípico, do mitográfico e do esotérico, é indissociável quer da profusa e fulgurante imagística, quer da versatilidade fónico-rítmica e rimática” (Seabra Pereira & Cabral, 2011, p. 266), e que essa obra influenciou poetas posteriores, pois “esses dons fecundam ainda o palimpsesto de muita poesia do primeiro Sá-Carneiro e de outros modernistas” (Seabra Pereira & Cabral, 2011, p. 266). Hoje aponta-se Eugénio de Castro como o primeiro autor simbolista do espaço ibérico, coisa que não escapou a Andrés González-Blanco: “Eugénio de Castro fut le premier, non seulement au Portugal mais dans toute la péninsule ibérique et même en Amérique, à promulguer cette loi nouvelle. Qui faisait du modernisme en 1890, à l’apparition d’*Oaristys*? Personne” (González-Blanco, 1922, p. 200). Por causa do acolhimento de Ruben Dário, que muito o apreciava, Castro passou a significar “una tendencia estética que atraviesa sus fronteras y llega a consolidarse, incluso con más fuerza que en su propio país, en el espacio hispanoamericano y español” (Delgado, 2014, p. 36).

No período pós-Paris também fundou uma revista, com Silva Gaio, divulgando em Portugal as modernas tendências da litera-

tura europeia: a revista 'Arte – Revista Internacional'. Nessa revista publicaram-se não só autores portugueses, como sobretudo autores estrangeiros, em geral autores francófonos adeptos do movimento simbolista. Ao longo dos oito números publicados detetámos autores franceses, italianos, alemães e ingleses, como Paul Verlaine, Gustave Kahn, Stuart Merrill ou Marc Legrand.

A emergência de uma revista como *Arte* foi uma afirmação cosmopolita que catapultou a produção literária nacional para fora das fronteiras portuguesas, integrando-a numa rede de intercâmbios com outras revistas consagradas, como *L'Ermitage*, *La Revue Blanche* e o *Mercur de France*. De facto, os editores da revista internacional portuguesa declaram que o primeiro propósito é fomentar a “comunicação e comunhão de Portugal com o melhor das litteraturas europêas” (*Arte*, 1895, p. 54). Os editores portugueses tinham um representante em Paris, Louis-Pilate de Brinn’Gaubast, que funcionava como *pivot* da rede internacional: “São os dois primeiros a organizar os conteúdos, ocupando-se a terceira personagem do envio de notícias recolhidas e da activíssima propaganda de homem das relações públicas” (D’Heur, 1999, p. 108).

Entre os autores estrangeiros que têm sido apontados como tendo publicado na revista *Arte* tem-se apontado também Maeterlinck. Aliás, Huylebrouck considera que a edição da revista *Arte* se posiciona como o cerne do primeiro momento de receção de Maeterlinck em Portugal, pois é ali que se concentram os ecos maiores do autor belga. Na verdade, o nome de Maeterlinck aparece desde o primeiro número, estando explicitamente identificado como colaborador da revista. Se consultarmos a lista dos colaboradores que se encontra na última página do primeiro número – que depois se repete nos restantes números –, lá aparece o nome de Maeterlinck. Porém, analisando todos os volumes da revista, não encontramos qualquer texto de Maeterlinck.

Procurámos no Epistolário de Eugénio de Castro mais pistas para clarificar a relação com Maeterlinck. A correspondência de Maeterlinck

em arquivo resume-se a quatro pequenos cartões (não se trata de papel de carta, mas cartão grosso), todos de 1895. Os três primeiros cartões são aproximadamente quadrangulares (11,5 cm x 9 cm) e o último é retangular (14,2 cm x 6,6 cm). Começam sempre com a mesma fórmula, “Mon cher poète”, e acabam sempre com a assinatura de Maeterlinck.

O cartão mais interessante é o terceiro, datado de setembro de 1895. Maeterlinck teria recebido um pedido de contributo para a revista portuguesa, pois responde dizendo que não tem, no momento, um poema inédito para enviar, encontrando-se muito ocupado a terminar *Le Trésor des Humbles*. Mas promete enviar para a revista de Coimbra algum texto logo que tenha disponibilidade de tempo. Também diz que envia pela mesma carta uma fotografia sua. Não existindo esta fotografia no epistolário, estará ainda na posse dos herdeiros. Cá está a fonte da pequena notícia inserida no número 1 da revista *Arte* e a configuração de Maeterlinck como colaborador efetivo da revista.

Se não tivéssemos outras fontes acabaríamos por acreditar que a correspondência entre Castro e Maeterlinck se limitou ao ano de 1895. Mas sabemos que na exposição de “Consagração” de Eugénio de Castro, realizada em 1946, após a sua morte, e cujo catálogo se publicou no ano seguinte, foi exibida outra carta de Maeterlinck. De facto, o item 894 do catálogo consiste numa carta datada de “Gand, 17 Mars 1891” (Universidade de Coimbra, 1947, p. 137) onde Maeterlinck agradece dois textos de Eugénio de Castro traduzidos para francês. Ou seja, aquando da exposição biobibliográfica, tal carta existia, mas extraviou-se, pois à data da entrega, por parte da família, do epistolário do poeta conimbricense à Biblioteca Geral a dita carta já estava em falta. Só em 1990 (Filipe, 2015) os herdeiros entregaram à BGUC o conjunto da correspondência do poeta conimbricense, com um segundo ingresso em 1992. Portanto, os dois poetas já se correspondiam pelo menos desde 1891, mas não é pista suficiente para nos convencer que já se haviam encontrado em pessoa.

Em suma, o primeiro momento da receção de Maeterlinck em Portugal, na década de 1890, deve-se a Eugénio de Castro, mas não é pela publicação efetiva de textos do autor, é apenas pelo conhecimento indireto do poeta e pela expectativa da sua obra. Que afinal nunca chegou a acontecer, porque entretanto a revista deixou de ser publicada.

2.

Maurice Maeterlinck era o mais afamado dos embaixadores culturais que António Ferro tinha conseguido arrolar em 1935. Era, na verdade, o único dos escritores do grupo que já vinha distinguido com o Prémio Nobel da Literatura. As obras de Maeterlinck estavam disponíveis em Portugal desde 1915 com a publicação de *A Vida das Abelhas*, a que se seguiu *A Inteligência das Flores* (1916), *A Morte* (1917) e *O Tesouro dos Humildes* (1918). Nos anos 1920 e 1930 as obras que tiveram mais longevidade e viram várias reedições foram os títulos ligados ao campo e à natureza, “só os ‘bichinhos’ são editados” (Huylebrouck, 1993, p. 190) dado que a “sociedade portuguesa era ainda muito rural” (Huylebrouck, 1993, p. 190), para além de ser admissível que tenha havido alguma autocensura por parte das editoras, não editando obras que poderiam ser culturalmente exigentes ou problemáticas, como, por exemplo, *A Morte*, que foi condenada por Roma.

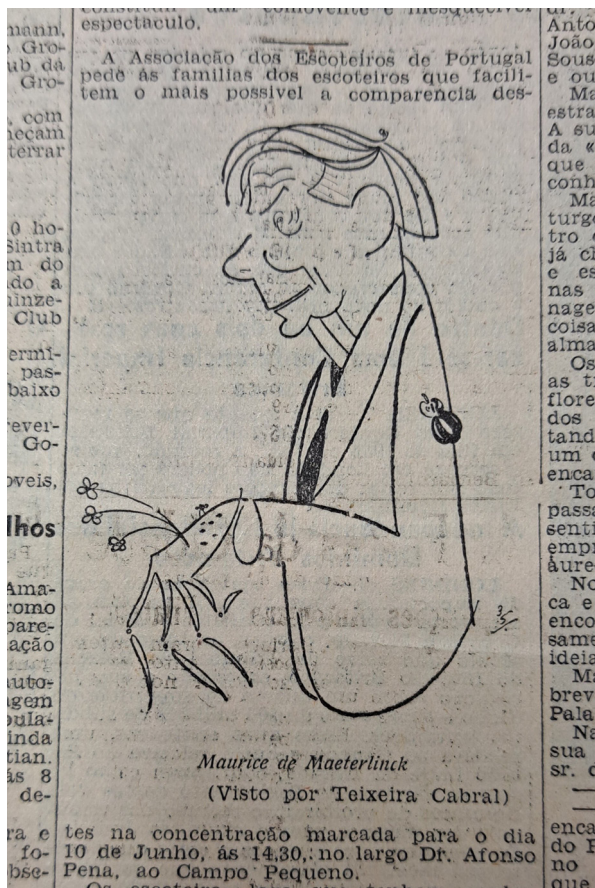
O convite para Maeterlinck estar presente nas Festas da Cidade de Lisboa havia sido feito em Itália: “Os Ferro e os Maeterlinck conheceram-se num importante Congresso de Teatro em Itália, nos anos trinta. António Ferro já estava a pensar num congresso de escritores célebres em Portugal e aproveita a ocasião para fazer convites” (Huylebrouck, 1993, p. 190). Tal pôde ser confirmado através da consulta do Arquivo da Fundação António Quadros.

No exame do chamado “Livros dos Autógrafos”⁴ encontramos um conjunto de autógrafos de figuras reunidas naquilo que Fernanda de Castro designou de ‘congresso de Villa d’Este’. Na página de abertura está o autógrafo de Mussolini e seguem-se outros autógrafos de figuras literárias, entre os quais os de Maeterlinck e de Pirandello. Trata-se, afinal, do ‘IV Convegno della Fondazione Alessandro Volta per il Teatro Drammatico’, organizado no seio da Reale Accademia d’Italia, e presidido por Pirandello, e que decorreu em Roma entre 8 e 14 de Outubro de 1934, apenas um mês antes de Pirandello saber que receberia o Prémio Nobel. Conforme se pode verificar no programa do congresso⁵, o último dia, domingo, dia 14, decorreu em Tivoli, com almoço servido no famoso palácio do renascimento Villa d’Este, ao que se seguiu uma visita à Villa Adriana. Terá sido na Villa d’Este, porventura, que a amizade entre os casais se cimentou. Terá sido ali que foi feito o convite para os Maeterlinck virem a Portugal no ano seguinte. Podemos, por isso, atestar com toda a segurança que António Ferro conheceu Maurice Maeterlinck em outubro de 1934.

As Festas da Cidade de Lisboa, organizadas pela Câmara Municipal, constituíam uma estratégia de promoção do Estado Novo, regime que estava então na sua infância. Se as Festas começaram a 1 de junho, com a cerimónia oficial da abertura nos Paços do Concelho, a verdade é que as figuras convidadas pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) não chegaram logo nos primeiros dias, nem chegaram todas ao mesmo tempo. Ao longo da primeira semana de junho, a imprensa foi apontando a chegada das figuras mais conhecidas, daquela que entretanto se passou a designar de ‘Embaixada Cultural de 1935’. Pela consulta da correspondência de António Ferro no Arquivo da FAQ sabemos que a chegada de Maeterlinck estava inicialmente prevista para 5 de junho.

4 Arquivo FAQ - PT/FAQ/AFC/04/00541

5 Arquivo FAQ - PT/FAQ/AFC/04/00932

Caricatura de Maurice Maeterlinck⁶.

O *Jornal de Notícias* de 8 de junho informa que Maeterlinck chegou a Lisboa nesse dia, um sábado, no comboio *Sud Express*, ao mesmo tempo que Émile Vuillermoz⁷. Ficou hospedado no Avenida Palace Hotel, na praça dos Restauradores, no centro de Lisboa. O *Diário de Notícias*⁸ também noticia a chegada do escritor belga e publica uma “breve entrevista” conseguida no vestíbulo do hotel, onde o belga elogia a “beleza da paisagem” que lhe lembra Itália, a “ordem que paira no ar”.

6 *Diário de Notícias*, n.º 24907 (8 jun. 1935)

7 *Jornal de Notícias*, n.º 132 (8 jun. 1935)

8 *Diário de Notícias*, n.º 24907 (8 jun. 1935)

Maeterlinck chegara a tempo de presenciar o Torneio de Cavalaria, realizado nesse dia, dentro do claustro dos Jerónimos. No dia seguinte, domingo, dia 9 de junho, às 18 horas, houve um “Porto de Honra”⁹ na sede do SPN em Lisboa, que ficava então no n.º 75 da Rua de S. Pedro de Alcântara.

Testemunha da passagem de Maeterlinck por Portugal foi Júlio Dantas, alguém que já conhecia a obra do autor belga e que considera que “a sua obra era familiar nos meios intelectuais portugueses” (Dantas, 1972, p. 93). Foi nessa altura, nos primeiros dias de junho, que o conheceu pessoalmente. Diz que privou com ele em duas ocasiões diferentes.

Uma primeira ocasião de encontro apresentou-se num dos eventos de receção às figuras da embaixada cultural, “foi em Lisboa, num chá semi-oficial, que eu apertei pela primeira vez a mão do grande escritor belga” (Dantas, 1972, p. 94), um momento um tanto breve porque eram muitas as pessoas que procuravam falar com o belga, de modo que “trocámos apenas um aperto de mão, porque eu julguei não dever afligi-lo com os protestos do meu apreço literário” (Dantas, 1972, p. 94). Júlio Dantas confessa que ficou surpreso por verificar que a pessoa do escritor não correspondia com a imagem que guardava das fotografias, pois via “um volumoso velho, de face vermelha e de cabeleira branca hirsuta, com o ar de um turista inglês vagamente nostálgico e completamente despreocupado do culto das perfeições exteriores, julguei, com franqueza, que se tinham enganado na apresentação” (Dantas, 1972, p. 94). Até a roupa lhe causava espanto, “viera para o chá, que lhe ofereciam, vestido de cinzento, calção de *golf*, sapatos brancos, e parecia estranho a tudo quanto o rodeava” (Dantas, 1972, p. 94). Talvez o primeiro encontro a que se refere Júlio Dantas tenha sido na receção na sede do SPN em Alcântara.

9 *Jornal de Notícias*, n.º 133 (9 jun. 1935)



Maeterlinck no ano em que visitou Portugal pela primeira vez¹⁰.

Uma segunda oportunidade de encontro surgiu num almoço oferecido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros português. Por notícia do jornal *O Primeiro de Janeiro*¹¹ sabemos que o banquete diplomático decorreu no Palácio das Necessidades. Seria um evento de âmbito mais restrito, seriam menos os convivas e “tive o ensejo de conversar com o artista admirável de *L'intruse* e de *Les Aveugles*” (Dantas, 1972, p. 95), uma conversa onde eram frequentes os silêncios de quem já não se preocupa com o que pensará o outro. Na opinião de Júlio Dantas, Maeterlinck era “um homem que não se prodigalizava; que conhecia o valor do silêncio, tanto como o das palavras; e que não se julgava, de nenhum modo, obrigado a ser tão brilhante quando conversava como o era quando escrevia” (Dantas, 1972, p. 95).

Para completar as impressões dos contemporâneos a propósito de Maeterlinck em 1935, veja-se como o correspondente do *ABC* madrileno, Fernandez Flores, o descreve:

10 Coleção Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema: fotograma do filme/documentário do SPN “Visita de Escritores Estrangeiros a Portugal” (1935)

11 *O Primeiro de Janeiro*, n.º 127 (1 jun. 1935)

Maeterlinck es, todo él, una sinfonía de grises: gris de plata el pelo abundante, recortado con espesor de seto, que siempre deja un largo mechón desprendido sobre la frente; de un gris azulado los ojos pequeños y vivos en la cara ancha, rosada, de papada floja; cara y cuerpo recios, de flamenco, de hombre que ha cultivado los ejercicios físicos; un vago aire de viejo tratante de ganado, andaluz; trajes siempre grises, corbata siempre gris y grises zapatos silenciosos y blandos; gris el sombrero de terciopelo, caído hacia la nuca. Hasta en su voz de setenta y tres años, un poco farfullante hay un tono gris.¹²

A única figura ombreando com Maeterlinck seria Unamuno. Havia na embaixada cultural outras figuras relevantes, como Mauriac, Mistral, Maritain, Maeztu ou Curtius, mas aqueles dois eram as grandes vedetas, os responsáveis pela maior tensão que se gerava dentro do grupo, pois “quando os ‘embaixadores’ se juntavam, conta-nos Maciel, Unamuno manifestava certa ‘ciumeira’ em relação ao famigerado autor da *Vida das Abelhas*, sempre assediado, sobretudo pelas raparigas bonitas...” (Medina, 1977, p. 22). Fernanda de Castro confirma nas suas Memórias que havia de facto tensões dentro da embaixada cultural. Explica que foram várias as circunstâncias em que houve melindres, “foi realmente complicado e por vezes difícilíssimo o protocolo da recepção de tantas personalidades, de tantas figuras de primeiro plano, todas com o seu orgulho, as suas susceptibilidades, as suas humanas vaidades” (Castro, 1986, p. 270). A equipa do SPN era pequena e foi difícil contentar a todos: “foi uma quinzena extraordinária mas difícil, inolvidável mas exaustiva” (Castro, 1986, p. 269).

Um dos resultados desta visita de Maeterlinck a Portugal em 1935 foi o estabelecimento de uma relação de proximidade com o casal Ferro, de consequências profundas na divulgação futura da obra de Maeterlinck em Portugal. Talvez isso se explique pelo bom entendimento

12 Jornal ABC, n.º 10016 (02 jul. 1935)

entre Renée Dahon e Fernanda de Castro, possível de comprovar nas Memórias desta última, bem como na profusão de cartas, postais e telegramas (74 peças) e fotografias de Renée Dahon conservadas no Arquivo da FAQ. Numa leitura rápida nota-se, desde logo, uma evolução do tom usado por Renée, que se vai libertando das formalidades e ganhando a correspondência posterior um tom de intimidade e amizade.

No mesmo ano, em Agosto, o casal Ferro deslocou-se em férias a França e foi recebido em casa do casal Maeterlinck. Fernanda de Castro engana-se na data e escreve nas Memórias, “saímos de Lisboa em fins de Setembro de 1936, e dois dias depois fomos almoçar ao Castelo de Médan onde viviam Maeterlinck, Renée e os pais desta, pois já tínhamos sido convidados por carta, duas ou três semanas antes” (Castro, 1986, p. 280). São duas as fotografias que constam do Arquivo da FAQ, em que estão apostas datas precisas, uma com a data de 21/08/1935¹³ e outra com a data de 24/08/1935¹⁴, que nos provam que logo em Agosto de 1935 o casal Ferro visitou o casal Maeterlinck em França. Maeterlinck viveu no Château de Médan entre 1924 e 1939, junto ao Sena, na periferia do norte de Paris. Era uma casa com história, associada a outra figura da literatura francesa, pois no séc. XVI ali vivera o poeta Pierre de Ronsard. No entanto, as duas fotografias em que aparece o casal Ferro¹⁵ junto dos seus anfitriões não foram tiradas no Castelo de Médan, mas sim nas ruínas da Abadia Saint-Wandrille de Fontenelle, entre Le Havre e Rouen, um lugar onde Maeterlinck vivera anos antes com Georgette Leblanc.

Em 1937 os dois casais voltaram a estar juntos em virtude da Exposição Internacional de Paris, que abriu em maio desse ano. Coube a António Ferro preparar a abertura do pavilhão português. Consta que se lhe deve a escolha do lote de terreno (Oliveira, 2018) em que seria erguido o pavilhão português, muito bem situado, junto ao

13 Arquivo FAQ - PT/FAQ/AFC/06/0002/01268

14 Arquivo FAQ - PT/FAQ/AFC/06/0002/01269

15 Arquivo FAQ - PT/FAQ/AFC/06/0002/01269 e PT/FAQ/AFC/06/0002/01270

Sena e ao lado do pavilhão alemão. Ferro organizou então um conjunto de conferências na 'Casa de Portugal' e a de Fernand Gregh foi apresentada por Maeterlinck.

Em 1939 Maeterlinck voltou uma segunda vez a Portugal, desta vez num estágio mais demorado e menos feliz, na medida em que fugia do caos que estava a ponto de tomar conta da Europa. Por cá permaneceu quase um ano, entre o verão de 1939 e junho de 1940. Terão ficado alojados no "Palácio Hotel no Estoril, passando a seguir para a Quinta da Marinha em Cascais, e mudando-se no Outono para a Avenida António Augusto de Aguiar, 165, Lisboa" (Huylebrouck, 1993, p. 191). Em 1940 é representada no Teatro Nacional D. Maria, pela Companhia Rey Colaço, a peça *O Padre Setúbal*, a última criação dramatúrgica de Maeterlinck.

Demorando-se em Portugal, os dois casais voltaram a estreitar relações. Fernanda de Castro lembra-se disso e escreve, nas suas Memórias, que Maeterlinck "passou um Verão durante a guerra, apertado com a mulher e os sogros numa das mais pequenas casas da Quinta da Marinha" (Castro, 1986, p. 270) e depreende-se desse relato que o convívio seria frequente, pois diz que "quase todos os dias ia almoçar connosco, e a primeira coisa que fazia ao chegar era ir para a cozinha vigiar a confecção do almoço" (Castro, 1986, p. 270). Tiveram até oportunidade de viajar por Portugal, nomeadamente no Alentejo. Fernanda de Castro comentou nas suas Memórias uma carta de "Maeterlinck, aliás muito curta, em que me agradece o passeio que lhe proporcionei a Évora quando, durante a guerra, passou alguns meses em Lisboa com a mulher e os sogros" (Castro, 1986, p. 76).

Mais tarde, terminada a guerra, foram convidados a ir a Nice e terão conhecido o enorme edifício debruçado sobre o mediterrâneo, na ponta do cabo de Nice, que Maeterlinck adquirira, a *Villa Orlamonde*, onde viveu até à sua morte em 1949. Escreve Fernanda de Castro a propósito de certa historieta, "eu estava em Nice com o António, a passar umas curtas férias em casa dos Maeterlinck" (Castro, 1987, p. 149).

3.

Encerradas as festividades em Lisboa, que decorreram de 1 a 16 de junho de 1935, a embaixada cultural foi ainda agraciada com mais alguns dias de excursão pelos pontos fundamentais da história e do turismo português. Na área de Lisboa já tinham visitado Almada, Cascais, Sintra e Cabo da Roca. Na revista *Ilustração*¹⁶ aparecem imagens de membros da embaixada cultural em Cascais, mas nelas não se descobre Maeterlinck.

Segundo João Medina, “para o passeio ao Norte, oferecido pelo S.P.N., organizou-se um cortejo de dezanove carros que foram até Viana do Castelo” (Medina, 1977, p. 22). Quanto ao número de viaturas só pode ser um equívoco, pois no semanário *Bandarra* há um artigo que indica que a caravana era constituída por 10 automóveis Packard e Hupmobile, para além de duas camionetas, devidamente “etiquetados com um rótulo do S.P.N. e numerados”¹⁷. Maeterlinck viajou no automóvel etiquetado com o número 1. Mas a direção para norte não se explica só por razões de turismo, seria também uma aproximação em relação à linha de comboio da Beira Alta, o ponto de extração por onde os estrangeiros saíam de Portugal. Deste modo, Coimbra, a cidade mais próxima da Pampilhosa do Botão, o nó ferroviário que dá acesso à linha da Beira Alta, foi a última cidade visitada nesse itinerário.

O último dia que o belga passou em Lisboa foi a 13 de junho. Pela manhã, um passeio pelo rio Tejo oferecido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. O vapor *Lisbonense* rumou até Vila Franca de Xira, onde os esperava uma quadrilha de campinos ribatejanos. Durante a viagem foi servido um almoço à portuguesa e ouviram-se discursos, nomeadamente do Ministro Armindo Monteiro. Há imagens num filme realizado pelo SPN de um Maeterlinck bem disposto, no tombadilho do navio, admirando a paisagem ribatejana durante o passeio fluvial.

16 Revista *Ilustração*, n.º 229 (1 jul. 1935)

17 *Bandarra*, n.º 16 (29 jun. 1935)



Maeterlinck a bordo do vapor *Lisbonense*¹⁸.

A seguir ao almoço, Maeterlinck foi a S. Bento para encontrar-se com Salazar. Não teria qualquer motivação política, “il n’a pas grand-chose à dire au dictateur” (Duhamel, 1983, p. 212), como comentou Duhamel, mas o belga não dispensou o privilégio de conhecer em pessoa o ditador português. Seria só um gesto de cortesia, que não deixava de denotar aprovação.

Ao fim da tarde, teve lugar um dos pontos altos das Festas de Lisboa, a saber, o Cortejo Medieval, encenado por Leitão de Barros, evocando o desfile da Corte de D. João I. Uma vez que Maeterlinck estava alojado no Avenida Palace Hotel, deve ter acompanhado parte do enorme desfile em alguma das varandas do hotel.

No dia seguinte, na sexta-feira, 14 de junho, começou o traslado da embaixada para norte. A caravana automóvel arrancou pelas 10 horas e tomaram a estrada para Alcobaça, atravessando várias povoações, nomeadamente Torres Vedras, Bombarral, Óbidos e Caldas. Chegados a Alcobaça, foi servido o almoço dentro do mosteiro cisterciense, mais propriamente no claustro.

18 Coleção Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema: fotograma do filme/documentário do SPN “Visita de Escritores Estrangeiros a Portugal” (1935)



Toda a 'Embaixada Cultural de 1935' em Alcobaça¹⁹.

Depois do almoço realizou-se a visita ao mosteiro, dando-se especial ênfase aos túmulos de Pedro e Inês. Consta que Maeterlinck ficou muito interessado nessa história, "Maeterlinck e Tharaud foram os seus ouvintes mais atentos"²⁰, mas não há notícia que tenha escrito algo inspirado nesse tema. Conserva-se dessa visita uma fotografia de grupo diante da fachada do mosteiro publicada no *Jornal de Notícias*²¹, no *Diário de Notícias*²² e, ainda melhor, no *Bandarra*²³.

A etapa seguinte foi a Nazaré, primeiro o Sítio, onde visitaram a capelinha e o santuário, e depois a praia, onde se misturaram com os pescadores. Conserva-se dessa etapa um filme do SPN em

¹⁹ *Idem*

²⁰ *Bandarra*, n.º 17 (06 jul. 1935)

²¹ *Jornal de Notícias*, n.º 139 (16 jun. 1935)

²² *Diário de Notícias*, n.º 24922 (23 jun. 1935)

²³ *Bandarra*, n.º 16 (29 jun. 1935)

que não se capta Maeterlinck. Todavia, na sua correspondência existente no Arquivo da FAQ evoca-se mais do que uma vez a impressão marcante que lhe deixou o povo de pescadores na Nazaré. Diz o *Bandarra* que “a partida fez-se a custo”²⁴ e que a impressão foi de tal modo forte que Maeterlinck não arredou pé sem levar consigo “um corte da típica flanela usada pelos pescadores”²⁵.



Maeterlinck, entre Mauriac e Gregh, no claustro do Silêncio²⁶.

Depois seguiu-se a visita ao Mosteiro da Batalha e também esse momento ficou registado nas imagens dos filmes do SPN, com Maeterlinck à conversa no claustro, mesmo diante da entrada para a Sala do Capítulo, onde alguém deve ter contado a lenda da abóbada de Afonso Domingues. Ao fim do dia chegaram ao Palace Hotel do Bussaco.

24 *Bandarra*, n.º 17 (06 jul. 1935)

25 *Idem*

26 Coleção Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema: fotograma do filme/documentário do SPN “Visita de Escritores Estrangeiros a Portugal” (1935)



Maeterlinck em passeio pelas ruas do Porto²⁷.

No sábado, dia 15, a comitiva passou a manhã no Bussaco. Uns passearam pelos jardins e pela mata, outros subiram até à Cruz Alta. Almoçaram no hotel e a seguir ao almoço seguiram para o Porto, onde chegaram por volta das 18 horas. Ficaram alojados no Grande Hotel do Porto, na rua de Santa Catarina, e o jornalista do *Jornal de Notícias* comenta: “entre os poucos que saíram vimos o grande Maeterlinck, um tudo nada aborrecido com a insistência dos fotógrafos em fixar-lhe o perfil”²⁸. O *Primeiro de Janeiro* conseguiu captar um instante de Maeterlinck nas ruas do Porto, junto de d’Ormesson. Nessa noite houve um banquete no Palácio de Cristal, oferecido pela Câmara Municipal, que Maeterlinck falhou por sentir-se indisposto.

²⁷ O *Primeiro de Janeiro*, nº 141 (18 jun. 1935)

²⁸ *Jornal de Notícias*, nº 139 (16 jun. 1935)

No domingo, dia 16 de junho, a caravana fez a visita de Braga e Guimarães. No dia seguinte houve a visita de Viana do Castelo, onde “algumas raparigas do Carreço”²⁹ ofereceram ao autor de *A Vida das Abelhas* mel de abelhas minhotas. Na terça-feira, dia 18, a caravana voltou para sul e visitou Aveiro antes de se instalar no Palace Hotel da Curia.



Maeterlinck na Curia³⁰.

No cais da Bestida (Murtosa) embarcam em moliceiros e fizeram um passeio, navegando até à tapada de S. Jacinto, para um almoço ao ar livre (onde não faltou o Leitão à Bairrada). Depois do almoço a flotilha de moliceiros atravessou de novo o lençol da ria; ao passar as pirâmides no canal principal de Aveiro uma chuva de foguetes. Seguiu-se a visita à Fábrica da Vista Alegre e, finalmente, a Curia. Há

29 *Diário de Notícias*, n.º 24917 (18 jun. 1935)

30 Arquivo FAQ - PT/FAQ/AFC/06/0002/01458.

uma fotografia de Maeterlinck a passear pelas veredas bordejadas de rosas do Palace Hotel da Curia juntamente com Pierre Daye e Fernand Gregh, provavelmente na manhã seguinte.

Maurice Maeterlinck esteve em Coimbra no dia 19 de junho de 1935. O último dia que passou em Portugal, porque terminada a visita, terá apanhado o *Sud Express* com destino a França.

Segundo o que se descreve na primeira página do *Diário de Coimbra* de 20 de junho, numa notícia com o título “Esteve ontem em Coimbra a embaixada intelectual estrangeira que visitou a universidade e o museu Machado de Castro”³¹, para além do Reitor João Duarte de Oliveira, também estavam presentes Eugénio de Castro (como diretor da FLUC), João da Providência Costa (como Diretor da Biblioteca) e ainda o Governador Civil de Coimbra. Na *Gazeta de Coimbra*, a par de *O Primeiro de Janeiro*, encontramos a informação segundo a qual naquele dia António Ferro já não acompanhava a embaixada cultural, pois “sentindo-se indisposto ficou na Curia”³². Fernanda de Castro substituí-a, acompanhada de outros funcionários do SPN, Artur Maciel e António Eça de Queiroz.

A primeira etapa da visita em Coimbra foi a receção no *Paço das Escolas*. Foram recebidos pelo Reitor na Sala dos Capelos. Para os admiradores da obra de Salazar, como era o caso de Maeterlinck, haveria, por certo, alguma expectativa quanto à Universidade em cuja cátedra de Direito o Chefe do Governo português exercera o magistério. Depois fizeram uma visita aos espaços emblemáticos do velho edifício, a começar pela própria Sala dos Capelos, depois os salões superiores até à varanda altaneira que oferece a panorâmica sobre a cidade, a capela e, finalmente, a Biblioteca Joanina.

A fotografia que capta a presença da embaixada cultural no *Paço das Escolas* é extraordinária. O grupo está no pátio central, virado a

31 *Diário de Coimbra*, nº 1732 (20 jun. 1935)

32 *Gazeta de Coimbra*, n.º 3352 (20 jun. 1935)

sul, nas suas costas vêm-se na Via Latina estudantes trajados com capa e batina. As senhoras à esquerda, entre as quais se identifica claramente Gabriela Mistral e Renée Dahon, e os senhores à direita. Na linha da frente há quatro figuras sobre as quais não recai qualquer dúvida: Eugénio de Castro, de bengala, e, à sua esquerda, Maeterlinck, Gregh e Unamuno. O mais interessante é verificar que Castro e Maeterlinck ficaram lado a lado, finalmente próximos.



Fotografia de grupo dentro do Paço das Escolas³³.

Seguiu-se uma receção no Museu Machado Castro, que ainda não era um museu nacional, mas que já era o mais importante museu da cidade, habilmente dirigido por Vergílio Correia. Escreve o jornalista

33 Identifica-se da esquerda para a direita: Jules Romain; António Eça de Queirós; senhora não identificada; Magdaleine Cabout (secretária de Mistral); Gabriela Mistral; Madame Gregh; Marquesa de Quintanar; Madame Maeztu; Renée Dahon; Pierre Daye; Domingos Mascarnhas (jornalista do *Diário de Notícias*); Guilherme Pereira de Carvalho (secretário de António Ferro); Oscar Paxeco (jornalista d' *O Século*); Fernando Gallego de Chaves Calleja, Marqués de Quintanar; Eugénio de Castro; Artur Maciel; Maurice Maeterlinck; Fernand Gregh; Miguel de Unamuno; Ribeiro Couto; João Duarte de Oliveira (Reitor); João da Providência Costa (?) (Diretor da Biblioteca Geral); Ernest Robert Curtius; Adolfo S. Muller (jornalista do *Novidades*). Arquivo FAQ - PT/FAQ/AFC/06/0002/01455

do *Diário de Notícias* que “os escritores belgas encontraram aí algumas obras de artistas flamengos, como Olivier de Gand, o que muito grato foi aos seus sentimentos patrióticos”³⁴. Apesar do museu estar a receber novidades de Conímbriga, onde Vergílio Correia conduzia as primeiras escavações de carácter científico, é seguro que preferiu cativar os visitantes com os pintores e escultores flamengos Olivier de Gand, Adriaen Isenbrandt e Quentin Metsys.

Lembre-mo-nos que em 1935 ainda não tinha começado a destruição da Alta, pelo que estes estrangeiros ainda conheceram o bairro salatino na versão antiga, genuína, com as suas ruas e ruelas apertadas e íngremes. Só a torre sineira de Santa Cruz é que já tinha sido demolida no início desse ano. O museu ainda estava ligado à Sé Nova pelo chamado Arco do Bispo, que, em 1935, era ainda a sede do Instituto de Coimbra. O Largo da Feira ainda estava separado do Largo Rodrigues e do Largo de S. João por prédios, um dos quais era a escola primária.

Por fim, o grupo foi visitar o templo românico da Sé Velha, cujo restauro ainda não havia terminado. Segundo a mesma notícia do *Diário de Coimbra*, o périplo em Coimbra terminou com um almoço no Hotel Astória. Talvez tenha sido aí que o jornalista de *O Despertar* tenha colhido de Maeterlinck a seguinte declaração: “Deixo com pena êste maravilhoso País, que foi para mim uma revelação”³⁵.

Eugénio de Castro deve ter-se sentido dividido entre duas gratidões: por um lado, Maeterlinck, o homem que o inspirara e servira de modelo a tanto do seu labor literário, e um dos elos de ligação aos focos de disseminação da sua obra no norte da Europa; e, por outro, Unamuno, um dos responsáveis (a par de Rubén Darío) pela disseminação da sua obra em Espanha e América do Sul, e a quem devia a recomendação para *Honoris causa* pela Universidade de Salamanca apenas no ano anterior.

34 *Diário de Notícias*, n.º 24919 (20 jun. 1935)

35 *O Despertar*, n.º 1858 (26 jun. 1935)

Maeterlinck chegava pela primeira, e única vez, à cidade onde se editara a revista que pretendia publicar os seus textos em Portugal e que nunca o conseguia fazer. Estaria lembrado disso? A residência de Eugénio de Castro estava a dois passos da Porta Férrea, na rua do Cosme, nº 11. Será que Eugénio de Castro desviou Maeterlinck para o levar a sua casa?



Eugénio de Castro e Maeterlinck na Estação Velha³⁶.

A fotografia mais significativa deste primeiro encontro presencial, quarenta anos depois das primeiras missivas, é aquela que Eugénio Silvano de Castro, o neto do poeta português, guarda no estúdio de sua casa na Figueira da Foz. A fotografia foi tirada no mesmo dia e mostra os dois lado a lado, na Estação Velha, ambos de chapéu, o português de charuto na mão, além de bengala e luvas na outra mão,

³⁶ Propriedade de Eugénio Silvano de Castro.

e o belga de binóculos ao pescoço e sobretudo dobrado no braço esquerdo. Sorriem. Eram os últimos instantes antes de Maeterlinck subir para o *Sud Express* que o levaria de volta para França.

Se Eugénio de Castro foi o primeiro mediador da receção da obra de Maeterlinck em Portugal, foi o último a conhecê-lo em pessoa: não chegou a conhecê-lo na primeira viagem a Paris em 1889; não o conheceu em 1896, no banquete de homenagem em Paris que Brinn'Gaubast organizou; não o viu na cerimónia de entrada na Academia Belga em Bruxelas; e só a 19 junho, em Coimbra, o veio conhecer em pessoa.

António Ferro conheceu Maeterlinck em pessoa em 1934 e privou com ele até à morte (1949). O casal Ferro tornou-se o principal agente de divulgação da obra do belga em Portugal e o primeiro responsável pelas relações que o ligavam a Portugal. Em 1946 o Estado português adquiriu o retrato de Maeterlinck pintado por Henrique Medina, integrando hoje as coleções do Museu do Chiado: a presença do último retrato pintado de Maurice Maeterlinck num museu português é uma maneira de lembrar os laços fortes que uniram Maeterlinck a Portugal.

Bibliografia

Fontes:

Arquivo da Universidade de Coimbra: Processo Individual do Professor Eugénio de Castro e Almeida – Caixa 6

Arquivo fotográfico da Fundação António Quadros (FAQ)

Caixa 06-07 - PT/FAQ/AFC/06/0002/01284

Caixa 06-07 - PT/FAQ/AFC/06/0002/01268

Caixa 06-07 - PT/FAQ/AFC/06/0002/01269

Caixa 06-07 - PT/FAQ/AFC/06/0002/01270

Arquivo de correspondência da Fundação António Quadros (FAQ)

Caixa 021

Caixa 029

Caixa 031

Epistolário de Eugénio de Castro – correspondência de Maurice Maeterlinck. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Entrevista com Eugénio Silvano de Castro e Almeida (28/08/2024)

Fontes na Imprensa:

ABC (Madrid.). N.º 10016 (02 jul. 1935)

Bandarra: semanário da vida portuguesa. N.º 16 (29 jun. 1935)

Bandarra: semanário da vida portuguesa. N.º 17 (06 jul. 1935)

Diário de Coimbra. N.º 1732 (20 jun. 1935)

Diário de Notícias. N.º 24907 (8 jun. 1935)

Diário de Notícias. N.º 24917 (18 jun. 1935)

Diário de Notícias. N.º 24919 (20 jun. 1935)

Diário de Notícias. N.º 24922 (23 jun. 1935)

Gazeta de Coimbra. N.º 3352 (20 jun. 1935)

Ilustração. Ano 10. N.º 229 (01 jul. 1935)

Jornal de Notícias. N.º 132 (8 jun. 1935)

Jornal de Notícias. N.º 133 (9 jun. 1935)

Jornal de Notícias. N.º 139 (16 jun. 1935)

O Despertar. N.º 1858 (26 jun. 1935)

O Primeiro de Janeiro. N.º 127 (1 jun. 1935)

O Primeiro de Janeiro. N.º 141 (18 jun. 1935)

Referências bibliográficas

Adam, Cécile (1999). *Eugénio de Castro e Albert Mockel*. In Centenário da Publicação de Oaristos de Eugénio de Castro, Actas do Colóquio, Edição de Jean Marie D’Heur (Liège) & René Poupart (Mons), Fundação Calouste Gulbenkian

Andrei, Carmen (2007). Originalité et modernité du théâtre de Maurice Maeterlinck. In *Littérature, langages et arts: rencontre et création*. Coord. Dominique Bonnet, Maria Jose Chaves, Nadia Duchêne, ISBN 978-84-96826-15-1

Arte – Revista Internacional (1895-1886). Editor Augusto d’Oliveira, Coimbra

Bulletin Académie Royale de Langue et de Littérature Françaises (1935). Tome XIV, n.º 3

- Castro, Eugénio de (1924, Maio 4 e 11). Vários Capítulos de História Literária. El autor de “Belkis” y el movimiento simbolista en la poesía portuguesa. Una autobiografía literária de Eugénio de Castro. *La Nación*
- Castro, Eugénio de (1969). *Viagem a Salamanca*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira
- Castro, Fernanda de (1986). *Ao fim da memória: memórias : 1906-1987* (2 Volumes). [Lisboa] : Verbo
- Coelho, Paula (2002). A poesia simbolista no Portugal finissecular: modelos e transfigurações alguns apontamentos. In *Discursos [Em linha]: língua, cultura e sociedade*. ISSN 0872-0738. p. 77-83
- Dantas, Júlio (1972). *Grandes Figuras*. Lisboa
- Delgado, António (2014). Relaciones literarias entre Portugal y España 1890-1936: hacia un nuevo paradigma. In *1616: Anuario de Literatura Comparada*, 4, 25-45
- D’Heur, Jean (1999). Ars longa, Arte breve. In *Centenário da publicação de Oaristos de Eugénio de Castro: actas do Colóquio 7-9 Novembro 1990, Universidades de Liège e de Mons*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian
- Duhamel, Georges (1983). *Le Livre de L’Amertume* – Extraits du journal de Blanche et Georges Duhamel présentés et annotés par Bernard Duhamel. Mercure de France. ISBN : 2-7152-0175-3
- Filipe, Cláudia (2015). *Guia dos Arquivos privados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: ingressos de 1947 a 2014*. Trabalho de projeto para obtenção do grau de mestre em Ciências da Documentação e Informação, ramo de Arquivística (orientação de Dr. António Gil Matos e Dr. Júlio Ramos), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras
- González-Blanco, Andrés (1922). Eugénio de Castro. In *Hispania* (jul./set.), 198-237
- Huylebrouck, Roza (1993). Recepção Portuguesa de Maurice Maeterlinck. Achegas Bio-Bibliográficas. Sep. de “Rev. Fac. Letras do Porto - Línguas e Literaturas. S. 2 (10), 187-193
- Lopes, Óscar (1987). *Entre Fialho e Nemésio : Estudos de Literatura Portuguesa Contemporânea*. Vol. I. Lisboa : Imprensa Nacional – Casa da Moeda
- Marnoto, Rita (2009). Eugénio de Castro entre simbolismo e futurismo. In *Biblos : revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. S. 2 (7), 349-362
- Medina, João (1977). *Salazar em França*. Lisboa : Ática
- Oliveira, Alexandre (2018). “O Fecho da Abóbada”: O Museu de Arte Popular e a ação do Secretariado da Propaganda Nacional. Tese elaborada para obtenção de grau de Doutor em Antropologia, Orientador: Professor Doutor Joaquim Pais de Brito, ISCTE-IU
- Prado Coelho, Jacinto (Dir.) (1969). *Dicionário de Literatura* (1º Vol.). Porto : Livraria Figueirinhas
- Seabra Pereira, José & Cabral, Maria (2011). Capere, Non Capi: Eugénio de Castro no contexto da ‘Internacional Simbolista. *Carnets, Invasions & Évasions*, spécial automne-hiver 2011-2012, 263-273. <https://doi.org/10.4000/carnets.7816>

Secretariado Propaganda Nacional (Diretor) (1935). A Praia da Nazaré [Film]. In *Coleção Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema* (ID CP-MC: 7000079)

Secretariado Propaganda Nacional (Diretor) (1935). Visita de Escritores Estrangeiros a Portugal [Film]. In *Coleção Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema* (ID CP-MC: 7000081)

Thomas, Edward (1911). *Maurice Maeterlinck*. Methuen & Co. LTD, London

Universidade de Coimbra. Biblioteca Geral (1947). *Eugénio de Castro: Consagração da Universidade de Coimbra (10 de junho de 1946)*. Separata de "Biblos", 22

Armando Cortesão e a Biblioteca Matemática da Universidade de Coimbra

Armando Cortesão and the Mathematical Library of the University of Coimbra

Carlos Tenreiro¹

RESUMO

Tendo por base a livraria do professor Luciano Pereira da Silva (1864-1926) formar-se-ia na Biblioteca Matemática da Universidade de Coimbra um importante núcleo bibliográfico sobre história da náutica e cartografia antiga. Ao espólio de Luciano Pereira da Silva, incorporado na Biblioteca Matemática em 1929, vir-se-iam juntar, em finais dos anos quarenta, o espólio do historiador António Barbosa (1892-1946), e, mais tarde, o legado de Armando Cortesão (1891-1977), estudioso da história da cartografia antiga e dos descobrimentos, que ficaria a dirigir a Secção de Coimbra do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, e a quem o Conselho da Faculdade de Ciências, em sessão de 28 de fevereiro de 1961, concederia o grau de doutor *honoris causa*. Neste texto centraremos a nossa atenção no processo de incorporação na Biblioteca Matemática da livraria de

¹ CMUC, Departamento de Matemática, Universidade de Coimbra, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-5495-6644> ; tenreiro@mat.uc.pt

Armando Cortesão e nas razões que o terão levado a conceder à Biblioteca Matemática a oportunidade de guardar tão significativo acervo.

PALAVRAS-CHAVE

Biblioteca Matemática, Armando Cortesão, Universidade de Coimbra.

ABSTRACT

Based on the library of professor Luciano Pereira da Silva (1864-1926), the Mathematical Library of the University of Coimbra would form an important bibliographic fund on the history of nautical and early cartography. The library of Luciano Pereira da Silva, incorporated into the Mathematical Library in 1929, was joined by, at the end of the forties, the library of the historian António Barbosa (1892-1946), and, later, the library of Armando Cortesão (1891-1977), a scholar of the history of early cartography and the Portuguese discoveries, who headed the Coimbra Section of the Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga (Group of Studies of Early Cartography), and to whom the Council of the Faculty of Sciences, on February 28 1961, would award the degree of doctor *honoris causa*. In this text we will focus our attention on the process of incorporating Armando Cortesão's library into the Mathematical Library and the reasons that would have led him to grant the Mathematical Library the opportunity to keep such a significant collection.

KEYWORDS

Mathematical Library, Armando Cortesão, University of Coimbra.

Introdução

Armando de Freitas Zuzarte Cortesão nasceu em S. João do Campo, nos arredores de Coimbra, a 31 de janeiro de 1891, sendo o último de cinco irmãos. Faz os seus estudos secundários no Liceu de Coimbra, frequentando depois, na mesma cidade, a Escola Agrícola. Terminados os estudos em Coimbra, matricula-se no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, onde se forma Engenheiro em 1913. É na qualidade

de Engenheiro Agrónomo que Armando Cortesão é colocado nos Serviços Agronómicos de São Tomé e Príncipe que virá a dirigir. Aí permanece de 1916 a 1920. Neste período participa na Missão Geodésica em São Tomé e Príncipe dirigida por Gago Coutinho (1869-1959), sendo coautor da carta geográfica da ilha de S. Tomé, publicada em 1920. De 1920 a 1924, já em Lisboa, é diretor dos Serviços Agrícolas no Ministério das Colónias, e, a partir de finais de 1924, primeiro Agente Geral das Colónias, cargo que exerce até ao início de 1932. Será no âmbito da Agência Geral das Colónias que cria e dirige o *Boletim da Agência Geral das Colónias*, onde publica os seus primeiros trabalhos sobre cartografia e história dos descobrimentos. Os artigos *Onde era o Cabo dos Mastros dos nossos antigos navegadores*² e *Subsídios para a história do descobrimento da Guiné e de Cabo Verde*³, publicados em 1926 e 1931, respetivamente, são considerados os seus primeiros trabalhos sobre história dos descobrimentos. Em 1933 Armando Cortesão deixa o país por razões políticas, só regressando a Portugal em 1952. Em 1935 vê a luz do dia a obra *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI* (Lisboa: Seara Nova, 1935), considerada a sua primeira grande obra na área dos estudos cartográficos, a qual, nas palavras de Luís de Albuquerque (1917-1992)⁴,

«(...) tornou conhecido o nome de Armando Cortesão nos meios científicos internacionais, como continuador, a quase um século de distância, do grande investigador que foi o Visconde de Santarém (...).»⁵

Outros trabalhos publicados nos anos seguintes confirmam o nome de Armando Cortesão no seio dos historiadores de cartografia antiga.

2 *Boletim da Agência Geral das Colónias*, n.º 8 (fev. 1926), pp. 40-45.

3 *Idem*, n.º 76 (out. 1931), pp. 3-39.

4 Sobre Luís de Albuquerque, ver DOMINGUES 2019.

5 ALBUQUERQUE 1978, p. IV; ver também MOTA 1978, p. 92. Sobre o 2.º Visconde de Santarém, ver CORTESÃO 1969, pp. 7-26, e GARCIA 2006.

São disso exemplos, a reedição, em 1938, da *Carta das novas que vieram a El-Rei Nosso Senhor do descobrimento do Preste João, Lisboa 1521* (Lisboa: 1938), publicada em coautoria com Henry Thomas, Deputy Keeper of Printed Books do British Museum, e a publicação, em 1944, dos textos *Suma Oriental, de Tomé Pires* e *Livro de Francisco Rodrigues* (London: Hakluyt Society, 1944). Entre 1946 e 1952 trabalha na UNESCO onde desempenha diversos cargos, alguns deles ligados à história da ciência. Em 1950, ainda antes de regressar a Portugal, inicia funções como vice-presidente da *International Academy of the History of Sciences*, lugar que ocupará até 1955. Terminado o exílio em 1952, Armando Cortesão regressa a Portugal e à casa da família, em S. João do Campo, conhecida por «Casa das Rosas». A partir desta data e da «Casa das Rosas» continuará a desenvolver uma intensa atividade de investigação na área da história da cartografia. Entre 1955 e 1960 trabalha com Avelino Teixeira da Mota (1920-1982)⁶ na obra *Portugaliae Monumenta Cartographica* — conjunto de cinco volumes de grandes dimensões, acompanhados de um índice, que incluem reproduções de cartas portuguesas dos séculos XV a XVII —, e a partir de 1961 passará a dirigir a Secção de Coimbra do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, agrupamento no âmbito do qual desenvolverá até à data da sua morte, em 29 de novembro de 1977, um importante trabalho no campo da história da cartografia antiga e no da história dos descobrimentos.

Os factos anteriores são bem conhecidos, surgindo relatados em diversos trabalhos que sobre Armando Cortesão e a sua obra se têm escrito. Mais detalhes e notas pessoais podem ser encontrados nos breves textos sobre Armando Cortesão, escritos pouco depois da sua morte, da autoria de Avelino Teixeira da Mota (1978) e Luís de Albuquerque (1978), e no trabalho de fundo de Rui de Andrade (2014) em que nos apoiámos para redigir as linhas anteriores⁷.

6 Sobre Avelino Teixeira da Mota, ver VALENTIM 2019.

7 Para um texto mais recente sobre Armando Cortesão, ver OLIVEIRA 2019.

Talvez menos conhecido seja o facto da biblioteca profissional de Armando Cortesão fazer parte do acervo da Biblioteca Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, onde integra um importante núcleo bibliográfico sobre história da náutica e cartografia antiga que tem por base a livraria do professor Luciano Pereira da Silva (1864-1926), incorporada na Biblioteca Matemática pouco depois do seu falecimento. Nas linhas que se seguem, dedicadas à relação de Armando Cortesão com a Biblioteca Matemática da Universidade de Coimbra, centraremos a nossa atenção no processo de incorporação na Biblioteca Matemática da livraria de Armando Cortesão e nas razões que o terão levado a conceder à Biblioteca Matemática a oportunidade de guardar tão significativo acervo.

Primeiras ofertas de Armando Cortesão à Biblioteca Matemática

Como tivemos oportunidade de referir, em 1935, com Armando Cortesão já ausente do país, dá-se a publicação da primeira grande obra de Armando Cortesão na área dos estudos cartográficos *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*, com a chancela da editora Seara Nova de Lisboa. No entanto, como relata Armando Cortesão na «Introdução» da sua obra que data de março de 1935, o primeiro original da mesma foi escrito durante o ano de 1932, quando ainda estava em Portugal, logo após ter sido demitido da direção da Agência Geral das Colónias. No início de 1933 esse original foi entregue à Imprensa da Universidade de Coimbra, onde, a convite do então administrador da Imprensa e professor da Faculdade de Letras de Coimbra Joaquim de Carvalho (1892-1958), estava inicialmente planeada a publicação da obra. Tal projeto não se concretizará, primeiramente devido a atrasos na sua publicação, que são atribuídos

por Armando Cortesão à «falta de fundos com que então lutava essa benemérita Imprensa»⁸, e posteriormente devido à extinção da própria Imprensa da Universidade em 1934.

A publicação desta obra motiva a primeira oferta, que podemos documentar, de Armando Cortesão à Biblioteca Matemática da Universidade de Coimbra, biblioteca muitas vezes designada por Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra⁹. Estando em Madrid, em junho de 1935 oferece à Biblioteca Matemática um exemplar (em dois volumes) da sua obra:

«À Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, oferece Armando Cortesão. Madrid, Junho de 1935».¹⁰

Retomando a leitura da «Introdução» desta obra, verificamos que Armando Cortesão menciona a Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra em dois momentos distintos. No primeiro, quando fala da necessidade de organização «duma boa secção de cartografia em qualquer dos estabelecimentos científicos de Portugal (...) dela fazendo parte também uma biblioteca onde o estudioso possa consultar os principais trabalhos publicados em todo o mundo sobre história da cartografia.»¹¹ Relativamente à biblioteca duma tal secção, diz ainda que como muitas das obras com interesse para uma tal biblioteca já se encontram dispersas por várias bibliotecas portuguesas, «conviria organizar um catálogo especial das obras que na referida secção não existissem, mas que

8 CORTESÃO 1935, p. XXXVII.

9 A propósito destas duas designações, ver TENREIRO 2022, pp. 134-136.

10 Dedicatória aposta em um dos exemplares da obra pertencentes à Biblioteca Matemática. A datação da oferta, na qual é usada tinta distinta da empregue na dedicatória, terá sido registada no exemplar já nos anos sessenta, quando, como daremos conta mais à frente, a obra é requisitada por Armando Cortesão.

11 CORTESÃO 1935, p. XLI.

nas outras bibliotecas se pudessem consultar»¹². Entre as bibliotecas portuguesas referidas, no seio da Universidade de Coimbra são mencionadas a Biblioteca Geral e a Biblioteca da Faculdade de Ciências. Mais à frente, quando expressa o reconhecimento a todos os que auxiliaram na publicação do seu livro, Armando Cortesão volta a referir a «excelente Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra»¹³, onde lhe foram dispensadas atenções e facilidades, mencionando pouco depois o nome do «Prof. Dr. João Pereira Dias, diretor da Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra»¹⁴. Professor da Secção de Matemática da Faculdade de Ciências e diretor da Biblioteca Matemática desde 1922, João Pereira Dias (1894-1960)¹⁵ já não exercia tais funções à data da oferta uma vez que em setembro de 1933 é nomeado diretor geral do Ensino Superior e das Belas Artes, o que o leva a estar afastado da Universidade até 1939.

Justificada que está, pelo que acabámos de referir, a primeira oferta de Armando Cortesão à Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, que, como já referimos, não é outra que não a Biblioteca Matemática da Universidade de Coimbra, importa agora perceber a razão da existência em tal biblioteca de obras de reconhecido valor sobre a história da cartografia. Para tal, é necessário recuarmos à sessão do Conselho da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra de 7 outubro de 1926 na qual é demonstrado o interesse na aquisição da livraria do professor Luciano Pereira da Silva (1864-1926)¹⁶, bem como o propósito de, com base nela, se constituir na Universidade de Coimbra um núcleo bibliográfico sobre «história da náutica na época dos

12 Idem.

13 Idem, p. XLIII.

14 Idem.

15 Sobre João Pereira Dias, ver ALBUQUERQUE 1961.

16 Sobre Luciano Pereira da Silva, ver CORTESÃO 1969, pp. 53-54, e ALBUQUERQUE 1984.

descobrimientos»¹⁷. Pretendia assim a Faculdade oferecer material de estudo aos continuadores da obra de Luciano Pereira da Silva, que no começo da década de 1910 havia iniciado «as suas notáveis publicações sobre os descobrimentos portugueses, mostrando-se sobretudo interessado na contribuição da astronomia para a náutica e na repercussão que a arte de navegar, assim renovada, teve na cultura do século XVI.»¹⁸

No processo de aquisição da livraria — que se inicia pouco depois da morte trágica de Luciano Pereira da Silva e só termina em março de 1929 quando a livraria, transportada de Caminha, terra natal de Luciano, dá entrada na Biblioteca Matemática —, estão diretamente envolvidos os professores Joaquim de Carvalho e João Pereira Dias, a quem já nos referimos — e que eram, à data, administrador da Imprensa da Universidade de Coimbra e diretor da Biblioteca Matemática, respetivamente —, e também Joaquim Bensaúde (1859-1952)¹⁹, historiador dos descobrimentos portugueses que desde 1913 mantinha relações profissionais e de amizade com Luciano Pereira da Silva. Será à generosidade deste último que se ficará a dever a aquisição da livraria. Com efeito, informado das dificuldades inultrapassáveis que a Faculdade de Ciências tinha encontrado para obter, quer a nível da própria Universidade, quer a nível do Ministério da Instrução Pública, verbas que possibilitassem a aquisição, Joaquim Bensaúde disponibiliza-se então a doar 40.000\$00 para que pudesse adquirir-se a livraria, homenageando assim Luciano Pereira da Silva. Neste sentido, em carta dirigida ao reitor, datada de 15 de novembro de 1928, Joaquim Bensaúde escreve:

«Tomo a liberdade de oferecer à Universidade ao digno cargo de V. Ex.^a, a verba de quarenta contos necessária para se realizar a com-

17 A este propósito, ver TENREIRO 2022, pp. 101-109.

18 ALBUQUERQUE 1984, p. 580.

19 Sobre Joaquim Bensaúde, ver CORTESÃO 1969, pp. 51-52, e ALBUQUERQUE 1981.

pra da biblioteca do malogrado professor Dr. Luciano Pereira da Silva. Já em tempos eu anunciara ao nosso falecido amigo a minha intenção de deixar por minha morte os meus livros sobre ciência náutica e história nacional à Universidade de Coimbra. Ficarão, portanto, um dia reunidas em Coimbra as duas coleções que foram o núcleo bibliográfico com que se esclareceram as origens da ciência náutica dos portugueses. Com a liquidação deste capítulo tantos séculos obscuro da nossa história, ficou enfim preenchida a lacuna que muito contribuiu para aluir, mesmo em Portugal, a fé, a admiração e o culto pela grandeza moral da Pátria na época áurea dos Descobrimentos.»²⁰

Outras ofertas de Armando Cortesão à Biblioteca Matemática têm lugar nos anos subsequentes. Quando, em 1938, Armando Cortesão, em coautoria com Henry Thomas (1878-1952), publica a *Carta das novas que vieram a El-Rei Nosso Senhor do descobrimento do Preste João, Lisboa 1521*, voltará a oferecer um exemplar da obra à Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, mantendo a dedicatória autógrafa da oferta de 1935. Pouco antes de regressar do exílio identificamos nova oferta de Armando Cortesão à Biblioteca Matemática, que desde março de 1942 voltava a ser dirigida por João Pereira Dias, que acumulava tais funções com as de diretor da Faculdade de Ciências de Coimbra, lugar que ocupava desde outubro de 1939. Com dedicatória de Paris em 17 de dezembro de 1951 (ver Figura 1), a broxura que oferece inclui o trabalho de sua autoria *La decouvert de l'Amérique et la science nautique*²¹.

20 *Atas do Senado 1925-1929*, fls. 191-191v. A Faculdade de Ciências acabaria por deliberar a atribuição do grau de doutor *honoris causa* a Joaquim Bensaúde «prestando aos elevados méritos científicos a homenagem máxima que as leis lhe facultam».

21 Publicado originalmente em *Les conséquences de la découverte de l'Amérique par Christophe Colomb* (Paris, 1951); ver também, CORTESÃO 1975, Vol. 2, pp. 71-85.

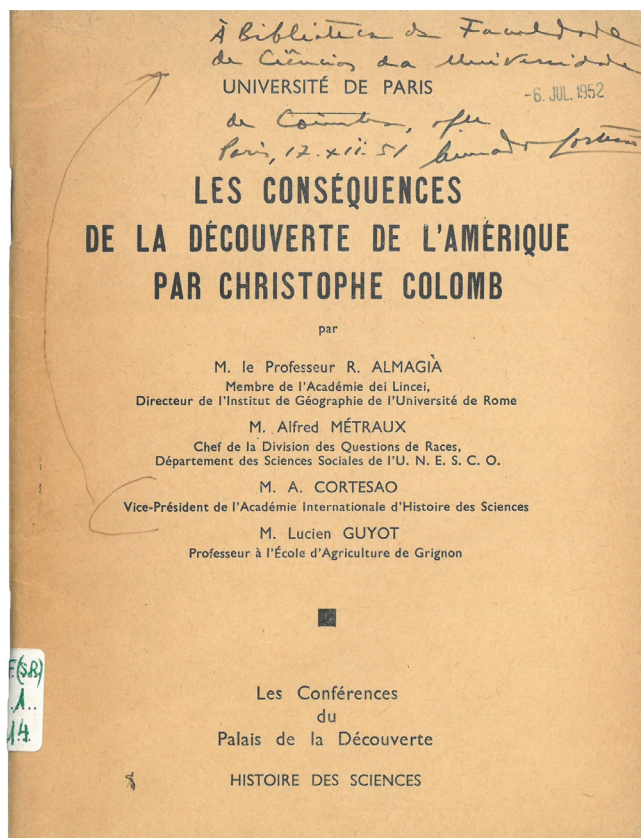


Fig. 1. Dedicatória autógrafa de Armando Cortesão à Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, datada 17 de dezembro de 1951.

No ano seguinte, já regressado ao país, Armando Cortesão oferece mais duas obras à Biblioteca Matemática. Desta vez sem possuírem dedicatória manuscrita de Armando Cortesão, é João Pereira Dias que nelas regista serem «Oferta do Ex.^{mo} Senhor Dr. Armando Cortesão, 14 de outubro de 1952». Uma das obras é da autoria do historiador Jaime Cortesão (1884-1960), irmão mais velho de Armando Cortesão, enquanto que a outra contém uma tradução inglesa anotada do diário da exploração ao interior de África realizada em 1798 por Francisco José de Lacerda e Almeida (1753-1798), um dos primeiros alunos da Faculdade de Matemática que em 1780, pouco depois de se formar em Coimbra, foi enviado para o Brasil na sequência da assinatura,

por Portugal e Espanha, do tratado de Santo Ildefonso sobre a demarcação dos limites das respetivas possessões na América do Sul²².

A disposição testamentária em favor da Biblioteca Matemática

Depois de regressar a Portugal e à Casa das Rosas, Armando Cortesão retoma estudos iniciados há já alguns anos, trabalhando afinadamente no que viria a ser a obra *The nautical chart of 1424 and the early discovery and cartographical representation of America: a study on the history of early navigation and cartography*, obra editada pela Universidade de Coimbra em 1954²³. No prefácio da mesma, datado de 21 de abril de 1954, Cortesão explica a génese da sua obra, atribuindo a João Pereira Dias, que, como já referimos, era, desde 1939, diretor da Faculdade de Ciências de Coimbra, um papel de relevo na publicação da mesma pela Universidade de Coimbra:

«Quando, em fins de 1952, mencionei tudo isto ao meu velho amigo Professor João Pereira Dias, Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, a que estou ligado por muitos laços e tradição de família, embora me tivesse formado na Universidade de Lisboa, ele desejou ver o original datilografado do meu estudo. Depois de o ler e ter mostrado ao Reitor, Professor Maximino Correia (...), foi imediatamente sugerido que o trabalho deveria ser publicado pela Universidade de Coimbra, ao que desvanecidamente acedi.»²⁴

22 As obras oferecidas são Cortesão, J. *L'expansion des portugais dans l'histoire de la civilisation*, Exposition internationale d'Anvers, 1930, e *The lands of Cazembe: Lacerda's journey to Cazembe in 1798 (...)*, London: John Murray, 1873.

23 Sobre esta polémica obra de Armando Cortesão, ver ANDRADE 2014, pp. 95-103.

24 CORTESÃO 1974, Vol. III, p. XX. No original de 1954: «When, toward the end of 1952, I mentioned all this to my old friend Professor João Pereira Dias, Director of the Faculty of Sciences of the University of Coimbra, with which I am connected by many ties and family tradition, though I took my degree in Lisbon, he wanted to see the typescript of my study. After reading it

Mais à frente, Armando Cortesão faz referência explícita à Biblioteca Matemática e à encomenda de obras para o seu estudo promovida por João Pereira Dias:

«Ao Prof. Maximino Correia, Magnífico Reitor desta quase sete vezes secular Universidade, e ao Prof. João Pereira Dias, Diretor da sua Faculdade de Ciências estou profundamente reconhecido pela ajuda e pelas facilidades que me deram; (...). Não posso também deixar de mencionar que o Prof. Pereira Dias não só pôs à minha inteira disposição a excelente biblioteca da sua Faculdade como encomendou imediatamente numerosos livros que indiquei e precisava para o meu estudo, os quais não existiam nas várias bibliotecas da Universidade nem na minha própria.»²⁵

Na altura em que os acontecimentos mencionados têm lugar, o núcleo bibliográfico da Biblioteca Matemática sobre história da náutica na época dos descobrimentos havia sido enriquecido com a incorporação da livraria do matemático e historiador António Barbosa (1892-1946)²⁶ — antigo discípulo de Luciano Pereira da Silva na Escola Normal Superior de Coimbra, no início da década de 1920 —, que a Faculdade adquire aos herdeiros deste em finais dos anos quarenta. Os contornos desta aquisição surgem relatados na ata da sessão do Conselho da Faculdade de Ciências de 13 de outubro de 1948:

and showing it to the Rector, Professor Maximino Correia, it was immediately suggested that it should be published by the university, which I gladly accepted» (CORTESÃO 1954, p. xiii).

25 CORTESÃO 1974, Vol. III, p. XXII. No original de 1954: «To Professor Maximino Correia, the Rector Magnificus of the nearly seven centuries old University, to Professor João Pereira Dias, Director of its Faculty of Sciences, and to Professor Torquato de Sousa Soares, Director of the Instituto de Estudos históricos, of the Faculty of Letters, I am most grateful for the help, facilities and encouragement they have given me; (...). It is only fair to mention that Prof. Pereira Dias not only put at my entire disposal the excellent library of his Faculty but even ordered immediately all the many books I mentioned that I needed for my work and which did not exist in the University's libraries nor in my own.» (CORTESÃO 1954, p. xiv).

26 Sobre António Barbosa e a sua obra, ver GASPAR 2014.

«O diretor informa o Conselho de que o filho do Dr. António Barbosa falecido, antigo discípulo do Dr. Luciano Pereira da Silva (...), lhe comunicou que o Pai exprimiu muitas vezes o desejo de que a sua biblioteca ficasse na Faculdade de Ciências de Coimbra, junto da biblioteca do Dr. Luciano Pereira da Silva. Comunicou ainda que o Pai não deixou disposição testamentária neste sentido, mas que ele e o resto da família desejavam cumprir este desejo do Pai. O Dr. Pereira Dias agradeceu e, tendo conhecimento que a situação económica desta família não é desafogada, propôs-lhe que os livros que não existam na Biblioteca de matemática lhe serão pagos pelo justo valor e que pelos repetidos se lhes poderia atribuir uma oferta ou que os poderia pôr à venda. O filho do Dr. António Barbosa agradeceu-lhe esta sugestão e reafirmou-lhe que, de qualquer maneira, ele e a família desejavam executar o desejo do Pai.»²⁷

A incorporação de mais este fundo documental, bem como as aquisições de obras feitas a pedido de Armando Cortesão, devem ser entendidas no contexto de um projeto mais amplo, logo expresso quando a Faculdade trata da aquisição da livraria de Luciano Pereira da Silva, de constituir na Universidade de Coimbra um núcleo bibliográfico sobre «história da náutica na época dos descobrimentos» de forma a atrair e estimular novos investigadores que dariam continuidade ao trabalho de Luciano Pereira da Silva²⁸. Inicialmente, esse projeto passava também pela incorporação nesse núcleo bibliográfico da livraria de Joaquim Bensaúde, o que acabou por não acontecer. É o próprio que o sugere na carta, a que já fizemos referência, que dirige ao reitor da Universidade oferecendo a verba necessária para adquirir a livraria de Luciano Pereira da Silva.

27 *Atas da Faculdade de Ciências 1947-1960*, fls. 29v-30.

28 A este propósito, veja-se o memorial, parcialmente transcrito em TENREIRO 2022, pp. 108-109, que fundamenta o pedido feito ao Ministério da Instrução Nacional -> Pública de dotação extraordinária para adquirir e instalar a livraria de Luciano Pereira da Silva.

A aquisição de obras destinadas a este núcleo bibliográfico acentua-se em 1950, aproveitando o facto, mencionado por João Pereira Dias no seu relatório sobre a vida da Faculdade no ano letivo 1949-50, das dotações orçamentais da Faculdade terem aumentado o que permitiu a melhoria do recheio bibliográfico da Biblioteca Matemática:

«As dotações atribuídas à Faculdade no Orçamento Geral do Estado para o ano de 1950 assegurarão a melhoria progressiva do equipamento dos Laboratórios de Física e de Química e do recheio bibliográfico destes mesmos estabelecimentos e da Biblioteca Matemática. Infelizmente, os restantes estabelecimentos da Faculdade não fruíram aumento apreciável das respetivas dotações.»²⁹

Desta forma, e como podemos confirmar pela documentação de despesa da Biblioteca Matemática, são vários os livros adquiridos em 1950 e 1951, antes mesmo do regresso de Armando Cortesão à sua terra natal, que podemos identificar como sendo destinados ao núcleo que se estava a constituir na Universidade de Coimbra. É também em 1951 que a Biblioteca Matemática inicia a assinatura da revista *Imago Mundi*, uma das mais importantes revistas internacionais dedicada à história da cartografia, que havia começado a publicar-se em 1935, e, simultaneamente, adquire os volumes já publicados da revista. Tais aquisições continuam nos anos seguintes, especialmente em 1953 e 1954, principalmente através da Livraria Buchholz de Lisboa.

Um quarto de século passado sobre a incorporação da livraria de Luciano Pereira da Silva na Biblioteca Matemática, e poucos anos volvidos sobre a incorporação da livraria de António Barbosa, a Biblioteca Matemática receberá de Armando Cortesão uma disposição testamentária para incorporação futura no seu acervo da sua livraria

29 DIAS 1950, p. 173.

profissional. Numa missiva datada de 1 de março de 1955, que dirige a João Pereira Dias como diretor da Faculdade de Ciências, Armando Cortesão escreve:

«Meu Excelentíssimo Amigo:

Embora eu tenha absoluta confiança em que meus herdeiros cumprirão fielmente as minhas disposições testamentárias, julgo conveniente enviar a V.Ex.^a um exemplar do Aditamento que hoje lhes fiz e respeitam à “Biblioteca Matemática”, que com tão excepcional proficiência e carinho também dirige. (...)»³⁰

No mesmo dia, dirige a João Pereira Dias outra carta enviando-lhe, agora a título pessoal, um exemplar do mesmo documento:

«Meu muito prezado Amigo:

Aqui vai um documento que espero não entre em vigor nestes anos mais chegados, ou pelo menos antes de eu fazer e ver publicados [os] *Portugaliae Monumenta Cartographica*. (...)»³¹

Dois dias depois, João Pereira Dias acusa a receção do documento testamentário e agradece pessoalmente a «generosíssima disposição testamentária lavrada a favor da biblioteca que dirijo.»³²

Apesar de não conhecermos as razões exatas que levaram Armando Cortesão a tomar tal decisão em favor da Biblioteca Matemática da Universidade de Coimbra, ela atesta a identificação de Armando Cortesão com o objetivo de constituir, na Universidade de Coimbra, um relevante núcleo bibliográfico dedicado à história da náutica e cartografia antiga, núcleo esse que, nas palavras de Alfredo Pinheiro Marques, é considerado dos «melhores do mundo

30 *Epistolário de Armando Cortesão*, Ms. AC 7/18.

31 *Idem*.

32 *Idem*.

na sua especialidade»³³. É natural pensar que ao questionar-se sobre o destino a dar à sua vasta livraria após a sua morte, Armando Cortesão se tenha decidido por esta ficar junto das livrarias de Luciano Pereira da Silva e António Barbosa, não correndo assim o risco da mesma se dispersar, como acontece com tantas outras livrarias após a morte dos seus proprietários. A amizade que o ligava a João Pereira Dias — personagem que desempenhara um papel relevante na publicação de *The nautical chart of 1424* pela Universidade de Coimbra, papel esse que manterá nos anos seguintes, como atesta o *Epistolário de Armando Cortesão* à guarda da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, no apoio, expresso de formas diversas, ao projeto que conduzirá à publicação dos *Portugaliae Monumenta Cartographica* —, terá tido, seguramente, um peso assinalável na tomada de tal decisão.

A antecipação da disposição testamentária

A partir do final de 1954, Armando Cortesão envolve-se no projeto maior da publicação dos *Portugaliae Monumenta Cartographica*, projeto que concretiza, em coautoria com Avelino Teixeira da Mota, em 1960, por ocasião das comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique. Sobre estas comemorações, e especialmente sobre o projeto da publicação dos *Portugaliae Monumenta Cartographica*, ainda em 1956 Cortesão escrevia:

«Mas talvez a mais notável, por já ter sido considerada oficialmente, destas atividades seja a publicação de *Portugaliae Monumenta Cartographica*. A importância da contribuição portuguesa para o desenvolvimento da ciência náutica durante essa revolução geográfica é

33 MARQUES 1993, p. 183.

bem conhecida e tem sido objeto de muita discussão académica, embora muitas vezes longe de ser desapaixonada e imparcial. As cartas náuticas, indispensáveis à navegação, são um complemento essencial da ciência náutica. Além de terem sido as primeiras a registar as novas descobertas, essas primeiras cartas constituem os documentos mais vivos, e muitas vezes os mais belos e importantes, da história do progresso geográfico.»³⁴

Nesse mesmo ano de 1960 são estabelecidos contactos entre a Faculdade de Ciências de Coimbra e Armando Cortesão no sentido de contar com a colaboração deste na lecionação de um curso de Cartografia Antiga. Tais contactos, que encontramos relatados nas *Atas das Congregações da Faculdade de Ciências* a partir de outubro de 1960, culminam com a criação na Universidade de Coimbra de uma Secção do Agrupamento de Estudos em Cartografia Antiga que será dirigida por Armando Cortesão. Em Lisboa funcionará outra Secção do Agrupamento sob a direção de Avelino Teixeira da Mota. A criação do «Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga (Secção anexa à Universidade de Coimbra)» é referida, nos termos seguintes, no relatório sobre o ano letivo 1960-61 elaborado pelo diretor da Faculdade de Ciências, e professor da Secção de Ciências Físico-Químicas, António Jorge Andrade de Gouveia (1905-2002):

«A criação desta Secção foi proposta por esta Faculdade à Junta de investigação do Ultramar, em 27 de dezembro de 1960. Estabelecida pela Junta com uma dotação conveniente, por despacho ministerial de 21

34 CORTESÃO 1956, pp. 1-2; «But perhaps the most remarkable, as it has already been deemed officially, of these activities will be the publication of *Portugaliae Monumenta Cartographica*. The importance of the portuguese contribution to the development of nautical science during that geographical revolution is well known and it has been the object of much scholarly, though often far from dispassionate and unbiased, discussion. Nautical charts, indispensable to navigation, are an essential complement of nautical science. Besides as they were the first to register the new discoveries, those early charts constitute the most vivid, and often the most beautiful and important documents of the history of geographical progress.

de fevereiro de 1961, foi nomeado seu dirigente o Doutor Armando Cortesão. Com a colaboração do Doutor Luís de Albuquerque e os serviços de dois auxiliares, a Secção procura desenvolver-se num instrumento de trabalho que possa não só ser utilizado por estudiosos dos problemas da história da cartografia e da ciência náutica, mas também publicar trabalhos próprios. Para isso dispõe do rico conjunto de obras de cartografia náutica e descobrimentos pertencente à Biblioteca de Matemática, a que se juntaram agora os livros do mesmo género, fotografias de cartas antigas e alguns instrumentos, doados pelo Doutor Armando Cortesão à nossa Biblioteca; é já a melhor biblioteca desta especialidade em Portugal e espera-se que venha a ser uma das melhores do mundo. (...) Estão previstas instalações apropriadas para a Secção no futuro edifício de Matemática da Faculdade de Ciências, encontrando-se agora provisoriamente instalado na Faculdade de Letras.»³⁵

O excerto anterior do relatório de Andrade de Gouveia, porque datado de 31 de julho de 1961, adianta-se ao relato que vínhamos fazendo, dando-nos uma importante informação justificativa do título dado à presente secção deste texto: aquando da criação da Secção de Coimbra do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, às obras de história da cartografia náutica e dos descobrimentos pertencentes à Biblioteca Matemática juntam-se livros doados por Armando Cortesão. Desta forma, a criação do Agrupamento e a nomeação de Armando Cortesão para seu dirigente faz antecipar a doação *post mortem* de Armando Cortesão à Biblioteca Matemática, a qual já não é testemunhada por João Pereira Dias, que havia falecido, inesperadamente, em setembro de 1960.

A criação do Agrupamento e respetivas instalações, bem como a doação de Armando Cortesão, são notícia de primeira página do *Diário de Coimbra* de 8 de fevereiro de 1961. Sob o título «Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga», aí se escreve:

35 GOUVEIA 1961, pp. XVII-XVIII.

«Encontra-se já em pleno funcionamento o Agrupamento de estudos de Cartografia Antiga, da Junta de Investigações do Ultramar, Secção anexa à Universidade de Coimbra.

Desta Secção, fazem parte, como dirigente, o sr. dr. Armando Cortesão e como colaboradores os srs. Prof. Dr. Alfredo Fernandes Martins, Dr. Salvador Dias Arnaut e Dr. Ferrand de Almeida³⁶, da Faculdade de Letras, e Prof. Dr. Luís de Albuquerque, da Faculdade de Ciências. A sua instalação será, provisoriamente, na Faculdade de Letras, pois, no futuro, ocupará várias dependências do novo edifício da Faculdade de Ciências, cuja construção se vai iniciar.

Como instrumento de trabalho, a Secção de Coimbra dispõe das bibliotecas especializadas dos srs. Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva e Dr. António Barbosa, que são propriedade da Faculdade de Ciências e ainda da riquíssima biblioteca do sr. Dr. Armando Cortesão, que a doou também à Faculdade de Ciências, cujas obras serão cedidas a título devolutivo ao Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga. A Secção de Lisboa do referido Agrupamento será dirigida pelo sr. comandante Teixeira da Mota.»³⁷

Pela informação que podemos colher da ata da sessão do Conselho da Faculdade de Ciências realizada a 28 de fevereiro de 1961, nesta altura o Agrupamento já estava em funcionamento «numa dependência da Faculdade de Letras» mas as condições em que se encontrava instalado eram consideradas precárias, o que leva a que seja sugerida a sua transferência futura para instalações do Instituto de Antropologia, o que viria a acontecer em 1964³⁸. O Conselho examina também plantas do futuro edifício da Secção de Matemática,

36 Referência aos professores Alfredo Fernandes Martins (1916-1982), Salvador Manuel Dias dos Santos Arnaut (1913-1995) e Luís Manuel Rocha Ferrand de Almeida (1922-2006).

37 *Diário de Coimbra* (8.2.1961), ano XXIII, n.º 10333, pp. 1,10.

38 *Atas da Faculdade de Ciências 1960-1972*, fls. 26v-30. Tendo por base uma informação registada na ata do Conselho da Faculdade de Ciências de 22.3.1961, ficamos a saber que tais instalações terão sido, entretanto, melhoradas: «[O diretor] Informou, depois, que o Agrupamento

com vista a verificar se seria possível destinar nesse edifício, cuja construção só se iniciaria em 1964, instalações para o Agrupamento de Cartografia Antiga. Nos projetos iniciais do edifício estavam já planeadas salas no rés do chão do mesmo destinadas a receber coleções bibliográficas especiais³⁹, verificando agora o Conselho que seria possível adaptar tais salas às instalações do Agrupamento. Numa reunião que o arquiteto Lucínio Cruz (1914-1999), arquiteto responsável pelas instalações da Faculdade de Ciências da cidade universitária de Coimbra, tem com os professores da Secção de Matemática em junho de 1961, estes observam a necessidade de adaptar a ala esquerda do rés do chão do futuro edifício destinado à Secção de Matemática «para instalação do Serviço de Cartografia e História da Náutica»⁴⁰.

É também na sessão do Conselho da Faculdade de Ciências de 28 de fevereiro de 1961 que, depois de análise do *curriculum* de Armando Cortesão, é posta à votação, e aprovada por unanimidade, a concessão do grau de doutor *honoris causa* pela Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra a Armando Cortesão. Como nos dá conta o diretor da Secção de Matemática Manuel dos Reis (1900-1992), no discurso de elogio do doutorando que profere aquando da cerimónia de investidura no grau realizada em 23 de abril de 1961, logo nesse ano Armando Cortesão doa à Faculdade de Ciências a sua livraria, parte da qual dá nessa altura entrada na Biblioteca Matemática:

«Tendo sido criada na Universidade de Coimbra, pela Junta de Investigações do Ultramar, uma Secção do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, foi pela Universidade proposto e, em janeiro deste ano, pelo Governo nomeado Dirigente dessa secção o Sr. Eng.º Ar-

de Estudos Cartográficos está agora razoavelmente instalado nas dependências da Secção de História da Faculdade de Letras».

39 A este propósito, ver TENREIRO 2022, pp. 185-186.

40 *Processos da CAPOCUC*, Processo 457A; “Algumas observações feitas ao projecto do novo edifício da Faculdade de Ciências pelos Ex.^{mos} Senhores Professores na reunião efectuada com o Arquitecto Lucínio Cruz, em 1-6-1961”.

mando Cortesão. Não podia encontrar-se para isso pessoa mais competente nem mais ativa; e dificilmente se encontraria mais generosa, pois imediatamente quis pôr à disposição dos investigadores dessa Secção de estudos, a título permanente, a sua rica biblioteca, fazendo dela doação à Faculdade de Ciências.»⁴¹

A criação do Agrupamento e a doação da sua livraria à Faculdade de Ciências são mencionadas por Armando Cortesão numa notícia que escreve para a *Imago Mundi* em 1963. Começando por fazer referência à publicação dos *Portugaliae Monumenta Cartographica*, logo a seguir escreve:

«Também em 1960, a Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, criou um Grupo de Estudos de Cartografia Antiga, com duas Secções: uma em Lisboa (21, Praça do Príncipe Real, Lisboa 2), sob a direção de A. Teixeira da Mota, e outra na Universidade de Coimbra (Faculdade de Ciências), sob a direção de A. Cortesão, que leciona a cadeira de História da Cartografia e da Náutica na Universidade. O Professor Luís Mendonça de Albuquerque é o Subdiretor da Secção da Universidade de Coimbra.

As duas Secções estão bem organizadas, com boas bibliotecas (o Dr. Cortesão doou à Faculdade de Ciências de Coimbra, através da Secção, mais de 3000 dos seus livros sobre história da cartografia, náutica e descobrimentos geográficos), cada vez mais dotadas dos meios necessários ao seu trabalho, e estão a reunir reproduções fotográficas de todos os mapas antigos conhecidos, portugueses e não portugueses.»⁴²

41 REIS, 1961.

42 CORTESÃO 1963, p. 105; «In 1960 also, the Junta de Investigações do Ultramar, Lisbon, created a Group of Studies of Early Cartography, with two Sections: one in Lisbon (21, Praça do Príncipe Real, Lisboa 2), under the direction of A. Teixeira da Mota, and another at the University of Coimbra (Faculty of Sciences), under the direction of A. Cortesão, who professes the History of Cartography and Nautical Science in the University. Professor Luís Mendonça

A incorporação da livraria de Armando Cortesão na Biblioteca Matemática

Como tivemos já oportunidade de dar conta, quando é criada, pela Junta de Investigações do Ultramar, a Secção de Coimbra do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga e nomeado para seu dirigente Armando Cortesão⁴³, este decide doar «mais de 3000 dos seus livros sobre história da cartografia, náutica e descobrimentos geográficos»⁴⁴ à Biblioteca Matemática da Universidade de Coimbra, antecipando, desta forma, a disposição testamentária que, em março de 1955, havia lavrado a favor da mesma biblioteca.

A fase inicial da incorporação deste fundo bibliográfico na Biblioteca Matemática tem contornos interessante que julgamos valer a pena reconstituir. Não havendo nessa altura registos detalhados das entradas de espécies bibliográficas na Biblioteca Matemática, o que só veio a acontecer quando a biblioteca se instala no atual edifício do Departamento de Matemática, a incorporação na Biblioteca Matemática do que é atualmente a *Doação de Armando Cortesão à Biblioteca Matemática* e a formação inicial da biblioteca da Secção de Coimbra do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga chegam-nos de forma original através de um conjunto de 42 páginas de requisições feitas em papel timbrado da «Univer-

de Albuquerque is the Sub-director of the University of Coimbra Section. The two Sections are thoroughly organized, with good libraries (Dr. Cortesão has donated over 3,000 of his books on the history of cartography, nautical science and geographical discovery to the Coimbra Faculty of Science, through the Section), steadily increased with the necessary resources for their work, and they are assembling photographic reproductions of all known early maps, both Portuguese and otherwise.»

43 Na sessão do Conselho da Faculdade de Ciências de 23 de janeiro de 1961, imediatamente após a leitura e aprovação da ata da sessão anterior, o diretor informa o Conselho «que o Ministério do Ultramar homologou a nomeação do Eng.º Armando Cortesão como dirigente do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, anexo à Universidade de Coimbra» (*Atas da Faculdade de Ciências 1960-1972*, fl. 24v).

44 CORTESÃO 1963, p. 105.

sidade de Coimbra — Secção de Estudos de Cartografia Antiga», que, invariavelmente, se iniciam com a frase «Requisitam-se da Biblioteca Matemática as seguintes obras:» e, depois da elencação das obras que se requisitam, terminam datadas e assinadas por Armando Cortesão, como dirigente da Secção. As primeiras requisições têm data de 17 de março de 1961, e as últimas de 21 de julho do mesmo ano. Neste conjunto de quase meio milhar de títulos, muitos deles em vários volumes, postos à disposição da Secção de Coimbra do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, identificamos obras com duas proveniências principais. Sem surpresa, aí encontramos títulos pertencentes à livraria de Luciano Pereira da Silva, que temporariamente passam das prateleiras da Biblioteca Matemática para as da biblioteca do Agrupamento, mas também, e agora com alguma surpresa, obras da recente doação de Armando Cortesão, que assim podemos confirmar terem dado nesta altura entrada na Biblioteca Matemática para logo a seguir daí saírem com destino às instalações do Agrupamento. Em algumas, poucas, destas últimas obras é ainda colocada na lombada, assim como no canto superior esquerdo da contracapa, uma etiqueta para futura colocação da respetiva cota. A inclusão neste conjunto de requisições de obras da recente doação de Armando Cortesão parece indiciar que num primeiro momento, provavelmente por limitações de espaço das instalações disponibilizadas ao Agrupamento, se terá pensado em não incorporar na biblioteca deste todas as obras doadas por Armando Cortesão à Biblioteca Matemática. A título de curiosidade, refira-se que uma das obras requisitadas, não pertencente a nenhum dos núcleos referidos, é a obra *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI* que, um quarto de século antes, havia sido oferecida por Armando Cortesão à Biblioteca Matemática. Após esta primeira incorporação de obras na biblioteca do Agrupamento, outras serão adquiridas nos anos seguintes, quer seja por compra, quer sejam obras per-

tencentas à doação de Armando Cortesão que são transferidas da Biblioteca Matemática, ou diretamente da Casa das Rosas, para as prateleiras da biblioteca do Agrupamento.

Depois desta fase inicial em que esteve instalado na Faculdade de Letras, em 1964 já o Agrupamento se encontra em dependências do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências, no edifício do antigo Colégio de S. Bento. Deste facto, bem como das futuras instalações do Agrupamento no edifício da Secção de Matemática, cuja construção havia sido iniciada em 1964, nos dá conta Armando Cortesão no relatório de 1965 do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga que apresenta à Junta de Investigações do Ultramar em 30 de dezembro desse ano:

«Como no ano anterior a Secção tem estado instalada em dependências do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, o que nos permitiu trabalhar em boas condições (...). Durante a primeira fase da construção do edifício para a Secção de Matemática da Faculdade de Ciências desta Universidade, onde no futuro ficará definitivamente instalada a nossa Secção, pudemos fazer ouvir a nossa opinião, tendo sido assim possível aproveitar da melhor maneira o espaço que aí foi reservado para os nossos serviços.»⁴⁵

Também os trabalhos de preparação de um catálogo da biblioteca do Agrupamento, iniciados em 1964 e que estavam terminados no final de 1966⁴⁶, são mencionados no relatório. Especificamente sobre a biblioteca, diz ser

«(...) constituída por alguns milhares de volumes doados pelo signatário à Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade de Coim-

45 *Correspondência do AECA*, Relatório de 1965, 30.12.1965.

46 *Idem*, Relatório 1966, 2.2.1967.

bra, além daqueles que pertenceram ao Doutor Luciano Pereira da Silva, [bem como] outros que têm sido adquiridos (...)»⁴⁷

Nos relatórios dos anos seguintes as futuras instalações da Secção de Estudos de Cartografia Antiga são sempre mencionadas. No relatório de 1966, datado de 2 fevereiro de 1967, escreve:

«A Secção continuou instalada em dependências do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, utilizando mobiliário do Instituto, por especial deferência do seu Diretor⁴⁸. Com vista às futuras instalações que nos estão reservadas no edifício em construção para a Secção de Matemática da mesma Faculdade, foi pedida a minha opinião quanto ao mobiliário de que teríamos necessidade, tendo fornecido aos serviços da Comissão Administrativa das Obras da Cidade Universitária de Coimbra indicações precisas para o apetrechamento conveniente das salas que nos estão reservadas.»⁴⁹

No relatório de 1968, datado de 31 de janeiro de 1969, antevê-se para breve a mudança para as novas instalações que se questiona serem já suficientes para albergar a biblioteca da Secção:

«A Secção continua bem instalada em quatro salas do Instituto de Antropologia, cujo mobiliário em parte utiliza, como tem acontecido nos últimos seis anos; porém, o Diretor do instituto já nos disse que estas salas lhe estão a fazer muita falta e que teremos de nos mudar o mais cedo possível. Esta mudança, contudo, não poderá ser feita antes de concluído o edifício da Matemática, onde nos está reservada

47 Correspondência do AECA, Relatório 1965, 30.12.1965.

48 Referência ao professor da Faculdade de Ciências José de Barros Neves (1914-1982) que era à época diretor do Museu e Laboratório Antropológico.

49 Doc. cit., Relatório 1966, 2.2.1967.

instalação no rés do chão (não sei ainda quantas salas, mas receio que lá venhamos a ficar mais apertados do que aqui, sobretudo por causa da nossa biblioteca, que já atinge dimensões consideráveis); espera-se que o referido edifício fique concluído dentro de alguns meses, e teremos de contar com mais essa despesa da mudança, além do muito trabalho e incómodo que vai dar.»⁵⁰

Finalmente, em 17 de abril de 1969 é inaugurado o «edifício das matemáticas» da cidade universitária de Coimbra abrindo assim caminho para a mudança, há muito aguardada, do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga para as suas novas instalações, a qual tem lugar na primeira quinzena de abril de 1970. Tal facto é mencionado por Armando Cortesão num ofício que dirige, em 16 de abril de 1970, ao vice-presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações do Ultramar:

«Tenho a honra de informar V. Ex.^a de que se realizou este mês a mudança desta Secção, do Instituto de Antropologia, onde por favor estivemos instalados durante mais de cinco anos, para o novo edifício da Matemática, onde desde o princípio (isto é, desde o projeto inicial) nos foram destinadas instalações, tendo-me até sido pedido pelo antigo Senhor Reitor para, de acordo com o arquiteto, indicar quaisquer alterações na planta do edifício a construir, o que de facto fiz. (...) Mas já estamos instalados: com duas secretárias, duas pequenas estantes, duas grandes mesas (já há muito feitas para os nossos trabalhos histórico-cartográficos), e algumas, poucas, cadeiras novas, tudo pertencente à Matemática; várias estantes velhas (duas aliás muito boas), que vieram doutras secções da Faculdade de Ciências, onde já não eram precisas; e vários mobiliário que há anos nós vimos comprando aos poucos.»⁵¹

50 *Correspondência do AECA*, Relatório 1968, 31.1.1968.

51 *Correspondência do AECA*, Ofício 20/JIU de 16.4.1970.

Como se depreende da parte final do excerto transcrito, quando se transfere para as suas novas instalações o Agrupamento não pode ainda contar com o mobiliário que há muito havia solicitado. Um ano volvido a situação mantinha-se, o que motivará um pedido de ajuda ao ministro da Educação Nacional e professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra José da Veiga Simão (1929-2014), pedido que a seguir transcrevemos pela interessante informação nele contida sobre a biblioteca do Agrupamento:

«Aqui vai a nota, que há dias me disse para lhe enviar, sobre o fornecimento das estantes para a biblioteca desta Secção de Estudos de Cartografia Antiga. Esta preciosa biblioteca especializada, que de facto é uma secção da Biblioteca Matemática, já conta muitos milhares de livros em grande parte provenientes da minha biblioteca particular. Mas quando eu morrer, para o que já não deve faltar muito, muitos mais milhares de volumes que ainda se encontram em minha casa, embora já catalogados e com o carimbo daqui⁵², para cá virão, como doação minha. Precisarão de boas estantes modernas, pois as que temos, já totalmente ocupadas, são estantes velhas que vieram da antiga Biblioteca Matemática, e outras muito rudimentares (de facto só umas tábuas pregadas), do Instituto de Antropologia, que me foram amavelmente emprestadas pelo Doutor Barros Neves. Isto é uma vergonha para o Instituto de Matemática, que está tão bem mobilado.»⁵³

Como é explicitamente mencionado no excerto anterior, os livros, revistas, brochuras, opúsculos, separatas, material cartográfico, etc., do que constitui atualmente a *Doação de Armando Cortesão* à

52 Alusão ao carimbo a tinta da doação que referiremos a seguir.

53 *Correspondência do AECA*, Ofício 79/71 de 16.12.1971.

*Biblioteca Matemática*⁵⁴ estavam nesta altura inventariados. Um tal inventário chegou até aos nossos dias sendo constituído por um total de 61 páginas datilografadas, no cabeçalho de cada uma das quais se escreve em maiúsculas «Lista de livros doados por Armando Cortesão à Biblioteca Matemática», e do qual constam mais de dois milhares e meio de títulos, muitos deles em vários volumes, acompanhados dos respetivos números de ordem da doação, autor e cota. Relativamente à cota, esta é omissa nas obras que se encontravam ainda em casa de Armando Cortesão quando é inventariada a doação, surgindo no seu lugar a indicação «C.d.R.», ou seja, «Casa das Rosas». Muitas destas obras, que Armando Cortesão continuará a manter na Casa das Rosas para seu uso pessoal, só serão incorporados no acervo da Biblioteca Matemática após o falecimento de Armando Cortesão.

Em todas as obras incorporadas na Biblioteca Matemática podemos observar, para além das habituais marcas de posse bibliográfica da Biblioteca Matemática, a colocação de um carimbo a tinta da doação com os dizeres «Universidade de Coimbra / Bibliotheca Mathematica / Doação de / Armando Cortesão». Em muitas destas obras observamos ainda o ex-líbris de Armando Cortesão e, tal como para as obras pertencentes às livrarias de Luciano Pereira da Silva e de António Barbosa, também nas da livraria de Armando Cortesão é colocado um selo identificador da doação com os mesmos dizeres do carimbo a tinta (ver Figura 2).

54 Sobre a listagem completa dos títulos que constituem este acervo, num total de mais de 3000 registos bibliográficos, ver os *Fundos Especiais da Biblioteca Matemática* em <https://www.uc.pt/fctuc/dmat/seccoes-servicos/biblio-mat/colecoes-especiais/fundos/>. Mais tarde, no início da década de 1970, Armando Cortesão fará doação da sua correspondência científica à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, cuja descrição e respetivos registos bibliográficos estão disponíveis a partir do catálogo integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra (Título: Arquivo de Armando Cortesão, 1914-1976 ; Cota Ms. AC).



Fig. 2. Ex-libris de Armando Cortesão e selo da doação apostos em muitas das obras doadas por Armando Cortesão à Biblioteca Matemática da Universidade de Coimbra (dimensão do selo: 82x60 mm).

Conclusão

Tendo por base a livraria do professor Luciano Pereira da Silva (1864-1926), incorporada na Biblioteca Matemática da Universidade de Coimbra no final da década de 1920, à qual se vieram juntar as livrarias dos historiadores António Barbosa (1892-1946) e Armando Cortesão (1891-1977), a Biblioteca Matemática da Universidade de Coimbra é detentora de um importante núcleo bibliográfico sobre história da náutica e cartografia antiga. Neste texto centrámos a nossa atenção no processo de incorporação na Biblioteca Matemática da

livraria de Armando Cortesão, estudioso da história da cartografia antiga e dos descobrimentos, e nas razões que o levaram a conceder à Biblioteca Matemática — através de uma «generosíssima disposição testamentária» datada de 1 de março de 1955 —, a oportunidade de guardar tão importante acervo.

Financiamento

Investigação parcialmente financiada pelo Centro de Matemática da Universidade de Coimbra (CMUC, <https://doi.org/10.54499/UID/00324/2025>), no âmbito da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Bibliografia e documentação

- ALBUQUERQUE, Luís de — Doutor João Pereira da Silva Dias: o professor e o cientista. *Revista da Faculdade de Ciências*, 30, 1961, pp.14-26.
- ALBUQUERQUE, Luís de — Armando Cortesão (1891-1977). *Revista da Universidade de Coimbra*, 26, 1978, pp. V-VI.
- ALBUQUERQUE, Luís de — Joaquim Bensaúde (1859-1952). In *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (dir.), Porto: Livraria Figueirinhas, 1981, Vol. I, p. 335.
- ALBUQUERQUE, Luís de — Luciano Pereira da Silva (1864-1926). In *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (dir.), Porto: Livraria Figueirinhas, 1984, Vol. V, pp. 580-581.
- ANDRADE, Rui Silvestre — *Armando Cortesão (1891-1977): ideologia e nacionalismo na historiografia da cartografia portuguesa dos séculos XV e XVI*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014.
- CORTESÃO, Armando — *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*. Lisboa: Seara Nova, 1935.
- CORTESÃO, Armando — *The nautical chart of 1424 and the early discovery and cartographical representation of America: a study on the history of early navigation and cartography*. Coimbra: University of Coimbra, 1954.
- CORTESÃO, Armando — *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Separata de *Actes du VIIIe Congrès international d'Histoire des Sciences*, Florence, 3-9 September 1956.

- CORTESÃO, Armando — Chronicle. Portugal. *Imago Mundi*, 17, 1963, pp. 105-106.
- CORTESÃO, Armando — *History of Portuguese Cartography*. Coimbra: Junta de Investigação do Ultramar, Vol. 1, 1969.
- CORTESÃO, Armando — *Esparsos*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1974-1975.
- DIAS, João Pereira — Vida da Faculdade 1949-1950. Relatório do director. *Revista da Faculdade de Ciências*, 19, 1950, pp. 172-175.
- DOMINGUES, Francisco Contente — Luís Mendonça de Albuquerque (1917-1992): historiador dos descobrimentos e da náutica. In *Homenagem aos fundadores da Academia da Marinha*, Artur Teodoro de Matos (coord.), Lisboa: Academia da Marinha, 2019, pp. 192-211.
- GARCIA, João Carlos — Mapas e Atlas do Visconde de Santarém: a prioridade no descobrimento da África Ocidental. In *A história da cartografia na obra do 2.º Visconde de Santarém: exposição cartobibliográfica*, João Carlos Garcia (coord. cient.), Maria Joaquina Feijão (coord. técnica), Lisboa: Biblioteca Nacional, 2006, pp. 7-16.
- GASPAR, Joaquim Alves — António Barbosa and the myth of the square chart. In *Arte de Navegar-Nautical Science 1400-1800*, António Costa Canas, et al. (eds). Coimbra: DMUC, 2014, pp. 131-134.
- GOUVEIA, António Jorge Andrade de — Vida da Faculdade 1960-1961. *Revista da Faculdade de Ciências*, 30 (Suplemento), 1961, pp. III-LIV.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de — Armando Zuzarte Cortesão (1891-1977): vida, exílio e mapas. In *Homenagem aos fundadores da Academia da Marinha*, Artur Teodoro de Matos (coord.), Lisboa: Academia da Marinha, 2019, pp. 70-105.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro — Luís de Albuquerque, historiador. In *Luís de Albuquerque: o homem e a obra*, Isabel Pereira, Alfredo Pinheiro Marques, Ana Paula Cardoso (coords.), Figueira da Foz: Câmara Municipal, 1993, pp. 177-210.
- MOTA, Avelino Teixeira da — Armando Cortesão (1891-1977). *Imago Mundi*, 30, 1978, pp. 92-94.
- REIS, Manuel dos — Discurso de elogio do doutorando proferido pelo professor catedrático da Faculdade de Ciências (Matemática) Doutor Manuel dos Reis. In *Doutoramento "Honoris Causa" de Armando Cortesão*, Lisboa: Litografia de Portugal, 1961, 10 pp.
- TENREIRO, Carlos — *A Biblioteca Matemática da Universidade de Coimbra (1913-1969): génese, formação e desenvolvimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2022. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2199-9>
- VALENTIM, Carlos Manuel Baptista — Avelino Teixeira da Mota (1920-1982): um homem do "renascimento" no Portugal do século XX. In *Homenagem aos fundadores da Academia da Marinha*, Artur Teodoro de Matos (coord.), Lisboa: Academia da Marinha, 2019, pp. 106-129.

Fontes documentais

Arquivo de Armando Cortesão, 1914-1976. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Atas da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, 1911-1972. Arquivo da Universidade de Coimbra.

Atas do Senado da Universidade de Coimbra, 1911-1953. Arquivo da Universidade de Coimbra.

Correspondência do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga. Biblioteca Matemática, Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra.

Processos da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra. Arquivo da Universidade de Coimbra.

Publicações periódicas

Diário de Coimbra. Coimbra, 1930- .

Atividades Culturais 2024 e 2025

Cultural activities 2024 and 2025

Maria Luísa Sousa Machado¹

José Alberto Mateus²

A Biblioteca Geral realiza e acolhe anualmente diversas atividades culturais nos espaços da Sala do Catálogo, Sala de São Pedro e Biblioteca Joanina. No decurso dos anos de 2024 e 2025 foram realizadas diversas exposições e mostras bibliográficas, colóquios, conferências, apresentações de obras, cursos e concertos.

Destacam-se em seguida as iniciativas desenvolvidas nos anos de 2024-2025 que se revestiram de maior importância.

1 Bibliotecária da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – lmachado@bg.uc.pt

2 Bibliotecário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – jomat@bg.uc.pt

EXPOSIÇÕES E MOSTRAS BIBLIOGRÁFICAS

SALA DO CATÁLOGO

Marcadores de Livros

A exposição “Marcadores de Livros” esteve patente de 12 de janeiro a 29 de fevereiro de 2024 na Sala do Catálogo e pretendeu mostrar alguns dos marcadores de página da coleção da Biblioteca Geral, encontrando-se organizada por temas de acordo com as respetivas obras e editoras.

Tricentenário do Nascimento de Frei Manuel do Cenáculo

A seguinte exposição esteve patente de 1 de março a 5 de abril para assinalar o tricentenário do nascimento de Frei Manuel do Cenáculo. Figura relevante da cultura portuguesa dos séculos XVIII e XIX, deixou um legado importante em vários domínios: da arqueologia à pintura, da numismática à escultura e à história natural, à qual se dedicou com entusiasmo, tendo reunido uma importante coleção à semelhança dos gabinetes de curiosidades.

Cenáculo foi um intelectual reformador que imprimiu uma visão dinâmica à cultura do seu tempo, com particular destaque para a dedicação que colocou em torno dos livros e das bibliotecas. Além de eminente bibliófilo e colecionador, criou e organizou bibliotecas e museus aos quais doou as suas coleções particulares, que incluíam peças raras e valiosas. Deve-se-lhe a criação e instalação da Biblioteca Pública de Évora (1805) e o enriquecimento de outras bibliotecas como a do Convento de Jesus, em Lisboa, a do Seminário de Beja, a Biblioteca da Academia das Ciências e a Biblioteca Pública de Lisboa, atual Biblioteca Nacional, às quais legou importantes fundos impressos e muitos manuscritos provenientes do seu espólio. O Museu em Évora que tem o seu nome

Com o 11 de março de 1975, praticamente toda a imprensa foi nacionalizada e é apenas, a partir do final dos anos oitenta, que este cenário se modifica. Ligadas a grupos económicos, a partidos políticos ou a sociedades das mais diversas áreas, estas publicações tiveram neste período um grande incremento.

Jogos Olímpicos

Por ocasião dos Jogos Olímpicos de Paris de 2024 esteve patente uma exposição alusiva ao evento na Sala do Catálogo, de 19 de julho a 20 de setembro.

Os Jogos Olímpicos foram criados na Grécia, tendo-se realizado do século VIII a.C. ao século V d.C., em Olímpia. A sua reedição, na era moderna, deveu-se à iniciativa de Pierre de Coubertin que em 1894 fundou o Comité Olímpico Internacional (COI) com o objetivo de reativar os jogos.

Este evento desportivo decorre de quatro em quatro anos intercalando, a partir de 1992, os jogos de Verão com os de Inverno, a cada dois anos, nos anos pares, sendo a atribuição da organização dos Jogos feita pelo COI a uma cidade candidata, de entre diversas que habitualmente se propõem. Os Jogos têm vindo a ganhar um crescente número de modalidades desportivas, crescimento que é acompanhado por uma intensa mediatização. Desta forma têm servido de promoção, e de cobertura, a interesses políticos dos países organizadores, proporcionando situações de boicote, atentados e corrupção, opostos aos ideais de Coubertin.

A primeira participação portuguesa nos Jogos Olímpicos ocorreu na edição de 1912, realizada em Estocolmo. No conjunto as participações portuguesas nos Jogos Olímpicos traduziram-se num total de 5 medalhas de ouro, 9 medalhas de prata e 14 medalhas de bronze, em 9 modalidades olímpicas.

Centenário do nascimento de Alexandre O'Neill



Patente de 1 a 31 de outubro, esta exposição pretendeu assinalar o centenário do nascimento de Alexandre O'Neill que foi um dos fundadores do Grupo Surrealista de Lisboa (1947-1951) conjuntamente com Mário Cesariny, António Pedro, António Domingues, Marcelino Vespeira e José-Augusto França. O seu primeiro livro "A Ampola Miraculosa" que integrava a coleção "Cadernos Surrealistas" foi publicado em 1948, sendo considerado uma referência do surrealismo português.

De entre as suas obras poéticas destacam-se: "No reino da Dinamarca" (1958), "De Ombro na Ombreira" (1969) ou "Entre a Cortina e a Vidraça" (1972). Foi também autor do conhecido poema "A Gaivota", de 1969.

O'Neill escrevia poesia, mas vivia principalmente da sua atividade publicitária, ficou célebre a frase "Há mar e mar, há ir e voltar", criada nos anos 80, para prevenir a segurança nas praias. Escreveu também prosa, - "As Andorinhas não Têm Restaurante" (1970) e "Uma Coisa em Forma de Assim" (1985), crónicas para jornais, algumas sob pseudónimo (A. Jazente), organizou diversas antologias de poesia de vários autores e fez também algumas traduções.

Egas Moniz, Nobel português de medicina, 1949

Sob a coordenação do Prof. Doutor João Rui Pita e da Prof.^a Doutora Ana Leonor Pereira, foi realizada a exposição bibliográfica "Egas Moniz, Nobel português de medicina, 1949", assinalando os 150 anos

do seu nascimento e os 75 anos da atribuição do Prémio Nobel. Esteve patente de 27 novembro a 28 de janeiro de 2025.

Indústria Gráfica – Impressões que Permanecem e O Movimento Associativo dos Industriais Gráficos – Fragmentos de uma História

Na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC) e no piso intermédio da Biblioteca Joanina foram acolhidas, entre os dias 3 e 27 de fevereiro de 2025, duas exposições organizadas pela APIGRAF - Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas, de Embalagem e de Comunicação Digital, com curadoria e produção de Jorge Lopes e Manuela Sebastião.

As mostras, intituladas “Indústria Gráfica – Impressões que Permanecem” e “O Movimento Associativo dos Industriais Gráficos – Fragmentos de uma História” respetivamente, destacavam o papel fundamental da indústria gráfica, tanto na sua dimensão histórica como na contemporaneidade.

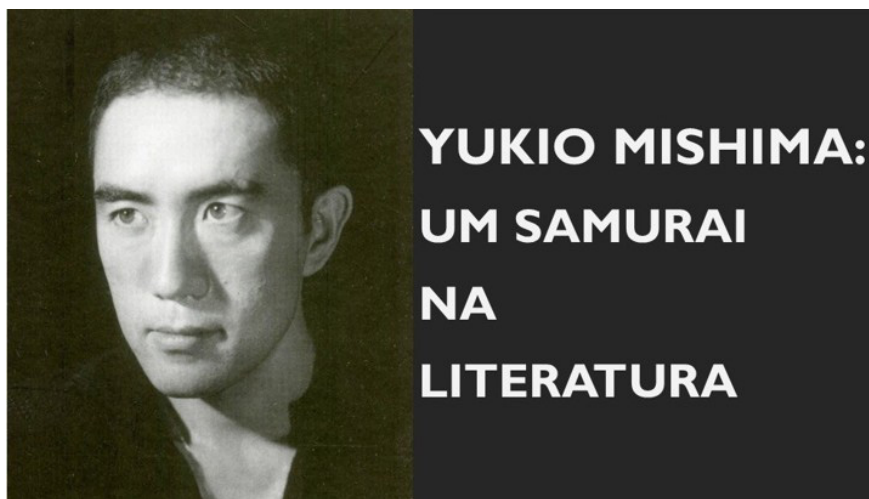


Bicentenário do nascimento de Camilo Castelo Branco

Assinalando o bicentenário do nascimento de Camilo Castelo Branco, foi realizada de 14 de março a 17 de abril, na Sala do Catálogo da Biblioteca Geral uma exposição bibliográfica, com parte significativa da sua produção literária, essencialmente primeiras edições do fundo Visconde da Trindade.

Autor de um vasto conjunto que chegou a quase duas centenas de títulos (segundo alguns autores chegaram mesmo a ser mais), entre originais, traduções, prefácios, crítica literária e outras colaborações, Camilo foi considerado o nosso primeiro escritor profissional.

Yukio Mishima: um samurai na literatura



Dramaturgo, romancista e ensaísta, Mishima ficou reconhecido como um dos mais importantes escritores japoneses do século XX, tendo escrito diversos ensaios filosóficos e guiões para cinema. Cultivava uma visão idealizada do Japão tradicional, particularmente dos valores samurais, que sentia ameaçados pela ocidentalização e pela decadência moral do pós-guerra. A qualidade das suas obras levaram-no a ser nomeado por três vezes para o Prémio Nobel da Literatura.

“Antoine de Saint-Exupéry (1900-1944)”

Para assinalar a passagem do 125º aniversário do nascimento de Antoine Saint-Exupéry esteve patente na Sala do Catálogo uma exposição bibliográfica, de 13 de julho a 1 de agosto. Saint-Exupéry é lembrado não apenas como o autor de *O Príncipezinho*, a obra infantil mais conhecida internacionalmente, traduzida em mais de duzentas línguas, mas também pela sua coragem e visão humanista. A sua morte prematura aos 44 anos, durante um voo de reconhecimento no sul de França, permanece um mistério até hoje.

“Da página ao ecrã”

Esta exposição propunha uma análise de reflexão sobre a relação entre literatura e o audiovisual, através da apresentação de obras de autores portugueses e estrangeiros adaptadas ao cinema ou à televisão. A partir de textos literários reconhecidos, estas adaptações pretendiam demonstrar a capacidade da narrativa escrita de transcender o seu papel e ganhar nova forma através da linguagem cinematográfica. Esteve exposta de 17 de setembro a 31 de outubro.

“José Cardoso Pires (1925-1998)”

A exposição realizada entre 13 novembro e 12 de dezembro foi dedicada à obra do escritor na passagem do primeiro centenário do seu nascimento. Cardoso Pires foi um escritor que procurou um estilo próprio, inicialmente próximo do grupo dos surrealistas, aproximou-se nos anos de contestação ao neorrealismo populista. Ativo colaborador dos principais jornais nacionais e de diversas revistas, sobretudo literárias, foi um escritor agraciado com inúmeras distinções como o Grau de Comendador da Ordem da Liberdade e a Grã-Cruz da Ordem de Mérito.



“Histórias e Contos de Natal”

Esta exposição procurou destacar uma área importante dentro da produção literária como são os contos de Natal.

Os livros apresentados, de autores nacionais e estrangeiros, dos clássicos intemporais às obras mais recentes e menos divulgadas, convidavam à evocação de memórias e à redescoberta de tradições e rituais comunitários. Decorreu de 17 de dezembro a 16 de janeiro de 2026.

As exposições realizadas na Sala do Catálogo foram realizadas pelo Dr. José Alberto Mateus e pela Dr^a. Maria Luisa Sousa Machado.

SALA DE S. PEDRO

Eduardo PESSOA Lourenço

Com a curadoria de A. E. Maia do Amaral, António Pedro Pita, Manuel Portela e Rui Jacinto a exposição “Eduardo PESSOA Lourenço”,

organizada com base no espólio que Eduardo Lourenço legou à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, pretendeu dar a conhecer a biblioteca pessoal de Eduardo Lourenço e simultaneamente mostrar, a partir das suas práticas de leitura, tal como se podem inferir das marcas e sinais nos próprios livros, a natureza decisiva do seu encontro com Pessoa. Esteve patente de 21 de maio a 31 de julho de 2024.



Camões 500

Integrada no Programa das Comemorações dos 500 Anos do Nascimento de Camões na Universidade de Coimbra, organizou-se uma exposição bíbio-iconográfica, entre 9 de janeiro e 10 de junho de 2025, intitulada “Camões 500”, constituída por quatro núcleos temáticos: Bioiconografia camoniana: revisitações; Letras impressas; Camões e os jovens leitores: o passado de risonhos futuros e Camões, uno e múltiplo: recriações digitais.

OUTRAS ATIVIDADES CULTURAIS

SALA DE SÃO PEDRO

Promovido pela Biblioteca Geral e pela Imprensa da Universidade de Coimbra foi realizado o debate intitulado “O dia em que eu nasci morra e pereça”, início de um soneto de Luís de Camões, com o objetivo de discutir a hipótese do seu nascimento ter ocorrido no dia do eclipse solar visível em Portugal, em 1525. Este debate contou com a participação da Prof.^a Doutora Carlota Simões, Prof. Doutor João Fernandes e a Prof.^a Doutora Rita Marnoto, em 23 de janeiro de 2024.

No âmbito do II Curso de Paleografia para Estudos do Renascimento e Idade Moderna e sob a coordenação do Doutor Saul Gomes, realizou-se a conferência, no dia 6 de fevereiro, “Puerili Pollice: ways of teaching writing in the Monastery of St. Gall during early middle ages” de Peter Erhart (St Gall Abbey Archives), e no dia 9 de fevereiro, a Dra. Fátima Bogalho apresentou as materialidades do incunábulo “Bíblia das 42 linhas”.

A sessão “As vozes. A propósito de estrelas, pus-me a escrever um poema”, teve três momentos de leituras em três diferentes espaços da Biblioteca Geral com a leitura de alguns poemas. Alunas do mestrado em Escrita Criativa/FLUC leram poemas de Bénédicte Houart; estudantes do Curso Profissional de Interpretação/Ator/Atriz do Colégio São Teotónio apresentaram a obra de Manuel António Pina e o Coro da Casa da Esquina declamou poesia de Adília Lopes, no Átrio da BGUC. A iniciativa integrava-se na programação convergente da Semana Cultural da UC, tendo sido realizada no dia 5 de março.

No âmbito do programa “Leituras em Diversidade Cultural e Linguística”, para a comemoração dos 50 anos de 25 de Abril, or-

ganizado pela Biblioteca Norte/Sul - Centro de Estudos Sociais, em parceria com a BGUC, realizou-se uma sessão de “Leituras em Diversidade” com a presença de vários convidados, representando as diversas literaturas do pré e pós-independências: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, e São Tomé e Príncipe, no dia 18 de abril.

Promovido pela APECER realizou-se o “Curso Livre de Religiões Abraâmicas” nos dias 7 e 9 de maio. O Judaísmo e o Cristianismo foram os temas da primeira parte do curso e na segunda parte foi feita uma introdução ao Islão e ao diálogo ecuménico no contexto dos modelos religiosos do futuro.

O “Debate: O ensino da história das religiões na escola pública portuguesa”, organizado também pela APECER, no dia 8 de maio, contou com a participação de Esther Mucznik, da Comissão de Liberdade Religiosa e de Fernando Florêncio, Professor de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e Diretor Adjunto da APECER, com a comunicação “Porquê ensinar as tradições religiosas na escola pública?”. Contou ainda com a participação de Patrícia Porto, Professora de Filosofia da Escola Secundária José Falcão, Coimbra, com a comunicação “Uma experiência de ensino de filosofia das religiões (no ensino secundário)” e de Miguel Gonçalves, membro da Equipa Nacional da Comunidade Mundial para a Meditação Cristã – WCCM, Portugal, com a comunicação “Meditação na escola: um presente para a vida”. O debate foi moderado pelo Prof. Doutor João Gouveia Monteiro, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Diretor da APECER.

No dia 27 de maio foi realizada a conferência intitulada “Conversa com Joana Bértholo”, autora de vários romances, livros de contos e literatura infantil, sobre a criação literária mais recente da autora, numa conversa moderada pelo Diretor da BGUC Prof. Doutor Manuel Portela.



A primeira sessão do ciclo “A Antropologia e os desafios do século XXI: das paisagens humanizadas à inteligência artificial”, organizado pelo Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, intitulada “As paisagens humanizadas: a coexistência entre macacos mona (*Cercopithecus mona*) e comunidades humanas (*Homo sapiens sapiens*) em São Tomé e Príncipe”, contou com as intervenções do Prof. Doutor Gonçalo Jesus (UL e CIAS/UC) e da Prof^a. Doutora Catarina Casanova (UL e CIAS/UC), decorreu no dia 5 de junho.

Realizou-se na Sala de São Pedro da Biblioteca Geral a final da 2.^a edição do Concurso de Leitura no Ensino Superior, promovido pelo Plano Nacional de Leitura. A sessão contou com a presença dos dez finalistas do concurso nacional e onde foram apresentados os 1.º, 2.º e 3.º prémios - “Concurso de Leitura - Ensino Superior”, no dia 9 de julho.

Enquadrado no ciclo “Tesouros da BGUC”, realizou-se a sessão intitulada “Submergir a grandeza sob as explicações: o Pessoa de João Gaspar Simões na leitura anotada de Eduardo Lourenço” com o Prof. Doutor Osvaldo Manuel Silvestre (FLUC) e com o Dr. A. E. Maia do Amaral (BGUC), em 16 de julho.



No dia 23 de julho realizou-se uma conversa com a Dr^a. Manuela Cruzeiro e o Dr. Rui Jacinto sobre “Os Tempos” de Coimbra de Eduardo Lourenço intitulada “Trago Coimbra em mim como uma gravata malposta” (Eduardo Lourenço, 1952).

Integrado no ciclo “Leituras em Diversidade Cultural e Linguística”, realizou-se a sessão: “Leituras em Diversidade: Brasil”, no dia 19 de setembro, dedicada ao Brasil por ocasião das comemorações da sua independência. Na sessão participaram Marcela Agudo, Maria Aparecida Casagrande, Matheus Santos, Vivian Cunha, Kácio Santos-Silva, Cristina del Villar Toribio.

No âmbito da programação do ciclo “Tesouros da Biblioteca”, foi apresentado o códice quinhentista conhecido como “Tábuas dos Roteiros da Índia de D. João de Castro” [Tavoas dos lugares da costa da Índia], que reúne um conjunto de 29 desenhos aquarelados, sobre papel, de primoroso traço e finíssimas cores, faltando dois ao primitivo conjunto. A apresentação da obra foi realizada pelo Prof. Doutor Carlos Fiolhais e o pelo Dr. A. E. Maia do Amaral, no dia 29 de outubro, numa iniciativa organizada pela Liga dos Amigos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (LIBUC).

“Curso Livre Sobre Religiões Orientais” promovido pela APECER, decorreu entre os dias 5 e 7 de novembro. No dia 5 realizou-se a conferência “Uma Introdução ao Budismo”, por Paulo Borges, Professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e codiretor do Centro de Retiros Santuário Dewachen e “Conhecer Confúcio – entre a filosofia, o ensino e a política”, por João Gouveia Monteiro, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Diretor da APECER.

No dia 6 realizou-se uma oficina denominada “O lugar da meditação nas grandes tradições religiosas” com o seguinte programa: “A meditação no Hinduísmo”, por Krishna Kripa Dasa, Sacerdote purohit. Presidente da Federação Hindu de Espanha e do Conselho Consultivo da APECER; “A meditação no Budismo”, por Paulo Borges, Professor na Faculdade de Letras de Lisboa; codiretor do Centro de Retiros Santuário Dewachen; “A meditação no Cristianismo”, por Samuel Pulickal Joseph, Pároco de Tornada e Salir do Porto e Vigário Paroquial (coadjutor) de Salir de Matos e Coto; “A meditação no Sufismo e na Mística Islâmica”, por Fabrizio Boscaglia, Professor e Subdiretor de Mestrado na Área de Ciência das Religiões da Universidade Lusófona e Happy@UC – UC Campus Happiness Program, por Verónica Quítalo, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Prémio Santander UC de Inovação Pedagógica em 2020-21. A sessão foi moderada pelo Professor João Gouveia Monteiro, Diretor da APECER.

No dia 7 decorreu a segunda parte do Curso Livre promovido pela Academia para o Encontro de Culturas e Religiões. Do programa faziam parte as seguintes comunicações: “Uma Introdução ao Hinduísmo”, por Krishna Kripa Dasa, Sacerdote purohit. Presidente da Federação Hindu de Espanha e do Conselho Consultivo da APECER e “De Laozi a Zhuangzi: o Taoísmo ou a Via do Vazio Perfeito”, por João Gouveia Monteiro, Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Diretor da APECER.

Realizou-se no dia 3 de dezembro um concerto de música erudita integrado na programação do Ciclo Orphika, “Um diálogo entre as

sonoridades estendidas da flauta transversal e os artifícios eletrónicos da máquina. Este concerto explorava a ideia de passagem, com música escrita para flauta e eletrónica nas últimas quatro décadas". A interpretação e organização esteve a cargo de Margarida Neves (flauta eletrónica) com colaboração da Associação Plural Apotheosis.

Foi proferida pelo Prof. Doutor Manuel Portela uma palestra intitulada "Literatura e Bibliotecas: livros em (bibliotecas em livros) em (livros em bibliotecas)" enquadrado no ciclo "Literatura e Etc.", do Centro de Literatura Portuguesa (CLP), no dia 11 de dezembro, em que abordou o tema "literatura e bibliotecas" através da distinção concetual continente-conteúdo e da noção de regressão infinita. A discussão enquadrou-se na forma como a biblioteca, vista como contentora de livros, se contrapõe ao livro enquanto contentor de bibliotecas.

Enquadrado no ciclo de Debates "Camões. Aqui e Agora" realizou-se no dia 29 de janeiro de 2025 o debate "Comemorar o Nascimento de Camões. Porquê? Para Quê?", com a participação dos Professores Doutores Carlos Reis e José Augusto Cardoso Bernardes e moderação do Prof. Doutor Delfim Leão.



No dia em que terá nascido Luís Vaz de Camões, 23 de janeiro, realizou-se uma sessão de leitura de poemas, intitulada “Ler Camões”, no âmbito das Comemorações dos 500 anos do Nascimento de Camões.

Foram lidos excertos de obras do poeta, numa iniciativa que respondeu ao desafio da Rede de Bibliotecas Escolares feita à Comissão Organizadora das Comemorações dos 500 Anos do Nascimento de Camões, na Universidade de Coimbra.

Decorreu de 6 a 8 de maio um ciclo de três conferências sobre Grandes Figuras das religiões Judaica, Cristã e Muçulmana, promovido pela APECER-UC,

A primeira sessão, foi dedicada a Maimónides, figura maior do judaísmo, e contou com a participação de Ruben Suiza, rabino da Comunidade Israelita de Lisboa. A segunda foi dedicada à figura de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, figuras centrais do cristianismo. Esta sessão foi orientada por Prof. Doutor Mário Santiago de Carvalho, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A terceira e última, sobre Omar Khayyam e Fernando Pessoa, foi conduzida por Fabrizio Boscaglia, Professor e Subdiretor de Mestrado na Área de Ciência das Religiões da Universidade Lusófona.

Em colaboração com a Câmara Municipal de Coimbra foi organizada uma mostra de livros representativos da herança judaica conservados na BGUC e realizada uma palestra proferida pelo Dr. A. E. Maia do Amaral, intitulada “Memória Judaica”, no dia 4 de maio, integrada na programação preparatória do VII Colóquio Internacional Diálogos Luso-Sefarditas – Cidades-Mundo de Memória Judaica.

Integrado no ciclo de Debates “Camões. Aqui e Agora” realizou-se no dia 18 de junho o debate “A Lírica Camoniana”, que contou com a participação de duas reconhecidas especialistas: Isabel Almeida, Professora Associada do Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e Maria do Céu Fraga, Professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores. O debate foi moderado

por Paulo Silva Pereira, Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

“Um itinerário através dos manuscritos e títulos vaticanos: alguns exemplos que ilustram a história da biblioteca” foi o título da conferência que se realizou no dia 14 de julho no âmbito da 4ª Escola de Paleografia Diplomática e Sigilografia do CHSC proferida pela Dra. Cláudia Montuschi, Diretora do Departamento de Manuscritos da Biblioteca Apostolica Vaticana.

No dia 24 de julho efetuou-se a sessão de encerramento da exposição “Camões 500”, patente desde 9 de janeiro, com a apresentação do Projeto “Diálogos entre Camões e Dinamene”, pelo Dr. Rui Torres. A sessão contou ainda com a presença dos membros da Comissão Organizadora das Comemorações dos 500 anos do Nascimento de Luís de Camões na Universidade de Coimbra: Prof. Doutor Delfim Leão, Profª. Doutora Carlota Simões, Prof. Doutor Manuel Portela, Prof. Doutor Paulo Silva Pereira e Drª. Filipa Araújo.



A Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra acolheu no dia 29 de agosto a Conferência de Imprensa do “V Festival de violoncelo.

À Corda” que decorreu entre 5 e 28 de setembro, organizado pela Associação Momentos À Corda. Na conferência estiveram presentes, além do diretor artístico do festival, Dr. Tiago Anjinho, o Dr. Rafael Nascimento, chefe da Divisão de Cultura e Promoção Turística da Câmara Municipal de Coimbra, o Vice-Reitor Prof. Doutor Delfim Leão, o Diretor da Biblioteca Geral, Prof. Doutor Manuel Portela, o Dr. Bruno Paixão, Diretor da Fundação INATEL – Coimbra e Carlos Magalhães, Presidente da Associação Académica de Coimbra, assim como os representantes das entidades parceiras.

A quinta sessão do Ciclo Camões. Aqui e Agora intitulada “Os Lusíadas”: O que dizem? Como dizem?, decorreu no dia 24 de setembro. Contou com as intervenções do Prof. Doutor Hélio Alves da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Prof. Doutor Paulo Silva Pereira da Faculdade de Letras da UC e a moderação da Dr^a. Filipa Araújo.

A Biblioteca Geral acolheu, no dia 24 de outubro, o 2.º Encontro do Grupo de Trabalho em História do Livro, destinado a técnicos de biblioteca e arquivo, conservadores-restauradores, investigadores, estudantes e à comunidade GLAM (Galleries, Libraries, Archives and Museums), bem como a todos os interessados na história e preservação do livro antigo. Trata-se de uma iniciativa conjunta da Fundação da Casa de Bragança (FCB) — entidade promotora - e da BGUC, que assumiu nesta edição o papel de instituição anfitriã.

O Colóquio a “Arte de Ser Feliz. Os Caminhos das Religiões”, promovido pela APECER, decorreu de 4 a 6 de novembro. Do programa constava, no dia 4, uma evocação do Prof. Doutor Fernando José Pereira Florêncio (1959-2025), Subdiretor da APECER-UC, pelo Prof. Doutor Jorge Varanda, Professor de Antropologia do Departamento de Ciências da Vida, da FCTUC e as conferências “A Felicidade nas Religiões: uma visão panorâmica”, por João Gouveia Monteiro, Diretor da APECER-UC; no dia 5 “A arte de ser feliz: o caminho do Budismo”, pelo Prof. Doutor Paulo Borges, Professor de Filosofia e Meditação, Pensamento Oriental e Filosofia da Religião na Faculdade de Letras da

UL; ex-presidente da União Budista Portuguesa e no dia 6, “A arte de ser feliz: o caminho do Islão”, pela Dr^a. Faranaz Keshavjee, Licenciada em Antropologia Social e Mestre em Psicologia Social pelo ISCTE e especialista em Estudos Islâmicos e Humanidades pelo Institute of Ismaili Studies, Londres.

Inserido no ciclo Orphika o duo ÉCântia, constituído por Catarina Silva, na flauta transversal e Rita Domingues, na guitarra clássica, realizou o Concerto Raízes e Ressonâncias, no dia 13 de novembro. Tratou-se de um concerto intimista, onde o público foi convidado a sentir as raízes culturais de vários países, através do olhar sonoro de compositores contemporâneos.



No âmbito do ciclo “Leituras em Diversidade Cultural e Linguística” realizou-se uma sessão de leitura intitulada “Graça Desgraça”, no dia 18 de novembro, em que participaram Ana Oliveira, Cláudia Pato de Carvalho, Mara Pieri, Teresa Maneca Lima, Investigadoras do CES, Fernando Silva Martins, Doutorando da PUC-São Paulo, Doutorando visitante do CES, Francieli Maria de Lima, Professora do IFPR-Paraná, Doutoranda visitante no CES e Pedro Abreu,

Coordenador do Gabinete de Tecnologias de Informação do CES. O evento foi promovido pela Biblioteca Norte|Sul do Centro de Estudos Sociais (BN|S) em parceria com a BGUC.

O debate “Camões e o seu Tempo: dúvidas e controvérsias”, no âmbito do ciclo “Camões Aqui e Agora”, que aconteceu no dia 19 de novembro, teve como intervenientes a Prof.^a Doutora Isabel Rio Novo e o Prof. Doutor Albano Figueiredo, tendo sido moderado pelo Prof. Doutor Manuel Portela, Diretor da BGUC. Este ciclo de debates, com curadoria do Prof. Doutor Paulo Silva Pereira, integrou as Comemorações dos 500 Anos do Nascimento de Camões promovidas pela Universidade de Coimbra.

“A Esfera de Empédocles” foi o título do concerto com composições dos séculos XX e XXI para trio de flautas, composto por Mariana Neves, Margarida Neves e Catarina Silva, que fazia parte da programação do ciclo Orphika, realizado no dia 4 de dezembro.

Integrado no programa “Gulbenkian Lecture in the Humanities”, ciclo de conferências dadas por Professores Visitantes de universidades estrangeiras, com currículo científico de mérito elevado e notório reconhecimento na área das Humanidades, que se encontrem em visita a Instituições de Ensino Superior Portuguesas, foi proferida a conferência intitulada “Globalization, Apocalypse, and Current Geopolitics: A Plea for an Interdisciplinary Approach”, pelo Prof. Lautaro Roig Lanzillotta, no dia 12 de dezembro.

Esta iniciativa teve o apoio de uma Bolsa Gulbenkian para Professores Visitantes nas Humanidades, organizada pelo Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e contou com moderação do Prof. Frederico Lourenço.

APRESENTAÇÃO DE OBRAS

Organizada pela Artway e pela Imprensa da Universidade de Coimbra realizou-se o lançamento do primeiro volume de uma coleção de Livros-disco com a apresentação do livro “AD TENEBRAS. Lamentações e Responsórios para a Semana Santa de Santa Cruz de Coimbra. 1530-1630”, de Tiago Simas Freire, Maria de Lurdes Craveiro e Luís Neiva com a presença de Paulo Estudante (CECH/UC), Tiago Simas Freire (CECH/UC) e Vanessa Pires (Artway), no dia 27 de fevereiro.



Realizou-se no dia 12 de março, integrado no ciclo “Depósito Legal: Novos Livros, Novas Leituras” a apresentação do novo livro de poesia de Margarida Vale de Gato “Mulher ao Mar e Corsárias”. A autora é professora na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigadora no Centro de Estudos Anglísticos da mesma instituição.



Apresentação do catálogo elaborado para a exposição sobre a presença portuguesa no Golfo, realizada na Feira do Livro de Sharjah “Os Portugueses no Golfo 1507–1650: Uma História Interligada”, da autoria do Prof. Doutor Delfim F. Leão, Prof. Doutor José Pedro Paiva e do Dr. Roger Lee de Jesus, no dia 19 de março.

Lançamento da obra que reúne as intervenções dos participantes no ciclo “Portugal 50 anos | 1973-2023: O que mudou? O que falta fazer?”, resultante dos sete debates realizados, onde se discutiram as principais transformações ocorridas em Portugal nas últimas cinco décadas organizado pela Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, que decorreu de janeiro a julho de 2023. A apresentação foi realizada pelo Prof. Doutor José Manuel Pureza e pela Dr^a. Maria de Belém Roseira, com a moderação do Prof. Doutor Manuel Portela, em 23 de abril.



A apresentação da obra “De Roma a Portugal. Do Império ao Reino, uma viagem de 1500 anos pela região de Coimbra”, coordenada por Prof. Doutor Pedro Carvalho e pela Prof.^a Doutora Luísa Trindade, decorreu no dia 22 de maio. A reedição desta obra, fruto de uma parceria entre a Imprensa da Universidade de Coimbra e a CIM-Região de Coimbra e a Agência dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, é enriquecida com prefácios de personalidades notáveis como Eduardo Nogueira dos Santos, Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, Emílio Torrão, José Carlos Alexandrino Mendes, Delfim Ferreira Leão e Rui Gama Fernandes.

A terceira edição da obra “Serviço Nacional de Saúde, 30 anos de resistência”, de António Arnaut foi apresentada no dia 20 de junho, pelos Doutores José Martins Nunes e Maria Elisa Domingues.

A apresentação do livro “A Universidade de Coimbra e seus Estudantes aos Olhos dos Viajantes Estrangeiros (1581-1879)”, um estudo onde são coligidos 30 relatos de viajantes estrangeiros, homens e mulheres, abarcando 10 nacionalidades e um período cronológico de 298 anos da história desta instituição e, por inerência, do país. A

apresentação da obra de Carlos Xavier Reis esteve a cargo do Prof. Doutor Fernando Taveira da Fonseca (FLUC), no dia 18 de setembro.

No ciclo “Depósito Legal: Novos Livros, Novas Leituras”, foram apresentados dois clássicos da literatura portuguesa em banda desenhada: “Crónica de Dom João I, de Fernão Lopes”, pelos autores João Ramalho Santos e Filipe Abranches e “Peregrinação, de Fernão Mendes Pinto”, por João Miguel Lameiras e Miguel Jorge. Esta iniciativa contou com a colaboração da editora Levoir, tendo-se realizado no dia 30 de outubro.



No dia 13 de novembro foi anunciado o lançamento de um novo livro, inserido na iniciativa “Depósito Legal: Novos Livros, Novos Autores”: “Conimbriga: a vida de uma cidade da Lusitânia”, de Virgílio Hipólito Correia. A apresentação pelo Prof. Doutor Pedro Carvalho, focou-se na análise da obra, que oferece uma visão completa da arqueologia do principal sítio arqueológico português, desde as suas origens na Pré-história recente até à sua desertificação nos alvores da Idade Média.

A apresentação da obra “Diário de viagem em 1855”, da autoria de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel e coautoria da Prof.^a Doutora Guilhermina Mota, efetuou-se no dia 15 de outubro. Inserida na iniciativa “Depósito Legal: Novos livros, novos autores”, o lançamento desta obra, que constitui uma referência essencial para o estudo da história da ciência e da indústria em Portugal, foi realizada pelo Prof. Doutor Fernando Taveira da Fonseca.

A Imprensa da Universidade de Coimbra e a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra apresentaram no dia 10 de dezembro duas novas publicações dedicadas às comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974: “O 25 de abril de 1974 e a voz dos cartoons” e “Olhares do Sul – 50 anos do 25 de abril de 1974 – 50 capas de jornais angolanos”. As obras, coordenadas por Ana Margarida Dias da Silva, Jorge Varanda e Helena Freitas, assinalaram o cinquentenário da Revolução dos Cravos através de fontes visuais provenientes de Angola, oferecendo perspetivas complementares sobre as representações públicas do 25 de Abril e do período pós-revolucionário. A sessão de apresentação esteve a cargo de Doris Wieser, investigadora em estudos da memória e na construção de identidades.

EVENTOS REALIZADOS NA BIBLIOTECA JOANINA

Coimbra em Gravuras: A Representação da Cidade em Livros e Revistas

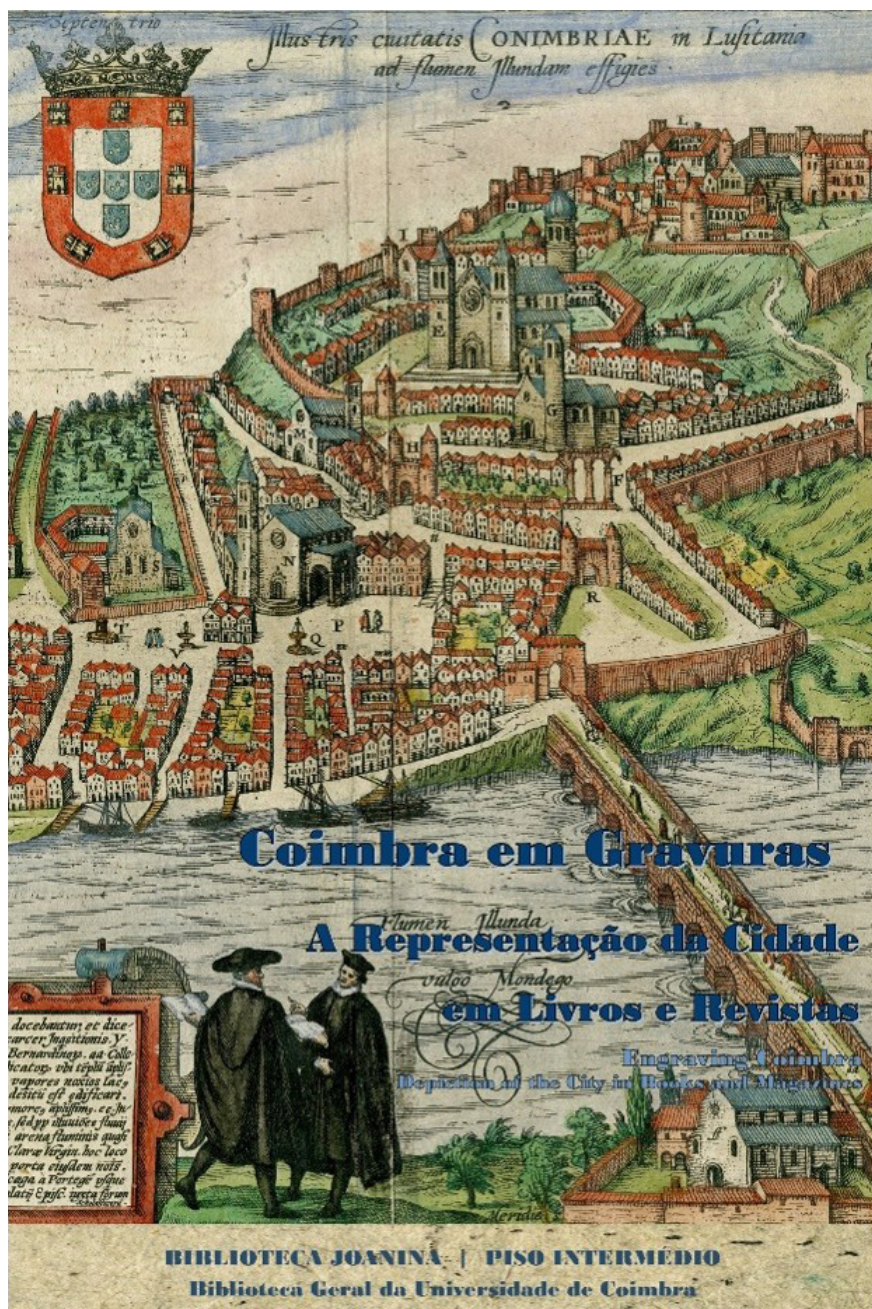
Patente de 29 maio a 26 julho de 2024 no Piso Intermédio da Biblioteca Joanina esta exposição alusiva à imagem de Coimbra pretendeu mostrar um conjunto de gravuras da cidade em documentos impressos, abrangendo particularmente os séculos XVI a XIX, servindo como testemunho da evolução urbana e das suas transformações arquitetónicas.

As primeiras representações da cidade de Coimbra surgem no século XVI, sendo a mais conhecida a panorâmica incluída na obra *Civitates Orbis Terrarum*, de Braun e Hogenberg, publicada entre 1572 e 1618, a mais completa coletânea publicada no período renascentista. Esta gravura inclui uma legenda e no verso uma descrição pormenorizada da cidade, existindo uma versão em latim e outra em francês.

Além das vistas panorâmicas, encontravam-se também expostas gravuras de alguns monumentos e locais da cidade que foram igualmente motivo para a ilustração de livros e revistas, como os edifícios religiosos: a Igreja de Santa Cruz, a Sé Velha e a Sé Nova, os conventos de Santa Clara-a-Velha e de Santa Clara-a-Nova.

Também o espaço universitário, nomeadamente os edifícios do Paço das Escolas, foi igualmente dos mais representados nas gravuras de Coimbra.

Na parte final das obras expostas inclui-se um conjunto de obras musicais, serenatas e baladas de Coimbra, cujas capas são decoradas com motivos alusivos à cidade, onde a Universidade surge particularmente representada, tal como a figura do Estudante.



São portugueses os primeiros 100 anos da cartografia europeia do Japão.

Esta exposição patente de 1 de agosto de 2024 a 24 de janeiro de 2025, pretendeu mostrar os mapas impressos que foram definindo e pormenorizando a forma do arquipélago japonês, desde cerca de 1560 até cerca de 1660 que a BGUC possui nos seus fundos. Deles fica evidente que foi portuguesa a autoria intelectual de todos os mapas do Japão divulgados e impressos na Europa durante o chamado “século cristão”. Os cartógrafos representados nesta pequena mostra são Bartolomeu Velho, Luís Jorge de Barbuda, Luís Teixeira, Inácio Moreira/António Francisco Cardim e João Teixeira Albernaz I, ou o Velho. A curadoria desta exposição foi de A. E. Maia do Amaral.

O Movimento Associativo dos Industriais Gráficos – Fragmentos de uma História.

Na Biblioteca Joanina apresentou-se a exposição “O Movimento Associativo dos Industriais Gráficos – Fragmentos de uma História”, onde se destacava o papel fundamental da indústria gráfica, tanto na sua dimensão histórica como na contemporaneidade.

Esta exposição revisitou a história do movimento associativo gráfico, iniciado em 1852 com a fundação da Sociedade de Socorros dos Tipógrafos Portuenses e da Associação Tipográfica Lisbonense. Incluía documentos históricos provenientes dos antigos grémios – precursores da APIGRAF, após a extinção do regime corporativo em 1974, bem como publicações associativas que ilustram o percurso de 170 anos de atividade destas organizações.

Rainhas por Camões: Tributos a Luís Vaz de Camões por D. Maria Pia de Saboia e D. Amélia de Orleães.

No âmbito das comemorações dos 500 anos do nascimento de Luís de Camões, a Biblioteca Joanina acolheu, de 12 de março a 12 de abril de 2025, a exposição “Rainhas por Camões: Tributos a Luís Vaz de Camões por D. Maria Pia de Saboia e D. Amélia de Orleães”, uma iniciativa científica e cultural integrada na programação da XXVII Semana Cultural da Universidade de Coimbra. A exposição apresentava dois objetos emblemáticos que testemunham o tributo de duas rainhas portuguesas ao “Príncipe dos Poetas”: A coroa de louros argêntea, oferecida por D. Maria Pia de Saboia, a 8 de maio de 1881, como homenagem à inauguração do Monumento a Camões em Coimbra e um álbum ilustrado, publicado em 1926, contendo excertos da obra de Camões, acompanhados de ilustrações originais da autoria da Rainha D. Amélia de Orleães.



Gravuras antigas de cidades portuguesas dos séculos XVI a XIX.

Uma exposição dedicada às representações antigas de cidades portuguesas em gravura esteve patente de 21 de junho a 15 de setembro. A mostra reunia um conjunto raro de imagens impressas entre os séculos XVI e XIX, assinadas por conceituados artistas nacionais e estrangeiros. Do conjunto destacavam-se uma das primeiras representações impressas da cidade de Coimbra, incluída na obra *Civitates Orbis Terrarum*. A mesma coleção integra também a gravura “*Noua Bracarae avgvste descriptio*”, uma das mais antigas vistas conhecidas de Braga. Lisboa surgia retratada numa panorâmica do artista alemão Friedrich Bernhard Werner (1690–1778), retirada da série “*Panoramic Town Views*”, enquanto a representação da cidade açoriana de Angra do Heroísmo, datada de 1596, provém da obra de viagens “*Itinerario voyage ofte Schipvaert van Ian Hughen van Linschoten*”.

Integrado na programação do À Corda Cello Festival V, realizou-se no dia 22 de setembro, no Piso Nobre, um concerto por Ophélie Gaillard, violoncelista, solista, professora na Haute Ecole de Musique, em Genebra.

Exposição “Joanina Digital - para além do ecrã”

Para esta exposição foram selecionadas as obras mais emblemáticas, que foram catalogadas durante a fase piloto do projeto homónimo. Organizada em quatro núcleos expositivos, convocava temas fundamentais para o tratamento técnico e estudo deste acervo, como o da proveniência ou o da materialidade própria de cada exemplar. Esteve patente no Piso intermédio de 24 de novembro a 31 de dezembro.





UNIVERSIDADE D
COIMBRA